

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sílvia Augusto de Carvalho

Juventude na encruzilhada:
habitus e política na educação superior privada

Juiz De Fora

2024

Sílvio Augusto de Carvalho

Juventude na encruzilhada:
habitus e política na educação superior privada

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes

Juiz De Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho, Sílvio Augusto de .

Juventude na encruzilhada : habitus e política na educação superior privada / Sílvio Augusto de Carvalho. -- 2024.
536 f.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Coorientador: Olivier Voirol

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Autoritarismo. 2. Consservadorismo . 3. classe social. 4. habitus. 5. violência simbólica. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini , orient. II. Voirol, Olivier , coorient. III. Título.

Silvio Augusto de Carvalho

Juventude na encruzilhada:

habitus e política na educação superior privada

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Aprovada em 06 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Luiz Flávio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Caraméz Carlotto
Universidade Federal do ABC

Allana Meireles Vieira
Universidade Estadual Paulista

Eduardo Villar Bonaldi
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado eletronicamente por **Dmitri Cerboncini Fernandes, Professor(a)**, em 10/09/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Augusto de Carvalho, Usuário Externo**, em 10/09/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allana Meirelles Vieira, Usuário Externo**, em 10/09/2024, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO VILAR BONALDI, Usuário Externo**, em 11/09/2024, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Professor(a)**, em 26/09/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Caramez Carlotto, Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uff (www2.uff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1948392** e o código CRC **C082746D**.

Dedico esse trabalho aos mortos e aos vivos:

A meu pai, Sílvio, *in memoriam*

À minha amiga, Maria Amélia, *in memoriam*

À mamãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais nada, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que contribuiu para a realização deste trabalho na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Reitero o agradecimento pela bolsa de estudos de meu período de doutorado “sanduíche”, na Johann Wolfgang Goethe-Universität, em Frankfurt am Main (Alemanha), de setembro de 2019 a agosto de 2020.

Agradeço à UFJF, instituição – pública – na qual fiz minha graduação, meu mestrado e, agora, finalizo minha tese.

Agradeço ao Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF pela oportunidade de realizar meu doutorado e pelo apoio à minha estada fora do país, especialmente ao então coordenador, professor Paulo Fraga, sempre tão gentil, cordial e prestativo. Aproveito para agradecer ao pleno dos professores da pós-graduação que me concedeu extensão de prazo – o que foi essencial para a finalização da tese e para a verificação dos dados em função do grande número de tabelas etc. Minha sincera gratidão.

Ao professor que me recebeu em Frankfurt, Olivier Voirol, pela acolhida, acompanhamento generoso, presença permanente e pelas argutas discussões sobre a primeira geração da “Escola de Frankfurt” e pelas reflexões sobre as raízes freudianas e marxistas que embasam essa tão fecunda matriz de pensamento e pesquisa que se notabilizou pelos estudos acerca do autoritarismo no século XX. Sou grato, especialmente, ao professor Voirol pelas aulas sobre Erich Fromm, Theodor Adorno e, sobretudo, Horkheimer cujo ensaio “Egoísmo e Liberdade de Movimento” continua sendo, para mim, a pedra de toque da Teoria Crítica. Nunca me esquecerei do argumento central sobre Horkheimer: ele não foi apenas uma “figura de poder”; foi também um dos pensadores centrais da “Escola de Frankfurt”, uma “figura de saber”. Do ponto de vista da Teoria Crítica, retornei (e continuo sendo) “horkheimiano”. Como corolário, aprendi que os quadros teóricos desenvolvidos, especialmente pela primeira geração de estudiosos, servem, sobretudo, como análises dos processos históricos – e não como abstrações desconectadas da História. Muito obrigado, professor Voirol!

Agradeço, também, ao professor Arthur Bueno, por ter podido participar de sua disciplina “Fascismo e Teoria Crítica” na “Goethe Universität”, cujos conteúdos complementaram, significativamente, meus estudos com o professor Voirol. Foi uma grata coincidência, que enriqueceu sobremaneira meus estudos e formação. Agradeço todo o material recebido sobre

os principais expoentes – também da primeira geração de pensadores da Teoria Crítica – e de estudiosos com os quais até então não havia tido contato, como Franz Neumann, Friederich Pollock e Leo Löwenthal, além dos ensaios seminais de Freud e Reich. Obrigado pelo apoio, pelas conversas e pelas respostas sempre rápidas e prestativas – e pelo riquíssimo conteúdo das aulas!

Aproveito para agradecer aos professores Olivier Voirol, Arthur Bueno e Leonardo Andrada pela participação em minha banca de qualificação – seus apontamentos e ponderações foram fundamentais para a construção do presente trabalho.

Sobretudo, agradeço ao meu orientador, professor Dmitri Cerboncini Fernandes, pela presença, acompanhamento, orientação e companheirismo. Espero que a terceira versão do presente trabalho esteja mais próxima dos seus ensinamentos e estímulo. Estímulo esse que esteve presente em todas as fases do processo de construção da tese desde o período “sanduíche” até a etapa da escrita, reconstrução e finalização da pesquisa. Sua direção foi essencial na reestruturação e apresentação do material, na escolha de contra quem, ao fim e ao cabo, estava me opondo em termos teóricos e, especialmente, de onde estava saindo: qual conjunto de pesquisas sociológicas havia escolhido e a importância – fundamental – da primazia do objeto na construção do trabalho científico, do método e do arcabouço teórico. Para quem veio de outra área – como é o meu caso -, seus ensinamentos supriram uma lacuna imensa e se tornaram fonte de inspiração e parâmetro científico. Nesse sentido, agradeço a “conversão” à pesquisa sociológica empírica, a importância – e a coragem – de enfrentar a complexidade da realidade objetiva e a reflexão permanente sobre os dados. Agradeço à abertura de uma nova possibilidade de fazer pesquisa lastrada na responsabilidade do fazer científico, na reflexão sobre os próprios conceitos e na luta contra a “escolástica”, que se encarna nas mais diferentes maneiras de fazer “ciência” na contemporaneidade, especialmente no institucionalismo e na contaminação habermasiana da sociologia. Os erros e limites do presente trabalho, naturalmente, são todos meus. Agradeço por compartilhar comigo brilho e responsabilidade sociológica. Foi um aprendizado! Muito obrigado!

Agradeço à Mariana Cardoso pelo auxílio em todas, absolutamente todas questões técnicas, em especial a construção da base de dados através do SPSS e da utilização – foram necessárias várias aulas! – da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e Análise de Correspondência Hierárquica (ACH), metodologias centrais na construção da pesquisa em tela. Agradeço, ainda, os diálogos sempre ricos, instigantes e fraternos – a presença permanente e confiante – além dos textos enviados e trocados! Foi um aprendizado!

Não poderia (usando nesses agradecimentos a primeira pessoa do singular) deixar de trazer à baila, Carol Marsicano, que, como Mariana, participou comigo do NUPPAI (Núcleo de Pesquisas sobre Preconceito, Autoritarismo e Ideologia), dirigido por meu orientador, professor Dimitri Cerboncini Fernandes. Obrigado por me fazer compreender algo fundamental (quando estávamos em um seminário, provavelmente em 2019, em Curitiba) – a oposição crítica ao liberalismo consiste sobretudo em vencê-lo nas suas próprias categorias por meio da análise estrutural! Foi uma lição de vida e de posicionamento intelectual que tentei levar para as páginas que se seguem! Agradeço, também, ao Davison, do NUPPAI pela acolhida, companheirismo e leveza.

Ao professor Antônio Carlos da Hora, companheiro com o qual trabalhei por quase uma década na Estácio Juiz de Fora e que, em meio a nossas conversas, me fez ver o principal fio condutor de entendimento das organizações privadas de ensino superior. Nunca me esquecerei de suas palavras: “Silvinho, a Estácio é uma empresa privada que investe na bolsa de valores” – essa síntese estabeleceu as bases de minha compreensão sobre a emergência desses grandes conglomerados educacionais e o que isso significava em termos de privatização de um projeto público e republicano de educação e do sistema de exploração sobre nós, professores-trabalhadores, no chão da fábrica – isto é, na sala de aula. Valeu, amigo!

Às minhas alunas prediletas: Gabriela Calazans, Marina Oliveira, Rívia Peterman, Carol Fabril, Lidiane Pereira, Fernanda Evarista, Janaína Cristine, Bárbara Feliciano, Amanda Andrade e tantas outras e tantos outros. Sua presença, enquanto alunas de jornalismo, foi essencial para a compreensão das raízes do progressismo na geração que, direta ou indiretamente, tanto se beneficiou das políticas públicas de inclusão social.

A minha amiga de mestrado (e de vida), Ellen Carmo, pelo valor da amizade e do companheirismo. Amiga Ellen, obrigado pelos textos sobre punitivismo que tanto me ajudaram a compreender parte do autoritarismo brasileiro. Valeu a ajuda de última hora também! Você é uma presença!

A minha amiga de doutorado, Rachel Medeiros, agradeço também o valor e o apreço da amizade, o companheirismo, o sorriso sincero e a lealdade sempre presente!

A minha amiga, Vanessa Gonçalves, pelo companheirismo, apoio e lealdade em tempos de guerra e territórios minados!

A Carlinha, Tadeu e Ana pelo amor de uma vida – sem palavras!

Aos professor Gilberto Salgado, *in memoriam*, meu orientador de mestrado, falecido em meio à orientação, ao professor Eduardo Condé e à minha orientadora do Programa Especial de Treinamento (PET), Maria Elizabeth Rondelli, no curso de graduação em Comunicação Social, da UFJF. A professora Beth foi a primeira a me apresentar os trabalhos de Bourdieu – me lembro que se tratava do “Campo Científico” ao passo que Gibertinho e Condé introduziram as primeiras discussões das Ciências Sociais para os estudantes de jornalismo de então. Foi como se um novo mundo estivesse se abrindo! Esse contexto foi suficiente para despertar meu interesse na descoberta das Ciências Sociais; a partir de então, passei a estudar o que, até hoje, me parece o essencial – a pesquisa sobre as “estruturas sociais”, os fundamentos da ordem e as estratégias de violência (objetiva, subjetiva e simbólica). Não poderia deixar de agradecê-los!

A meu pai - por ter contribuído com meus estudos, pelo incentivo ao conhecimento e pelo estímulo permanente através de conversas e perguntas que eu nunca sabia responder. Por seu amor ao aprendizado de línguas e à história antiga. Por sua coleção sobre os campos de concentração nazista! Por suas conversas sobre a “linha Marginot” – que eu não entendia direito. Por suas discussões intermináveis sobre os antigos imperadores romanos cujos nomes eu jamais memorizava e cujas ações não faziam sentido algum ao menino que eu fui! Pela capacidade narrativa que fazia de tudo um “causo” – história curta e oral que entretinha as conversas de sofá. Pela memória do passado – que o Alzheimer iria solapar – que o conectava a outra época.

A minha mãe - que foi o fundamento de todo esse processo; que comprava todos os livros que eu queria do Círculo do Livro – houve um mês em que ela gastou quase todo o salário com as compras! Que custeou meus estudos para o mestrado, depois que me formei e decidi tentar a pós-graduação. Ela trabalhou quase doze horas por dia para me manter com os livros na mão. Ela, que me ensinou sempre a tomar posição! Que me fez perceber que a razão formal nunca dá conta da vida! Que foi professora de Ensino Fundamental, depois diretora e, ainda, secretária de educação; que trabalhou até aos 70 anos. E que dedicou a vida ao ensino. Sem a senhora nada disso seria possível!

Ethos de classe (para não dizer ‘ética de classe’), quer dizer um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizaram desde a infância e a partir do qual engendram respostas a problemas extremamente diferentes. (Bourdieu)

Além de permitir à elite se justificar de ser o que é, a ideologia do dom, chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social (cada vez mais ligado ao seu destino escolar) à sua natureza individual e à sua falta de dom. (Bourdieu)

Na constituição do sujeito matável é fundamental assinalar a visão seletiva do sistema penal e as diferenças no tratamento das equipes técnicas quanto aos jovens pobres, pretos e moradores de favelas. O olhar das equipes técnicas vai sempre ressaltar a “desestruturação” das famílias, a periculosidade dos seus locais de moradia e a demonização dos trabalhos ou estratégias de sobrevivência desses jovens. Essa polifonia de discursos vai transformar populações inteiras em alvos de operações militares truculentas. Essa visão vai erigir uma mentalidade quanto à letalidade policial e uma aceitação da resolução penal para os conflitos sociais, de adesão subjetiva à barbárie. (Vera Malaguti Batista, 2020)

“Em alguns momentos, a própria força religiosa é a força política” (Renato Lemos, historiador).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar possíveis padrões de autoritarismo entre a juventude que ascende ao ensino superior privado em função de políticas públicas de inclusão social, implementadas, especialmente, na primeira fase dos governos de centro-esquerda (2003-2016). Tal ideia foi desenvolvida como resultado de quase uma década de trabalho como docente no Centro Universitário Estácio Juiz de Fora, onde presenciamos a emergência de indícios de autoritarismo e conservadorismo entre os discentes. Para responder à indagação central acerca da existência – ou não - de comportamentos autoritários, procuramos observar a possível relação entre indícios de autoritarismo, conservadorismo e progressismo com pertencimento de classe e/ou frações de classes entre os cursos escolhidos (jornalismo, direito, administração, engenharia civil, enfermagem e odontologia). Nessa perspectiva, buscamos verificar a existência de modelos de autoritarismo/conservadorismo/progressismo, suas possíveis dimensões (econômica, moral, entre outras) e se tais discentes se posicionam, autoritariamente, diante de políticas de inclusão social, tendo como referência o papel do Estado. Para dar conta desse conjunto de questões, analisamos a construção das corporações de ensino superior privado e sua configuração monopolizada até o surgimento da Estácio Juiz de Fora. Nossa escolha pelo estruturalismo genético nos levou a criticar matrizes opostas do ponto de vista de nossa abordagem metodológica e epistemológica (como institucionalismo, pós-modernismo e foucaultismo). Usando tabelas binárias, Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e Análise de Correspondência Hierárquica (ACH), posicionamos, sociologicamente, os discentes na estrutura social, enfatizando seus capitais econômico, escolar, práticas sociais e, sobretudo, as mediações sociais. Correlacionamos as posições sociais dos alunos a suas tomadas de posição política, apreendendo os processos constitutivos das visões de mundo dos grupos, expressas em diferentes eixos da ACM. Mediante esse expediente, delineamos diversos campos semânticos que servem como matrizes doadoras de sentido e, como tais, nucleadoras do sistema de disposição e apreciação dos discentes, seu *habitus*. O resultado, isto é, as concepções dos alunos foram, por sua vez, articuladas, historicamente, com outras descobertas sociológicas na tentativa de apreensão da dinâmica dos processos sociais em tela.

Palavras-chave: autoritarismo; conservadorismo; classe social; *habitus*; violência simbólica.

ABSTRACT

This research aims to analyze possible patterns of authoritarianism among the youth that ascends to private Higher Education due to social politics, implemented, specially, in the first phase of left-wing governments (2003-2016). This idea has been developed as a result of a decade of work as professor at the University Center of Estacio Juiz de Fora, where we accompany the emergence of authoritarianism and conservatism's signs. In order to answer the main question regarding the existence – or not – of authoritarianism behavior, we studied the relation between the authoritarianism, conservatism and progressivism views with class membership and/or fractions of class membership. Taking into account this perspective, we tried to verify the existence of models of authoritarianism, conservatism and progressivism, their possible dimensions (such as economic, moral etc) and whether or not these students took authoritarian positions regarding social politics, having the State as reference. To respond these set of questions, we analyze the construction and development of private Higher Education and its monopolized configuration until Estacio Juiz de Fora's formation. Our choice for genetic structuralism has taken us to criticize research lines opposed to our methodological and epistemological approach (such as institutionalism, postmodernism and foucaltism). Using binary tables, Multiple Correspondence Analysis (MCA) and Hierarchical Correspondence Analysis (HCA), we position, sociologically, the students in the social structure, emphasizing their economic and intellectual capitals, social practices and, above all, the social mediations. Doing so, we manage to stablish a correspondence between the students' social position and their political perceptions, apprehending the constitutive processes that established the different world vision of the different groups, expressed in different axes of the MCA. Going through this approach, we outlined few semantic fields that operate as meaning-giving matrixes and, as such, nucleating the disposition and appreciation students' system, their habitus. The outcome, or rather, the students' conceptions were, in turn, historically articulate with previous sociological findings, in an attempt to apprehend the dynamics of the social processes taken into account.

Keywords: authoritarianism; conservatism; social class; *habitus*; symbolic violence.

RÉSUMÉ

L'objectif principal de ce travail est d'analyser les modèles possibles d'autoritarisme chez les jeunes qui accèdent à l'enseignement supérieur privé en raison des politiques publiques d'inclusion sociale, développées, en particulier, dans la première phase des gouvernements de centre-gauche (2003-2016). Cette idée a été développée à la suite de près d'une décennie de travail en tant que professeur au Centre Universitaire Estácio Juiz de Fora, où nous avons assisté à l'émergence de signes d'autoritarisme et de conservatisme parmi les étudiants. Pour répondre à la question centrale de l'existence – ou non – de comportements autoritaires, nous avons cherché à observer la relation possible entre les signes d'autoritarisme, de conservatisme et de progressisme et l'appartenance de classe et/ou les fractions de classe parmi les cours choisis (journalisme, droit, administration, génie civil, soins infirmiers et dentisterie). Dans cette perspective, nous cherchons à vérifier l'existence de modèles d'autoritarisme/conservatisme/progressisme, leurs dimensions possibles (économiques, morales, etc.) et si ces étudiants se positionnent de manière autoritaire face aux politiques d'inclusion sociale, en ayant comme référence le rôle de l'État. Pour rendre compte de cet ensemble de questions, nous avons analysé la construction des sociétés privées d'enseignement supérieur et leur configuration monopolisée jusqu'à l'émergence de l'Estácio Juiz de Fora. Notre choix du structuralisme génétique nous a conduit à critiquer les matrices opposées du point de vue de notre approche méthodologique et épistémologique (telles que l'institutionnalisme, le postmodernisme et le foucaultisme). À l'aide de tableaux binaires, d'Analyse des Correspondances Multiples (ACM) et d'Analyse des Correspondances Hiérarchiques (ACH), nous positionnons sociologiquement les étudiants dans la structure sociale, en mettant l'accent sur leurs capitaux économiques et scolaires, leurs pratiques sociales et, surtout, leurs médiations sociales. Nous mettons en corrélation les positions sociales des étudiants avec leurs positions politiques, en appréhendant les processus constitutifs des visions du monde des groupes, exprimées dans différents axes du ACM. À travers cet expédient, nous délimitons plusieurs champs sémantiques qui servent de matrices de sens et, en tant que tels, de nucléateurs de la disposition et du système d'appréciation des élèves, de leur *habitus*. Le résultat, c'est-à-dire que les conceptions des étudiants ont été, à leur tour, historiquement articulées avec d'autres découvertes sociologiques pour tenter d'appréhender la dynamique des processus sociaux en question.

Mots clés: autoritarisme; conservatisme; classe sociale; *habitus*; violence symbolique.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Evolução do número de cursos à distância (2000-2022).....	64
GRÁFICO 2	Número de contratos do FIES por ano (2000-2015)	67
GRÁFICO 3	Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), dotação orçamentária (em bilhões) e contratos firmados (em mil) – (2009-2019).....	68
GRÁFICO 4	Evolução do número de bolsas do Prouni (2005-2015).....	69
GRÁFICO 5	Categoria administrativa	91
FIGURA 1	Número de instituições e organizações de Ensino Superior – Brasil (2022).....	90
GRÁFICO 6	– Manifestação em São Paulo/Avenida Paulista: Manifestantes x capital cultural.....	170
GRÁFICO 7	Manifestantes versus renda.....	171
GRÁFICO ACM 1	Projeção das variáveis ativas sobre o eixo 1	261
GRÁFICO ACM 2	Projeção das variáveis ativas e suplementares sobre o eixo 1.....	283
GRÁFICO ACM 3	Projeção da categoria “cursos” sobre o plano cartesiano	291
GRÁFICO ACM 4	Projeção das variáveis ativas sobre o eixo 2	295
GRÁFICO ACM 5	Projeção das variáveis ativas e suplementares sobre o eixo 2.....	307
GRÁFICO ACM 6	Projeção dos três <i>clusters</i> no plano cartesiano.....	339

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução das matrículas da educação brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – (1964-1994)	60
TABELA 2	Evolução do número e de matrículas da educação superior por Categorias administrativa (pública e privada) – (1994-2006).....	61
TABELA 3	Os doze maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil	74
TABELA 4	Brasil – Receitas líquidas de empresas com ação na BM&F;FBovespa (2012-2015).....	87
TABELA 5	Margem EBITDA ajustada de empresas educacionais com ações na BM&F;FBovespa (Primeiro trimestre de 2014 a 2016).....	88
TABELA 6	Vagas na graduação: modalidade de ensino, tipo de vaga e categoria administrativa–Brasil 2022.....	92
TABELA 7	Total de alunos matriculados em 2019.....	95
TABELA 8	Curso versus Renda Familiar	212
TABELA 9	Curso versus Escolaridade do Responsável Masculino	214
TABELA 10	Curso versus Escolaridade da Responsável Feminina	216
TABELA 11	Curso versus Gênero	217
TABELA 12	Curso versus Raça.....	219
TABELA 13	Curso versus Religião	221
TABELA ACH 1	1º cluster variáveis ativas sobrerrepresentadas e sub-representadas...	323
TABELA ACH 2	1º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-Representadas.....	326
TABELA ACH 3	2º cluster variáveis ativas sobrerrepresentadas e sub-representadas	329
TABELA ACH 4	2º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-representadas	332
TABELA ACH 5	3º cluster variáveis ativas sobrerrepresentadas e sub-representadas...	333
TABELA ACH 6	3º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-Representadas.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
DM	Design de Moda
DG	Design Gráfico
JOR	Jornalismo
PEA	População Economicamente Ativa
PP	Publicidade e Propaganda
CS	Comunicação Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para todos
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PM	Polícia Militar
SEMESP	Entidade representativa das mantenedoras de ensino superior (privado)
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
SM	Salário Mínimo
BF	Bolsa Família
BV	Bolsa de Valores
EaD	Educação à Distância
ACM	Análise de Correspondência Múltipla
ACH	Análise de Correspondência Hierárquica
STF	Supremo Tribunal Federal
PP	Partido Progressista
YDUCS	Holding do setor educacional que detém, entre outras, a marca Estácio
PIB	Produto Interno Bruto
FHC	Fernando Henrique Cardoso
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BC	Banco Central
FMI	Fundo Monetário Internacional

PT	Partido dos Trabalhadores
Previ do Brasil	Empresa que administra a previdência privada do BB
BRASILPREV	Empresa que administra a previdência privada do BB
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
MST	Movimento dos Sem Terra
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
UNESA	Universidade Estácio de Sá
CFE	Conselho Federal de Educação
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto de Serviços sobre Qualquer Natureza
IR	Imposto de Renda
Panf	Programa de Auxílio às Instituições não Federais
PCE	Programa de Crédito Educativo
CREDOC	Programa de Crédito Educacional para Estudantes Carentes União Partido União Brasil
PMB	Partido da Mulher Brasileira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
COVID-19	Infecção respiratória grave causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
Novo FIES	Reestruturação do FIES, tornando-o mais acessível a alunos de baixa Renda
FDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
COFINS	Contribuição Social para Financiamento de Seguridade Social C
PIS-PASEP	Contribuição para o Programa de Integração Social
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
UNIP	Universidade Paulista
UNINOVE	Universidade 9 de Julho
Unit	Universidade Tiradentes

UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul
INFOMONEY	Informativo especializado em mercado
PE	Private Equity
PEA	
KPMG	Multinacional de serviços de auditoria, consultoria e demonstração financeira
CESu	Câmara de Ensino Superior
IPO	Sigla em inglês para Oferta Pública Inicial
Comatrix Soluções	Especialista de consultora em gestão empresarial
USP	Universidade de São Paulo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
EBITDA	Lucro da empresa antes dos impostos, despesas financeiras e amortização.
UniToledo	Centro Universitário Toledo
Ibmec	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
Adtalem Education	Educacional do Brasil Empresa que faz parte da Adtalem Global
EUA	Estados Unidos da América
Wyden	Empresa de educação superior
Damásio	Empresa de educação com forte investimento em concursos (como exame da OAB)
Med e Clio	Marcas que foram adquiridas pela Adtalem que, por sua vez, foi comprada pela YDUQS
Athenas Grupo Educacional	Grupo empresarial de educação superior
Qconcursos	Empresa especializada na preparação para concursos
FESJF	Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora
MEC	Ministério da Educação
MBA	Master in Business Administration/pós-graduação em administração
AP	Ação Pedagógica
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
TC	Teoria Crítica

RD	Renda declarada
EFT	Ensino Fundamental Total (engloba os níveis incompleto e completo)
EMT	Ensino Médio Total (engloba os níveis incompleto e completo)
ES	Ensino Superior
PG	Pós-graduação
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos, assexuais
JB	Jair Bolsonaro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
TDL	Teologia da Libertação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CF	Constituição Federal (1988)
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
TP	Teologia da Prosperidade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PRB	Partido Republicano Brasileiro (agora, Republicanos)
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PP	Partido Progressistas
DEM	Democratas (apenas uma nova sigla para o PFL – Partido da Frente Liberal)
Inep	Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
PDT	Partido Democrático Trabalhista
REDE	Rede Sustentabilidade
PODEMOS	Partido Podemos cujo nome foi inspirado na campanha de Barak Obama à presidência dos EUA: “yes, we can”, ou seja, “sim, nós podemos.
NOVO	Partido Novo
PATRIOTA	Partido Patriota
PEA	População Economicamente Ativa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	28
2. LULISMO, CORPORAÇÕES EDUCACIONAIS E GERAÇÃO.....	43
2.1 O LULISMO COMO “REFORMISMO FRACO”	45
2.1.1 O avesso da hegemonia e a pequena política	49
2.2 DITADURA CIVIL-MILITAR E LDB: INCENTIVO À PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	56
2.2.1 FIES e Prouni, o financiamento indireto ao setor privado.....	66
2.2.2 A lógica das fusões, aquisições, oligopólios	71
2.2.3 Mapa das fusões e radiografia do setor de educação superior	76
2.2.4 A constituição de uma holding: Estácio S.A. e o discurso gerencial.....	79
2.2.5 Uma das maiores corporações educacionais do país, a YDUQS, e a Estácio Juiz de Fora.....	92
2.3 AS GERAÇÕES: SITUAÇÃO, CONEXÃO E UNIDADE.....	97
2.4 ETNOGRAFIAS EM SALA DE AULA	101
3. MATRIZES SOBRE O AUTORITARISMO.....	113
3.1 A ESCOLHA DO LUGAR TEÓRICO: A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA....	115
3.2 OS LIMITES DA TRADIÇÃO FOUCAULTIANA E O AUTORITARISMO NEOLIBERAL.....	125
3.3 AS MIGALHAS DA PÓS-MODERNIDADE ANTROPOLÓGICA.....	134
3.4 OS INSTITUCIONALISTAS E O CANCELAMENTO DO SOCIAL	143
3.5 A TEORIA CRÍTICA: PSICANÁLISE E MATERIALISMO HISTÓRICO	148
3.6 EQUÍVOCOS DAS ANÁLISES SOBRE O AUTORITARISMO.....	155
3.7 O FENÔMENO DO AUTORITARISMO VISTO POR DOIS OLHARES	158
3.8 MATRIZES MODERNAS DE ESTUDOS SOBRE O AUTORITARISMO NO BRASIL	164
3.9 CONSERVADORISMO E PROGRESSISMO.....	180
3.10 OS DOIS POLOS – DIRETA E ESQUERDA.....	191
4. UMA GENÉTICA SOCIAL DOS CURSOS: POSICIONAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS	199
4.1 CONSTRUINDO O ÍNDICE DE AUTORITARISMO	200
4.1.1 – Tipo ideal	209
4.2. ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA CIVIL.....	211
4.3. JORNALISMO	226
4.4. ODONTOLOGIA.....	233

4.5. ENFERMAGEM	238
4.6 DIREITO.....	240
5 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM).....	247
5.1. CONSTRUÇÃO DO GRÁFICO E SEUS EIXOS: ESCOLHA DAS VARIÁVEIS ATIVAS E SUPLEMENTARES	251
5.2. ANÁLISE DA TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DAS MODALIDADES E DO EIXO 1	258
5.2.1. Análise do eixo 1: o aglomerado das posições autoritárias	259
5.2.2. Os valores evangélicos e seu projeto de poder	264
5.2.3. A dimensão “solvente” das religiões universais	271
5.2.4. Modalidades conservadoras e/ou autoritárias	275
5.2.5. Análise do eixo 1: o aglomerado das posições progressistas	279
5.2.6. As modalidades suplementares do eixo 1: autoritários.....	282
5.2.7. As modalidades suplementares do eixo 1: progressistas.....	288
5.2.8. Projeção do curso de administração sobre o eixo 1.....	290
5.3. ANÁLISE DO EIXO 2: AGLOMERADO DAS POSIÇÕES CONSERVADORAS POLÍTICAS	294
5.3.1. Análise do eixo 2: aglomerado dos não posicionamentos	301
5.3.2. Eixo 2: as variáveis suplementares	306
5.3.3. Modalidades suplementares: região superior do gráfico, os não-posicionamentos.....	313
5.4. A ÚLTIMA AUSÊNCIA NOS EIXOS.....	319
6. ANÁLISE DE CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA (ACH) E CAMPOS SEMÂNTICOS	321
6.1. HOMOLOGIA ESTRUTURAL E REPRODUÇÃO	343
6.2. COSMOVISÃO E IDEIAS FORÇAS: O ANTIPETISMO.....	350
6.3.1. O deslocamento da noção de contrato: a força de uma mediação	364
6.4. COSMOVISÃO E IDEIAS-FORÇA: A DIMENSÃO NEOLIBERAL	369
6.5. COSMOVISÃO E IDEIAS-FORÇA: A DIMENSÃO PUNITIVA.....	378
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	385
Referências Bibliográficas	404
APÊNDICE A – SE TRABALHA VERSUS CURSO.....	416
APÊNDICE B - HORAS TRABALHADAS POR SEMANA VERSUS CURSO.....	417
APÊNDICE C – POSSUI PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL VERSUS CURSO	418
APÊNDICE D – RENDIMENTO FAMILIAR VERSUS CURSO.....	419
APÊNDICE E - NÚMERO E PERCENTUAL DE ESTUDANTES ENTREVISTADOS	

420	
APÊNDICE F – NÚMERO E PERCENTUAL DE GÊNERO	421
APÊNDICE G – NÚMERO E PERCENTUAL DE RAÇA.....	421
APÊNDICE H – GÊNERO VERSUS VOTO NO 2º TURNO.....	422
APÊNDICE I – GÊNERO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	423
APÊNDICE J - GÊNERO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM	424
APÊNDICE K - GÊNERO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA)	425
APÊNDICE L - GÊNERO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO.....	426
APÊNDICE M – GÊNERO VERSUS AVALIAÇÃO GOVERNO JAIR BOLSONARO	
427	
APÊNDICE N – GÊNERO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	428
APÊNDICE O – GÊNERO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA.....	429
APÊNDICE P – GÊNERO VERSUS JUSTIÇA POPULAR	430
APÊNDICE Q – GÊNERO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO	431
APÊNDICE R - GÊNERO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA	
431	
APÊNDICE S – GÊNERO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	432
APÊNDICE T – GÊNERO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO	433
APÊNDICE U - GÊNERO VERSUS UNIÃO ENRE PESSOAS DO MESMO SEXO.	434
APÊNDICE V – RELIGIÃO VERSUS VOTO NO 2º TURNO	434
APÊNDICE W – RELIGIÃO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE	435
APÊNDICE X - RELIGIÃO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM	436
APÊNDICE Y – RELIGIÃO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM	437
APÊNDICE Z – RELIGIÃO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO.....	437
APÊNDICE AA – RELIGIÃO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR	
BOLSONARO.....	438
APÊNDICE AB – RELIGIÃO VERSUS REDUCAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	438
APÊNDICE AC – RELIGIÃO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA.....	439
APÊNDICE AD – RELIGIÃO VERSUS JUSTIÇA POPULAR.....	439
APÊNDICE AE - RELIGIÃO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO	440
APÊNDICE AF- RELIGIÃO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA	
440	
APÊNDICE AG – RELIGIÃO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	441
APÊNDICE AH – RELIGIÃO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO	442
APÊNDICE AI – RELIGIÃO VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	
443	
APÊNDICE AJ – RAÇA VERSUS VOTO NO 2º TURNO.....	444

APÊNDICE AK - RAÇA VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	445
APÊNDICE AL – RAÇA VERSUS AVALIAÇÃO DA PM.....	445
APÊNDICE AM – RAÇA VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM.....	446
APÊNDICE AN – RAÇA VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO.....	446
APÊNDICE AO – RAÇA VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO.....	447
APÊNDICE AP – RAÇA VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	447
APÊNDICE AQ – RAÇA VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA.....	448
APÊNDICE AR – RAÇA VERSUS JUSTIÇA POPULAR.....	448
APÊNDICE AS – RAÇA VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO.....	449
APÊNDICE AT – RAÇA VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA	449
APÊNDICE AU – RAÇA VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	450
APÊNDICE AV – RAÇA VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO.....	451
APÊNDICE AW – RAÇA VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	452
APÊNDICE AX – RENDA FAMILIAR VERSUS VOTO NO 2º TURNO.....	453
APÊNDICE AY - RENDA FAMILIAR VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	454
APÊNDICE AZ – RENDA FAMILIAR VERSUS AVALIAÇÃO DA PM.....	455
APÊNDICE BA - RENDA FAMILIAR VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM .	456
APÊNDICE BB – RENDA FAMILIAR VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO 457	
APÊNDICE BC - RENDA FAMILIAR VERSUS AVALIAÇÃO GOVERNO JAIR BOLSONARO.....	458
APÊNDICE BD - RENDA FAMILIAR VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	459
APÊNDICE BE - RENDA FAMILIAR VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA.....	460
APÊNDICE BF - RENDA FAMILIAR VERSUS JUSTIÇA POPULAR.....	461
APÊNDICE BG - RENDA FAMILIAR VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO.....	461
APÊNDICE BH - RENDA FAMILIAR VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA.....	462
APÊNDICE BI - RENDA FAMILIAR VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	463
APÊNDICE BJ - RENDA FAMILIAR VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO.....	464
APÊNDICE BK - RENDA FAMILIAR VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO.....	465
APÊNDICE BL - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS VOTO NO 2º TURNO.....	466
APÊNDICE BM - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	467
APÊNDICE BN: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS	

AVALIAÇÃO DA PM.....	468
APÊNDICE BO: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM	469
APÊNDICE BP: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO	470
APÊNDICE BQ - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO	471
APÊNDICE BR - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	472
APÊNDICE BS - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA	473
APÊNDICE BT - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS JUSTIÇA POPULAR	474
APÊNDICE BU - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO	475
APÊNDICE BV - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA	476
APÊNDICE BW - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA	477
APÊNDICE BX - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO	478
APÊNDICE BY - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	479
APÊNDICE BZ - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS VOTO NO 2º TURNO	480
APÊNDICE CA - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	481
APÊNDICE CB - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS AVALIAÇÃO DA PM.....	482
APÊNDICE CC - RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM	483
APÊNDICE CD - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO	484
APÊNDICE CE - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS X AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO	485
APÊNDICE CF - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	486
APÊNDICE C - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA.....	487
APÊNDICE CH - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS JUSTIÇA POPULAR	488

APÊNDICE CI - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO	489
APÊNDICE CJ - ESCOLARIDADE FEMININA VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA.....	490
APÊNDICE CK - ESCOLARIDADE FEMININA VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA.....	491
APÊNDICE CL - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO	492
APÊNDICE CM - RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO.....	493
APÊNDICE CN - CURSO VERSUS MÚSICA CLÁSSICA	493
APÊNDICE CO - CURSO VERSUS MÚSICA GOSPEL	494
APÊNDICE CP - CURSO VERSUS MPB	494
APÊNDICE CQ - CURSO VERSUS SERTANEJO.....	495
APÊNDICE CR - CURSO VERSUS LITERATURA DE AUTO-AJUDA.....	495
APÊNDICE CS - CURSO VERSUS AVENTURA	496
APÊNDICE CT - CURSO VERSUS LITERATURA CLÁSSICA	496
APÊNDICE CU - CURSO VERSUS LITERATURA INFANTIL	497
APÊNDICE CV - CURSO VERSUS LITERATURA TÉCNICA	497
APÊNDICE CW - CURSO VERSUS TELEVISÃO	498
APÊNDICE CX - CURSO VERSUS LEITURA DE JORNAIS E/OU REVISTAS.....	498
APÊNDICE CY - CURSO VERSUS YOUTUBERS.....	499
APÊNDICE CZ - CURSO VERSUS SE POSSUI RELIGIÃO	499
APÊNDICE DA- CURSO VERSUS REDES SOCIAIS	500
APÊNDICE DB - CURSO VERSUS VOTO NO 2º TURNO	501
APÊNDICE DC - CURSO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE.....	501
APÊNDICE DD - CURSO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM.....	502
APÊNDICE DE - CURSO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM.....	502
APÊNDICE DF - CURSO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO	503
APÊNDICE DG - CURSO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO.....	503
APÊNDICE DH -CURSO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	504
APÊNDICE DI - CURSO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA	504
APÊNDICE DJ - CURSO VERSUS JUSTIÇA POPULAR	505
APÊNDICE DK - CURSO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO	505
APÊNDICE DL - CURSO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA	

APÊNDICE DM - CURSO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA	506
APÊNDICE DN - CURSO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO	507
APÊNDICE DO - CURSO VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO 507	
APÊNDICE DP - CURSO VERSUS SUCESSO/INSUCESSO PROFISSIONAL.....	508
APÊNDICE DQ -CURSO VERSUS AVALIAÇÃO SOBRE SINDICATO	508
APÊNDICE ACM-A: VARIAÇÃO DOS EIXOS DE ACORDO COM A TAXA MODIFICADA DE BENZÉCRI	509
APÊNDICE ACM-B: DEMONSTRATIVO DA VARIÂNCIA EXPLICADA PELOS EIXOS 1 E 2 PELA TAXA MODIFICADA DE BENZÉCRI (GRÁFICOS 1 E 2)	511
APÊNDICE ACM-C: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS PARA O EIXO 1 512	
APÊNDICE ACM-C: VARIÁVEIS ATIVAS COM CONTRIBUIÇÃO ACIMA DA MÉDIA (1,32%), EIXO 1.....	513
APÊNDICE ACM- D: VARIÁVEIS SUPLEMENTARES IMPORTANTES PARA O EIXO 1.....	514
APÊNDICE ACM-E: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS DO EIXO 2	514
APÊNDICE ACM-F: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS ACIMA DA MÉDIA (1,32%), EIXO 2	515
By active categories - Mean contribution 1.32%.....	515
APÊNDICE ACM-G: VARIÁVEIS SUPLEMENTARES IMPORTANTES PARA O EIXO 2.....	516
APÊNDICE ACM-H: DENDOGRAMA	516
APÊNDICE EA – QUESTIONÁRIO.....	517
APÊNDICE EB.....	527
APÊNDICE ED – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP ESTÁCIO DE SÁ.....	529
APÊNDICE ED – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UFJF.....	529
ANEXO A - Gráfico do número de vaga oferecidas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – (Brasil, 2014-2022).....	528
ANEXO B - Gráfico do número de ingressantes em cursos de graduação Brasil (2012- 2022).....	528
ANEXO C - Gráfico dos percentuais das modalidades presencial e EaD nas redes.....	529
pública e privada (2022)	529
ANEXO D - Gráfico do número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos – Brasil (2022)	529
ANEXO E - Ranking do setor de transações 2023/2º trimestre/acumulado dos dois primeiros trimestres.....	530

1. INTRODUÇÃO

O longo processo que culminou na elaboração da presente pesquisa teve seu início no ano de 2010, quando iniciamos a docência na então Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora como professor do departamento de Comunicação Social. Lecionamos disciplinas periféricas (Semiótica e Estética da Imagem) até 2018 e, com o passar dos anos, nos dedicamos a outras matérias, tais como Teoria da Comunicação e Introdução às Ciências Sociais. Seja como for, no final de 2018, na sequência de demissões em massa que já haviam se tornado comuns na instituição, fomos também demitidos – vale lembrar que nosso ingresso havia sido possível em virtude do desligamento de outros trabalhadores em outras demissões, configurando a mesma lógica. Ora, a libertação dos vínculos trabalhistas nos propiciou a liberdade necessária ao trabalho acadêmico. No ano anterior, havíamos ingressado na pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no doutorado, com o intuito de estudarmos o que nos parecia ser a emergência da “questão do autoritarismo”.

Tudo começara, como dito, em nosso ingresso na instituição; as duas disciplinas mencionadas, Semiótica e Estética da Imagem, tinham – e na época não nos apercebemos disso – a vantagem de nos colocar em posição estratégica, pois estavam presentes na ementa de vários cursos, o que nos possibilitava a aquisição de um verdadeiro panorama de diferentes universos sociais. Pudemos não apenas ministrá-las em vários cursos, mas sobretudo ter contato direto (e analítico) com os(as) alunos(as) das áreas de design de moda (DM), design gráfico (DG), jornalismo (JOR) e publicidade e propaganda (PP). Todos eles sob o guarda-chuva demasiado genérico da “comunicação social” (CS) que, grosso modo, se caracterizava por ser composta por alunos de estratos sociais mais baixos, como veremos.

Esse ciclo durou aproximadamente uma década e, aos poucos, permitiu com que nossa imersão se adensasse. Ministramos, mesmo que de forma esporádica e ao sabor das demandas – a “captação de alunos”, na linguagem estratégica e supostamente neutra desses grandes conglomerados educacionais – outras disciplinas em outros cursos. Tivemos a extraordinária sorte de sermos professores de Introdução às Ciências Sociais; algumas vezes substituímos colegas na mesma disciplina, em direito. Mas ainda permanecendo no universo da Comunicação, após os meses iniciais de trabalho, um conjunto de situações começou a se apresentar diante de nossos olhos; situações que, com insistência, permaneceriam como uma constante ao longo de toda a década: parte dos alunos, e aqui nos referimos, de início, aos estudantes que compunham os quatro cursos de CS, apesar de beneficiados por políticas de inclusão social (no caso da educação privada, Fundo de Financiamento Estudantil [FIES] e

Programa Universidade para Todos [PROUNI]), se voltavam contra os governos de centro-esquerda, responsáveis diretos (e indiretos) pela elaboração de políticas públicas que facilitavam sua inclusão na educação superior. Essa primeira suposta contradição se tornaria ainda mais intrigante com o tempo, pois passaria a se repetir, de forma mais complexa, com respeito a outros temas, nas mais diversas situações entre (parte) dos alunos que se caracterizavam, entre outros elementos, pela baixa extração social, origem geograficamente posicionada – eram periféricos – e outro componente fundamental: trabalhavam grande parte de seu dia e, em larga medida, se beneficiavam da formalização empregatícia (da carteira assinada). Em cursos com maior poder aquisitivo, essas posições pareciam se intensificar ainda mais, como demonstraremos.

E, como resultado desse complexo processo de incorporação de jovens ao ensino superior privado, grande contingente desses estudantes (de jornalismo, por exemplo) era composto por pretos e pardos. Um universo racialmente complexo e diversificado, cujas diversas cores abarrotavam as classes e os auditórios, trazendo as marcas (na pele, no corpo, nas roupas, gestos e modo de se expressar) daqueles grupos que, até então, não haviam tido acesso ao ensino superior, mesmo que privado. Com efeito, havia algo intrigante (e instigante) no ar.

Mas existia outro elemento surpreendente: a intensidade radical que se desdobrava em agressividade de alguns estudantes não apenas no que diz respeito à defesa do primado do mercado sobre a organização da vida social, que deveria se sobrepor às políticas públicas de inclusão (que, diga-se de passagem, foram determinantes para a sobrevivência e expansão de várias instituições privadas de educação através dos financiamentos públicos). A ausência de predisposição ao diálogo, à escuta efetiva do outro como interlocutor capaz e igual na dinâmica do debate nos parecia ter sido quase que totalmente erradicada por posicionamentos intempestivos mediante os quais a possibilidade da troca de ideias se viu deslocada pela certeza do monopólio da verdade. Outra parte, porém, - o outro lado da moeda - se via pelas lentes da história, compreendendo o “Lulismo” nos seus “prós e contras”, para simplificarmos. Eles se opunham ao primado do mercado e defendiam, ao contrário, políticas de inclusão social.

Tratava-se de um universo fracionado e radicalizado, em que as oposições pareciam se concentrar em dois polos contrários. No curso de DG, por exemplo, que se singularizava pela juventude aberta à diferença, a pichação – uma forma essencial de revolta política e estética contra a realidade dada – se torna (entre parte deles) um anátema, sendo concebida como vandalismo. As cotas, por sua vez, teriam “sucateado” o ensino público, alcunha que gerou um dos momentos mais impressionantes e sociologicamente ricos desse período: quando um aluno

branco, de passado simpático a posições de extrema direita – com fortes indícios autoritários -, se contrapõe à medida sob o argumento de que as cotas estariam sucateando o ensino em virtude da incorporação de jovens pretos. Em público, a fração não branca da sociedade brasileira é reduzida à “sucata”. Aquela situação, sentimos à época, encarnava certa “estrutura de sensibilidade”. Mas seria, de fato, uma “estrutura”?

Dentro da mesma lógica, nas salas de publicidade e propaganda e, de forma significativamente diferenciada, nas aulas de jornalismo, a corrupção era debatida como traço intrínseco à esquerda, e teria de ser erradicada do país – solução final para os problemas nacionais – a qualquer custo. Para a esquerda, o “mensalão”; para a direita, “o mensalinho” (referência aos desvios de verbas do PSDB, em Minas Gerais), ambos gerando investimentos psíquicos e acusações radicais. Por outro lado, a primazia do mercado, reificada, tornava o questionamento do neoliberalismo campo minado: o projeto de uma sociedade desvinculada da hegemonia do mercado se fazia – num sentido tangível – impensável. Fato que não se fazia sentir entre grande parte dos estudantes de jornalismo, ardentes defensores da primazia de políticas públicas como estratégia de inclusão social.

Se nos cursos de mais baixa extração socioeconômica, como exemplificado em jornalismo, encontrávamos posições mais simpáticas ao Estado; nos de maior poder aquisitivo, como o de administração, o tema do aborto gerava fortes embates, especialmente devido à força da matriz religiosa de cunho protestante evangélico – fato sociológico fundamental que, à época, ainda não percebíamos quão poderosa sua influência seria. Em direito que, como veremos, se caracteriza por maior concentração econômica que JOR, os tipos de pena - redução ou não da maioria penal - fracionavam as turmas, ensejando discussões intensas e criativas. Contudo, o que permanecia, ao longo dos anos, era a surpreendente força da defesa de penas mais intensas para o adolescente e jovem infrator (em exatamente metade da turma). Certas frações discentes alimentavam um ódio visceral contra tudo aquilo que sugerisse formas mínimas de inclusão. O antipetismo parecia permanecer.

Odontologia, curso cujos alunos acompanhamos no pátio da instituição – nunca esquecendo, seguindo os interacionistas, que a ordem social pode ser concebida como teatro – expunha a força intrigante dos mecanismos de exclusão social. Tratava-se do curso que, com maior intensidade, exercia o ofício da distinção, pois eram quase que os únicos estudantes a monopolizar o uso do branco. Fechados no precioso círculo das diversas estratégias separatistas, permaneciam sempre juntos, sem interação com os demais estudantes. Naturalmente, se tratava do curso de maior poder aquisitivo. Conversando com uma colega que lhes ministrou a disciplina *Introdução às Ciências Sociais*, ela nos deu o indício do tipo de percepção que tendia

a configurar – ao que parecia – a visão de mundo desse grupo. Ao perceberem, de longe, que ela se aproximava da sala, uma das alunas expressou o sentimento possivelmente compartilhado pela maioria: “Lá vem aquela professora que gosta de pobres”.

O fato é que, em maior ou menor grau, desde o início de nossa docência, essas situações tendiam a se repetir, o que nos levou à seguinte indagação: que tal fazer do ofício da docência em uma instituição de educação privada nosso campo etnográfico? Como enfrentar esse aparentemente difuso e confuso conjunto de fenômenos? Haveria entre eles um liame (mais profundo e complexo) que, porventura, serviria de chave analítica? Decidimos, portanto, ainda no primeiro ano, encetar uma etnografia de sala de aula com vistas a compreender, antes de mais nada, se se tratavam de ações esparsas, desconectadas, que chamavam a atenção mediante a intensidade das defesas de suas tomadas de posição ou se, de fato, estaríamos diante de algo mais complexo, conectado a raízes sociais mais profundas cuja genética merecia ser deslindada. Esse dilema, encarnado nessa questão mais ampla, guiou nossas análises de campo e a maneira pela qual, ao longo dos anos, coletamos observações para dar substância empírica ao que viria pela frente.

A incursão da polícia militar (PM) nos arredores da Estácio Juiz de Fora, em 9 de maio de 2018, pode ser considerada a gota d’água. Um grupo de alunos da instituição fazia uso ilegal de substância entorpecente. Acionadas por denúncia anônima, três viaturas da PM (com seis policiais fortemente armados, inclusive com escopetas) dirigiram-se ao local, encontrando um cigarro da substância no chão. A PM atribuiu o fato a onze alunos (depois o número cairia a dez), ameaçando-os com escopetas e, posteriormente, encaminhando-os, mediante uso excessivo de força, à delegacia de plantão. Os seis PMs ainda ameaçaram dois professores, testemunhas da ocorrência. No outro dia, em discussão (acalorada), na sala de aula, três alunos, oriundos da periferia, defenderam a truculência da polícia sob dois argumentos centrais: o de que os alunos estavam errados e, portanto, mereceram o uso desmedido de força, sendo essa a maneira tradicional da PM agir. Perguntados se não percebiam que, na medida em que se encaixavam no estereótipo tradicional de uma sociedade dividida em classes e estruturalmente racista – pretos, pobres e periféricos – não seriam, provavelmente, as próximas vítimas desse ciclo de violência, disseram simplesmente “sim”, “É assim que a polícia age”, expressou um deles em perfeito exemplo, acreditávamos, de naturalização dos fatos sociais (e o que nos parecia introjeção da violência).

A presente pesquisa é um esforço de compreensão dessas experiências e tem por objetivo, mais amplo, o estudo do que acreditamos ser o autoritarismo como fenômeno social, possivelmente engendrado, entre outros elementos, pela posição social que essa juventude

ocupa na estrutura de nossa sociedade, posição essa que contribui para a construção de seu *habitus* de classe (Bourdieu, 1987, 1992, 2000, 2007, 2013, 2019). Recolocando nossa principal indagação: trata-se de conjunto fragmentado e aparentemente incoerente de predisposições antidemocráticas, condensadas em certos grupos de alunos? Ou estamos diante de um fenômeno profundo, que coloca em questão a própria estrutura social, mais especificamente, o pertencimento de classe dos grupos, conformando seu sistema de visões e predisposições acerca do mundo social? De forma mais objetiva: o que se desenhou ao longo de nossa docência foi um emaranhado de posições individuais e sem conexão social efetiva ou, ao contrário, existia um *habitus* de classe gerador dessa determinada lógica de posicionamento político?

Essa questão, que norteia o presente trabalho, consiste em verificar se, de fato, o pertencimento de classe contribui para estruturar a visão de mundo da juventude que ascende ao ensino superior privado na Estácio Juiz de Fora. Se a partir de um padrão, que possamos denominar provisoriamente de “autoritário”, há correlação positiva entre classe e aumento dessas disposições autoritárias? O que nos intrigava ainda mais é que, em nosso contato com alunos provenientes de estratos mais privilegiados, as disposições autoritárias pareciam ser mais consistentes – como o caso de direito, que apresentava significativas frações de alunos a defender posições radicais no que diz respeito à punição. Em administração, a naturalização dos processos sociais e a aceitação das formas constitutivas do capital se apresentava, pelo menos à primeira vista, mais intensa. As posições dos alunos de odontologia apontavam para táticas de segregação ainda mais explícitas: a força de sua coesão social parecia sobremaneira determinante; o branco – essa distinção - excluía todos aqueles que não o portavam.

No que diz respeito a jornalismo, curso composto por alunos de menor capital econômico, as posições tendiam, em geral, a serem mais à esquerda – apesar de brutais exceções. Nos parecia que a contaminação do mercado, se assim podemos nos expressar, apresentava indícios mais fortes nos demais cursos do que nos grupos marcados por maior exclusão social. Por isso, nossa hipótese (geral) é que quanto mais alta a classe social, maior o nível de propensão ao autoritarismo entre os respondentes. Preliminarmente, nos filiamos à tradição sociológica (Pierucci, 1987, 1989, 1990; Alves, 2000) que, grosso modo, defende que o fenômeno do autoritarismo é, sobretudo, uma “proposta de sociabilidade” (Pierucci, 1990) a combinar diversas práticas, discursos e ações que cobrem desde a defesa da distinção, das hierarquias sociais e da intolerância, abrangendo tanto a esfera pública quanto privada a partir de soluções e percepções moralizantes. Por isso, em nosso entendimento, o autoritarismo se enraíza em várias dimensões sociais – a exemplo das esferas moral e política, constituindo-se, especificamente, como um fenômeno multidimensional. Um conjunto altamente intrincado de

percepções e disposições que, submetido a contextos político-históricos determinados, tende a emergir sob diversas modalidades e em diversos graus. Como nos ensina Pierucci (1990), o autoritarismo é mediado por racionalizações ao redor de uma identidade que se autorreferencia e, nesse processo, se opõe às outras, negando-as completamente. Enquanto um tipo de fenômeno social total (Pierucci, 1990), ele encarna uma concepção global de sociedade e uma forma de sociabilidade intolerante na moral e na política econômica, excludente na religião, estigmatizante no social e desagregadora na dimensão institucional.

Nessa perspectiva, acreditamos que os diversos tipos de capital, as redes de sociabilidade, o lazer, as instituições, as organizações privadas de educação superior, entre outras, atuam como relações de mediação altamente complexas que, conjuntamente, contribuem para a geração (e o adensamento) de tendências mais autoritárias nos estratos sociais superiores. Muito mais do que de determinações econômicas diretas e mecânicas, o que nos interessa no presente trabalho é a análise do intrincado conjunto de mediações que, atuando sempre em relação – como “afinidades eletivas” -, operam enquanto mecanismos de sobredeterminação do fenômeno em tela. Deste modo, sempre procuraremos, do ponto de vista metodológico, mapear relações e relações de relações em busca do delineamento e apreensão das mediações - esses operadores sociais sobredeterminantes dos diversos *habitus* das diferentes classes e frações de classe.

Mencionamos “frações de classe”, o que nos leva, nesse ponto, a posicionarmos, sociologicamente, os discentes que serão estudados. De acordo com os dados de nossa pesquisa, 79,4% dos respondentes trabalham e 57,2% cumprem jornada semanal superior a 40 horas, o que aponta para o papel determinante do trabalho na vida desses jovens, sendo que o percentual de alunos contemplados com financiamento estudantil é revelador: 66,1% dos discentes de enfermagem; 40,6% dos de engenharia civil; 35,3% dos de direito; 34,7% dos de jornalismo; 33,9% dos de administração e 33,3% dos alunos de odontologia, o que aponta para a significativa dependência de auxílio estatal para a conclusão da graduação¹.

As tabelas A, B, C e D do apêndice são referentes aos dados acima citados, podem ser vistas ao final deste trabalho. Adiantamos que a diferença de estética entre elas se deve ao fato de que, em meados de 2023, nosso computador teve uma pane de forma que perdemos o programa SPSS, responsável pela geração das primeiras tabelas. Assim, baixamos uma versão

¹ As tabelas podem ser vistas no apêndice deste trabalho.

mais nova que apresenta estética em cinza e branco, mas que pode ser lida da mesma forma que as anteriores (pois se trata do mesmo programa).

Quanto à leitura, basicamente, levamos em consideração as colunas, pois informam os percentuais de alunos no interior de cada curso. Por exemplo, quanto à tabela A (apêndice), 70,6% dos alunos de direito trabalham (o dado fica sempre na segunda linha de cada célula, em frente à expressão “% dentro de curso”) ao passo que 29,4% não trabalham; 75,5% dos discentes de jornalismo trabalham, sendo que 24,5% estão fora do mercado de trabalho. A mesma lógica, naturalmente, pode ser aplicada na tabela B.

Considerando, agora, o curso de engenharia civil: 10,2% dos alunos de engenharia civil trabalham até 10 horas/semana; 3,4% dos jovens no interior do curso de engenharia trabalham de 10 a 20 horas semanais; 13,6% dos discente investem de 20 a 30 horas por semana no trabalho e, finalmente, 72,9% de engenharia trabalham acima de 40 horas semanais.

Em contrapartida, a tabela E (apêndice) apresenta somente os percentuais dos alunos em diferentes cursos, sem estabelecer cruzamentos entre variáveis – ela representa as frequências dos discentes. Discutiremos a opção pela leitura das porcentagens no interior de cada curso no capítulo dedicado, exclusivamente, à análise de tabelas.

Dito isso, nos voltamos para os dados do Instituto SEMESP/Agência Brasil², que constam do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2020). Eles apontam que 40,3% dos alunos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) trabalham e estudam, percentual que sobe para 61,8% nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas – percentuais significativamente menores que os dos docentes da Estácio Juiz de Fora. Quanto à jornada de trabalho, 30,0% dos estudantes das empresas com fins lucrativos trabalham de 41 a 50 horas semanais, percentual que cai a 19,9% entre os discentes das instituições públicas, sendo que, em nosso universo de análise, os números sobem a 57,2% (na categoria “acima de 40 horas”).

Nessa perspectiva, o rendimento da unidade familiar permite que se desvende a localização social desses jovens e de sua família na estrutura social: 40,6% da renda familiar total variam de dois a quatro salários mínimos (SM), o que representa que o maior percentual de respondentes de nossa amostra se encaixa na classe D. Já 28,3% dos jovens são oriundos de

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>

famílias cuja renda é de até dois SM, pertencentes à classe E, o que nos permite deduzir que praticamente 70% dos entrevistados (68,9%) pertencem a famílias cuja renda total é de até quatro SM, encaixando-se, portanto, nas classes D e E. Esse é o perfil dos discentes que compõem, majoritariamente, nosso objeto de estudo. Para completar os dados econômicos, 22,2% contam com ganhos familiares entre quatro e 10 SM, inserindo-se na classe C e apenas 8,8% acima de dez SM³ (classe B).

Os dados caracterizam o perfil do jovem que ascende ao ensino superior privado cuja vida se fragmenta em diferentes planos de realidade, especialmente, entre o trabalho e o estudo (Foracchi: 1972 e 1977). Ao pesquisar os jovens de universidade federal na década de 70, a autora Foracchi (1977) distingue dois tipos-ideais: o “estudante trabalhador” e o “trabalhador estudante”. Para o primeiro, o “trabalho e o estudo podem ser conjugados porque existe tanto o trabalho parcial quanto os cursos noturnos” (Foracchi, 1977, p. 46). Dentro dessa lógica, o trabalho representa a possibilidade de preservar os estudos, pois ambas as lógicas podem ser conjugadas, apesar de certa perda na qualidade dos estudos. Diversa, porém, é a situação do segundo tipo-ideal: o “trabalhador estudante”. Obrigado a dedicar-se completamente ao trabalho em tempo integral, e sem perspectiva de concluir com qualidade sua graduação, tende a optar por um curso que não seja incompatível com sua atividade profissional. “O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória e, por essa razão, referimo-nos a esse jovem trabalhador que estuda” (*Ibidem*, p. 49). Nosso universo de estudos, portanto, é composto por alunos oriundos de frações mais baixas do espectro socioeconômico de maneira que o trabalho é vital para a manutenção de seus estudos.

Tendo em vista que estamos lidando com segmentos “populares” e característicos da desigualdade brasileira, e que se diferenciam, em vários aspectos, dos ingressantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), elaboramos a primeira questão específica: estamos diante de um único modelo de autoritarismo (caso exista) ou, ao contrário, se trata de vários tipos que, dependendo das circunstâncias políticas, sociais e históricas, articulam-se, aproximam-se e, com isso, estabelecem “pactos”? São vários ou apenas um tipo paradigmático de autoritarismo?

³ As tabelas podem ser consultadas em apêndice D.

Em nossa visão, defendemos que existe um modelo específico do fenômeno que começa a despontar, e que se caracteriza pelo pertencimento a estratos mais altos da estrutura social. Portadores de maior capital cultural e de um modelo mais denso de predisposições autoritárias estariam vinculados às expectativas de preservação de privilégios e da ordem social.

Já nossa segunda questão específica diz respeito aos possíveis campos semânticos constitutivos da predisposição autoritária no sentido de matrizes produtoras de significados ordenadores do mundo social. Especificamente, queremos saber: o fenômeno (caso, de fato, ele exista e esteja na base da visão de mundo desses alunos) se estrutura a partir de múltiplas lógicas produtoras de sentido? Ou, ao contrário, pode ser pensado como a resultante de predisposições punitivistas e antipetistas, que operariam como matrizes produtoras de significado na sua constituição? Diante da experiência de sala de aula, nossa hipótese (específica) defende a constituição de duas faces de uma mesma moeda – o antipetismo, responsável pelo fracionamento entre as posições, grosso modo, esquerda/direita, e o punitivismo, explicitado na defesa do arbítrio policial e redução da maioria penal (entre outras). Essas seriam as duas âncoras de produção de sentido - o político e o punitivo - que se articulam à posição de classe e que responderiam pela construção do autoritarismo.

A terceira questão específica diz respeito à oposição de parte dessa juventude às políticas públicas de inclusão social, cujos efeitos incidem não apenas sobre parte significativa do universo em questão, como também sobre a própria existência da Estácio como empresa no mercado de educação a se beneficiar do repasse de verbas públicas. Em outras palavras: o que explica o fato de que parte desses alunos tende a apoiar intensa e radicalmente políticas de cunho neoliberal, cujos efeitos contribuem para sua própria exclusão socioeconômica? Como se explica o fato de que alunos beneficiados por políticas públicas se voltem contra a intervenção do Estado na economia e sociedade? Nossa hipótese aponta para o que nos parece ser uma das falhas do “Lulismo”: a opção por inserir a juventude periférica na estrutura social apenas pelo mercado de trabalho. Não teria havido, dentro desta lógica, um conjunto mais consistente de políticas de formação cidadã, voltadas para essa juventude, em especial. Os efeitos dessa inserção “mutilada” no social – pelo mercado – se fariam sentir na aversão ao Estado.

Para enfrentar esse desafio, encarnado na busca de compreensão do autoritarismo como fenômeno sociopolítico, decidimos ampliar o leque da pesquisa até então restrita ao universo da CS. Abrimos mão de DM, DG e PP, optando por analisar a realidade dos cursos de Jornalismo e Direito, no eixo de Humanas. O primeiro apresentava traços, à primeira vista, mais

à esquerda, ao passo que o segundo se singularizava pelo impressionante fracionamento – entre progressistas e autoritários (era assim que ele nos aparecia no trabalho de campo). Procuramos, ademais, saindo da “zona de conforto” (os cursos de CS em geral de menor poder aquisitivo), analisar a possível lógica autoritária nos eixos de Exatas e Biológicas. Para o primeiro, aproveitando de nossa experiência anterior, optamos por Administração – o curso que se fracionara quanto ao aborto – e o de Engenharia Civil, que supúnhamos ser intensamente conservador.

Nossa hipótese era a de que encontraríamos, grosso modo, intensa oposição entre Humanas e Exatas, o que nos permitiria cobrir os polos de esquerda e direita. Em Biológicas, escolhemos o curso caracterizado por ser o de menor poder aquisitivo – enfermagem – com grande número de mulheres; por outro lado, odontologia se singulariza por ser o grupo de maior renda familiar, se opondo ao primeiro. Biológicas seria nosso centro, em termos de percepção política - acreditávamos.

Em síntese, foram escolhidos seis cursos – jornalismo, direito, enfermagem, odontologia, engenharia civil e administração - e aplicados 382 questionários que, grosso modo, cobriram 24,5% do total dos discentes (1.557). A nossa amostra é composta predominantemente por mulheres (51,6% para 48,4% homens) ao passo que o percentual de brancos é pouco superior ao de não brancos: 51,3% dos primeiros para 16,7% de pretos e 29,4% de pardos (constituindo, portanto, 46,1% de não brancos⁴). Vendo os dados em termos de percentual de participantes: do total de respondentes (382) – houve duas omissões -, direito representa 13,4% dos alunos da pesquisa; jornalismo, 12,8%; engenharia civil, 18,1%; administração, 15,4%; enfermagem, 16,2% e odontologia, 23,6%. Portanto, o último curso acabou sendo sobrerrepresentado.

Todos eram do período noturno, pois partimos do pressuposto de que, nesse horário, encontraríamos grandes frações de alunos divididos entre trabalho e estudo, um dos traços desse estrato que, àquela época, ascendia ao ensino superior privado. Ou seja, procuramos recortar nossos grupos a partir dessa delicada dualidade que caracteriza o aluno acolhido pelo Lulismo: a articulação entre trabalho e estudo (entendendo que os estudos seriam inviáveis sem o trabalho). Para responder às questões apresentadas, estruturamos a tese em cinco capítulos.

No primeiro momento, em linhas gerais, procuramos observar a dimensão conjuntural, responsável pela complexa grelha de processos que, conjuntamente, acarretaram esse fenômeno

⁴ As tabelas de gênero e raça também podem ser consultadas no apêndice.

novo na realidade social brasileira. Nos atentamos à incorporação de grandes contingentes sociais e geracionais, até então excluídos da estrutura social pelo ensino superior privado através de políticas públicas de inclusão social, especialmente FIES e PROUNI. Para tanto, na primeira parte, discutimos o “Lulismo” enquanto fenômeno social e político complexo, descrevendo seus efeitos sobre a realidade social brasileira e a constituição de novos mecanismos de mediação social que interferem na sociabilidade e na subjetividade da juventude.

Uma articulada rede de programas, nas mais diversas esferas sociais - desde o Bolsa Família (BF) até o congelamento da cesta básica e o aumento do salário mínimo (acima da inflação), crédito consignado, “Luz para Todos” - gerou, pelo menos, a inclusão de 29 milhões de brasileiros. Se no mercado interno pôde-se perceber a dinamização da economia nacional; a dimensão macro, porém, apresentou o contraponto das escolhas políticas daquela década (e os limites do Lulismo), expressando-se na manutenção da posição periférica do país em relação ao mercado internacional, com câmbio flutuante, juros altos (quando não altíssimos) e contenção de gastos. Dentro dessa lógica, a despeito de seus avanços, o Lulismo foi sobretudo – e, ao que tudo indica na terceira gestão, continua a ser - a manutenção da ordem social vigente (Singer, 2016, 2012; Braga, 2016; Oliveira, 2010; Boito, 2013; Vianna, 2007; Coutinho, 2010, Fonseca, 2013).

Discutiremos, em linhas rápidas, o retorno de Lula da Silva ao poder e a persistência do Bolsonarismo no final da primeira seção, procurando atualizar a conjuntura na qual escrevemos essa tese, marcada - do início ao fim - pelos efeitos do Lulismo no tecido social e as consequentes e radicais tomadas de posições, especialmente, é preciso que se diga, da direita. Sem intencionalidade alguma - nos parece -, o Lulismo tocou em pontos nevrálgicos da ordem social: foram os efeitos desse “toque” que presenciamos em sala de aula.

Um dos resultados desse “pacto conservador” – e aqui entramos na segunda parte do segundo capítulo – foi a constituição de enormes conglomerados educacionais, cuja concentração e expansão se deve, especialmente, aos significativos repasses de dinheiro público à iniciativa privada (no caso, às empresas de educação com fins lucrativos). Não se pode esquecer – e esse é um dos pontos de partida dessa seção – que a escolha pela educação privada superior (levada a cabo pela ditadura civil-militar e mantida pelos demais presidentes) teve como objetivo a desconstrução do potencial crítico do movimento estudantil da época, encastelado nas instituições federais.

Nosso argumento central consiste, sobretudo, no delineamento dessas corporações educacionais: em 2007, a Estácio de Sá se transforma em sociedade anônima de capital aberto,

investindo na Bolsa de Valores (BV), processo cuja lógica pode ser observada em todos os grandes *agentes* do setor – a exemplo da Kroton. A reconfiguração da empresa passa a seguir os critérios do mercado e a valorização das ações na BV com estratégias rápidas e eficientes de captação de clientes – as frações de jovens sedentos por inclusão social via mercado – com cursos rápidos (tecnológicos e Educação à Distância – EaD). É dentro desse processo que se inaugura a Estácio Juiz de Fora, cuja história é contada ao longo da segunda parte.

Já a seção final busca apresentar sociologicamente a juventude que ascende ao ensino superior privado; para tanto, partimos do conceito de “posição de geração” e especialmente “unidade geracional” (Mannheim, 1982, p. 79), procurando entender sua especificidade – exposição aos mesmos processos históricos, constituição de “estratificação de experiência” e tomadas de posição (diferentes) diante de conjunturas políticas específicas. Para completar, apresentamos parte de nosso trabalho de campo - experiências, situações imprevistas, conflitos entre alunos, dilemas, ponderações e, especialmente, as reações diante de políticas de inclusão social (cotas, FIES, PROUNI) e ações como a pichação.

No terceiro capítulo enfrentamos nossos oponentes, na medida em que o presente trabalho se estrutura em franca crítica a três matrizes de pesquisa cujos efeitos deletérios, acreditamos, precisam ser objetivados com ênfase nos seus limites e, especialmente, na erradicação da gênese social do que acreditamos ser o fenômeno do autoritarismo. São elas: o foucaultismo, a antropologia pós-moderna e o institucionalismo. Quanto ao primeiro, procuramos expor sua incapacidade de perceber (e apreender) as estruturas formativas da sociedade capitalista. Fato que os leva a conceber o neoliberalismo – “a nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016) – como o resultado das concorrências individuais e da “empresa”, desconsiderando mecanismos centrais responsáveis pela formação da ordem social moderna. Nossa proposição é que somente a partir do desvendamento das estruturas do capital é que conseguiremos dar os primeiros passos no delineamento da dimensão autoritária do neoliberalismo (caso consigamos apreendê-la como um padrão de comportamento).

Quanto à antropologia pós-moderna, apontamos a elisão das estruturas centrais de formação da sociedade burguesa, o mergulho estéril na empiria sem a contrapartida teórica, o que, entre outros fatores, tende a impedir a construção de padrões conceituais capazes de captar a complexidade dos processos históricos. Além do mais, abordamos a falta de autorreflexividade sobre as próprias categorias conceituais usadas, mutilação que contribui para a aceitação inconsciente do discurso e das percepções de senso comum. Sem este tipo de reflexividade, as próprias categorias científicas, são reificadas e, em consequência, contribuem para a duplicação

dessa reificação no próprio ato da pesquisa. Ainda abordaremos os limites do que consideramos ser o “identitarismo” e a unilateralidade das “políticas de reconhecimento” (Honneth, 2003) vinculados a essa matriz de pesquisa. Esses são alguns dos questionamentos sobre o fenômeno mais amplo da pós-modernidade que tende a colonizar diversas matrizes de conhecimento.

O institucionalismo, por sua vez, menos infenso a esse tipo de degenerescência, tende a aceitar as instituições sem correlacioná-las aos fenômenos sociais, responsáveis por sua constituição. Por isso, tende a contribuir para erradicar os processos inscritos na gênese do aparato institucional do Estado, conformando-se a percepções formais acerca do mundo social. Em outras palavras, o autoritarismo passa a ser concebido como fenômeno imanente à dimensão institucional que, desenraizada do social, é naturalizada (e mutilada) pelo olhar do pesquisador. São análises imanentes. Como resultado, o fenômeno em tela é reduzido a um conjunto de aspectos apreendidos de forma enviesada e esvaída de substância histórica. O alarido dos fenômenos, por exemplo, fala mais alto que o silêncio das trajetórias sociais dos agentes, suas relações de competição e complementação no campo que elas sim, em nosso entendimento, contribuem para a construção do fenômeno autoritário na sua interface com os meios de comunicação de massa.

Refletimos, por fim, nessa primeira seção do terceiro capítulo, sobre a Teoria Crítica que, devido a seu grau de complexidade e a profundidade de suas contribuições para o entendimento do fenômeno autoritário, recebe outra abordagem. Destacamos algumas de suas contribuições – como o entendimento do autoritarismo como processo imanente às estruturas e dinâmicas do capitalismo para, em seguida, apontarmos o que nos parece ser uma de suas fraquezas: a primazia das categorias psicanalíticas sobre as marxistas.

Em seguida, discutimos com a tradição de pesquisas clássicas sobre o autoritarismo (Pierucci, 1987, 1989, 1990; Alves, 2000; Fernandes, 1979) e abordamos criticamente os estudos mais recentes (Messenberg, 2017; Solano, 2018, 2017; Cardozo, 2019; Tatagiba, 2018; Cavalcante, 2015; Rocha, 2019; Ridenti, 2018; Gentile, 2018; Fernandes, Messenberg, 2018; Chaloub; Perlatto, 2019). Destacamos os conceitos de conservadorismo e progressismo (Burke, 1982; Mannheim, 1982; Huntington, 1957) e criticamos as concepções liberais de esquerda e direita (Bobbio, 1995).

É a partir dessa perspectiva crítica que propomos uma abordagem vinculada à sociologia genética (Bourdieu, 1987, 1992, 2000, 2007, 2013, 2019; Pierucci, 1987, 1989, 1990; Fernandes, Messenberg, 2018; Cardozo, 2019), que busca a compreensão do autoritarismo a partir da análise dos processos sociais que, tendo em vista as posições dos agentes na estrutura

social e a força das mediações sociais, contribuem para a construção de um *habitus* específico que está na base da geração das tomadas de posição dos agentes sociais diante do mundo social.

Dentro dessa lógica, defendemos que o pertencimento de classe, as diferentes relações que se estabelecem entre os capitais, as práticas sociais dos agentes – como seu lazer, sua interação com o conteúdo das redes sociais, seu estilo musical – são elementos que, como afinidades eletivas, tendem a operar conjuntamente na estruturação da visão de mundo dos agentes que – nunca, é bom frisar – operam no vazio social das concepções liberais. As posições políticas, morais, identitárias e econômicas dos agentes são escolhas que, em larga medida, respondem por sua posição no mundo social que contribui para a *têmpera* de seu *habitus*, para força de seu arsenal cognitivo e por sua relação com sistemas complexos de mediação como as organizações de ensino e as matrizes religiosas. Defendemos, portanto, uma análise do autoritarismo e de seu correlato – o conservadorismo – e de sua *nêmesis* – o progressismo – a partir das condições sociais de possibilidade que contribuem para definir como, ao fim e ao cabo, os agentes percebem o mundo – e agem diante dele.

No quarto capítulo, apresentamos sociologicamente cada um dos cursos. Para tanto, analisamos uma série de tabelas binárias cujos resultados nos permitem delinear os tipos de capital de cada agrupamento, de suas relações (como a predominância do capital econômico sobre o escolar e vice-versa), da sua rede de sociabilidade e de suas práticas de lazer. Nessa perspectiva, procuramos compreender a composição de cada curso no que tange a gênero, raça, formação escolar dos responsáveis etc. Cruzamos cada uma dessas categorias – como gênero, por exemplo – com algumas respostas a nosso questionário para aferir as tendências (autoritária, conservadora e progressista) e sua possível influência nas percepções dos cursos.

Quanto ao quinto capítulo, utilizamos a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) que objetiva a construção de modalidades representativas das tomadas de posições dos agentes. Analisamos, dentro dessa lógica, dois eixos centrais que expressam em seus polos os traços caracterizadores de quatro grupos encontrados pelo método para, em seguida, cruzarmos tais modalidades com traços socioeconômicos dos cursos. Articulamos os resultados das duas metodologias com vistas a explorar e refletir sobre nossas descobertas.

No sexto capítulo, utilizamos outra metodologia conectada à ACM, a Análise de Correspondência Hierárquica (ACH) que, entre outros méritos, permite com que os aglomerados sejam expressos como *clusters* altamente condensados. Somando-se a isso, os *clusters* socioeconômicos permitem ricas correspondências entre os diversos tipos de modalidades. O fundamental é que dispomos, em síntese, de três métodos que corroboram uns aos outros – tabelas binárias, ACM e ACH. Por fim, munidos de, acreditamos, algumas

descobertas, iremos discutir a presença ou ausência do autoritarismo, observando se, de fato, ele adquire novas configurações e esferas de sentido. Em seguida, procuramos elaborar nossas considerações finais e, ao mesmo tempo, apontar para novas possibilidades de pesquisa empírica - sempre levando em conta o pertencimento de classe, as mediações sociais e a multideterminação do *habitus* dos agentes sociais.

Uma última nota de contexto: enquanto escrevemos estas linhas, o presidente Luís Inácio Lula da Silva retornou ao poder por meio de ampla coalizão, tendo como vice-presidente o notório ex-tucano, Geraldo Alckmin. Mesmo com resultado apertadíssimo – 50,90% (60.345.999) contra 49,10% (58.206.354) -, a frente de oposição ganha de Jair Bolsonaro, fato que poderia, diga-se de passagem, tornar o presente trabalho obsoleto. Todavia, como tentaremos demonstrar ao longo de toda a tese, o Bolsonarismo é muito maior e mais complexo do que a figura do ex-capitão que, contando com a conjuntura política, foi capaz de canalizar uma série de descontentamentos difusos e confusos, mas que tinham como centro o ódio à esquerda. Muita coisa já aconteceu: o descontentamento dos eleitores de extrema-direita iria gerar o “08 de janeiro”, a tentativa de golpe dos bolsonaristas que, desconsolados, não somente não aceitaram o resultado das urnas como depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em outras regiões do Brasil, escolas foram invadidas; crianças assassinadas. Conluíus de golpes descobertos.

Se, por meio de Lula, a centro-esquerda, sobremaneira enfraquecida, retorna ao poder executivo; o Bolsonarismo conquista grandes vitórias no Congresso Nacional que, ao que tudo indica, se torna – em termos institucionais - um dos bastiões do Bolsonarismo. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se recusou a aceitar os pedidos de impeachment do ex-presidente Jair Bolsonaro, demonstra mais força e acua o executivo. Mas mais importante e, talvez em virtude disso, mais invisibilizado, o Bolsonarismo demonstra que está vivo e, sim, passa muito bem, pois, ao que tudo indica, se trata de um fenômeno cujas raízes remontam à nossa história colonial e que parece ter deixado marcas estruturais na nossa formação como nação. O(a) leitor(a) verá que é sobre esse fenômeno social que tantas, tantas vezes se confunde com a película do cotidiano, que nos debruçamos.

Por isso, apesar de nosso questionário (presente no apêndice) trazer algumas questões sobre o pleito eleitoral de 2018, o que expressa (e encarna) nosso esforço são as questões atinentes à percepção duradoura de nossos(as) entrevistados(as). Ou seja, indagações sobre a pena de morte, a redução da maioria penal, se os valores tradicionais estariam invertidos, uso de minissaias, reforma da educação, casamento entre pessoas do mesmo sexo – todas essas

questões têm a vantagem de, ao aferirem a percepção dos entrevistados, serem capazes de auxiliar no delineamento do autoritarismo tupiniquim – se é que, de fato, ele existe.

A vantagem de uma sociologia que se volta sobre a opacidade do cotidiano – parafraseando Geertz (1973) - é que ela se propõe a apreender a genética invisibilizada (e invisibilizante) dos fenômenos sociais e culturais. Jair Bolsonaro perdeu; o bolsonarismo, por outro lado, parece fazer parte da nossa subjetividade contemporânea. Portanto, o esforço de compreendê-lo continua sendo tarefa permanente – e atual.

2. LULISMO, CORPORAÇÕES EDUCACIONAIS E GERAÇÃO

Na primeira seção deste capítulo, apresentamos o Lulismo nos seus ganhos, recuos e impasses determinados por sua natureza de “pacto político conservador” (Fonseca, 2013; Singer, 2012), com ênfase em suas principais contradições (Singer, 2012, 2016; Braga, 2016; Oliveira, 2010; Boito, 2013; Vianna, 2007; Coutinho, 2010; Fonseca, 2013). Na primeira parte dessa seção, enfatizamos a dimensão social do fenômeno, em especial, as políticas de inclusão – Bolsa Família (BF), crédito consignado, congelamento do preço da cesta básica, ativação do mercado interno e, é claro, a ampliação da educação superior. Discutimos, ainda, a estratégia lulista de se apropriar do crescimento econômico internacional daquela conjuntura histórica para ativar o mercado interno e incluir segmentos historicamente invisibilizados.

Em seguida, abordamos a negatividade do Lulismo, especialmente, sua política macroeconômica e financeira, vinculada ao programa da gestão anterior, calcada no tripé: inexistência de controle do fluxo de capitais, alto superávit primário e juros exorbitantes. Na última parte da seção sobre esse “pacto conservador”, analisaremos a relação do fenômeno com o Estado, ou seja, o processo histórico de captação das lideranças sindicais pelo aparelho burocrático estatal, o que culmina com a parcial neutralização das reivindicações da categoria. Ademais, nos propomos a observá-lo dentro do processo histórico que lhe impõe limites reformistas determinados pelas exigências políticas daquela conjuntura e, naturalmente, pelas escolhas políticas das duas primeiras gestões da centro-esquerda.

Dentro dessa lógica, o “avesso da hegemonia” (Oliveira, 2010), o “Estado condomínio” (Vianna, 2007) e a “pequena política” (Coutinho, 2010) serão as três perspectivas teóricas a partir das quais analisamos o fenômeno nos seus aspectos estruturais, expondo as vinculações mais profundas do Lulismo com a ordem sistêmica do capital, limite estruturante de suas políticas de inclusão de renda e de enfrentamento da ordem burguesa.

Procuraremos demonstrar como esse processo foi responsável, entre outros fatores, por uma nova formação social, a dos grandes conglomerados educacionais oligopolizados que captam enormes contingentes das frações mais baixas da juventude. Nessa perspectiva, defendemos que eles passam a atuar como mediações sociais (e simbólicas) cuja contribuição para a formação do *habitus* dessa juventude não pode (e não deve) ser menosprezada do ponto de vista sociológico. Se o Lulismo não foi responsável pela criação da educação superior privada; sua contribuição para o adensamento dessa nova configuração é inegável.

Por isso, a segunda seção do presente capítulo procura delinear histórica e socialmente o processo de constituição dos grandes conglomerados educacionais que, enquanto mediações, defendemos, passam a operar como processos de subjetivação (Dardot; Laval, 2016) da juventude. Tendo em vista esse objetivo, antes de mais nada, procuramos fazer uma genética social dos processos históricos e das decisões políticas que contribuíram, a médio prazo, para a configuração oligopolizada das corporações. Nessa perspectiva, discutimos a opção política dos governos da ditadura civil-militar (1964-1985) em favor do fortalecimento da educação superior privada, tendo como objetivo, entre outros, o enfraquecimento do movimento estudantil, um dos focos de resistência contra o arbítrio daquele período, encastelado nas instituições federais de ensino superior (IFES).

Em seguida, descrevemos a constituição da lógica expansionista das instituições de educação superior que, a partir da década de 90, iniciam feroz processo de fusão e aquisição, gerando empresas cada vez maiores e mais fortes na competição de mercado. O Estado, por sua vez, por meio de financiamentos indiretos e isenções, fortalece cada vez mais o setor empresarial da educação, deslocando, gradativamente, fundos públicos para tais organizações. O cúmulo dessa dinâmica acontece a partir dos anos 2000, quando as empresas, transformando-se em sociedades anônimas de capital aberto, passam a investir na Bolsa de Valores (BV). Esse processo pode ser visto, defendemos, como resultado, na educação brasileira, da nova configuração do capitalismo financeiro, afetando processos e estruturas de gestão de setores que, até então, estavam sob a égide do Estado e que foram, gradativamente, deslocados para o mercado. Dentro dessa lógica, a educação, ao que tudo indica, parece ser um de seus casos mais surpreendentes.

Por fim, delineamos a criação e o desenvolvimento da Estácio de Sá, desde sua origem no Rio de Janeiro (RJ), até se tornar YDUQS, um dos maiores grupos educacionais do país. Esboçada a história da empresa, descrevemos a Estácio de Juiz de Fora, instituição responsável por captar grande fração da juventude da Zona da Mata e cujos alunos (uma fração deles, melhor dizendo) compõem nosso objeto de estudos.

Já na última parte desse segundo capítulo, buscamos delinear tais jovens da Zona da Mata que ascendem ao ensino superior privado. Para tanto, abordamos a juventude como “categoria social” (Mannheim, 1982), mediante os conceitos de “situação de geração”, “conexão de geração” e “unidade de geração”, que permitem apreender social e historicamente as faixas etárias, percebendo o efeito de sua exposição aos fatos históricos, os modos de estratificação de suas experiências e consciências e suas tomadas de posição política e identitária.

Nosso intuito consiste em definir, especialmente, o conceito de “unidade de geração”, que nos permite compreender, de forma teoricamente mais aprofundada, como diferentes frações de uma mesma geração se diferenciam e se posicionam, muitas vezes, com diferenças radicais, no interior de uma mesma conjuntura histórica. Esses grupos aceitaram ou rejeitaram as políticas públicas implementadas pelo Lulismo? Sob quais argumentos? Com que intensidade? Defenderam a deposição institucional da então presidenta Dilma Rousseff? E a prisão de Lula da Silva? Que posições políticas são passíveis de serem delineadas a partir dessas escolhas?

2.1 O LULISMO COMO “REFORMISMO FRACO”

Dando início à nossa análise, o comparativo entre o primeiro e o último ano da gestão Lula da Silva, por um lado, e as medidas implementadas a partir de 2004 e 2005, geradoras de profundos impactos no panorama econômico brasileiro, por outro, demonstram alguns aspectos essenciais desse fenômeno histórico, o “Lulismo”, marcado pela contradição entre pequenos avanços e recuos (Singer, 2012, 2009).

Nos primeiros meses de 2003, o governo recém-eleito de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) aumenta a taxa de juros de 25% para 26,5%⁵, modificando a meta do superávit

⁵ Nossa apresentação de dados sobre o período inicial do Lulismo se baseia em Singer (2012, 2009) que expõe, sinteticamente, as principais medidas implementadas à época e seus impactos no panorama socioeconômico do país. Tomamos a obra “Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador” (2012) como contraponto crítico, pois, se de um lado, expõe avanços gerados pelo fortalecimento de políticas públicas; por outro, o autor, no nosso entendimento, não consegue levar às últimas consequências a elaboração de uma crítica mais profunda ao Lulismo. A perspectiva estruturalmente crítica será, ao contrário, levada a cabo por autores de formação marxista, tais como Vianna (2007), Coutinho (2010), Oliveira (2010) e Boito (2013) cujos argumentos centrais serão retomados no presente trabalho, logo após a apresentação dos dados e análises elaborados por Singer (2012, 2009).

primário de 3,75%, em 2002, para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). A essas duas medidas segue-se corte no orçamento federal de R\$ 14,3 bilhões, e a reforma conservadora na Previdência Social, ao passo que o salário mínimo permanece quase que congelado até o ano seguinte (2004). O crescimento do PIB do mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), diz o autor, caíra de 2,7%, no último ano tucano, para pífios 1,3%, nos primeiros doze meses da gestão Luís Inácio. Em dezembro de 2002, o desemprego sob FHC foi de 10,5%; um ano depois, o percentual de desempregados subia 0,4% (10,9%), com queda da renda média de 12,3%.

Entretanto, no final de 2010, os juros haviam sido reduzidos para 10,75% ao ano (a taxa real era de 4,5%); o superávit primário caíra a 2,8% do PIB ao passo que o salário mínimo aumentara 6% acima da inflação. Mais de 12 milhões de famílias recebiam o Bolsa Família (BF) e o crédito subira de 25 para 45% do PIB, aumentando o padrão de consumo dos segmentos mais desfavorecidos. A inversão dos dados econômicos aponta para a constituição de uma forma de dominação social conservadora (Fonseca, 2013), o Lulismo, que será analisado nessa seção.

Passado o primeiro ano de governo, a gestão lulista implementa conjunto de medidas destinadas a incluir o estrato mais baixo da população na dinâmica econômica e, com isso, ativa o mercado interno. Ocorre aumento real do salário mínimo de 24,25% (no primeiro mandato) ao passo que o programa Bolsa Família (BF) chega a atender 11,4 milhões de famílias em 2006, dispendendo R\$ 7,5 bilhões (entre 2003 e 2006). Por sua vez, o salário mínimo aumenta 8,2%, em maio de 2005. Em 2010 ele será 50% maior que no último ano de FHC. O crédito consignado, ao permitir desconto do débito na folha de pagamento com juros baixos, contribui para o aumento do consumo de bens básicos. O valor do crédito salta de R\$ 11 bilhões, em 2004, para R\$ 119 bilhões, em 2010. Ainda em 2004, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste em salário mínimo (SM) a idosos e deficientes com renda familiar inferior a um quarto do SM, é ampliado mediante redução de idade de 67 para 65 anos (2,4 milhões de pessoas passam a receber o BPC em 2006). Soma-se a isso programas como o “Luz para Todos”, de eletrificação rural, e a regularização de terras quilombolas.

O conjunto de políticas públicas do período se estrutura no tripé – Bolsa Família (BF), elevação do salário mínimo (SM) e expansão do crédito – ao qual se somam programas sociais específicos e redução do preço da cesta básica. Acrescenta-se a isso outra das conquistas fundamentais do período: a intensa formalização das relações de trabalho seguida da queda do desemprego de 10,5%, em dezembro de 2002, para 8,3% no mesmo período em 2005. Em dados brutos (Singer, 2012; Neri, 2010) o resultado mais surpreendente do período é a melhoria da qualidade de vida básica de, pelo menos, 29 milhões de pessoas (Singer, 2012).

Em contraposição, a macroeconomia desvela a outra dimensão das políticas lulistas, caracterizadas por metas de inflação pré-fixadas, câmbio flutuante, superávits primários nas contas públicas, autonomia operacional do Banco Central (BC) na determinação das taxas de juros e, como corolário dessa lógica, inexistência de controle sobre fluxo de capitais financeiros. As medidas corroboram a posição do então candidato Lula da Silva, expressa na “Carta ao Brasileiros” (junho de 2002), na qual, dirigindo-se aos principais atores do mercado financeiro, compromete-se em manter os princípios basilares da política econômica da gestão FHC, em especial o Plano Real (responsável pelo controle da inflação na gestão Fernando Henrique Cardoso). “A continuidade do ‘pacote FHC’ foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e conseqüente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real” (Singer, p. 75, 2012).

Decorre desse conjunto de escolhas conservadoras, a manutenção de medidas neoliberais estabelecidas pelo governo anterior, em especial as altas taxas de juros como uma das formas de contenção da inflação e a inexistência de controle sobre o fluxo de capitais. O mercado, entidade personalizada pelas corporações midiáticas, acalma-se diante da iminência da ascensão do candidato de esquerda. O retorno dos dólares segura a inflação que chegara a 12,53%, em 2002, descendo para 7,6% em 2004 e 5,7% no ano seguinte. Dentro dessa lógica, se há ortodoxia no plano macroeconômico; as políticas de inclusão social, internamente, são fortalecidas pelo papel indutor do Estado, gerando obras de infraestrutura e empregos, em especial, na construção civil e no setor de serviços. Mais do que isso: o Estado orienta o crescimento econômico, fomentando mudanças “moleculares” que, no seu conjunto, apontam para os primeiros passos de superação da pobreza (Singer, 2012).

O pulo do gato de Lula foi sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica construir substantiva política de promoção do mercado interno voltada aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser mais exato) (*Ibidem*, p. 76).

O contexto internacional também desempenhou papel significativo nessa nova configuração. De 2002 a 2006, ainda seguindo Singer (2012), o preço das *commodities* foi valorizado em até 89%. O país cresce a despeito da transferência de renda do Estado para os setores financeiros e rentistas da economia. A balança comercial, superavitária, sai de R\$ 13,2 bilhões, em 2002, para R\$ 46,4 bilhões, em 2006, processo que ocorre em conjunção com o

aumento da liquidez internacional, que contribuiu para o acúmulo de reservas em dólar pelo BC, cujo montante mais que quintuplica durante o período 2002/2006. Já a relação dívida externa/PIB cai de 42% para 16%. A majoração do preço das *commodities* e a entrada de capital estrangeiro contribuíram para que a gestão de Lula da Silva quitasse a dívida brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A opção pela transferência de renda à população mais desfavorecida aliada à expansão do crédito, dinamizando a economia, permitiu com que se aproveitasse a janela de oportunidades aberta pelo *boom das commodities*. O incremento da balança comercial encontra o mercado interno ativado pela conjunção de diversos fatores - consumo dos beneficiários do BF, ampliação do crédito consignado, aumento do SM e congelamento da cesta básica. Por outro lado, se a bonança da economia mundial foi, positivamente, significativa para a configuração positiva do período em análise, não podemos deixar de salientar a importância das escolhas políticas lulistas. Acrescentemos a isso a própria reconfiguração do Estado por meio do aprimoramento dos bancos públicos como instrumentos efetivos de financiamento, mais o fortalecimento de instituições de crédito para apoio à micro, médias e pequenas empresas (a expansão do crédito salta de R\$ 381 milhões, em 2003, a R\$ 1,4 trilhão [com 't'], em 2010). “As condições para o combate à pobreza viriam da neutralização do capital por meio de concessões, não de confronto” (*Ibidem*, p. 188, 189).

Por tudo isso, o Lulismo deve ser entendido dentro de seus sentidos contraditórios, que demarcam seus limites de conservação e mudança na medida em que, a despeito de ter incorporado propostas originais do Partido dos Trabalhadores (PT), não foi capaz de implementá-las com o vigor necessário ao enfrentamento efetivo do capital. Bandeiras tradicionais do petismo da década de 80 foram ou excluídas ou aplicadas anemicamente. Tributação de fortunas, revisão das privatizações da década de 90, desapropriação de latifúndios e estatização foram alijadas do debate político.

Não se tratou, portanto, de “lentidão” (Singer, 2012) na implementação das propostas, mas de sua efetiva erradicação da agenda política pública, dentro dos limites postos pelo Lulismo, considerado por Singer como “reformismo fraco”. Dentro dessa lógica, a dualidade permanece: se, por um lado, Lula da Silva arquiva a postura “reformista forte”, atrelada a propostas de mudança substantiva da ordem social e vinculada à tradição petista; por outro, teria impedido o avanço da desregulamentação das leis trabalhistas. O aspecto contraditório do Lulismo pode ser visto na formalização dos empregos sem conseguir evitar as condições de precarização, alta rotatividade e flexibilidade (Braga, 2016).

O desdobramento desse processo é a ascensão do subproletariado⁶ e o deslocamento das classes fundamentais, ou melhor, da luta efetiva entre classes, para o fundo da cena política. A polarização entre esquerda e direita, grosso modo, entre PT e PSDB, esmaece. Para esse modo de interpretação, o Lulismo “faz uma rearticulação ideológica, que tira centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres” (Singer, 2012, p. 32). O autor, porém, não parece apreender a extensão das consequências desse processo que, ao despolitizar a própria nervura do debate político, em especial, a percepção das lutas dos movimentos sociais, instrumentaliza a pobreza, fazendo-a objeto de gestão burocrática.

Na análise de Singer (2012), o Lulismo passa a representar os interesses do subproletariado que é retirado da influência da burguesia e elevado a principal força no poder governamental, de modo que a gestão de Lula da Silva realizaria as principais aspirações dessa fração de classe. Ora, dentro dessa perspectiva, os limites impostos pela própria ordem do capital às políticas lulistas são apenas mencionados na análise do autor, enfraquecida por desconsiderar o impacto estruturante do sistema para o fenômeno em tela. Como dissemos, são os autores de formação marxista que apontaram e apreenderam os efeitos sistêmicos sobre tais políticas.

2.1.1 O Averso da hegemonia e a pequena política

Ao contrário de simples “reformismo fraco”, o advento do Lulismo demarca mudança fundamental nas relações de domínio, pois os dominados realizam a “revolução moral”, supostamente tomando as rédeas do poder e a estrutura do Estado. No entanto, ao invés de manifestar a transformação efetiva da estrutura social, apropriam-se dos mecanismos estatais para perpetuar a dominação do capital em favor dos próprios dominantes (Oliveira, 2010). Nesse sentido específico, o Lulismo expressa o momento histórico no qual as classes dominadas realizam o ‘avesso da hegemonia’, pois “não são os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes, os capitalistas e o capital, explica-se – que consentem em ser

⁶ “Em 1981, Paul Singer percebeu que a sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente constituía, na realidade, fração de classe, à qual denominou subproletariado, e logrou quantificá-la, concluindo tratar-se de nada menos que 48% da população economicamente ativa (PEA), contra apenas 28% de proletários (dados de 1976). Estava ali a chave para entender por que o processo político brasileiro não pode ser pensado sem se levar em consideração o elemento subproletário. Afinal, apresentando-se na cena política como massa, o subproletariado, por seu tamanho, influi decisivamente na luta de classes” (Singer, 2012, p. 19-20).

politicamente conduzidos pelos dominados com a condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista” (Oliveira, 2010, p. 27). Trata-se de um caso clássico de ‘transformismo’ (Coutinho, 2010, p. 38), conceito gramsciano que descreve o processo de cooptação de lideranças políticas e culturais das classes dominadas que, uma vez cooptadas, perdem seu protagonismo histórico e capacidade de subversão política. Esse é o argumento central desenvolvido por Oliveira (2010) e que tem o mérito de apontar para os limites estruturais que demarcam o Lulismo como fenômeno histórico inscrito no interior da lógica do capital.

Na medida em que se trata de um movimento que inverte a estrutura das relações hegemônicas, o fenômeno foi designado como “hegemonia às avessas” (Oliveira, 2010, p. 24). Na concepção gramsciana original, os dominantes elaboram as constelações ideológicas que, uma vez naturalizadas pela ordem social, são absorvidas por consentimento entre os dominados. Para Oliveira (2010), porém, a ascensão do Lulismo implica a inversão desses elementos na medida em que as classes dominadas tomam o controle do Estado, realizando a dominação burguesa e legitimando os processos de exploração do capital a serviço dos dominadores. Ponto nevrálgico desse processo, os fundos de pensão, em especial das antigas empresas estatais, (como a PREVI do BB), os conselhos de administração de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e os fundos de previdência complementar encarregam-se de cooptar a cúpula do alto proletariado para a administração de seus negócios, estabelecendo uma relação nova entre os estratos mais altos do proletariado petista e o aparelho burocrático do Estado.

Nessa perspectiva, os dirigentes sindicais transformaram-se, portanto, em verdadeiros administradores do setor de investimentos no país. A consequência desse complexo processo de cooptação (o ‘transformismo’) é que os sindicalistas, uma vez absorvidos na burocracia estatal, deixam de representar os interesses de seus setores (e das lutas sindicais), encastelando-se no Estado. Demarcando uma verdadeira reviravolta nas relações entre trabalhadores e Estado, na primeira gestão (2003-2006) do primeiro ciclo, Lula da Silva distribuiu cerca de metade dos cargos superiores de direção e assessoramento (aproximadamente 1.305 vagas) para sindicalistas cujo orçamento anual era de R\$ 200 bilhões (Braga, 2016, p. 62). “Nesse sentido, não é difícil perceber como sujeitos políticos foram transformados em parceiros do Estado na formulação de políticas públicas e na gestão de investimentos capitalistas por meio dos fundos de pensão” (*Ibidem*, p. 63).

Se, por um lado, a absorção do sindicalismo como elemento auxiliar do Estado na realização de políticas públicas se amparou no argumento de um governo favorável aos

movimentos sociais e trabalhadores; por outro, não se pode esquecer da estratégia lulista de “pacificar as tensões entre capital e trabalho” (*Ibidem*, p. 63), objetivo que implica, entre outras, a estratégia de cooptação de determinados segmentos do proletariado, diluindo sua percepção crítica de mundo.

Como resultado desse processo, baseado nas convergências pragmáticas e de interesses entre PT e PSDB, verifica-se a constituição de uma “nova classe” (Oliveira, 2003, p. 148) que se estrutura, de um lado, com técnicos e economistas tucanos e, de outro, com operadores de fundos de previdência provenientes da alta cúpula proletária petista. “A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’” (Oliveira, 2003, p. 147). A ‘nova classe’, instituída pelo consenso ideológico da nova função do Estado, controla fundos estatais e semiestatais em conexão com o sistema financeiro, administrando o acesso às verbas públicas.

Dentro dessa lógica,

seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público (*Ibidem*, p. 149).

Assim, não são burgueses, cuja posição no sistema de relações de produção lhe permitiria a exploração de mão-de-obra; ao contrário, são dirigentes de sindicatos instaurados no sistema financeiro do Estado, gerindo a apropriação privada de fundos públicos.

No que diz respeito à dinâmica do capital, os fundos de pensão atuaram como fontes financiadoras do processo de fusão e aquisição de empresas no país, contribuindo decisivamente para a formação de oligopólios cuja configuração centralizada incide sobre os “ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento do setor administrativo das empresas” (Braga, 2016, p. 64, 65).

Se, por um lado, tem-se a formalização das relações trabalhistas; por outro, os resultados dessa nova coalização (dirigentes sindicais/aparelho de Estado) afetam a própria natureza dessas relações, dando primazia à ‘economia política do capital’ sobre a ‘economia política do trabalho’⁷. Os fundos de pensão se tornam peças chave na reprodução do capitalismo brasileiro, contando com a cumplicidade ativa do papel desempenhado pelos sindicalistas do PT.

⁷ “Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital.” (Coutinho, 2010, p. 37).

Em análise semelhante, Vianna (2007) aponta para a configuração de “Estado de compromisso”⁸ entre diferentes classes e frações de classe em composição multifacetada, conjugando agronegócio, Movimento dos Sem-Terra (MST), empresário e sindicalistas. É nesse “Estado condomínio” que as divergências político-ideológicas conseguiriam se expressar, criando, paradoxalmente, parlamento paralelo para suas deliberações, estruturadas em padrões tecnocráticos. A ausência de consenso seria, por sua vez, arbitrada pelo líder. Dentro dessa lógica, presencia-se o processo pelo qual o Estado se institui “como um lugar de condomínio aberto a todas as classes e principais grupos de interesse” (Vianna, 2007, n.p.), avocando para si os principais representantes da sociedade civil. O governo, enquanto “condomínio de contrários” (Vianna, 2007, n.p.) não pretende se apresentar como espaço político da expressão de determinada plataforma, mas como instância representativa de todos os interesses. O Lulismo recua diante dos conflitos.

Fazendo também uso de arsenal gramsciano, as forças da ‘antítese’ (Vianna, 2007, n.p.) que historicamente encarnavam a plataforma de transformação, não teriam assumido os riscos de sua conquista política, recuperando a agenda conservadora do próprio adversário. “São as forças da *antítese* que se apropriam do programa das forças da *tese*, contra as quais tinham construído sua identidade” (*ibidem*, n.p, grifos do autor). Dentro dessa lógica sem síntese, os termos da “revolução passiva”⁹ são, por sua vez, invertidos: são os elementos de extração jacobina, isto é, de esquerda, que acionam, ao conquistarem o aparelho de Estado, os freios, a fim de deter o movimento das forças revolucionárias e, dessa forma, realizam para o antagonista o seu próprio programa.

Nessa dinâmica conservadora, os sujeitos vitoriosos cooptam, inclusive, os quadros do antagonista, os elementos da conservação, aos quais destina o controle estratégico da configuração das políticas macroeconômica e financeira. O elemento jacobino, no caso a esquerda, controla a máquina de governo e detém o comando sobre as transformações menores da agenda social. Partidos de esquerda e movimentos sociais institucionalizados, avocados pelo Estado, se deixam “estatizar” (*Ibidem*, n.p), abdicando de alternativas à ordem neoliberal. Contraditoriamente, a configuração de aparelho burocrático, tensionada pelas diferentes perspectivas político-ideológicas, consegue barrar o processo de certas políticas liberalizantes e, ao mesmo tempo, contribui para a aplicação de políticas de inclusão social “desde que não atinja[m] a região estratégica do mundo sistêmico” (*Ibidem*, n.p). “Eventualmente, e nas

⁸ <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=755>

⁹ Discutiremos, nas próximas linhas, o conceito de “revolução passiva”.

margens pode-se mais *mudar* que conservar” (*Ibidem*, n.p, grifo do autor). Por isso, as reformas somente são possíveis nos interstícios do sistema, não na sua estrutura mais profunda.

Por seu lado, Coutinho (2010) argumenta que o Lulismo se torna refém da “pequena política”¹⁰ cuja função consiste em reforçar o controle do capital. “Podemos assim dizer que, na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010, p. 40). Grosso modo, a “grande política” (*ibid.*) está ligada à fundação do Estado e às lutas pela erradicação ou manutenção de suas “estruturas orgânicas econômico-sociais” (Gramsci, 2003, p.21 *apud* Coutinho, 2010, p. 29) ao passo que a “pequena política” (*Ibidem*) restringe-se a questões cotidianas que surgem no interior das estruturas já estabelecidas em função das lutas pela manutenção de certa ordem social. Dentro dessa lógica, a hegemonia, a direção político-moral de uma sociedade (conceituando o termo sinteticamente), é conquistada na época do liberalismo pela exclusão da “grande política”, o que implica a erradicação do debate público sobre os fundamentos do domínio do capital. O Lulismo, ao se ater às modificações possíveis no interior dos limites impostos pelas escolhas macroeconômicas, - ausência de controle de fluxo de capitais, alta taxa de juros e estabilidade fiscal -, se inscreveria dentro das possibilidades instituídas pela ordem estabelecida, “a pequena política”.

Para Coutinho (2010), o ciclo lulista não se enquadra sequer no conceito de “revolução passiva” (o de “reformismo lento”) na medida em que ela pressupõe dois momentos: a) a restauração, que implica reação conservadora à possibilidade de transformação efetiva e radical vinda “de baixo”; b) a renovação, que aponta para a apropriação das demandas populares “pelo alto” através de concessões das classes dominantes. Nesse sentido, o aspecto restaurador não exclui modificações efetivas na medida em que essas “modificações moleculares” (Coutinho, 2010, p. 33) transformam progressivamente os elementos anteriores que podem se tornar matriz de novas transformações.

Nas “revoluções passivas” (*Ibidem*) as classes dominantes reagem ao “subversivismo esporádico” (*Ibidem*), isto é, às pressões da classe subalterna ainda não auto-organizada, mas com suficiente força para impor novo comportamento aos dominantes. Apesar da reação dos dominadores ter como finalidade a conservação da ordem, ela incorpora certas reivindicações dos “de baixo” (*ibidem*), a exemplo do Estado de Bem-estar Social no pós-guerra, que gera a restauração do papel decisivo das políticas intervencionistas. Nessa dinâmica, introduzem-se

¹⁰ Para o autor, trata-se da “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010, p. 29).

modificações que abrem caminho para novas transformações no interior da ordem estabelecida. Por isso, a “revolução passiva” acolhe alguns elementos do novo, ao passo que, na contrarreforma, prepondera o velho (a introdução do novo é bloqueada). Não há nela, portanto, mudanças estruturais; as transformações que, diga-se de passagem, excluem a população, são direcionadas no sentido de coibir modificações mais profundas que poderiam colocar em questão os próprios fundamentos da ordem estabelecida. O núcleo nevrálgico e constitutivo da ordem social, nessa perspectiva, se mantém, na medida em que concessões mínimas foram feitas.

No entanto, na economia neoliberal, o elemento novo já não mais se encontra presente, pois a conjuntura atual é demarcada por drásticos processos de reestruturação produtiva, gerando o colapso da correlação capital/trabalho, ou melhor, configurando assimetria de poder cada vez mais em detrimento do trabalhador. Com consequência, a luta de classe, em larga medida, se restringe não à conquista do novo, mas à defesa de ganhos passados; por isso, não haveria mais o acolhimento das demandas dos “de baixo”, mas a eliminação de suas conquistas. As reformas do Estado (como a previdenciária e a trabalhista), que adquiriram força no segundo mandato Dilma Rousseff (2015-2-16) expressam a objetivação, no campo político, das condições próprias do capitalismo.

A partir dessa lógica, o Lulismo deve ser encarado dentro do processo mais amplo de contrarreforma do capital, o que explica sua incapacidade política de atuar fora de seus limites do “reformismo fraco” (Singer, 2012, p. 28). “O que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades” (Coutinho, 2010, p. 38). Por isso, nas reformas geradas pelo Lulismo, “na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política” (*Ibidem*, p. 40). Da mesma forma que Oliveira (2010), Coutinho observa que o “transformismo” (Coutinho, 2010, p. 38), a “cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas”, (*Ibidem*) desarmou a resistência ao modelo hegemônico do capital, em especial por meio da adoção de políticas macroeconômicas neoliberais e cooptação (o que gera neutralização) de parte significativa dos movimentos sociais.

Já para Boito (2013), o Lulismo representa uma aspiração da burguesia interna nacional sem romper com os pilares da agenda do neoliberalismo. “Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses dessa fração burguesa” (Boito, 2013, p. 175). Os valores destinados ao pagamento da dívida pública (dados de 2012), a título de exemplo, chegaram a

mais de um trilhão de reais, ao passo que os gastos do BF ficaram, à época, em R\$ 13 bilhões. Dados do mesmo período apontam que os pagamentos com amortizações, juros e financiamentos da dívida pública representaram 47,19% de todo o orçamento da União (Boito, 2013). Dentro dessa lógica, o subproletariado não está no poder, como também “não é o destinatário privilegiado das medidas de políticas econômica e social” (*Ibidem*, p. 176). Por isso, o conflito de classes continua presente na medida em que os interesses do capital financeiro não apenas se fazem expressar, como conquistam novas formas de hegemonia, determinando, em larga medida, os limites das políticas de inclusão social do Lulismo. Nessa perspectiva, o que estava (e está) em jogo no primeiro ciclo do Lulismo e, agora, no retorno de Lula da Silva à presidência, continua sendo a própria inserção dependente do capitalismo brasileiro na economia internacional e seus pactos com a burguesia interna.

Do ponto de vista sociológico, o que nos interessa aqui é observar que o Lulismo, esse “pacto político conservador” (Singer, 2012; Fonseca, 2013), deixou intocados os fundamentos mais profundos da sociedade brasileira (Vianna, 2007; Coutinho, 2010; Oliveira, 2010; Boito, 2013), contribuindo, decisivamente, para moldar a atual estrutura da educação de nível superior nacional, em especial, a privada. Em outras palavras, não conseguiríamos compreender o modo como essa nova dimensão social, as corporações educacionais oligopolizadas, atuam como mediações fundamentais sobre a constituição e adensamento do *habitus* dessa juventude, sem levar em conta os limites estruturais impostos ao Lulismo e como eles, por sua vez, reverberam – quase nunca de forma direta – nas visões de mundo de uma nova fração da juventude que ascende à educação superior.

A extensão dessa primeira parte de nosso capítulo se deve, portanto, à necessidade de delinear, a partir dos impasses e recuos do Lulismo, a genética social das corporações (seu campo e o jogo de mediações que se constitui a partir dele). Nessa perspectiva, em síntese, defendemos que a constituição desse conjunto de empresas, ou melhor, sua genética social, nos fornece o entendimento do papel desempenhado por essas mediações, enfim, da visão de mundo específica que elas encarnam e replicam (como procuraremos demonstrar ao longo dessa tese). Com isso em mente, faremos, na próxima subseção, uma história social da constituição desses conglomerados – da constituição de seu campo - para verificarmos, geneticamente, seu possível impacto nas “mentes e corações” dos jovens. Dentro dessa lógica, procuraremos substituir as supostas influências diretas e mecânicas da economia pela análise da força complexa, indireta, enfim, socio simbólica das mediações, atinentes à lógica e dinâmica do campo instituinte e

instituído pela cooperação e/ou competição entre desses conglomerados - sob os efeitos das políticas públicas de inclusão social do Lulismo.

Para entendermos a constituição dos fundamentos do campo, precisamos responder um conjunto de questões: quando se deram as escolhas políticas responsáveis, em larga medida, pelo fortalecimento, em específico, das empresas de educação com fins lucrativos? E, posteriormente, como se estabeleceram, historicamente, seus laços com o Lulismo? Como esse conjunto de políticas públicas educacionais contribuiu para a formação e configuração de oligopólios educacionais que, defendemos, tendem a operar como mediações sociais, que reverberam visões de mundo intrínsecas ao mercado?

2.2 . DITADURA CIVIL-MILITAR E LDB: INCENTIVO À PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o Estado estabelece as bases para o desenvolvimento da atividade industrial mediante forte regulação do preço da força de trabalho (quase em nível de subsistência), abertura ao capital financeiro e reformulação do modelo de educação superior (Mancebo; Vale, 2013¹¹). Se do ponto de vista internacional, o regime militar passa a responder às demandas do capital estrangeiro; internamente, a política educacional sofre alterações estruturais (com o processo de reestruturação do próprio Estado). Dentro dessa lógica, a educação torna-se objeto de intervenção governamental cujo objetivo consistia, entre outros, em minar o potencial crítico dos movimentos sociais concentrados, em larga medida, no setor universitário (em especial, o público). Como resultado dessa opção, foram estabelecidas as diretrizes políticas de fortalecimento da educação superior privada de perfil laico, definido pela lógica do mercado e por acentuado *ethos* empresarial. Dito de outra forma, a ditadura civil-militar busca fazer das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas o contraponto ideológico da massa crítica de estudantes formada pelas universidades públicas do país que se tornaria uma das frações sociais mais combativas daquele período.

¹¹ Nesta seção, nos baseamos, em larga medida, no trabalho desenvolvido pelas autoras Mancebo e Vale (2013) que acompanham, detalhadamente, a expansão da educação superior privada, tomando a Universidade Estácio de Sá (UNESA) como objeto de estudos. Com isso, procuramos estabelecer as bases para uma genética social (e estrutural) da formação dos grandes conglomerados educacionais cujos processos de fusão, aquisição e concentração de oligopólios se adensam, especialmente, a partir dos anos 2000. No entanto, acreditamos que, antes de mais nada, é fundamental delinear as escolhas políticas da ditadura civil-militar (1964-1985) e como essas escolhas contribuíram para a construção do que hoje pode ser considerado o campo das universidades, centros e faculdades com fins lucrativos.

Dentro dessa perspectiva central, a de enfraquecimento do movimento estudantil concentrado nas universidades públicas, o então presidente Costa e Silva (1967-1969) cria grupo de trabalho com vistas a estabelecer a reforma universitária, dentro dos limites do espírito civil-militar da época. O anteprojeto do grupo, encaminhado ao Congresso Nacional, em 1968, é aprovado com uma série de emendas com ênfase no fortalecimento da participação estudantil e da autonomia universitária. Todavia, a intervenção do executivo não se fez esperar. A sanção presidencial se concentra em coibir as estratégias de democratização e autonomização da universidade pública. “Nessa direção, foram vetados todos os artigos e parágrafos que definiam os termos específicos da autonomia científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades, funcionando como garantia à intervenção estatal” (Carlotto, 2014, p. 218). Ao mesmo tempo e sintomaticamente, incorpora-se, nesse processo, o Relatório Meira Mattos, cujas propostas encarnavam as diretrizes centrais dos militares ao expressar medidas de controle ao movimento estudantil e os excedentes do vestibular.

Como demonstra a autora (Carlotto, 2014), um dos aspectos centrais da Reforma Universitária de 1968 se baseava na percepção econômica da educação com vistas a articular pragmaticamente educação e desenvolvimento social. Premissa à qual ainda se aliava a concepção gerencial dos processos educacionais com ênfase na eficiência universitária por meio da aplicação de ferramentas administrativas, dentro de uma nova gramática lastrada na tríade eficiência, eficácia e produtividade.

O diagnóstico do relatório, a partir da incorporação de teorias gerenciais, especialmente norte-americanas, apontava a crise de autoridade da universidade gerada, dentro dessa concepção, pela ausência de cadeias de comando. A lógica de concentração de poder, no entanto, seguia um claro padrão: o esvaziamento dos espaços colegiados de gestão e o fortalecimento dos cargos executivos (como as reitorias), com aumento do poder administrativo e disciplinar nesse último (*ibidem*). Como corolário, pondera a autora, a reforma ainda previu a possibilidade de criação de cursos profissionais com rápida aderência às demandas do mercado, contribuindo para tornar, em síntese, a universidade mais centralizada, mais gerenciada, mais disciplinada e mais profissional.

Dentro dessa lógica de aderência ao mercado e enfraquecimento da autonomia/democratização das instituições federais de educação (IFE) públicas, dos 938 pedidos de abertura de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas recebidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), entre 1968 e 1972, foram atendidos 759 (mais de 80% do total) com o objetivo tríplice de, primeiramente, suprir a demanda excedente por ensino superior no país; em segundo lugar, abrir caminho de ascensão social para as classes médias e, enfim,

contribuir, como dissemos, para minar a força crítica do movimento estudantil (Mancebo; Vale, 2013). Dentro dessa lógica tríplice, o governo militar define sua política para o setor educacional privado por meio da implementação de isenções fiscais e previdenciárias. “O financiamento direto e amplo foi substituído em todos os setores econômicos por estímulos indiretos” (Carvalho, 2002, p. 110), definindo a estratégia por excelência de estímulo à esfera privada educacional.

Os recursos via verbas orçamentárias, portanto, são transformados em política tributária traduzida em incentivos fiscais. “É evidente a relação entre as isenções fiscais e o processo de expansão do setor privado no sistema de ensino superior” (Mancebo; Vale, 2013, p. 85), isenções essas que cobriam IPTU, ISS e IR, além do Programa de Auxílio às Instituições não Federais (Panf), que opera entre 1974 e 1980, e o Programa de Crédito Educativo (PCE), em 1975, na forma de empréstimos a estudantes carentes, substituído, em 1999, pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES).

As isenções fiscais já contemplavam as instituições de educação superior sem fins lucrativos, como as filantrópicas que, com o aumento vertiginoso de seu caixa, a exemplo da Estácio de Sá (como veremos), mudariam, posteriormente, seu *status* para instituições privadas. Portanto, a lógica da ditadura, ao dar continuidade às isenções – e torná-las estratégias de fomento do setor com fins lucrativos -, preparou o terreno para as transformações das próximas décadas até a chegada do Lulismo que irá adensar – e contribuir decisivamente para configurar - o processo aqui delineado. No ano de 1964 (Sguissard, 2008), portanto ainda no início da ditadura, o total de matrículas no país era de 142.386 do qual 61,6% (87.665) eram públicas e 38,4% (54.721), privadas.

A “grande inversão” ocorre de 1964 a 1974, década cujas matrículas totais chegam a 937.593 das quais apenas 36,4% são públicas (341.028) e 63,5% (596.565), privadas. Portanto, o montante total de matrículas cresce exponencialmente (559,8%), sendo que as matrículas públicas aumentam 289,1% ao passo que as privadas 990,1%. “Sob o ‘espírito’ do regime político, ocorre de forma marcante o primeiro grande movimento de privatização do *sistema*” (Sguissard, 2008, p. 998, grifo do autor). Sociologicamente, os dados indicam a gênese de um complexo processo que irá ocasionar – como veremos mais tarde – a formação de algo até então inexistente no país: o campo das instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos que irá redefinir o perfil dessa etapa educacional no Brasil com profundos efeitos ideológicos sobre o contingente de alunos captado e cooptado.

Nosso objetivo com as discussões que se seguem sobre as instituições de ensino superior privadas (IES) com fins lucrativos consiste em delinear a constituição do campo formado por esse conjunto de grandes corporações educacionais a partir do levantamento dos dados sobre o montante de matrículas no setor; da gênese e processo das grandes corporações educacionais; das estratégias discursivas (e práticas) de gerenciamento dessa nova área social (Carlotto, 2014); de aumento das taxas de lucro; de investimento na Bolsa de Valores (BV); de novas operações de mercado; de fragmentação acionária; enfim, de constituição da Estácio Juiz de Fora, entre outras.

Para efeitos introdutórios, o campo é entendido em sentido bourdieusiano (2000, 2019) como um espaço de posições ocupadas por agentes sociais – no caso, por corporações educacionais – que estabelecem entre si pesados jogos de competição, gerando, no limite, fusões, aquisições e crescimento desproporcional de algumas delas (como é o caso da YDUQS, que incorporou a Estácio). Ele, o campo, expressa o conjunto de relações objetivas (tanto de competição quanto de complementariedade) entre os agentes sociais que ocupam posições no seu interior e, a partir delas, lutam pela conquista e manutenção das mais altas taxas de lucro (o valor constitutivo e constituinte desse campo). O capital financeiro internacional sendo um dos elementos fundamentais.

É, portanto, no interior desse espaço social determinado por posições ocupadas por agentes em acirrada competição, que a Estácio adquire sua razão de ser no mercado privado da educação superior brasileira (que recebe cada vez mais aportes de capital financeiro internacional). Por isso, enfatizaremos a força dos processos de fusão a partir dos anos 2000 e o papel que a apropriação privada dos fundos públicos – via FIES e PROUNI – desempenha nessa configuração.

Com o desenho do campo que faremos a partir de agora, não ganhamos apenas o delineamento objetivo do momento atual de competição e complementariedade entre essas grandes corporações; como ele reconfigura a educação superior, mas também os efeitos de produção de subjetividades. Ou seja, o elemento discursivo, inerente aos processos neoliberais, que é captado pelos agentes que constituem o campo e que, por sua vez, tende a ser introjetado pelos profissionais do setor e pelo alunado. Assim, trata-se de um universo em que toda captação objetiva (de alunos) implica, parcialmente, cooptação ideológica e potencial de suas subjetividades. Por isso, os dados que se seguem são analisados sob o argumento central da construção do campo de instituições de educação superior (IES) privadas e de sua influência na subjetividade do alunado.

Vejam os a tabela abaixo:

Tabela 1 – A evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) - 1964 a 1994

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.593	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1964- 1974%	559,8	289,1	-	990,1	-
1974- 1984%	49,3	67,7	-	38,7	-
1984- 1994%	18,7	20,7	-	17,3	-
1964- 1994%	1.065,7	687,6	-	1.973,7	-

Fonte: SGUISSARDI, V. (2008) / MEC/INEP. Censo da Educação Superior

Já na segunda década do regime civil-militar, o crescimento geral das matrículas foi, em média, de 5% ao ano, quase dez vezes menor que na década anterior. Sguissard (2008) aponta que, na década de 74 a 84, houve pequena inversão no percentual de crescimento: 67,7% das públicas e 38,7% das privadas, mas essas últimas continuaram na frente em termos proporcionais (59,1% privadas e 40,9% públicas). Na década seguinte (1984-1994), que marca a abertura política, representada pelos governos Sarney (1985-1990), Collor (1990 – 1992) e Itamar (1992 – 1994), o crescimento anual foi de apenas 1,5%, sendo que a proporção das matrículas se manteve praticamente estável a favor do setor privado (41,6% públicas e 58,4% privadas). Vejam os a tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior por categoria administrativa (público – privada) – 1994 a 2006

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total (mil)	Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1	3.479	1.051	30,2	2.428	69,8
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2
1994-2002%	92,4	10,5	-	127,8	-	109,5	52,3	-	150,2	-
2002-2006%	38,7	27,2	-	40,2	-	34,3	15,0	-	42,8	-
1994-2006%	166,7	13,7	-	219,4	-	181,7	75,1	-	275,2	-

Fonte: SGUISSARDI, V. (2008) / MEC/INEP. Censo da Educação Superior

Os dados demonstram, portanto, que a constituição do campo das instituições de educação superior (IES) privadas começa a se estabelecer entre as décadas de 60 e 70 e, cada vez mais, apresenta impressionantes percentuais de crescimento, invertendo a balança do ensino superior em favor das empresas educacionais com fins lucrativos. Essa nova configuração é a propriedade, por excelência, do setor educacional no Brasil, isto é, o crescimento exponencial das corporações privadas que passam a se configurar, gradativamente, em oligopólios (configuração na qual poucas empresas dominam o setor). Se os dados demonstram a força, dinâmica e plasticidade dessa inversão, a mudança do arcabouço legal, que transforma o estatuto jurídico do segmento privado, passou a desempenhar papel significativo nesse complexo processo.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (nº 9.394/96), promulgada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi o marco legal da reforma da educação daquele período. A LDB redefiniu o papel do Estado na educação, restringindo suas funções ao controle e gestão de políticas educacionais, além de reduzir os investimentos em financiamento nas IES públicas. Nessa perspectiva, o Estado passa a ser concebido como regulador de serviços (dentro dos quais, a educação), fato que demonstra nitidamente a força das concepções neoliberais a ingressar em esferas sociais até então intocadas pelo neoliberalismo.

As novas diretrizes estabeleceram as bases legais para a liberação da oferta de educação superior privada, contribuindo decisivamente para a emergência, expansão e consolidação das empresas com fins lucrativos para o setor. Grosso modo, a nova legislação foi responsável pela liberalização e desregulamentação da educação, flexibilização das regras para a abertura de cursos e novas instituições privadas, isenções tributárias, bolsas para alunos carentes (o antigo Crédito Educativo - CREDUC - seria o embrião do atual Fundo de Financiamento Estudantil - FIES), empréstimos a juros baixos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Programa Universidade para Todos (Prouni) (Cruz; Paula, 2018). Em síntese, como resultado dessas medidas, a lógica da mercantilização passa a colonizar e estruturar a educação superior privada, dando-lhe a base necessária para o desenvolvimento e consolidação do futuro campo educacional com fins lucrativos.

Grosso modo, a LDB admite no seu arcabouço legal a existência e funcionamento de diversos tipos de instituições de ensino superior, inclusive aquelas com fins lucrativos. Entre as modificações que estabelece no setor, ela contribui para aumentar o escopo da ação do setor privado e alterar a identidade das IES, formulando as bases legais para uma nova concepção de educação, agora entendida como “produto” a ser acessado no mercado. Nessa perspectiva, ela admite a edição de uma série de decretos que irão normatizar o processo de privatização da educação, como é o caso do decreto nº 2.306/97 que “reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, isto é, como objeto de lucro ou acumulação” (Squissard, 2008, p. 1000), “normatizando a tipologia e as atribuições das instituições de ensino superior, admitindo, de forma definitiva, as IES com fins lucrativos e estabelecendo, na referida tipologia, a diversificação daquelas instituições” (Chaves, 2010, p. 487). Já o decreto nº 2.208/97 permitia a criação de centros e faculdades tecnológicas, estabelecendo as bases para a educação dessa modalidade que apresenta crescimento exponencial no setor privado. Essa legislação tende, portanto, a contribuir para moldar os fundamentos de uma concepção mercantil de educação que irá repercutir no delineamento do campo educacional presente, com especial ênfase em cursos tecnológicos de grande aderência às demandas do mercado.

Dentro dessa lógica mercadológica, as ações da centro-esquerda contribuíram também para estabelecer as bases para o processo de fortalecimento da educação superior privada. Historicamente, o decreto nº 3.860/2001 consolida o processo de expansão do empresariamento do setor ao passo que o decreto nº 4.914/2003 (do governo Lula – 2003 a 2010) concede autonomia aos Centros Universitários sem que, para isso, sejam obrigados a realizar conjuntamente ensino, pesquisa e extensão (caso das IES públicas). Ou seja, a tríade do

conhecimento é rompida na relação entre produção/expansão de conhecimento por meio da pesquisa, transmissão/reflexão em sala de aula e aplicação/crítica do próprio conhecimento para o bem comum. Acrescente-se o decreto nº 5.622/2005 que regulamenta Educação à Distância (EaD) na gestão do PT, gerando o maior dos mercados discentes para as corporações, uma verdadeira mina do tesouro para tais instituições e, ao mesmo tempo, a maneira mais rápida e fácil de aquisição de diplomas por parte de uma clientela ávida pelo mercado.

A expansão dos cursos EaD, como mencionamos, foi promovida, entre outros fatores, por um conjunto de decretos e portarias que, gradativamente, desmontam as barreiras que, até então, impediam a introdução dessa modalidade de ensino na educação superior brasileira (tanto pública quanto privada). Geneticamente, o processo remonta à primeira gestão do presidente Lula da Silva (2003-2006) cujo ministro da educação à época, Tarso Genro (PT-RS), mediante a portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004, permitiu a introdução da modalidade semipresencial com vistas, segundo a medida, a aprimorar as atividades pedagógicas que poderiam ser, dentro dessa lógica, complementadas através de estudos extraclasse.

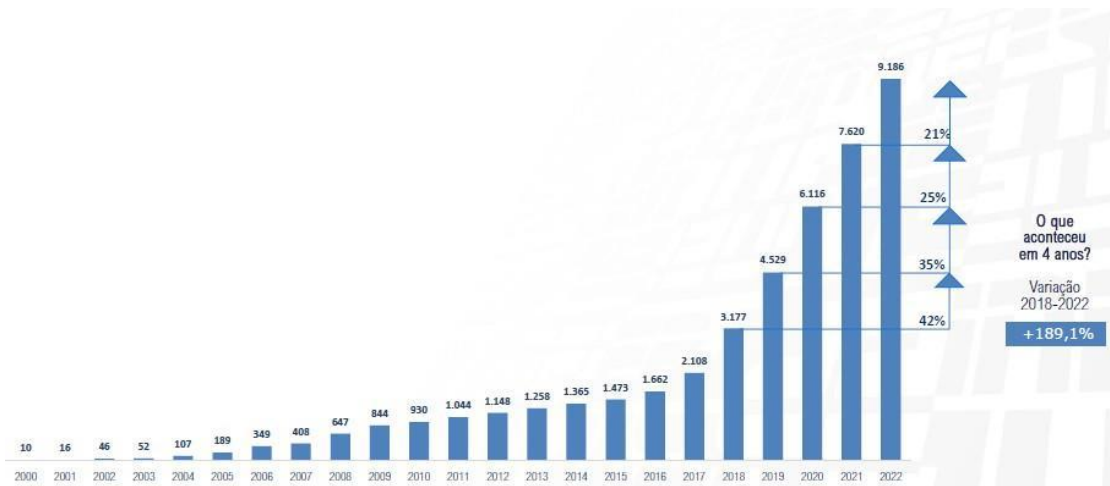
As chamadas “atividades estruturadas”, porém, não poderiam exceder 20% da carga horária da disciplina. Já no governo Temer, o então ministro da educação Mendonça Filho (União – PE) publica portaria nº 1.134 de 10 de outubro de 2016 que, revogando a anterior (portaria nº 4.059), faculta aos cursos o oferecimento da modalidade à distância nas disciplinas oferecidas, sem extrapolar 20% (Sobrinho; Nascimento; Souza, 2023). Já o ministro Rossieli Soares (PSDB-SP) – ainda no governo Temer – publica a portaria n.º 1.428 de 28 de dezembro de 2018 que incrementa para até 40% o oferecimento de disciplinas à distância (excetuando as áreas de saúde e engenharias), em alguns casos específicos como, por exemplo, cursos com conceito igual ou superior a 4, cursos credenciados tanto na modalidade presencial ou à distância, entre outros (Sobrinho *et al.*, 2023).

No governo Bolsonaro, no entanto, a portaria nº 2.117 de 6 de dezembro de 2019 revoga a anterior e “autoriza as IES a lucrarem com a modalidade a distância, pois todos os cursos, com exceção do curso de Medicina, podem ofertar 40% da sua carga horária na modalidade EaD, sem mais restrições” (*ibidem*, p. 808). A medida foi sancionada pelo então ministro da educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub (PMB-SP). Grosso modo, essa é a espinha dorsal do aparato legislativo que contribuiu, decisivamente, para a expansão da modalidade EaD. Sociologicamente, isso significa que o crescimento exponencial dos cursos à distância, especialmente nas organizações educacionais com fins lucrativos, demonstra a relação inextrincável entre a educação comercial e o conjunto de medidas legislativas coordenado e

implementado por governos ultraliberais e que apresenta, por sua vez, relações com os impasses, as contradições, encarnadas pelo Lulismo, que abre as comportas desse processo, entre outras medidas, por meio da implementação da modalidade semipresencial na educação superior. É o Estado se retirando do setor, reduzido à função de avaliador externo, de um lado, e propulsionando a diversificação mercadológica do ensino, por outro (especialmente, via EaD).

O resultado desse conjunto de medidas – que cobre tanto governos ultraliberais quanto progressistas – pode ser visto nos dados do Censo da Educação Superior/2022 (INEP). Se, em 2021, a educação superior contava com 7.620 cursos de EaD; no ano seguinte, eles saltaram para 9.186, um incremento de 21%. Como o leitor/a pode ver pelo gráfico abaixo, o aumento nos últimos quatro anos, cobrindo o período de 2018 a 2022, foi de 189,1%. Embora os dados representem o conjunto das instituições (tanto públicas quanto privadas), eles são suficientes para demonstrar a ascensão dessa nova modalidade de ensino, que definitivamente se consolida a partir dos inúmeros decretos dos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) (aliados ao contexto pandêmico da COVID-19). Abaixo, apresentamos a evolução dos números:

Gráfico 1 - Evolução do número de cursos à distância (2000-2022)



Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

Quando observamos o número de vagas em cursos de graduação (presencial ou EaD), detectamos queda de 11% na modalidade presencial e aumento exponencial da graduação à distância, batendo 139,5% na relação 2018/2022 (dados no anexo A). O sucesso das estratégias de captação de alunos pelo EaD contribuiu para a conquista, em 2022, de mais de 3,1 milhões de

alunos matriculados nessa modalidade de ensino (ver no anexo B). Observando o gráfico em anexo, é possível ainda perceber que, de um lado, desde 2013, há tendência de aumento do ensino à distância ao passo que a modalidade presencial apresentou queda de 2014 a 2021. Além do mais, cerca de 71,7% dos alunos da rede privada de ensino estão estudando nessa modalidade ao passo que apenas 28,3% realizam seus estudos presencialmente (ver no apêndice C). Já nas públicas, os percentuais praticamente se invertem: 12,9% estudam à distância e 87,1% presencialmente. Para completar esse panorama, o número de matrículas em cursos tecnológicos do ano de 2022 chegou a 1.813.574, sendo que, desse total, 90,9% estão localizados em instituições privadas das quais 81,2% consistem em cursos tecnológicos à distância, o que expõe o imbricamento entre EaD e cursos voltados ao mercado da tecnologia (dados no anexo D).

A interface entre graduação tecnológica e à distância no ensino superior privado permite a aquisição de habilidades e competências que atendem às demandas imediatas do mercado, tendo como público jovens que, já trabalhando, buscam aprimorar seu potencial de empregabilidade (Mancebo; Vale, 2013) e, ao mesmo tempo, permite com que se cortem gastos como eletricidade, manutenção de espaço, limpeza, equipamentos etc. Como resultado do exposto acima, podemos perceber que o conjunto de leis – a LDB estabelecendo as bases jurídicas para a concepção de educação como mercadoria, os decretos definindo a tipologia das IES com fins lucrativos e os centros/faculdades de tecnologia (cujo traço essencial, como dito, prima pela aderência às demandas do mercado, destacando-se entre os cursos privados), a legislação que concede autonomia aos centros universitários, desvinculando-os da obrigação de pesquisa e extensão, os decretos sobre expansão do setor privado, facilitando o empresariamento na área e o intenso crescimento dos cursos de educação à distância (EaD), ou seja, a mudança de estatuto jurídico dessas empresas – todo esse aparato legislativo que reformula o papel do Estado quanto à educação, reduzindo suas funções a mero controle opera – e esse é o elemento fundamental – para fundar as bases essenciais à constituição das grandes corporações educacionais até então impedidas de vicejar no setor (ou submetidas a vários constrangimentos legais). A reconfiguração do Estado, ou seja, sua redução a controlador e fiscalizador, articulada à mudança de estatuto jurídico dessas empresas, contribuiu, entre outros fatores, como veremos, para a constituição do campo das IES privadas. Ademais, o papel do Estado, tendo em vista a história social e estrutural das corporações educacionais, operou de forma específica ao permitir (e incentivar) a usurpação privada da riqueza pública. Ou seja, o “deslocamento” do fundo público constitui outros dos fatores que operam na base da constituição desse campo.

2.2.1 FIES e Prouni, o financiamento indireto ao setor privado

Diante do exposto, torna-se fundamental compreender o lugar estratégico desempenhado pelas políticas de financiamento indireto, em especial, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (Prouni), na distribuição de recursos públicos a entes privados no negócio educacional (Almeida, W., 2020). O embrião desse processo, ainda no período da ditadura civil-militar, foi o Programa Crédito Educativo (PCE). Criado em agosto de 1975 e implementando em 1976 pelo então ministro, Jarbas Passarinho, funcionava como empréstimo do governo federal ao estudante do ensino superior privado, que deveria pagá-lo durante ou após o término de seus estudos (com período de carência). Em 1992, surge o Programa de Crédito Educacional para Estudantes Carentes (CREDOC) que, extinto devido à alta inadimplência, será substituído pelo FIES. As duas primeiras versões do programa de auxílio estudantil representam soluções para contemplar a demandas de estudantes a partir de meados dos anos 70, subsidiando com imunidade tributária e financiamento via crédito educativo as IES privadas (Almeida, W., 2020). No entanto, o processo de expansão do setor privado encontra seus limites diante das crises sociais deflagradas, ao longo da década de 90, pelo projeto neoliberal de FHC.

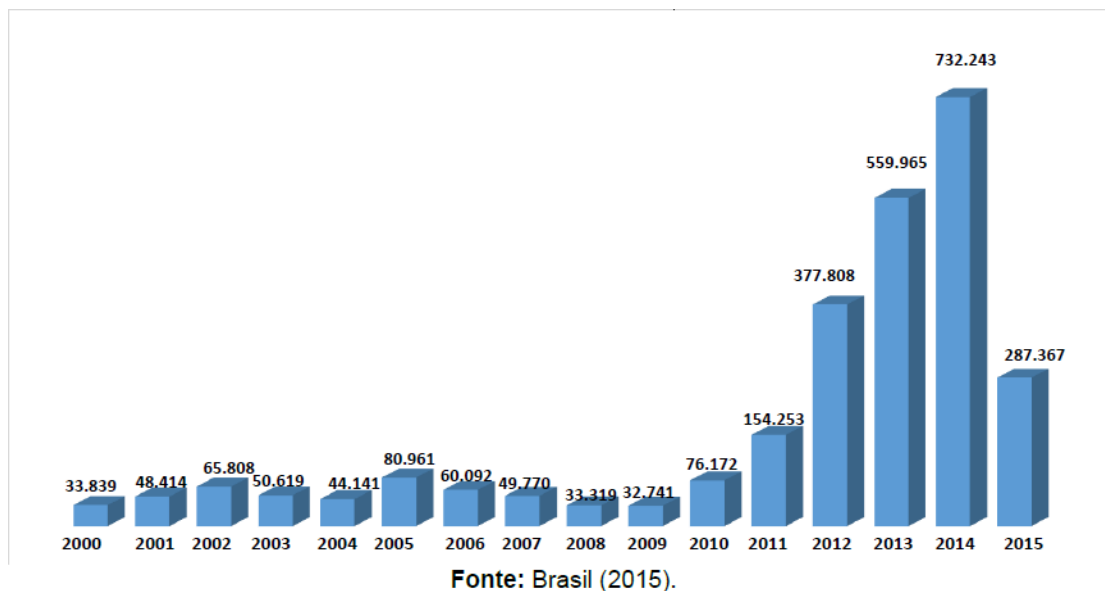
As IES privadas se deparam com aumento de evasão e inadimplência, além do não preenchimento das vagas ofertadas; daí a necessidade, que se torna premente, de acesso a créditos e isenções tributárias para manutenção dos negócios educacionais. Apesar de vários conflitos, o governo FHC, no seu segundo mandato, e as IES privadas, conciliam seus interesses mediante a promulgação da Medida Provisória (MP) nº 1.827/99 que cria o FIES¹². Por meio do FIES, a União fica autorizada a emitir títulos de dívida pública em favor das mantenedoras das instituições privadas, que usam tais títulos para pagar suas contribuições. Em 2000, o número de contratos no governo FHC (Miranda; Azevedo, 2020) foi de 33.839, subindo para 48.414 no ano seguinte e, finalmente, em 2002, atinge 65.808 contratos.

Com a administração Lula (2003-2010), houve avanços efetivos nas políticas de educação, com ampliação do FIES, e criação do Prouni. As mudanças no primeiro programa (em relação às regras do período FHC) ampliaram o acesso ao auxílio. Se no primeiro ano de governo, o número de contratos foi de 50.619 com oscilações; 2010, último ano da gestão Lula, apresenta crescimento significativo: 76.127 contratos em relação a 32.741 em 2009. Já em 2011, início da gestão Dilma (2011-2016), os contratos alcançam 154.253, aumento de 102%

¹² Posteriormente, Leis nº 10.260/2001 e nº 12.202/2010

em relação a 2010 ao passo que, em 2012, o montante saltou para 377.808, crescimento de 140% em comparação a 2011. No ano seguinte, 2013, foram registrados 559.965 contratos; em 2014, por sua vez, o número de beneficiados foi de 732.243. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Número de contratos do FIES por ano (2000-2015)



Fonte: Miranda; Azevedo (2020); Brasil (2015)

A propulsão efetiva do FIES ocorreu a partir de 2010 com a reestruturação do fundo mediante a publicação da Lei nº 12.202 de 14 de janeiro daquele ano que, entre outras modificações, baixou as taxas de juros e expandiu os prazos para a quitação e carência, tornando mais acessível a contratação do financiamento, considerado uma “política focal” (Andrade, 2023, p. 3), ou seja, destinada a auxiliar estudantes oriundos dos estratos mais baixos da população. Depois da lei mencionada, o denominado “novo FIES” passa a ser controlado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que gere, a partir de então, todos os contratos.

Como podemos ver pelo gráfico abaixo, a dotação – em bilhões – sobe significativamente a partir da reestruturação do fundo, atingindo 20,8 bilhões no final do governo Dilma; no primeiro ano Temer, chega a seu máximo (21,6 bilhões) para, a partir daí, sentir os efeitos das políticas ultraliberalizantes (Temer-Bolsonaro): em 2018, cai para 12,8 bilhões e no ano seguinte, a 10,3 bilhões. Se os governos de centro-esquerda incluíram milhares de alunos; sua contrapartida demonstra o “caráter de financeirização da educação superior, pois

o fundo público é utilizado como pressuposto para a expansão do capital financeiro” (Santos, 2016, p. 212). São esses os montantes transferidos para a iniciativa privada (educacional).

Gráfico 3 - Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), dotação orçamentária (em bilhões) e contratos firmados (em mil) – (2009-2019).

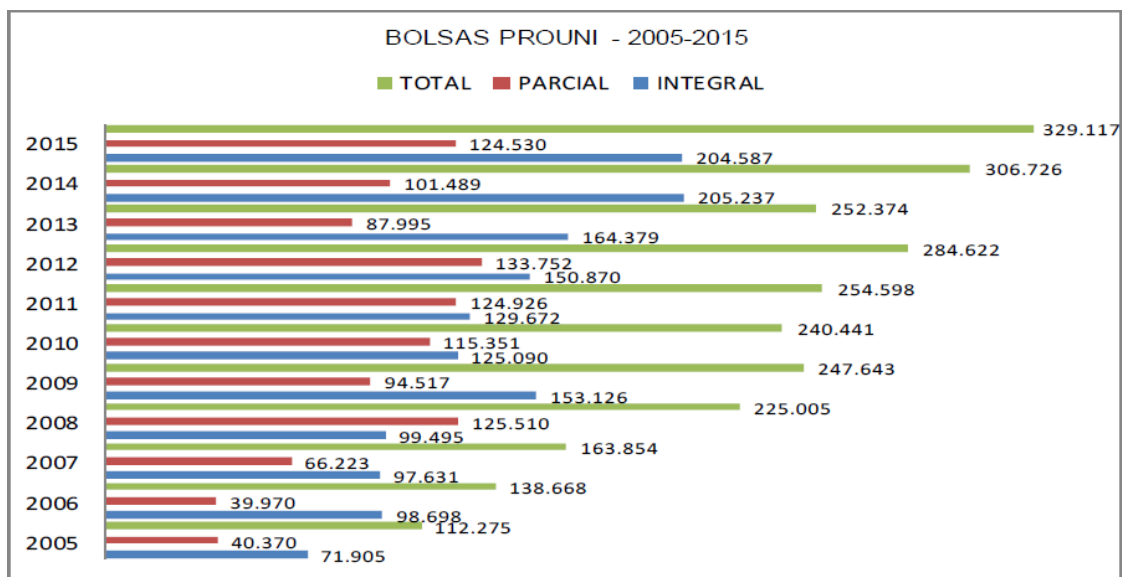


Fonte: Andrade (2023, p. 5); Gomes (2021, p. 47).

Criado pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, o PROUNI concede bolsas de estudos integral ou parcial (50 e 25%) a estudantes que cursaram ensino médio na rede pública (ou particular, desde que bolsistas integrais). Grosso modo, as instituições de ensino privado que aderem ao programa contam com isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de mais três contribuições – Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS-PASEP) (Chaves; Amaral, 2016).

As isenções são tão significativas para as instituições privadas que muitas das filantrópicas decidiram abandonar seu *status* anterior pela possibilidade de recebimento de enormes aportes de capital indireto. No ano de sua criação (2005), o programa concedeu 71.905 bolsas integrais, 40.370 parciais, perfazendo total de 112. 275 alunos beneficiados, ao passo que, no último ano do governo Lula (2010), foram concedidas 125.090 bolsas integrais, 15.351 parciais, totalizando 240.441. Em 2015, o governo Dilma Rousseff havia concedido 204.587 bolsas integrais, 124.530 parciais, chegando a um total de 329.117 (Miranda; Azevedo, 2020). Dados que podem ser vistos abaixo:

Gráfico 4 – Evolução do número de bolsas do Prouni (2005-2015)



Fonte: Miranda; Azevedo (2020); Brasil (2015)

O aspecto crucial dos dados apresentados consiste no montante de recursos públicos que passam a ser canalizados para o conjunto de instituições superiores de ensino privado que se constitui, especialmente a partir dos anos 2000, gerando padrão de apropriação privada de recursos públicos que não apenas se mantém como se consolida ao longo das últimas décadas, especialmente após a Lei 12.202/2010 que, como vimos, reestrutura o FIES. Renúncia de recursos públicos pelo Estado, por um lado; apropriação privada por corporações educacionais, por outro – essa a lógica fundamental que os dados encarnam e que está na base da configuração do campo da educação superior privada. Nesse ponto, importa, ademais, ressaltarmos a dialética presente nas políticas públicas do Lulismo (2003-2016), marcadas pela inclusão de milhões de estudantes no ensino superior brasileiro pela primeira vez na história nacional e, ao mesmo tempo, pelo financiamento exponencial do setor privado.

Com efeito, o uso articulado do ENEM e das políticas de ações afirmativas – cotas, Prouni – foi decisivo para potencializar as políticas de acesso à educação superior brasileira, resultando no ingresso efetivo de fração de classe média baixa e de baixa renda que antes não tinham tanta oportunidade de acesso à universidade brasileira (Almeida, W, 2020, p. 8).

Por isso, não se trata de conceber o processo apenas como mera privatização, desconsiderando (e simplificando) seus efeitos inclusivos, pois estudantes pretos e de baixa

renda adquiriram acesso ao ensino superior. Todavia, torna-se necessário refletir sobre a dimensão negativa dessa lógica. Nesse sentido, FIES e PROUNI estavam distantes

de uma política articulada de acesso e permanência para alunos de baixa renda, servindo mais como resposta à crônica situação financeira que as universidades lucrativas passaram a enfrentar a partir da segunda metade do governo Fernando Henrique Cardoso (Almeida, W., 2020, p.9).

Nesse sentido específico, não podemos desconsiderar que tais programas foram, também, uma resposta aos impasses construídos pelas políticas neoliberais da gestão FHC, o que contribuiu, entre outros fatores, para a manutenção da lógica mercantilista na educação e sua expansão. Sob a faceta da incorporação de frações até então desassistidas na educação (o que, de fato, existiu), o que percebemos é o fortalecimento exponencial das políticas neoliberais nesse campo. Como demonstra a tradição de formação marxista ou gramsciana, quaisquer que sejam suas diferenças, (Vianna, 2007; Coutinho, 2010; Oliveira, 2010; Boito, 2013), o padrão continua o mesmo: pífias mudanças nas margens; manutenção das estruturas. O resultado consistiu não apenas na manutenção, mas, sobretudo, na ampliação do financiamento público ao setor privado, iniciado durante o regime civil-militar e alimentado na era FHC, adensando a dinâmica de privatização da educação superior no país tanto via FIES quanto PROUNI.

Os dados acima demonstram o aspecto essencial para o entendimento da constituição do campo da educação superior privada: a transferência de recursos do fundo público para o setor privado mediante as políticas de financiamento estudantil que – dado essencial – permitiram com que as corporações do setor tivessem acesso a fundos da União, gerando efeitos em cascata no mercado financeiro, pois tais empresas passaram a ter suas ações valorizadas mediante a confiança do pagamento dos empréstimos pelo governo. A previsibilidade da quitação das dívidas, o montante das transferências e a valorização das ações contribuíram para o fortalecimento dos grandes *agentes* do setor, ou melhor, do campo educacional privado. A educação passa, gradativamente, a ser uma das esferas sociais que mais apresenta fusões e aquisições, expondo a dinâmica de concentração oligopolizada.

2.2.2 A lógica das fusões, aquisições, oligopólios

Como exposto anteriormente, as reformas de base do setor educacional estabeleceram os fundamentos para mudanças profundas, seguindo a lógica de financeirização, na medida em que modificaram o estatuto jurídico das empresas privadas da educação superior com fins lucrativos. A educação que, até então, mantivera-se sob a égide do Estado é submetida ao processo de mercantilização: desregulamentação dos mercados¹³, abertura comercial, financeirização, privatização do setor público e redução do Estado, em áreas antes consideradas vitais, estruturam a nova dinâmica do capitalismo financeiro neoliberal.

Para entender a mercantilização da educação, Marx concebe a mercadoria como ponto de partida de sua análise de “O Capital” (2023 [1867]), na medida em que ela aparece como realidade imediata à perspectiva analítica por ele elaborada: a economia política. Entretanto, ao contrário de seus predecessores (Smith, 1996 [1776]; Ricardo, 1996 [1817]), foi o primeiro pensador a apreender e descrever a dualidade da natureza da mercadoria, decompondo-a em “valor de uso” e “valor de troca”. O primeiro termo caracteriza, grosso modo, a propriedade qualitativa e a capacidade de satisfazer necessidades específicas do ser humano; o segundo, por sua vez, diz respeito à singularidade de ser trocada no mercado, a partir de sua quantidade abstrata, vinculada ao tempo de trabalho incorporado na própria mercadoria (e aqui estamos nos referindo ao trabalho abstrato, despido de qualquer qualidade sensível).

O autor argumenta que o valor de uma mercadoria se assenta em seu valor de troca que faz desaparecer suas qualidades específicas quando em circulação no mercado. Esse é um dos elementos mais intrincados e que constitui um dos traços fundamentais da mercadoria, o que leva o próprio Marx a indagar a si mesmo:

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força

¹³ Grosso modo, a desregulamentação do mercado é outra das características do neoliberalismo (ver capítulo 6) e implica a diminuição do aparato legal do Estado destinado a reger as relações de mercado: trata-se de uma medida de redução e enfraquecimento do Estado e, ao mesmo tempo, de fortalecimento da dimensão econômica sobre as demais esferas sociais. Dentro dessa lógica, o enfraquecimento da legislação trabalhista (proposta e implementada no governo Michel Temer [2016-2019]) pode ser considerado paradigmático desse processo na recente conjuntura política. Nos meios de comunicação de massa, em geral, ele aparece sob a designação “flexibilização das leis econômicas e trabalhistas”. Outra de suas características é a financeirização que pressupõe a primazia do capital financeiro e especulativo sobre o capital produtivo. Podemos ainda acrescentar como propriedades essenciais do neoliberalismo a disciplina fiscal, redução de gastos públicos, reforma tributária, altos juros e privatização de estatais (entre outros). Voltaremos a esse ponto no capítulo 6.

humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (Marx, 2023 [1867], p. 1493).

Dentro dessa perspectiva, os caracteres sociais aparecem como caracteres objetivos dos produtos do trabalho, gerando o processo de naturalização da realidade social. Uma relação social se apresenta como relação entre coisas, configurando o “fetichismo da mercadoria” (*Ibidem*). O que nos interessa para a presente pesquisa, porém, é que as mercadorias são produtos do trabalho humano colocadas em circulação e produzidas para a troca no mercado.

Um dos desdobramentos desse processo altamente complexo é que o sistema capitalista, ao reduzir todas as propriedades concretas e singulares das mercadorias à sua forma, permite com que seja criado o princípio de equivalência entre todas as mercadorias estabelecendo as bases para a troca. Portanto, ele se caracteriza por reduzir, ou converter, tudo à “forma mercadoria” (*Ibidem*), produtos valorados pelo trabalho humano dispendido e, como tal, trocados no mercado. Ou seja, entre outros elementos, o capitalismo se caracteriza por sua tendência a transformar tudo em mercadoria, até a educação, a despeito de ser um bem público e um direito (Sguissard, 2008; Rodrigues, 2007) – esse é o dado essencial para nossos estudos.

Para Rodrigues (2007), existem duas formas específicas pelas quais podemos analisar o processo de transformação da educação em mercadoria e que descrevem maneiras distintas pelas quais o capital procura se autovalorizar (Sguissard, 2008): a educação-mercadoria e a mercadoria educação. O primeiro termo descreve a venda dos serviços educacionais, “a prática social educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendido no mercado educacional” (Rodrigues, 2007, p. 5-6 *apud* Sguissard, 2008, p. 1013). Já o segundo, por outro lado, indica que a educação e o conhecimento “são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias” (*Ibidem*), o que tem paralelo com a noção de “capital humano”¹⁴. Na presente pesquisa, estamos, sobretudo, utilizando o primeiro conceito, na medida em que priorizamos o aspecto da “venda” da educação como produto no mercado, gerando, entre outros fatores, estratégias de captação de alunos, apropriação privada do fundo público, capitalização

¹⁴ Para Schultz (2012 [1961]), por meio do investimento na educação, “é possível melhorar amplamente a *qualidade* do esforço humano e aumentar a produtividade” (Schultz, 2012, p. 61, *itálicos do autor*). Grosso modo, para o autor em questão, os economistas não teriam percebido a importância de se tratar tanto a educação como o conhecimento como capital humano. Para ele, investimento em educação geraria enormes ganhos de produtividade, na medida em que aumentaria a capacidade produtiva da população. Essa teoria ganha força a partir da segunda metade do século XX ao priorizar a dimensão produtiva e desenvolvimentista de cada nação em detrimento da formação humanista e cidadã dos agentes sociais.

das empresas educacionais com fins lucrativos, investimentos na Bolsa de Valores (BV) e, naturalmente, a constituição do campo da educação superior privada e suas mediações sociossimbólicas.

Para entender a mercantilização da educação, a retirada do Estado se faz mediante a redução de gastos públicos e de investimentos sociais, o que permite a reorganização do espaço social segundo a racionalidade mercantil de modo que as esferas sociais, como a educação, tendem a ser cooptadas e incorporadas pelo mercado. Isso significou redução de custos, aumento de competitividade e formação de recursos humanos produtivos. O Estado, por sua vez, passa a se adequar ao novo modelo de acumulação flexível, base do processo de fusão, aquisição e concentração de grandes conglomerados.

Esse movimento de reforma do Estado capitalista, para adequar-se ao novo modelo de acumulação flexível, se manifesta, no Brasil, de forma acentuada, por meio da mercantilização da educação, em especial de seu nível superior (Chaves, 2010, p. 584-585).

A entrada de significativos aportes de capital nessas empresas de educação, mediante isenções fiscais, contribuiu para dar forma à nova modalidade do setor a partir dos anos 2000, configurada em oligopólios. Quatro grandes instituições da área se transformam em sociedades anônimas (S.A.) em 2007: Universidade Anhanguera, Estácio de Sá, Grupo Pitágoras (do qual se origina a Kroton) e o Sistema COC de Educação e Comunicação - posteriormente, Sistema Educacional Brasileiro, também chamado SEB - (Chaves, 2010).

Esse período pode ser considerado a gênese da formação do campo das IES privadas que se forma a partir dessas quatro empresas. Dentro da lógica de formação desse espaço de posições objetivas de competição, a Anhanguera foi a primeira empresa do setor na América Latina a abrir seu capital e ter ações na Bolsa de Valores (BV), modelo que será seguido pelas demais *agentes*. Os dados (Sguissard, 2015 *apud* Maia, 2014) apontam para a formação do campo das corporações educacionais.

Tabela 3 - Os doze maiores grupos educacionais com fins lucrativos no Brasil (2013)

Ordem	Grupo/Instituição	Receita líquida em R\$ milhões	Número de alunos	%Mercado
1	Kroton	2.015	519.000	9,5
2	Anhanguera	1.812	442.000	8,1
3	Estácio	1.731	315.700	5,8
4	Unip	1.431	247.520	4,5
5	Laureate	1.115	170.000	3,1
6	Uninove	584	134.000	2,5
7	Uniesul	529	55.000	1
8	Anima	461	49.000	0,9
9	Ser Educacional	457	98,8	1,8
10	Whitney	343	40.000	0,7
11	Devry	242	30.000	0,6
12	Tiradentes	236	40,7	0,7
Subtotal		10.956	2.141.720	39,3
Total do Setor Privado		32.040	5.448.730	100

Fonte: Squissard (2015); Hoper *apud* Maia (2014).

Naquele período, somente a Kroton já abocanhava cerca de 9,5% do mercado de discentes desse campo; a Anhanguera, 8,1%; a Estácio, 5,8% e a Unip, 4,1%. Somando as 12 maiores corporações do setor à época, elas representam 39,3% com receita líquida de quase 11 milhões – o que correspondia, em 2012, a 73% do total das matrículas públicas e privadas do país. Essa a primeira fase de constituição do campo das IES privadas. A Kroton/Anhanguera (fundidas em 2014), Estácio (à época), Anima e Ser Educacional são empresas brasileiras de capital aberto ao passo que o grupo Whitney e DeVry são americanos com capital aberto. Já a Laureate consiste em um conglomerado americano com inserção em vários países, entre eles, o Brasil (tendo sido adquirido pela Anima). De acordo com Andrade (2023), a Universidade Paulista (Unip), a Nove de julho (Uninove) e a Tiradentes (Unit) ainda não teriam aberto seu capital no mercado de ações ao passo que a Universidade Vargem do Sul (Unicsul)

realizou sua oferta pública inicial em fevereiro de 2020 e levantou R\$ 1,23 bilhão – R\$ 1,07 bilhão foi para seu caixa, e, desse valor, 90% seria usado

para realizar fusões e aquisições, e o restante investido no crescimento orgânico da companhia (Infomoney, 2021 *apud* Andrade, 2023, p. 8).

Mediante essa lógica, constituem-se os grandes conglomerados de educação, empresas de capital aberto com forte participação de grupos nacionais (e estrangeiros), instaurando a desnacionalização do ensino, uma das propriedades determinantes do campo das IES privadas. A alteração no padrão de financiamento dessas empresas gera outra consequência: impacta e modifica a gestão dessas organizações, pois as famílias proprietárias tendem a ser substituídas por bancos e fundos de investimentos que determinam mudanças estruturais nos níveis financeiro, administrativo e pedagógico.

Como resultado desse processo, constitui-se novo perfil gerencial alinhado à lógica de mercado, determinada pelo fluxo do capital financeiro, em especial na modalidade *private equity* (PE)¹⁵, que passam a ter forte influência nas decisões das organizações que optam por esse tipo de estratégia com vistas a se consolidar no mercado. Ao investirem pesadas somas de capital por meio de grupos fechados de grandes especuladores (nacionais ou internacionais), passam a contar com poder suficiente para determinar a lógica da reestruturação e os caminhos pedagógicos das instituições. Esse processo mais amplo de reengenharia, baseado nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, procura implantar ferramentas estratégicas direcionadas para satisfazer a intenção dos acionistas, a gestão de risco e as oportunidades de mercado. A capitalização concentrada no tempo por meio de ações e fundos subsidia o processo de aquisições e fusões. “Isso significa dizer que os objetivos da empresa transcendem a maximização do lucro, uma vez que ficam subordinados à maximização do valor acionário no mercado de capitais” (Carvalho, 2013, p. 772).

Ademais, o controle sobre a origem do capital fica comprometido, pois os capitais de risco e as ações pulverizam a propriedade e, ao mesmo tempo, alimentam o processo de aquisição e concentração societária. Os especuladores e empresas estrangeiras, que se beneficiam dessa dinâmica, exercem pressões e influência nas decisões administrativas,

¹⁵ O *private equity* consiste em tipo de investimento por meio do qual empresas, instituições ou fundos especializados aportam seus capitais – de forma privada – em empresas com grande potencial de crescimento, a exemplo das corporações do setor educacional, objetivando conquistar lucros futuros. Grosso modo, a ideia é injetar capital em empresas que prometem crescimento no mercado ao contrário, por exemplo, da modalidade *venture capital* através da qual o aporte ocorre em empresas novas e que, por isso, apresentam riscos de mercado. O que gostaríamos de enfatizar, ademais, é que a meta do *private equity* consiste em fortalecer e ampliar a presença dessas unidades empresariais no mercado de forma que, a longo prazo, elas consigam se transformar em empresas de capital aberto – capazes de investir na Bolsa de Valores (BV).

financeiras e pedagógicas mediante a compra de ações ordinárias que lhe conferem direito à voto. O efeito dessa lógica de financeirização consiste na maximização do valor do acionista.

Com isso, os investidores institucionais têm papel central conforme utilizam o direito de propriedade para impor, com indicador de desempenho, o acréscimo nos rendimentos trimestrais por ação, e, portanto, a lógica financeira prevalece nas diretorias e na adoção de normas de governança corporativa (*Ibidem*, p. 722).

Em síntese, o preço da ação se torna a variável chave para a gestão corporativa que exige a reaquisição de mais ações (e de seu uso como moeda), afrouxamento de normas contábeis e manipulação de demonstrações financeiras. Como veremos a seguir, o resultado se encarna na dinâmica do mercado, marcada por processos de fusões e concentração em vários setores; entre eles, o educacional.

Ora, para a construção do campo, o que nos interessa é que o controle acionário dessas empresas passa a ser constituído por corporações estrangeiras e investidores que não têm interesses no processo educacional e que tomam o lucro/valorização das ações como condição essencial para o investimento. A valorização das ações, os aportes de capital e as isenções fiscais que operam como conjunto de estratégias fundamentais para capitalização e aposta na Bolsa de Valores (BV) são determinantes da configuração desse campo caracterizado pela concepção de educação como mercadoria, a “educação-mercadoria” (Squissard, 2008, p. 1013) e não como bem público e dever, constitucional do Estado.

A implicação desse novo perfil de empresas é o adensamento da dinâmica de fusão, aquisição e concentração do setor educacional, agora sob a égide do mercado. Qual o ritmo das fusões? Como elas se dão, comparativamente, entre a educação e as demais áreas? Podemos, de fato, notar que a esfera da educação passou a ser, dentro do regime neoliberal, uma área nevrálgica do mercado? Estamos diante de que tipo de campo? E mais: quais os valores disseminados pela emergência desse campo sobre o sentido de educação?

2.2.3 Mapa das fusões e radiografia do setor de educação superior

Dados do Canal Executivo e da Pesquisa de Fusões e Aquisições da KPMG¹⁶ apontam que, no último ano, o setor educacional sofreu queda de 58% em relação à 2022. Foram somente 22 transações para 53, respectivamente. O setor da educação, porém, registrou

¹⁶ <https://canalexecutivoblog.wordpress.com/2024/03/06/fusoes-e-aquisicoes-em-educacao-caem-58-diz-kpmg/>

alto volume de fusões e aquisições, nos últimos anos: em 2021, foram 52 – quase tão intenso quanto 2022 –; no entanto, em 2020, caíram a 27 ao passo que em, 2019, o volume total foi de 32. No geral, o volume de transações, em 2023, foi 13% abaixo do retrasado (1.505 para 1.728). Quando, no entanto, observamos o relatório da KPMG/2º trimestre de 2023, levando em consideração o acumulado dos dois trimestres do ano passado, o setor da educação fica em 15º, apresentando 9 transações. (O primeiro lugar permaneceu com tecnologia da informação - 169; o segundo, empresas de internet - 157; e o terceiro com finanças - 67 (ver a tabela M, no apêndice).

Se nos anos 90 o crescimento do setor educacional foi horizontal, com empresas de origem familiar; a partir dos anos 2000, ocorre a concentração (e formação) de conglomerados. A alta posição ocupada pelos processos de fusão e aquisição da educação demonstra a posição estratégica que o setor passa a ocupar nos últimos anos como área potencialmente lucrativa, formando a base para a configuração do campo educacional, determinado pela acirrada competição entre as grandes corporações. Não tínhamos, até então, essa configuração na esfera educacional do país cuja propriedade consiste no desenho oligopolizado do setor, constituído pela intensa capitalização das empresas, entre outros fatores, propulsionada pela apropriação privada do fundo público mediante programas de financiamento estudantil (FIES, PROUNI), adensando a capacidade de cooptação de uma nova geração de estudantes ávidos para ingressarem no mercado diante da possibilidade, agora efetiva, de aquisição em massa de diplomas emitidos pelas corporações constitutivas (e constituintes) do universo privado da educação superior.

Como desdobramento do campo das IES privadas, surgem novas formas de mediação social que, em sua lógica, tendem a replicar as percepções de mercado, expondo os mecanismos sociais e simbólicos cujas operações, complexas, se caracterizam por serem quase sempre indiretas. As empresas educacionais com fins lucrativos são o resultado de um conjunto de fatores sócio-históricos, como delineamos: a escolha de um modelo educacional privado por parte da ditadura civil-militar, os efeitos da Reforma da Educação de 1968, a redução do papel do Estado por meio, entre outros, da abertura da LDB/1996 ao processo de privatização da educação, a opção do Lulismo (2003-2016) pelo financiamento indireto da área, gerando a apropriação privada dos fundos públicos pelos grandes conglomerados (via FIES e PROUNI), a intensificação da lógica financeira e, em consequência, o fortalecimento de fundos privados, como o *private equity*, a transformação em sociedades de capital aberto, investimento na Bolsa de Valores (BV), o processo de fusão e concentração, gerando a configuração oligopolizada do

setor, o aumento acentuado do tamanho e da força das empresas de educação, o que pode ser visto pelo crescimento exponencial das matrículas na esfera privada.

Esses processos todos, articulados, expressam, na sua natureza e dinâmica, a emergência do neoliberalismo¹⁷ (e seus impactos na educação) que, entre outras complexas mutações do sistema capitalista, contribuiu para a privatização da educação que, até então, se mantivera sob a égide do Estado, agora cooptado pelos processos de desregulamentação, privatização e, naturalmente, redução de seu papel como indutor de políticas públicas. Nessa perspectiva, esse novo conjunto de corporações educacionais se constitui em conjunto à reforma do Estado, adequando-se aos processos de acumulação flexível do capital, nova gestão das empresas, investimento na BV e fragmentação acionária. A força dessa dinâmica pode ser vista nos dados apresentados pela KPMG: a educação foi um dos setores que mais investiu em fusões e aquisições, dentro do processo de oligopolização, tornando-se um dos setores mais atrativos para o mercado – esse o dado sociológico que deve ser compreendido.

Queremos, com isso, defender o ponto de vista de que o setor da educação superior privada (com fins lucrativos) não se restringe a um mecanismo republicano de formulação e transmissão de conhecimentos, preocupado com a formação cidadã e humanista da fração da juventude que ascende às suas salas de aulas. A história social de sua genética nos conta outra história. Estamos diante de organizações constituídas no interior de um novo modelo de acumulação e flexibilização do capital.

Dentro dessa lógica, a educação, deslocada da esfera estatal, passa a ser percebida como mercadoria – “a mercadoria-educação” (Squissard, 2008, p. 1013) com vistas à obtenção de lucro e maximização de valor das ações na Bolsa. Tendo em vista o papel específico ocupado por tais empresas no mercado educacional (tanto nacional quanto internacional), seus processos gerenciais, a cooptação e capacitação de seus profissionais, o próprio conceito e qualidade da educação – determinados pela otimização do tempo e pelas capacitações (de mercado e para o mercado), conjuntamente, contribuem para a configuração de um ambiente educacional estruturado mercadologicamente. Estamos, isto sim, diante de um complexo processo de mediações sociais que operam na subjetivação desse alunado, com a vantagem – inerente às estratégias de “violência simbólica” (Bourdieu, 1992) como veremos – de atuar a partir da naturalização de seus sentidos sobre o mundo e os agentes sociais.

¹⁷ Discutiremos em maior profundidade o neoliberalismo no capítulo 6 do presente trabalho; porém, algumas de suas características já foram apresentadas em nota anterior (nº13).

Defendemos, portanto, que se trata da emergência de um *ethos* empresarial – mediação social, por excelência – cujo caráter operacional consiste na emissão de diplomas com aderência às exigências do mercado. E dentro dessa lógica, enfatizamos, os alunos estão demasiado distantes de uma pedagogia humanista. Tratam-se de mediações que, sob o signo do acesso à educação de frações secularmente alijadas desse direito, reduplicam simbólica e socialmente a lógica neoliberal a jovens de estratos sociais mais baixos e de menor capital cultural. Como veremos, na subseção seguinte, são mecanismos de subjetivação neoliberais. Mas, antes disso, é preciso abordarmos mais detidamente esse processo, acompanhando o desenvolvimento da própria Estácio, como ela nasce e se fortalece em Juiz de Fora e o papel desempenhado pelo discurso de gestão como mediação sociossimbólica que contribui, entre outros fatores, para a formação de um tipo específico de subjetividade.

2.2.4 A constituição de uma holding: Estácio S.A. e o discurso gerencial

No contexto da ditadura civil-militar brasileira, surge a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, em março de 1969, como sociedade civil sem fins lucrativos. Em 1970, é enviado à Câmara de Ensino Superior (CESu), do Conselho Federal de Educação (CFE), pedido de autorização para financiamento da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, tendo como fundador o magistrado, João Uchôa Cavalcante Netto. Ao longo da década de 70 foram criados outros cursos; a pós-graduação é aberta em 1978. Devido ao volume de isenções fiscais (pelo estatuto social de 1979, a empresa era definida como filantrópica e sem fins lucrativos), os dados apresentados em 2007 para a formação da Companhia Estácio Participações S.A. informam 96,4 milhões de reais em reserva de capital de um valor patrimonial de 123,4 milhões (Mancebo; Vale, 2013; ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A., 2007).

Do ponto de vista contextual, o fortalecimento das instituições privadas, em geral, na década de 80, e da Estácio, em particular, leva a mantenedora Seses a entrar com carta consulta para transformação da Faculdade Estácio de Sá em universidade (no Rio de Janeiro). Para Cavalcante Netto, o objetivo consistia em “abrir o curso que quisesse” (Cavalcanti Netto, 2002, p. 332-333 *apud* Mancebo; Vale, 2013, p. 89). Dentro do espírito empresarial, o fundador expressava sua percepção sobre a educação superior privada: “O professor mestre, doutor e pós-doutor não é melhor do que um professor recém-formado, se ele for talentoso” (Cavalcante Netto, p. 345, 2002 *apud* Mancebo; Vale, 2013, p. 88). Dados do parecer do CFE de 1988 informam que a instituição contava com 3,3% de doutores, 14, 5% de mestres, 1,1% de doutorandos, 3,5% de mestrandos, 38,1% de especialistas e 39,5% de professores graduados.

O parecer é positivo e a instituição conquista o *status* de universidade. A Estácio aproveita para fundar o Instituto Politécnico, isto é, a graduação tecnológica, com objetivo de atender às demandas do mercado cujo público era composto pela juventude que aspirava a se aprimorar e a qualificar seu potencial de empregabilidade (Mancebo; Vale, 2013).

Na preparação para a Oferta Pública Inicial (IPO, em inglês), processo pelo qual a empresa vende pela primeira vez suas ações na Bolsa de Valores (BV), a companhia contrata a Comatrix Soluções, em 2005, e a K2 Consultoria, no ano seguinte (Vale, 2013). A reengenharia financeira e administrativa por meio do corte de custos e intensificação da extração de mais valia intensiva e extensiva e a adoção de padrões gerenciais tornam as ações da empresa mais atrativas no mercado (Tiradentes, 2009 *apud* Vale, 2013). No ano de 2007, é criada a Estácio Participações S.A., a *holding* que controla as mantenedoras da instituição e de outras empresas, mediante a abertura de capital na Bolsa Valores (BV), incorporando-se ao mercado financeiro. No estatuto, consta a valorização do capital pela via financeira e sua internacionalização. Ao se constituir em sociedade de ações, ela deixa de se restringir ao ramo de educação superior privada e conquista outras áreas, como a produção de material didático, “tornando-se o ensino superior, portanto, um dos braços de um conglomerado, de uma corporação (Mancebo; Vale, 2013, p. 92).

Desde 2007, portanto, com a abertura de capital, a empresa apresenta aumento de matrículas e abertura de novas unidades no país, dentro de lógica expansionista caracterizada pela busca de constante expansão como forma de aplicação de excedentes, ganho de competitividade e aumento da taxa de lucro. A estratégia de captação (e retenção) de alunos ressalta a conexão direta com o mercado e sua adequação às novas demandas. No próximo ano, a Garantia Participações S.A. – através de uma de suas empresas, a Moema Participações S.A. - adquire 20% do capital social da Estácio mediante pagamento de R\$ 259.330.720.

Imbuída de forte racionalidade administrativa, a Garantia Investimentos S.A enfatiza a redução de custos e operações, seguindo a lógica financeira que passa a constituir o cerne da vida acadêmica, administrativa e financeira da Estácio. São criados (e aplicados) os Programas de Remuneração Variável, de Incentivo à Qualificação, o Código de Ética e Conduta, além do Orçamento Base Zero, que parte do zero para elaboração da planilha do próximo ano, o que leva a constantes cortes de despesas. É neste momento da história social da Estácio que detectamos a aplicação – de forma incisiva e racional - do que pode ser considerado o discurso gerencial que irá desencadear uma verdadeira reengenharia no interior da empresa, refletindo, ao mesmo tempo, uma forte tendência de “modernização” da gestão empresarial.

Dentro dessa dinâmica de reestruturação neoliberal do capitalismo com deslocamento do setor produtivo para o financeiro e, conseqüente, ênfase na área de serviços, entre eles, a educação, podemos observar a emergência de um discurso específico por meio do delineamento de um conjunto de saberes com pretensão de verdade que tendem a produzir efeitos práticos sobre a realidade que ajudam a criar. Operando como um conjunto aparentemente descritivo e neutro sobre a realidade, com pretensões de verdade, o discurso gerencial direciona profunda transformação nas universidades federais (Carlotto, 2014) e, acrescentamos nós, influencia, desde seu nascimento, as empresas de educação com fins lucrativos, atuando como “dispositivo de saber-poder”.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Por isso, saber e poder se encontram interligados e se referem um ao outro, na medida em que, grosso modo, o poder opera gerando saber, ao passo que a posse de saber legitima o poder. E se cada época possui o seu “regime de verdade”, o neoliberalismo requer a emergência de um tipo específico de saber que opera naturalizando as relações de poder e as próprias estruturas do mercado. Esse saber consiste, entre outras modalidades específicas, no discurso gerencial que dá forma e legitimidade às instituições e organizações (ao qual ainda se somam os discursos meritocrático e empreendedor, como veremos). Se trata, portanto, de “descrever a emergência da gestão como dispositivo de saber-poder, enfatizando os seus efeitos sobre a reconfiguração do exercício de governo da universidade” (Carlotto, 2014, p. 137) e, no nosso caso, especificamente, sobre a gênese, formação e estruturação das IES privadas dentro do modelo da organização – enfim, de sua efetiva subjetivação dos discentes aqui estudados.

Para Foucault (2013), a produção do discurso “não é feita de maneira aleatória, mas obedece aos interesses das instâncias e das relações de poder que a produz. Por ser um acontecimento, o discurso não é imaterial, pois materializa-se nas práticas sociais dos sujeitos e nestes produz efeitos” (Silva; Júnior, 2014, p. 202). Para nossa pesquisa, enfatizamos o aspecto “produtivo” do discurso “consequência de sua materialização em práticas, procedimentos, técnicas e instituições socialmente legitimados pelo seu caráter de conhecimento ‘verdadeiro’” (Carlotto, 2014, p. 138). Por isso, o discurso não permanece, como

a autora citada bem observa, no nível abstrato, mas prático, pois “forma, deforma, constrói e desconstrói os objetos de que fala” (*Ibidem*, p. 138). É a força material e produtiva do discurso que nos interessa, pois, em síntese, ela está na própria gênese da construção das empresas educacionais com fins lucrativos, entrelaçando gestão, empreendedorismo e meritocracia.

Além disso, defendemos que tais estratégias de subjetivação estariam, como dissertaremos ao longo do presente trabalho, vinculados a processos de socialização (especialmente via mercado), de forma que os discursos de saber-poder tenderiam a se articular a mecanismos de socialização no mercado, já que são produtos do próprio mercado.

Assim, Carlotto (2014) observa que, a partir da matriz foucaultiana, se destacam, sobretudo, três grandes linhas de pesquisa que permitem a análise do discurso gerencial que ascende, simultaneamente, com o neoliberalismo: a primeira é a analítica de governabilidade, que aponta para a emergência de práticas de governo voltadas para a produção de saberes sobre o que se está governando. Um tipo de saber que, ao contrário, do conhecimento abstrato/conceitual, se faz por meio da inquirição material e estratégica acerca de seu objeto, arrolando estatísticas, tecnologias de avaliação, programas de computação (entre outros), cujos efeitos práticos se encarnam no conhecimento em gestão. A segunda prática é o programa performativo que, por sua vez, permite com que se analisem como conhecimentos especializados, a exemplo do marketing e a gestão, incidem sobre diferentes universos sociais que, sob o signo de serem descritos com neutralidade, acabam produzindo profundas reorientações e mudanças no objeto descrito. Nesse conjunto de táticas mais precisas, se encontram, por exemplo, cursos e programas de treinamento, reformas institucionais, cursos de certificação e *workshops*. Enfim, a terceira é a sociologia da *expertise*, que permite a diferenciação de dois tipos de saberes: o conhecimento profissional e a *expertise*. Enquanto o primeiro, grosso modo, se caracteriza pelo monopólio de seus conceitos e pela formação universitária, determinando o controle de sua gramática pelos profissionais devidamente titulados; o segundo consiste em um conjunto menos fechado de conhecimentos e, por isso, tendencialmente menos submetido a controle, o que o torna mais acessível a profissionais de diferentes formações, expandindo-se em diferentes contextos sociais.

Articuladas, as três matrizes permitem com que se perceba o modo como o discurso gerencial impacta o campo da educação superior não apenas pública, mas também privada por meio do delineamento de novas estratégias de intervenção, de programas de reforma e gerenciamento, além da disseminação de um conjunto de conhecimentos e práticas, aparentemente neutros, mas que trazem consigo – no nosso entendimento – profundos e complexos modelos de subjetivação neoliberal.

Para completar esse quadro analítico sobre os efeitos do discurso de saber-poder no universo educacional, a autora (Carlotto, 2014) se propõe a, dentro da perspectiva sociológica, a “inserir processo de construção social da realidade no interior das estruturas sócio-históricas nas quais ele se desenvolve” (*Ibidem*, p. 147), ou seja, são sujeitos sociais que ocupam posições específicas nas estruturas que corroboram ou questionam tais percepções e práticas acerca do próprio mundo social. Mediante essa operação, as tomadas de posição dos agentes passam a ocorrer no interior de campos sociais específicos, determinados pelas posições em conflito, competição e concorrência objetivas e simbólicas determinadas pelas disputadas sobre o capital. Isso resgata a força e o papel dos agentes sociais, de modo que o discurso é produzido mediante as disputas desses mesmos agentes no interior do campo, desnaturalizando o discurso da matriz foucaultiana.

Mas não se trata apenas de tentar compreender como a produção desse discurso, supostamente neutro e científico, opera na produção de um conjunto de conceitos, percepções e ações com pretensões ao estatuto de verdade, mas também de questionar se (e até que ponto) os efeitos desses discursos e dessas práticas não estariam, ao mesmo tempo, produzindo modelos de subjetivação nos sujeitos, no caso, no alunado das instituições educacionais com fins lucrativos¹⁸. A partir dessa perspectiva mais ampla, não seria o discurso gerencial outra forma de subjetivação dos discentes das instituições privadas que compõem a fração social da juventude cooptada por essas corporações?

Apesar de ter como objeto de estudos o discurso gerencial nas universidades públicas, no caso, a Universidade de São Paulo (USP), portanto outro campo da educação superior no Brasil, o público, as análises de Carlotto (2014) oferecem modelo analítico que pode, com as devidas precauções e modificações, ser aplicado em nosso universo com vistas a apreender a adaptação do discurso gerencial, meritocrático e empreendedor nas empresas educacionais com fins lucrativos e, mais significativamente, o papel de construção de *habitus* neoliberais constitutivos dos discentes captados por tais empresas. Para melhor compreendermos, primeiramente, o modo específico como o discurso gerencial incide (ainda com mais força) sobre o universo privado da educação superior, é necessário levarmos em consideração as diferenças entre “instituição social” e “organização” que expõem dois modelos radicalmente divergentes sobre educação e cujos efeitos podem ser percebidos, sobretudo, pelo modo como,

¹⁸ Além disso, defendemos que tais estratégias de subjetivação estariam, como iremos defender ao longo do presente trabalho, vinculados a processos de socialização (especialmente via mercado) de forma que os discursos de saber-poder tenderiam a se articular a mecanismos de socialização no mercado, já que são produtos do próprio mercado.

no neoliberalismo, a educação passa a ser concebida, cada vez mais, como mercadoria e não como dever do Estado.

As diferentes concepções estão para diferentes formas de mediação a partir das quais o mercado incide sobre a qualidade (ou a falta de qualidade) da educação. Antes de mais nada, uma organização se define por ser uma prática social determinada por sua instrumentalidade em atingir fins particulares cujas operações se definem pelas ideias de eficácia, eficiência e produtividade. Portanto, já de partida, a organização é fruto dessa concepção gerencial de ordem neoliberal. “Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social é crucial, é, para a organização, um dado de fato” (Chauí, 1999, p. 6).

Nessa perspectiva, o referencial da organização é, por excelência, o próprio mercado de forma que, quando observada na produção de serviços educacionais, ela prima por oferecê-los de acordo com as necessidades mercadológicas vigentes, constituindo-se a partir dos constrangimentos determinados por sua aderência às percepções e/ou demandas (do mercado). Por isso, é característico da própria organização aceitar tacitamente sua inserção em um dos polos da divisão social de classes e, ao contrário da instituição social, a universidade pública, não procurar responder às contradições (intrínsecas à sua posição) e sim vencer a competição no mercado.

Em síntese, as empresas de educação com fins lucrativos, como o próprio nome diz às mil maravilhas, se encaixam nessa definição de organização e se estruturam em consonância às regras e percepções da dinâmica e natureza do mercado cuja recodificação simbólica traduz a tríade eficiência, eficácia e produtividade que a afeta e conforma (no sentido técnico de dar forma, organizar, definindo departamentos, seções, subseções, organogramas, redes de hierarquias e de poder). Portanto, o discurso de saber-poder gerencial que aqui abordamos está incorporado na própria gênese das organizações, definindo - pelo mercado e no mercado - sua substância sociopolítica e pedagógica, naturalmente.

Para a presente pesquisa, gostaríamos de observar que a expansão do conhecimento gerencial (na educação brasileira) esta intrinsecamente ligada à concepção econômica da área, sendo, dentro desse ponto de vista, um conjunto de percepções e ações derivados do mercado. Devido a seu caráter de *expertise*, esse discurso (que implica em um conjunto sistemático de práticas e ações) conta com a flexibilidade de se adequar aos mais diferentes tipos de organização, em especial as educacionais com fins lucrativos. Em síntese, é a partir dessa concepção teórica que entendemos a contratação da Garantia Participações, feita pela Estácio e

que determinou, naturalmente entre outros fatores, o processo de reengenharia de sua estrutura, adequando-se, ainda mais, aos constrangimentos e exigências do mercado.

Nessa perspectiva, é preciso, histórica e geneticamente, retomar a Reforma Universitária, de 1968, que impactou todos os âmbitos da educação superior estabelecendo as bases para uma visão economicista (como já vimos) e, também, gerencial do setor. As percepções derivadas dessa inflexão conservadora se cristalizaram ao redor do caráter administrativo que deveria orientar o futuro da educação, visando as noções de eficiência, eficácia e produtividade e, com elas, novas concepções de gestão. Por meio da imposição de categorias que adquirem o estatuto de verdades naturais, o discurso gerencial passa a expressar um modo “correto” de operacionalidade que pode ser imposto em qualquer organização, argumento que adquire mais força na iniciativa privada, cuja sistema valorativo se assenta sobre o mercado. Dentro dessa lógica, o discurso gerencial, como dispositivo de saber-poder, parte do princípio de que, a despeito de suas diferenças, diferentes organizações apresentam os mesmos mecanismos de operação que permitem a aplicação de diretrizes comuns de gestão. Tendo em vista nosso argumento, a Garantia Participações levou a cabo um complexo processo de reengenharia empresarial da Estácio, dentro de um contexto histórico-social aberto à aplicação e experimentação do discurso gerencial, implementado em todos os níveis de gestão com vistas à “modernização” da empresa, adesão a planos de qualidade total e, naturalmente, orçamento base zero – todas iniciativas em articulação com a valorização das ações e apostas na BV.

Além do discurso de saber-poder da gestão que, como vimos, se encaixa, às mil maravilhas, nas instituições de ensino superior privadas (IES) com fins lucrativos; acrescentamos, sobretudo, duas outras noções: a de meritocracia e empreendedorismo que, articulando-se uma à outra, tendem a intensificar a força do discurso – e das práticas – neoliberais, operando a naturalização de certas visões políticas acerca do mundo social. Sob o argumento de liberdade econômica e, especialmente de mobilidade social, a meritocracia tende a intensificar e radicalizar “formas de exploração do trabalho pelo capital” (Silva, 2023, p. 58).

Por meio do autoinvestimento, a qualificação de si, como estratégia de valorização salarial, esse tipo de saber-poder tende, ao contrário, a obscurecer as relações de exploração dos trabalhadores pelo capital que passam a ser perceber, dentro dessa ótica, como “investidores de si mesmos” (Silva, 2023, p.58). Nessa perspectiva, mais do que suposta distinção ou mérito próprio – o suposto dom imanente ao indivíduo -, a meritocracia opera na denegação das demais variáveis incorporadas aos agentes sociais – como o *habitus* adquirido a partir de seu pertencimento de classe que tende a lhes conferir as “habilidades” consideradas naturais (ou a

adensá-las). Dentro dessa lógica, ela consiste em um “modo de vida” que, gradativamente, se expande a diversas esferas sociais e que, entre coisas consequências, se desdobra no empreendedorismo.

Quanto a essa segunda noção, o “empreendedor”, tendo em vista sua inserção subalterna no mercado – como proprietário de uma pequena loja de departamento – passa a se incumbir de constranger os trabalhadores sob seu comando, operação delegada pela cadeia de expropriação do trabalho.

Sem que disso tenha consciência, ao criar, ele mesmo, a condição de empregabilidade, o trabalhador troca a proteção social por uma ideia de liberdade que, em última instância, retira de si a possibilidade de obter qualquer conquista/concessão do capital, pela sua relação direta com o mercado (Tavares, 2018, p. 119),

contribuindo, por sua vez, - e mais uma vez – para o obscurecimento do “momento da produção” (Tavares, 2018, p. 119).

Dentro desse processo de reengenharia, em 2010, houve a reconfiguração da gestão empresarial da organização com a saída dos fundadores e recomposição de acionistas e, como resultado, desaparece a figura do proprietário tradicional, sendo substituído pelo controle pulverizado por uma série de investidores cujo compromisso com a educação permanece, no mínimo, incerto. Gradativamente, o modelo gerencial da empresa rompe com o núcleo familiar que, até então, controlara a Estácio, contribuindo para que “mais de 70% das ações nas mãos de acionistas diversos, aprofundando-se uma orientação empresarial, centrada na redução de custos e aumento da lucratividade para o benefício dos acionistas” (Vale, 2013, p.12).

Pulverização acionária e lógica de redução de custos, valorização do valor das ações, aumento de lucros, fusões e alimentação da expansão pela via financeira passam a determinar o crescimento da Estácio S.A. “Pode-se perceber como essa empresa educacional apresenta franca expansão, contando com o fértil solo de financiamento estatal mesmo que indireto” (Mancebo; Vale, 2013, p. 95). Grosso modo, defendemos que a Estácio reproduz, em ponto pequeno e com singularidades, o processo mais amplo, delineado acima, de crescimento e oligopolização do setor. Dentro dessa dinâmica, a lógica das fusões é intensificada.

Entre os anos de 2007 e 2014, houveram 56 operações financeiras entre as quatro maiores empresas do setor educacional privado (Kroton, Estácio, Ser Educacional e Anima), assegurando estreito comprometimento entre os interesses de acionistas e cotistas e ganhos a curto prazo (IPEA, 2016). A abertura de capital, dentro dessa lógica, permite não apenas a pulverização dos acionistas, como a aquisição e fusão de empresas, adquiridas mediante capital

estrangeiro, interferindo nas decisões administrativas e pedagógicas. Portanto, “o fenômeno recente que não deve ser ignorado é o movimento multiplicado de financeirização, oligopolização e internacionalização da educação superior brasileira” (*Ibidem*, p. 17).

Dados do IPEA (2016) ajudam a delinear o nível de concentração no setor, em geral, e na Estácio, em particular. Em 2012, a renda líquida da Kroton era de 1,75 milhão de reais; da Estácio, 1, 72 milhão; da Ser Educacional, 353 mil e da Anima, 403 mil. Em 2015, a Kroton salta para 5 milhões; a Estácio, 2,9 milhões; a Ser Educacional, 1, 02 milhão e a Anima, 856, 6 mil:

Tabela 4 – Brasil: receitas líquidas de empresas com ações na BM&FBovespa

Empresa	2012	2013	2014	2015	Variação (%)
Kroton	1.753,1	2.374,0	4.177,4	5.081,9	190
Estácio	1.725,3	2.038,5	2.661,1	2.939,4	70
Ser Educacional	353,3	538,0	780,2	1.020,3	189
Anima	403,7	543,3	767,5	856,6	112

Fonte: IPEA (2016, p. 27)

Já a margem EBITDA¹⁹ das quatro corporações (de 2014 ao primeiro trimestre de 2016) apresenta aumentos significativos para a Kroton, que sai de 39,9% para 47,8% e Estácio: de 24% para 26,9%. Já a Ser Educacional, apresenta estabilidade (40,6% para 39,7%) e a Ânima, leve queda (de 32% para 28,8%). Nesse sentido, “é possível observar que a rentabilidade das empresas brasileiras é bem superior à das congêneres que atuam nos Estados Unidos, o que ajuda a explicar o interesse dos investidores estrangeiros em nosso mercado” (IPEA, 2016, p. 28), levando à internacionalização do setor.

Tabela 5: Margem EBITDA ajustada de empresas educacionais com ações na BM&FBovespa (Primeiro trimestre de 2014 a 2016)

¹⁹ A EBITDA representa o lucro da empresa antes dos impostos, despesas financeiras e amortizações.

**Margem EBITDA ajustada de empresas educacionais com ações na BM&FBovespa
(Primeiro trimestre de 2014 a 2016)**
(Em %)

Empresa	Primeiro trimestre 2014	Primeiro trimestre 2015	Primeiro trimestre 2016
Kroton	39,9	42,8	47,8
Estácio	24,0	27,1	26,9
Ser Educacional	40,6	38,8	39,7
Anima	32,0	33,6	28,8

Fonte: Kroton (2015d); Kroton (2016a); Ser Educacional (2015b); Ser Educacional (2016a); Estácio (2015a); Estácio (2016a); Anima Educação (2015a); Anima Educação (2016a).
Elaboração dos autores.

Obs.: Valores referentes à Kroton no primeiro trimestre de 2014 combinam resultados da Kroton e Anhanguera, respeitando as diferentes práticas contábeis.

Fonte: IPEA (2016, p. 28)

Para se ter uma ideia, em 2015, a margem EBITDA de empresas americanas que investiam na Bolsa de Valores era significativamente mais baixa – por exemplo, *American Public Education* (22,1%) e *Apollo Education Group* (16,9%).

Os dados das tabelas acima demonstram a concentração de receitas das grandes corporações, especialmente, a partir de 2012, período no qual, começam a se expandir, ainda mais, as empresas do mercado educacional e que, ao mesmo tempo, conquistam aumento significativo da margem de lucro antes de despesas e impostos (EBITDA). Dentro dessa lógica neoliberal, a educação – já mercantilizada – passa a ser, mais fortemente, submetida à lógica da financeirização, com abertura crescente a empresas internacionais, sobretudo americanas. Avançando mais na observação dos dados, fica nítida a configuração do campo das grandes empresas educacionais com fins lucrativos que, a princípio, era constituído pela Kroton, Estácio, Ser Educacional e Ânima (como veremos, a seguir, a Estácio/YDUQS se converte em uma das maiores de todas elas). Os percentuais que enfatizam as receitas e os lucros demonstram a força da dinâmica de concentração e da formação dos oligopólios e, naturalmente, das fusões. Como os dados da KPMG demonstram, a educação passa a ser um dos pontos nevrálgicos dessa dinâmica no Brasil.

À transformação em *holding*, em 2007, articula-se um complexo processo de recomposição acionária, como expusemos, por meio da qual grande parte do controle acionário passa a ficar nas mãos de acionistas cujos compromissos com a educação são, no mínimo, dúbios. Ocorre ainda o processo de internacionalização do capital, pois grande parte das empresas são compradas por corporações estrangeiras. Por outro lado, essas mesmas empresas, que formam o campo da educação privada, investem em outras áreas como a de materiais didáticos – o que implica em novas estratégias de ascensão no interior do próprio campo, cuja propriedade fundamental é a violência da competição entre as grandes corporações.

Nessa perspectiva, a absorção, aplicação e expansão do pensamento gerencial no setor – reengenharia acionária, programas de remuneração variável, de ética e de orçamento zero, atinentes aos novos mecanismos de gestão empresarial que se consolidam como padrões de gerencialmente – operam produzindo um modelo de subjetividade que, de um lado, se alimenta desse processo objetivo e, de outro, contribui para retroalimentá-lo pela admissão tácita (e pré-reflexiva) de seus pressupostos e valores²⁰.

Um processo que pode ser observado na tríplice lógica que articula o discurso gerencial ao empreendedorismo e à meritocracia. Dentro dessa lógica, como veremos no próximo capítulo, a empresa se converte no modelo de conduta dentro dos processos de competição modernos que encarnam a “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016). Baseados na força das fusões, na concentração e aumento das receitas e na margem de lucro líquido, nosso argumento é que o discurso gerencial, meritocrático e empreendedor, enquanto mediações sociossimbólicas, constituem novo sistema de subjetivação que transporta de forma complexa e indireta a configuração objetiva dos oligopólios à dimensão subjetiva dos discentes captados (e vice-versa). Ou seja, o campo das empresas educacionais com fins lucrativos não se restringe à dimensão propriamente objetiva da realidade social, encarnada na configuração desse universo demarcado por posições de complementariedade e concorrencialidade pela captação de massas de jovens ávidos pela ascensão via mercado; ele contribui para definir a ultra competição como forma central de sociabilidade, ordenando as relações sociais segundo o modelo de mercado (e, como veremos, de acordo com as percepções emanadas da forma-mercadoria) e contribuindo para a criação de uma nova forma de subjetividade.

Dentro dessa lógica, erige a forma “empresa” (mas não apenas esse elemento) como matriz constitutiva que conforma a realidade social, reduplicando as concepções e dinâmica do mercado nos indivíduos, o que tende a se adensar quando se trata de empresas educacionais, que podem replicar suas concepções sobre o mundo social na sua atividade pedagógica. Essa nova racionalidade²¹ estrutura, organiza e expande, de um lado, a concorrência como norma genérica de conduta; de outro, se apropria da empresa como modelo de subjetivação, inscrevendo empreendedorismo e meritocracia como soluções individuais e libertárias da

²⁰ Discutiremos a violência simbólica desse processo, especialmente, nas considerações finais.

²¹ Iremos aprofundar a discussão sobre a “nova razão do mundo” no capítulo 3; mas, por ora, interessamos enfatizar que as próprias empresas educacionais com fins lucrativos podem ser elas mesmas (juntamente com o discurso gerencial, empreendedor e meritocrático) melhor compreendidas como mediações cujo papel central consiste em contribuir para a construção de novas subjetividades que reverberam a visão de mundo e a dinâmica do mercado e, como veremos, da forma mercadoria.

pessoa; naturalizando, ao mesmo tempo, a força do discurso gerencial de adesão a uma visão de mundo neoliberal.

Contribuem para formar e conformar condutas, percepções e ações, produzindo, tendencialmente, novas formas de sociabilidade e subjetividades que naturalizam o mercado como horizonte de expectativas, a gestão como modelo administrativo (e de conduta), o mérito como “modo de vida” e o empreendedorismo como conquista social. Nessa perspectiva, tais mediações são modos de subjetivação, sistemas normativos de crenças no mercado como espaço privilegiado de imputação de sentido e significação de vida, determinado e determinante da constituição do campo das instituições de ensino superior privado.

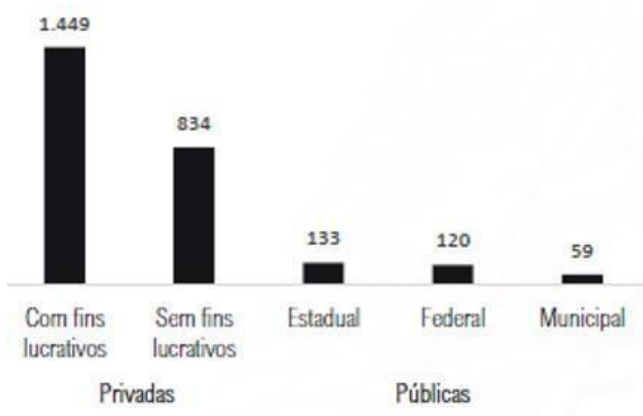
Os dados do Censo da Educação Superior/INEP/2022 expõem, por outro lado, a força objetiva adquirida pelo setor privado na educação brasileira, na medida em que são as informações oficiais mais confiáveis e recentes de que dispomos para a presente pesquisa. Como o(a) leitor(a) pode ver no gráfico abaixo, a educação brasileira, hoje, está sob a égide da iniciativa privada; as empresas de educação superior com e sem fins lucrativos, juntas, atingem 2.283 organizações – 1.449 com fins lucrativos e 834 sem fins lucrativos. Já as públicas perfazem somente 312 instituições – 133 estaduais, 120 federais e 59 municipais. Ou seja, o setor privado responde por 87,9% do total das instituições e organizações de ensino superior no Brasil, dado que expõe o predomínio do setor privado sobre esse nível de educação.

Figura 1 - Número de instituições e organizações de Ensino Superior – Brasil (2022)



Fonte: Censo da Educação Superior/INEP (2022)

Gráfico 5 – Categoria administrativa



Fonte: Censo da Educação Superior/INEP (2022)

Quando levamos em consideração o volume de vagas oferecidas em 2022, o domínio da rede privada fica ainda mais evidente: Do total 22,8 milhões de vagas oferecidas, as públicas responderam somente por 870.659 das quais 533.973 eram federais. Ora, as privadas, por seu turno, contam com 21,9 milhões – 96,2% das vagas da educação superior -; desses quase 22 milhões, 16,8 milhões são provenientes das privadas com fins lucrativos. “A rede privada conta com mais de 7,3 milhões de alunos, o que garante uma participação de 78% do sistema de educação superior” (Censo Da Educação Superior/INEP, 2022, p.48). O resultado desse processo que vimos discutindo até o momento implica, entre outras consequências significativas, o predomínio do setor privado sobre a educação superior nacional e, em resultado, o predomínio de um modelo específico de subjetivação em aderência ao mercado, aos requerimentos do mercado e às expectativas por ele postas - tais organizações (no sentido de Chauí, 1999), portanto, operam como mediações sociais na conformação do *habitus* desse alunado.

Tabela 6 - Vagas na graduação: modalidade de ensino, tipo de vaga e categoria administrativa–Brasil 2022

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação											
	Total Geral				Presencial				A distância			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes	Total	Vagas Novas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total	22.829.803	17.227.468	37.550	5.564.785	5.657.908	3.789.034	26.600	1.842.274	17.171.895	13.438.434	10.950	3.722.511
Pública	870.659	669.239	10.163	191.257	762.797	567.361	9.187	186.249	107.862	101.878	976	5.008
Federal	533.973	390.711	7.634	135.628	490.909	351.099	6.660	133.150	43.064	39.612	974	2.478
Estadual	264.087	225.443	1.761	36.883	208.813	171.538	1.759	35.516	55.274	53.905	2	1.367
Municipal	72.599	53.085	768	18.746	63.075	44.724	768	17.583	9.524	8.361	0	1.163
Privada	21.959.144	16.558.229	27.387	5.373.528	4.895.111	3.221.673	17.413	1.656.025	17.064.033	13.336.556	9.974	3.717.503
Com fins	16.882.354	13.105.657	9.318	3.767.379	3.191.076	2.041.808	8.428	1.140.840	13.691.278	11.063.849	890	2.626.539
Sem fins	5.076.790	3.452.572	18.069	1.606.149	1.704.035	1.179.865	8.985	515.185	3.372.755	2.272.707	9.084	1.090.964

Fonte: Mec/Inep, Tabela elaborada por Inep/Cleed

Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

Nosso próximo passo consiste em compreendermos, a partir de uma visão mais aproximada, ou melhor, específica, a constituição da YDUQS/ Estácio – uma das maiores corporações educacionais do país - e, em seguida, da Estácio Juiz de Fora, o *locus* de nossos estudantes que, como estamos procurando demonstrar, se revela muito mais que o espaço neutro de transmissão pedagógica.

2.2.5 Uma das maiores corporações educacionais do país, a YDUQS, e a Estácio Juiz de Fora

No dia 11 de julho de 2019, a Estácio Participações se transforma em YDUQS, com 570 mil alunos matriculados em seus cursos. De acordo com o discurso oficial da YDUQS/Estácio, que pode ser conferido no site da empresa²², a aquisição consolida 49 anos da Estácio em educação e, ao mesmo tempo, prepara o grupo para uma nova fase de expansão no setor. Ainda em 2019, são adquiridas a Sociedade de Ensino Superior Toledo LTDA – UniToledo (Araçatuba – SP). Já no ano seguinte, é aprovado o processo de aquisição da Adtalem Educacional do Brasil, detentora das marcas Ibmecc, Wyden, Damásio, STJ, Med e Clio, além da compra da Athenas Grupo Educacional, com cerca de 5 instituições nas regiões Norte e Centro-Oeste. Neste momento, a empresa já contava com 763 mil alunos. Em 2021, ela se torna – de acordo com o discurso oficial da empresa – o maior grupo educacional do Brasil com cerca de 1,1 milhão de discentes, período no qual adquire a Qconcursos, empresa que alia tecnologia e

²² Nossa História: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=2A9MtfzS4uRqXhzucRSqdw==>

conhecimento pedagógico, denominada *edtech*, no jargão do mercado educacional. No caso do Qconcursos, ela se destaca, argumenta a empresa, nos ramos de educação continuada, preparação de concursos etc. No ano retrasado, houve a aquisição de outra *edtech*, a Hardwork Medicina que prepara alunos, por exemplo, para provas de seleção de residência na área. A YDUQS/Estácio contava, à época, com 1,3 milhões de alunos ao passo que, em 2023, a empresa atinge a marca de 500 mil discentes no ensino digital.

De acordo com a divulgação oficial dos resultados YDUQS (2º trimestre de 2023), houve aumento de caixa para os acionistas de R\$ 162 milhões em comparação com o mesmo período do ano passado ao passo que a margem EBITDA cresceu 24%. A Educação à Distância (EaD) e a categoria *Premium* (que engloba, por exemplo, alunos de cursos considerados de elite, como medicina) são responsáveis por 57% da receita e 73% do indicador citado (o EBITDA). De acordo com o documento oficial, que consta do próprio site da empresa²³, a YDUQS pretendia distribuir R\$ 80 milhões de dividendos entre seus acionistas.

Quanto aos alunos captados, a corporação aponta aumento de 6,9% entre o 2º trimestre deste ano e do ano passado, de 1,30 milhões para 1,39 milhões. No entanto, é fundamental desagregar tais números para melhor delinear onde estão as frações responsáveis pelo incremento das receitas: a modalidade presencial na graduação apresentou queda de -7,5% (de 302,1 mil para 279,5 mil). Já a modalidade EaD total (englobando todos os tipos de cursos) se notabilizou pelo aumento de 11,3% (de 984,1 mil para 1.094,9 mil), sendo que a categoria *Premium*, que se refere a cursos mais caros como o de medicina, também apresentou crescimento de 11,3% (de 14 mil para 15,6). Se levarmos em consideração somente a graduação online, o crescimento foi de 13,5% (sempre no período acima mencionado), seguidas de aumento das mensalidades de R\$182,00 para R\$210,00, o que demonstra, de fato, que a grande maioria da graduação online se volta para alunos oriundos de estratos socioeconômicos extremamente baixos.

Quando observamos a graduação presencial, as mensalidades, apesar de mais altas, ainda se mantêm em patamares relativamente acessíveis a estratos sociais mais desassistidos: R\$700,00 (no 2º trimestre de 2023) em comparação a R\$ 606,00 relativo ao mesmo período do ano passado. Como resultado geral dessa lógica de captação, o balanço geral da YDUQS revela que o aumento da receita líquida da corporação foi de R\$ 173,1 milhão, 15,3% de incremento

²³ YDUQS: Declaração de resultados, 2T23 & 1S23
<https://www.yduqs.com.br/listresultados.aspx?idCanal=QueRek9lx6lY8glbPTs6XA==&linguagem=pt>

em relação ao mesmo período de 2022, com o setor *Premium*, respondendo por R\$32,4 milhões; EaD, R\$ 107,8 milhões e o presencial com R\$32,9 milhões.

Sociologicamente, os dados demonstram a força da corporação que hoje é uma das maiores do Brasil e que, gradativamente, conquista o monopólio de captação de alunos no campo das instituições de educação superior privada. Nessa perspectiva, apontamos outro dado significativo que demonstra mudança radical de estratégia na conquista do mercado de educação no setor: se, tradicionalmente, os financiamentos estudantis responderam por grande parte da capitalização desses conglomerados; agora, com o enfraquecimento desses programas, o aumento das receitas líquidas se dá pela modalidade EaD – como vimos, voltadas para as classes C e D com mensalidades extremamente baixas – e, por outro lado, para a captação de frações sociais mais altas.

Para se ter uma ideia, a mensalidade dos alunos de medicina, que compõem parte significativa da modalidade *Premium*, é de R\$ 9.179,00, ou seja, apenas estratos sociais mais altos são capazes de quitá-las. Isso significa que a YDUQS lança mão de uma estratégia dúplice para a manutenção de sua posição privilegiada no mercado da educação superior: a captação de alunos dos estratos mais baixos mediante o oferecimento de mensalidades acessíveis nos cursos de educação à distância e, por outro lado, a captação de setores mais privilegiados, constituindo uma verdadeira fração de elite de alunos, concentrados, especialmente, nos cursos de medicina.

Dados mais recentes (Andrade, 2023), demonstram que a YDUQS/Estácio já atingiu o segundo lugar na captação de alunos em todo o país, como demonstra a tabela abaixo. No entanto, as informações não revelam se se trata de alunos presenciais ou à distância ao mesmo tempo a fonte, uma reportagem de jornal, apenas aponta os dados do MEC como primários.

Ademais, percebemos incompatibilidade entre os dados: se na página oficial da YDUQS, o número de alunos matriculados em 2019 é 570 mil; no gráfico, apresentado por Andrade (2023), são 441 mil. Tomando o cuidado necessário, podemos, no entanto, observar que a dinâmica recente de fusões e/ou aquisições do YDUQS/Estácio – e todo o conjunto de estratégias de captação de alunos, analisado acima - se revelou produtiva na expansão de seu alunado, transformando-se em uma das duas maiores corporações de educação superior privada no país. Outro elemento que deve ser levado em consideração diz respeito ao fato de que, em 2021, de acordo com o discurso oficial da empresa, ela teria se tornado a maior *player* do setor, com 1,1 milhão de alunos.

Tabela 7 - Total de alunos matriculados em 2019

Grupo/Instituição		Quantidade (em mil)
1º	Kroton	841
2º	YDUQS (Estácio)	441
3º	Universidade Paulista	417
4º	Grupo Ser Educacional	143
5º	Universidade Nove de Julho	138
6º	Ânima Educação	85

Fonte: Andrade (2023, p. 9); Camargo (2019)²⁴

Se, até o presente momento, descrevemos e analisamos a constituição da YDUQS como sujeito central e determinante na constituição da história do campo da educação privada; a seguir, iremos apontar, a partir de um movimento contrário e microanalítico, a constituição de sua unidade, a Estácio Juiz de Fora.

O Relatório Integral de Autoavaliação Institucional 2020 da organização, publicado em março de 2021, sintetiza a história da instituição na Zona da Mata e sua configuração organizacional. Credenciada em 2002 como Faculdade Estácio de Sá Juiz de Fora (FESJF) pela portaria nº 360 no bairro Mariano Procópio, a empresa se muda para o campus Rio Branco no ano seguinte. Já em 2004, entram em funcionamento os cursos de Comunicação Social (habilitação Jornalismo e Publicidade e Propaganda) e Direito; ainda recebem autorização os cursos de Tecnologia em Redes de Computadores, Enfermagem, Fisioterapia e Educação Física. As autorizações para demais cursos tecnológicos (Design Gráfico e Design de Moda) e Odontologia são concedidas em 2007 e 2008. Já o curso de Psicologia recebe autorização em 2012 e Engenharia Civil, em 2014.

Nesse último ano, o MEC visita a instituição para credenciamento de Centro Universitário, concedendo-lhe conceito quatro e parecer favorável (com aprovação unânime pelo Conselho Nacional de Educação – CNE). A IES possuía 22 cursos ativos com 4.037 alunos, 106 docentes, 154 funcionários (48 administrativos): eram 28 professores doutores, que

²⁴ <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2019/10/ex-estacio-compra-mantenedora-do-ibmec-por-r-192-bilhao/>

perfaziam 26,4% de seu quadro total, pouco abaixo de porcentual de doutores do ensino superior privado (28,9%). Os mestres (50) respondiam por 47,2%, também levemente abaixo do índice nacional das privadas (48,3%) ao passo que os especialistas (28) perfaziam 26,4% para 22,8% das IES privadas em geral - 4,6% superior. Outro dado significativo se relaciona ao percentual de horistas: enquanto nas privadas nacionais (de acordo com o Censo de Ensino Superior (INEP/2019), ele fica em 29,9%, na Estácio Juiz de Fora atingia a marca de 49,1%, expondo a natureza do processo de insegurança e precarização do “colaborador” da empresa (uma diferença de 19,2%).

Sociologicamente, o dado mais significativo diz respeito à própria história social da Estácio, que passa, efetivamente, a captar mais alunos dentro do contexto mais amplo de fomento das políticas públicas do Lulismo, em geral, e dos financiamentos estudantis, em particular. Ou seja, a história da organização se vincula, umbilicalmente, ao fenômeno complexo de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, levada a cabo durante o período que se estende de 2003 a 2016 e que compreende os governos de centro-esquerda. A transferência de recursos, via financiamento estudantil, possibilitou, entre outros fatores, a interiorização dessas faculdades e, posteriormente, desses centros universitários, desvinculados da tríade ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, com forte aderência aos imperativos do mercado, em especial, cursos tecnológicos e de rápida formação. Em síntese, não entendemos a capitalização da empresa (e seu conseqüente crescimento) sem a canalização de recursos públicos para seus cofres, característica da inclusão social lulista.

Analisar o alunado da Estácio Juiz de Fora significa, antes de mais nada, percebê-los no interior de um contexto específico que, em larga medida, teve suas condições de possibilidade geradas no bojo das políticas públicas implementadas pelo fenômeno político em tela, esse “pacto político conservador”. Não queremos, com isso, afirmar que o Lulismo foi o responsável único pela formação da atual configuração oligopolizada das corporações educacionais; ao contrário, como vimos, elas são o resultado social e histórico complexo de decisões políticas tomadas pelos dirigentes brasileiros, em especial, a ditadura civil-militar – como a Reforma Educacional de 1968 -, da mudança de estatuto jurídico das IES privadas, das decisões liberais tomadas e implementadas durante o período FHC e de sua continuidade estrutural na gestão do Lulismo. Mas os dados demonstram que, de fato, o Lulismo cumpriu seu papel central na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, assim como as políticas de FHC foram essenciais para reduzir o papel do Estado na educação, estabelecendo as bases legais para o que temos hoje.

Tendo em vista o exposto, podemos afirmar que tais corporações formam, em contraposição às universidades públicas, um campo próprio, determinado pelas fusões, internacionalização do capital, novas formas de gerenciamento e, sobretudo, por uma visão de mundo que – quase sempre indiretamente – reverbera no seu alunado e nos seus trabalhadores. Ser “colaborador” desse universo implica, muitas vezes, o compartilhamento de crenças, valores e percepções que está na base do campo, estruturado pelas imposições objetivas e subjetivas (de sentido) do neoliberalismo. Essa crença, por sua vez, tende a ser replicada em sala de aula, vivenciada nos estágios, assimilada pelas formas publicitárias de cooptação e, sobretudo, pela coalescência entre as exigências de mercado e as oportunidades dadas pelo ensino, sintetizadas na ideia de “empregabilidade”.

Com isso, percebemos que, de fato, esse universo se estrutura por meio da apropriação privada dos recursos públicos (Oliveira, 2010); que a esquerda (o “elemento jacobino”) passa a controlar estrategicamente – para o mercado – setores essenciais da economia, gerenciando apenas as transformações menores (Vianna, 2007), o que reforça a hegemonia do capital, na medida que as discussões sobre os próprios fundamentos da ordem do capital são excluídos (Coutinho, 2010), discussões impensáveis nessas corporações. Como consequência, não se rompem os pilares do neoliberalismo (Boito, 2013); ao contrário, eles são absorvidos como modos de sociabilidade e de novas subjetividades – esse o traço central e definidor dessas novas formas de mediação, propulsionadas (e parcialmente, conformadas) pelo Lulismo ao contribuir para a constituição do campo até agora discutido. Além do mais, a aplicação, incorporação e crescimento do discurso gerencial, empreendedor e meritocrático no interior dessas corporações opera a naturalização dos processos objetivos e das percepções subjetivas, intrínsecas ao neoliberalismo, atuando, dessa forma, como mediação sociossimbólica altamente complexa e eficiente, pois incorporada, inclusive, por frações dominadas²⁵.

A seguir, procuramos pensar a juventude do ponto de vista conceitual para a definição de categorias centrais à presente pesquisa, em especial, a de “unidade de geração”. Nossa intenção é, diante de um fenômeno histórico específico, o Lulismo, que ainda acarreta efeitos na sociedade, como diferentes frações da juventude se posicionam diante dele.

2.3 AS GERAÇÕES: SITUAÇÃO, CONEXÃO E UNIDADE

²⁵ Discutiremos a violência simbólica do discurso gerencial, empreendedor e meritocrático nos próximos capítulos.

Se a partilha da mesma situação de classe tende a predispor os indivíduos a visões de mundo e atitudes semelhantes, a “situação de geração” permite apreendê-los a partir de sua localização nos processos históricos e sociais, responsáveis pela gama específica de experiências potenciais que os englobam, predispondo-os aos mesmos tipos de pensamento, experiências e ação (Mannheim, 1982). O fenômeno geracional aponta para um tipo particular de identidade de situação que abrange grupos etários inscritos no processo histórico que se apropriam e ressignificam os legados culturais deixados pelas gerações precedentes. Dentro dessa lógica, o contato entre gerações sempre implica a reelaboração das tradições legadas, processo no qual os membros de determinada geração, similarmente situados, são expostos às mesmas fases dos processos sócio-históricos. “Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração” (Mannheim, 1982, p. 80).

O que caracteriza a posição comum daqueles indivíduos pertencentes ao mesmo grupo etário é a potencialidade de viver experiências similares e sobretudo de processar os acontecimentos de modo semelhante (Weller, 2010). Nesse sentido, a situação de geração enfatiza o ato de se ocupar um local social na dimensão do processo histórico (Forracchi, 1972), que engendra tendências inerentes a cada geração, determinadas pela especificidade de sua locação. Por isso, em virtude de sua locação similar, expõem-se ao mesmo processo histórico e social. Nesse sentido, a contemporaneidade adquire valor sociológico, pois tais indivíduos estão em posição de experienciar vivências semelhantes. No entanto, essa identidade de posição não é suficiente para caracterizar de maneira mais profunda o fenômeno da similaridade de locação, pois a copresença aos mesmos acontecimentos contribui para que seus efeitos incidam, similarmente, sobre a consciência desses indivíduos.

Dando sequência à essa lógica, a “estratificação” (Mannheim, 1982, p. 79) da experiência aponta para a formação do estrato das primeiras vivências humanas na consciência do indivíduo, estrato esse que se torna o padrão “doador de significado para todas as outras experiências” (*Ibidem*, p. 81). “As impressões iniciais tendem a cristalizar-se numa *visão natural* do mundo” (*Ibidem*, p. 80, grifos do autor). As impressões oriundas da adolescência e juventude tendem a se sedimentar como o estrato mais antigo da consciência cujo efeito consiste na naturalização das visões de mundo, estabelecendo, potencialmente, afinidades entre os sujeitos que compartilham da mesma estratificação de experiência. Uma mesma geração apresenta indivíduos cujas estruturas mentais tendem a ser semelhantes e, portanto, a dispô-los a percepções e atitudes potencialmente similares; sendo assim, as

vivências compartilhadas pelos membros da mesma geração não são desordenadas e difusas, compondo-se de forma característica – isto é, estratificada.

Como resultado, há uma estratificação de experiência diferenciada entre jovens e adultos, ou seja, entre membros de diferentes gerações, explicada pela diferença de “locação social”, a localização específica e partilhada por determinado conjunto de indivíduos nos processos históricos. Membros de mesma geração tendem a partilhar não apenas, objetivamente, acervos comuns de experiência, mas, potencialmente, percepções e atitudes semelhantes diante delas. Por isso, o estabelecimento de laços de solidariedade no interior da mesma geração se vincula não apenas à copresença, ou seja, à exposição aos mesmos fenômenos sociais, mas também à similaridade da “estratificação de experiência” entre os seus membros e, como efeito, à similaridade potencial de visões de mundo. Os indivíduos da mesma geração usufruem o melhor e o pior de sua “locação social”, “pelo seu modo de inserção na estrutura social” (Forrachi, 1972, p. 21) e pela sua maneira específica de imputar significado aos fatos sociais (estratificação). Ademais, a estratificação das diferentes vivências humanas não se restringe ao acúmulo de camadas; ao contrário, esse padrão estratificado de imputação de sentido se articula, dialética e dinamicamente, às experiências presentes, conformando agir, pensar e sentir dos sujeitos.

As características expostas acima enfatizam o caráter potencial dos indivíduos pertencentes à mesma situação de geração (“locação social” semelhante e “estratificação de consciência”), potencial que pode ou não se materializar. Para que a situação de geração se converta em “conexão de geração” (“geração como realidade”), há necessidade de novo nexo: “*a participação no destino comum* dessa unidade histórica e social” (Mannheim, 1982, p. 85-86, grifo do autor). “Ela [a conexão geracional] pressupõe um vínculo concreto, algo que vai além da simples presença circunscrita a uma determinada unidade temporal e histórico-social” (Weller, 2010, p. 214).

Não se trata, portanto, de mera participação *potencial*, mas de vínculo concreto em prática coletiva “na medida em que participam das correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período, e na medida em que têm uma experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova situação (Mannheim, 1982, p. 86). A concretização do potencial da situação de geração em vínculo efetivo, mediante a interação concreta dos indivíduos nos processos históricos, caracteriza as conexões geracionais.

Ora, cada conexão geracional pode, por sua vez, apresentar-se de diferentes maneiras, isto é, encarnar-se em “duas formas polares de reação intelectual e social a um estímulo histórico experienciado por todos em comum” (*Ibidem*, p. 87). Esses vínculos, ainda mais

concretos que as conexões geracionais, as “unidades de geração”, permitem com que os indivíduos elaborem respostas específicas e diferentes para os mesmos processos históricos. Se a conexão geracional é unificada, os grupos se vinculam a ela por unidades geracionais distintas que “desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema dado” (Weller, 2010, p. 215), expressando a diversidade de perspectivas e ações no comportamento dos sujeitos. Segue-se que a forma pela qual os indivíduos respondem aos fatos históricos - a ditadura militar ou o governo de Jair Bolsonaro, por exemplo - “fará surgir distintas unidades geracionais no âmbito da mesma conexão geracional” (*Ibidem*, p. 215). Diante do mesmo fenômeno histórico, “grupos chegam a se enfrentar e a se combater, motivados por escolhas políticas e ideológicas diferentes que constituem respostas diferentes” (Forquin, 2003, p. 5) a uma mesma situação histórica.

Mais do que os dados mentais, são as forças formativas cujos efeitos socializantes estão na base da formação dos grupos e que configuram tais traços, dando-lhes direção e especificidade. A análise da relação entre as percepções dos grupos sociais e suas forças formativas mais profundas pode indicar o nível de diferenciação a que determinada geração está dividida em diferentes unidades geracionais – as diferentes posições diante de políticas públicas de inclusão social (cotas, financiamento estudantil, distribuição de renda), sendo apenas uma das várias possibilidades de se apreender as unidades geracionais. Tais atitudes integradoras e princípios formativos, enquanto forças socializantes, desempenham o papel de aglutinar grupos e embasar suas práticas políticas contínuas. Nesse sentido, ser assimilado por determinado grupo envolve a capacidade de ver as coisas a partir de aspectos específicos, dotar os conceitos e percepções de nuances particulares de sentido e de partilhar de experiências e impulsos psicológicos e intelectuais em consonância ao coletivo – ou seja, de adotar e usar os princípios formativos inerentes ao grupo social envolvente. As unidades de geração, antagônicas, orientam-se umas em relação às outras, estabelecendo vínculos constringentes entre seus membros em virtude da força de seus laços sociais.

Para o argumento central de nossa pesquisa, na medida em que estudamos justamente a juventude que ascende ao ensino superior privado, gostaríamos de ressaltar a importância do conceito de “unidade de geração” (Mannheim, 1982, p. 94) que implica não apenas o fato de que uma geração está exposta aos mesmos acontecimentos históricos e sociais que tendem a atingi-la e, com isso, contribuem para moldar sua sensibilidade e visão de mundo, em geral. O conceito permite com que distingamos as diferentes posições tomadas (por diferentes grupos), no interior de nosso universo de pesquisa, diante de um fenômeno distintivo de conjuntura histórica recente – o Lulismo. Odiado, amado, debatido, criticado, o conjunto de políticas

públicas implantado no período (2003-2016), cujo legado em várias áreas (como a educacional) ainda se faz presente, foi responsável por posicionamentos radicais, fraturando a sociedade brasileira, traço que ainda, após alguns anos, se faz presente no atual governo Lula (2023-). Essa fratura também se fez presente, talvez ainda com maior intensidade, entre a juventude.

Assim, o que cada conjunto específico de jovens pensou sobre o conjunto de medidas que, em maior ou menor grau, foi implementado pelo Lulismo? Com o conceito de “unidade geracional”, conseguimos não apenas delinear tais grupos, acrescentando aos posicionamentos de classe ou fração de classe o importante viés geracional, como também apreender suas tomadas de posição política, seus critérios de moralidade, suas disposições mais democrático-progressistas ou conservadoras e, mesmo punitivas (autoritárias), suas percepções identitárias e o grau com que defendem suas ideias diante de argumentos contrários.

Nessa perspectiva, a “unidade geracional” contribui para que, diante do fenômeno geracional e da conjuntura política, consigamos diferenciar diferentes visões de mundo que contribuem para a construção de diferentes grupos a partir de seus pertencimentos políticos, morais e sociais. Mas um último adendo se faz necessário: o conceito de unidade geracional será aqui articulado ao de classe/fração de classe, pois o nexo geracional e suas escolhas políticas, identitárias e morais, no nosso entendimento, é atravessado pelas percepções de classe que operam como fundamentos estruturais da visão de mundo dos agentes sociais analisados. São conceitos, portanto, que nos auxiliam a apreender mecanismos sociais que operam conjuntamente.

2.4 ETNOGRAFIAS EM SALA DE AULA

Na presente seção, buscamos apresentar algumas das características do objeto de estudos da pesquisa, a juventude que ascende ao ensino superior privado, no caso, os jovens da Estácio Juiz de Fora (na Zona da Mata de Minas Gerais) em nosso trabalho de campo. Tendo em vista que a unidade educacional foi apresentada anteriormente, iremos, agora, esboçar em rápidos traços etnográficos nossa experiência na sala de aula, nos pátios de alimentação ou mesmo nos corredores da instituição, delineando situações, encontro e desencontros que, posteriormente, se revelaram significativos para nosso entendimento do universo em tela. Pouco tempo após termos entrado na instituição, concebemos a ideia de que, tendo em vista a riqueza de nosso cotidiano, poderíamos partir de nossas experiências para uma analítica do comportamento daquela fração de alunos que ascendia – muitos os primeiros de suas famílias – ao ensino superior.

“Tudo pode ser vendido”, resumiu um dos alunos de PP, oferecendo a síntese do perfil do estudante de publicidade e propaganda, um dado central para dimensionarmos a força dos processos de colonização da forma mercadoria sobre a subjetividade da juventude publicitária. Já nessa época, havíamos decidido que, devido ao aumento exponencial dos casos de tensão e crítica violenta às políticas de inclusão social, não havia outra alternativa senão encararmos esse conjunto de fenômenos como algo que, potencialmente, poderia formar um padrão de comportamentos e, enquanto lógica estruturante do conjunto de percepções e predisposições desses discentes – seu *habitus*, como iremos explicar, em detalhes, à frente – poderia estar apontando para algo mais profundo e estrutural. Nos corredores do centro universitário que, no início da década de 2010, ainda era faculdade, conversávamos com os demais professores, apontando situações, discutindo-as, analisando algumas atitudes de determinados alunos e o modo como essa geração nos parecia sobretudo defender posições radicais – muitas à direita: defesa irrestrita do mercado, punitivismo e ódio à centro-esquerda.

Havia um universo de comportamentos que nos chamava a atenção, mas que, ao mesmo tempo, não dispúnhamos (ainda) de dados para categorizá-lo científica e sociologicamente. Ou seja, vivíamos em um universo que nos apresentava um emaranhado de indícios e que, cada vez mais, estimulava nossa curiosidade sociológica. Parte dos professores à época era preta – traço que sempre demarcou os docentes (e discentes de cursos procurados por frações mais pobres da Estácio) e parte significativa deles concordava que a postura de frações do alunado apresentava traços radicais, intransigentes e, paradoxalmente, crítica às políticas sociais que, ao fim e ao cabo, haviam incluído, muitas vezes, os próprios críticos.

Aliás, a ideia de inclusão aqui é complexa, pois não se tratava apenas da possibilidade de contratação de políticas públicas (via FIES ou PROUNI), mas do fato de que a própria existência da Estácio Juiz de Fora, resultado do processo de configuração de grandes conglomerados educacionais como discutimos no neste capítulo – e da formação do campo das instituições de ensino superior privado -, já, por si, implicava a inclusão do contingente de alunos que, por vários motivos, em especial, o capital econômico e o escolar (acreditávamos), não tinham tido acesso às vagas da educação pública. Nas palavras de outro professor, ser docente significava inscrever-se em uma zona de conflito de baixa intensidade (que podia se transformar em alta) rapidamente.

O que mais nos chamava a atenção, entre os discentes de PP, por exemplo, era o que, anos depois, perceberíamos com clareza, e que naquele momento apenas se apresentava como a “ponta do iceberg” – uma consciência de profunda aderência (ao que parecia) ao mercado. Sim, naquela época, já havíamos nos decidido a fazer da experiência docente uma experiência

etnográfica, de maneira que, cada vez mais, nosso olhar procurou apreender, colher e organizar aquele conjunto assistemático de situações. Em várias delas se apresentavam as marcas, índice de uma possível naturalização do mundo, isto é, da aceitação tácita do mercado como indutor de sentido sobre os diversos níveis da realidade objetiva. Mas se tratava, sobretudo, de intuição: algo que merecia, ou melhor, exigia a abordagem e o método científico.

“Tudo pode ser vendido” – diante da força e da honestidade do epíteto, ficáramos sem reação. Essa frase nos pareceria apontar para um aspecto central de todo esse conjunto de percepções que os estudantes, especialmente de PP, traziam de suas redes de sociabilidade. Esse tipo de percepção, fomos descobrindo aos poucos, era uma espécie de cúmulo de uma visão de mundo intensa e extensa que atravessava, ao que tudo indicava, outros níveis da sociabilidade desses discentes e de outros cursos. Era um processo complexo e que se encarnava nos mais variados tópicos, concentrando-se, dentro dessa lógica, na temática da corrupção indissociável ao PT e à esquerda em geral.

Havia uma espécie preocupante de “substantivação” da política cujo traço “corrupção”, no vocabulário dos alunos, parecia intercambiável à “esquerda”. Se, por um lado, a corrupção petista recebia a alcunha de “mensalão”, afinal estávamos ainda muito próximos de 2005, quando o discurso midiático assume a estratégia de acusação permanente da centro-esquerda; por outro, as suspeitas a envolver o então governador Eduardo Azeredo (PSDB), em Minas Gerais, se resumiam ao termo “mensalinho”. Toda designação é um ato de poder e, com ou sem ironia, os níveis de acusação se apresentavam com forças e imputações de sentido radicalmente diferenciados. Além do mais, é fascinante observamos que o “mensalão” (no aumentativo) se vincula ao um partido; o “mensalinho” (no diminutivo) é anexado a um estado – e não a uma sigla identitária ou partidária.

Observando cursos “vizinhos”, como o de Design Gráfico (DG), a questão racial aguçava todos os ânimos com a mesma intensidade que a da pichação. Em aula para uma turma de quase 70 alunos, em um seminário de apresentação, um dos alunos pretos mencionou a necessidade das cotas como forma de reparação histórica do legado da escravidão e desigualdade social no país. As respostas não se fizeram esperar. Para um dos alunos – que apresentava indícios conservadores – as cotas teriam gerado o sucateamento a educação, pois, com a entrada de pretos, “o ensino virou sucata”. Na outra ponta da argumentação – e esse tipo de argumento é interessante por sua capacidade abstrata -, o ponto consistia em que “todos somos iguais, então porque devemos privilegiar os pretos?”. Ficava nítida a erradicação dos processos históricos de violência estrutural, de estigmatização e de esquecimento da gênese da desigualdade. O senso comum não apenas prevalecia como se expressava com impressionante

intensidade e, com isso, impedia o esforço contrário em direção a uma história social. Como corolário, a aquisição de direitos se metamorfoseava em “privilégios”. Iremos ver, já no próximo capítulo, que essa intercambialidade entre direito e privilégio, isto é, sua troca de sentidos, consiste em um dos traços fundamentais da lógica da direita contemporânea (Kalil, 2018), uma das bases para a designação de que determinado grupo seria corrupto.

As discussões (sobre as cotas) se altercavam dos dois lados e, apesar de sermos dois professores – como dissemos, tratava-se de um seminário de apresentação de trabalhos – quase não conseguíamos controlar a tensão. A classe era um campo permanente de guerra. De incompreensão. Impossibilidade de diálogo. Ausência de predisposição – elementar - de ouvir o outro. Cada cruzada como essa nos fazia, por outro lado, ter a certeza de que aquela intolerância deveria ser nosso ponto de partida, nosso objeto de estudo. Os casos ao sabor dos anos se aglomeravam e se superpunham de tal maneira que, em muitas situações, alunos pardos, para combater as cotas, se designavam como brancos. “Eu, por exemplo, sou branco...”, começava um deles para encetar os argumentos contrários às políticas de inclusão. Mais uma vez, a classe – uma outra classe – não se conteve. Os pretos, acudados, permaneciam em silêncio, incomodados. Raros os que se arriscavam. Outro aluno pardo, por sua vez, conta a história de que fora interpelado por um policial que lhe perguntara porque estava andando com “esses caras”. A construção da identidade parecia se fazer por oposição ao preto, estabelecendo operações de afastamento, diferenciação.

Ainda em DG: a pichação, por seu turno, levava vários alunos a praticamente impedirem a continuidade das aulas, sob o argumento de que o ato era “depredação de patrimônio privado”, o que, mais uma vez, dividia a turma. “Como o senhor pode defender isso?!” – questionavam os alunos. O que nos instigava naquele momento, por outro lado, era a aceitação (por parte da classe) de uma forma muito menos radical de estética, já absorvida pelo mercado – o grafite. Nos parecia que, dentro dessa lógica, quanto mais colonizada a estética pela forma mercadoria, maior sua aceitação. Quanto à pichação, alunos e alunas, tensos, começavam a gritar – “é vandalismo!”. Cotas e pichação se tornaram, dessa maneira, assuntos praticamente banidos de sala de aula devido a se converterem em verdadeiros “gatilhos” – ações que canalizavam o ódio em alunos que, cotidianamente, eram seguros, educados e simpáticos. Esse mesmo padrão de irrupção intempestiva dos ânimos se fazia, naturalmente, presente quando o tópico dizia respeito às cotas — “Isso não existe, somos todos iguais!”.

Aliada a eles, estavam a corrupção, o outro elemento responsável pela expressão dos ressentimentos mais profundos. “Professor, não fala sobre o Lula que o ... vai brigar com o senhor”. Se deixássemos, acabaríamos sendo reféns da restrição dos temas e, mais do que isso,

do enquadramento a ser dado a cada um deles. Quando levávamos professoras e alunas pretas para discutir negritude e direitos, novamente, os ódios vinham à tona, quase sempre encabeçados pela expressão “Eu não sou racista, mas...”. Outro curso de Comunicação – Design de Moda (DG) – entre outras de suas riquezas sociais, apresentava várias alunas transexuais que se posicionavam a favor de suas escolhas e identidade, o que gerava, por outro lado, a alcunha de “vitimistas”. Percebíamos, ao mesmo tempo, algo que nos marcaria ao longo de todo o trabalho etnográfico, se assim podemos nos expressar: os alunos de PP e JOR, filhos de militares, apresentavam, de fato, percepções com vários indícios conservadores. Ou tinham militares como parentes – via de regra, pais - ou professavam admiração por profissões ligadas à segurança pública. Tornavam-se defensores contumazes da ditadura que denominavam de “governo militar”. Percebíamos que traziam de seu universo cotidiano os mais diversos preconceitos, ressentimentos profundos e ódios assustadores que, dependendo do tema – cotas, pichação, políticas de inclusão, Lulismo, corrupção – afluíam violentamente. Quando dizemos violentamente, queremos apontar (também) para o aspecto psicanalítico do fenômeno – tais jovens não conseguiam mais se conter, extravasando suas emoções num jorro catártico.

O que tornava o processo, etnograficamente, mais complexo, é que, especialmente em PP e DG, se os temas propriamente político-econômicos se tornaram os gatilhos por excelência à irrupção de crítica às políticas, grosso modo, entendidas como de esquerda; o mesmo não ocorria quanto aos temas identitários. Nos seminários apresentados e nas discussões em geral, o feminismo, a negritude (com ressalvas), as orientações sexuais assomavam ao primeiro plano e tinham, via de regra, a aceitação quase que total da turma. As identidades acalmavam os ânimos e operavam, era o que nos parecia, como antídoto, gerando coesão em todo o grupo, pois quase todos estavam imbuídos da defesa de suas identidades ou de identidades próximas às suas. Que operação ideológica era essa? – Tentaremos respondê-la no próximo capítulo ao abordarmos as regressões da pós-modernidade.

A tensão experienciada pelas discussões acerca de políticas econômicas não se fazia sentir aqui. Ancorados em cartazes, peças publicitárias e filmes da Indústria Cultural, faziam apresentações criativas, identificavam o percentual de feminicídios, apresentavam dados, propunham soluções. No geral, a via identitária permitia com que suas defesas de uma nova ordem social fossem precisas, iconoclastas e veementes.

O ensino privado é, de fato, uma pedagogia sobre o Brasil. Ensina e nos expõe tudo aquilo que não queremos aprender, que não queremos ver. Opera como uma lupa, uma lente de aumento. Revela estruturas. Expõe ressentimentos, remorsos e, sobretudo, o que existe de não resolvido no país da revolução passiva (no sentido gramsciano, é claro). Por isso, por ser uma

pedagogia sobre o que nos parece ser uma revolta conservadora, ele nos aponta que vários daqueles sujeitos, ao fim e ao cabo alunos da periferia, em sua maioria, não tiveram acesso a uma série de direitos – não estamos nos referindo a privilégios –, de direitos básicos: muitas vezes falta de canalização nos bairros, falta de escolas com cadeiras e mesas em bom estado, falta de professores bem pagos e bem formados, de pais e mães com estabilidade mínima, com empregos estáveis. O ensino privado é (um dos) grandes argumentos contra institucionalistas e pós-modernos, pois aponta para (parte) da genética social que contribuiu (entre outros fatores) para o cancelamento dos pressupostos inerentes ao diálogo.

Estávamos a anos-luz da “ação comunicativa” habermasiana. Somente o deslindar da genética social desses fenômenos – o que significa colocar em tela a formação dos pais, seus empregos, o lazer dessa juventude e suas músicas de mau/bom gosto, seu pertencimento de classe, sua conexão geracional (entre outros elementos) – pode lançar luz sobre os aspectos fundamentais da vida social, a gênese material e simbólica dessas tomadas de posição. O ensino privado é, nessa perspectiva, um dedo apontado para a primazia da gênese social – a materialidade do mundo – sobre o pensamento, a percepção e as atitudes dos agentes. São alunos que enfrentam de oito a dez horas de trabalho diário e chegam exaustos para garantir seu diploma no mercado dos diplomas (pensando aqui no universo da Comunicação).

Podemos dizer que foi a matriz neoliberal que, primeiramente, captou nossa atenção. Com efeito, esse foi o começo – e ele consistia na força da defesa de políticas neoliberais, na intensidade das críticas à implementação de políticas, grosso modo, de centro-esquerda e, dentro desse pacote, a insistência e a simpatia endereçadas ao empreendedorismo. As citações, os exemplos, os ídolos atravessavam seus discursos e posturas, com impressionante insistência e de forma involuntária. A repetibilidade desse processo nos levou a pensar que, talvez, estaríamos diante de um padrão específico de sociabilidade. Simpatia ao liberalismo, percebido de forma rasteira e monolítica, ódio às políticas petistas e afeto pré-reflexivo ao empreendedorismo – essa grelha de elementos catalisou, por uma década, toda nossa atenção.

Em linhas gerais, o empreendedorismo estruturava as visões de PP e DG, encontrando menor simpatia, que se convertia em oposição cerrada, entre os núcleos mais progressistas de JOR – mas não entre suas frações mais autoritárias. Era possível delinear grupos menores com tendências meritocráticas discerníveis, todavia. Para tornar o fenômeno ainda mais complexo, mesmo entre os alunos que apresentavam indícios de percepções progressistas, com o tempo, ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, fomos detectando algo mais inusitado: o empreendedorismo se fazia presente entre grandes porções do alunado, se convertendo em uma

gramática cotidiana. Em síntese, a despeito de, a princípio, ser objeto de diferentes percepções, esse projeto de vida aparecia constantemente entre os alunos, configurando-se, ao que tudo indica, como um fenômeno chave entre a juventude.

Ainda sobre o empreendedorismo, tão sagazmente percebido por Dardot e Laval (2016), há outro fator determinante e que constitui um de nossos pressupostos. A Estácio Juiz de Fora não pode ser concebida, para os objetivos deste trabalho, como espaço social neutro destinado à formação (e emissão em massa) de certificados de graduação. Enquanto empresa comprometida com a expansão de seus lucros e valorização do valor de suas ações, germinada no solo do capitalismo financeiro e uma das instituições constituintes do campo da educação superior privada no Brasil, a Estácio sempre atuou como sujeito político cujo discurso e práticas pedagógicas se caracterizaram pela formação, disseminação e replicação de pressupostos condizentes à ideologia meritocrática e neoliberal. Atuando como espaço privilegiado (ela própria parte constitutiva e constituinte do mercado), tanto explícita quanto implicitamente sempre contribuiu para o exercício da construção do jovem empreendedor e de seu lugar privilegiado no mercado, o que implica a construção permanente de táticas simbólicas de ascensão social individualizantes e individualizadas.

A venda do empreendedorismo no mercado de bens simbólicos do capitalismo financeiro parece ser uma das estratégias das grandes corporações de educação. Dentro dessa lógica, a corporação tende a erradicar da reflexão crítica a sorte, isto é, os mecanismos de exceção que tornaram possível a ascensão de um – entre centenas ou mesmo milhares de jovens. A ideologia da meritocracia – e nesse caso, os autores Dardot e Laval (2016) têm razão – parece contribuir para converter o indivíduo em “empresa de si mesmo” com o adendo de que o espaço educacional encarna - no seu próprio *ethos* - a pedagogia do mercado.

Em compasso ao processo de naturalização do empreendedorismo, o ódio às políticas públicas de inclusão social. Um pequeno exemplo pode ser significativo. Sempre procurávamos trazer à nossa página no Facebook o maior número possível de alunos, o que nos permitia obter visão mais panorâmica das suas reações, especialmente as relacionadas a identidade e política. Quanto às cotas, um deles expôs o tema da seguinte forma: “Para mim, não passa de pão e circo”. Nosso choque consistiu, ao longo dos anos, em perceber que o ódio ao FIES, PROUNI e cotas – a despeito de suas graves limitações – não dizia respeito a um indivíduo, em específico, mas se apresentava – parecia - como uma lógica, um padrão que, enquanto tal, repetia o desprezo e a incompreensão sobre políticas que cuidavam de “preguiçosos” e “vagabundos”. Dentro dessa lógica, a redução da condição do outro se encarnava em uma expressão que se

tornaria, com o tempo, altamente significativa – “mimimi”²⁶. Estigmatizados, em princípio, por essas alcunhas, os beneficiários das políticas de inclusão – muitas vezes os próprios críticos – se viam reduzidos e cristalizados à marginalidade, impotência e, o que é fundamental, à ausência de ímpeto produtivista.

Parecia-nos, naqueles primeiros tempos, que a construção da imagem deletéria do governo se bipartia entre dois temas centrais para os quais o ódio direcionava: o das políticas públicas, cuja função se reduziria a ajudar “preguiçosos” e “bandidos” – pensando aqui, inclusive, na alimentação destinada aos presidiários. E, de outro, à corrupção, fulcro de todas as mazelas do país. É digno de nota que tanto a ajuda aos “vândalos” quanto o discurso corrosivo contra a corrupção se articulavam a partir de uma base comum - a de obstáculo ao desenvolvimento do país. Com preguiçosos e bandidos, não haveria a mínima possibilidade de solução aos dilemas econômicos da nação. A impressão desses primeiros anos era de que a “nova razão do mundo” teria exercido e continuaria exercendo inegável e deletério papel no exercício permanente do ódio, da intolerância e da ausência de compaixão. Haveria comprovação sociológica para essa hipótese? Grosso modo, percebíamos, de um lado, o cidadão empreendedor e, de outro, o pichador, o corrupto e o preguiçoso.

Mas nem tudo são percepções com indícios de comportamentos, grosso modo, à direita. O curso de jornalismo continha outros elementos, pois trazia consigo discentes que partilhavam outros tipos de expectativas sociais. “Quando entrei em sala de aula, não pude acreditar no que vi: um professor preto...O primeiro professor preto da minha vida!” – disse uma de nossas alunas. Sua história expressa, genuinamente, a força da entrada de estudantes pretos da periferia no ensino privado. Oriunda de um dos bairros da periferia juiz-forana, ela entrou como aluna do curso de jornalismo em outra faculdade particular. Lá, segundo seu depoimento, não encontrara nem professores nem alunos pretos. Deixando a instituição, decidira arriscar mais uma vez (antes de desistir para sempre do sonho da faculdade): seu primeiro contato se deu com um professor preto - seus colegas, pelo menos a metade deles, eram pretos. Esse momento marcou sua história de estudante, sua formação e vida.

Foi nossa expectativa de ir além desse universo, pois a Comunicação Social (JOR, PP, DG e DM) se compunha de estudantes, majoritariamente, de frações socioeconômicas mais

²⁶ “Mimimi” é uma expressão da linguagem coloquial. No entanto, o espectro politicamente mais conservador da sociedade se apropriou do termo, dando-lhe uma conotação negativa e reduzindo-o a uma simples “reclamação” sem sentido e fundamento, elaborada por segmentos sociais, tradicionalmente, estigmatizados, tais como mulheres, pretos etc. O objetivo do uso reducionista da expressão pretende, em síntese, enfraquecer o potencial crítico intrínseco a posições progressistas, quase sempre de cunho identitário, que buscam objetivar mecanismos sociais de opressão.

baixas, que nos permitiu observar alunos que pertenciam a estratos mais altos, a outras frações de classe. Nessa perspectiva, a de apreensão de outros estratos, os mecanismos de distinção dos grupos de odontologia nos intrigavam ao mesmo tempo em que, no pátio de alimentação, o comportamento dos alunos de engenharia e sua interação com o sertanejo universitário nos aguçava o interesse. Quase sempre homens fechados em seus próprios universos, (sobre)ênfatizando comportamentos viris. Ou então, as posições radicais em favor das penas máximas em (parte) dos alunos de direito. Tudo isso apontava para um universo com mais acesso – quer seja a cursos de maior *status*, quer seja (pelo menos potencialmente) a uma série de benefícios, como livros, música, maior tempo de lazer, menor necessidade do FIES ou PROUNI. O ensino privado apresentava-nos um conjunto complexo de grupos sociais atravessados por diferentes expectativas, diferentes visões e posições.

A experiência em administração, outro curso fora do universo da “comunicação social”, também foi marcada por fraturas. Como a disciplina ministrada foi “Introdução às ciências sociais”, vários temas considerados polêmicos compunham a discussão. No final de uma das aulas, enquanto conversávamos com uma aluna, que se mostrara mais aberta às reflexões, ela nos indagou se poderíamos tematizar o aborto em sala. Na aula seguinte, levamos à turma a possibilidade de refletirmos sobre o tópico; naquele momento, aproveitamos o ensejo e indagamos, com tranquilidade, “quem é a favor do aborto levante a mão”. Menos da metade da turma se manifestou a favor. Jamais esperávamos esse tipo de reação em uma faculdade.

Hoje, percebemos que tal situação não pode ser compreendida sem que levemos em conta que, pelo comportamento em geral, a turma era composta, em grande parte, por estudantes evangélicos. Imperiosamente, a religião se fazia sentir entre os alunos, contribuindo para construir suas percepções sobre a realidade social, em geral, e sobre o corpo feminino, em particular. Mas naquela época ainda não percebíamos a força operatória da matriz religiosa na juventude. No caso, o evangelismo. Era, ao fim e ao cabo, uma turma singular, pois apesar de se manifestarem de forma, no mínimo, conservadora quanto à pauta do aborto; foram extremamente receptivos ao pensamento marxista e weberiano – fazia parte da ementa apresentar alguns elementos desses autores.

Havia, neles, uma ânsia de saber que demarcava essa geração contemplada pelas políticas de inclusão social. Nessa perspectiva, o que sempre nos chamava atenção é que, tendo em vista suas escolhas – seguir uma carreira no interior de empresas – elas contribuía, decisivamente, para estabelecer os limites de suas próprias críticas ao sistema. Nosso trabalho de campo nos ensinava o valor operatório do conceito de “expectativa social”. O mercado era, de fato, o horizonte de chegada, o espaço social produtor de sentidos para o desenvolvimento

de suas vidas e a realização de suas aspirações – suas “carreiras”. O conformador de seus comportamentos, de seus desejos e anseios. Dentro dessa lógica, o conhecimento quase sempre era como que uma ferramenta instrumental a serviço de seu encaixe no (do encaixe dos alunos) mercado. Aprendia-se para aplicá-lo. Essa juventude crescia e se nutria a partir de expectativas concretas com horizontes de vida demarcados. Sua noção de pós-graduação se encarnava no “MBA”²⁷ com vistas a capacitá-los diante das exigências do mercado.

Ainda fora da zona de conforto da “comunicação”, as grandes fraturas se faziam com mais intensidade no curso de direito, ao qual ministramos, também, algumas aulas de “Introdução às Ciências Sociais”, substituindo a professora responsável pela disciplina. Altamente receptivos, impacientes e ágeis, os alunos estavam sempre dispostos a opinar, a se posicionar em relação a todos os temas discutidos em sala de aula. Tópicos como pena de morte, prisão perpétua, redução da maioridade penal geravam intensas discussões em classes que, quase sempre, contavam com a presença de policiais militares, dispostos a adquirir graduação em direito, composição social que, nos parecia, exercia forte constrangimento à direita nos grupos. O curso se dividia entre duas partes com visões de mundo radicalmente opostas. Essa divisão sempre nos aguçava a curiosidade. O que estaria na base formativa dessa fratura social? Na atmosfera da classe sentíamos a postura combativa dos estudantes – quer seja para manter a ordem conservadora quer seja para transformá-la. Como é que tal grupo – tão dramaticamente fraturado - recepcionava os conteúdos, ações e holofotes da “Operação Lava-jato”²⁸.

Se as classes permitiam uma etnografia cotidiana, os intervalos apresentavam o teatro do gosto dessa juventude que ascendia à educação superior. Bandas de sertanejo – ou melhor, do chamado “sertanejo universitário” – ocupavam o pátio de alimentação, deslocando o lazer para o intervalo entre as aulas com vistas à venda dos mais diversos serviços e produtos. As parcerias das instituições privadas não somente permitiam como contribuíam para o estímulo dessas situações. O gosto pelo sertanejo se mesclava às instigações à compra em constante intercambialidade. Com efeito, tudo aquilo compunha um verdadeiro teatro. Bandas diferentes, mas que sempre tinham, em termos musicais, o apelo a esse estilo, davam shows, concentrando grande parte dos alunos que conheciam “de cor” todo o repertório – o que nos lembrava, diga-se de passagem, das apresentações do Programa “Big Brother”: a despeito das disputas e ódios

²⁷ A sigla significa *Master in Business Administration* e pode ser traduzida como Mestrado em Administração de Empresas. Grosso modo, o termo é usado mais livremente para designar a pós-graduação, especialmente, na área de administração ou afins, realizadas de forma ligeira com vistas a apresentar às demandas do mercado título a indicar especialização na área.

²⁸ A operação será, posteriormente, discutida ao longo desse trabalho.

internos, todos os participantes do programa da Globo dominavam a gramática da Indústria Cultural. Havia uma linguagem musical que abarcava parte significativa daquela juventude.

O trabalho de campo nos ensinava, agora, a força da “geração”, ou seja, o que significa ser exposto, dentro de uma época, a um conjunto específico de músicas, artistas e horizontes de sentido e ser, sobretudo, exposto aos efeitos (para o melhor e para o pior) do Lulismo. Estávamos diante de situações que, em conjunto, contribuíram, acreditávamos, para o processo de estratificação de experiência, como a sociologia de Mannheim (1982) nos ensina. Ainda mencionando o pátio de alimentação, não se tratava de algo somente cognitivo – no sentido, já impressionante, de que grande parte dos estudantes dos mais variados cursos dominavam essa gramática sertaneja -; trata-se, isto sim, do fato de que havia investimento emocional genuíno no modo como cantavam tais canções e de como esse laço estético-afetivo construía a argamassa social que, na base, os aproximava.

Algo das mudanças que estavam em plena ebulição no Brasil parecia se fazer presente na Estácio Juiz de Fora. Por que não fazer, portanto, desse espaço composto por uma juventude sedenta de ascensão social, de inserção no mercado, um espaço de análise? Tendo, para isso, a coragem de deixar o conforto da área, genericamente denominada de “comunicação social” e, ao mesmo tempo, ingressar em universo com maior poder aquisitivo e tentar desvendar se o conjunto de atos aparentemente fragmentados de indícios autoritários não pertenceria a um padrão estrutural? Nunca esquecendo que, mesmo nos estratos mais altos desse universo, ainda estaríamos no âmbito de frações de classe mais desassistidas.

Por fim, não podemos deixar de lado o fato de que, por trás de todos os percentuais que iremos apresentar ao longo da tese, existem pessoas de carne e osso, alunos que, pela primeira vez, se depararam com professores pretos; alunas cujas noites eram atravessadas por tiroteio em seus bairros; mães solteiras trazendo filhos para a sala de aula; estudantes que, depois de oito a dez horas de trabalho, pegavam ônibus escolares para chegar à Estácio e, já estafados, retornavam a suas cidades pequenas da Zona da Mata Mineira, extenuados pelo trabalho, pelo estudo e pela trepidação do ônibus nas estradas em más condições. Alunos filhos de militares e que se opunham veementemente a qualquer tipo de inclusão social. Grupos inteiros, altamente progressistas do ponto de vista identitário que, em contrapartida, apresentavam atitudes autoritárias na defesa do neoliberalismo. Alunos que questionavam o capitalismo; alunos que, em contrapartida, naturalizaram a tal ponto (a ordem do capital) que a própria crítica às suas estruturas se fazia impensável. Estudantes que se singularizavam por ironizar professoras cujo comportamento era marcadamente de esquerda, que faziam do pátio de alimentação um teatro de distinção social e simbólica. Outros que acreditavam de tal forma no mercado que gerenciar

uma empresa se tornara seu sonho de inserção social, de *status* e de carreira profissional. Alunos que viviam satisfeitos em universos determinados por posições machistas, conhecimento técnico e interação com sertanejo universitário.

Essa tese é sobre seres humanos e se esforça em entender o porquê de suas guinadas à direita e à esquerda (já que, até então, dispúnhamos apenas de indícios) – partindo da hipótese central de que tais tomadas de posição se relacionam com seus pertencimentos de classe e/ou fração de classe. Partimos, radicalmente, do pressuposto de que a explicação da vida de cada um desses alunos está nas suas condições materiais de existência vinculadas à sua posição socioeconômica que explica, defendemos, parte da angústia e parte da agressividade oriundas de situações concretas - de enfrentarem questões e dilemas em sala de aula que não conseguiam responder, que pensavam que sabiam responder, que respondiam dentro da gramática da violência ou que respondiam, sim, com os pés no chão (de maneira autorreflexiva).

Por tudo isso, essa tese se opõe à ausência de pressupostos materiais que embasa, tão significativamente, a “ação comunicativa” habermasiana, na medida em que, vezes sem conta, as condições materiais de existência reverberavam na ausência do diálogo entre os discentes e nas suas impossibilidades constantes de interlocução que tendiam a formar, nos parecia, um verdadeiro padrão. Também reverberavam nas vezes em que o diálogo se tornou possível. De uma forma ou de outra, defendemos que sem o entendimento da estrutura social que interfere sobre a ação social e como a ação social (os agentes) conformam, em contrapartida, a estrutura social ficamos com as mãos vazias de sentido sociológico.

Voltando ao alunado da Estácio Juiz de Fora, à estrutura e à ação social, nos deparamos com questões centrais, que requerem meticulosa análise: o que o capitalismo brasileiro dependente lhes solapou ou lhes ofereceu em demasiado, e como isso afetou suas percepções de mundo? Quais os fundamentos de suas tomadas de posição? É preciso compreender que existe um processo anterior à barbárie e que é, ao mesmo tempo, produtor da própria barbárie e que - acreditamos - somente uma analítica das condições materiais de possibilidade de surgimento do autoritarismo pode começar a responder. Sem classe, não perdemos apenas o “fio de Ariadne”, mas o labirinto inteiro. O preço é alto demais. Por isso, a opção pela sociologia empírica acerca da genética social dos fenômenos.

3. MATRIZES SOBRE O AUTORITARISMO

Neste capítulo, pretendemos abordar as principais matrizes de estudos sobre o autoritarismo. Para facilitar nosso empreendimento, apresentamos a seguir, em diferentes seções, a tradição foucaultiana; a pós-moderna, encarnada em certo tipo de antropologia; a institucionalista e, finalmente, a Teoria Crítica, também conhecida como “Escola de Frankfurt”. As três primeiras consistem em matrizes que, dentro de nosso ponto de vista, se caracterizam por - cada uma à sua maneira - erradicar o papel operado pelas classes sociais na construção do autoritarismo (nossa hipótese central, diga-se de passagem).

Nessa perspectiva, apresentamos as especificidades de cada modelo teórico, distinguindo-o dos demais para, ao final, deslindar o pressuposto que os articula – o “esquecimento” das classes sociais como motores de organização cognitiva, afetiva, estética e política dos agentes sociais. Dando continuidade, apenas esboçamos alguns elementos da Teoria Crítica, um dos principais mananciais teóricos, no Ocidente, que se debruçou sobre o autoritarismo como fenômeno imanente às estruturas da sociedade do capital. Por outro lado, destacamos o aspecto que nos parece mais frágil nesses estudos – a diluição do potencial analítico das classes sociais mediante a hipertrofia das categorias psicanalíticas.

A proposição inicial da “Escola” de unir marxismo e freudismo teria, ao contrário, contribuído para enfraquecer as categorias analíticas do marxismo. Mas antes de começarmos nossa abordagem crítica das matrizes de estudos do autoritarismo, iremos apresentar nossa escolha teórica, o lugar sociológico do qual partimos para dialogar, criticamente, com as demais correntes de pesquisa: a sociologia bourdieusiana. De forma sucinta, iremos abordar as principais noções sociológicas que utilizamos em nosso trabalho e que, acreditamos, nos permitem apreender e descrever a genética social responsável pela constituição do autoritarismo com ênfase nas condições sociais de possibilidade que tornam o fenômeno possível.

O segundo grande movimento desse capítulo consiste no resgate de duas tradições sobre o autoritarismo, no Brasil, destacando o seminal artigo de Florestan Fernandes (1979) e seu grande clássico (2006 [1975]) e os trabalhos pioneiros de outro sociólogo, Flávio Pierucci (1987, 1990). Cada um à sua maneira, analisa o fenômeno sob diferentes perspectivas que, acreditamos, nos auxiliam na construção de um sentido sociológico do termo, com vistas a captar a construção do autoritarismo a partir da genética social que engendra o fenômeno em tela. Eles, dentro dessa lógica, nos dão “passo e compasso”, método, proposições teóricas, hipóteses, indagações que determinam uma forma própria e sociológica de entender o mundo

contemporâneo, seus fenômenos e seus movimentos. Seus trabalhos não apenas ultrapassam os limites – e regressões - das três tradições anteriores (poupamos aqui a Teoria Crítica) como também oferecem saídas para um fazer científico robusto, comprometido com a dinâmica social (articulada à historicidade dos fenômenos) e, enfatizamos, com o desvendar dos mecanismos estruturais da sociedade do capital. Discutiremos, ainda, com a tradição mais recente de pesquisadores, realizando uma aproximação crítica aos principais (e mais recentes) estudos (Messenberg, 2017; Solano, 2018, 2017; Cardozo, 2019; Tatagiba, 2018; Cavalcante, 2015; Rocha, 2019; Ridenti, 2018; Gentile, 2018; Fernandes; Messenberg, 2018; Kalil 2018; Carlotto, 2014). Metaforicamente, colheremos o trigo e apartaremos o joio – esperamos.

Terminada essa análise sobre o fenômeno, nos ocuparemos do conceito de conservadorismo, muitas vezes confundido com o primeiro, quando, na verdade, ele se caracteriza por apresentar traços próprios, vinculados à defesa da ordem social vigente. Autoritarismo e conservadorismo se aproximam, mas não podem ser reduzidos a percepções e tomadas de posição semelhantes; ao contrário, possuem significações próprias e apontam para relações específicas com a dimensão social, comportamental, identidades, gêneros e instituições. O autoritário, entre outras facetas, pode lutar pela ruptura da constituição; o conservador, entre outras facetas, luta pela preservação da ordem estabelecida. Para completar esse périplo, abordaremos – em conjunto com o conservadorismo -, outro fenômeno social, o progressismo, sua nênese. Ambos se enfrentam, se pensam e metamorfoseiam na dialética com o outro.

O terceiro movimento desse capítulo que, também, irá encerrá-lo, diz respeito à díade direita/esquerda. Ou seja, pretendemos cotejar nossa tríade – autoritarismo, conservadorismo e progressismo – em relação ao horizonte criado pelos dois polos que ancoraram (e ancoram) os limites no interior dos quais os conflitos políticos foram travados na história do ocidente. Simultaneamente, iremos pensar a díade, criticamente, observando os limites ideológicos do liberalismo (Bobbio, 1995), inscritos nas categorias direta e esquerda²⁹.

²⁹ Embora seja um livro simples (Bobbio, 1995), a obra tem a vantagem de sintetizar, a partir de premissas liberais, os principais elementos caracterizadores e constituintes dos dois polos teóricos ao redor dos quais as principais correntes políticas lutaram nos últimos séculos, estabelecendo as bases, os conceitos e as práticas da disputa por diferentes projetos de sociedade no Ocidente. Por ser, paradigmaticamente, uma excelente síntese das ideias, valores e posturas constitutivas da díade direita/esquerda, escolhemos tomá-lo como ponto de partida para nossa abordagem crítica de uma concepção eminentemente liberal sobre a ordem social, afastada das condições materiais da vida humana e das cisões de classe que estruturam as sociedades contemporâneas.

Por isso, procuramos reconfigurar tais termos, denunciando a falácia de um certo liberalismo cuja operação consiste em dissolver os conflitos de classes, inerentes às posições de direita e de esquerda, substituindo-o por tendências psíquicas e imanentes aos sujeitos. Com isso, propomos estabelecer nossa hipótese central, a de que as predisposições à direita e à esquerda devem ser observadas a partir dos pertencimentos de classe dos agentes, a configuração de seus capitais e a constituição de seus *habitus*.

3.1 A ESCOLHA DO LUGAR TEÓRICO: A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Procuraremos, agora, apresentar, de forma sintética, conceitos centrais da sociologia bourdieusiana (1987, 1992, 1999, 2000, 2004, 2007, 2019), que serão utilizados em nossa pesquisa com vistas à apreender e descrever as condições sociais de possibilidade, ou seja, a genética social que contribuiu para engendrar o fenômeno do autoritarismo, levando em consideração os processos sociais, o lugar dos agentes na estrutura social, suas redes de sociabilidade, os capitais angariados ao longo de suas trajetórias sociais e suas expectativas e estratégias de ascensão social. Tais categorias contribuem não só para a apreensão e compreensão das relações estruturais responsáveis pela formação objetiva do campo da educação superior privada como também consistem nos próprios instrumentos destinados ao entendimento da constituição da dimensão pré-reflexiva desses agentes, inscritas nos seus *habitus*, responsáveis pela geração de tendências e predisposições às mais variadas tomadas de posição política que, acreditamos, podem emergir a partir de contextos históricos e sociais específicos. Esse - nosso lugar sociológico.

Dentro da matriz bourdieusiana, as relações entre *habitus* e capital são extremamente complexas, na medida em que a composição (e formação) do último contribui para a constituição do *habitus* que, como dissemos, contribui para a geração de tendências e percepções políticas que tendem a prescrever as tomadas de posição dos agentes. Ou seja, se procuramos compreender a percepção política autoritária dos discentes (de alguns cursos) da Estácio Juiz de Fora, o *habitus*, ou melhor, a relação entre *habitus* e capital faz parte de nossas categorias analíticas fundamentais. Ela estabelece as bases para nossa hipótese de trabalho que se opõe, como veremos, às quatro matrizes de pensamento que serão abordadas nas próximas páginas.

O *habitus* forma o sistema de percepção, apreciação e ação dos agentes sociais, constituído a partir de suas experiências passadas, operando como princípio mediador entre as práticas individuais e as posições objetivas ocupadas pelos agentes nos campos. Compõe o conjunto de instrumentos e categorias de percepção acerca do mundo social, apontando para o processo dialético de incorporação das estruturas sociais objetivas que, uma vez incorporadas, podem se exteriorizar na visão de mundo dos agentes sociais e nas suas ações. Dentro dessa lógica, enquanto “natureza socialmente constituída” (Bourdieu, 2004, p. 23), ele exprime o conjunto das disposições adquiridas pelo agente ao longo de sua trajetória social, funcionando, em nível prático, como categorias de percepção e apreciação da realidade social.

Por isso, ele é “o sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura e somente esses” (Bourdieu, 1999, p. 349). Se, por um lado, ele se forma a partir dos processos de incorporação das estruturas sociais; por outro, atua como “gramática geradora de condutas” (*Ibidem*, p. 355). Por essa complexa dualidade, ele pode ser concebido como “o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, *sistema de classificação*” (Bourdieu, 2007, p. 162, grifos do autor). Assim, o *habitus* encarna conjunto de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (resultantes da incorporação das estruturas sociais) e estruturantes (capazes de organizar as práticas e as percepções sobre as práticas), conquistadas ao longo da trajetória do indivíduo. Pode-se concebê-lo, portanto, como “um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada” (Thiry-Cherques, 2006, p. 33), pois é o resultado complexo do modo pela qual a sociedade, depositada na subjetividade dos agentes, se converte em esquemas duráveis – e dinâmicos – determinando a propensão do agente a perceber e agir sobre a realidade social de maneira específica.

Dentro dessa lógica, portanto, ele é “a estrutura social tornada estrutura mental” (Wacquant, 2007, p. 66), configurando aptidões sociais dinâmicas e criativas, passíveis de serem transferidas para outros domínios sociais; matriz de disposições e práticas moldadas dinamicamente a partir da infância do agente com capacidade de transformação contínua. Como princípio gerador de práticas e representações sobre o mundo social, o *habitus* está associado à determinada condição material de existência e ao conjunto de capitais a ele associados. Dentro dessa lógica, ele é o produto de posições de classe e, especificamente, do volume e da estrutura de capital que os agentes possuem. Para nossos objetivos, o *habitus* aponta para as relações entre classe e visão de mundo, na medida em que o pertencimento a determinada posição na

estrutura social contribui para a configuração de uma visão sobre o mundo social e, dentro dela, para a constituição da percepção política do agente sobre a realidade social.

Já o capital pode ser compreendido como propriedade, ou seja, recurso disputado em determinado campo, espaço social constituído por posições relacionais ocupadas pelos diferentes agentes em disputa pela manutenção ou transformação de sua estrutura. Derivada da esfera econômica em função de sua capacidade de acúmulo (investimento), herança e reprodução, o capital adquire, socialmente, diferentes formas. O capital cultural denota conhecimento, informação e o conjunto de qualidades intelectuais produzidas pelo pertencimento social a determinada classe e círculo familiar; portanto, é transmitido pela família, instituição escolar etc. – tendo, como desdobramento, o capital escolar como uma de suas modalidades. Por sua vez, ele pode ser encontrado em três formas: em estado incorporado como disposições corporais; em estado objetivado, como obras de arte, monumentos, livros, pinturas e bens culturais socialmente legitimados; e, finalmente, em estado institucional, responsável pela sanção dos demais tipos de capital cultural, como os títulos acadêmicos. Já o capital social expressa o conjunto de relações sociais e contatos possuídos pelo agente, ao passo que o capital simbólico implica prestígio e honra vinculados ao conjunto de rituais de reconhecimento — é a síntese dos demais tipos de capital (Thiry-Cherques, 2006).

O capital cultural é uma das categorias centrais de nossa pesquisa, pois contribui para o entendimento da capacidade cognitiva, estética e intelectual dos discentes estudados, apontando para os processos de acúmulo e mesmo erradicação/enfraquecimento da formação cognitiva e intelectual dos agentes. O pertencimento a uma classe contribui para o acúmulo ou desprovimento do capital cultural e, em consequência, contribui para o modo específico como os agentes – a partir de sua conformação cognitiva, estética e intelectual – irão, por exemplo, reagir diante de mensagens religiosas, conteúdos políticos e obras de arte. Ou seja, entre outros elementos, é a própria capacidade crítica, de reflexão e de autorreflexão dos estudantes que está em jogo nos processos de acúmulo e desprovimento de capital cultural.

Nessa perspectiva, a classe social é, também, o resultado do volume e da estrutura de distribuição dos diferentes tipos de capital, em especial o econômico e o cultural, na medida em que os agentes se distribuem de acordo com uma dupla lógica: vertical, que aponta para o volume total do capital disponível pelos agentes sociais, e horizontal, que expressa as diferentes

composições do capital (predomínio do econômico sobre o cultural ou vice-versa, por exemplo). O conceito bourdieusiano de classe incorpora outros elementos à concepção marxista que, grossíssimo modo, se restringe à distribuição dos recursos econômicos entre os diferentes grupos sociais.

À dimensão propriamente econômica, Bourdieu acrescenta o conceito de *status* (Weber, 2009), articulando condições materiais de existência e estilo de vida como dois aspectos da mesma totalidade. Tendo em vista que, para Bourdieu (1999, 2007), o mundo social é concebido como universo composto por várias dimensões, determinado pelas diferentes distribuições de capital entre os diferentes agentes, a classe implica a aquisição de outras formas de capital, além do econômico. Por isso, ela é definida pela estrutura das relações entre as propriedades pertinentes (capitais) e seus efeitos sobre os agentes sociais. Ademais, as condições objetivas de existência, uma das propriedades de classe, tendem a produzir sistemas de disposições semelhantes, configurando a homogeneidade relativa de *habitus*, responsável pela elaboração de visões de mundo e de racionalidades específicas de naturalização da realidade social, vividas então como evidentes. Como resultado, a visão economicista e substancialista de classe é substituída pela percepção relacional entre os agentes, apontando para a importância dos jogos simbólicos e as diferentes composições de capital como estratégias de dominação entre as classes. A luta de classes, concebida até então dentro dos limites da dimensão econômica, converte-se em luta simbólica, pois as relações sociais passam a ser concebidas como relações de sentido e supõem, portanto, o exercício do poder simbólico como forma de manter (ou transformar) a estrutura social.

Como forma de manutenção da ordem social, precisamos entender a força da violência simbólica nos conflitos entre classes e frações de classe. A propriedade da violência simbólica, essa forma de poder simbólico, exercida pela classe dominante sobre a dominada (ou de um grupo dominante sobre o dominado), consiste na imposição de categorias de percepção sobre o mundo social com a cumplicidade (no sentido de desconhecimento) dos próprios dominados.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma

'illocutionary force', mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*." (Bourdieu, 2000, p. 14-15, grifo do autor)

Reconhecer significa aceitar tacitamente a dominação sem perceber os fundamentos (materiais e simbólicos) de seu exercício, ou seja, a violência simbólica se exerce sempre com a cumplicidade e/ou anuência da própria vítima. Para nossa pesquisa, esse aspecto do conceito de violência simbólica permite com que verifiquemos se alunos com menor capital cultural tendem a aceitar, tacitamente, a visão de mundo de segmentos sociais aos quais não pertencem, o que implica, entre outros elementos, uma tomada de posição conservadora diante do mundo social, na medida em que partilham de uma visão da realidade que opera em detrimento de seus próprios interesses. Nos conflitos e nas disputas sociais, as propriedades objetivas (materiais) são transformadas em signos de diferenciação (distinção) no interior das lutas simbólicas, travadas na cultura, espaço social por excelência das disputas de imposição de representações acerca do mundo social. O consumo de bens opera, dentro dessa lógica, a classificar e, portanto, hierarquizar as distinções (essa transformação simbólica de diferenças materiais) a partir das diferentes classes sociais. O gosto nada mais é do que a expressão sistemática de uma classe particular de condições de existência (Bourdieu, 2007), um esquema que pode (e será) aplicado às práticas sociais e ao lazer no presente trabalho. O signo distintivo é resultado tanto de sua posição no sistema de distinções criado no interior de uma formação social quanto das condições materiais de existências, invisibilizadas ao longo do processo de transmutação sociossimbólica.

Para o objetivo mais geral deste trabalho, que procura enfatizar o papel desempenhado pelas classes sociais e que elas reverberam no *habitus* dos agentes, o que nos interessa é entender que o processo de introjeção das estruturas sociais tende a levar os agentes a incorporarem visões de mundo vinculadas a tais posições e como ele opera, especificamente, em nosso objeto. Em outras palavras, os complexos processos de reprodução do social tendem a operar, também, na dimensão subjetiva, contribuindo para a construção das percepções políticas dos agentes sobre o mundo social. Grosso modo, a construção da visão política liberal dos agentes tende a contribuir para os processos de reprodução conservadora da ordem social; em contrapartida, a visão política progressista tende a operar de forma a imprimir modificações

na estrutura da sociedade (que tipos de modificações estariam em jogo já é outra discussão). Naturalmente, esses processos de reprodução tendem, por sua vez, a ser modificados pela relação do *habitus* com a realidade social.

Baseado em extensa pesquisa, Bourdieu (2007) demonstra a força das estruturas sociais na produção de visões de mundo e na tomada de posição dos agentes sociais, fornecendo as bases e o método para estudos posteriores lastrados na relação estrutura/percepção política dos agentes – diga-se de passagem, uma das obras centrais para o presente estudo³⁰. Entre suas descobertas mais significativas, enfatizamos a relação entre alto capital econômico e percepção política liberal, ou seja, entre os entrevistados (2007), foi observada correlação positiva entre os estratos econômicos mais altos e a defesa do liberalismo econômico e posições conservadoras da ordem social. Dentro dessa lógica, os pesquisados que ocupavam cargos mais altos tendiam a defender com mais ênfase posições economicamente conservadoras.

Por outro lado, e esse é outro dos achados, respondentes com menor capital econômico e maior capital intelectual apresentavam predisposição a criticar posturas liberais no âmbito econômico; defendiam a intervenção do Estado e a implementação e fortalecimento de políticas públicas de inclusão social. Grosso modo, para alto capital econômico, que suplantava o escolar, a pesquisa apontava forte tendência liberal e, em contrapartida, para baixo capital econômico e alto capital escolar, os entrevistados apresentavam posturas inversas. Portanto, foi possível perceber o delineamento de gradações (e inversões) políticas relacionadas às diversas posições ocupadas pelos agentes na dimensão econômica e cultural. Essa equação se repete, enquanto padrão, no nosso microcosmo?

Quanto maior o peso do capital econômico entre os diversos tipos de capital (como o cultural), maior a tendência do agente a apresentar visão de mundo liberal e conservadora; por outro lado, quanto mais concentrado o capital cultural, maior a predisposição do agente a deter percepção à esquerda (de defesa de políticas públicas) e progressista no campo moral:

a propensão para votar à direita cresce à medida que o aumenta o volume global do capital possuído e, também, à medida que aumenta o peso relativo do capital econômico na estrutura do capital, ao passo que a propensão para votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso (Bourdieu, 2007, p. 411).

³⁰ “A distinção: crítica social do julgamento” (2007)

Isso significa que a elaboração da visão política sobre o mundo social é resultante, também, dos processos de reprodução social e que a relação entre os diversos tipos de capital, especialmente, o econômico e o cultural, deve ser levada em consideração no delineamento das percepções dos agentes. Resgatar a relação entre estruturas e subjetividades passa a assumir o primeiro plano da análise, o que expõe a dimensão crucial que os posicionamentos sociais e os pertencimentos de classe ou, ainda mais especificamente, das frações de classe desempenham em toda essa complexa formação das visões políticas sobre o mundo social. Não se trata, dentro dessa lógica central, apenas, como o próprio Bourdieu (2007) definiu, do total dos capitais, mas de suas diferentes distribuições e das relações que eles estabelecem entre si. Por isso, em nossa análise sobre os capitais, procuraremos delinear qual o tipo de capital que se sobrepõe aos demais para, em seguida, observar suas relações.

A análise da visão política dos agentes coloca em questão as estratégias de manutenção, transformação e, no limite, de ruptura da ordem social. Ou seja, apontam para os modos diferenciados de reprodução do social. Se o político pode (e deve) ser analisado em várias dimensões (como a identitária e a institucional); desprezar os elementos de classe e de frações de classe juntamente com os capitais e as práticas sociais implica desconsiderar a função desempenhada pelas estruturas sociais e pela sociabilidade do agente em todo esse processo. Mas há mais: ao contrário do que os institucionalistas³¹ tendem a defender, refêns de seu próprio reducionismo, dois agentes podem escolher o mesmo candidato ou defender, em linhas gerais, uma mesma posição sem compartilharem do mesmo *habitus*.

Como bem percebido na tradição sociológica (Bourdieu, 2007), diferentes *habitus* podem estar por trás de uma mesma escolha política. Por isso, nossa hipótese: diferentes *habitus* de diferentes agentes podem se encarnar nas mesmas visões políticas sobre o mundo social. Se estamos falando de diferentes *habitus* ou de *habitus* similar, somente o esforço da pesquisa será capaz de dizê-lo na medida em que somente ele está apto a analisar os vários fatores sociológicos responsáveis por essa complexa situação. Muitas vezes, o que se encontra consiste na “ponta do iceberg”, pois a escolha eleitoral ou a percepção política sobre, por exemplo, a pena capital, podem ser resultantes e, ao que tudo indica, são resultantes de diferentes processos sociais. Tudo isso está bem longe do reducionismo institucional. Nossa escolha, em síntese,

³¹ Discutiremos os limites da visão institucionalista ainda neste capítulo.

implica usá-los, a saber, os posicionamentos sociais, os pertencimentos de classe e as estruturas sociais - vinculados aos diversos tipos de capital, em especial, o econômico e o cultural, - como categorias cruciais no desvendamento das raízes do fenômeno autoritário.

Nessa perspectiva, ainda gostaríamos de acrescentar que lidamos com a hipótese de que as corporações privadas de ensino superior com fins lucrativos tendem a reproduzir, de maneira conservadora, a ordem social. Na medida em que uma mesma formação social tende a apresentar diferentes arbitrários culturais que correspondem a diferentes frações sociais, o arbitrário cultural dominante tende a ser inculcado pela classe dominante em todas as demais classes e frações de classe, na medida em que os estratos mais altos detêm não apenas o monopólio da educação como também a força de impô-la em toda ordem social (Bourdieu, 1992). Um dos pressupostos dessa lógica é que frações dominadas de determinada estrutura social, por meio de seu desconhecimento do processo de monopólio e inculcação arbitrária de um arbitrário cultural, contribuem para a reprodução da ordem social (o desconhecimento inerente à violência simbólica). Por isso, ao invés de libertar o sujeito dos grilhões sociais, o modo de operação da educação – a “ação pedagógica” (AP)³² - contribuiria para a reprodução das relações de força que ela, mediante a violência simbólica, tende a encobrir. Decorre dessa hipótese a necessidade de, em consonância com a sociologia genética (Bourdieu, 2019), observar a possibilidade de delinear um possível campo entre as faculdades e sua relação com a estrutura das relações de classe e frações de classe que envolve a Estácio JF. Haveria correspondência entre a possível estrutura do campo das faculdades e da sociedade envolvente? Se ela existir, poderíamos falar de homologia estrutural? Em caso afirmativo, quais seus efeitos sobre a visão de mundo dos estudantes?

Ademais, a definição de nosso posicionamento teórico implica a reflexão sobre nossos próprios instrumentos de análise, ou seja, as categorias usadas, a escolha dos métodos selecionados, os conceitos aplicados e, naturalmente, a posição social ocupada pelo próprio pesquisador – sentindo-se, portanto, um peixe dentro d’água - e, a partir da qual, decidimos encetar o presente trabalho com vistas a compreender a existência (ou inexistência) de padrões de progressismo, autoritarismo e/ou conservadorismo entre o alunado da Estácio Juiz de Fora.

³² Discutiremos a “ação pedagógica” no capítulo 6, ao analisarmos em que medida a educação superior privada opera (se é que opera) mediante a inculcação de arbitrário cultural dominante sobre frações dominada, contribuindo para a reprodução social conservadora da ordem.

Ora, o ponto central passa a ser, então, quais os efeitos da proximidade do pesquisador com o objeto analisado? E como controlá-la? Estudamos o mundo social no qual estivéramos “presos”, o que nos possibilitou o contato com conjuntos de alunos cuja presença, carisma, argumentação e, com isso, poder político sobre a classe, pensada como espaço social genuíno e complexo, marcaram a dimensão realista de nosso contato com os discentes³³. O estar em sala de aula e o compartilhar desse espaço social aguçaram-nos a curiosidade e nos trouxeram um conjunto de traços, de indícios, que nos serviram de “ponto de partida” para a construção da própria pesquisa, de seus conceitos, métodos e resultados.

Mas, na medida em que todo ponto de partida, traz consigo um “ponto de vista”, já que ocupávamos um lugar específico no campo dos diferentes cursos da Estácio Juiz de Fora, nosso maior desafio consistiu em buscarmos o afastamento, ou seja, a ruptura com o universo empírico do qual fazíamos parte e que, até então, nos açambarcava mediante a presença fenomênica dos alunos – a singularidade de cada discente. Na busca pela ruptura, nossos esforços se concentraram na apreensão do “conjunto das relações objetivas constitutivas desse campo” (Bourdieu, 2019, p. 24). Procuramos, assim, delinear a estrutura explicativa dos diferentes tipos de comportamento e percepção dos alunos, o desvendamento do “princípio oculto das práticas” (*Ibidem*, p. 23) dentro de sala de aula, nos corredores da organização – e das disposições dos respondentes – para além de suas intenções explícitas. Dentro dessa lógica, buscamos desvendar o padrão constitutivo (e invisível) atuante na formulação de suas visões de mundo e percepções.

Portanto, a ruptura com a intuição e a fenomenologia requeria não apenas o afastamento daquele universo, mas sobretudo a elaboração de um conjunto de instrumentos de pensamento e de pesquisa que, ao servirem, fundamentalmente, de mediações, contribuíram para a reflexão sobre a própria pesquisa, seu objeto e, ademais, sobre o próprio pesquisador (e os constrangimentos das atividades cotidianas, como a força dos jogos de simpatia e/ou antipatia, frutos do próprio *habitus* dos agentes envolvidos no trabalho de pesquisa). A escolha por uma corrente teórica, o estruturalismo genético, e, em consequência, a aplicação de diferentes métodos (a ele atinentes) contribuíram para a ruptura do primeiro universo, o conjunto de alunos e a singularidade de suas presenças, em direção ao segundo, grupos de agentes sociais,

³³ Começamos a discutir nossa condição, a proximidade com o objeto de estudo, no capítulo 2, descrevendo situações, comportamentos e tomadas de posição por parte dos alunos que, aos poucos, nos levaram à presente pesquisa. O desafio, naturalmente, consistiu em ultrapassar a dimensão fenomênica da experiência cotidiana.

distribuídos no plano cartesiano, cujas expectativas e visões de mundo estavam em relação a seus posicionamentos na estrutura social.

A construção e a aplicação dos diferenciados métodos contribuíram para a ruptura com a intuição primária (e primeira) e, ao mesmo tempo, nos possibilitou compreender o sistema de representações dos discentes como parte – integrante – de suas posições objetivas no sistema de relações que construíamos. Ou seja, nosso esforço se deu no sentido de articular – no sentido forte do termo – as posições objetivas dos agentes sociais, esses pontos dispersos – mas de uma dispersão que seguia uma lógica própria e que buscávamos compreender -; procurávamos, como dizíamos, articular a objetividade de suas posições à subjetividade de suas representações que, correlacionadas, nos permitiam desnaturalizar as tomadas de posições dos agentes. Como demonstrou Bourdieu (2019, p. 41), precisávamos “integrar as duas visões, objetivista e perspectivista”, estratégia essencial na construção de nosso próprio objeto, não mais restrito a uma posição na estrutura social, de um lado, ou, por outro, submetido ao subjetivismo do indivíduo. Nesta perspectiva, a escolha do estruturalismo genético, aos nos fornecer o arcabouço teórico (e metodológico) necessário à construção do objeto, nos permitiu, ademais, superar os limites dessas duas tradições teóricas.

Isso não significa anular a subjetividade do pesquisador; ao contrário, implica a autorreflexão permanente sobre a posição daquele/a que pesquisa, de seus instrumentos de análise e da necessidade de se controlar, analisando o sistema de constrangimentos que incidem, ao mesmo tempo, sobre sua posição e a posição de seu objeto. Por isso, a preocupação obsessiva em localizar os agentes sociais na estrutura social, apreender o desenho de suas práticas de sociabilidade, perscrutar a força dos processos de mediação sobre sua subjetividade e correlacioná-las ao conjunto de representações – que para os agentes nada mais são do que opiniões e ideias espontâneas. Estratégia metodológica que permite a análise da força da estrutura e das mediações sobre a visão de mundo dos agentes sociais. Além do mais, essa abordagem sistêmica coloca a necessidade de se ficar atento – no sentido forte do termo – à “distinção entre os casos em que a codificação científica retoma a codificação já existente na realidade social” (Bourdieu, 2019, p. 29), ou seja, nos possibilita objetivar as diferentes formas de senso comum que podem ser replicadas no fazer científico. Por isso, nossa crítica, como o(a) leitor(a) verá ainda nesse capítulo, especialmente, às concepções pós-modernas, intrínsecas a certa antropologia (Machado; Scalco, 2018; Machado, 2019) que, ao invés de objetivarem as categorias dos nativos, se restringem a reduplicá-las na gramática antropológica, naturalizando o que deveria ser fruto de análise científica.

Portanto, é a partir da tradição sociológica bourdieusiana, que demarcamos a matriz teórica e metodológica de nossa pesquisa e que iremos, ao mesmo tempo, abordar criticamente as correntes de estudo a seguir.

3.2 OS LIMITES DA TRADIÇÃO FOUCAULTIANA E O AUTORITARISMO NEOLIBERAL

O neoliberalismo não consiste apenas em um conjunto de princípios econômicos que buscam legitimar a primazia do mercado sobre o Estado, determinando a configuração deste último, especialmente por meio do corte e, no limite, da erradicação de políticas públicas ligadas a áreas tradicionais de intervenção estatal. Embora, necessariamente, as práticas neoliberais incidam com violência sobre o Estado, apropriando e hipertrofiando, via de regra, sua dimensão punitiva e, por outro, tolhendo suas funções de inclusão social, o neoliberalismo não pode ser reduzido a um sistema de práticas e de constelações ideológicas cuja função consiste na legitimação do mercado. Não se trata apenas de uma política econômica (embora, necessariamente, a englobe, especialmente no que tange à redução do Estado). Não basta defini-lo como conjunto de políticas econômicas que assume o mercado como realidade natural, entidade essa dotada de mecanismos de auto equilíbrio.

Por isso, “o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado” (Dardot; Laval, 2016, p. 15), na medida em que também produz novos modos de sociabilidade e, especialmente, novas subjetividades que modelam novas formas de existência. Isto é, embora também seja a crença na naturalidade do mercado, não se restringe a ela. Dentro dessa lógica, pode ser concebido como um sistema normativo, isto é, um sistema de produção de valores, normas e afetos responsável pela extensão da lógica do capital a todas as relações sociais e esferas de vida (Dardot; Laval, 2016). E é justamente sobre essa lógica, que se caracteriza pela colonização do mercado em todas as esferas sociais, tanto objetiva quanto subjetivamente, que podemos apreender sua dinâmica autoritária contra tudo aquilo que, de alguma forma, represente a possibilidade, por mínima que seja, da existência de um novo modelo econômico e um novo tipo de subjetividade.

Grosso modo, esse novo sistema de subjetivação que, portanto, não se restringe à dimensão propriamente objetiva da realidade social, define a “ultra competição” como forma central de sociabilidade e ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, erigindo a

forma “empresa” como matriz constitutiva que conforma a realidade social. Essa nova racionalidade estrutura, organiza e expande, de um lado, a concorrência como norma genérica de conduta; de outro, se apropria da empresa como modelo de subjetivação, inscrevendo o empreendedorismo como solução individual e libertária da pessoa. Como corolário desse processo, o mérito se inscreve como categoria explicativa do sucesso e das vitórias individuais, rechaçando a análise da influência das estruturas sociais sobre as trajetórias dos agentes. Um novo modelo de racionalidade que instaura o princípio da concorrência como norma – ou seja, uma “governamentalidade”³⁴ liberal que se escora em quadro normativo determinado pela subjetivação ultra concorrencial, empregando técnicas de poder inéditas sobre condutas e mentalidades (Dardot; Laval, 2016). Trata-se, dentro desse processo, da “expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma empresa” (*Ibidem*, p. 27).

O desdobramento da expansão da racionalidade neoliberal se encarna nas normas inscritas em políticas governamentais, institucionais e gerenciais que, incidindo sobre as subjetividades dos sujeitos, contribuem para introjeções de constructos sociopsíquicos modelados pela empresa que não tolera minimamente sequer a possibilidade de outro modelo de subjetividade. A percepção autoritária atravessa enquanto negação absoluta de outra forma de sociabilidade lastrada no afeto, na compreensão e no exercício da partilha. Se a compaixão é, segundo Freud, um dos sentimentos mais complexos no processo de formação do ego, pois implica conquista de maturidade e percepção da alteridade; aqui, na sociedade absoluta do mercado, tais afetos são erradicados.

Não se trata mais da elaboração de limites precisos sobre as formas de governo liberal (Smith, 1996) dentro dos marcos do mercado, responsável pela emissão e conformação de ações

³⁴ “Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault, 2008, p. 143-144). O conceito, especialmente no primeiro aspecto implica a conjunção de mecanismos que incidem não apenas sobre o corpo dos sujeitos, mas também sobre suas subjetividades; portanto, a sujeição implicaria, entre outros elementos, a naturalização das visões de mundo do sujeito sujeitado o que, em consequência, contribuiria para sua própria sujeição. Dentro dessa lógica, a concorrência seria um dos elementos cruciais a normalizar as percepções e comportamentos da população.

políticas, como na tradição do liberalismo clássico. Por meio delas, as técnicas elaboradas pelo governo liberal poderiam estimular, orientar e combinar os interesses individuais cujo resultado seria - dentro dessa percepção - o bem geral. No entanto, a questão dos limites do governo e do bem comum como resultante dos interesses individuais não integra o conjunto de práticas e visão de mundo (objetiva e subjetiva) do neoliberalismo.

Considerado uma *racionalidade* governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo de subjetividade” (*Ibidem*, 2016, p. 34, grifo do autor).

Essa nova economia psíquica e social é modelada a partir do *ethos* empresarial, isto é, seu processo de subjetivação se instaura mediante a primazia da empresa como unidade central da sociedade moderna. Surge o “sujeito empresarial” que se desdobra no empreendedor como modelo de cidadão adaptado ao capitalismo financeiro e flexível e ao novo arcabouço de relações trabalhistas regressivas. O vínculo entre como governar a si mesmo e como governar o social é estabelecido pelo *ethos* empresarial que exalta o sucesso do indivíduo e o trabalho como estratégia de autorrealização. Assim, o empreendedor passa a ser o sujeito que se percebe como uma empresa de si mesmo. Instaura-se, portanto, a gestão neoliberal do sujeito, cuja fonte de eficácia deve ser buscada incessantemente no próprio *self*. A seu lado, surge a nova gramática permeada pelos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade que se desdobram e colonizam diversas esferas sociais e que também se encarna, no discurso gerencial (Carlotto, 2014). Todos os domínios da vida pessoal, em contrapartida, são transformados em recursos potenciais para a empresa. Concebido como empresário de si, o indivíduo assume todos os riscos e a realização ou o fracasso são determinados por suas próprias ações dentro da lógica que associa risco e desempenho, na medida em que a concorrência determina a eficácia como estratégia individual naturalizada.

Dentro dessa concepção, a matriz neoliberal não se restringe à dimensão de defesa irrestrita do mercado; ela traz consigo ódio e intolerância aos segmentos historicamente desassistidos e aos governos de centro-esquerda, pois tendem a representar obstáculos à livre iniciativa do mercado, o que aponta para os processos de subjetivação inerentes a essa matriz. De fato, o neoliberalismo é uma visão de mundo que, por meio de mecanismos de mediação social (como

o discurso gerencial), contribui para a introjeção de um conjunto de percepções vinculadas não apenas às relações de troca. Tudo que diga respeito ao papel do Estado e seu fortalecimento, em contrapartida, passam a ser, em vários casos, objeto de estigmatização e ódio.

Os discursos do então ministro da economia, Paulo Guedes, consistem em um conjunto de tipos ideais³⁵ dessa mistura de desprezo, incompreensão e ódio aos segmentos mais baixos da sociedade (aqueles que não produzem, “os preguiçosos”). Nestas páginas, registramos três exemplos desse misto de contundência, desprezo, deselegância e impostura³⁶. Com efeito, o neoliberalismo não se trata tão somente de política econômica, mas de uma matriz complexa de subjetivação da contemporaneidade, marcada pela exclusão socioeconômica e simbólica. Tudo o que impede a consolidação desse processo de manutenção da ordem social excludente pode ser alvejado, quer seja com violência, ironia ou desprezo, por discursos como os exemplificados.

Tendo em vista o exposto, concordamos, parcialmente, com a percepção, defendida pelos autores Dardot e Laval (2016), de que o neoliberalismo surge como uma nova “racionalidade” a expressar os complexos processos de subjetivação inscritos na dinâmica do mercado, adensada por essa nova modalidade sistêmica, que estabelece as bases para uma percepção autoritária diante de todo modelo de subjetivação e subjetividade que não caiba dentro da dinâmica neoliberal, fenomenicamente encarnada na forma empresa. No entanto, há diferenças substanciais entre a concepção de concorrência aqui exposta e a defendida pela tradição de origem marxista (Puzone, 2021). Ou seja, dentro da percepção dos autores, a concorrência compreende modelo de comportamento, que se hipertrofia no neoliberalismo e que se normaliza pelos processos de subjetivação. Ao contrário, na tradição marxista, a concorrência não se reduz a comportamentos individuais prescritos. “Na verdade, a concorrência é uma forma de manifestação intrínseca à atuação entre os diferentes capitais” (Puzone, 2021, p. 307).

³⁵ O conceito de tipo-ideal será devidamente elaborado nas páginas seguintes.

³⁶ “Pobres têm que comer as sobras da classe média”;

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/guedes-diz-que-classe-media-exagera-no-prato-e-que-sobras-poderiam-alimentar-pobres.shtml>

“O arroz está mais caro porque a vida do pobre melhorou”;

<https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/guedes-preco-do-arroz-subiu-porque-condicao-de-vida-dos-pobres-melhorou>

“O Fies bancou universidade para o filho do porteiro que zerou o vestibular”;

<https://exame.com/brasil/guedes-diz-que-fies-bancou-ate-filho-de-porteiro-que-zerou-no-vestibular/>

É na concorrência que os diferentes capitalistas lutam por impor diferentes formas à organização da produção, buscando descobrir e incrementar novas maneiras de exploração da mão de obra do trabalhador, adensando a extração da mais-valia³⁷. Por isso, o modo como cada agente social passa a se ver como empresa – o empreendedor de si mesmo - não pode ser referido apenas à concorrência elementar entre indivíduos, mas às lutas mais profundas (e estruturais) entre capitalistas para reorganização das forças produtivas e que, elas sim, incidem através de variadas mediações na subjetividade dos sujeitos. Os autores Dardot e Laval (2016), sob o argumento de que o marxismo se reduz a uma explicação “monocausal” da realidade, substituem o complexo processo de expansão e colonização das esferas sociais pela forma mercadoria, baseadas na expropriação da força de trabalho e apropriação de mais-valia, pela noção epifenomênica da concorrência. Além de apresentarem uma visão reducionista do pensamento marxista, eles desconsideram, ainda, o peso do discurso democrático como estratégia de legitimação da vertente neoliberal do capitalismo e do processo de fetichização das formas sociais produzidas pela mercadoria e que se irradiam, atingindo todas as dimensões da sociabilidade contemporânea. Ou seja, não percebem o alcance da conformação da forma mercadoria sobre as esferas sociais (inclusive o processo eleitoral e a democracia representativa).

Não se trata de contestar, naturalmente, a importância radical da implementação das formas democráticas nas sociedades pós-feudais, mas de perceber a dinâmica reacionária que se instaura nesses mesmos processos, invisibilizando as estruturas mais profundas, violentas e, sobretudo, autoritárias da forma mercadoria. É diante da crítica cabal – e por isso, estrutural – dessas formas capitalistas que a vertente autoritária tende a emergir na plenitude de sua força e

³⁷ “A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica*, do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário” (Bottomore, 1988, p. 227, grifo do autor). Na mesma página e na seguinte, o autor explicita a diferença da mais-valia entre Marx e seus predecessores liberais. O trecho é significativo: “Estes [antecessores de Marx] tenderam a ver a mais-valia como resultado da troca injusta do trabalho pelo salário entre trabalhadores e capitalistas: os trabalhadores seriam forçados a vender seu trabalho abaixo de seu valor; o excedente surgiria na troca. Mas a distinção descoberta por Marx entre trabalho e força de trabalho permitiu mostrar como, sem uma troca injusta, a força de trabalho pode ser vendida pelo seu valor e a mais-valia surgir na produção” (Bottomore, 1988, p. 227-228). Dentro dessa lógica, Marx demonstra que a exploração no capitalismo ocorre na dimensão da produção; sendo assim, explica Bottomore, as trocas justas não implicam o fim da exploração e que trabalhadores e burgueses representam posições diferentes nessas relações de produção que, elas sim são determinantes da produção (por parte dos trabalhadores) e aquisição (por parte dos burgueses) da mais-valia.

violência³⁸. Este o momento crucial não apreendido pela matriz foucaultiana que reduz toda a complexidade do fenômeno capitalista à concorrência e à empresa, desvinculada das formas estruturais determinantes da ordem social, e pela matriz liberal que, por ingenuidade e/ou má fé – quase sempre por má fé -, acredita, cegamente, nas formas da “democracia liberal”.

Dentro dessa lógica, é fundamental perceber o papel desempenhado pelo modelo das “democracias de economia de mercado” como o tipo mais moderno de legitimação da forma mercadoria sobre as necessidades e relações humanas (Kurz, 2020), entendendo este modelo de economia como o núcleo repressivo (e quase sempre invisibilizado) da dominação burguesa. Em outras palavras, a relação entre a forma mercadoria e a democracia (de economia de mercado) é obscurecida da consciência dos cidadãos (e dos pesquisadores) ao passo que o caráter não democrático do capitalismo fica reduzido ao poder de disposição e gerenciamento dos meios de produção cuja saída consistiria na extensão das formas democráticas ao setor econômico e burocrático.

O processo de colonização de todas as esferas da sociedade moderna pela forma mercadoria foi, sobretudo, discutido por Lukács (2003 [1923]), na obra *“História e Consciência de Classe”*, que enfatiza o fenômeno crucial da reificação das relações sociais e seus efeitos tanto na dimensão objetiva da ordem social quanto na subjetiva, atingindo, dessa forma, a consciência dos sujeitos em níveis cada vez mais profundos e complexos. Nessa perspectiva, a reificação, para Lukács (2003 [1923]), pode ser considerada a forma mais sutil, refinada e eficaz de alienação cujo princípio reside na categoria “forma mercadoria” que se torna, no capitalismo moderno, “a forma universal de conformação da sociedade” (Lukács, 2003 [1923], p. 196), universalidade essa que substitui o caráter episódico e fragmentário das trocas nas sociedades tradicionais. Por isso, o filósofo húngaro tem em vista analisar a forma mercadoria como “a categoria universal do ser social” (*Ibidem*, p. 198), objetiva e subjetivamente.

Nessa perspectiva, que se reflete nas análises de Kurz (2020) e está presente, de forma fundante na noção de “fetichismo” em Marx (2013 [1867]), a reificação consiste em uma relação social entre homens que assume o caráter de relação entre coisas: o “homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas” (Lukacs, 2003 [1923], p. 199). Dentro dessa lógica, que incide nos níveis objetivo e subjetivo, o mundo da

³⁸ Como veremos mais à frente, o professor Florestan Fernandes (1979) conseguiu perceber essa dialética com extrema lucidez.

relação entre as coisas – como a circulação das mercadorias – se apresenta como que regido por leis próprias (e intransponíveis) de forma que o trabalhador adquire uma posição contemplativa diante do sistema, no sentido de que não dispõe dos conceitos necessários ao desvendamento das estruturas estruturantes do sistema que o explora. O desdobramento dessa contradição, que funda a sociedade do capital, é que as formas por ele adquiridas aparecem – para a consciência reificada dos homens e mulheres da sociedade burguesa – “como formas puras, verdadeiras e autênticas” (*Ibidem*, p. 2011), cujo mecanismo central consiste em velar as relações de exploração constitutivas do sistema. Esse desvirtuar da consciência, portanto, tende a impedir a apreensão do fenômeno constituinte da sociedade burguesa tanto objetiva quanto subjetivamente. O processo, ao se expandir por todas as esferas sociais – atingindo, ademais, a consciência humana – também incide sobre as formas burguesas de representação política, como os pleitos eleitorais.

Em contrapartida, para a lógica neoliberal, quanto mais democracia, menos capital. Quanto mais democracia, maior controle do capital – essa é a fórmula. O capitalismo e suas formas, portanto, seriam passíveis de controle a partir da irradiação do elemento democrático (da economia de mercado) por todas as esferas da sociedade. Não se trata, entretanto, de imputar o caráter nocivo da produção capitalista, a exemplo da esquerda tradicional, à “vontade de explorar” dos dominantes, com a ênfase posta na dimensão subjetiva da fração detentora do capital. Dentro dessa lógica, as formas sociais fundamentais da sociedade capitalista como “valor”, “mercadoria”, “dinheiro”, “salário” não se tornam objeto de análise crítica efetiva (Kurz, 2020), contribuindo, ao contrário, para a autonomização e naturalização das formas do capital. Deve-se, isto sim, apreender a dimensão subjetiva dos dominadores como desdobramentos dependentes da ordem estrutural-objetiva da sociedade capitalista, demonstrando com isso que a análise da esquerda tradicional, ao usar categorias críticas definidas a priori pelo próprio sistema, já surge “na forma burguesa”, desempenhando o papel de validação do sistema ao assumir inconscientemente suas próprias categorias.

O equívoco dessas abordagens consiste, justamente, em não perceber a origem estrutural das categorias de análise utilizadas. “O problema não é a vontade, *mas a forma social da vontade* comum a todos os envolvidos” (Kurz, 2020, p. 28, grifo do autor). De tal maneira, o discurso democrático se instaura não como solução para os excessos da economia de mercado ou diante de crises provenientes do exterior (supostamente, fora dos limites democráticos), mas

como “*coerção decisória*” (*Ibidem*, grifo do autor), constituída dentro dos limites (objetivos e subjetivos) determinados pela dinâmica da forma mercadoria e do desdobramento de suas formas (como o valor e a valorização do valor). Tudo que, porventura, ultrapasse tais limites – totalidades estruturantes das categorias de concorrência, empresa e individualismo (Dardot; Laval, 2016) – encontra ferrenha resistência, violência e constrangimento. Segue-se que o fenômeno autoritário não pode ser desvinculado das formas capitalistas (mais profundas) de existência. A forma mercadoria fornece a substância do individualismo na medida em que ele a reverbera em ponto menor nas subjetividades contemporâneas.

“Esse é o ‘fetiche’ moderno do qual falava Marx, e isso constitui o *caráter de dominação da democracia*” (Kurz, 2020, p. 28, grifo do autor). Ou seja, o processo democrático surge como natural, dentro do horizonte dessa forma específica de ordem social, e não como o resultado da produção social e ideológica capitalistas de cujas formas não apenas depende como tende a operar para legitimá-las. Como resultado, o uso das categorias de pensamento e ação – que determinam a liberdade da economia de mercado – passam a ser exercidos dentro dos limites prescritos pelo sistema, ou seja, os sujeitos não conseguem mobilizar e gerenciar os recursos fora da forma mercadoria e da reprodução da ordem social nela implicada.

A democracia, assim, de acordo com a sua lógica, não é um discurso emancipado de indivíduos socialmente autoconscientes sobre a produção e o uso de riqueza social, mas apenas idolatria coletiva dos servos do fetiche social inconsciente, cujo discurso tem natureza apenas litúrgica, ou seja, se refere tão somente ao modo de execução de critérios sistêmicos cegos (*Ibidem*, p. 29)

Nessa perspectiva crítica, a democracia não é o oposto do capitalismo, mas a forma mais eficiente, encontrada pela classe e frações dominantes para legitimação do sistema que não se reduz apenas à justificação da economia de mercado, mas do processo mais amplo de utilização econômica e empresarial do trabalhador. A “liberdade” de vender a força de trabalho se desvela, na realidade, em seu oposto: no caráter de necessidade coercitiva, determinando a obrigação, sob o risco da não sobrevivência, da venda da força de trabalho que, utilizada e despendida, cria valor no processo de configuração do trabalho abstrato, enquanto “atividade produtiva despida de qualquer qualidade sensível” (*Ibidem*, p.30).

Por tudo isso, o reverso da liberdade de consumo – restrita à esfera da circulação – consiste no processo de expropriação da força de trabalho. O consumo implica, portanto, que o indivíduo precisa se "auto valorizar", o que gera a luta concorrencial de todos contra todos, configurando mesmo a concorrência como um desdobramento sobremaneira mais complexo do que o apresentado pela tradição foucaultiana (Dardot; Laval, 2016). A dimensão formal da igualdade não apenas se compatibiliza com as diferenças sociais (portanto, substantivas) como também desempenha o papel de exclusão dos fundamentos sociais, que criam as condições sociais de possibilidade e impossibilidade da sobrevivência dos sujeitos, determinando a sujeição coletiva de todos sob o fetiche do capital. “A democracia é a liberdade de morrer para pelo menos uma parcela maior da humanidade” (*Ibidem*, p. 32).

Pensar dentro dos limites da forma mercadoria e dos ditames da democracia de economia de mercado pode ser concebido com um dos efeitos dramáticos configurados pela colonização da mercadoria e de suas formas fetichizadas sobre toda a ordem social. Portanto, democracia de economia de mercado e neoliberalismo, ao invés de se oporem, estabelecem novas articulações na contemporaneidade, articulações essas bem mais complexas do que a concorrência desenfreada entre indivíduos, defendida pelos autores em tela (Dardot;Laval, 2016). Neste sentido, o autoritarismo é elemento intrínseco e constitutivo da ordem social capitalista na sua versão neoliberal e de seus mecanismos de encobrimento ideológico, em especial a inócua verborragia “democrática”, tão cara aos institucionalistas. O que demonstra que, a despeito de seus ganhos críticos acerca da emergência do neoliberalismo, os foucaultianos, ainda permanecem presos a uma série de categorias analíticas reificadas pela própria forma mercadoria, como procuramos demonstrar pela “concorrência individual”. Fenômeno que também se aplica à discursividade liberal e sua defesa da “democracia representativa”.

3.3 AS MIGALHAS DA PÓS-MODERNIDADE ANTROPOLÓGICA

A elisão das classes sociais e das frações de classe - chaves analíticas por excelência cujo objetivo consiste em desvendar as construções dos modelos de autoritarismo enquanto fenômeno social complexo e multifacetado - atravessa a matriz foucaultiana contemporânea e contamina outras áreas, adquirindo novas propriedades. A dinâmica pós-moderna, promotora da ênfase na fragmentação do sujeito e dos grupos sociais, compreendidos como atores dispersos cujos movimentos se dariam mediante as demandas em favor de novas construções identitárias, atravessadas, prioritariamente, por gênero e raça também se faz presente no núcleo de certa antropologia. Influenciado pela discursividade foucaultiana, que afeta seu núcleo heurístico, este fazer antropológico pós-moderno solapa o papel central desempenhado pelos jogos de classe e os substitui pela diversidade identitária como movimento analítico de desvendamento das raízes do autoritarismo, terminando por fazer, exatamente, o contrário.

Adotamos o conceito de pós-modernidade como época histórica “que está estreitamente relacionada à emergência desta nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo” (Jameson, 1985, p. 25). Dentro dessa perspectiva, o “pós-modernismo é a lógica cultural dominante do capitalismo tardio” (Oliveira, 2011, p. 258) de modo que, apesar de não se restringir à dimensão artística, seus traços tendem a expressar as características mais profundas e dinâmicas desse período histórico. Se na modernidade, a relação entre cultura e mercado era, sobretudo, tensa e contraditória, na medida em que os artistas, que contavam com relativa autonomia nas áreas ainda não colonizadas pelo capital, se opunham e criticavam o mercado; a pós-modernidade, ao aniquilar a diferença, em termos marxistas, entre base e superestrutura, contribuiu para a “dissolução da cultura na economia e da economia na cultura” (Oliveira, 2011, p. 262). Além do mais, o período em tela ainda, segundo Jameson (1985), se caracteriza por diluir a noção histórica de tempo em fragmentos temporais descontínuos, além de converter a realidade em imagens. O pós-moderno, defende o autor, ao despolitizar por meio da erradicação da categoria tempo, espacializa nossa concepção de mundo (o espaço adquire, portanto, primazia sobre o tempo).

Do ponto de vista social, novos movimentos, até então marginalizados, passam a lutar por suas identidades, glorificando o fenômeno das minorias e exaltando o jogo das diferenças, o que contribui, dentro de nosso entendimento, para o deslocamento das lutas pautadas na

análise das estruturas e constrangimentos sociais em favor das disputas acerca de identidades culturais, levando ao enfraquecimento dos combates que tinham o capitalismo como inimigo político. Analiticamente, fragmentos substituem a totalidade. (Oliveira, 2011). “A questão mais importante é saber se também existe uma forma de resistência a essa lógica [pós-moderna]. Tal questão devemos, todavia, deixar em aberto” (Jameson, 1984, p. 26).

Tendo isso em mente, compreendemos que o esforço para a apreensão da conformação mais profunda das construções sociais, desenhado a partir dos posicionamentos dos agentes nas estruturas da ordem social, com a conseqüente apreensão dos tipos de capital entre os pesquisados, se reduz à descrição epifenomênica do trabalho de campo. Logo, o fenômeno, que deve ser explicado, é descritivamente concebido como a causa explicativa de tudo, obstaculizando a apreensão dos nexos causais determinantes do autoritarismo que, ele sim, deveria ser desvendado por um esforço contrário à discursividade pós-moderna. Perdem-se os nexos causais. Perde-se, ademais, a própria possibilidade sociológica e antropológica por excelência – a configuração de padrões sociais e culturais.

Procuramos refletir, a partir de agora, sobre os trabalhos que se nos afiguram mais paradigmáticos dessa linhagem pós-moderna e foucaultiana que se notabiliza por uma visão específica, presente em estudos antropológicos, sobretudo (Machado; Scalco, 2018; Machado, 2019). Buscando analisar as transformações da subjetividade da juventude porto-alegrense entre os movimentos pós-2013 e sua posterior guinada ao conservadorismo, Machado e Scalco (2018) levam a cabo extensa pesquisa etnográfica cujos resultados, método e abordagem são reveladores da lógica pós-moderna. Após avaliarem que se depararam, em seus estudos, com diversos tipos de interlocutores das mais diferentes idades – embora seu foco tenha sido formado por adolescentes da região do “Morro” -, interlocutores esses atravessados pelos mais variados pertencimentos, as autoras chegam à conclusão de que “nós não conseguimos identificar um padrão ou um consenso de posições entre os adolescentes” (Machado; Scalco, 2018, p. 11). Na descrição das pesquisadoras, seu objeto de estudo seria composto por simpatizantes do então presidente Jair Bolsonaro, influenciados e influenciadas pela música funk, tráfico, igrejas – aspectos que, conjuntamente, dificultariam a apreensão de uma lógica específica, capaz de descrevê-los a partir de padrões.

Como desdobramento da ausência de formulação de lógicas sociais na base da construção do fenômeno de “simpatia” pelo ex-capitão, cada grupo em particular teria se apegado a um aspecto de repertório “que, em comum, apenas passa pela figura de um homem que oferece uma solução radical à vida como ela é” (*Ibidem*). Aprisionadas à superfície do

próprio objeto, as autoras restringem seus estudos basicamente à apreensão da diferença de postura entre os gêneros, sem posicionar os (as) adolescentes e jovens na estrutura social responsável por seus processos de socialização e, em consequência, pela produção de suas posições políticas diante do mundo social. Como resultado, o leitor fica impossibilitado de compreender as razões determinantes de cada subgrupo selecionar uma fração específica do discurso do ex-ocupante da presidência. Ou, em termos antropológicos, pode se perguntar: quais as matrizes culturais cuja função permite a construção de quadros de sentido responsáveis pela recepção diferenciada de um mesmo discurso?

Dentro dessa lógica que solapa as variadas posições dos agentes na ordem social e a apreensão mais sutil e sofisticada das referências culturais, não temos acesso analítico aos pertencimentos de classe ou de frações de classe e, em consequência, não se sabe – efetivamente – quais tipos de capital atravessam e constroem as percepções desses adolescentes e jovens. O mesmo pode ser dito sobre os quadros culturais. Além da menção ao espaço social – o “Morro” –, não são apresentadas as conexões entre os dados culturais (sequer analisados). Mais do que isso: o método etnográfico aqui não é guiado tendo em vista a elaboração, por exemplo, de uma análise “densa” dos níveis de subjetivação mais profundos da adolescência/juventude na medida em que se reduz à descrição superficial do fenômeno, mediante um violento processo de essencialização de identidades. Além do mais, o papel crucial, desempenhado pelas matrizes culturais, não assume a produção de sentidos que, potencialmente, pode guiar a análise etnográfica. Impedido de romper com o senso comum, o discurso antropológico reduplica as categorias discursivas do nativo quando, ao contrário, deveria submetê-las à rigorosa reflexão científica (quer seja dispendo relacionalmente os agentes na estrutura social, quer observando suas estratégias de apropriação cultural).

Se os adolescentes e as adolescentes se apegam a partes do discurso bolsonarista, quais são os fragmentos escolhidos? A partir da articulação entre gênero, classe e raça, qual o pertencimento social daqueles e daquelas que se aferram ao cerne mais autoritário dos discursos? Qual o jogo que o pertencimento a frações de classe joga na construção dessas diferentes visões de mundo? Há diferença nas estratégias de apropriação dos discursos a partir do que pode ser concebido como cultural juvenil? Como delinea-la? Como os quadros de sentido culturais são apropriados pelos grupos? Qualquer que seja o método proposto - sociológico ou antropológico, não podemos nos furtar à crítica de que as autoras não conseguiram detectar consensos mais sólidos entre os pesquisados. Sem padrões – quer sejam culturais, políticos ou sociológicos – qual o sentido científico das ciências sociais? O resultado

do trabalho sobre o qual nos debruçamos demonstra que, em nenhuma das três esferas, foram encontrados padrões de contribuição científicos.

Ao contrário, o achado, de acordo com as estudiosas, consistiu em perceber que os adolescentes seriam muito mais abertos ao diálogo em profundidade e, portanto, capazes de mudar suas percepções políticas em comparação aos jovens, que apresentariam menor flexibilidade ao diálogo; neles, “o discurso bolsonarista se torna mais rígido, violento e embrutecido” (Machado; Scalco, 2018, p. 12). As pesquisadoras ainda observam que a diminuição da flexibilidade entre os jovens – motoboys, motoristas de Uber, garçons³⁹ —, ocorre quando entram no mercado de trabalho, quando passam a se caracterizar pela precariedade e se tornam pais de família. A explicação para essa “disjunção geracional” – e aqui, acrescentamos que a dimensão geracional, além de classe, deve ser levada em consideração – se daria por dois fatores: de um lado, o processo de amadurecimento e desalento que toma conta da vida dos jovens; de outro, os adolescentes pós-2013 teriam sido expostos a uma lógica mais democrática em relação a questões de gênero, raça e sexualidade. Como resultado desse segundo argumento, estaríamos diante de uma geração mais exposta ao debate político.

Em primeiro lugar, o “processo de amadurecimento e de desalento” (Machado; Scalco, 2018, p. 12) ao invés de fator explicativo deveria, ele mesmo - antes de tudo -, ser objeto de análise e explicação ao apontar para o entrecruzamento complexo de classe (ou fração de classe), geração, raça e inserção no mercado de trabalho. Qual o sentido socioantropológico de “amadurecimento” e “desalento”? Qual a relação que a visão desses jovens, constrangidos cada vez mais pelas estruturas sociais de expropriação do capital, podem ter com a configuração autoritária? Qual o esbatimento (se é que ele existe) de um novo modelo de sociabilidade, determinado pelo mercado de trabalho, sobre a subjetividade desse segmento? Como a cultura juvenil - e aqui se trata de uma cultura juvenil de jovens de estrato social mais baixo - se articula com a sociabilidade de mercado precarizado nesses jovens? E como isso interfere na percepção política de mundo? Como se dá o conflito e a solução entre as imagens que possuem de si mesmos e a da sociedade envolvente e como esses elementos influenciam suas percepções políticas de mundo?

A título de exemplo, como a intrincada relação de ser jovem, preto, com apenas o primeiro ciclo do Ensino Fundamental e mecânico de profissão – com pai alcoólatra e mãe

³⁹ O que já aponta para o tipo de pertencimento de classe/fração de classe desses agentes.

lavadeira – incide sobre sua percepção política de mundo? Dentro dessa lógica, os nexos causais que deveriam ser explicados como momentos sociais e antropológicos basilares se convertem na explicação naturalizada dos fenômenos sociais. Perde-se a nervura material e histórica dos fatos sociais, agora naturalizados como fatores explicativos do autoritarismo. “Amadurecimento” e “desalento” devem ser compreendidos como dados socioantropológicos e históricos e não como categorias dadas e essencializadas com resultados, caso aceitos, devastadores para as ciências sociais – a reificação de suas categorias analíticas de compreensão dos fenômenos sociais. Aliás, esse processo de deslocamento entre essência e aparência, entre fenômeno e estrutura, nos parece uma das propriedades centrais e mais deletérias da pós-modernidade.

Já em trabalho posterior (Machado, 2019), a autora defende a constituição de três tipos ideais que representariam o eleitor típico de Jair Bolsonaro, o que nos coloca, em tese, diante de padrões sociais, especialmente delimitados. Acompanhem, agora, a elaboração desses tipos para, em seguida, apontarmos onde residem – de acordo com nosso entendimento – suas principais fraquezas teóricas. O primeiro tipo seria constituído pelos “ricos” (Machado, 2019, p. 147), munidos de capital educacional e, portanto, cientes

para saber o que está em jogo e de modo consciente optam pelo projeto autoritário contra a ‘corrupção’, mas que na verdade veem em Bolsonaro e no antipetismo uma oportunidade para legitimar antigos preconceitos contra a ‘gentalha’” (Machado, 2019b, p. 132).

O segundo tipo seria o dos “pobres” (*Ibidem*, p. 148), caracterizados por baixo capital educacional e, de acordo com a pesquisadora, possuidores de um “antipetismo brando” (*Ibidem*, p. 148), que representariam outra das frações dos eleitores do ex-capitão. O argumento consiste em que “por adesão por causa da igreja, por imposição familiar, desespero ou esperança sabendo que Lula fez muito pelo povo” (*Ibidem* p. 148) teriam escolhido a extrema-direita. Finalmente, haveria segmento entre “ricos” e “pobres”, o “preariado”, “trabalhadores em condições mais ou menos precárias”, que englobaria uma miríade de tipos sociais, agrupados em dois subgrupos – o “simpático motorista de Uber”, a “vendedora delicada”, o “porteiro prestativo” – que estariam “indignados com o sistema político”, sendo moralmente tradicionais. Já o último tipo desse subgrupo, seria o “fanático”, o “agressor” frustrado “contra tudo o que está aí”, contra “essa pouca vergonha” (*Ibidem*, p. 148) que contamina política e valores morais.

Antes de mais nada, gostaríamos de salientar que, de fato, a elaboração desses tipos confere maior densidade aos propósitos de análise do fenômeno do autoritarismo, agora classificado a partir de diferentes posicionamentos sobre o mundo social e político. Existem avanços perceptíveis na nova abordagem, que indica agrupamentos diferenciais e que apresentam lógicas próprias de racionalização sobre o mundo social – embora elas não tenham sido aprofundadas. O problema, entretanto, aparece quando nos damos conta dos termos utilizados, que operam significativos apagamentos das categorias científicas relacionadas à classe, a frações de classe e, portanto, à inserção dos agentes sociais na estrutura socioeconômica brasileira. As categorias “ricos” e “pobres” já têm sido usadas pelo senso comum, em especial após a ascensão do Lulismo que, entre outras estratégias discursivas, substituiu as oposições de classe tradicionais, tão caras às ciências sociais, pela dicotomia simplista “ricos” e “pobres”, contribuindo para a perda técnico-científica das chaves analíticas das estruturas de exploração, expropriação e acumulação do capital, que articulam diferentes visões de mundo e diferentes posicionamentos sociais. Enfim, um conjunto complexo de estruturas e dinâmicas sociais que, acreditamos, são essenciais para a compreensão do fenômeno do autoritarismo.

Substituir as categorias e frações de classe, e seus diferentes interesses não se trata de um mero jogo de palavras, mas da abdicação de um conjunto de categorias construído nas ciências sociais – qualquer que seja sua matriz (marxista, weberiana, durkheimiana, bourdieusiana ou antropológica) – capaz de estabelecer recortes e diferenciações, baseadas em diferentes posições sociais para a apreensão dos processos de construção das visões políticas dos agentes sociais. Sob o termo “ricos”, a título de exemplo, escondem-se diversas frações desde as mais altas da elite nacional baseadas em vínculos com o capital financeiro ou a burguesa nacionalista e de cunho mais produtivista – sem falar nas frações mais altas da classe média, responsáveis pelos fortes processos de moralização dos temas sociais e políticos e marcadamente vinculadas ao monopólio educacional do ensino universitário público. Façamos, por outro lado, o exercício oposto: o termo “pobres” encobre, da mesma maneira que seu antônimo, variadas frações que compõem diferentes visões de mundo – como iremos demonstrar na presente pesquisa, diferentes posições sociais, diferentes capitais, diferentes vínculos de lazer e diferentes estéticas. Todo esse conjunto de fatores contribui para determinar (articuladamente) diferentes percepções políticas sobre o mundo social.

Por fim, o “precariado”, de fato, conceito que abarca trabalhadores e trabalhadoras submetidas a condições precárias de trabalho (Braga, 2016), é usado de forma excessivamente

genérica ao englobar tanto o “simpático motorista do Uber” (Machado, 2019, p. 148) até o fanático agressor, o que impede a compreensão acerca das diferentes propriedades – socialmente construídas – dos diferentes subtipos. Embora a “frustração” seja uma característica que sempre pode demarcar a subjetividade de vários segmentos de eleitores e eleitoras, ela necessita ser relacionada sociológica e antropologicamente com tais tipos sociais. Ademais, como faltam dados, ficamos impossibilitados de apreender os tipos de relação que, porventura, se estabelecem entre os tipos mencionados.

Aceitar categorias de senso comum, é preciso reiterar, tende a reduplicar no campo científico o senso comum que deveria - ele sim - ser objeto de rigorosa análise. Não se trata de “ricos” e “pobres”, mas de frações de classe constituídas e constituintes do sistema social e que operam a partir de diferentes visões de mundo construídas a partir de trajetórias sociais específicas com apropriações diferenciadas de matrizes culturais. Ainda no mesmo trabalho, a autora prossegue:

Podemos, então, dizer que a configuração política de hoje extrapola as análises convencionais da polarização entre esquerda e direita, mas aponta para a existência de uma dupla divisão de ideologia e posicionamento, de um lado situa-se o tipo ideal do homem branco de direita e, de outro lado, a mulher preta/lésbica/trans./pobre de esquerda (Machado, 2019, p. 176)

O parágrafo acima é sintomático de outra tentativa comum à pós-modernidade: a diluição dos polos centrais da cartografia das grandes lutas dos últimos séculos – as categorias de direita e esquerda. Sobre tamanha erradicação, são superpostos os polos do “homem branco” e da “mulher preta/lésbica/trans./pobre de esquerda”, nos quais o autoritarismo de um dos lados se opõe ao progressismo do outro. Não se trata apenas da insuficiência desses dois tipos para representarem polos centrais da sociedade brasileira. O ardid pós-moderno coloca muito mais em jogo. O que está em questão e oferece as bases para a construção desse binarismo identitário simplista é a erradicação dos pressupostos centrais da economia política e dos posicionamentos estruturantes dos conflitos e diferenças entre esquerda e direita.

Defendemos que esse conjunto de retrocessos teóricos, ao privilegiar a dimensão cultural, especialmente a identidade dos agentes sociais em detrimento das condições materiais de existência, contribui para enfraquecer as políticas efetivas de redistribuição de recursos e,

mais apropriadamente, tende a impedir a articulação entre as políticas de reconhecimento e distribuição. Dentro dessa lógica cultural monista, expressa em certa “sociologia” alemã (Honneth, 2003), as experiências morais de desrespeito estariam vinculadas às violações das expectativas de reconhecimento dos sujeitos nas relações sociais, o que engendraria a base motivacional das resistências coletivas, articuladas intersubjetivamente a partir desse sentimento de desrespeito (*Ibidem*).

Nessa perspectiva, a experiência individual passa a ser interpretada como desrespeito coletivo, motivando a “luta pelas condições intersubjetivas de integridade moral” (Honneth, 2003, p. 260), o que complementaria o, segundo ele, modelo utilitarista (de distribuição de bens materiais vinculados à sobrevivência dos indivíduos). As fraquezas dessa concepção cultural monista consistem, especialmente, em que elas tendem a reificar as identidades dos grupos, promovendo separatismo e comunitarismo repressivo (Fraser, 2002), “apresentando-as não como pontos de partida para processos de construção coletiva”, mas, ao contrário, “como pontos fixos diante dos quais quaisquer outras contradições devem se curvar (Miguel, 2022, p. 308-309). Assim, a identidade é aquilo que constitui os sujeitos ao invés de ser percebida como constituída no e/ou pelo mundo social (*Ibid.*), levando o foco das lutas à “autoafirmação, em lugar do enfrentamento às estruturas de dominação” (*Ibidem* p. 309, 2002). A consequência mais nefasta desse processo é que o monismo cultural obscurece os vínculos e a integração entre redistribuição e reconhecimento.

Para Fraser (2002), ao invés de identitário, o problema central consiste na “subordinação social” (*Ibidem*, p. 10) por meio do qual os indivíduos são impedidos de participarem em condições de igualdade na vida social. Essa concepção crítica permite a reintrodução da questão da classe (e das divisões de classe) como elementos centrais na elaboração de políticas públicas, sem cair no economicismo ou culturalismo. Portanto, uma teoria crítica da sociedade deve “incluir um relato de subordinação do status com subordinação de classe, do reconhecimento inapropriado com a má distribuição” (*Ibid.*, p. 21). O que os antropólogos pós-modernos realizam, ao contrário, consiste no resgate desse “monismo cultural” (Fraser, 2002) que erradica a análise das condições materiais de existência – e, em consequência, das políticas públicas a elas pertinente - em favor da reificação autoritária de identidades essencializadas.

Em nosso entendimento, esse é o erro mais profundo cometido pelos trabalhos de Machado (2018, 2019). Um adendo: como os pensadores burgueses em geral, Fraser (2002) elabora o conceito de classe vinculando-o à distribuição de bens e serviços e, com isso, contribui para esvaziar a força crítica desse instrumento de pensamento, pois desloca-o do sistema de

produção, ou seja, afasta-o do núcleo central explicativo da formação e da expropriação da mais-valia. O núcleo constitutivo do conceito de classe deixa de ser a expropriação da mais-valia, conectada às posições que os agentes ocupam na produção, para se reduzir à má distribuição de bens e serviços.

Levando em conta tais considerações, compreendemos que as diferenças entre esquerda e direita⁴⁰, calcadas, grosso modo, na defesa da igualdade (esquerda) e da desigualdade (direita) foram responsáveis - e, acreditamos, ainda o são - pelas temáticas e posicionamentos centrais das disputas em torno da vida em sociedade. Grande parte das lutas travadas, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, se deram a partir dessa gramática de valores que se dividiram, grosso modo, em proposições marxistas, de um lado, e liberais, de outro. Categorias como “salário”, “exploração”, “classes”, “mercado”, “liberdade”, “liberalismo” serviram de base para os conflitos sociais e acusam a importância da materialidade dos processos históricos para a vida humana, expondo a luta visceral pela partilha da riqueza pública, coletivamente construída e privadamente apropriada.

Sobre essa erradicação dos fundamentos materiais da própria existência humana, restam as identidades dos diversos grupos sociais, reduzidas a lutar por seus próprios interesses singulares, rompendo o elemento central que estrutura a sociedade contemporânea sob o capitalismo financeiro⁴¹, o trabalho. Como consequência desse complexo processo de fragmentação, as identidades em disputa perdem a visão totalizante sobre os fundamentos do capital e, ao lutar apenas por si e entre si, integram-se ainda mais profundamente ao sistema que, a princípio, dizem contestar. Sob essa perspectiva, a pós-modernidade é, sobretudo, integradora, regressiva e, sobretudo, despolitizante, pois os fundamentos estruturais da ordem são tacitamente aceitos. Nessa perspectiva, a autora, portanto, ao se circunscrever às identidades, admite, naturalizadas e reificadas, as categorias identitárias que deveria, a partir do estabelecimento de sua relação com o próprio sistema, explicar.

⁴⁰ Discutiremos, em profundidade, as categorias de direita e esquerda nas páginas seguintes.

⁴¹ O capitalismo financeiro, como abordado no capítulo 2, consiste na terceira fase do capitalismo e se caracteriza pelo papel central desempenhado por bancos e instituições financeiras, levando a um crescente processo de especulação por meio de ações e títulos de dívida, entre outros. Como resultado, o capital produtivo é relegado a segundo plano ao passo que as relações trabalhistas sofrem profundas modificações. No Brasil, o maior exemplo dessa reconfiguração se deu com a flexibilização das relações trabalhistas (Lei 13.467, de 2017), durante a gestão de Michel Temer (2016-2018).

Pelo que foi analisado até aqui, procuramos demonstrar os efeitos mais nefastos de um certo culturalismo pós-moderno: a elisão das estruturas sociais, responsáveis pelos processos de socialização que, por sua vez, incidem sobre elas, estabelecendo a complexa dinâmica das posições sociais e de seus respectivos *habitus*, responsáveis pela formulação das visões sobre o mundo social e político. Reificadas, tais identidades assumem o papel de explicações últimas sobre o fenômeno do autoritarismo contemporâneo, resultado das polarizações generalizantes de categorias autoexplicativas. Com efeito, a explicação pós-moderna essencializa, mutila e naturaliza categorias teóricas que são, sobretudo, processuais e históricas.

O que importa observar, nessa lógica, é que a pós-modernidade não apenas erradica categorias centrais das ciências sociais – nas próprias ciências sociais –, como classe, status, cultura; ao reificá-las, desistoricizando seu valor analítico, ficamos com a descrição despolitizante e despolitizada sobre o espaço social. O pós-moderno se contenta com sobras. As transformações sociais mais profundas, dentro dessa lógica, passam a ser compartilhadas pela disjunção das diferentes identidades, presas em suas próprias necessidades. Perde-se numa única tacada tanto a chave analítica sobre os processos sociais de construção das modalidades de autoritarismo contemporâneo quanto um projeto coletivo de sociedade.

3.4 OS INSTITUCIONALISTAS E O CANCELAMENTO DO SOCIAL

Outro manancial de pesquisas profícuo e que tem se adensado nos últimos anos diz respeito à análise da chamada “ascensão conservadora” cuja ênfase se restringe, em larga medida, à dimensão institucional desse fenômeno, reduzindo sua complexidade sociológica com foco quase que exclusivo nas instituições⁴². Abarcando diversas áreas das Ciências

⁴² O institucionalismo consiste em uma longa e fecunda matriz de pensamento cuja análise crítica, naturalmente, transcende os objetivos da presente tese. No entanto, gostaríamos de ressaltar que seu foco exclusivo nas instituições, especialmente, nas análises do Estado desvinculadas de contexto histórico, com ênfase no formalismo, tende a esfumçar o elemento sociológico central – o fato de que as próprias instituições são compostas por agentes sociais cujas visões de mundo são determinadas, em larga medida, por suas trajetórias sociais, conformadas por seu pertencimento de classe e pela lógica de suas práticas sociais. Dessa forma, desconsiderar a força do agente social e, especialmente, a força da agência, e sua relação com a instituição, é retirar da análise social os determinantes genéticos de todos aqueles que dão vida às instituições e como eles, os determinantes sociais, se refletem na relação instituição/agente social. Além do mais, a presente linha de pesquisa tende a se ressentir de uma percepção formal, estritamente liberal de democracia, restringindo a natureza do fenômeno aos pleitos eleitorais e erradicando, com isso, o valor central, isto é, o conteúdo substantivo da democracia que

Humanas, ela tende a se concentrar em algumas vertentes da sociologia, mas, especialmente, da politologia, a denominada Ciência Política. Mais sofisticada que a dispersão identitária da discursividade pós-moderna, a abordagem institucionalista apresenta alguns ganhos para a análise da “ascensão conservadora” e que merecem ser, sinteticamente, arrolados nessas linhas antes de objetivar seus limites e inconsistências. Trabalho paradigmático dessa vertente (Chaloub; Perlatto, 2015), analisa os – de acordo com os autores – principais intelectuais de direita da esfera pública, abarcando desde o ideólogo de extrema direita, Olavo de Carvalho (falecido em 2022), passando por filósofos de formação e intelectuais de mídia, como Luiz Felipe Pondé, até Rodrigo Constantino – todos(as) com forte inserção na mídia corporativa.

Com o objetivo de discutir a destacada presença desse grupo nos grandes jornais e TVs, os pesquisadores delinearam dois tipos específicos de intelectuais, ou seja, vislumbraram que o espaço social no qual tais agentes se moviam era heterogêneo e se dividia entre a “direita teórica” e a “direita militante”. Partem, assim, da elaboração de padrões, o que se configura como um ganho em relação à antropologia pós-moderna (Machado; Scalco, 2018). A “direita teórica”, cuja propriedade essencial consistia na melhor formação intelectual, apresentaria argumentos de ampla duração, remetendo, portanto, a tempos históricos mais remotos e se apoiando em narrativas mais longas. Como corolário, as opiniões políticas desse grupo mobilizariam os clássicos da vertente liberal e conservadora, cujos conteúdos também seriam atravessados – como no caso do falecido Olavo de Carvalho – pelo pensamento católico. O segundo padrão, por outro lado, se caracterizaria por intelectuais cujas ideias se circunscreviam à conjuntura política mais recente, com argumentos determinados pela singularidade do momento da própria disputa intelectual. Centravam-se em tópicos da ordem do dia e tendiam a atacar sempre seus adversários mais próximos. Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino seriam dois dos representantes desse segmento.

Dentro da lógica dos autores, a heterogeneidade desses dois grupos teria no ódio à esquerda, representada especialmente pelo PT, o “cimento” a unificar suas abordagens (e ataques) superficialmente diferentes. Como desdobramento dessa configuração, a esquerda passa a ser identificada como encarnação de todos os aspectos negativos da sociedade. Na medida em que o quadro analítico desses intelectuais é, sobretudo, dizem os autores, moralizante, esse processo tende a remeter a valores absolutos, isto é, transcendentais, “impossíveis de contestação”. Valores, ao mesmo tempo, úteis para elaboração de dicotomias

transcende as eleições e as pesquisas de opinião sob a análise nem sempre profunda dos politólogos do liberalismo harbermasiano.

e binarismos. O inimigo, provando ser infenso ao diálogo, somente poderia ser controlado pelo embate sem tréguas. Essa “nova direita” traria consigo dois elementos centrais: a crença na própria virtude e superioridade moral e a suposta capacidade de, estando mais próxima da realidade cotidiana, ter maior habilidade em compreender “a vida como ela é” (Chaloub; Perlatto, 2015, p. 19) – ser capaz de melhor expressar o mundo.

Essa nova configuração de direita teria, como desdobramento, uma “obstinada crença no acesso privilegiado ao real” (*Ibidem*, p. 22), conjugando elogio à modernidade econômica e ojeriza a seus valores morais e culturais. Dentro dessa lógica, articula-se a defesa intransigente dos valores liberais na esfera econômica e valores morais conservadores na cultural. Percepções que se voltam contra grupos minoritários. Portanto, dá-se a “plena conformidade entre um forte conservadorismo moral e a adesão ao mundo do capitalismo liberal” (*Ibid*, p. 24). Se a presença dos intelectuais de direita na esfera pública não é nova, o que chama a atenção, de acordo com os autores, é a força adquirida pelo seu protagonismo no debate público, que se baseia em cinco fatores entrelaçados. O distanciamento temporal da ditadura militar, a força da Indústria Cultural, em especial, com a ascensão das redes sociais e seu aumento de capilaridade e o aumento da vinculação desses intelectuais a institutos de cunho liberal. Além deles, os acertos do PT, que tocaram em pontos sensíveis da estrutura social, e seus erros, como a corrupção, e a crise partidária, completariam os fatores na base desse processo de ascensão “da nova direita” (*Ibidem*, p. 21).

Mais sofisticados que os pós-modernos em termos de força argumentativa, os institucionalistas reduzem suas análises à dimensão fenomênica da ascensão conservadora, na medida em que se contentam com análises restritas ao caráter partidário-institucional do fenômeno ou, no máximo, ao alarido dos colunistas de direita. Dispensam, dentro de sua lógica redutora, a elucidação da genética da construção das visões políticas de mundo, atravessadas por conflitos de classe, de frações de classe e pela dinâmica violenta das disputas tanto objetivas quanto simbólicas, que fundam e sustentam seu universo de disputas e complementaridade. Perdem, enquanto institucionalistas, a própria essência do campo de tensões na base do qual os agentes, estrategicamente, conquistam posições e constroem valores cuja complexidade não pode ser plenamente concebida conscientemente. Com isso, se tornam incapazes de perceber uma das propriedades fundamentais da visão acerca do mundo social – sua dimensão pré-reflexiva, determinada a partir dos processos de introjeção das estruturas sociais ao longo de suas trajetórias. Analisar a “ascensão conservadora” a partir das dinâmicas partidárias e institucionais é, sem dúvida, ao contrário das mutilações alienantes dos pós-modernos,

contribuição inequívoca; todavia, tal abordagem peca ao não apreender a lógica sociológica que ultrapassa a institucionalidade da ordem social e está na base das imputações de sentido que contribuem para as tomadas de posição dos agentes.

No trabalho acima (Chaloub; Perlatto, 2015), os autores não explicitam, ademais, as premissas na base de suas escolhas acerca dos intelectuais analisados – os colunistas de direita passíveis de análise na esfera pública. Sem situá-los sociologicamente, o objeto se apresenta na forma de um conjunto de intelectuais que tiveram tão somente seus discursos analisados sem perceber o jogo sociológico mais profundo, atravessado por estruturas sociais, na base da sua inserção no espaço social. Restritos à dimensão elementar – ao fim e ao cabo, a mais ruidosa e perceptível ao senso comum erudito e escolástico -, os institucionalistas se limitam a cartografar e, é certo, distinguir os fenômenos sociais a partir de seus aspectos visíveis. A propriedade relacional, fundante do mundo social, permanece velada por essa “obscuridade”, nada nova entre as frações de intelectuais que se contentam com a superfície dos fatos sociais. Dentro dessa lógica crítica que, aqui, defendemos contra a tradição de pesquisa institucionalista, é fundamental a recuperação de uma tradição sociológica imbuída da busca relacional entre as estruturas e as tomadas de posição política dos atores sociais. No que tange aos institucionalistas (Chaloub; Perlatto, 2015), perdem “o essencial para a inteligibilidade das tomadas de posição dos agentes, qual seja, o escrutínio da organização interna e das propriedades sociais desse conjunto de colunistas identificados à direita” (Fernandes; Vieira, 2019, p. 158).

À sombra da virulência dos discursos dos colunistas de direita, perde-se de vista a constituição de seu próprio campo e os determinantes mais profundos de suas visões de mundo na esfera pública. O alarido do objeto analisado substitui o escrutínio científico. Como já observado (Fernandes; Vieira, 2019), análises como essas, se tem o mérito de começar a sistematizar certas diferenças entre os componentes da “nova direita”; detectam apenas a parte “mais polêmica e barulhenta” (*Ibidem*, p. 180), “socialmente mais evidente” (*Ibidem*, p. 180) de um fenômeno que merece, na verdade, requer, abordagens mais sofisticadas e estruturais.

Se os “sucessos” e “fracassos” do PT são mencionados como um dos fatores determinantes da ascensão conservadora, os resultados de seu “reformismo fraco” (Singer, 2012), responsável por tocar “em pontos sensíveis da estrutura social”, não é submetido a nenhuma análise concreta (além da simples menção). Quando, ao contrário, esse fenômeno expõe conflitos entre frações de classes altamente significativos para uma explicação teoricamente mais consistente sobre as tomadas de posição política no espaço público, em especial da classe média, das franjas da classe média e seus impactos nos estratos mais baixos

dos grupos sociais em franco processo de inclusão. A reação da classe média às políticas de inclusão do Lulismo não pode ser descartada sob pena de perdermos processos sociais que nos auxiliam a compreender alguns aspectos do autoritarismo, como a violenta oposição às cotas. Os demais fatores pretensamente responsáveis por essa ascensão – distanciamento temporal da ditadura militar etc. – perdem seu caráter explicativo, pois se reduzem a menções e, com isso, carecem de densidade teórica.

Em outra pesquisa (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018), ainda analisando a ascensão das direitas, os autores apresentam algumas análises interessantes, além da descrição histórica que aponta para explicações – no nosso entendimento, parciais – sobre a ascensão de Bolsonaro ao Palácio do Planalto. Todavia, o ponto chave permanece o mesmo: a dimensão institucional. “Poderíamos remontar a eventos mais longínquos no tempo, porém, o recuo até as eleições de 2014 parece-nos suficiente para revelar os traços mais pronunciados desta história da ascensão recente das direitas no âmbito institucional” (*Ibidem*, p. 15). O “antirrepublicanismo” teria sido responsável pela aproximação de duas visões de mundo, dois grupos sociais, até então afastados entre si – os representantes do liberalismo econômico mais radical e os defensores da moral conservadora, dois eixos responsáveis pelos alicerces da contestação da ordem democrática.

Neste estudo mais recente, os pesquisadores chegam a abordar pesquisa que se destaca pela análise do uso das redes sociais por frações específicas de agentes sociais de maior capital escolar (Rocha, 2018). Redes que adquiriram, de fato, imensa capilaridade social nos últimos anos, demonstrando como tais agentes passaram a fazer intenso uso das novas mídias, contribuindo para o fortalecimento (e a sofisticação) das estratégias de direita na esfera pública. Com razão, entre as diversas contribuições de Rocha (2018), encontra-se a percepção de que essa nova fração social, constituída por agentes sociais possuidores de alto capital econômico, apresentava grande capacidade mobilizadora das redes sociais no debate público. O problema surge, no entanto, quando se percebe que a grande contribuição da autora, citada logo acima, diz respeito a outro elemento inusitado, decisivo para o fortalecimento da tradição de pesquisas sociológicas sobre o autoritarismo — especialmente em Alves (2000). Os agentes de direita que ascendem a altos cargos e que possuem habilidades ímpares no manejo das novas mídias e que possuem alto capital econômico também contam com bom capital cultural e – este nos parece um dos aspectos centrais – defendem pautas morais altamente progressistas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Sociologicamente, portanto, estamos diante de uma nova configuração de direita que, ao contrário do que foi observado pelos autores, não se restringe à articulação tradicional

(liberais em economia e conservadores em valores morais). O autoritarismo parece ser construído – nesse caso preciso - a partir de uma nova dinâmica social e histórica e, como ela, sofre mutações, adquire novas dimensões, realiza sínteses inusitadas, ou melhor, articula percepções que até então se opunham tendo em vista as circunstâncias políticas do momento histórico. Sem a atenção devida à dinâmica imbricada e complexa do social, o elemento sociológico pode ser perdido em detrimento da redução ao institucionalismo. Os elementos do artigo de Rocha (2018) apontam para uma nova configuração entre as visões de mundo componentes do autoritarismo (ultra liberalismo econômico e progressismo moral), possível resultado de uma nova forma de articulação entre capitais - em especial, o econômico e o cultural. Essa nova relação parece contribuir para a construção de valores morais progressistas que se opõem à configuração tradicional caracterizada por valores liberais na economia e posturas regressivas em moral e cultura. Ao se restringirem à análise institucional – a ascensão da direita ao poder do Estado nos partidos e no Estado -, os autores foram incapazes de apreender a nova configuração de direita⁴³, que desponta nas páginas finais da autora citada. O que Fernandes (1979) observou sobre os cientistas políticos liberais pode ser aplicado, de forma certa, aos institucionalistas quer sejam politólogos, sociólogos ou historiadores:

O cientista político tende a considerar o Estado o *locus* exclusivo ou principal da relação autoritária. No entanto, há o poder exclusivamente político e o poder indiretamente político. Além disso, o Estado não é uma entidade autônoma, isolada da sociedade e que se explica por si mesma” (Fernandes, 1979, p.12).

3.5 A TEORIA CRÍTICA: PSICANÁLISE E MATERIALISMO HISTÓRICO

A Teoria Crítica consiste, grosso modo, em um grupo de autores alemães, quase todos judeus, que desenvolveram profunda reflexão especialmente a partir dos anos 30 do século passado. Englobando filosofia, sociologia, ciência política, estética, crítica cultural etc. influenciou, decisivamente, o pensamento ocidental, tendo por objeto de estudos o sistema capitalista e, no seu interior, a emergência de movimentos totalitários. Coerentes com essa

⁴³ As novas configurações de direita serão trabalhadas de forma aprofundada no último capítulo, dedicado, exclusivamente, à apreensão, descrição e análise de modelos de autoritarismo, especialmente as novas formas de articulação entre as diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

lógica, defenderam das mais diversas maneiras, o argumento de que o autoritarismo não pode ser considerado parte extrínseca do capitalismo; ao contrário, deve ser analisado e compreendido como resultado do fracasso das promessas de liberdade e emancipação humanas, defendidas pela burguesia ascendente e realizadas apenas para essa nova classe que assume o poder. Os sentimentos de fracasso e ressentimento, compartilhados pelos segmentos objetivamente excluídos desse processo, forneceram a base material e psíquica para o desenvolvimento de sentimentos de agressividade e extermínio, captados regressivamente por líderes políticos ao longo do século XX.

Essa ideia, central no desenvolvimento das pesquisas entre seus intelectuais, que passaram a ser conhecidos como integrantes da “Escola de Frankfurt”, foi elaborada por Max Horkheimer em um dos mais extraordinários artigos, acreditamos, já escrito por um frankfurtiano: “Egoísmo e Liberdade de Movimentos” (Horkheimer, 1936). Essa tradição recorre à psicanálise para suprir uma série de limitações do marxismo ortodoxo, resgatando o elemento subjetivo como categoria fundamental para a compreensão da emergência dos movimentos totalitários e, junto dele, as mediações psicossociais. Sua originalidade consiste, entre outros fatores, em articular ou, ao menos, aproximar as matrizes marxista e freudiana na explicação de tais fenômenos. Oficialmente, seus mais importantes membros foram: Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-1980), Walter Benjamin (1892-1940), Franz Neumann (1900-1954), Leo Löwenthal (1900-1993), Jürgen Habermas (1929-2024), Axel Honneth (1949) e Robert Kurz (1943-2012).

Do ponto de vista desta tese, porém, Habermas seria um dos representantes da Teoria Crítica até “Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa” (1962). No entanto, no nosso entendimento, o autor perde, significativamente, seu potencial crítico e se integra à legitimação do sistema. Honneth, reduzido a seu monismo cultural, fica longe de elaborar críticas profundas à sociedade do capital. Em síntese, o último grande expoente dessa tradição, ao nosso ver, ainda é Robert Kurz pela genial capacidade analítica e crítica às estruturas mais profundas do capital, especialmente suas formas reificadas como a “democracia liberal”.

Com isso em mente, podemos dizer que a Teoria Crítica é uma das matrizes teóricas que se dedicou ao desvendamento das raízes do autoritarismo e de seus mecanismos estruturais (tanto objetivos como subjetivos), fazendo da relação entre psicanálise e processos históricos uma de suas chaves analíticas para a compreensão dos fenômenos autoritários. Mais

precisamente, uma de suas singularidades consiste no delineamento da dimensão subjetiva como fator essencial à compreensão dos processos de regressão histórica, a saber a emergência constante de movimentos autoritários ao longo do século passado. Em linhas gerais, ela se propõe a articular os ganhos do materialismo histórico aos do freudismo na análise da emergência de tais fenômenos. Por isso, é fundamental, antes de mais nada, compreender como as duas abordagens, a marxista e a freudiana, são recuperadas e postas a analisar, dentro da dinâmica histórica, fatos sociais determinados não apenas pela ruptura explícita da ordem democrática, mas também pela constituição de tendências autoritárias. Disposições essas que, dentro de contextos sócio-históricos específicos, podem eclodir a exemplo do fenômeno do Bolsonarismo.

Compreender o nexos entre as duas abordagens exige, acreditamos, resgatar e enfatizar a dimensão subjetiva dos sujeitos que fazem a história e se fazem na história dentro dos limites que a história lhes impõe. O elemento subjetivo “surge” a partir do enfrentamento de uma série de dilemas, que expuseram alguns limites do marxismo ortodoxo, como a saturação dos elementos históricos do capitalismo que, suficientemente maduros – acreditava-se -, levariam os trabalhadores à revolução e, em consequência, engendrariam o socialismo. Em segundo lugar, o aumento da exploração, uma vez intensificado, estabeleceria as bases para a revolução. De uma forma ou de outra, esta concepção rígida, simplista e mecanicista de marxismo se guiava por um *telos* cujo desdobramento último se encarnaria na supressão da sociedade de classes por uma nova ordem social. O determinismo, intrínseco a essa concepção de história, levaria ao desenlace dos conflitos, erradicando as classes sociais e culminando com o comunismo (Reich, 1988 [1933]; Rouanet, 1983; Marin, 2008).

Grande parte de nossa exposição se baseia, primeiramente, em Rouanet (1983), cuja obra, “Teoria Crítica e Psicanálise”, oferece não apenas apanhado histórico, fundamental para o conhecimento da formação da presente matriz teórica, como também elabora, de forma precisa e instigante, os principais conceitos dos grandes pesquisadores da “Escola de Frankfurt”. Além do mais, a obra demonstra como se dá a articulação entre marxismo e freudismo, essencial à compreensão dos avanços dessa linha de pesquisa, contribuindo para a percepção do papel desempenhado pela dimensão subjetiva do sujeito na história e pela força operada pelas mediações sociossimbólicas. A segunda obra cujo conteúdo serve de base à elaboração dessa subseção é “Psicologia de Massas do Fascismo” (1988 [1933]), na qual Wilhelm Reich elabora análise sobre as raízes da ascensão do fascismo na Alemanha, articulando psicanálise e sociologia no desvendamento das causas que levaram o homem médio

alemão a optar por um sistema político que ia contra seus interesses de classe, o papel desempenhado pela repressão sexual no âmbito familiar e como ela se reproduzia na relação do homem adulto com a estrutura social capitalista. Como resultado, Reich contribuiu para o desvendamento da constituição de um sistema moral que, tendencialmente, contribuía para gerar personalidades submissas à ordem social, contribuindo para o entendimento dos limites do marxismo ortodoxo e da força regressiva dos movimentos autoritários ao longo de todo o século XX, expondo as formas de colonização do inconsciente humano – e dos modernos fenômenos de autoritarismo na contemporaneidade.

No entanto, como a história sempre ensina, os movimentos revolucionários ocorreram não em sociedades capitalistas, mas na agrária e atrasada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao passo que o aumento de exploração do trabalhador alemão na década de 30 do século passado não o levou à politização “à esquerda”. Ao contrário, esse estrato social - os trabalhadores cada vez mais mal remunerados daquele período - votou em peso na direita, o que irá lançar as bases para a ascensão do III Reich (Reich, 1988 [1933]; Rouanet, 1983; Marin, 2008). Portanto, as predestinações do marxismo ortodoxo não eram mais suficientes como chave explicativa dos fatos sociais. Faltava um elemento central – “o elo perdido” – que, uma vez resgatado, poderia oferecer respostas às aporias da esquerda marxista. Nos dois casos (no soviético e no alemão), revelava-se profundo descompasso entre os fatores objetivos e subjetivos na medida em que, no caso russo, a revolução impunha-se a uma realidade histórica imatura (dentro da concepção marxista) e, no alemão, o movimento de transformação recuava diante de conjuntura socioeconômica favorável. Faltava a chave analítica explicativa sobre o porquê de os seres humanos suportarem a opressão e, no limite, optarem politicamente por soluções opostas a suas necessidades objetivas. “É para tentar abordar essa questão, isto é, o problema da ideologia, que a psicanálise é convocada para auxiliar na reflexão” (Marin, 2008, p. 229).

Dentro dessa lógica, a Teoria Crítica é, também, uma análise de mediações sociais e psíquicas, pois recupera não apenas o subjetivo que fora, em larga medida, coibido pela hegemonia da objetividade científica do marxismo, mas o instaura como elemento de análise vinculado ao inconsciente (Rouanet, 1983). Ou seja, a remissão ao arsenal psicanalítico se faz necessária na construção do processo de mediação que passa a oferecer a possibilidade de análises - em conjunto ao materialismo histórico - sobre as escolhas dos sujeitos. Sujeitos que, a despeito de sua inserção subalterna na estrutura social, foram capazes – e ainda o são – de se posicionar contra seus próprios interesses – o que nos parece ser um dos traços do fenômeno

social e político do Bolsonarismo. Por tudo isso, o fator subjetivo desempenha papel crucial na abordagem da Teoria Crítica dada a importância da mediação entre os fatos sociais e as elaborações ideológicas. A questão norteadora (e recorrente) dos estudos fundantes da “Escola de Frankfurt” aponta para o abismo entre os dados concretos da realidade social e as opções políticas dos trabalhadores e frações sociais excluídas em detrimento de seus próprios interesses: “Como é possível que a maioria oprimida aceite sua opressão pela minoria?” (Rouanet, 2001, p. 21).

Para responder a tais questões, é importante observar que a incorporação do freudismo não se restringiu, uma vez apropriado pela Teoria Crítica, a influenciar os conceitos, abordagem e metodologia da TC. Ao contrário, o freudismo “é uma interioridade constitutiva” (*Ibidem*, p. 11) dessa linha de pensamento e, como tal, contribuiu decisivamente para a TC pensar seu objeto (a emergência do autoritarismo nas formações sociais modernas), a si mesma e a psicanálise como momento da cultura (*Ibidem*, p. 11). Portanto, trata-se de uma relação de “imanência” (*Ibid.*), apesar do dispositivo freudiano funcionar de forma distinta entre os autores. Dentro desse entendimento, procurava-se determinar e revelar o modo como a ideologia tendia a modificar o sistema psíquico dos indivíduos que, dessa forma, internalizavam valores da moral dominante. Para tanto, Reich (1988[1933]), um dos expoentes da psicanálise que influenciará fortemente os estudos da Teoria Crítica, irá analisar os mecanismos de adesão à ordem vigente e a aceitação das injustiças. Sua crítica incidirá, sobretudo, sobre a incapacidade do marxismo em compreender o “fator subjetivo” (Reich, 1988 [1933], p. 28). Na Alemanha da década de 30, “a realidade mostrava que a crise econômica, em vez de provocar a esperada virada para a esquerda na ideologia das massas, conduzia a uma extrema virada para a direita na ideologia das camadas proletárias da população” (Reich, 1988 [1933], p. 30).

Dentro dessa lógica, a falência da explicação mecanicista apontava para a disjunção entre os fatores objetivos e a percepção subjetiva dos sujeitos. “Assim, o problema fundamental consiste em saber o que causa essa clivagem entre os dois fatores, o que impede a correspondência entre a situação econômica e a estrutura psíquica das massas populares” (*Ibidem*, p. 35). Se o marxismo era capaz de perceber o atraso das formas ideológicas em relação à dinâmica da infraestrutura, permanecia, porém, preso à concepção de que as constelações ideológicas seriam reflexo direto da base material de existência. Por isso, a necessidade premente de se entender a maneira como os processos econômicos incidem sobre a psique humana, expondo a dupla sujeição dos indivíduos: sujeitos às condições materiais de existência e ao sistema ideológico responsável pela alteração de sua estrutura psíquica. “Para a psicologia

social, a questão é colocada em termos opostos: o que se pretende explicar não é por que motivo o esfomeado rouba ou o explorado faz greve, mas por que motivo a maioria dos esfomeadas *não* rouba e a maioria dos explorados *não* faz greve” (*Ibid.*, p. 38).

Entre as várias pesquisas de fôlego desenvolvidas pelos estudiosos, a “Personalidade Autoritária” (Adorno; Brunswick; Levison; Sanford, 1950) marcou uma época, contribuindo para adensar os estudos sobre o fenômeno. Os autores elaboraram conjunto de variáveis cujo objetivo consistia em compor a “escala F”, destinada a mapear as tendências agressivas entre os respondentes da pesquisa e apreender as predisposições autoritárias entre os americanos. Grosso modo, a partir da coleta de dados empíricos (pesquisas quantitativas, análises clínicas, entrevistas etc.) buscou-se cartografar as disposições fascistas inscritas na dimensão profunda da personalidade, isto é, no inconsciente do grupo estudado. As tendências foram concebidas como elementos constitutivos da “síndrome”, estrutura de personalidade com relativa permanência que tende a tornar o indivíduo suscetível a percepções e ações antidemocráticas (Adorno *et al.*, 1950). Dito de outra forma, buscou-se apreender as disposições gerais a glorificar e se submeter acriticamente diante de figuras de autoridade pertencentes ao grupo social do indivíduo, apresentando, em contrapartida, agressividade contra oponentes.

Apesar da riqueza e das contribuições da TC, para os estudos acerca do autoritarismo (que apenas esboçamos acima), gostaríamos de observar que suas análises tendem, em diversos momentos, a prescindir das classes sociais como chave analítica explicativa desse fenômeno social. Reduzindo a função das estruturas sociais, em especial, a divisão de classes, e sua incidência sobre a visão de mundo dos agentes sociais, os estudiosos da “Escola de Frankfurt” privilegiaram e supervalorizaram a dimensão psíquica dos agentes em detrimento de seus posicionamentos na estrutura social. Com isso, em vários trabalhos centrais - como o da “Personalidade Autoritária” (1950) -, a influência das estruturas sociais é substituída pela análise psicanalítica, não apenas despolitizando o teor de seus estudos como também descartando uma das grandes conquistas das ciências sociais (a apreensão e o delineamento das classes sociais, sua função estruturante da ordem social e sua incidência ideológica sobre os agentes sociais). Dessa forma, nos deparamos com indivíduos cujos posicionamentos sociais são ignorados, método que nos impede de apreender a força dos conflitos de classes, das posições sociais e das trajetórias de vida dos agentes sobre suas tomadas de posição mais importantes - e suas predisposições. Os intrincados e complexos processos de introjeção das estruturas sociais na dimensão pré-reflexiva dos agentes, formando sua visão de mundo e seu sistema de atitudes e tendências são erradicados em favor da análise psicanalítica.

As relações entre as figuras centrais que estruturam o complexo de Édipo passam a responder por toda a construção do autoritarismo quando, dentro de nossa percepção, tais conceitos, os psicanalíticos, são capazes de explicar parte fundamental dos fenômenos - mas, jamais, sua totalidade. A partir dessa lógica, se a psicanálise é, legitimamente, chamada para sanar parte das aporias do marxismo ortodoxo; do ponto de vista da pragmática analítica, os autores fizeram dela a chave interpretativa central em detrimento do materialismo histórico. Em síntese, ao invés de encontrarem o ponto teórico de convergência entre as matrizes marxista e psicanalítica, operaram a substituição quase que total da primeira pela segunda, com sérios efeitos sobre seus próprios pressupostos teóricos (especialmente, o uso efetivo do arsenal das duas matrizes).

Complexo, o autoritarismo não pode ser compreendido, acreditamos, a partir da erradicação da dimensão objetiva da vida social em favor do superdimensionamento do aspecto subjetivo. Com isso, não queremos defender que não haja momentos de articulação brilhantes, diga-se de passagem, entre as duas matrizes, como no caso dos processos de investimento psíquico das figuras de autoridade ou de projeção paranoica sobre grupos sociais, gerando dinâmicas persecutórias, pois a vítima passa a ser - dentro da lógica desses mecanismos - empoderada e, ao mesmo tempo, concebida como inimigo potencial. A TC, entre outros avanços, - e é fundamental apontá-los - conseguiu historicizar fenômenos psíquicos, abrindo um rico caminho para pesquisas futuras com o objetivo de realizar a articulação teórica necessária para a apreensão do autoritarismo na sua dimensão objetiva e subjetiva. Mas, quanto a seu cerne teórico, as frações de classe e a dialética complexa entre tais frações e sua possível influência na construção das tomadas de posição autoritárias (ou progressistas) não estão presentes - ou, o que acontece muitas vezes, sua força analítica não é suficientemente explorada. Há um longo (e rico) caminho a ser trilhado nessa direção.

Além desse aspecto, a redução dos fenômenos sociais à sua dimensão psicanalítica, é preciso enfatizar que nosso instrumento de pesquisa pecou pelo lado oposto, isto é, o questionário não foi montado de forma a conseguir captar a dimensão psíquica dos agentes sociais entrevistados. Ao contrário, as questões primaram pela captação da visão política, social, cultural e moral dos agentes, se restringindo a abarcar os diferentes padrões de visão de mundo - o autoritário, o conservador e o progressista. Dessa forma, o questionário se converteu em instrumento de captação de percepções atinentes a uma sociologia política.

Se, no primeiro bloco, ele procura captar os aspectos socioeconômicos dos entrevistados; no segundo, se estrutura a partir de questões direcionadas à percepção político-

cultural. Seria possível tentar certas inferências sobre a dimensão psíquica dos agentes, mas ela não teria a base objetiva do questionário. As características do instrumento de pesquisa, portanto, nos levam à sociologia política e não a uma articulação entre sociologia política e psicanálise. Diante disso, optamos por uma pesquisa com ênfase na percepção política de nosso universo de estudo, estabelecendo as relações entre ela e os posicionamentos de classe dos alunos, na busca da genética social (dada pelas condições materiais de existência atravessadas pelas mediações sociais e simbólicas) do fenômeno autoritário.

3.6 EQUÍVOCOS DAS ANÁLISES SOBRE O AUTORITARISMO

Tendo em vista o que foi exposto até agora, foucaultianos, antropólogos pós-modernos e institucionalistas, a despeito das diferenças de abordagem, não conseguem apreender o fenômeno autoritário no que nos parece ser seu elemento central, isto é, na sua genética social – diagnóstico que também se aplica, apesar de seus avanços inestimáveis, à TC. Todas as vertentes se equivocam ao erradicar e/ou enfraquecer o papel central desempenhado pelas classes sociais e os conflitos entre seus diferentes segmentos na constituição das visões de mundo dos agentes sociais. Em outras palavras, não levam em consideração os posicionamentos dos agentes na estrutura social e, como tais posições, determinantes de suas estratégias no campo, são essenciais para a análise da construção de suas visões de mundo e de suas tomadas de posição que, é importante frisar, não se restringem apenas à dimensão consciente e, em contrapartida, não podem se reduzir somente ao inconsciente. Ademais, incorporar a dialética entre a posição dos agentes na ordem social e sua visão política sobre o mundo implica observar que a construção dessa percepção sobre a realidade social também acontece em nível pré-reflexivo, na medida em que responde pelo complexo processo de incorporação de estruturas sociais; entre elas, a posição específica do agente na sociedade, ditada pela composição de seus capitais e por sua estrutura.

Devemos acrescentar, naturalmente, que outros fatores são fundamentais para a apreensão da visão sobre o mundo social, a saber identidade, gênero, raça etc.; no entanto, defendemos que anular os jogos de classes e entre frações de classes pode mutilar o teor analítico central das discussões acerca do fenômeno em tela. Mais do que isso: erradicar a análise de classes implica abdicar de instrumentos de pensamento essenciais ao desvendamento das estruturas sociais que são, em larga medida - mas não apenas elas -

responsáveis pela construção do autoritarismo. Além do mais, é fundamental ainda levar em consideração o papel central desempenhado pelas mediações sociais na constituição dos *habitus* dos agentes. Portanto, além da posição crucial que os agentes ocupam na estrutura, a operação das mediações exerce fundamental importância – quer seja na forma de discursos, de organização etc. – na configuração de suas visões de mundo e, portanto, deve ser objeto de escrutínio.

No entanto, a antropologia pós-moderna se contenta com o jogo estéril das identidades desconectadas das estruturas sociais, essencializadas, reduplicando no discurso pseudocientífico o senso comum do “nativo”, sem colocá-lo em questão, aceitando o jogo de identidade perfeita entre essência e aparência do real. Além, é claro, dos casos em que não consegue sequer elaborar padrões de sociabilidade, contentando-se com a superfície etnográfica dos fenômenos, sem perceber que sua análise ratifica as mutilações do senso comum. Os foucaultianos, capazes de perceber a dimensão autoritária do fenômeno que se apresenta como uma nova “razão”; portanto, como mecanismo de subjetivação, somente a percebem a partir de categorias que já são, elas mesmas, desdobramentos da forma-mercadoria e, com isso, se tornam inconscientes quanto à relação intrínseca entre as categorias centrais do capital e suas incidências na subjetividade dos indivíduos. Seus instrumentos de pensamento já são, eles mesmos, reificados e, por isso, tendem a redobrar conceitualmente a realidade – acabam prisioneiros das prisões que criaram para si mesmos. Podemos observar o equívoco dessa matriz de estudos, ao observarmos, como fez Carlotto (2014), que os dispositivos de saber-poder se encarnam em conjunto de discursos e práticas sociais que, todavia, são praticados por agentes que ocupam posições sociais específicas na estrutura social. Posições essas que contribuem, decisivamente, não apenas para o sistema de percepção desses mesmos agentes, mas para suas estratégias no campo e suas tomadas de posição efetivas. Sem resgatar o papel central dos agentes, o poder dos dispositivos discursivos não apenas é naturalizado, como, sobretudo, se desliga da estrutura social que reproduz a natureza e a dinâmica, estruturante e estruturada, da sociedade do capital.

Já os institucionalistas tendem a reduzir toda a complexidade do fenômeno ao Estado, à burocracia estatal, aos partidos e, especialmente, ao “Estado democrático de direito”, impedindo a análise do enfrentamento das raízes sociológicas mais profundas - a genética social do autoritarismo, sua dinâmica histórica e suas transformações no tempo e no espaço. No caso estudado acima, ficam, sobretudo, reféns da força da verborragia dos colonistas de direita (da dimensão fenomênica do próprio objeto). Assim, aceitando o autoritarismo do objeto de estudo

como algo dado, se eximem da difícil e exaustiva tarefa de compreender a genética social que engendrou, articulando os mais diferentes fatores, aquilo que chamam, de forma monolítica, linear e simplista, de autoritarismo⁴⁴.

Uma das questões fundamentais acerca dos limites dessas três diferentes abordagens sobre o autoritarismo é que elas se mostram inconscientes (e inconsistentes) quanto à questão de que um mesmo “fato social” - o fenômeno autoritário - pode ser (e quase sempre o é) resultado altamente complexo de diferentes processos sociais que, entre outros fatores, propiciam a conjunção, ou melhor, a articulação de percepções até então consideradas inconciliáveis. Empiricamente, é possível - de fato - encontrar a junção entre alto capital econômico, atravessado por visão fortemente liberal, que, uma vez questionada, se revela significativamente autoritária, e progressismo moral e cultural? Por outro lado, não haveria uma forma de autoritarismo que seria a resultante complexa de posições morais reacionárias e defesa do estatismo⁴⁵? Enfim, o objeto de estudo denominado autoritarismo, quando enfrentado empiricamente, não se revela como a culminância de dinâmicas e processos sociais diferenciados? Daí, insistimos, a importância de articular, por meio da genética social, as visões de mundo e as posições e trajetórias dos agentes para, novamente, relacioná-las ao fenômeno em questão. Acrescentamos o papel desempenhado pelos mecanismos de mediação tanto sociais quanto simbólicos que nos permitem sair da visão economicista de uma suposta influência direta da economia sobre os agentes, substituindo-a, em contraposição, pela analítica do conjunto de mecanismos sociais que, cotidianamente, operam na configuração do habitus dos agentes sociais.

Dentro dessa lógica que procura resgatar a dinâmica dos agentes, acreditamos que o autoritarismo não pode ser considerado monolito conceitual; ao contrário, ele é a resultante complexa da formação de “nebulosas” (no sentido de Pierucci⁴⁶, 1987), isto é, de visões de mundo que, dependendo da conjuntura histórica - como as eleições de 2018 e as de 2022 -, podem se articular, afastar-se, sintetizar e, mesmo, se opor. Esquecer a origem social dos fenômenos políticos é tornar-se inconsciente à especificidade sociológica das dinâmicas sociais

⁴⁴ Defendemos, como se verá mais tarde, a existência de diferentes modelos de autoritarismo que articulam diferentes dimensões do fenômeno, resultantes de diferentes processos sociais (ver capítulo 6).

⁴⁵ Essa segunda questão, sabemos, foi brilhantemente respondida pela tradição sociológica brasileira (Pierucci, 1989).

⁴⁶ Desenvolveremos esse ponto mais detalhadamente ainda neste capítulo.

e, nesse caso, todas as três abordagens são exemplos dessa inconsciência e “esquecimento” teórico-metodológico. Mesmo a Teoria Crítica, admirável em vários aspectos, especialmente no que tange à introdução da subjetividade do sujeito e das mediações (sociais, psíquicas e simbólicas), não foi capaz de articular plenamente – em nosso ponto de vista - materialismo histórico e freudismo. Ao contrário, como tentamos demonstrar, sinteticamente, tende a dissolver as categorias sociológicas em favor das psicanalíticas.

Como o(a) leitor(a) pôde ver, discutimos, até o presente momento, nosso ponto de vista teórico, em consonância com as pesquisas de Bourdieu (1987, 1992, 1999, 2000, 2004, 2007, 2019), e quatro importantes abordagens acerca do autoritarismo. Nas páginas seguintes, iremos refletir sobre como o fenômeno foi estudado no Brasil a partir de duas matrizes clássicas de análise, marxista e weberiana-bourdiesiana (Fernandes, 1979; Peirucci, 1987, 1989, 1990; Alves, 1990). Depois, abordaremos estudos recentes, acolhendo, criticamente, algumas das contribuições fornecidas por trabalhos de maior fôlego que têm em comum o fato de apresentarem resultados mais significativos.

3.7 O FENÔMENO DO AUTORITARISMO VISTO POR DOIS OLHARES

Partimos da premissa (Fernandes, 1979) de que a sociedade capitalista é determinada em todos os seus níveis, desde o micro até o macro, por relações autoritárias, inerentes às instituições burguesas, sobretudo em suas estruturas, processos sociais e constelações ideológicas, o que afeta e conforma suas redes de sociabilidade e a subjetividade dos agentes sociais inscritos em sua estrutura socioeconômica. Sob o discurso da democracia liberal, o despotismo burguês se instaura no âmago das estruturas mais profundas da sociedade capitalista. As implicações estruturais e dinâmicas da ordem social fundada na expropriação e geradora de desigualdade econômica, social e política se propagam por todas as dimensões, operando para manter a estrutura de produção e reprodução do sistema burguês. Ou seja, a sociedade fraturada em classes “é irrigada por relações autoritárias, em todos os seus níveis de organização, funcionamento e transformação” (Fernandes, 1979, p. 12). Dentro dessa lógica, o autoritarismo não é uma excrescência exógena à democracia liberal burguesa; ao contrário, é constitutivo de sua ordem.

O desenvolvimento do capitalismo se torna responsável, do ponto de vista genético-social, pelos extremos de concentração de poder tanto política quanto econômica. Como

desdobramento desse processo, a defesa do modelo democrático burguês, baseado em forte desigualdade econômica, social e cultural, responsável pelo monopólio do poder nas classes dominantes, apresenta liberdade e igualdade apenas formais. Diga-se de passagem, esse modelo argumentativo, que dilui a substância mesma dos processos históricos, substituindo-a por tipos formais, é uma das estratégias mais perversas e caracterizadora da visão institucionalista, especialista na impostura de reduzir à forma os processos sociais de expropriação da mão de obra e do controle social, procedendo, em síntese, à mutilação da substância histórica dos processos sociais. “A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do sistema democrático capitalista” (*Ibidem*, p. 7, itálico do autor).

Interessante observar que tanto em Kurz (2020) quanto em Fernandes (1979), a crítica se volta contra as imposturas e os limites da democracia formal, gerada pela forma moderna que o capital assume na contemporaneidade, calcificada na democracia plebiscitária como apogeu do progresso, que se torna o modelo da história política. Fernandes, rompendo com essa lógica, observa com acuidade um elemento que nos parece crucial para o entendimento do autoritarismo à brasileira – ele é introjetado em todas as esferas, instituições e subjetividades burguesas (o que, nesse ponto, o aproxima sobremaneira de Kurz). O ponto chave reside na imanência da forma mercadoria no cerne do próprio sistema: o autoritarismo é inerente, no sentido de intrínseco, imanente aos processos sociais que engendram esse tipo de sociabilidade. Dentro dessa lógica, ele é o elemento histórico absorvido na/pela sociedade capitalista, constituindo parte de sua substância. Torna-se seu pressuposto de existência e, simultaneamente, passa a ser constantemente produzido por sua estrutura, sociabilidade e mediações sociossimbólicas. Nessa perspectiva, ele é necessário para a preservação, transformação e expansão do sistema e, observando-o na sua “positividade” inumana, é, ao mesmo tempo, parte de sua própria constituição, posto que inerente à violência estrutural determinante da apropriação da propriedade privada e sua manutenção pela constituição da forma jurídica do capital. Imanência do autoritarismo nas formas assumidas pelo capital; legitimidade do sistema capitalista pela dupla via da democracia plebiscitária e da forma jurídica assumida pelo capital.

Assim, a manutenção das estruturas de exploração da força de trabalho e de sua reprodução permanente implica que o autoritarismo não somente se instaure como elemento estrutural característico da conformação e reprodução da ordem burguesa. Ela, a ordem

burguesa, apresenta, sobretudo, dinâmica própria em função do contexto histórico, enfatizando ora um de seus aspectos – a estrutura – ora outro – a história, modos diferenciados de domínio cuja dinâmica se ajusta aos constrangimentos da conjuntura. Na medida em que estrutura e história estão correlacionadas, em situações de crise,

a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade. Quando as forças antiburguesas ganham saliência, a história prevalece e o elemento democrático se expande, amparado nos interesses e situação de classe da maioria” (Fernandes, 1979, p. 14).

O autoritarismo, dentro dessa lógica, não pode ser afastado das estratégias de reprodução conservadora da ordem burguesa, lançando mão, de acordo com a conjuntura histórica, de estratégias de maior e menor liberdade burguesa.

Passado o período revolucionário, o despotismo burguês perde seu elemento transformador, tornando-se conservador e, diante da iminência de qualquer ruptura social, reacionário. Por isso a remissão ao uso da violência inerente a suas instituições e às redes de sociabilidade constitutivas da subjetividade de seus sujeitos. Se, por um lado, os meios de comunicação de massa oligopolizados operam o processo de naturalização das percepções intrínsecas à dinâmica e expansão sistêmica da ordem do capital; por outro, “setores intermediários e uma ampla parte da classe baixa estão profundamente penetrados por uma situação de interesses de classes e de valores sociais que os identificam às classes privilegiadas” (*Ibid.*, p. 27). Tudo o que questiona a ordem tende a se deparar com os constrangimentos estruturais vinculados ao caráter autoritário, elemento intrínseco e estruturante à sociedade burguesa.

Nunca é demasiado salientarmos que a configuração ideológica e política da sociedade brasileira tem raízes em seu passado colonial, estruturado na articulação entre grande propriedade latifundiária e mão de obra escrava, ou seja, amparada na economia agroexportadora, direcionada ao mercado internacional ao qual se vincula de forma dependente. Tanto a independência quanto a abolição do trabalho escravo não foram suficientes para a introdução da racionalidade burguesa, demarcada pela economia competitiva e trabalho assalariado. “Antes promoveram a acomodação de formas econômicas opostas, gerando uma sociedade híbrida e uma formação social, o ‘capitalismo dependente’, marcada pela coexistência e interconexão do arcaico e do moderno (Musse, 2014, n.p.).

Dentro dessa lógica (Fernandes, 2006), a “revolução burguesa”, a despeito de introduzir transformações capitalistas, não foi suficiente para engendrar sociedade substantivamente democrática, pois “estava mais comprometida com a defesa da propriedade, da escravidão e de outros componentes tradicionais do *status quo ante*” (Fernandes, 2006, p.65, grifos do autor) do que com os “requisitos ideias de integração da sociedade nacional” (*ibidem*, p. 65). Por isso, o liberalismo formal conviveu tanto com a escravidão quanto com seu legado estrutural, determinando a construção de ordem social baseada na hierarquia, exclusão de grandes frações sociais dos benefícios do processo de modernização, dinâmica essa atravessada pelas relações de mando e obediência.

O par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só seria contradição real se se atribuísse ao segundo termo, *liberalismo*, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia (Bosi, 1992, p. 195).

No Brasil, o comércio livre não irá significar a edificação do trabalho livre, ou seja, não irá surtir efeitos “na composição do trabalho”, a despeito da prática mercantil pós-colonial operar sob o signo do liberalismo (*Ibidem*, p. 198). Portanto, a estrutura social resultante se baseia na articulação “liberalismo mais escravismo” (*Ibidem*, 197-198), pois o sentido de liberdade que se implanta na ordem – calcada no latifúndio e na escravidão – exige, estruturalmente, a total sujeição do trabalho escravo no interior da ordem. Sendo assim, o liberalismo brasileiro que se instaura opera complexas filtragens ideológicas e as compatibiliza com a “liberdade intra-oligárquica” (*Ibidem*, p. 217), escamoteando os requerimentos abstratos e igualitários do liberalismo capitalista europeu. Para efeitos do presente trabalho, nossa hipótese sobre o autoritarismo – elemento intrínseco das sociedades capitalistas – é que ele se articula às raízes coloniais da sociedade brasileira, se caracterizando, sobretudo, pelo punitivismo, que se expressa na defesa da hipertrofia da dimensão securitária do Estado e pela defesa (explícita ou submetida a racionalização) da quebra das instituições democráticas. Muitas vezes, vem acompanhado por intenso grau de conservadorismo moral, encarnado na defesa da tradição, do modelo de família hegemônico e controle sobre corpos e reprodução.

Pelo exposto acima, defendemos o ponto de vista de que pensar o autoritarismo⁴⁷ implica, entre outros elementos, percebê-lo como imanente ao capitalismo, ou seja, intrínseco à natureza, dinâmica, instituições e redes de sociabilidades dessa ordem socioeconômica (Fernandes, 1979, 2006) à qual se vincula, enquanto formação histórica, o latifúndio, a economia agroexportadora e a mão de obra escrava (Bosi, 1992). Fatores cujos legados, historicamente mantidos, contribuíram para constituir modelo de sociedade atravessado por hierarquias, assimetrias e, especialmente, baseado na divisão entre diferentes classes sociais. Como resultado dessa configuração, tal modelo se tornou, sob diversos aspectos, infenso à absorção de preceitos liberais (como o da igualdade) de maneira que o discurso da modernização operou ideologicamente para recobrir ordem social incapaz de superar os limites estruturais de sua inserção dependente no mercado externo, a concentração fundiária e o legado bárbaro da escravidão (Fernandes, 1979, 2006; Bosi, 1992). Dentro dessa configuração, o autoritarismo se revela como a estratégia mais violenta de contenção e, no limite, de erradicação de qualquer tentativa de modificação da ordem estabelecida ou de qualquer percepção (fundada ou infundada) sobre essa mesma ordem.

Qualquer ação ou movimento que seja, porventura, percebido como capaz de modificação dos privilégios oriundos na/pela divisão de classes e/ou entre frações de classe tende a ser violentamente coibido. Por todos esses elementos, defendemos que o autoritarismo não pode ser explicado sem a remissão ao passado histórico e aos conflitos intrínsecos à estruturação classista/racista de nossa sociedade e, naturalmente, às lutas por bens materiais e/ou simbólicos e/ou sociais, vinculados ao *status*. Nessa perspectiva, o autoritarismo deve ser concebido, defendemos, como uma estratégia limite, violenta, de manutenção dos processos de reprodução conservadora da ordem social.

Do ponto de vista estrutural, pertencer a uma classe significa não apenas se posicionar economicamente em um universo, mas desfrutar de todas as regalias, benesses e privilégios vinculados a esse ponto estratégico ou, ao contrário, partilhar de todas as agruras, malefícios e usurpações impostos àqueles inseridos na base dessa hierarquia. Trata-se, ao fim e ao cabo, de um modo de vida que, especialmente para a classe média brasileira, significou o monopólio efetivo do acesso a bens públicos, histórica e pragmaticamente privatizados, como a educação superior pública. Como não poderia deixar de ser, o conjunto de privilégios engloba,

⁴⁷ Pretendemos lapidar o conceito ao logo do desenvolvimento de nossa tese, ou melhor, o conceito irá se definindo simultaneamente à análise do objeto.

negativamente, o uso abusivo das profissões cujos afazeres nada mais são do que modernizações das funções do trabalho escravo, como é o caso das empregadas domésticas.

Ora, como vimos à sobeja no segundo capítulo, o Lulismo, apesar de ter gerado profundos ganhos no topo da pirâmide econômica, foi responsável pela frágil retirada dos estratos mais baixos da população dos níveis mais desesperados de miséria. Conquistas elementares, como a carteira de trabalho, e a promulgação de leis de proteção ao trabalho doméstico, por exemplo, diminuiram (um pouco) a fragilidade dessas categorias; por outro lado, os filhos dos estratos mais pobres chegaram ao ensino superior privado, a despeito de sua qualidade questionável. Alguns, pelas mãos das cotas, abriram as portas das universidades públicas. A despeito da distância social entre as classes ter praticamente se mantido, o que demonstra que, de fato, as políticas de inclusão social do Lulismo não foram, sequer de longe, capazes de impor modificações estruturais no sistema; a despeito disso, o clamor gerado na classe média, em particular, e na mídia corporativa, demonstram que tais políticas foram percebidas como usurpadoras de “direitos”, na gramática comum do senso comum. Uma vez mais, não se trata de objetividade e sim de percepção: o modo como determinada classe e/ou fração se percebe na estrutura social e, por outro lado, percebe as demais classes e/ou frações (Cavalcante, 2015).

Esse fato, estruturado a partir das percepções de mundo da classe média, em especial, demonstra a importância de pensarmos as tomadas de posição política a partir dos pertencimentos de classe. O que está em jogo, portanto, é o modo como ocupar uma posição no espaço social passa a ser um dos fatores determinantes na construção do *habitus* dos agentes sociais que, calejados na trama cotidiana de suas benesses e privilégios – pensando na classe média ainda – são capazes de construir sistemas perceptivos – ideológicos ao fim e ao cabo – suficientemente fortes para acreditarem – porque se trata de uma crença – que seu mundo estaria sendo destruído pela corrupção do PT e pela perda de seus “direitos” (Cavalcante, 2015). Pertencer a uma classe é, com fervor, crer nas suas crenças mais profundas e aceitar, com sinceridade e afeto, - e também violentamente - que seu modo de vida é, moralmente, legítimo e justo (nesse ponto crucial, a meritocracia opera com toda sua força).

Por tudo isso, defendemos que a percepção da menor das perdas (de privilégios) – como a perda do monopólio das vagas nas universidades públicas – teria sido capaz de gerar um conjunto à princípio difuso e confuso, mas coerente e eficiente de estratégias de erradicação do “perigo” e, em consequência, de volta aos modos de reprodução conservadora da ordem social. O que significa nada mais nada menos o resgate dos supostos direitos perdidos e, idealmente,

o retorno à invisibilidade (quase que absoluta) dos estratos mais baixos da população. Uma das lições que a sociologia nos ensina já há algum tempo é que, no estudo da genética social, a realidade objetiva e o sistema perceptivo das classes e/ou frações de classes não são especulares. Os perceptos pervertem os fatos. O autoritarismo teria como um de seus traços o fato de ser a estratégia limite de recuperação desses privilégios perdidos, e que se reproduz em diversos campos semânticos (como veremos no capítulo 6).

3.8 MATRIZES MODERNAS DE ESTUDOS SOBRE O AUTORITARISMO NO BRASIL

Agora que esboçamos a noção de autoritarismo e sua articulação inextricável com jogos de classe e/ou fração de classes e com o legado colonial brasileiro, discutiremos os resultados e abordagens de algumas das pesquisas que refletiram sobre as percepções autoritárias, especialmente, dentro da tradição sociológica brasileira mais recente. Como o(a) leitor(a) irá observar, procuraremos refinar, ao mesmo tempo, o conceito de autoritarismo, em especial, tendo como parâmetro a figura precursora da pesquisa empírica acerca desse fenômeno no Brasil (Pierucci, 1987, 1989, 1990) que irá nos permitir delinear-lo a partir de sua multidimensionalidade. Em seguida, faremos uma aproximação crítica em relação a(os) pensadores(as) desse fato social que se preocuparam em entendê-lo, dentro da conjuntura de emergência da extrema-direita ao poder no Brasil. Nosso intuito consiste em separar os ganhos obtidos ao longo das últimas décadas e, sobretudo, tentar contribuir para a continuidade da pesquisa empírica, enfatizando o autoritarismo por meio de sua genética social, ou seja, especialmente a partir do posicionamento dos agentes sociais nas estruturas da ordem social, considerando seus diversos tipos de capital e a constituição específica do *habitus* dos grupos que estão sob nosso escrutínio.

Durante o final da década de 80, Pierucci (1989) estudou as bases sociais do voto de direita - os eleitores de Jânio Quadros e Paulo Maluf. Entre os resultados oriundos das várias análises obtidas pelo trabalho de campo, entrevistas e reflexões, o sociólogo percebeu que o voto no espectro ideológico conservador apresentava correlação negativa com a escolaridade – fator crucial, no nosso entendimento – ou seja, quanto menor a formação escolar, maior o percentual de votos nos dois candidatos. Outros tipos de correlação também foram averiguados, como a geracional, quanto mais velhos os eleitores, maior sua tendência a guinar à direita. Ademais, e aqui temos outro elemento caracterizador, não participavam, esses eleitores, da

População Economicamente Ativa (PEA), sendo constituídos por aposentados e/ou donas-de-casa. Com renda média alta para seus baixos padrões culturais (portanto, capital econômico relativamente maior ao escolar), residiam em bairros intermediários (entre a periferia e o centro), considerados “periféricos” tanto do ponto de vista da produção quanto do consumo de bens culturais mais sofisticados.

Essa profunda ambivalência, estruturada por renda média relativamente alta, escolaridade baixa e residência na “periferia” cultural, contribuiu para enquadrar as experiências de mundo dessa fração, eivada por profundo ressentimento em relação aos do “centro”, por meio de categorias moralizantes, posto que incapazes de pensar a própria experiência social através de categorias de percepção propriamente políticas. Ao contrário, tais categorias, nesse grupo, “se contaminam de rigorismo moral, conservadorismo comportamental e autoritarismo doméstico” (Pierucci, 1989, n.p). O resultado dessa conjunção de fatores sociais é que o grupo se tornava propenso “a não pensar politicamente a política” (*Ibidem*, n.p), definindo seu sistema de percepção e apreciação a partir dos esquemas da moral privada. O diagnóstico do mundo social, elaborado pelos entrevistados, consistia em que a crise experienciada na década de 80 teria se originado da perda de valores morais e comportamentais, além da forte imigração de nordestinos, encarnação estigmatizada da alteridade responsável pelo caos social.

Por outro lado, a percepção liberal, grosso modo, a defesa da primazia do mercado e a reconfiguração do Estado dentro desse modelo, não se fazia presente à época. Ou seja, delineava-se uma direita moralista e despolitizada numa conjuntura política em que – ainda – o liberalismo econômico não conseguira cativar (e mobilizar) grandes frações sociais. A maioria dos entrevistados, ao contrário, defendia a intervenção do Estado, especialmente no âmbito sexual e familiar. O que nos importa é, sobretudo, enfatizar essa falta - a ausência do discurso liberal entre os entrevistados e, ao mesmo tempo, observar que, nas décadas seguintes, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e sua reeleição (1995-2002), percebemos o predomínio hegemônico do discurso liberal, amplificado pela cobertura dos grandes conglomerados midiáticos, especialmente as organizações Globo. Ou seja, o que não foi encontrado pelo sociólogo paulista, estaria presente na configuração político-midiática da década seguinte, o longo período de hegemonia liberal em terras tupiniquins (hegemonia que, com outras vestes, acreditamos, continua a se manter).

A emergência da direita enquanto fenômeno plural associada, de um lado, à consolidação da agenda econômica neoliberal e, de outro, a tomadas de posição políticas mais

radicais será, sociologicamente, apreendida por estudos posteriores, no final dos anos 90 (Alves, 2000). Esses estudos, que dão sequência às descobertas dos anos 80, apontam para uma nova configuração - de certa forma inusitada - do espectro político-ideológico de direita, que vem se desenhando (e consolidando) nas últimas décadas e que adquiriu mais organicidade a partir das eleições de Jair Bolsonaro (2018), permanecendo ainda forte no último pleito (2022). Não se trata mais apenas de uma direita “popular”, singularizada pela percepção dicotômica e moralizante do mundo social, como flagrado por Pierucci (1987, 1989), mas da emergência de um novo fenômeno, que se define pela capacidade, entre outros aspectos, como veremos, de se afastar da “cruzada moral” (Pierucci, 1989, n.p).

A nova fração de direita que, em contraposição à fração moralista, se especializa na defesa de teses neoliberais as quais, a partir dos anos 90, passam a aglutinar diversos segmentos politicamente conservadores, deslocando a questão da privatização das estatais, em particular, e do Estado, em geral, para o cerne do espaço público e tornando-a, portanto, questão central (e permanente) de debate. Debate esse enquadrado (hegemonicamente) dentro de percepções liberais, que contribuíram para determinar os limites da discussão política acerca da privatização e suas consequências para a sociedade. Disseminam-se temas da agenda liberal – em especial, a quebra do monopólio da União sobre o petróleo -, na esteira de políticas públicas que recebem o apoio de segmentos sociais economicamente mais abastados e escolarizados e que, grosso modo, se identificam com partidos de direita (Alves, 2000). Ou seja, o processo de privatização das estatais, levado a ferro e fogo por FHC, chega às “mentes e corações” de frações sociais estudadas (de posse de alto capital econômico e escolar).

A defesa do estatismo da década de 80, que se vinculava ao eleitor autoritário paulista (Pierucci, 1989), tende a recuar sensivelmente no espaço público e, dentro dessa dinâmica histórica, passa a ceder lugar ao discurso neoliberal.

Em geral, as classes mais altas (considerando a escolaridade e a renda financeira) foram mais favoráveis à maneira neoliberal de lidar com as questões econômicas, apesar de a maioria do público destes estratos se autolocalizarem ao centro na escala ideológica esquerda-direita; e os mais pobres e de menor escolaridade em geral defenderam os temas conservadores da moralidade privada e as soluções fortemente autoritárias (governos militares e partido único). (Alves, 2000, p. 221).

Como resultado, Alves (2000) aponta a existência de outra modalidade de direita “mais ideológica”, “mais politizada” e que se vincula à defesa de temas centrais da agenda neoliberal a qual, sem se assumir como direita, é fundamentalmente “anti-esquerda, em geral identificada às classes mais altas” (*Ibidem*, p. 221). Os ganhos analíticos dessa matriz sociológica, entre seus vários méritos, detectam outro elemento crucial na composição do fenômeno autoritário - seus movimentos históricos são complexos o suficiente para começar a delinear um fato social que se caracteriza por apresentar diferentes dimensões e, ao mesmo tempo, contribui para aproximações entre grupos e/ou visões de mundo que, dependendo da conjuntura histórica, estabelecem pactos, afastamentos e/ou rupturas. Tudo isso em função de suas próprias singularidades, o que fica evidente quando nos deparamos com dois “modelos” de autoritarismos no interior da mesma tradição de pesquisas: o primeiro de cunho mais popular e caracterizado, entre outros aspectos, por baixo capital escolar e médio capital econômico (Pierucci, 1989), de forte conservadorismo moral; o segundo se singularizando por alto capital escolar e alto capital econômico (Alves, 2000), com forte defesa do liberalismo dentro do espectro da economia-política. Já de antemão, observamos que o autoritarismo não foi, não é e, acreditamos, nunca será um fenômeno monolítico que pode, especialmente, ser enquadrado dentro de concepções simplistas e desistoricizantes, institucionalistas ou pós-modernas.

Por ora, o desenho que começa a se delinear sobre o autoritarismo é o de um fenômeno multidimensional. A metáfora mais rica talvez seja, de fato, a de “constelação” (Pierucci, 1987), ao salientar contornos diluídos e fronteiras ambíguas entremeadas por zonas obscuras. Sobretudo, porque são “universos multidimensionais nos quais as clivagens e as fronteiras não se demarcam apenas na sucessividade das posições no *continuum*” (Pierucci, 1987, p. 39). Não são as gradações da linha reta o que melhor define o caráter das direitas e/ou esquerda, como querem os liberais (Bobbio, 1995), especialistas nas mutilações da genética social dos fenômenos, mas o múltiplo da nebulosa.

Tudo indica que estamos, fundamentalmente, diante de uma pluralidade de direitas cujas diversas formações ideológicas - que entrelaçam diferentes percepções sobre costumes, reprodução, sexualidade, papel do Estado na economia, função do aparelho punitivo e o lugar da política na sociedade - apontam, muitas vezes, para diferentes momentos históricos com sobreposições de sentido (como a aproximação, ao que tudo indica, entre liberalismo econômico e conservadorismo moral nas eleições de 2018 e 2022). Mais do que isso: até que ponto o delineamento de uma direita liberal (Alves, 2000) não pode ser visto como o desdobramento da hegemonia de direita no poder? Fato que parece ter contribuído para a

construção de uma nova fração de direita, que passa a se alimentar do discurso liberal, introduzido pelo governo de FHC. Não seriam elas - a direita moralista que votou em Maluf e a direita liberal - diferentes modelos que se apropriam de diferentes matrizes de sentido político, historicamente determinadas? O que nos coloca uma questão maior e que não faz parte desse trabalho, mas o pressupõe: instituições e modelos de autoritarismo não deveriam ser estudados geneticamente, tanto social quanto historicamente? Acreditamos que sim. Por isso, a necessidade de deslindar tais fenômenos sociopolíticos a partir da apreensão de campos semânticos que se articulam ao redor de ideias chave, campos esses postos pela dinâmica histórica.

Pelo exposto, nos filiamos à tradição sociológica (Pierucci, 1987,1989, 1990, 2006; Alves, 2000) que, ao contrário do apresentado por institucionalistas, pós-modernos e foucaultianos, concebe a percepção de direita - especialmente, o que denomina de “*conservantismo*”⁴⁸ como uma “*proposta de sociabilidade*” (Pierucci, 1990, p. 10) que combina diversas práticas, discursos e ações que cobrem desde a defesa da distinção, das hierarquias sociais e da intolerância, abrangendo tanto a esfera pública quanto privada a partir de soluções e percepções moralizantes. Elas se conectam, afastam, intercambiam e, inclusive, se distanciam. O autoritarismo é mediado a partir de racionalizações e afetos ao redor de uma identidade auto referida e que se opõe a outra (Pierucci, 1990; Messenberg, 2017); por tudo isso, o “direitismo é um ‘fenômeno social total’” (Balibar; Wallerstein, 1988, p.28 *apud* Pierucci, 1990, p. 10). “A saber: mais que uma fórmula de governo, o pensamento, a mentalidade e a sensibilidade de direita articulam uma concepção global de sociedade a um modo de sociabilidade” (*Ibidem*). Embora possa se cristalizar em instituições; na sua complexidade, as ultrapassa, metamorfoseia e transcende; por isso, é mais que um fenômeno concentrado no Estado e em partidos e, sobretudo, mais profundo que o alarido dos colunistas de direita (que, naturalmente, o replicam e o expressam). Pode, naturalmente, neles ser localizado, apreendido e analisado, desde que seja delineada sua gênese social e histórica.

⁴⁸ O que observamos, na obra do professor Flávio Pierucci, é que várias vezes “autoritarismo” aparece sob o nome de “conservadorismo” e outras sob “direitismo”. Uma leitura mais ponderada, porém, nos possibilita compreender que o que está em foco é, justamente, a tentativa de conceituar o autoritarismo como fenômeno social de extrema-direita e que tem, entre outras propriedades, a singularidade de uma nebulosa, de se desdobrar em diversas e, muitas vezes, inusitadas dimensões que, ao sabor dos contextos e das lutas históricas, geram diferentes pactos e articulações. O fenômeno, portanto, não pode ser reduzido a um monolito institucional e ser, dentro dessa lógica, analisado apenas a partir do Estado desvinculado da sociedade.

Por isso, a metáfora da linha⁴⁹, do contínuo gradativo das ideologias, não nos basta, pois nega, especialmente, a multidimensionalidade dos fenômenos de direita que o melhor da tradição sociológica (Bourdieu, 1987, 1992, 1999, 2000, 2004, 2007, 20019; Pierucci, 1987, 1989, 1990, 2006; Alves, 2000) permite delinear. Ademais, tal imagem demonstra, negativamente, que a dimensão política – que quase sempre canaliza a maior parte da atenção, como a do alarido dos colunistas de direita – é apenas um aspecto, é certo que um dos aspectos centrais, entre outros também cruciais e que operam a constituição do fenômeno. Nessa perspectiva, o autoritarismo é complexo, pois consiste em um modo de vida, de se relacionar, de pensar o mundo e os outros, assim como de perceber a política, os jogos de futebol e os comportamentos, especialmente, os que se referem ao corpo e à reprodução – com o controle, subsequente, do corpo feminino e do papel da mulher. Por ser múltiplo, o autoritarismo é melhor desenhado e apreendido na sua difícil multidimensionalidade cuja dinâmica própria é condicionada pelas circunstâncias históricas.

Dentro da gama de trabalhos recentes, alguns perceberam, com acuidade, a emergência de um “contrapúblico ultraliberal” na internet e que, entre outras ações, se notabilizou pela presença maciça nas redes online a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff (Rocha, 2019). Uma fração social, segundo a autora, que se impõe pela defesa de pautas liberais lastradas na eficiência econômica e amparadas em conhecimentos técnico-científicos, compostos pela presença de jovens universitários e profissionais liberais de classe média e alta, ávidos para a discussão, aprendizado e propagação de ideais liberais. Ou seja, uma fração socioeconômica demarcada por alto capital econômico e escolar com pleno domínio de redes sociais e tecnologia em geral. “Além disso, os ultraliberais não se preocupam apenas com questões econômicas, mas também costumam defender ativamente pautas liberalizantes no plano dos costumes, como a liberalização do porte de armas, do aborto, união homoafetiva e legalização da maconha” (Rocha, 2019, p. 12-13). Prova disso é que, em grande medida, a dinâmica das lutas sociais dos últimos anos mobilizou ativamente as classes médias escolarizadas, como se percebe pela composição dos capitais escolares dos participantes de três manifestações⁵⁰ (Rident, 2018) que tomaram as ruas brasileiras nos últimos anos.

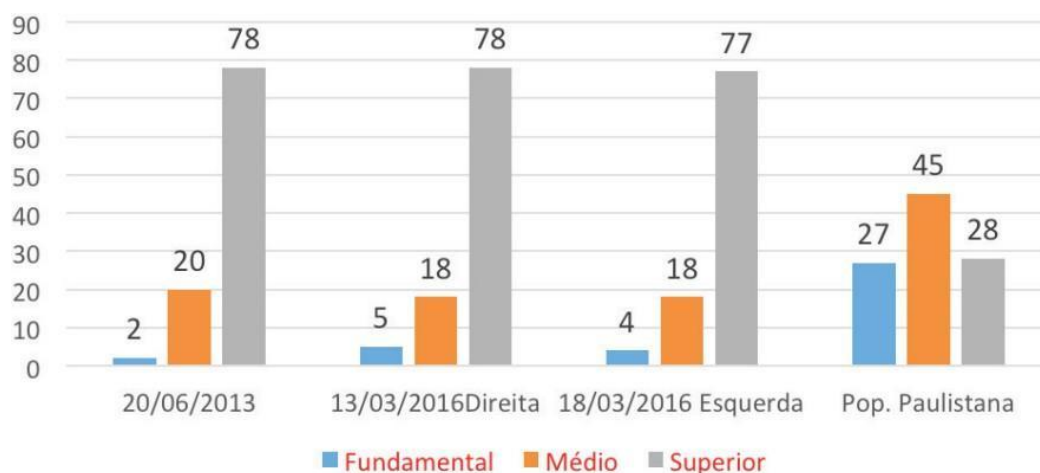
Se a primeira delas se notabilizou pelo protesto geral (contra tudo e todos); a segunda foi, marcadamente, de direita, ao passo que a última, de esquerda. Como se pode ver pelo

⁴⁹ Iremos discuti-la ainda nesse capítulo, quando abordarmos a díade direita/esquerda (Bobbio, 1995).

⁵⁰ São elas, em sequência: 20/06/2013, 13/03/2016 e 18/03/2016

gráfico abaixo, quase que 80% dos participantes das três manifestações tinham ensino superior, ao passo que a escolaridade média também apresentava percentuais significativos – 20%, 18% e 18%, respectivamente. Se foram os setores mais escolarizados que, independentemente do espectro político, tomaram as ruas, observa-se que, entre as duas manifestações (de direita e de esquerda), o capital escolar da direita é ainda superior ao da esquerda. De acordo com Ridenti (2018), a direita apresenta 78% de escolaridade de nível superior, 1% superior ao da esquerda (77%); por outro lado, se ambos os lados contam com a mesma taxa para ensino médio (18%), os níveis de ensino fundamental da direita são, mais uma vez, 1% superiores aos da esquerda (5% e 4%, respectivamente).

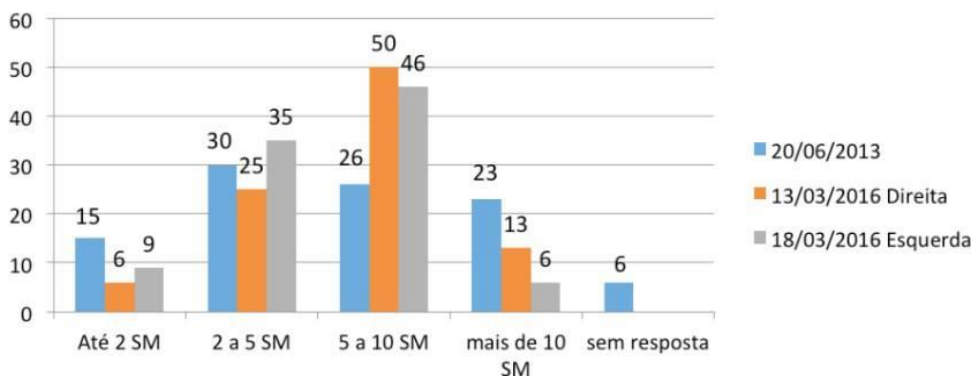
Gráfico 6 - Manifestação em São Paulo/Avenida Paulista - Manifestantes x capital cultural



Fonte: Ridenti (2018)/DATAFOLHA

O mesmo autor aponta que a composição econômica das duas manifestações também é significativa: os manifestantes de direita se singularizam pelos altos percentuais de renda (50% para 46%, em relação à esquerda para as faixas de 5 a 10 SM) e 13% para a direita contra 6% para a esquerda no estrato mais alto (acima de 10 SM). Os dados se invertem, porém, quando abordamos os estratos mais baixos: se a direita conta com 25% da faixa de 2 a 5 SM, a esquerda atinge 35%; no nível de até 2 SM, que representa a população mais necessitada dos manifestantes, a direita responde por apenas 6% ao passo que a esquerda vai para 9%. Os dados indicam correlação negativa entre renda e percepção política: quanto mais alto o capital econômico, menor o progressismo (e vice-versa).

Gráfico 7 - Manifestantes x renda



Fonte: RIDENTI (2018) / DATAFOLHA (2016/SP) / IBOPE (2013)

Na perspectiva apresentada, os estudos de Rocha (2019) contribuíram por perceber o delineamento de um novo modelo de autoritarismo cujas raízes remetem às descobertas das pesquisas iniciais do fenômeno⁵¹ (Alves, 2000). Assim, ela consegue mapear a construção de um modelo sociológico de autoritarismo que fora, parcialmente, desvendado sem, todavia, sê-lo, completamente, em virtude da rarefação de pesquisas na área no final da década de 1990. Ademais, Rocha (2019) ainda detectou a intrigante configuração desse padrão –, ou melhor, delineou a intensa defesa de posições liberais aliadas a percepções progressistas no campo da moral e do comportamento. No entanto, a autora, no nosso entendimento, reflete sobre sua própria descoberta a partir de categorias teóricas que, se melhor definidas e utilizadas, poderiam conferir maior força analítica a seus achados. Ela desenha alguns elementos centrais do *habitus* dessa fração social a partir de uma bela etnografia dos agentes sociais; colhe entrevistas, conhece pessoas, adquire a confiança de seus interlocutores. Porém, ficamos de mão vazias quando queremos compreender, em maior profundidade, o *habitus* dos agentes e seu posicionamento na estrutura social. Tais dados, apresentados de forma empírica, não recebem a análise teórica que permitiria à autora desvendamentos e descobertas ainda mais profícuos do que aqueles já realizados.

Fazendo excelente etnografia e contando com instigantes descobertas, a autora não leva, teoricamente, às últimas consequências as suas melhores conquistas - a apreensão dessa fração economicamente ultraliberal e progressista em valores morais. Por isso, nos apropriamos da rica continuidade que Rocha apresenta à pesquisa sociológica, pois não apenas corrobora

⁵¹ Notadamente, o trabalho seminal de Alves (2000).

descobertas anteriores (Alves, 2000), como demonstra uma nova sofisticação entre tais agentes, munidos de formação e discurso liberal e, ao mesmo tempo, de domínio criativo das novas tecnologias.

O mesmo podemos dizer sobre a interessante pesquisa de Ridenti (2018) que analisa grandes manifestações a tomar o país, especialmente as de 2013 e 2016, percebendo – e esse é um de seus ganhos – o fato significativo de que a direita não apenas “sai do armário”, mas passa a lançar mão de estratégias de ocupação do espaço público e definição, seguida de imposição, de suas próprias pautas. Ele tem a acuidade de articular o capital escolar e econômico dos participantes com a força de seus posicionamentos e, mais do que isso, com a presença definitiva da direita nas ruas, o que demarca novas e intrigantes estratégias de conquista do espaço público por parte de um público de direita. Nessa perspectiva, ele destaca as novas modalidades de conflito político, determinadas por um reposicionamento da direita, agora ainda mais ativa e disposta a retomar o debate nas ruas, o que se conecta, diga-se de passagem, com o fato destacado, anteriormente, por Rocha (2019) - o domínio das novas tecnologias de comunicação. Ou seja, observando em perspectiva as duas contribuições, é possível perceber as estratégias da direita pela conquista da hegemonia no espaço público e nas redes sociais, lastradas em excelente formação intelectual e pertencimento a estratos sociais mais altos (Ridenti, 2018).

Outra contribuição dada ao tema (Tatagiba, 2018) demonstra que, a partir de 2014, as polarizações políticas se intensificam, gerando, de forma permanente, a associação entre antipetismo e luta contra a corrupção. Dentro desse processo, a chave de leitura para a realidade brasileira passa a se concentrar na corrupção sob a crença de que seu combate se converte em solução para todos os dilemas sociais. Se o antipetismo se dirige à Lula e Dilma, em particular, ele “visa desacreditar a esquerda como detentora de um projeto legítimo e moderno de nação” (Tatagiba, 2018, p. 107). Nessa perspectiva, a luta contra a esquerda assume o espaço antes destinado a outros tipos de inimigos, como o imigrante nordestino (Pierucci, 1989), o comunista (Patto, 2000), acionando mecanismos morais de defesa e ataque acerca do universo político. Ou seja, cada vez mais a esfera política passa a ser tematizada e enquadrada dentro de percepções moralizantes, transferindo para o espaço público temas e visões, via de regra, pertinentes à dimensão privada.

A autora analisa, ainda, capas e notícias de jornais e consegue acompanhar o complexo processo de semantização negativa da esquerda na mídia. Ademais, faz uma fina leitura dos temas cruciais das últimas grandes manifestações nacionais, acompanhando o processo de

estigmatização da esquerda (entre várias outras contribuições). No entanto, não é seu objetivo formular análise teórica de cunho sociológico sobre as relações entre os agentes sociais, os grupos a que pertencem, e seus posicionamentos na estrutura social. Sua análise se circunscreve às estratégias políticas que a direita passa a testar ao longo dos últimos anos, demonstrando seu fortalecimento, especialmente, no que tange à tomada das ruas.

Dentro dessa mesma linha, isto é, a da análise semântica da categoria corrupção e seus efeitos sobre o cenário político, se insere o trabalho de Kalil (2018). Um dos feitos dessa autora consiste no delineamento dos vários sentidos da categoria que passa a cobrir uma miríade de significados. O termo passa a abarcar, pelo menos, três sentidos: o de má gestão pública, vinculada ao Estado; o de perversão de condutas da ordem privada e moral (como a dimensão sexual, aborto, homossexualidade e o papel da família) e, por fim, a confusão entre direitos e privilégios. Nesse último caso, a corrupção se vincularia a pessoas que, segundo essa crença, estariam usufruindo inúmeros direitos sem cumprir dever algum, a exemplo dos beneficiários de políticas sociais e afirmativas (como os cotistas). No polo oposto, estaria o “cidadão do bem” que se caracterizaria, entre outros aspectos, pela produção (o trabalho), por não usufruir das chamadas benesses do Estado e, grosso modo, por cumprir seus deveres sem ter, por outro lado, acesso a privilégio algum. Como que operando enquanto o positivo do termo corrupção, o “cidadão do bem” (Kalil, 2018, p. 10) passou a acumular os sentidos do modelo de cidadania perfeito para a percepção conservadora, um “repositório” “de como sociedade e poder funcionam” (*Ibidem*). O que se percebe, segundo a autora⁵², é a combinação de um modelo de racionalidade liberal com outro modelo de racionalidade conservador, o que tende a produzir, qualquer que seja o ângulo de análise, sujeitos conservadores e/ou autoritários. Tal análise adensa a importância dos estudos sobre as estratégias da direita - da forma como ela conseguiu se apropriar de uma série de categorias, espaços e novos grupos sociais e os efeitos dessas apropriações na conjuntura política, social e econômica recentes.

Nossa discordância, por outro lado, consiste na elaboração dos 16 tipos sociais conservadores e/ou autoritários apresentados pela autora (Kalil, 2018). Os modelos conseguem demonstrar a riqueza de tipos que permeiam esse amplo universo que se estende da direita à extrema direita, permitindo a dedução de suas possíveis e complexas relações, a depender da conjuntura política. No entanto, muito mais do que perfis teóricos bem delineados, o que percebemos é a presença de “pré-tipos”, um conjunto de descrições que são não apenas pouco

⁵² Neste caso, ela está seguindo a argumentação de Wendy Brown (2006)

delineadas, mas que, praticamente, não apresentam articulações teóricas exaustivas entre si. O que sobra são esboços de uma nova pesquisa que, ela sim, poderia contribuir para desvendar em profundidade os traços sociológicos, antropológicos e políticos centrais desses tipos. Em virtude disso, nos deparamos com interessantes descrições empíricas que, todavia, carecem de maior esmero reflexivo na construção de cada um dos modelos.

O artigo, portanto, é rico pela apresentação dos tipos, mas, por carecer de teoria, perde a possibilidade de articular os vários aspectos que constituem cada um dos modelos. Suas características são descritas, mas não submetidas à análise relacional e, em consequência, seu sentido teórico permanece limitado. Ademais, o papel crucial acerca do papel desempenhado pelas classes sociais, apesar de esporadicamente apontado ao longo do texto, não adquire sua plenitude analítica. O mesmo pode ser dito sobre conceitos centrais como “raça”, “gênero” – que, ficando no nível descritivo, não alcançam as correlações e entrecruzamentos com pertencimento de classe. Em consequência, os tipos, descritos, permanecem como modelos pré-teóricos, isto é, modelos sem articulação interna entre seus vários caracteres que podem ser considerados ricas descrições etnográficas à espera de futuras análises estruturais.

Falando em termos de etnografia e trabalho de campo, Solano (2018) se destaca pela análise das manifestações e por apresentar resultados de pesquisas aplicadas que têm o mérito de fazer bons apontamentos sobre as visões de mundo dos entrevistados/as e/ou participantes dos movimentos de direita. Seus dados auxiliam a percepção de algumas dimensões desse complexo grupo social, conseguindo observar várias de suas facetas na política, na segurança pública e nos costumes. Mesmo sem lançar mão de categorias teóricas, seus achados empíricos apontam para a pluridimensionalidade do fenômeno autoritário. Como Kalil (2018), Solano (2018) percebe essa nova articulação entre a dimensão neoliberal e neoconservadora. “Quando falamos de novas direitas, com frequência, estamos nos referindo a duas matrizes diferenciadas: neoliberal e neoconservadora” (Solano, 2018, p. 7), ou seja, duas racionalidades diferentes que se aliam em uma nova dinâmica de poder (Brown, 2006). Nesse sentido, consegue, se não analisar, pelo menos, indicar essa nova relação entre duas esferas, normalmente, afastadas umas das outras.

Ela ainda observa, com razão, que a redução do papel do Estado não se faz apenas no que tange à abdicação de seus papéis tradicionais; o processo se alia ao crescente descrédito da política que, em contrapartida, permite sua substituição pela gestão técnica. “É a politização da antipolítica e o triunfo do ‘não sou político, sou gestor’” (Solano, 2018, p. 7), o que aponta para a importância do “outsider” que, ao se apresentar como figura anti-sistêmica, tende a catalisar

a atenção de certos grupos sociais. A despeito dessas contribuições, a autora, aliás como a grande maioria dos pesquisadores acima analisados (Rocha, 2019; Ridenti, 2018; Tatagiba, 2018, Kalil, 2018), não apresenta categorias teóricas que lhe permitam desvendar as raízes do fenômeno do autoritarismo que operam na base da construção de suas visões de mundo, predisposições e tomadas de posição, deixando a desejar na elaboração dos quadros analíticos mais refinados e profundos sobre o fenômeno.

Por outro lado, uma das melhores contribuições da tradição de estudos aqui discutidos (Messenberg, 2017) aponta para a configuração de diversos campos semânticos, responsáveis por dar forma à multidimensionalidade do autoritarismo. Dentro dessa perspectiva mais ampla e refinada, os campos semânticos se articulam a um conjunto de ideias-força que os estruturam e embasam. O ponto forte da argumentação da pesquisadora consiste, acreditamos, na ideia de que o fenômeno do autoritarismo deve ser perscrutado nos seus aspectos político, moral, neoliberal e punitivo e o modo como cada um desses campos tende a se articular com os outros a depender da conjuntura política. Nessa perspectiva, estudar o autoritarismo somente do ponto de vista político poderia contribuir para restringi-lo apenas à dimensão institucional, ao passo que pensá-lo moralmente poderia, em contrapartida, nos induzir a apreendê-lo, quase que sempre, na esfera privada ou comportamental.

Contudo, isso tudo está mudando, pois, uma das grandes conquistas dos evangélicos consiste, como veremos, no deslocamento para o espaço público de uma série de temas que, tradicionalmente, eram apenas discutidos na esfera privada. Ou seja, a matriz religiosa em questão teria, dentro dessa perspectiva (e estamos nos adiantando), a capacidade de transferir de uma esfera a outra temas que, até então, permaneciam sob a órbita da dimensão privada. Ora, esse “carreamento” não se faz impunemente, na medida em que os temas, mesmo reinscritos no âmbito público, passam a ser discutidos e analisados a partir de categorias morais, o que contribui para minar os fundamentos públicos do debate público, um dos cerne da democracia substantiva. Como resultado, o papel mediador da religião, ao que tudo indica, parece se adensar nesse processo. Logo, o argumento acerca dos campos de sentido – a cosmovisão weberiana, como veremos mais à frente – e das ideias-força contribui para o enfrentamento da complexidade do fenômeno ao defender a intrincada articulação entre seus aspectos – como Pierucci (1987, 1989 e 1990) já percebera - e, por isso, nos auxilia a pensar a genética e as configurações de cada um desses campos.

A despeito de seus avanços, porém, a autora não posiciona, sociologicamente, os agentes sociais estudados de maneira que não conseguimos estabelecer as conexões entre as

posições sociais ocupadas e as visões, predisposições e tomadas de posição desses agentes. De um lado, crescemos com a percepção da multidimensionalidade do fenômeno; por outro, ficamos desalentados ao percebermos a ausência de localização sociológica dos agentes constitutivos e constituintes do autoritarismo. Nessa perspectiva, temos, de fato, um grande débito com a pensadora, pois iremos fazer, ao longo dessa pesquisa, especialmente, no último capítulo, extensa remissão aos diversos campos semânticos e às ideias força. Eles nos ajudam a estruturar o fenômeno, a percebê-lo, com menor opacidade, nas suas conjunções, a determinar certos afastamentos e a apreender, na dinâmica visceral dos movimentos sociais, suas junções condicionadas por pactos históricos e conjunturas políticas. Se, de um lado, mantemos esse ganho inestimável; por outro, iremos anexar os posicionamentos sociais dos agentes como estratégia analítica da apreensão de suas percepções acerca do mundo social.

Dentro deste grupo mais recente de pesquisas, dois trabalhos são, indiscutivelmente, cruciais para nossa pesquisa (Cardozo, 2019; Fernandes; Vieira, 2019). No primeiro deles, a autora analisa as disposições autoritárias de adolescentes, tendo como base quatro colégios de Juiz de Fora. Lançando mão de análises de tabelas binárias e do método ACM, a pesquisa desvenda os posicionamentos sociais dos diferentes grupos e suas relações com as tomadas de posição autoritárias e conservadoras. Dentro dessa proposta, Cardozo (2019) encontra nas classes sociais e/ou frações de classe um dos elementos determinantes das percepções dos adolescentes. Quanto mais alta a localização do agente na escala econômica maior sua tendência a adquirir e defender posições autoritárias, fato que, por sua vez, se intensificava com o cruzamento da matriz religiosa de cunho protestante-evangélico. Ou seja, quanto maior o capital econômico em relação ao escolar, maior tal predisposição, o que permitiu à autora corroborar várias das descobertas feitas, em outros contextos, pela tradição sociológica clássica (Bourdieu, 2007).

A segunda pesquisa (Fernandes; Vieira, 2019) realiza a genética social dos principais colonistas de direita da mídia corporativa, posicionando-os no campo das disputas sociais entre os grandes veículos de imprensa e a academia. Ao localizá-los, sociologicamente, e, ao mesmo tempo, apreender suas relações de concorrência e complementaridade na intersecção dos dois campos, os pesquisadores desvendam os processos sociais que contribuem, decisivamente, para as visões de mundo conservadoras e/ou autoritárias da verborragia do colunismo de mercado. Dentro dessa lógica metodológica e teórica, demonstram que o sentido sociológico do alarido dos escribas de direita pode ser analisado pelos ganhos inestimáveis da sociologia compreensiva

e bourdieusiana capaz de desvendar os mecanismos sociológicos de construção do fenômeno⁵³. O esforço de compreensão das tensões que permeiam e estruturam a interface dos dois campos contribui para a desnaturalização do fenômeno que passa a ser compreendido como a resultante complexa de uma série de mecanismos sociais – que englobam desde os diferentes tipos de capital até as estratégias de distinção e as redes de sociabilidade.

Para finalizar a abordagem crítica dos trabalhos mais recentes sobre autoritarismo, gostaríamos de discutir as contribuições epistemológicas e metodológicas de outra pesquisa acerca da emergência do fenômeno que articula as dimensões internacional e local (Carlotto, 2018), superando a visão dicotômica que consiste, grosso modo, em observar a emergência do autoritarismo do ponto de vista da estrutura ou da agência. Nessa perspectiva, a autora (*Ibidem*) resgata conjunto de trabalhos, de ordem macroeconômica, que contribuíram para determinar os processos estruturais da economia global, enfatizando a importância de não se isolar a emergência dos fenômenos locais do autoritarismo da dinâmica dos macroprocessos. Na perspectiva dessa linha de pensadores (Blyth; Matthijs, 2017; Kaleck, 1949; Streeck, 2013), a contribuição consiste em retirar inteligibilidade da comparação internacional, demonstrando que os processos (no caso, a emergência do autoritarismo) estão imbricados globalmente e devem, portanto, ser apreendidos sob o ângulo estrutural (Carlotto, 2018).

Por outro lado, a autora observa que essa linha de pesquisa tende a abandonar a perspectiva dos fatores socioculturais, que se inscrevem no âmbito local, e que não apenas contribuem para dar densidade aos processos sociopolíticos como, sobretudo, fornecem elementos essenciais para a explicação do sentido da agência. “Em outras palavras, se os estruturalistas acertam ao explicar a ‘inevitabilidade’ da ascensão da direita em plano nacional e internacional, eles falham ao não dar conta da sua ‘imprevisibilidade’ (Carlotto, 2018, p. 69).

Para suprir a carência teórica da linha estruturalista (Blyth; Matthijs, 2017; Kaleck, 1949; Streeck, 2013), a autora (Carlotto, 2018) recupera trabalhos (Himmelstein, 1990) que priorizam a força explicativa da ação sobre a emergência do neoliberalismo e dos conservadorismos em âmbito local. Carlotto (2018) observa que a contribuição dos construtivistas consiste em analisar a direita como fenômeno com vistas à conquista da hegemonia político-cultural, enfatizando, dentro dessa lógica, a força da agência, isto é, colocando em primeiro plano a ação política. Ora, se a abordagem construtivista tende a privilegiar o âmbito local; em contrapartida, coloca menor ênfase nos processos estruturais

⁵³ A riqueza analítica da pesquisa (Fernandes; Vieira, 2019) foi, em parte, discutida na seção dedicada à crítica ao institucionalismo e sua ausência de percepção social.

globais. Observando as contribuições (e os limites) das duas linhas de pesquisa, a autora (Carlotto, 2018) estabelece como projeto analítico articular as duas vertentes, captando, de um lado, as dinâmicas estruturais e, de outro, os processos socioculturais e, sobretudo, delineando as determinações recíprocas entre ação e estrutura. Por isso, a emergência conjunta do neoliberalismo e do conservadorismo pode ser analisada “tanto à luz da *estrutura* socioeconômica quanto da sua *ação social*” (Carlotto, 2018, p. 74, grifo da autora).

Na presente pesquisa, a partir de nosso questionário⁵⁴ e inspirados por essa contribuição, procuramos detectar as condições socioeconômicas que estão na base da constituição das condições de possibilidade objetivas dos agentes sociais, captando seu rendimento familiar, seu nível de escolaridade e suas identidades, de um lado; de outro, buscamos delinear a força das práticas sociais dos discentes estudados, apreendendo as mediações constitutivas de seu lazer, interação informacional, musical e literária; enfim, procuramos apreender os diversos níveis de interação dos agentes, suas ações no mundo social e suas percepções sobre ele.

Ademais, dentro da tradição do pensamento relacional e autorreflexivo (Bourdieu, 1987, 1992, 1999, 2000, 2004, 2007, 2019; Pierucci, 1987, 1989, 1990, 2006; Vieira, 2019; Cardozo, 2019; Carlotto, 2014; 2018), a formulação das tipologias somente adquire sentido sociológico pleno em relação à elaboração de uma topologia social. Dessa forma, os *habitus* progressista, conservador e autoritário – a título de exemplo – serão, por sua vez, apreendidos na disposição das modalidades representativas dos diferentes conceitos nos planos cartesianos da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e nas imagens da Análise de Correspondência Hierárquica (ACH), articulando percepções sociais sobre o mundo social, localização dos agentes na estrutura social (baseadas também nos resultados das tabelas binárias) e práticas dos agentes. A partir das contribuições recentes de pesquisa (Carlotto, 2018), ainda analisaremos a emergência do neoliberalismo e sua relação com a transformação do campo de produção e reprodução de conhecimento, demonstrando o jogo de oposição dos *Think Tanks* contra as instituições superiores de ensino público – o que aponta para outro traço distintivo do neoliberalismo -, com o acréscimo de que essa oposição é adensada pelo papel desempenhado pelas empresas privadas de educação superior que, por meio da incorporação dos processos de gestão empresarial, meritocracia e empreendedorismo, replicam no seu universo – conjuntamente com os *Think Tanks* - o *ethos* neoliberal.

Discutimos até aqui, quatro abordagens tradicionais acerca do autoritarismo – a foucaultiana (Dardot; Laval, 2016), a pós-moderna (Machado; Scalco, 2018; Machado, 2019),

⁵⁴ Ver em apêndice.

a institucionalista (Chaloub; Perlatto, 2015; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018) e a Teoria Crítica (Adorno *et al.*, 1950), apontando, especialmente – em relação às três primeiras –, suas lacunas, limites, fraquezas e regressões. Ao fim e ao cabo, podemos afirmar que a tríade de linhas de pesquisa apontadas acima encarna, certamente, posicionamentos com os quais temos profundas discordâncias.

Por isso, a intensidade de nossas críticas cujo intuito consistiu em apontar os aspectos deletérios e regressivos dessas matrizes que, em comum, constituem formas teóricas de mutilações dos processos e da gênese dos fenômenos sociais – especialmente o “esquecimento” do papel desempenhado pelos conflitos de classe, pertencimento de classe e *habitus*. Apontamos em seguida, os impasses da TC e possíveis formas de superá-los, especialmente, propondo o resgate da tradição marxista que tende a ser dissolvida pelas categorias psicanalíticas. Enfim, acompanhamos as principais abordagens brasileiras acerca do fenômeno do autoritarismo na sociologia, desde as duas matrizes clássicas (Fernandes, 1979, 2006; Pierucci, 1987, 1989, 1990; Alves, 2000) até as pesquisas mais recentes (Rocha, 2019, Ridenti, 2018, Tatagiba, 2018; Kalil, 2018; Solano, 2017, 2018; Messenberg, 2017; Fernandes; Vieira, 2019), das quais procuramos incorporar, criticamente, alguns de suas contribuições.

Agora, iremos abordar outro aspecto central do tema que diz respeito, em grande medida, às confusões conceituais entre autoritarismo e conservadorismo. São sinônimos? Podem ser pensados como conceitos complementares? Qual sua relação com o progressismo? E como podem ser pensados e usados na pesquisa sobre o autoritarismo à brasileira? Em virtude da complexidade dos termos e na medida em que já esboçamos a noção de autoritarismo, iremos, daqui por diante, delinear o conceito de conservadorismo e sua nêtese, o progressismo. O passo seguinte consiste em pensar a tríade conceitual – autoritarismo, conservadorismo e progressismo – no interior da diáde política que norteou os conflitos no Ocidente – direita e esquerda – e que, ao contrário da alienação pós-moderna, defendemos que ainda não se esgotou. No nosso entendimento, esquerda e direita devem ser não apenas mantidas como categorias centrais do entendimento e das lutas políticas no Ocidente como também ser apropriadas a partir da perspectiva dos conflitos de classe. Portanto, devemos mantê-las e deslocá-las da órbita liberal.

3.9 CONSERVADORISMO E PROGRESSISMO

Nessa seção, iremos expor três dos principais expoentes do pensamento conservador (Burke, 1982 [1790]; Mannheim, 1986 [1927]⁵⁵; Huntington, 1957), enfatizando os principais aspectos de seus sistemas de ideias para, em seguida, propormos possíveis articulações entre eles com vistas a pontuar as propriedades mais significativas para o desenvolvimento da presente pesquisa. Começando com o pensador inglês, Burke (1729-1797) representou, melhor que qualquer outro expoente conservador de seu tempo, o espírito contrarrevolucionário. Foi por meio de sua obra mais conhecida, “Reflexões sobre a Revolução na França” (1982 [1790]), que ele formulou suas principais críticas à Revolução Francesa (1789-1799), estabelecendo, ao mesmo tempo, o que podemos chamar de as bases do pensamento conservador que tanto conformaram os embates políticos dos últimos séculos.

Ao contrário da tradição marxista e liberal, Burke concebia o movimento francês não como um processo radical e transformador da sociedade que traria consigo novo modelo de sociabilidade partilhado pelos segmentos transformadores da ordem social em direção a uma nova sociedade. Para o pensador inglês, a Revolução Francesa somente traria, isto sim, decadência e degradação, especialmente com a demolição dos valores e classes tradicionais, responsáveis, segundo ele, por parte das grandes conquistas da sociedade europeia de sua época. “Os resultados [das revoluções insurrecionais] mais surpreendentes se deram e em mais de um caso, produzidos pelos meios mais ridículos e absurdos, da maneira mais ridícula e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos” (Burke, 1982 [1790]), p. 52), o que teria culminado, no “caos de leviandade e ferocidade” (*Ibidem*, p. 52) da revolução na França. Se, de um lado, ele via apenas a destruição da ordem, dos valores sociais e, principalmente, da tradição e das leis; por outro, Burke tinha como horizonte de mudanças, ou seja, como contraponto da “ferocidade” do movimento francês, a Revolução Gloriosa (1688)⁵⁶, na medida em que ela consistiu, na concepção do pensador, de uma “transição pelo alto”. Por meio dela, a burguesia em ascensão finalmente conquista seu reconhecimento, definindo um modelo de

⁵⁵ A data se refere à primeira publicação da edição inglesa (1927).

⁵⁶ A Revolução Gloriosa (1688) eliminou o poder absolutista na Inglaterra e a ascensão da monarquia constitucional. O processo contribuiu, decisivamente, para o fortalecimento da burguesia inglesa, representada no Parlamento, o que aponta, diga-se de passagem, para a relação simpática de Burke com a nova classe em franca ascensão. A Revolução inglesa é concebida como modelo contrário ao francês, na medida em que as transformações ocorreram dentro da institucionalidade, mantendo a força do parlamento inglês, e a monarquia agora constitucional. Assim, as coisas mudaram para permanecerem as mesmas – um dos traços centrais do pensamento de Burke.

transição em que houve continuidade na institucionalidade, a preservação da ordem social e o fortalecimento do Parlamento que encarna os valores e espírito da classe em ascensão.

Podemos observar, portanto, que para Burke não se tratava de obstar qualquer tipo de transformação social; na concepção conservadora desse pensador, o que estava em questão era, justamente, saber discernir entre o que mudar para melhor conservar. Nessa medida, o conservadorismo burkeano não se restringe, é preciso admitir, à mera e simplista defesa da ordem social; ele busca, contrariamente, equacionar dois princípios que, no seu entendimento, são centrais: a “conservação” e a “correção” que teriam encontrado seu equilíbrio perfeito na revolução inglesa, mantendo a tradição (encastelada na constituição, nos valores sociais e no princípio de consanguinidade) e corrigindo desmandos (no caso, o poder absolutista monárquico). Mediante essa articulação, o processo inglês teria se caracterizado pela estabilidade; por isso, saber mudar significava saber discernir o elemento essencial a ser conservado pela/na ordem social. “Um Estado onde não se pode mudar nada não tem meios de se conservar. Sem meios de mudança, ele arrisca perder as partes de sua Constituição que com mais ardor desejaria conservar” (*Ibidem*, p. 61). Por isso, a revolução – se necessária for – será sempre “o último recurso dos homens inteligentes e virtuosos” (*Ibidem*, p. 67).

Para ele, as reformas necessárias deveriam ser executadas tendo como referência o passado, a tradição (como o espírito do cavalheirismo e o espírito da religião); em contrapartida, as futuras mudanças teriam como precedente e modelo a autoridade e a experiência. Os direitos dos homens, a constituição e a liberdade seriam, dentro dessa lógica, herança e legado dos antepassados cujos conteúdos deveriam ser transmitidos para as gerações vindouras. Se percebemos que o apego à ordem estabelecida consiste na proposição central de Burke; sua concepção de política, por sua vez, tem como propriedade a naturalização dessa esfera e, em consonância com ela, da própria ordem social. Dentro dessa concepção, a política deve imitar a natureza e se abster de inovações de forma a que os homens, pela força de suas ações políticas, saibam transmitir os meios necessários para incrementar as conquistas da ordem social. Assim, especialmente, a política constitucional tem como propriedade essencial espelhar a natureza, na medida em que “o sistema político está colocado numa correspondência e numa simetria exata com a ordem do mundo” (*Ibidem*, p. 69). Como consequência, a ordem social também se encontra em simetria e sintonia com a ordem natural, corroborando as desigualdades sociais, inerentes às diferentes aptidões diferentemente distribuídas entre os homens, o que legitima a existência e hierarquia estabelecida entre as classes sociais.

Se, como observamos, as hierarquias e os ordenamentos correspondem à natureza, a população, é concebida como intrinsecamente incapaz de entender os assuntos do Estado, o que coloca o preconceito dos “mais esclarecidos” como orientação para sua conduta moral. O preconceito estaria vinculado à experiência cotidiana dos homens, vinculando-os aos valores tradicionais e, portanto, podendo servir de orientador na construção da visão de mundo dos homens e nos seus respectivos posicionamentos (especialmente, contra modificações na ordem estabelecida). Logo, não há razão, dentro desse modelo, para modificar tais estruturas e inaptidões. Para ele:

aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades compostas por diferentes classes de cidadão é necessário que algumas delas se sobreponham às outras. Os niveladores, portanto, apenas mudam e pervertem a ordem natural das coisas; sobrecarregando o edifício social ao colocar no ar o que a solidez do edifício exige seja posto no chão” (*Ibidem*, p. 81).

A concepção de natureza como modelo das relações sociais e políticas, especialmente, o empirismo excessivo de Burke, levam-no a criticar o que concebe como as abstrações do Iluminismo, ou seja, a “razão” universal e sua conseqüente defesa da igualdade e dos direitos humanos seriam outro conjunto de ideias e percepções perigosas à ordem estabelecida e, portanto, deveriam ser combatidas. O pensamento abstrato estaria descolado das circunstâncias reais, objetivas e imediatas, gerando “a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e de pensamento” (Souza, 2016, p. 368). Segue que a razão deveria ser destruída, dando lugar ao irracionalismo das posições burkeanas, cerceando todo o espaço à análise das causas efetivas da desigualdade social. “O autor das *Reflexões* adere a uma concepção teleológica da causalidade, interditando a categoria da alternativa para o ser social” (*Ibidem*, p. 368), na medida em que a própria realidade espelha as relações naturais, tendo, necessariamente, de ser aceita como tal.

Como corolário do exposto, o sistema social seria “sagrado” já que encarnaria a ligação do homem com Deus; “natural” na medida em que seria parte da lei criada pelo ser divino; “histórico”, posto que o produto de um processo orgânico, do desenvolvimento de algo que, apesar de transformações superficiais, se manteria sempre e essencialmente o mesmo e “tradicional”, baseado em costumes, valores, enfim, na tradição (Lynch, 2017; Pocock, 1987). Portanto, o espírito contrarrevolucionário, a adesão irrestrita à ordem estabelecida, o apego à tradição e a valores vinculados à experiência, “o preconceito”, a associação entre política e

ordem social à natureza – a naturalização das esferas sociais, especialmente a desigualdade social referida à suposta incapacidade dos indivíduos –, o ódio à razão em favor da irracionalidade e do circunstancial fornecem as propriedades centrais do pensamento burkeano. Incapaz de formar um modelo sistemático, as propriedades constitutivas da percepção conservadora, em Burke, são construídas em oposição ao conteúdo proposto pelos valores iluministas e pelas ações dos revolucionários franceses. São, literalmente, uma contrarreação ao que a Revolução Francesa representou, consistindo, muito mais, em elaborações demasiado rápidas e sem profundidade intelectual do que sistematizações coerentes e conceitualmente estruturadas. No entanto, a adesão à ordem estabelecida, a valores (tantas vezes cristalizados em preconceitos) vinculados à tradição, à religião, às diferenças sociais (naturalizadas) são elementos centrais a serem cotejados a nosso universo de estudos.

Contraopondo-se a Burke, Mannheim (1986) sistematiza o pensamento conservador mediante a recuperação dos nexos inscritos na gênese histórico-social desse tipo específico de visão de mundo, o conservadorismo⁵⁷. Para elaborar tal sistematização, o primeiro passo de Mannheim (1986) consiste em diferenciar conservadorismo e tradicionalismo, elementos embaralhados e indiscerníveis (nas suas propriedades) em Burke (1982 [1790]). Podendo ter elementos de tradicionalismo, o conservadorismo, por seu lado, se distingue do primeiro, pois “é consciente e reflexivo desde o princípio, na medida em que surge como um contramovimento em oposição consciente ao movimento progressista altamente organizado, coerente e sistemático” (Mannheim, 1986, p. 107).

Grosso modo, o tradicionalismo é concebido como a tendência individual a se apegar ao passado, um tipo de reação instintiva às mudanças e/ou inovações, ou seja, em larga medida permanece no nível das predisposições dos sujeitos (na sua pré-consciência). Quando, ao contrário, o tradicionalismo se torna consciente, embasando uma forma de vida e pensamento, ele se transforma em conservadorismo, “estrutura compreensiva do mundo” (Mannheim, 1986,

⁵⁷ O autor concebe o pensamento conservador enquanto elemento de múltiplas dimensões, elaborando a síntese – encarnada no modo de ver e conceber o mundo. Mannheim supre o vazio teórico com rigorosa análise dos fatos sociais; onde a inconsciência preside o tom iconoclasta do pensador inglês, a reflexão consciente e generosa orienta a abordagem do sociólogo alemão. Assim, o método científico, preocupado com a dinâmica dos processos sociais em sua historicidade, substitui o tom irreflexivo, assistemático e raso do polemista inglês. Ademais, Mannheim (1986) explicita o modo histórico pelo qual o primeiro sistema de ideias se caracteriza pela negação dos valores progressistas que, em determinada conjuntura, surgem para orientar as percepções e as ações de grupos sociais imbuídos de espírito transformador. Ou seja, o conservadorismo tende sempre a surgir como uma síntese negativa dos valores progressistas, pois a modificação no conteúdo de um (no caso, o progressismo) tende a acarretar transformações na grelha de significados do outro.

p. 108). Um dos traços essenciais do conservadorismo consiste no modo como ele se apega à realidade imediata, ao “concreto” (*Ibidem*, p. 111), rejeitando, especialmente, a forma de pensamento geral e abstrato e tudo o que indique especulação e hipóteses desprezadas – dentro de sua lógica – da própria realidade. Esse traço, como o(a) leitor(a) deve ter percebido remete às elaborações de Burke (1982 [1790]) e sua repulsa às abstrações, que estariam na base de invenções contrárias à tradição.

Ademais, Mannheim (1986) argumenta que a construção do sentido de progressismo tende a operar como o oponente conceitual da matriz conservadora e que as duas matrizes estão intrinsecamente unidas no seu jogo de oposição recíproca. Ou seja, o pensamento progressista formula os conteúdos históricos aos quais o conservadorismo tende a se opor nas suas tentativas de manutenção da ordem social. Para nosso autor, “toda atividade progressista se nutre da sua *consciência da possibilidade*” (*Ibidem*, p. 112, grifo do autor), assinalando a alternativa como um preceito histórico a todo e qualquer tipo de sistema social e político, o que tende a cancelar a naturalização da vida social como preceito analítico. Como vimos, esse sentido de possibilidade – a alternativa política tomada no interior dos processos históricos – tende a ser erradicada em Burke que tão somente admite a transformação em sintonia com a tradição. Contrariamente, os progressistas se contrapõem ao concreto na tentativa de produzir outro ponto de ideação, estruturado na transcendência do presente⁵⁸.

O pensamento conservador, caracterizado pela redução ao empírico, se restringe à particularidade, buscando a preservação do presente, ou seja, não avançando além da estrutura atual da ordem social (ou, no máximo, admitindo mudanças superficiais) – o que sintetiza, ademais, a singular posição de Burke (1982 [1790]) de adesão irrestrita à estrutura hierárquica de seu tempo. Dentro dessa lógica do pensamento conservador, está ainda a pressuposição de que os homens são substantivamente desiguais de maneira que a liberdade consiste no desenvolvimento das habilidades (fruto de dotações naturais e desiguais) sem obstáculos e de acordo com a personalidade de cada um. Essa percepção ultra individualista de liberdade foi, posteriormente, transferida para a “comunidade orgânica” e a nação, organizações sociais que se distinguem dos demais grupos devido a suas qualidades intrínsecas, desenvolvidas ao longo

⁵⁸ Grosso modo, as abordagens acerca do concreto e abstrato definem o primeiro par de contrastes entre as duas constelações ideológicas [conservadores e progressistas]. Seguir-se-ão mais dois elementos contrastantes e caracterizadores das duas matrizes, como a/a leitor/a verá.

do tempo. Como o pensador inglês defendia, a diferença entre classes é inerente às sociedades e nada mais faz que espelhar as relações da natureza⁵⁹.

O segundo par contrastante entre as duas posições, conservadora e progressista, se refere à forma de se conhecer as coisas, ou seja, às diferentes dotações de significado sobre a realidade social. Para o conservador, a realidade empírica é o produto acabado e inevitável do desenvolvimento natural das forças históricas, o que lhe confere certa tendência fatalista diante do resultado da “evolução” social. Essa matriz de pensamento aborda a realidade pelo passado (tanto como fase quanto como momento da evolução explicativo das qualidades sensíveis do presente). Por outro lado, o progressista ataca o sistema como uma totalidade, abrindo-se para o futuro e nele projetando sua perspectiva de sociedade; consoante a isso, apela para a elaboração de políticas públicas de redução das desigualdades (concebidas como socialmente construídas). Se o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, desenvolvendo modelos teóricos e abstratos de percepção, o conservador se apega ao passado, pensando sempre em termos de origem — e do concreto (Mannheim, 1986). Como Burke (1982 [1790]) defendia, o presente não passa do desenvolvimento orgânico de valores e tradições que não apenas devem ser mantidos como repassados às gerações futuras.

O olhar conservador, portanto, é deslocado e fixado no passado. Cada um, progressista e conservador, desenvolve categorias interpretativas radicalmente diferentes acerca da relação entre a realidade social e o tempo: para os progressistas, a abordagem deriva da postura aberta ao futuro, enquanto para os conservadores a qualidade da história já está dada na origem passada, avançando em direção ao presente. “Por outro lado, as totalidades mais amplas nas quais o progressista insere as coisas são derivadas de uma utopia racional e isso leva a uma visão *estrutural* da sociedade existente e em desenvolvimento” (*Ibidem*, p. 122, grifo do autor).

Como resultado dessa concepção, o terceiro par contrastante diz respeito às diferentes formas de experienciar o tempo: se o progressista considera o presente como começo, o conservador o percebe enquanto desdobramento final da origem. Seu esforço se dá na busca do resgate das fontes de entidades orgânicas, em especial a família e a terra como elementos primordiais do desenvolvimento social. O passado, por isso, é percebido como existente dentro do presente, desenvolvendo uma concepção espacial de história. A ênfase no passado e no concreto, na percepção da realidade presente como fruto do desdobramento de entidades

⁵⁹ O que Burke encarna substantivamente sem autorreflexão como dado natural e, portanto, inquestionável; Mannheim submete à análise crítica como traço caracterizador da posição conservadora, o que expõe diferença crucial entre o senso comum e o pensamento crítico-científico.

orgânicas passadas; o esforço para preservação das instituições da ordem social e aceitação de mudanças sem a desestruturação dessa mesma ordem – esses são alguns dos principais traços do conservadorismo. O progressismo, que se desenvolve em oposição a tais ideias, se dispõe a perceber a dinâmica social a partir do presente, ejetando-se para o futuro e propondo mudanças à ordem social, determinadas por uma concepção “modelo” da realidade, isto é, arrolando o pensamento abstrato e teórico de análise da estrutura social, percebida como a responsável pela construção das desigualdades entre os indivíduos e de seus constrangimentos.

Pelo exposto, percebemos que Mannheim (1986) elabora seu conceito de pensamento conservador, mediante a realização de uma verdadeira síntese que enfatiza a “totalidade” dessa concepção a organizar e articular diferentes dimensões da realidade desde a política até a moral – o pensamento conservador, portanto, passa a ser concebido como uma “estrutura compreensiva do mundo”. Por isso, somente pode ser plenamente compreendido enquanto um sistema sintético e articulador de afetos, cognições e concepções.

Se opondo à concepção de conservadorismo arrolada acima, outro autor (Huntington, 1957) observa que esse sistema de pensamento é abordado a partir de três perspectivas: a) a teoria aristocrática; b) a teoria autônoma e a c) a teoria situacional: cada uma privilegiando, à sua maneira, determinadas características ideológicas. A primeira abordagem, dentro dessa concepção – a aristocrática -, teria Mannheim como expoente. Na leitura do liberal americano, o conservadorismo no sociólogo alemão ainda estaria vinculado à aristocracia europeia, associada ao sistema feudal e permeada por diferentes hierarquias de *status* social. Grosso modo, ela se oporia às classes sociais, (especialmente a burguesia em ascensão), à democracia, ao liberalismo e seu centro ideológico (o individualismo). Dentro dessa lógica, o conservadorismo estaria no cerne da oposição da nobreza feudal à ascensão da burguesa que implica o desmoronamento das relações constitutivas do universo feudal. Portanto, a visão aristocrática, dentro dessa concepção reducionista, limita o conservadorismo a uma constelação ideológica relacionada a uma classe particular (a nobreza) dentro de uma ordem social particular — feudalismo (Huntington, 1957).

A segunda abordagem – a autônoma -, por sua vez, se afasta da noção de que o conservadorismo, necessariamente, estaria conectado a um determinado grupo social em particular (como no caso anterior, em que ele se vincularia, umbilicalmente, à nobreza feudal). Ao contrário, a emergência desse sistema de ideias não teria relação especial com forças históricas particulares. “Conservatism is an autonomous system which are generally valid. It is defined in terms of universal values such as justice, order, balance, moderation” (Huntington,

1957, p. 455). Portanto, o núcleo central dessas ideias dependeria, em particular, da capacidade – diga-se de passagem, individual – de cada pessoa apreender a validade universal da tábua de valores acima mencionada. Como resultado dessa percepção, os princípios do conservadorismo poderiam ser encontrados em qualquer classe, pois tudo dependeria, grosso modo, da “vontade e inteligência” (“*will and intelligence*” [Kirk, 1954 *apud* Huntington, 1957, p. 455]). Portanto, as bases dessa “filosofia política” poderiam ser encontradas sob as mais variadas circunstâncias históricas.

Já a última abordagem – a “situacional” – enfatiza o aspecto oposto à anterior, pois observa que, ao contrário da suposta autonomização, a emergência do conservadorismo seguiria um tipo específico e recorrente de situação histórica (Huntington, 1957). O ponto central, portanto, consiste em responder à seguinte questão: que padrão histórico e recorrente é responsável pela emergência do conservadorismo? Para Huntington (1957), esse sistema de ideias surge quando “a fundamental challenge is directed at established institutions and in which the supporters of those institutions employ the conservatism ideology in their defense” (*Ibidem*, p. 455). Ou seja, o conservadorismo surge, dentro dessa percepção, como um “contra sistema”, um conjunto de ideias elaborado para se contrapor à constelação ideológica que visa a destruir (ou, pelo menos, reformar) a ordem social existente.

O sentido de “contra sistema” aparece tanto em Burke (1982 [1790]) quanto em Mannheim (1986): no primeiro, ainda opera de forma não reflexiva, ou seja, o pensador inglês encarna o espírito contrarrevolucionário no tom, no conteúdo e nos valores professados e postos contra os ideais do Iluminismo, expressos nas ideias e nas ações dos revolucionários franceses. Já o sociólogo alemão, em contrapartida, objetiva e analisa reflexivamente a matriz conservadora, observando sua construção de sentido em oposição aos valores progressistas que operam, na história e na estrutura, como conjuntos semânticos transformadores e que formam a gramática de significados e ações aos quais os conservadores se contrapõem. Grosso modo, o pensador inglês não reflete sobre as próprias categorias de pensamento; o alemão, dialeticamente, objetiva-as, analisa e articula história e estrutura. Com isso, Huntington (1957) explicita que “*The essence of conservatism is the passionate affirmation of the value of existing institutions*” (Huntington, 1957, p. 455). Não se deve esquecer, porém, que a defesa da ordem estabelecida pode implicar (e quase sempre implica) a aceitação de mudanças em níveis mais superficiais da estrutura social.

O problema central desse tipo de sistema ideológico, o conservadorismo, é que, ao contrário de seus oponentes (liberalismo, democracia, comunismo), ele não é capaz de

apresentar um conjunto de ideias substantivas sobre seu modelo ideal de sociedade, pois se restringe a defender normas de sociabilidade e ideias atinentes a uma dada ordem social no presente. Em outras palavras, na medida em que inexistem um grupo de ideais concretos sobre uma sociedade conservadora (no futuro), ninguém ainda foi capaz de descrever uma utopia conservadora⁶⁰ (Huntington, 1957). “*Non-conservative ideologies are thus ideational or transcendent in nature, while conservatism is institutional or immanent*” (*Ibidem*, p. 458, grifo do autor). Apesar de não ter conteúdo ideacional próprio, no sentido de que seus valores se restringem a operar como contrapartida negativa do sistema de ideias opositor (liberalismo, comunismo), o conservadorismo constitui, de fato, uma teoria. “*It is the articulate, systematic, theoretical resistance to change*” (*Ibidem*, p. 461).

Por tudo isso, o autor argumenta que não se pode esquecer a importância da dimensão “posicional” desse sistema de ideias. A transformação das forças sociais externas, dentro dessa concepção, é imprescindível para a compreensão da dimensão substantiva do conservadorismo. Dessa forma, “*the manifestation of conservatism simply parallels ideological reactions to similar social situation. The substance of conservatism is essentially static*” (*Ibidem*, p. 469). Ou seja, o que importa, em larga medida, é a transformação da situação histórica, determinando o surgimento de um conjunto de ideais de alteração social que, em contraposição, irão acionar a emergência da “contrarrevolução”, destinada a barrar – por meio das mais variadas estratégias – qualquer tipo de mudança social (admitindo, como já se enfatizou, as transformações “cosméticas”).

Grosso modo, essas são as ideias centrais que estruturam o conceito de conservadorismo de Huntington (1957) e que tiveram forte influência na academia americana, em particular, e liberal, em geral. Procuramos, antes de mais nada, delinear os principais aspectos dessa abordagem (rica em vários sentidos) para expor sua arquitetura conceitual e, por meio disso, objetivar seus limites. Como iremos ponderar sobre os principais traços do liberalismo na próxima subseção (Bobbio, 1995), uma das impropriedades dos liberais consiste em – consciente ou inconscientemente, pouca importa no momento –, excluir as condições de possibilidade que tornam não apenas suas trajetórias possíveis, mas que contribuíram para a construção de seu pensamento e para a compreensão de sua posição no espaço social. Ou seja,

⁶⁰ Essa percepção arguta de Huntington (1957) o aproxima de Mannheim (1982): ambos percebem a ausência de conteúdo próprio do conservadorismo, operando, assim, muito mais como um complexo sistema de ideias defensivo, isto é, que se estrutura enquanto matriz de significados negativos ao progressismo (como vimos destacando).

o esquecimento faz parte da construção do objeto e do próprio autor que analisa o objeto (Bourdieu, 2019). O epígono do liberalismo americano em questão (Huntington, 1957), ao discutir o conservadorismo, também corrobora o próprio sistema de ideias que, encarnado em significativa fração das instituições americanas, ofereceu as condições de possibilidade para a trajetória social do autor, trajetória essa operacionalizada pela coalescência entre, de um lado, seu *habitus* conservador e, de outro, da *illusio* conservadora constitutiva da academia americana.

Para ele, ser conservador significa preservar os valores do liberalismo americano. Observamos que, dentro da exposição do autor, o conservadorismo se caracteriza por ser, especialmente, “institucional” e, mais do que isso, por se configurar em um sistema de ideias políticas que legitima a ordem estabelecida, ao contrário de Mannheim (1986), que concebe tal sistema de ideias como uma verdadeira totalidade, estruturada por percepções e afetos e objetivada pela erudita genética social, levada a cabo pelo sociólogo alemão. Ora, Huntington (1957) não escreve no vazio histórico; ao contrário, suas razões assentam sobre a própria configuração do liberalismo americano, o que os institucionalistas definem, com orgulho, de “a democracia americana”. Além disso, a posição social que ocupou no epicentro da ciência política americana não pode ser desprezada, na medida em que se tornou um dos maiores ideólogos da hegemonia liberal dos EUA no final do século XX e início do XXI. Não podemos entendê-lo sem posicioná-lo devidamente na estrutura da academia americana, na qual ocupou posição de destaque em uma das principais universidades do país.

Quanto à trajetória social, Samuel Huntington foi professor da Universidade de Harvard, uma das mais prestigiosas dos EUA, por 58 anos. Também se graduou, aos 18 anos, em uma universidade conservadora, Yale; de lá, começa a dar aulas em Harvard aos 23 anos. Publicou cerca de 17 livros e 90 artigos. Sua obra mais conhecida é “O Choque das civilizações”, no qual tenta elaborar modelo explicativo para os conflitos da contemporaneidade – como os atentados aos EUA, especialmente após 11 de setembro de 2001. Propôs que os choques entre os Estados se dariam a partir de diferenças culturais e religiosas. Sua obra se distingue, entre outros aspectos, pela tentativa de legitimar a hegemonia americana no globo. Assim, essa “afinidade eletiva” entre o pensador, ou melhor, entre sua posição na *intelligentsia* conservadora e seu conjunto de ideias não pode ser descartada sob o perigo de perdermos a oportunidade de desvendarmos as condições de possibilidade na base da defesa que ele, Huntington, faz do sistema americano ao defender e elaborar o conceito de conservadorismo.

Para finalizarmos essa seção, precisamos elaborar uma concepção sistemática de conservadorismo cujas propriedades possam ser aplicadas em nosso objeto de estudos, que permitam apreender os caracteres constituintes do perfil dos discentes. Eles aderem ao liberalismo econômico? Questão que aponta para a defesa da ordem estabelecida (na sua dimensão econômica). Quais as transformações que tendem a acionar maiores resistências? Essa resistência se encarna em que tipo específico de posição? Como é sua relação com o pensamento abstrato que contribui, por exemplo, para analisar as estruturas mais profundas da ordem social? Ou, em outras palavras, que tipo de conhecimento tende a ser excluído? Abstrato? Concreto? Naturalizam a realidade social, com algo dado “que está aí”? Ou veem e propõem alternativas a ela? Argumentam, tendo como parâmetro a sociabilidade liberal atualmente hegemônica? Seus posicionamentos, especialmente, os morais, são atravessados por percepções preconceituosas? Qual o jogo desempenhado pelo preconceito na configuração moral dos discentes? Para os objetivos desse trabalho, que aspectos do conservadorismo podem ser, tecnicamente, utilizados no delineamento do perfil do alunado?

Com vistas a responder tais questões, defendemos, com Mannheim (1986), a concepção de que o conservadorismo é “uma estrutura compreensiva de mundo” (Mannheim, 1986, p. 108), ou seja, uma visão acerca da realidade social que não se esgota na dimensão política (Huntington, 1982) ou no discurso panfletário sem articulação teórica (Burke, 1982 [1790]). Estendendo, logicamente, a concepção do sociólogo alemão, o conservadorismo se estrutura a partir da coalescência entre diferentes dimensões constitutiva dos agentes sociais – a afetiva, cultural, identitária e política. Como bem observado pela tradição sociológica brasileira (Pierucci, 1987, 1989), o fenômeno em tela é multidimensional, afetando e se incrustando em diferentes esferas sociais. Seu traço mais importante, defendemos aqui, é a adesão irrestrita à ordem social presente — e suas instituições (Burke, 1982 [1790]; Mannheim, 1986; Huntington, 1957) e sua resistência a qualquer tipo de mudança social que coloque em questão a estrutura social, sendo Burke (1982 [1790]) o pensador que melhor encarnou e expressou tal posição. A isso soma-se a aversão ao intelecto, especialmente ao pensamento abstrato, e a ênfase no concreto, propriedades que contribuem para a aceitação da ordem social como ela se apresenta, obstando a possibilidade de uma analítica das estruturas. Por isso, segue-se – e esse constitui outro dos traços do conservadorismo – a naturalização das relações sociais e a aceitação de suas hierarquias, concebidas como resultado natural das inatas e (diferentemente distribuídas) aptidões dos indivíduos.

A remissão ao passado, especialmente à tradição e aos valores, marca outra das propriedades dessa concepção de mundo, estabelecendo as bases para a ideia central de que a experiência dos indivíduos e os valores tradicionais são, sobretudo, guias consistentes para a realidade social. Ora, essa supervalorização conservadora da tradição e dos valores como orientadores cognitivos, afetivos e políticos leva, no plano moral, ao exercício permanente do preconceito para visão e conduta de mundo. Visão e conduta que, não submetidas ao escrutínio da razão, tendem a contribuir para a legitimação do senso comum, especialmente, na esfera moral. Como corolário dessas propriedades, a matriz religiosa corrobora a naturalização das relações sociais, tendo como espelho a natureza, pois define a origem da ordem social, como criação divina.

3.10. OS DOIS POLOS – DIRETA E ESQUERDA

Tendo delineado os três conceitos – autoritarismo, conservadorismo e progressismo -, gostaríamos de observar o modo como eles se conectam aos polos direita e esquerda, categorias semânticas centrais e definidoras dos espectros políticos na contemporaneidade. Na medida em que a complexidade dos termos ultrapassa os limites do presente trabalho, buscamos desenvolver somente dois aspectos centrais dessas categorias. O primeiro seria a observação das suas diferenças semânticas, produzidas ao longo de processos históricos demarcados por lutas e conflitos pelo sentido do mundo social — optamos então por recuperar os argumentos centrais da tradição da teoria política liberal sobre os termos de Bobbio (1995). Podemos delinear o liberalismo clássico como um conjunto de ideias e valores de defesa das liberdades econômicas como fundamentais, concebendo, por outro lado, do ponto de vista formal, a igualdade de oportunidades. Para essa matriz de pensamento, o mercado é percebido como instância de distribuição e alocação de bens e recursos em detrimento de um nível mínimo de distribuição de bens públicos entre os indivíduos (Garcia, 2022). “Liberais clássicos, como vimos, sustentam que as pessoas são racionais, ou seja, agem para a maximização de sua utilidade esperada, sendo a utilidade entendida como a satisfação de preferências individuais.” (Garcia, 2022, p. 62). Nessa perspectiva, a sociedade surge com a função de coordenar e resolver as disputas entre os indivíduos com vistas à satisfação de seus interesses.

Já os liberais progressistas, em contrapartida, defendem a introdução de uma série de mecanismos de diminuição das desigualdades por meio dos quais os indivíduos tendem a alcançar igualdade de oportunidades substantivas (e não apenas formais). Na concepção do

autor, em consequência dessa posição, o próprio mercado deve ser submetido às exigências da justiça distributiva, o que lhes permite (aos liberais progressistas) sustentar “uma concepção mais generosa dos bens públicos e da garantia de um mínimo social” (*Ibid.*). Consideramos que Bobbio (1995) se insere nessa segunda modalidade de liberalismo que tende a submeter o mercado às políticas públicas de distribuição de recursos com vistas a incluir frações sociais que, de outra forma, permaneceriam sob a égide das trocas. Garcia (2022) ainda observa a existência de uma terceira corrente de liberalismo - os libertarianos - que, ao que tudo indica, se encaixa às percepções do então ministro da economia da gestão anterior, Paulo Guedes:

Por fim, libertarianos, ao considerarem as liberdades econômicas absolutas, negam todas essas instituições e práticas sociais. Não exigem nenhuma garantia da igualdade de oportunidades, sustentam que os mercados devem ser autorregulados, consideram injustas quaisquer ações que visam ao fornecimento de bens públicos e a garantia de um mínimo social adequado, e sustentam que o poder político deve ser compreendido como um bem privado, como qualquer outro recurso (*Ibidem*).

No presente trabalho, para discutirmos o neoliberalismo, nos referimos, como pano de fundo, ao liberalismo clássico (o primeiro dos três) que preconiza o individualismo, o afastamento do Estado no que tange às políticas de inclusão social, o formalismo quanto às oportunidades acessíveis a toda indivíduo, a erradicação do contexto social que iguala (mais uma vez, formalmente) as relações trabalho/capital, a ênfase do mercado como *locus* de organização social e imputação de sentido à vida e, naturalmente, a concepção (formal) de que a lei é igual para todos. Por sua vez, o segundo aspecto que enfatizamos, ao mesmo tempo, o caráter relacional das categorias direita e esquerda, apontando as transformações de seus sentidos ao longo das disputas históricas, observando-as como construções simbólicas e políticas cujas raízes estão ancoradas no mundo social, refletindo a dinâmica de suas disputas. Ademais, não aceitamos a percepção pós-moderna que preconiza o fim das ideologias e dos grandes sistemas de ideias, em geral, e da obsolescência da díade esquerda e direita, em particular, como formas cujo sentido para a apreensão e classificação da ordem social teriam sido ultrapassadas ou esgotadas. Defendemos, ao contrário, que mais do que nunca tais categorias apresentam os elementos semânticos essenciais para a compreensão das tomadas de posição dos agentes sociais enquanto expressão de seus *habitus* de classe, configurando-se como programas contrapostos de soluções possíveis pertencentes à esfera política.

Além desses dois aspectos, gostaríamos de acrescentar outro elemento que, diante de nossa posição, defendida nas seções anteriores, nos parece o mais importante: o fato de que, dadas as condições sociais e materiais de existência, os diferentes pertencimentos de classe irão contribuir – decisivamente - para as visões que os agentes sociais elaboram sobre conceitos como “igualdade” e “desigualdade”. Dentro dessa perspectiva que, ao fim e ao cabo, é nossa premissa central, procuraremos apresentar as ideias do autor, recuperar os pontos que, dentro do discurso liberal, nos parecem coerentes o suficiente para serem utilizados (atravessados pelo conceito de classe) em nosso trabalho e, naturalmente, apontaremos e criticaremos os limites das suas posições. Estabeleceremos, portanto, um diálogo crítico com o pensador, já que direita/esquerda e igualdade/desigualdade são, até hoje, âncoras conceituais dos conflitos e polêmicas na contemporaneidade. O que nos importa é abordar as premissas conceituais invisibilizadas pela força de naturalização do discurso liberal.

Nessa perspectiva, tais pares fazem parte de interesses, valores e percepções a respeito de propostas que uma sociedade pode assegurar a si mesma sobre seus próprios desafios e direção (Bobbio, 1995). Para o autor, são categorias antitéticas, excludentes e exaustivas (no sentido de que o pertencimento a um dos polos exclui o antagonista: pertence-se a um lado ‘ou’ a outro). “São, portanto, quadros de referência a partir dos quais os indivíduos interpretam e interagem com o mundo, estabelecendo significações à sua existência e ‘explicação’ à ordem das coisas” (Messenberg, 2017, p. 623).

Dentro desse tipo de argumentação, Bobbio (1995) aponta que o ponto central que diferencia esquerda e direita consiste na diversa postura diante do par igualdade e desigualdade, considerado o critério por excelência de diferenciação entre as duas linhas de pensamento (e ação). Se a igualdade, por um lado, tende a enfatizar o que o gênero humano possui em comum, a desigualdade, por outro, coloca sua ênfase nos aspectos mais desiguais entre os indivíduos. “Mas é precisamente o contraste entre estas duas opções últimas que, em minha opinião, consegue melhor que qualquer outro critério salientar os dois opostos alinhamentos que os habituamos, por longa tradição, a chamar de esquerda e de direita” (Bobbio, 1995, p. 105). Esse contraste vem, ademais, diz o autor, acompanhado de avaliações diversas acerca da relação igualdade-desigualdade natural e igualdade-desigualdade social.

Para o sujeito igualitário, desigualdades são, sobretudo, sociais e, enquanto tais, elimináveis; para o inigualitário, entretanto, desigualdades são naturais e, em consequência, inelimináveis (o que recoloca as diferenças entre conservadores e progressistas). Dentro dessa lógica, a percepção inigualitária (grosso modo, de direita) está mais disposta a aceitar os

critérios de naturalização relacionados tanto à própria natureza humana quanto à força da tradição e parâmetros vinculados ao passado. Em contrapartida, a tradição igualitarista (grosso modo, de esquerda/progressista, segundo tais parâmetros) está propensa a, diante de desigualdades biológicas e/ou “artificiais”, propor ações cujo objetivo consiste em tentar minimizá-las pela força da transformação social. Por isso, “em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário, condena a igualdade social” (*Ibidem*, p. 107).

Ora, um dos problemas centrais da presente argumentação, que procuramos sintetizar no parágrafo anterior, é que ela opera a erradicação das condições materiais de existência como base teórica para a elaboração de todo o restante do raciocínio. Desta forma, o gênero humano passa a ser, grosso modo, dividido em dois grandes grupos cujas desigualdades de acesso a bens de civilização, como escola, trabalho, saúde e lazer não são postos em questão. Ou seja, a elaboração intelectual opera a partir da elisão do pertencimento de classe dos agentes sociais, apresentando, em contrapartida, dois grupos “naturalmente” diferenciados. Neste ponto, outro problema surge, pois na medida em que as condições materiais de existência são canceladas, as diferenças entre os agentes “de esquerda” e “de direita” surgem a partir de suas próprias escolhas, escolhas essas que desconhecem – esse é o pressuposto – qualquer tipo de determinação histórica. Por consequência, as tendências à esquerda e direita são naturalizadas como elementos imanentes a agentes despidos de historicidade. A percepção política e as tomadas de posição se tornam visões e ações gratuitas, já que imanentes aos indivíduos.

Nossa hipótese aqui é que o pertencimento a uma determinada classe, pensemos aqui em estratos mais altos, contribui, decisivamente, para a construção de tendências à direita, especialmente nos casos em que o capital escolar é suplantado pelo econômico. O acesso e monopólio a uma gama de privilégios, sinecuras, benesses, favores e *status* tende a operar muito além dos níveis reflexivos dos agentes sociais, contribuindo para gerar predisposições de conservação do conjunto de privilégios que caracteriza o pertencimento de classe. Os agentes tendem a lutar e a lutar acirradamente para a manutenção do que, para eles - dentro de seu sistema cognitivo - pode se apresentar como “conquistas” e “mérito”, pertencimentos quase que naturais aos quais lhes cabe a primazia do acesso. Por outro lado, a história pode ser contada ao inverso para as disposições à esquerda. Quando observamos a correlação negativa entre alto capital intelectual e baixo capital econômico, configuração que aponta para a construção de predisposições críticas à ordem social, percebemos a força dos constrangimentos sociais na determinação do perfil dos agentes sociais, determinando visões progressistas. Seja como for,

como significativa parte dos liberais, nosso autor perde o essencial: classes operam, fundamentalmente, como organizadores da percepção dos agentes sociais. Operam cognitivamente. Operam afetivamente. Sem elas, permanecemos no vazio – ou no liberalismo, no institucionalismo ou na pós-modernidade (qualquer que seja sua cepa).

Para o filósofo político, já que a distinção entre direita e esquerda se refere a juízos diferenciados sobre o ideal de igualdade, derivam dessa postura diferentes percepções e avaliações do que torna, efetivamente, homens e mulheres iguais e/ou desiguais. O igualitário (e, portanto, de esquerda) se caracteriza pela tentativa de atenuar tais diferenças, ao passo que o inigualitário (e, portanto, de direita) tende a acentuá-las (Bobbio, 1995). Na esfera política, o resultado dessas diferentes posturas se encarna, de um lado, na defesa de direitos sociais inclusivos com vistas a colocar frações sociais cada vez maiores em condições menos desiguais; ao contrário, o inigualitário pode, especialmente dentro da visão de mundo hegemônica e neoliberal, avaliar as desigualdades como resultado da lógica meritocrática, defendendo, em adição, a reconfiguração do Estado e a primazia do mercado. O elemento que melhor define o igualitarismo, porém, não se reduz à utopia de uma sociedade na qual todos sejam iguais, mas à tendência a enfatizar os mecanismos, estratégias e ações sociais capazes de torná-los menos desiguais, ou seja, defender políticas capazes de tornar mais iguais os desiguais (Bobbio, 1995). “A luta pela abolição da propriedade individual, pela coletivização, ainda que não integral, dos meios de produção, sempre foi, para a esquerda, uma luta pela igualdade, pela remoção do principal obstáculo para a realização de uma sociedade de iguais” (*Ibid.*, p. 122).

Mais uma vez, as escolhas se dão a partir de esquemas naturalizados: não temos acesso à construção dos nexos causais determinantes das escolhas políticas dos indivíduos muito menos de suas predisposições, pois elas fazem parte, dentro dessa lógica, de dados imanentes a cada um deles. O desdobramento da desistoricização se encarna em dois aspectos centrais. No primeiro, os agentes criam suas visões e escolhem suas posições a partir de perspectivas psicologizantes, pois a história é substituída pelas tendências psíquicas caracterizadoras de cada um (à direita ou à esquerda). Erradicado dos processos históricos, das condições materiais e das lutas de classe, o liberal é, sobretudo, o indivíduo descarnado de substância material e reduzido a “sujeito psicológico” que escolhe baseado em tendências e predisposições inscritas em seu psiquismo. Em segundo lugar, não foi, gratuitamente, que usamos o termo “indivíduo”, pois as decisões passam a se dar, dentro da lógica liberal, não mais a partir de agrupamentos sociais posicionados nos meios de produção, posições essas atravessadas por múltiplas dimensões sociais e determinadas pelos diversos volumes de capital (entre eles, o cultural e o escolar).

Aqui, o segundo aspecto é consequência da erradicação do social cujo substituto é o “indivíduo” que, por vontade própria, opta por defender os mecanismos sociais de redução das desigualdades. Como processos sociais tão individualizantes e psicologizantes, sustentados pela elisão da história e do social, engendram escolhas tão socializantes e altruístas⁶¹? Naturalmente, a questão não é resolvida no texto, porque tal indagação, dados os limites ideológicos do liberalismo, não chega sequer a ser pensada.

Para nosso autor, a distinção entre as duas categorias (direita/esquerda) não exclui a existência de linha contínua sobre a qual se dispõem posições intermediárias que ocupam a complexa região central entre os dois polos – o centro. Ao se definir, em princípio, como não pertencendo nem à esquerda nem à direita, ou seja, afastando-se da órbita ideológica dos dois polos opostos, o centro não apenas supõe a antítese entre os dois lados, mas extrai dela sua própria existência (Bobbio, 1995). Ao oferecer a síntese dialética do “terceiro incluído”, ele não forma compromisso entre os dois extremos, mas realiza a superação simultânea de ambos, pois os aceita e os altera. Salientamos que a percepção do autor se caracteriza pela noção de linha, pressupondo a existência de diferentes níveis de centro - a centro-esquerda e a centro direita – a partir de contínuos de intensidade de um extremo ou outro.

No nosso entendimento, porém, a análise das diferenças entre esquerda e direita, ao ser mutilada de substância histórica, social e – fato essencial - da relação dos agentes com suas classes e/ou frações de classe, restringe a própria percepção do autor sobre as diferenças entre as duas posições modais, ou melhor, reduz a percepção do filósofo a uma linha - contínuo gradativo entre as visões ideológicas. Essa percepção impede a possibilidade de se pensar tanto a direita quanto a esquerda como conjuntos de ideias e classificações acerca do mundo social, estruturados a partir de múltiplas dimensões relacionadas à moral (como costumes e religião), economia, política e senso punitivo ou progressista.

Contrariamente, defendemos que a díade direita/esquerda é multidimensional, pois o pertencimento dos agentes a determinada classe e/ou fração de classe determina a operação de múltiplos constrangimentos - por meio do tipo de religião partilhado pela classe e/ou fração de classe (ou por sua ruptura com crenças religiosas), pela organização e consolidação de sentidos punitivos e controladores de populações marginais, pela posição de defesa ou crítica ao papel do Estado na economia, pelos tipos de sociabilidade e lazer que replicam (e adensam) os

⁶¹ Refletimos aqui sobre os indivíduos que pensam a desigualdade como construção social.

diversos tipos de capital cultural transmitidos no interior das próprias classes como estratégias pré-conscientes de reprodução da ordem social. Além de recortar e posicionar os agentes no sistema produtivo, classes são organizadores da cognição, da percepção e dos modelos afetivos dos agentes. Escolhas políticas são coisas desse mundo, atravessadas por pertencimentos que, quase sempre, os agentes sociais estão desapetrechados para compreender. Mais do que isso: o poder de alienação pode ser tão intenso que os agentes sociais sequer se colocam a possibilidade de “pôr em questão” seu lugar e suas tomadas de posição no mundo social. Fato que, por sua vez, se estende, por exemplo, à ausência de auto reflexividade de pós-modernos e institucionalistas. Estamos diante de “nebulosas”, como discutimos e defendemos logo acima, dentro da tradição sociológica (Pierucci, 1987, 1989).

Para finalizar nossa discussão, o autor aponta, acertadamente, embora genericamente, que direita e esquerda são regiões político-ideológicas relacionais cujas constelações de sentido variam ao sabor das lutas e das conjunturas. Estamos, portanto, diante não de conteúdos substantivos de valor absoluto; ao contrário, são construções relacionais, muito mais do que qualidades supostamente intrínsecas ao universo político. “Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre” (*Ibid.*, p. 92). O universo de posturas de direita vinculado ao processo de aprovação da Constituição Federal de 1988 é radicalmente diferente do atual, mediado, entre outros fatores sociais, pela influência da matriz protestante-evangélica e pela explicitação de visões de mundo e de tomadas de posição de difícil aceitação naquele período⁶². Em consequência, as tomadas de posição de esquerda se (re)alinham e se (re)posicionam a partir dessa mutação de conteúdo (e posturas da direita). Sua relação de oposição permanece, mas sob ela os sentidos políticos se redefinem tendo em vista os constrangimentos das forças sociais em ação, sua dinâmica histórica, enfim.

Sobre as abordagens acerca da díade direita/esquerda, discordamos, de um lado, dos pós-modernos por sua tentativa inócua de negar a existência das âncoras responsáveis pela produção de sentido político sobre o mundo. Por outro, não aceitamos a via liberal, devido à sua erradicação do pertencimento dos agentes às classes sociais – às suas condições materiais, econômicas, sociais e simbólicas de existência -, condição essencial para o entendimento das tomadas de posição dos agentes no mundo social. Aceitamos, em contrapartida, a díade direita/esquerda desde que ela seja concebida como referência de sentido político, estruturada,

⁶² Discutiremos, especificamente, as matrizes protestantes no capítulo 5 e 6.

fundamentalmente, pelas imputações de sentido geradas pelos agentes constrangidos por suas posições na estrutura de classe, dentro da ordem social capitalista, historicamente construída.

Ora, ao contrário da visão liberal, agentes sociais não são indivíduos que operam no vazio social, imbuídos de tendências psíquicas que, por sua vez, se desdobram em posicionamentos políticos. Antes, encontram-se mergulhados em campos específicos que se constituem a partir do sistema de relações entre os lugares ocupados pelos próprios agentes que tendem a estabelecer suas estratégias de conquista de outras posições de maior volume do capital, que tende a refletir os constrangimentos de classe e as disputas entre as frações de classe. Essa relação com as condições sociais de possibilidade, estendidas no tempo, contribui para a constituição dos sistemas de disposição e apreciação dos sujeitos – seu *habitus* –, sistema gerador de práticas e tomadas de posição no universo social.

“As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 2000, p. 141), ou seja, as visões de mundo constituídas pelos agentes acerca da vida social são o desdobramento de suas próprias trajetórias de vida determinadas pelas condições materiais e simbólicas de existência de seu pertencimento de classe e que contribuem para a formação de suas pré-disposições e tendências. Tendências que, por sua vez, contribuem para formar os quadros de sentido, orientação e ação a partir dos quais fenômenos como o autoritarismo terão maior – ou menor – probabilidade de emergirem nas atitudes desses agentes. Aceitamos, portanto, a díade direita/esquerda desde que submetida ao crivo analítico e crítico da luta de classe, tanto objetiva quanto simbolicamente, observando que o agente - calejado pela labuta ou agraciado por privilégios - tende a introjetar tais estruturas, condição para a formação de seu *habitus*.

Agora que abrimos caminho – criticando as imposturas e limites de certas abordagens sobre o fenômeno do autoritarismo e, ao mesmo tempo, dialogando com os estudos clássicos e mais recentes -, iremos apresentar, no próximo capítulo, nossa posição sociológica que procura articular os elementos que vimos discutindo ao longo da presente discussão. Dentro de nosso entendimento, a abordagem da sociologia genética permite desvendar como os conflitos de classes, o pertencimento social dos agentes sociais, seus capitais, a estrutura desses capitais e sua distribuição contribuem, entre outros fatores sociais, para a construção de *habitus* dos agentes sociais. Defendemos que é mediante a apreensão da genética e dos processos sociais que iremos deslindar os mecanismos mais profundos que operam no desenho do fenômeno autoritário em tela. Ademais, ao ter como o objeto os processos sociais poderemos, no limite, compreender como diferentes processos sociais podem, fenomenicamente, se apresentar da

mesma forma, o que levaria os incautos – especialmente, os institucionalistas – a definirem como um mesmo fenômeno estruturas e processos sociais radicalmente divergentes. Uma das principais tarefas da sociologia genética é distinguir.

4. UMA GENÉTICA SOCIAL DOS CURSOS: POSICIONAMENTO DOS AGENTES SOCIAIS

Expostos os principais limites das matrizes teóricas que estudam o fenômeno do autoritarismo - especialmente a foucaultiana, a antropologia pós-moderna e a institucionalista - no capítulo anterior; e apresentadas, em linhas gerais, as principais concepções da sociologia genética (nosso ponto de partida teórico); nesse capítulo, iremos analisar as tabelas cujos dados versam sobre a dimensão socioeconômica e as práticas sociais dos agentes. Nosso intuito consiste em posicionar, sociologicamente, os discentes estudados na estrutura social, delineando seus lugares no espaço das relações sociais e seus padrões de sociabilidade. Procuramos, dentro dessa lógica expositiva, levar em consideração, ademais, as composições raciais, de gênero, religião etc. de cada curso no esforço de delinear com melhor precisão o peso jogado pelas identidades em articulação ao peso desempenhado pela dimensão socioeconômica e a formação intelectual, isto é, os seus capitais.

Naturalmente, analisamos a estrutura total dos capitais, sua composição e, resalte-se, suas relações, pois partimos da concepção de que apreender os tipos de relação entre os capitais é fundamental para entendermos as tomadas de posição dos agentes e suas visões de mundo. Enfim, nossos esforços, ao longo deste trabalho, se dão no sentido de apresentar o *habitus* dos agentes para relacionamente compreender suas percepções políticas, mantendo a premissa de que a compreensão das visões de mundo implica o posicionamento social dos agentes e a apreensão de seu *habitus* no interior do qual se relacionam de forma singular os diferentes tipos de capital. Não nos esquecendo de que a especificidade da relação entre os capitais - Qual capital domina qual? Em que circunstâncias? - somente é apreensível pela/na pesquisa empírica.

É a partir deste conjunto relacional, ancorado nos capitais, que podemos resgatar as estruturas e os processos sociais necessários, no nosso entendimento, à compreensão das fontes do autoritarismo. Isso implica o esforço de resgate da tradição sociológica de extração marxista-weberiana capaz de pensar os efeitos da genética e dos processos sociais, especialmente as mediações, sobre os indivíduos. Por isso, não podemos aceitar a “nova razão do mundo”

alicerçada apenas em categorias epifenomênicas do capital ou admitir, em contrapartida, a impostura do jogo identitário do faz-de-conta pós-moderno ou, por fim, a redução do social ao institucional. São prisões de pensamento que, como cadeias, impedem o deslindar das estruturas da ordem social e dos seus processos formativos. Encarar o autoritarismo como fenômeno social, dentro da tradição acima citada e que no Brasil, entre outros, remonta a Pierucci (1987, 1989), implica realizar o esforço de recuperar a genética social do fenômeno autoritário até então monopolizada pela politologia. Além do mais, acrescentamos outro elemento fundamental que faz parte intrínseca de nossa análise: a reflexão sobre os processos de mediação social que contribuem para a constituição do *habitus* dos agentes sociais, incorporando, dessa feita, o papel indireto desempenhado por outros mecanismos sociais (além do econômico). Em outras palavras, nosso esforço consiste, nesse caso, em superar as análises diretamente vinculadas à “infraestrutura” que postulam relação linear e direta entre a dimensão econômica e a subjetividade dos agentes, apresentando, ao contrário, a função de outros fatores e processos sociais que, articuladamente, operam na constituição da dimensão pré-reflexiva dos agentes.

Acreditamos que o fenômeno tem a ver com as estratégias de reprodução de uma ordem social atravessada por desigualdades sociais seculares que estruturam toda a sociedade. Mudar fora da ordem, isto é, reproduzir a estrutura sem conservá-la implicaria custos elevados demais para aqueles que ocupam posições privilegiadas, quer seja na distribuição do capital econômico quer seja na do capital escolar/intelectual- e dos privilégios angariados pelo pertencimento a tais posições. Nosso foco, a partir de agora, se atém à apresentação sociológica dos cursos, delineando seus perfis, isto é, seu *habitus*, e posicionando-os na estrutura social.

4.1 CONSTRUINDO O ÍNDICE DE AUTORITARISMO

Nessa perspectiva, antes de iniciarmos a análise efetiva das tabelas binárias, precisamos discutir (e elaborar) nosso próprio padrão de autoritarismo. Qualquer curso – enfermagem, engenharia etc – é atravessado por um conjunto de identidades – gênero, raça, credos religiosos etc – e, ao mesmo tempo, por estudantes provenientes de posições socioeconômicas diferentes e por trajetórias escolares, quase sempre vinculadas a essas posições, essenciais à compreensão de suas tomadas de posição acerca do mundo social. Estudantes brancos e homens são mais progressistas que estudantes pretas? Evangélicos apresentam, de fato, posições mais

conservadoras que católicos? Discentes oriundos de estratos sociais mais altos tendem a ser mais progressistas que os provenientes de posições mais baixas? Os universos sociais com os quais nos deparamos na pesquisa são, por excelência, cruzamentos de diversos tipos identitários, de posições econômicas e formações intelectuais diversas. Por isso, precisamos estabelecer as bases de nossa pesquisa, delineando as lógicas que regem as visões de mundo de cada uma dessas identidades e como elas operam no interior de cada curso, contribuindo, como entidades eletivas – ou se anulando, ao contrário – para a construção de determinados tipos de disposição que estão na base de seus diferentes *habitus*.

Nesta pesquisa, não estamos lidando com “índice de autoritarismo” específico (e já pronto); um índice que operaria como parâmetro para nossos estudos com vistas a medir os diferentes níveis de percepção encontrados. Optamos por construir o padrão de autoritarismo, ao contrário, mediante o cruzamento de dados provenientes das tabelas binárias, objetivando aferir os diferentes níveis dessa percepção de mundo (incluindo, conservadorismo e progressismo) com as categorias gênero, raça, religião, renda familiar declarada e escolaridade. Exemplificando: se determinado curso apresentar alto percentual de mulheres, sendo que o gênero feminino se caracteriza, dentro de nosso exemplo, por ser mais progressista, ele terá mais probabilidade de apresentar maior abertura a transformações sociais que os demais (supondo-os, majoritariamente, masculinos) devido à sua composição de gênero. Portanto, nesse momento, iremos estabelecer as bases primeiras de nossa análise, à procura de possíveis padrões a serem encontrados para as cinco categorias citadas. Nessa perspectiva, nosso objetivo consiste em detectarmos a importância de certos tipos de identidade – gênero, raça e religião – e, por outro lado, da força das posições socioeconômicas (dados relativos à renda familiar total declarada) e ao montante de capital cultural. Ainda enfatizamos que as duas últimas categorias foram escolhidas em função de expressarem, respectivamente, os capitais econômico e cultural/escolar.

Para tanto, escolhemos, em nosso instrumento de análise (o questionário), 14 questões cuja função consiste em sintetizar o perfil dos respondentes, cobrindo as áreas de política, percepção social, economia e moral. Do contrário, ou seja, se usássemos as mais de 30 questões, o tempo despendido seria demasiado longo. As questões escolhidas são as seguintes: voto no 2º turno, tipo de presidente, avaliação da PM como instituição, uso da violência pela PM, armamento da população, avaliação do governo Jair Bolsonaro, redução da maioria penal, prisão de Lula da Silva, justiça popular, combate à corrupção, posição quanto à pena capital – questões cujas respostas apontam para as tomadas de posição política dos respondentes e suas

percepções acerca da punibilidade social (tanto na sociedade quanto no Estado). As duas seguintes - reforma da previdência e corte na educação –, por seu lado, cobrem a posição dos agentes acerca das reformas do Estado, delineando sua defesa (ou crítica) a medidas de cunho nitidamente neoliberais. Por fim, a última questão escolhida - união civil entre pessoas do mesmo sexo – conta com a vantagem de indicar a posição moral dos estudantes quanto aos modelos de afeto e casamento e se devem (ou não) ser aceitos – tanto moral quanto legalmente – pelo Estado e sociedade.

Desta feita, ao cruzamos as categorias (identidade/capitais econômico e cultural) às 14 questões apresentadas, elaboramos nosso próprio índice de autoritarismo para, em seguida, mediante o padrão delineado, analisarmos as demais tabelas binárias nesse capítulo. Ademais, salientamos que a análise das categorias identitárias, dos capitais econômico e cultural não se pretende exaustiva. Nosso esforço procura, ao contrário, detectar os padrões, isto é, as tendências que porventura estarão presentes e que aparecerão (esperamos) mediante o cruzamento das tabelas. Esses padrões existem? Quais são suas propriedades essenciais?

Começando com gênero, em todas as 14 variáveis analisadas, mulheres apresentam percepções menos autoritárias do que homens, padrão que se estende a todas as dimensões - punitivista, liberal, econômica e moral⁶³. No entanto, a diferença entre homens e mulheres é tão significativa que, em várias tabelas, chega a atingir 20% (ou mais): no quesito “tipo de presidente”, por exemplo, 67,8% dos homens optaram por dirigente autoritário/técnico, percentual que cai a 45,5% entre mulheres – configurando disparidade de 22,3%. Ainda na dimensão política, 31,3% dos homens avaliam como positivo o governo Bolsonaro, percepção que cai, praticamente, à metade entre o gênero feminino – 16,8%. O progressismo feminino pode, por outro lado, ser observado na dimensão social, onde somente 27,1% das mulheres defendem o armamento da população, um dos temas prediletos de Bolsonaro, saltando para 51,1% no gênero masculino.

Como o(a) leitor(a) pode verificar nas tabelas no apêndice, a diferença, quanto à defesa da prisão de Lula da Silva, se mantém em 10% (48,9% entre homens para 38,9% entre mulheres) ao passo que, na esfera das reformas do Estado, mulheres continuam sendo progressistas: quanto à reforma da previdência, apenas 12,2% apoiam a medida para 23% dos homens (mais uma vez, quase que o dobro para o gênero masculino). No entanto, outro

⁶³ As tabelas cruzadas podem ser vistas no apêndice. Ao todo, são 84, fruto do cruzamento entre as 14 questões e as cinco categorias (gênero, raça, religião, renda familiar declarada e formação escolar [responsável masculino e feminina]).

elemento surge neste quesito: o percentual de não-respostas entre o gênero feminino é bem mais alto do que entre o masculino: 22,9% para 14,6%, respectivamente. O mesmo padrão progressista se repete em relação ao corte na educação: se 20% dos homens o defendem, pífios 5,7% das mulheres comungam da mesma percepção. Do ponto de vista moral, 75,6% do gênero feminino apoia casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que cai para 61,9% para o masculino. Portanto, a cisão de gênero, comprovadamente, apresenta significativas diferenças quanto à visão de mundo: mulheres se opõem a homens em todas as esferas, com ênfase na defesa da educação pública – embora seus percentuais de não-respostas sejam significativamente mais altos.

Já no que tange à religião⁶⁴, protestantes são mais autoritários em 8 dos quesitos políticos/punitivos, como é o caso do voto no 2º turno, quando 46,9% votaram em Bolsonaro para 31,4% dos católicos, uma diferença de 15,5%. O mesmo padrão se repete quanto à escolha do tipo de governante, com 62,5% de protestantes escolhendo presidente autoritário/técnico em contraste a 54,3% dos católicos. Quanto à avaliação do então governo do ex-capitão, 20,6% dos católicos consideravam-no bom para 31,9% dos protestantes. A avaliação da PM também é mais positiva entre os últimos do que os primeiros (87,4% para 79,9%). Por outro lado, o percentual de católicos a defender a pena capital é superior ao de protestantes (80% e 74,2%); o mesmo padrão se repete quanto à redução da maioria penal, medida na qual os dois credos confessionais praticamente empatam, mas com católicos sendo mais punitivos (67,8% para 66,3% entre protestantes) ao passo que, quanto à justiça popular, católicos se posicionam mais “à direita”: 42,6% defendem a medida para 34,5% de protestantes.

Como compreender, sociologicamente, tais dados? A experiência religiosa, especialmente a do evangelismo, como discutiremos adiante (nos capítulos 5 e 6), entre outros aspectos, se caracteriza por estratégias de proteção da juventude contra o tráfico de drogas por meio da inserção desses jovens em grupos comunitários, cursos profissionalizantes, permanência em ambientes religiosos, ou seja, um conjunto de experiências socioculturais que tende tanto a impedir o jovem a entrar no mundo do tráfico quanto à sua reincidência. Os evangélicos são, por excelência, um dos credos religiosos que mais está presente nos ambientes

⁶⁴ No quesito religião, trabalhamos com a dicotomia católicos versus protestantes, construindo, assim, duas grandes categorias. Por exemplo, entre protestantes, incluímos testemunhas de Jeová, metodistas, evangélicos etc. Mediante esse expediente, conseguimos adensar cada um dos termos opostos e, dessa forma, configurar um jogo de oposições entre as duas visões confessionais de mundo, o que irá, diga-se de passagem, auxiliar a construção dos eixos da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) que se apoia, entre outros fatores, na força dos jogos de oposição entre as categorias, o que lhe permite dispersá-las entre dois grupos no plano cartesiano (como veremos no próximo capítulo).

carcerários e que conta com mecanismos eficientes (e institucionalizados) de integração dos ex-detentos ao trabalho. Como discutiremos adiante, o evangelismo se distingue pela criação de mecanismos de proteção social – por mínima que sejam – a seu público, contribuindo para a recuperação (elementar) de sua cidadania (especialmente, através de cursos de capacitação, escolarização e integração ao trabalho).

Nessa perspectiva, a menor intensidade no apoio a medidas capitais – pena de morte ou prisão perpétua, justiça popular e redução da maioria penal – se justifica em virtude do conjunto de estratégias de recuperação e proteção que o evangelismo conta para a integração dos jovens – sendo o adolescente infrator, como veremos no capítulo 5, a vítima predileta dos mecanismos punitivos tanto do Estado quanto da sociedade – à ordem social e, em consequência, de proteção contra o tráfico de drogas. Com a consciência prática do concreto, os pais são os primeiros a perceber que seus filhos serão as primeiras vítimas desse processo, caso tais medidas sejam, de fato, implementadas. Há, portanto, em nossa perspectiva, deslocamento da visão reacionária dos evangélicos, quando apresentados a situações cujos efeitos têm incidência direta (e concreta) sobre suas famílias, a posições menos radicais (à direita).

No entanto, os protestantes, em geral, voltam a apresentar posições reacionárias quando observamos as variáveis destinadas a apreender os graus de liberalismo (econômico): os evangélicos apresentam maiores percentuais em ambas: 29,2% para 11,9% (reforma da previdência) e 18,9% para 6,2% (corte na educação). E, finalmente, quanto ao ‘casamento gay’, onde os percentuais de rejeição entre evangélicos são significativamente maiores (23% entre católicos para 64,9% entre protestantes). Sintomaticamente, nessas duas áreas os percentuais de protestantes são, praticamente, três vezes maiores do que o de católicos. Sociologicamente, como deslindar tais dados? Ao preço de nos adiantarmos (como dito, discutiremos o atravessamento religioso com mais densidade nos capítulos à frente), entendemos que aqui se apresenta, com toda sua força, a semântica da Teologia da Prosperidade que, entre outras propriedades, prima pela defesa da ascensão social individual (e individualista), impondo ao indivíduo – e não aos constrangimentos estruturais da ordem social – o peso por aquilo que concebe como “fracasso”. Nessa perspectiva, as políticas de inclusão social do Estado passam a ser concebidas como “privilégio” de forma que a solução, dentro dessa lógica, incide sobre o cancelamento dos mecanismos de inclusão do Estado, replicando, no próprio manancial religioso, as premissas neoliberais. Quanto ao repúdio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ele expõe a noção de família, especialmente evangélica, cujos preceitos incorporam a

noção de núcleo familiar heteronormativo. Como discutiremos adiante, a família se torna a instituição por excelência do trânsito de preceitos morais conservadores do âmbito privado ao público. Portanto, é na economia política e na moral, entendidas a partir da perspectiva da Teologia da Prosperidade e da instituição nucleadora de valores morais conservadores (quando não reacionários), que os dois grupos confessionais se opõem tão radicalmente, adensando as diferenças entre as percepções punitivas.

Quanto à raça, detectamos um padrão em degraus: brancos são mais autoritários que pardos que, por sua vez, apresentam índices mais autoritários do que pretos no que se refere às 11 variáveis que cobrem escolha política e punibilidade do Estado e da sociedade. Por exemplo, no quesito voto no 2º turno, 39% dos brancos escolheram Jair Bolsonaro, seguidos de 33,9% de pardos e, bem distante, 28,3% de pretos. Ou seja, a distância entre brancos e pretos é superior a 10% ao passo que entre brancos e pardos é praticamente a metade, cerca de 5%. Na avaliação da administração de Bolsonaro, pardos chegam a ultrapassar brancos – 28% para 24,6%, sendo que pretos apresentam posição radicalmente crítica, com apenas 11,7% apoiando o governo do ex-capitão. O quesito avaliação do governo tem a propriedade de exigir do/a respondente, na sua plenitude, uma apreciação, ou seja, consiste em uma questão que trata da percepção por excelência do/a aluno/a e, nesse quesito, é que pretos radicalmente se opõem ao governo Bolsonaro. Qualitativamente, essa questão é singularmente rica para apreciarmos as diferentes disposições dos três grupos em tela e a intensidade crítica da categoria pretos. Sobre armamento, brancos, pardos e pretos se posicionam da maior para a menor defesa: 42,4%, 35,2% e 29,5%. Sociologicamente, nossa hipótese é que a posição intermediária de pardos que, a exemplo da avaliação da gestão Bolsonaro se revela, em alguns casos, significativamente autoritária, se deve à estratégia de adesão à ordem social conservadora, reverberando a força das estratégias de ascensão social, na medida em que, enfrentando níveis menos intensos de preconceito (do que pretos), contam com maior probabilidade de aceitação social, aceitando a própria ordem social. Nesse sentido, é interessante notar que pardos apresentam altas taxas de defesa de medidas neoliberais, quase tão intensas quanto à dos brancos. Para a reforma da previdência, 19,3% dos brancos defendem a medida e 16,7% dos pardos; em contrapartida, apenas 13,6% dos pretos apoiam-na; quanto ao corte na educação, ele segue a mesma lógica (ver tabela em apêndice), com 15%, 12,1% e apenas 6,6%, respectivamente, o que coloca pretos não apenas como os mais críticos ao então governo de Bolsonaro, como também os maiores defensores de medidas de inclusão social. Por outro lado, brancos tendem a ser mais liberais do

ponto de vista identitário com 71,2% de apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, seguidos de pardos, com 70,6% e pretos (62,9%).

Esse último percentual, em nosso entendimento, se deve à força do evangelismo entre pretos que, se não consegue influenciá-los na esfera político-econômica e na punitiva – sendo parcialmente neutralizado pela força da categoria raça -, tende a exercer certa influência na dimensão familiar. Para os objetivos dessa subseção, brancos são mais autoritários, neoliberais e, do ponto de vista identitário, mais progressistas; seguidos por pardos que ocupam posição intermediária e pretos, que se destacam pela intensidade de suas críticas ao governo do ex-capitão e pela defesa de visões estatistas de mundo com o Estado como indutor de políticas públicas e de inclusão social.

Sobre a renda familiar declarada, os dados apontam correlação positiva entre aumento do orçamento e intensificação de autoritarismo, especialmente quanto à política, ao senso punitivista e à defesa de posições marcadamente neoliberais. Dentro desse padrão, quanto maior a renda familiar maior o percentual de voto na extrema-direita: 21,6% (até 2 salários mínimos [SM]), 38,3% (de 2 a 4 SM), 40% (de 4 a 10 SM) e 59% (acima de 10 SM). Quanto à redução da maioria penal, detectamos o mesmo padrão geral ascendente: 56,7% (2 SM), 64,4% (de 2 a 4 SM), 65,9% (de 4 a 10 SM) e uma leve queda na ponta, 63,3% (acima de 10 SM). Já em relação à percepção acerca do papel do Estado, o aumento da renda apresenta correlação negativa com a intensificação das posições estatistas. Como exemplo, a crítica ao corte da educação diminui com o aumento da renda da mesma forma que a defesa à reforma da previdência (ver tabelas em apêndice). Os índices de defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo, nesse quesito, são irregulares, apenas indicando que, no extrato de 4 a 10 SM, ele atinge seu maior percentual (71,1%).

A formação escolar dos responsáveis masculinos, outra categoria utilizada para a elaboração do índice de autoritarismo, requer discussão mais detalhada, tendo em vista sua singular complexidade. Mais do que em qualquer uma das categorias até agora analisadas, precisamos observar os dados pelo seu aspecto qualitativo. Quando avaliamos as 8 questões que se referem à punibilidade, descobrimos algo inusitado. Como o/a leitor/a deve se lembrar, são elas: avaliação da PM, uso da violência pela PM, armamento da população, redução da maioria penal, justiça popular, prisão de Lula da Silva, combate à corrupção (dentro e fora da lei) e pena capital. Observando-as com maior atenção, percebemos que elas, por sua vez, podem ser divididas em questões que encarnam diferentes tipos de percepção acerca da violência e diferentes reações diante das mediações institucionais democráticas. Com relação

às medidas cuja solução consiste na defesa da letalidade, a pena de morte e o justicamento popular, ou seja, fazer justiça com as próprias mãos, são as mais representativas dessa linhagem, pois implicam o extermínio do culpado (caso, de fato, seja culpado) pelo Estado e o extermínio do acusado pela explosão de ódio da população. A elas ainda podemos acrescentar a redução da maioria penal que implica o encarceramento de crianças e/ou adolescentes e/ou jovens que, como veremos mais tarde (capítulo 6), se enquadram no cerne da percepção punitiva do senso comum; ainda podemos acrescentar a permissão ao uso da violência irrestrita por parte da PM sobre o/a cidadão/ã comum (o que recupera o monopólio da violência do Estado aplicado no cotidiano social). Esse conjunto de questões formaria, em nosso entendimento, o complexo de percepções que, em maior e/ou menor grau, tenderia a conduzir (Estado e/ou sociedade) a soluções de extermínio.

Em contrapartida, a avaliação da PM expõe o grau de admiração/rejeição, ou melhor, a intensidade do afeto (do/a respondente) projetado na instituição, o que não deixa de operar mecanismos inconscientes de investimento psíquico. Nela, portanto, podemos detectar a relação afetiva que se estabelece entre aluno/a e instituição PM. Por outro lado, o armamento da população lida com os mecanismos psicossociais do medo, antecipando-se a um provável inimigo (quase sempre o adolescente infrator). Por isso, o armamento consiste em uma preparação para a situação de extermínio, dentro do modelo “o ataque é a melhor defesa”; mesmo assim, não contém o grau de violência imediata e direta do justicamento e da pena capital, por exemplo. Já o combate à corrupção (com uma das respostas permitindo agir dentro e/ou fora da lei) e a prisão de Lula se enquadram dentro da narrativa lavajatista, monopolizada pela mídia corporativa, e preocupada, grossíssimo modo, em erradicar lideranças nacionais da esquerda da luta política.

Feita a separação qualitativa entre as questões, detectamos que a faixa de alunos cujos responsáveis masculinos contam com Ensino Médio (EM) se caracteriza por apresentar os maiores percentuais, justamente, nas questões de maior intensidade punitiva (à exceção do apoio ao uso da violência pela PM) ao passo que o conjunto de respondentes cujos pais contam com nível superior (ensino superior [ES]) apresentaram outro tipo de percepção autoritária, vinculada às questões mais institucionais e/ou resultantes daquilo que, grosso modo, podemos designar como efeito Lava-jato. Os alunos de pais com EM, por exemplo, são os que apresentam maiores índices na avaliação positiva da PM (81,5%) – que não se enquadra dentro das mais punitivas -, pela defesa da redução da maioria penal (64,1%), pelo maior apoio ao justicamento com as próprias mãos (42,9%) e, especialmente, pela defesa da pena capital (78,2%). Em

contrapartida, os discentes cujos pais têm ensino superior (ES) são os mais autoritários nas outras quatro questões: uso da violência policial (70,8%) – que se encaixa entre as mais punitivas -, armamento da população (45,2%), prisão de Lula (48,3%) e combate à corrupção (33,3%). Portanto, devido à diferença qualitativa das questões, argumentamos que o segmento de alunos cujos pais possuem EM tende a ser mais autoritário, posto que defendem medidas mais letais (de extermínio imediato por meio da violência).

Quanto às questões explicitamente políticas – voto no 2º turno, tipo de presidente e avaliação do então governo Bolsonaro -, o grupo de responsáveis com EM apresenta percentuais mais altos em dois deles: 40,7% deles votaram no ex-capitão (para 39,1% dos pais com ES) e, sintomaticamente, 62,9% escolheram presidente autoritário e/ou técnico para 53,7% com ES. Quanto à avaliação (da administração de Bolsonaro), os dois praticamente empatam: ES com 25,8% e EM, 24,4%. No que se refere às reformas do Estado, o segmento de responsáveis com ES é, de fato, de acordo com os dados, o mais liberal: ES com 27% e EM com apenas 17,6% (quanto à reforma previdenciária) ao passo que, no que diz respeito ao corte na educação, a diferença se amplia – de 25,4% para 10,1%, respectivamente. Dados que demonstram, nitidamente, a intensidade do liberalismo econômico dos discentes cujos pais contam com formação superior (ES). Ademais, o mesmo grupo tende a ser, moralmente, o mais liberal, com apenas 26,2% contrários ao casamento de pessoas do mesmo sexo, sendo que os discentes de pais EM e Ensino Fundamental (EF) apresentam praticamente os mesmos índices, 31,8% e 32,5%, respectivamente (todas as tabelas estão em apêndice).

Grosso modo, temos dois complexos de categorias que, de acordo com os índices apresentados, apontam para diferentes padrões de autoritarismo: o primeiro, vinculado a pais/responsáveis masculinos com EM, tende a expressar intensa adesão a formas primárias (e primitivas) de violência, a exemplo do justicamento popular ou da defesa da violência irrestrita da PM na vida cotidiana. Esse padrão ainda se modula pelo voto na extrema-direita articulado à avaliação positiva do governo do então presidente Bolsonaro, pela defesa, menos intensa, da implementação de políticas neoliberais e pelo forte moralismo em consonância ao modelo tradicional de família. Nesse complexo, a força das mediações democráticas, como o devido processo legal, tende a ser rompida (não nos esqueçamos que os respondentes defendem a imposição brutal da força e do extermínio pelo justicamento). Em contrapartida, o segundo complexo apresenta adesão a formas mais institucionalizadas de autoritarismo, com ênfase na punição de figuras de proa da centro-esquerda nacional (efeitos da operação Lava-jato, que será discutida posteriormente), intensa defesa de medidas neoliberais e progressismo moral.

Quanto ao capital cultural das responsáveis femininas - especialmente no nível EM -, ele se apresenta, significativamente, invertido, em relação ao masculino, quando levamos em consideração as categorias que mapeiam a percepção punitiva dos estudantes. No que se refere ao uso da violência da PM, essa faixa de capital escolar apresenta os menores índices (59,8%) ao passo que EF e ES estão praticamente empatados (63% e 62,5%, respectivamente), sendo que, quanto ao justicamento popular, EM também é o mais baixo (36,6%); ES o maior (39,2%) e EF, o intermediário (37,3%). Cerca de 69,5% dos estudantes cujas mães contam com EM defendem a pena capital; a escala avança para 79% para ES e 75,5% para EF. Esse estrato ainda é o menor para defesa de prisão de Lula (40,7%) e apoio ao armamento da população (34,7%). Portanto, o mesmo percentual de formação escolar aponta para a tendência de deslocamento a posição progressistas entre as mulheres. Em nosso entendimento, o capital escolar das responsáveis femininas está sendo atravessado pela categoria raça, especialmente pardas e pretas; como apresentado anteriormente, se a categoria parda tende a ser mais progressista que branca; pretas se notabilizam pela intensidade da posição crítica ao governo Bolsonaro e às medidas neoliberais.

Agora, que encontramos um conjunto de padrões resultantes do cruzamento das diversas identidades com as percepções políticas, punitivas, econômicas e morais, podemos, finalmente, analisar as tabelas binárias gerais que irão auxiliar-nos a desenhar a condição socioeconômica dos diferentes cursos que compõem nosso universo de estudos.

4.1.1 – Tipo ideal

Nosso ponto de partida para a análise descritiva dos cursos de exatas implica o uso do “tipo ideal”, ferramenta teórica que nos auxilia a compreender a complexidade desses universos, enfatizando certos traços que consideramos essenciais para o desenvolvimento do presente trabalho. Nesse sentido, objetivamos apreender as similaridades entre os dois grupos sociais para construir um modelo teórico que nos permite cotejá-lo, comparativamente, e, depois, observarmos suas diferenças, na tentativa de compreender como tais dessemelhanças tendem a influenciar suas percepções acerca do mundo social.

O tipo-ideal consiste em instrumento central para a pesquisa sociológica, pois se funda na “*acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista*” (Weber, 2003, p. 106, grifos do autor), ou seja, por meio das escolhas do/a próprio/a pesquisador/a, são acentuadas

determinadas características do fenômeno – “o capitalismo”, o “feudalismo”, o “autoritarismo” etc. – com vistas à apreensão de suas propriedades (consideradas) essenciais. Dentro dessa lógica metodológica, ele contribui para a elaboração de um “quadro ideal” (*Ibidem*, p. 106) que, ao acentuar mentalmente tais propriedades, se transforma em uma ideia que permite a comparação entre ele, tipo ideal, essa construção abstrata, e a realidade concreta. Portanto, o tipo não é a realidade empírica, mas o instrumento de pensamento teoricamente formulado que permite melhor compreendê-la, comparativamente. “Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma *utopia*” (*Ibidem*, p. 106, grifo do autor). Os traços que, dentro do ponto de vista do(a) pesquisador(a), apresentam-se como centrais são, dessa feita, articulados conceitualmente na formulação de um quadro abstrato não contraditório, operando como um “*meio do conhecimento*” (*Ibidem*, p. 108, grifos do autor) e não como fim em si mesmo. Ademais, não se trata de uma média entre os caracteres de um fenômeno; ao contrário, são enfatizadas as propriedades consideradas essenciais. Como ferramenta de pesquisa, esse “quadro ideal” não possui caráter normativo, orientador do “dever”, isto é, como a realidade empírica deveria ser, na medida em que não se trata de uma “apreciação avaliadora” (*Ibidem*, p. 114), portadora de um juízo de valor específico sobre o fenômeno em tela. Ele permite, isto sim, a elaboração conceitual de elementos, que contribuem para a apreensão da gênese histórico-social do objeto e, portanto, para o desenho de sua “*significação cultural*” (*Ibidem*, p. 116, grifo do autor), propiciando a apreensão de seu significado específico (e não na generalidade de supostos traços comuns). Para a presente pesquisa, o tipo ideal permite com que enfatizemos os principais aspectos constitutivos do autoritarismo entre os alunos de exatas, de um lado, e, de outro, seus posicionamentos na estrutura socioeconômica. Esse “quadro ideal” servirá de guia para nossa análise, pois irá permitir a comparação entre o modelo conceitual e a realidade empírica, apreendida mediante os dados das tabelas binárias.

Tendo em vista a tradição de pesquisas sobre as percepções e/ou tomadas de posição conservadora (Bourdieu, 1992, 2007, 2019; Pierucci, 1987, 1989; Alves, 2000; Rocha, 2019; Tatagiba, 2018; Kalil, 2018; Solano, 2017, 2018; Messenberg, 2017; Cardozo, 2019; Fernandes; Vieira, 2019), os alunos de exatas podem ser idealmente caracterizados da seguinte maneira: altos percentuais do gênero masculino, brancos, com posições socioeconômicas superiores à grande maioria dos demais cursos estudados, baixa sofisticação cultural e/ou intelectual, grande consumo de estilos musicais sertanejos. Posição políticas e culturais autoritárias, com voto na direita/extrema-direita, intolerância identitária, especialmente nos âmbitos cultural e moral. Para concluir esse modelo, defendemos que, além da intolerância, o universo de exatas apresenta, ademais, senso punitivo, com forte defesa da pena capital, redução da maioria

penal e, no limite, simpatia à “justiça com as próprias mãos”. Posto o presente modelo, iremos cotejá-lo, constantemente, em relação aos dados apresentados pelas tabelas e gráficos. A seguir, iniciamos a análise das tabelas binárias.

4.2. ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA CIVIL

Como primeiro passo, observemos onde os dois cursos se posicionam na estrutura socioeconômica, tendo como parâmetro o rendimento total, a renda declarada⁶⁵ da família dos discentes. Objetivamente, os dois cursos se encontram entre a tríade de maior capital econômico no universo estudado. Como podemos observar na tabela, administração e engenharia, juntamente com odontologia, apresentam os maiores percentuais para o estrato mais alto.

Os dados das tabelas a seguir também servem para os demais cursos, de forma que sugerimos aos(as) leitores(as) que, na análise dos próximos grupos, consultem novamente as informações apresentadas na tabela acima. Aproveitamos para enfatizar a forma como lemos os dados. Começamos pelas linhas: dentro dos respondentes de renda familiar declarada de até 2 SM (106 alunos ou 28,3% do total), 11,3% estão no curso de direito; 17,9% em jornalismo; 18,9% em engenharia civil; 8,5% em administração; 24,5% em enfermagem e 18,9% em odontologia. A soma dos números tem de atingir 106 alunos. Assim, $12 + 19 + 20 + 9 + 26 + 20 = 106$ ao passo que a soma dos percentuais, por sua vez, tem de ser 100% (como pode ser visto ao final da linha). Apenas para consolidar, façamos a mesma leitura para a segunda linha: dentro dos respondentes cuja renda familiar declarada é de 2 a 4 SM (152 alunos ou 40,6% do total), 15,1% estão em direito; 10,5% em jornalismo; 16,4% em engenharia; 18,4% em administração; 20,4% em enfermagem e 19,1% em odontologia. Naturalmente, os valores finais têm de bater com 152 e 100%, de acordo com o exemplo acima (algumas vezes, o percentual fica em 99,9%). Agora, façamos o inverso, lendo as colunas: 23,5% dos alunos de direito (12) têm renda familiar declarada de até 2 SM; 45,1% dos alunos de direito (23) têm renda declarada

⁶⁵ Renda declarada (RD) se refere ao orçamento mencionado pelo entrevistado quando de sua resposta ao questionário. O que gera várias precauções, especialmente quanto à veracidade das informações. Pode ocorrer que a renda declarada dos entrevistados não corresponda, objetivamente, à renda real. Por isso, estaremos sempre relacionando suas práticas sociais, seu uso de programas de financiamento estudantil, seu capital cultural etc. à RD.

entre 2 e 4 SM; 25,5% dos alunos de direito (13) têm renda declarada entre 4 e 10 SM e, finalmente, 5,9% dos alunos de direito (3) têm renda declarada acima de 10 SM. Somando os percentuais, eles têm de atingir 100% (que está na base da coluna e 51 alunos, também na base). Peguemos outro exemplo, agora de enfermagem: 42,6% dos alunos de enfermagem (26) têm renda declarada de até 2 SM; 50,8% dos alunos de enfermagem (31) têm renda declarada de 2 a 4 SM; 3,3% dos alunos de enfermagem (2) têm renda declarada entre 4 e 10 SM e 3,3% dos alunos de enfermagem (2) têm renda declarada acima de 10 SM. Somando o número de alunos, encontramos seu total (61) na base da coluna e 100% como acumulado das porcentagens. Com a leitura vertical, descobrimos entre outras coisas o baixíssimo percentual de alunos de enfermagem nos estratos mais altos (apenas 6,6% nos dois níveis superiores). Assim, é possível apreender o perfil do grupo. Por isso, nossa opção foi pela leitura das colunas, pois ela nos auxilia a aferir o percentual de alunos **no interior de cada curso, permitindo a construção do perfil sociológico de cada agrupamento**. Observe a tabela a seguir:

Tabela 8 - Curso *versus* renda familiar⁶⁶

P16Renda * Curso Tabulação cruzada									
			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
P16Renda	até 2 SM	Contagem	12	19	20	9	26	20	106
		% dentro de P16Renda	11,3%	17,9%	18,9%	8,5%	24,5%	18,9%	100,0%
		% dentro de Curso	23,5%	39,6%	29,9%	15,3%	42,6%	22,7%	28,3%
2 a 4 SM	Contagem	23	16	25	28	31	29	152	
	% dentro de P16Renda	15,1%	10,5%	16,4%	18,4%	20,4%	19,1%	100,0%	
	% dentro de Curso	45,1%	33,3%	37,3%	47,5%	50,8%	33,0%	40,6%	
4 a 10 SM	Contagem	13	12	14	14	2	28	83	
	% dentro de P16Renda	15,7%	14,5%	16,9%	16,9%	2,4%	33,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	25,5%	25,0%	20,9%	23,7%	3,3%	31,8%	22,2%	
acima de 10 SM	Contagem	3	1	8	8	2	11	33	
	% dentro de P16Renda	9,1%	3,0%	24,2%	24,2%	6,1%	33,3%	100,0%	
	% dentro de Curso	5,9%	2,1%	11,9%	13,6%	3,3%	12,5%	8,8%	
Total	Contagem	51	48	67	59	61	88	374	
	% dentro de P16Renda	13,6%	12,8%	17,9%	15,8%	16,3%	23,5%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

⁶⁶ O qui-quadrado pode ser visto na pequena tabela abaixo da principal: seu valor, na grande maioria dos casos, é inferior 0,05, o que indica que há associação estatística significativa entre as variáveis. Procuramos apresentá-lo em todas as tabelas cruzadas.

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	38,839 ^a	15	,001
Razão de probabilidade	45,359	15	,000
Associação Linear por Linear	,835	1	,361
N de Casos Válidos	374		

a. 2 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,24.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Grosso modo, os dois cursos aparecem praticamente empatados no ápice econômico de nosso universo de estudo. Quando levamos em consideração a junção entre os dois estratos mais altos⁶⁷, novamente os dois cursos se posicionam no terço de maior concentração econômica: 37,3% para administração e 32,8% para engenharia. A título de comparação, enfermagem apresenta apenas 6,6% para essa faixa, o que expõe de forma surpreendente a desigualdade social estruturante dos seis grupos. Quando observamos o estrato mais baixo⁶⁸, administração conta com o menor percentual, 15,3%, ao passo que engenharia fica com 29,9%, demonstrando baixos índices para os estratos de menor orçamento familiar. Ou seja, apresentam alto capital econômico, com significativa concentração nos estratos médio e alto⁶⁹ (para o universo estudado) e pouca concentração nos níveis econômicos muito baixos. Agora, é necessário apreender o grau de escolarização dos responsáveis dos discentes para análise da relação entre os capitais econômico e escolar.

Quanto ao capital escolar dos responsáveis de ambos os sexos, que correspondem ao capital intelectual repassado aos discentes, percebemos distribuições atravessadas por fortes disparidades entre os cursos sem a duplicação dos capitais econômicos. Em outras palavras, estamos diante de uma intrincada disjunção entre duas dimensões, representadas por dois tipos de capital, o econômico e o intelectual, com o traço singular de que o segundo é - muitas vezes,

⁶⁷ 4 SM a 10 SM e acima de 10 SM

⁶⁸ Que equivale a até 2 SM

⁶⁹ Os percentuais de “4 a 10 SM” são relativamente homogêneos, à exceção de odontologia (31,8%) e enfermagem (3,3%), que representam as duas pontas (o de maior e o de menor concentração). Voltaremos a esses dados na análise do eixo de biológicas.

surpreendentemente - menor que o primeiro.⁷⁰ Nesta perspectiva, os dois cursos de exatas apresentam percentuais impressionantes para os níveis mais baixos de formação intelectual: 50,9%% para administração e 50,8% para engenharia na categoria Ensino Fundamental Total (EFT) no quesito responsáveis masculinos.

Tabela 9: Curso versus Escolaridade do Responsável Masculino

Tabulação cruzada PRECATESCM * Curso

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
PRECATESCM	EF	Contagem	22	16	33	29	30	29	159
		% em PRECATESCM	13,8%	10,1%	20,8%	18,2%	18,9%	18,2%	100,0%
		% em Curso	44,9%	35,6%	50,8%	50,9%	52,6%	34,1%	44,4%
	EM	Contagem	13	21	21	19	18	37	129
		% em PRECATESCM	10,1%	16,3%	16,3%	14,7%	14,0%	28,7%	100,0%
		% em Curso	26,5%	46,7%	32,3%	33,3%	31,6%	43,5%	36,0%
	ES	Contagem	12	7	11	9	7	18	64
		% em PRECATESCM	18,8%	10,9%	17,2%	14,1%	10,9%	28,1%	100,0%
		% em Curso	24,5%	15,6%	16,9%	15,8%	12,3%	21,2%	17,9%
	nresp	Contagem	2	1	0	0	2	1	6
		% em PRECATESCM	33,3%	16,7%	0,0%	0,0%	33,3%	16,7%	100,0%
		% em Curso	4,1%	2,2%	0,0%	0,0%	3,5%	1,2%	1,7%
Total	Contagem	49	45	65	57	57	85	358	
	% em PRECATESCM	13,7%	12,6%	18,2%	15,9%	15,9%	23,7%	100,0%	
	% em Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	17,574 ^a	15	,286
Razão de verossimilhança	18,926	15	,217
Associação Linear por Linear	,000	1	,988
N de Casos Válidos	358		

a. 6 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é ,75.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

⁷⁰ Convém observar que a formação média de todos os responsáveis masculinos oscila entre média e baixa, pois 44,4% deles contam com apenas o Ensino Fundamental Total (EFT) e 36% com o Ensino Médio Total (EMT) – dados que podem ser vistos na última coluna. Portanto, 80,5% dos responsáveis masculinos permanecem na faixa de escolaridade entre o Fundamental e/ou Ensino Médio, o que pode ser considerada a grande marca desse universo, a formação intelectual médio-baixa, o que aponta para profissões manuais e/ou com pouca exigência intelectual. O curso de administração apresenta 84,2% de seus alunos nessa faixa (EFT + EMT) e engenharia fica pouco abaixo (83,1%).

Eles se caracterizam por contarem com o menor volume de capital escolar de toda a amostragem, tendo em vista se tratar da formação mais elementar em termos de escolaridade. Odontologia, somente a título de comparação, apresenta a menor taxa para esse nível de capital – 34,1%.⁷¹ Continuando nossa análise, façamos agora o inverso, analisando o capital escolar médio dentro da lógica de que, quanto maior sua taxa, maior o volume de capital escolar intermediário, distribuído entre seus agentes. Quanto aos capitais escolares intermediário e alto, os dois cursos apresentam taxas medianas, sem se distinguirem dos demais⁷²; ao contrário, relacionando-as a seus capitais econômicos, tais percentuais expressam baixos capitais escolares. Que configuração começamos, então, a delinear? Correlação negativa entre os dois tipos específicos de capital, com alta concentração para o econômico e baixa para o escolar. Mas aqui surge outra questão: essa correlação negativa entre os dois tipos de capital se mantém quando analisamos as responsáveis femininas? Podemos afirmar que se trata de um padrão a atravessar os dois gêneros? Se se mantém, os níveis são os mesmos? Ou há inversões significativas?

Para as responsáveis femininas (ver tabela abaixo), os dois cursos, surpreendentemente, mantêm altíssimos índices para os níveis mais baixos de formação escolar (47% para engenharia e 50% para administração) e, ao mesmo tempo, apresentam os percentuais (mais uma vez, mais baixos de toda a amostragem) para a formação intermediária.

⁷¹ Não podemos nos esquecer que, quanto maior o percentual para essa categoria, que se define pela escolaridade mínima, menor o capital escolar dos agentes.

⁷² Para o nível médio (EM), portanto, administração apresenta 33,3% e engenharia 32,3% ao passo que jornalismo - como se verá, um curso com capital econômico significativamente inferior ao de exatas - fica com 46,7%, maior índice da amostra. Quanto ao nível mais alto (que engloba ensino superior e pós-graduação, representado pela sigla ES), administração conta com 15,8% e engenharia 16,9%, atrás de direito (24,5%, o maior percentual) e odontologia (21,2%, segundo colocado). Vale acrescentar que, mais uma vez, jornalismo praticamente empata com administração, apesar das diferenças econômicas - 15,6%.

Tabela 10: Curso versus Escolaridade da Responsável Feminina

Tabulação cruzada PRECATESCF * Curso

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
PRECATESCF	EF	Contagem	26	14	31	29	30	26	156
		% em PRECATESCF	16,7%	9,0%	19,9%	18,6%	19,2%	16,7%	100,0%
		% em Curso	53,1%	29,2%	47,0%	50,0%	50,8%	29,9%	42,5%
	EM	Contagem	15	19	20	13	21	37	125
		% em PRECATESCF	12,0%	15,2%	16,0%	10,4%	16,8%	29,6%	100,0%
		% em Curso	30,6%	39,6%	30,3%	22,4%	35,6%	42,5%	34,1%
	ES	Contagem	8	15	14	14	7	23	81
		% em PRECATESCF	9,9%	18,5%	17,3%	17,3%	8,6%	28,4%	100,0%
		% em Curso	16,3%	31,3%	21,2%	24,1%	11,9%	26,4%	22,1%
	nresp	Contagem	0	0	1	2	1	1	5
		% em PRECATESCF	0,0%	0,0%	20,0%	40,0%	20,0%	20,0%	100,0%
		% em Curso	0,0%	0,0%	1,5%	3,4%	1,7%	1,1%	1,4%
Total	Contagem	49	48	66	58	59	87	367	
	% em PRECATESCF	13,4%	13,1%	18,0%	15,8%	16,1%	23,7%	100,0%	
	% em Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	23,149 ^a	15	,081
Razão de verossimilhança	24,902	15	,051
Associação Linear por Linear	1,275	1	,259
N de Casos Válidos	367		

a. 6 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é ,65.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Quanto aos patamares intelectuais mais altos, atingem apenas o nível mediano⁷³. Portanto, com algumas variações nos estratos mais altos (as responsáveis femininas são melhor formadas que os masculinos), detectamos o mesmo padrão quanto à relação entre os dois tipos de capitais, com o econômico sobrepujando – em muito – o capital intelectual para os dois gêneros. Ademais, importa ainda ressaltar outro padrão que se destaca ao comparar os dois

⁷³ No nível mais baixo, EFT, administração apresenta 50% e engenharia, 47%, superiores aos de jornalismo e odontologia. Já para EMT, eles ficam com as menores taxas: 22,4% e 30,3%, respectivamente. Quanto à somatória ES, ficam com 24,2% e 21,1% (na mesma sequência), ou seja, apenas patamares médios para a mais alta formação escolar, a despeito de seus capitais econômicos serem, relativamente, altos – em comparação aos demais cursos no universo estudado.

curso entre si: administração, a despeito de apresentar maior concentração de renda, isto é, maior capital econômico, conta com menores índices para o capital escolar. Dentro desse padrão, temos engenharia suplantando o outro curso em termos de escolaridade. Algumas questões precisam ser levantadas aqui: qual o efeito desse tipo específico de padrão nos dois cursos – alto capital econômico e baixo capital escolar? Quais as consequências da concentração de volume do capital escolar em engenharia, comparando-o à administração? Só podemos efetivamente responder tais indagações no decorrer dessa pesquisa; diante da presente situação, procuraremos adensar nossa análise, incorporando novas categorias em nosso estudo.

Partindo dessa descoberta - a dualidade estrutural que atravessa os dois cursos -, é necessário avançar e discutir suas composições em termos de gênero, pois a percepção política de homens e mulheres apresenta diferenças significativas para nosso estudo na medida em que os primeiros tendem a defender posições mais conservadoras do que as segundas (como apontado anteriormente). Os dados constantes da tabela (ver tabela de gênero abaixo) demonstram que engenharia civil e administração apresentam as maiores concentrações de homens em toda a amostra de nossos estudos.

Tabela 11: Curso *versus* Gênero

Sexo * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
Sexo	Masculino	Contagem	23	26	53	36	12	34	184
		% dentro de Sexo	12,5%	14,1%	28,8%	19,6%	6,5%	18,5%	100,0%
		% dentro de Curso	45,1%	53,1%	76,8%	61,0%	19,4%	37,8%	48,4%
	Feminino	Contagem	28	23	16	23	50	56	196
		% dentro de Sexo	14,3%	11,7%	8,2%	11,7%	25,5%	28,6%	100,0%
		% dentro de Curso	54,9%	46,9%	23,2%	39,0%	80,6%	62,2%	51,6%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Sexo	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	51,720 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	54,564	5	,000
Associação Linear por Linear	11,175	1	,001
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 23,73.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

O monopólio masculino dos conhecimentos de exatas chega a praticamente 80%, apontando para a persistente divisão do saber em nossa sociedade, expresso, sobretudo, no monopólio masculino sobre áreas consideradas de “ciências duras⁷⁴”. Os dados de nosso estudo apontam para 76,8% de homens contra 23,2% de mulheres em engenharia. O mesmo padrão se repete, apenas com menor intensidade, entre os discentes do curso de administração (61% de homens e 39% de mulheres). Dentro dessa lógica, estamos diante de dois cursos que são constituídos por alta concentração masculina, tendo engenharia, praticamente, 20% a mais de homens que administração. Mais do que isso: o desenho que se vai configurando aqui apresenta dois cursos predominantemente masculinos, estruturados por forte divisão do conhecimento social, ou melhor, com intenso monopólio do conhecimento técnico, capital essencial na área de exatas. Uma das questões que surgem diante desse primeiro esboço é o efeito deste tipo de monopólio para a construção do *habitus* dos agentes e das suas tomadas de posição política. Hipótese: pode estar se desenhando a intrincada relação entre conhecimento técnico e posições políticas de ordem conservadora e/ou autoritária devido ao fato de que, entre outras características, tal tipo de conhecimento, o técnico, se singulariza pela erradicação, quando não pelo bloqueio, da formação humanista e, portanto, tende a enfraquecer a crítica às estruturas sociais, operando na defesa da ordem estabelecida. Alto capital econômico, baixo capital escolar⁷⁵, composição de gênero predominantemente masculina e monopólio de conhecimento técnico. Continuemos nosso delineamento sociológico, deslocando nosso foco para a composição racial do grupo.

A categoria raça apresenta intrincada complexidade. O ponto que nos chama atenção e que, acreditamos, deve ser levado em conta, é que, quando categorizamos o objeto racialmente, estamos, também, elaborando uma gradação de matizes ideológicos. À exceção de odontologia, que conta com 67,4% de brancos, todos os demais cursos apresentam percentuais relativamente

⁷⁴ Ciências duras são vinculadas à área de exatas, monopolizadas, em geral, por homens.

⁷⁵ Gostaríamos ainda de enfatizar nosso objetivo nesta seção: a apresentação sociológica somente tem sentido analítico quando articulada ao que nos interessa, ou seja, à percepção política e às tomadas de decisão dos agentes sociais. Metodologicamente, estamos construindo, ao longo desta tese, a relação entre visões políticas sobre o mundo e posição dos agentes na estrutura social. Como a/a leitor/a já deve ter percebido, nossa análise se faz passo a passo, gradativamente incorporando dados e os analisando-os à luz do estruturalismo genético. Nesta parte, estamos desenhando o perfil socioeconômico e identitário de nosso universo, dialogando com a seção destinada à construção das tendências autoritárias inerentes a cada identidade, como analisado anteriormente.

homogêneos (ver tabela abaixo); no entanto, a taxa de pardos de administração (34,5%) é a mais alta da amostra ao passo que a de engenharia fica em terceiro lugar (33,3%).

Tabela 12: Curso *versus* Raça

Cor * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Journalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Cor	Branca	Contagem	24	23	32	28	27	60	194
		% dentro de Cor	12,4%	11,9%	16,5%	14,4%	13,9%	30,9%	100,0%
		% dentro de Curso	47,1%	46,9%	46,4%	48,3%	43,5%	67,4%	51,3%
Preta	Preta	Contagem	10	14	12	8	12	7	63
		% dentro de Cor	15,9%	22,2%	19,0%	12,7%	19,0%	11,1%	100,0%
		% dentro de Curso	19,6%	28,6%	17,4%	13,8%	19,4%	7,9%	16,7%
Parda	Parda	Contagem	16	11	23	20	21	20	111
		% dentro de Cor	14,4%	9,9%	20,7%	18,0%	18,9%	18,0%	100,0%
		% dentro de Curso	31,4%	22,4%	33,3%	34,5%	33,9%	22,5%	29,4%
Amarela	Amarela	Contagem	1	1	2	1	2	1	8
		% dentro de Cor	12,5%	12,5%	25,0%	12,5%	25,0%	12,5%	100,0%
		% dentro de Curso	2,0%	2,0%	2,9%	1,7%	3,2%	1,1%	2,1%
Não sabe/ não quer responder	Não sabe/ não quer responder	Contagem	0	0	0	1	0	1	2
		% dentro de Cor	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
		% dentro de Curso	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	1,1%	0,5%
Total	Total	Contagem	51	49	69	58	62	69	378
		% dentro de Cor	13,5%	13,0%	18,3%	15,3%	16,4%	23,5%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	(Sig. Assint. (2-lados))
Chi-quadrado de Pearson	23,195 ^a	20	,279
Razão de probabilidade	23,756	20	,293
Associação Linear por Linear	1,216	1	,270
N de Casos Válidos	378		

a. 12 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,26.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

O que isso pode significar? Analiticamente, se os percentuais de brancos não são sociologicamente significativos para o estudo, os índices de pardos dos dois cursos, ao contrário, permanecem nos níveis mais altos de toda a amostragem. Precisamos, portanto, compreender quais são os efeitos dessa grande concentração de pardos em engenharia e administração. No entanto, a análise se torna ainda mais intrincada quando observamos o percentual de pretos entre os discentes. Aqui, descobrimos algo surpreendente: os cursos de administração e de engenharia são os que contam com os menores percentuais dessa categoria, em todo o espectro estudado - 13,8% e 17,4%, respectivamente (depois de odontologia, 7,9%). Qual o papel que essa composição racial desempenha? Especificamente, qual o impacto de taxas

tão baixas de pretos sobre os cursos? Ao contrário, o que significa a forte presença de pardos para o eixo de exatas? Sociologicamente, o que temos até o presente momento?

O seguinte quadro: são homens majoritariamente brancos e pardos (com poucos pretos) de origem socioeconômica mais alta que os demais grupos da amostra (à exceção de odontologia) e que, ademais, monopolizam um tipo especial de conhecimento, o técnico, que se opõe à formação humanista. Pretos, de acordo com nossos dados, tendem a ser mais progressistas que pardos que, diga-se de passagem, apresentam perfil relativamente conservador, sendo, no entanto, mais progressistas que brancos. Ou seja, os percentuais raciais apontam para visões de mundo que se encarnam em matizes ideológicos diferenciados⁷⁶. Desta forma, maiores percentuais de brancos e pardos conjugados a menores taxas de pretos contribuem para a construção de tendências mais conservadoras e, dado o presente contexto sociológico, autoritárias, que se adensam, ademais, devido à grande presença masculina na composição dos dois grupos.

Dando prosseguimento a nosso desenho sociológico, outra categoria central diz respeito à religião. Os dados apontam que protestantes-evangélicos são, sobremaneira, mais conservadores e/ou autoritários que católicos, especialmente do ponto de vista moral e econômico (e com menor intensidade com relação ao apoio a medidas punitivas). Com efeito, a composição religiosa dos dois cursos em destaque é, especialmente, importante para nossos estudos (ver tabela abaixo).

⁷⁶ Nossa hipótese sobre as tendências mais conservadoras/autoritárias de pardos consiste em que, aderindo à ordem estabelecida, especialmente nos âmbitos econômico, político e moral, os grupos sociais passam a adquirir mais chances de ascensão. Aderir à ordem significa também obter maior probabilidade de ascender, isto é, instrumentalizar estratégias mais eficientes de mobilidade social conservadora. Estamos diante de uma estratégia clássica, mas ainda eficiente de reprodução social da ordem conservadora e de ascensão em seu próprio interior.

Tabela 13: Curso *versus* Religião

Tabulação cruzada Religião * Curso

Religião	Curso	Curso						Total
		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
Católica	Contagem	27	13	37	26	32	45	180
	% em Religião	15,0%	7,2%	20,6%	14,4%	17,8%	25,0%	100,0%
	% em Curso	52,9%	27,1%	53,6%	44,8%	51,6%	50,6%	47,7%
Protest/Evang/cristão/T. Jeová/Metod.	Contagem	12	7	18	17	22	22	98
	% em Religião	12,2%	7,1%	18,4%	17,3%	22,4%	22,4%	100,0%
	% em Curso	23,5%	14,6%	26,1%	29,3%	35,5%	24,7%	26,0%
Espírita	Contagem	5	4	2	5	1	11	28
	% em Religião	17,9%	14,3%	7,1%	17,9%	3,6%	39,3%	100,0%
	% em Curso	9,8%	8,3%	2,9%	8,6%	1,6%	12,4%	7,4%
Afrobrasileira	Contagem	4	2	0	1	0	0	7
	% em Religião	57,1%	28,6%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	% em Curso	7,8%	4,2%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	1,9%
Sem religião	Contagem	0	2	0	1	1	2	6
	% em Religião	0,0%	33,3%	0,0%	16,7%	16,7%	33,3%	100,0%
	% em Curso	0,0%	4,2%	0,0%	1,7%	1,6%	2,2%	1,6%
Não sabe/não respondeu	Contagem	3	20	12	8	6	9	58
	% em Religião	5,2%	34,5%	20,7%	13,8%	10,3%	15,5%	100,0%
	% em Curso	5,9%	41,7%	17,4%	13,8%	9,7%	10,1%	15,4%
Total	Contagem	51	48	69	58	62	89	377
	% em Religião	13,5%	12,7%	18,3%	15,4%	16,4%	23,6%	100,0%
	% em Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	65,904 ^a	25	<,001
Razão de verossimilhança	63,263	25	<,001
Associação Linear por Linear	4,834	1	,028
N de Casos Válidos	377		

a. 16 células (44,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,76.

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Após enfermagem (35,5%), são os que apresentam maiores percentuais de protestantes-evangélicos – administração com 29,3% e engenharia com 26,1% -, o que contribui para a conformação de percepções políticas e tomadas de posição, como o(a) leitor(a) deve já intuir, intensamente autoritárias. O ponto essencial, portanto, consiste em apreender as composições religiosas constitutivas de cada curso, especialmente, a determinante evangélica, para, em seguida, observar a força dessa mediação na construção de suas percepções políticas. No nosso universo, assim como na realidade brasileira, ser evangélico, como veremos, conta - e muito. Mas há mais: quando observamos a religião como uma mediação social cuja força é

extremamente significativa, precisamos levar em consideração o traço sociológico descoberto em nossa análise - o universo familiar ao qual os estudantes pertencem se caracteriza por baixo capital escolar e, como veremos, se estrutura por práticas sociais conectadas à religião, especialmente quando levamos em consideração a interação musical dos respondentes, um dos elementos centrais na configuração do lazer.

Depois de enfermagem, um dos dados mais significativos diz respeito ao fato de que os dois cursos de exatas se caracterizam por forte interação com um tipo específico de música⁷⁷ – o sertanejo⁷⁸. Ora, o sertanejo geralmente se notabiliza pela construção de percepções de mundo machistas, conservadoras e sintonizadas com a ordem estabelecida, especialmente, com os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres e pelo domínio masculino sobre o mundo social e político. Dentro dessa lógica, ele é constituído por percepções ideológicas estabilizadoras da ordem e dos papéis sociais. Mas há mais. A área de exatas ainda apresenta forte interação com a música gospel, o que demonstra - e este ponto é fundamental - a influência pervasiva da religião que se faz sentir, agora, na esfera do lazer e do gosto. Em outras palavras, o delineamento da força da matriz religiosa não deve se ater apenas à caracterização das escolhas de religião e da intensidade das práticas religiosas; ele pode e, acreditamos, deve também ser apreendido a partir de seus efeitos em outras esferas da vida social, esferas essas menos visíveis, como é o caso dos estilos musicais.

Aqui, percebemos que a influência religiosa deixa seu nicho tradicional, o dos templos e igrejas, e se desloca para outra esfera social, a do lazer e do gosto, colonizando dimensões sociais até então mantidas separadas, ou melhor, mais distantes das práticas religiosas. O deslocamento entre esferas, portanto, aponta para processos de colonização de espaços sociais que incidem sobre as subjetividades dos agentes em esferas antes relativamente “protegidas”. Como aventamos, a incidência e generalização da percepção religiosa se exerce sobre um universo cujos agentes estão, intelectualmente, despreparados (e desmobilizados) para a recepção crítica das mensagens religiosas devido a seus baixos índices de capital escolar. Por

⁷⁷ As tabelas sobre gosto, lazer e práticas sociais em geral podem ser vista no apêndice.

⁷⁸ No que diz respeito à interação com o sertanejo, engenharia ocupa o terceiro lugar (62,3%) e administração, o segundo (67,8%), sendo que o primeiro lugar é ocupado por enfermagem (72,6%). A partir de agora, portanto, passamos a analisar a interação com música, literatura, redes, enfim, o lazer e o gosto como formas de mediação social e suas influências na configuração dos *habitus* dos agentes sociais em tela.

isso, o efeito da mediação religiosa – atravessando e se articulando à mediação da estética musical – tende a se tornar mais insidioso; menos visível; sua força, mais intensa.

Um instigante quadro sociológico passa a se desvendar diante de nossos olhos. Ainda dentro das práticas sociais - que, ao fim e ao cabo, estão sendo usadas como fios condutores de nossa compreensão sociológica em sintonia com os capitais -, os estudantes dos dois cursos também se caracterizam pela intensa leitura de livros técnicos e de autoajuda, apresentando, em contrapartida, pouca interação com as categorias “aventura” e “clássicos” (ver tabelas em apêndice).

No nosso entendimento, o estilo de literatura técnica parece duplicar, no universo das práticas sociais, a tecnicidade a que este tipo de estudantes é submetido ao longo de toda a graduação, contribuindo para estabelecer um “fechamento cognitivo” diante de tudo aquilo que não se coaduna com a visão de mundo desse universo. Percebemos que esse conjunto de práticas, mediações que contribuem para a criação de um padrão de sociabilidade, ao que tudo indica, conservador, se afasta do conhecimento humanista, ao mesmo tempo em que se adensa no âmbito técnico. Por isso, a baixa taxa de leitura do estilo “aventuras” nos parece significativa, na medida em que este tipo de literatura encarna vários dos processos criativos da dimensão literária, inerentes à capacidade intraceptiva⁷⁹. Ou seja, o baixo percentual de leitura de “aventuras”, entre os estudantes, aponta para o afastamento de tudo aquilo que se apresenta “em desarranjo” com a realidade cotidiana, isto é, a reificação da ordem estabelecida. Detectamos aqui a hipertrofia dos conhecimentos técnicos *pari passu* ao cancelamento da criação. Não poderíamos deixar de mencionar, ademais, outro dado surpreendente: são os dois cursos que menos leem clássicos, o que nos parece demonstrar outros dos efeitos perversos da anti-intrapeção e do tecnicismo, conjugados. O que nos termos de Adorno et al. (1950), mais uma vez, aponta para os cancelamentos da fantasia, imaginação e criação. O(A) leitor(a) já deve ter percebido que o elemento crucial da análise das práticas sociais é que elas nos permitem a auscultação – aqui cabe a metáfora médica – do “universo mental” dos agentes⁸⁰.

⁷⁹ A intrapeção é um conceito que aponta para a fantasia e a capacidade criadora de indivíduos que, a despeito dos constrangimentos da realidade objetiva, são capazes de se desvencilhar de seus entraves e criar um novo universo subjetivo. No entanto, como entendido por Adorno et al. (1950), não se trata apenas da criação de um universo próprio, mas da potencialidade da criação artística, vinculada ao domínio da fantasia cuja própria existência já põe em risco a crença na ordem estabelecida e sua naturalização.

⁸⁰ Concentramos as tabelas mais específicas como interação musical, leituras (enfim, práticas sociais e lazer) no apêndice.

Outro dado que nos possibilita adensar nossa busca pelas propriedades fundamentais desse universo mental dos estudantes de engenharia e administração diz respeito à sua relação com outro aparelho, em geral, caro às estruturas sociais, a televisão⁸¹. Se, por um lado, os dois cursos apresentam baixas taxas para a categoria “nunca assistir TV⁸²”, por outro lado, quando observamos a categoria “assistir TV todos os dias”, constatamos altíssimos percentuais (ver tabelas em apêndice). Ou seja, as escolhas das mídias tradicionais apontam para fluxos de informação cujos conteúdos tendem a estar em consonância com as estruturas sociais estabelecidas, na medida em que se tratam, enfatizamos, de conglomerados midiáticos, configurados em oligopólios que tendem a monopolizar (e conformar) o conteúdo das informações disponíveis ao grande público. Dentro dessa lógica, ainda detectamos baixos percentuais de leituras de jornais, o que demonstra fraca interação com esse tipo específico de mídia tradicional. Além de enfermagem (apenas 14,8% para a categoria “ler jornais e revistas todos os dias”), os cursos apresentam os menores índices: 14,6% para engenharia e 14 % para administração – esse último dado aponta para a menor interação com jornais de toda a amostragem.

Todavia, o que nos chamou a atenção, sobretudo, destacando o papel das novas mídias na construção desse “universo mental”, foi a relação com os líderes, ou melhor, os *influencers*⁸³ do Youtube. Ainda em relação aos conteúdos produzidos nesse tipo de mídia, os estudantes dos dois cursos apresentam (após enfermagem) os maiores índices para a categoria “variedades” que trata dos mais diversos tópicos como fofocas, entretenimento, futebol etc., enfim, tudo aquilo que se desloca e afasta do universo, digamos, “sério” das discussões políticas. Quanto aos dados sobre o tópico “política”, detectamos que engenharia e administração apresentam 0% para interação no Youtube na subcategoria “política e temas afins de esquerda” ao passo que, para “política de direita e temas afins”, administração conta com 3,2% e engenharia 0%. Quanto à categoria técnica “empresas e finanças”, os dois cursos ocupam os primeiros lugares na nossa

⁸¹ Nos referimos, naturalmente, ao uso conservador que os conglomerados midiáticos fazem desse meio de comunicação, tendo em vista a estrutura oligopolizada dessas corporações.

⁸² Categoria “nunca assistir”: 27,6% para administração e 26,9% para engenharia (nesse caso, devido a um erro na categorização, somamos as categorias “nunca” e “menos de 1 vez” (ver tabela no apêndice). Por outro lado, a categoria “assistir TV todos os dias” apresenta os percentuais mais altos: 44,8% e 32,8%, respectivamente.

⁸³ Um *influencer* é a pessoa capaz de, como o próprio nome indica, influenciar seus seguidores por meio de seus conteúdos produzidos nas redes digitais, no nosso caso, analisamos tais influenciadores no Youtube.

amostragem⁸⁴ ao passo que no tema “técnico”, como já esperávamos, engenharia chega a 10,3% e administração a apenas 3,2%. Intenso consumo de conteúdos técnicos, baixa interação com tópicos políticos; forte contato com o universo fútil de variedades (nossa hipótese é que o tema central aqui seja esportes). Mas há mais: a interação com a categoria “empresas e finanças” é a maior de toda a amostra, o que se articula, acreditamos, com outro dado surpreendente: são os cursos que apresentam maiores percentuais de inserção de seus alunos no mercado de todo nosso universo: 93,2% e 85,5%, para administração e engenharia, respectivamente (ver tabela em apêndice).

Do ponto de vista sociológico, temos, de um lado, dois agrupamentos sociais estruturados por percepções e práticas religiosas tão intensas que se deslocam do nicho religioso para as esferas do lazer e do gosto; de outro, a inserção no trabalho, o conhecimento excessivamente técnico e a interação com a categoria “empresas e finanças”, em plataformas como o Youtube, apontam para a introjeção de estruturas sociais mercadológicas. Ademais, os cursos se caracterizam pela seguinte dualidade estruturante: possuem altas concentrações de capital econômico (dentro de nosso universo) e baixo volume de capital escolar, sendo compostos, predominantemente, por homens brancos e pardos, com pequena proporção de pretos e, como já discutimos, se homens enquanto gênero são conservadores; quando brancos ou pardos, tendem a adensar ainda mais sua percepção conservadora sobre o mundo social.

Outro dado significativo: são os universos que apresentam os maiores percentuais para alunos já imersos no mercado de trabalho, fato que não pode ser desprezado, na medida em que a imersão no mercado, no nosso entendimento, tende a predispor os agentes sociais a introjetarem categorias de percepção condizentes com a dinâmica e a estrutura da ordem estabelecida. O mercado, ao contrário do que a tradição liberal preconiza, não é um espaço neutro entre dois sujeitos livres que, livremente, decidem pelo contrato da venda/compra da força de trabalho; ele, mercado, consiste em um universo de socialização e aderência à forma mercadoria, determinante para a introjeção de *habitus* específicos a seus constrangimentos sociais (Kurz, 2020).

Portanto, o universo mental desses dois cursos é atravessado por práticas sociais tendencialmente conservadoras e autoritárias com fortes disposição a percepções adequadas a tomadas de posição intensamente comprometidas com a preservação da ordem, dominação

⁸⁴ 10,3% para engenharia e 6,5% para administração. Jornalismo apresenta 3,1% ao passo que o restante dos cursos não consome, ou melhor, interagem com tais tipos de conteúdo - 0%.

masculina, monopólio de conhecimento técnico e pouca capacidade crítica à qual podemos acrescentar, pelo capital escolar, quase que ausência de capacidade de abstração (e de recepção crítica de mensagens). Dentro disso, estamos diante de frações de classe média estruturadas pelo predomínio do capital econômico sobre o cultural e escolar, culturalmente pobres em termos de acesso a bens culturais legítimos e, sobretudo, com intenso contato com percepções ideológicas reacionárias, atravessadas pela forte mediação da matriz religiosa de cunho evangélico. Agora, com fins de comparação, vamos tentar realizar o inverso, isto é, apresentar analiticamente cursos estruturados por dualidades semelhantes às descritas - mas invertidas.

4.3. JORNALISMO

Do ponto de vista sociológico, jornalismo apresenta um conjunto de propriedades fascinantes e quase sempre invertidas, quando comparadas aos dois cursos do eixo de exatas. Primeiramente, iremos posicionar os agentes na estrutura socioeconômica com vistas a delinear seu volume de capital econômico. Quando observamos o estrato mais alto, jornalismo possui apenas 2,1% de seus estudantes nessa faixa⁸⁵, ou seja, sua diferença em relação a engenharia e administração é muito significativa, estabelecendo forte jogo de oposição entre eles⁸⁶. Se somarmos os dois níveis mais altos⁸⁷, como fizemos anteriormente, jornalismo chega a 27,1%, mais uma vez, abaixo de todos os demais cursos, à exceção de enfermagem. Por outro lado, o percentual deste grupo para o estrato mais baixo é o segundo maior de toda a amostragem⁸⁸, o que demonstra forte concentração no nível, economicamente, mais desassistido. Ou seja, trata-se do segundo curso com menor capital econômico de nossa amostra. Vejam, agora, se essa baixa concentração econômica se reflete, linearmente, nos capitais escolares. O curso também apresenta baixas taxas para esse tipo de capital?

⁸⁵ Enfermagem conta com 3,3%, a segunda média mais baixa para esse estrato (acima de 10 SM).

⁸⁶ São 13,6% para administração e 11,9% para engenharia em relação ao nível mais alto (como dissemos, acima de 10 SM).

⁸⁷ De 4 a 10 SM e acima de 10 SM.

⁸⁸ 39,6% para esse nível (até 2 SM).

Surpreendentemente, quanto à escolaridade do responsável masculino, jornalismo apresenta somente 35,6% de seus estudantes para o mais baixo⁸⁹ nível. Quando observamos, por outro lado, a categoria de formação mediana, 46,7% de seus responsáveis masculinos permanecem nesse nível, a despeito de seu pequeno capital econômico; diga-se de passagem, esses números são os maiores da amostra para capital médio - fato inusitado cujas consequências, para a visão de mundo do grupo, serão analisadas posteriormente. Já nas categorias de formação escolar mais altas, o curso permanece, grosso modo, na média⁹⁰ (à exceção de direito e odontologia). Por isso, um traço essencial pode ser observado aqui: a despeito da violenta desigualdade dos capitais econômicos entre jornalismo e os dois cursos de exatas, essa mesma desigualdade se inverte em termos de capital escolar e intelectual. O curso de humanas se caracterizando por alto volume de capital escolar médio e, além do mais, conseguindo manter índices de capital escolar relativamente homogêneos - nos níveis de melhor formação - em relação aos cursos de maior concentração econômica. Portanto, nossa análise, no momento, enfrenta a seguinte dicotomia: jornalismo, de um lado, e exatas, de outro, ambos em oposição simétrica quanto aos capitais econômico e escolar. Como o(a) leitor(a) deve estar pensando: esse padrão se repete entre as responsáveis femininas? Enfrentemos os dados mais uma vez.

No que tange ao gênero feminino, as responsáveis de jornalismo apresentam 29,2% para o nível mais elementar de formação escolar, ao passo que, mais uma vez, os cursos de exatas ocupam os dois primeiros lugares. Vale ressaltar que, para o responsável masculino, o curso de humanas permanece com o segundo menor percentual para esse estrato; para as responsáveis femininas, em contrapartida, fica com a menor taxa, ultrapassando odontologia (29,2% para 29,9%). Quanto ao capital médio, jornalismo fica com a segunda maior colocação (39,5%), o que indica, de fato e mais uma vez, o alto volume de capital escolar médio possuído pelo curso em relação aos demais. Outro dado dos mais surpreendentes: a despeito da enorme desproporção entre os capitais econômicos, que estabelecem violenta oposição entre os cursos até agora analisados, jornalismo apresenta o maior percentual de toda a amostra para o mais

⁸⁹ Para esse nível, EFT, jornalismo apresenta o segundo menor percentual, apenas atrás de odontologia, 34,1%, que conta com capital econômico, como veremos, significativamente maior.

⁹⁰ Direito conta com o maior percentual (24,5%), seguido por odontologia (21,3%), engenharia (16,9%), administração (15,8%), jornalismo (15,6%) e enfermagem (12,4%). Essa categoria comporta a soma de EST e PG, que representam o ensino superior e a pós-graduação, respectivamente.

alto tipo de capital escolar⁹¹, 31,3%⁹². Portanto, o mesmo padrão de concentração desse tipo de capital se repete - e com muito mais força - para as responsáveis femininas. Nesta perspectiva, os dados delineiam alto capital escolar/intelectual e baixo capital econômico, um verdadeiro e surpreendente jogo de oposição com exatas. Neste terceiro curso, o capital escolar supera, em muito, a força do capital econômico, especialmente quanto às responsáveis femininas, ou seja, a formação intelectual das mulheres se destaca nesse curso ao ponto de ultrapassar os índices de todos as demais (com baixo e alto capital econômico).

E quanto à composição do curso? É preciso destacar, antes de mais nada, que sua composição, em termos de gênero, é relativamente equilibrada - 53,1% de homens e 46,9% de mulheres, o que descarta fortes atravessamentos determinados pela primazia masculina, a exemplo do que ocorre nos cursos de exatas. Por sua vez, o índice de brancos é um dos mais baixos de toda a amostra, com menos da metade (apenas 46,9%), ao passo que o de pardos também é baixo (22,4%). Mas o que nos chama a atenção é o percentual de pretos que, acreditamos, irá impactar singularmente toda a percepção política e cultural desse grupo. Trata-se do único curso a apresentar o maior índice desta categoria em nosso universo - 28,6% - e, dado inusitado, jornalismo conta com taxa de pretos superior à de pardos (sendo o único a apresentar tal configuração). Mas qual o impacto dessa composição sobre as tomadas de posição dos agentes?

Como já apontamos anteriormente, pretos tendem a ser mais liberais em termos políticos e morais que as outras duas etnias, o que aponta para disposições progressistas nesse universo. Além do mais, o curso ainda apresenta traços surpreendentes quanto à religião: conta com pífio percentual de protestantes-evangélicos, somente 14,6%⁹³, e, para tornar tal fato social ainda mais complexo, tem ainda as menores taxas para católicos, 27,1%⁹⁴. O que isso significa para o desenho do curso? Somente conseguimos desvendar esses números, quando retomamos dado aparentemente banal, mas que contribui para a solução desse dilema - o percentual de alunos que não possui religião chega a 41,7%. Portanto, além de contar com as mais baixas

⁹¹ Trata-se, como sabemos, da soma entre EST e PG.

⁹² Os dados são, de fato, surpreendentes: jornalismo (31,3%), odontologia (26,4%), administração (24,2%), engenharia (21,2%), direito (16,3%) e enfermagem (11,9%).

⁹³ É preciso expor os percentuais: enfermagem (35,5%), administração (29,3%), engenharia (26,1%), odontologia (24,7%), direito (23,5%).

⁹⁴ Para católicos: engenharia (53,6%), direito (52,9%), enfermagem (51,6%), odontologia (50,6%), administração (44,8%).

taxas de protestantes-evangélicos e, também, de católicos, estamos diante de um curso que, em larga medida, não professa credo religioso algum. Por isso, acreditamos que esse dado aponte para outro aspecto - o de que tais estudantes são os menos propensos a aceitar crenças religiosas, o que fica nítido tendo em vista não apenas os baixos percentuais de evangelismo e catolicismo, mas, sobretudo, pelo intenso índice de ausência de credo religioso.

Quais são algumas das propriedades essenciais que caracterizam o evangelismo e que, tendo em vista os dados, são rechaçados por esse perfil específico de estudante⁹⁵? Como discutiremos mais adiante nessa tese, a tradição sociológica e antropológica mais recente (Almeida, R., 2017, 2019, 2020; Mariano, 1996, 2004, 2011; Camurça, 2018) aponta que o evangelismo se caracteriza, grosso modo, por compartilhar de uma visão de mundo instrumental da religião, estabelecendo a relação entre crente e divindade, baseada no contrato de interesses, encarnado no dízimo. Quanto maior a dízimo, mais forte a influência sobre a divindade, de forma que a relação tende a assumir a estrutura de um contrato de mercado em que a parte que “compra”, aquele que paga o dízimo, passa a ter poder sobre o parceiro (a divindade). O contrato, estabelecido quase sempre mediante a conquista de bens terrenos, é atravessado por uma concepção empreendedora, que contribui para a ascensão individualista na ordem social, enfatizando a dimensão meritocrática do indivíduo na sociedade. Dentro dessa lógica, o fracasso tende a ser concebido como falha da pessoa e não dos constrangimentos da ordem social neoliberal sobre as possibilidades (e impossibilidades) postas ao indivíduo.

A contraface dessa relação, no plano moral, consiste não apenas na valorização dos papéis sociais a partir dos gêneros, com homens e mulheres desempenhando funções pré-estabelecidas, socialmente, como também a formação de mecanismos de controle, especialmente, sobre o corpo feminino e a reprodução. Uma das conquistas do evangelismo consistiu em deslocar tais temas que, até então, tendiam a permanecer no espaço privado para o público, definindo uma agenda regressiva de valores que, por meio da “Bancada da Bíblia”, representantes desse setor religioso no Congresso Nacional, busca modificações legais no

⁹⁵ Nos capítulos 5 e 6, qualificaremos, em maiores detalhes, o evangelismo; todavia, nessa seção, precisamos apresentar algumas das propriedades constitutivas dessa matriz religiosa, especificamente, para destacarmos o que está sendo, de fato, excluído pelo *habitus* dos discentes que apresentam indícios progressistas. Apesar do catolicismo contar com percentuais baixos nesse universo, é digno de nota que, mesmo assim, sua taxa é praticamente o dobro da dos evangélicos (27,1% para 14,6%), o que demonstra que os mecanismos de exclusão do evangelismo são, específica e singularmente, mais intensos que os do catolicismo. Interessante notar que a mesma matriz religiosa rechaçada pelos alunos de jornalismo (o protestantismo evangélico); é intensamente aceita entre os dois cursos já apresentados (engenharia civil e administração).

âmbito político e social do país. Ademais, a intolerância à diversidade é outra das propriedades fundamentais da matriz religiosa em tela. Ora, essa gama de valores fere, frontalmente, o grupo social em questão que apresenta concepções -, pautas identitárias como o grupo LGBTQIA+, a emancipação dos direitos femininos, o papel do Estado, central para a inclusão desses jovens na educação universitária – centrais e constitutivos de sua visão de mundo. Tanto do ponto de vista político quanto moral e identitário, os diversos núcleos que configuram o evangelismo operam estratégias de negação das percepções dessa fração da juventude. Esse contraponto - estruturante das duas visões - tende a contribuir para o rechaço do evangelismo pelos estudantes de jornalismo e, em contrapartida, para a assimilação desses mesmos valores pelos discentes de exatas.

Nossa análise, agora, irá seguir o jogo das práticas sociais desses agentes - gostos, leituras, enfim, outro aspecto constituinte de seu *habitus*. Qual o tipo de interação que tais estudantes têm com o estilo musical sertanejo? E o gospel? Que estética musical predomina em um universo, sociologicamente, tão singular, marcado por responsáveis femininas com tamanho capital escolar? Os dados sobre a escuta de sertanejo são instigantes, com jornalismo apresentando a menor taxa de toda amostra - 38,8%⁹⁶; ademais, são os estudantes que contam com os menores percentuais para música gospel (apenas 16,3%). Detectamos, portanto, um tipo específico de estética musical que se opõe à dos cursos de exatas: jornalismo se caracteriza pela baixíssima interação com estilos atravessados pela semântica ruralista ou religiosa. Ao contrário, a MPB é o estilo preferido pelos estudantes dessa área, o que remete a concepções permeadas, historicamente, por manifestações culturais, políticas e de resistência à própria ditadura civil-militar.

Entendemos, aqui, a escuta musical como um tipo de mediação que remete a diversas tradições e ideologias, contribuindo para a construção de diferentes subjetividades por parte dos agentes. A MPB, dentro dessa lógica, além de permitir a expressividade de várias subculturas, contribui para a abertura ao pluralismo e à crítica política⁹⁷. A singularidade estética, melhor dizendo, da MPB - seu potencial de crítica política e manifestação contra o arbítrio -, tende a

⁹⁶ Por ordem de intensidade de escuta: enfermagem (72,6%), administração (67,8%), engenharia (62,3%), odontologia (61,1%), direito (58,8%) e, como observado acima, jornalismo (38,8%).

⁹⁷ Quando articulada, naturalmente, às demais variáveis aqui apresentadas que, conjuntamente, atuam no sentido de fatores que, unidos, contribuem para a configuração de um *habitus* tendencialmente aberto à pluralidade. A dinâmica sociológica seria, portanto, de entidades eletivas, mediações que operam articuladamente e que, por isso, adquirem significativa intensidade na construção do *habitus* desse coletivo.

atuar como mediação social na construção de um *habitus* propenso ao enfrentamento dialogal com a diferença. O diferente se inscreve no próprio mundo social como elemento constitutivo da realidade e, enquanto dado intrínseco, não precisa (e nem deve ser) erradicado, mas politicamente aceito.

O que escrevemos, neste momento, consiste na generalização de um traço psicossocial a partir de uma base extremamente frágil - a escuta musical. Torná-la analiticamente coerente e consistente implica que a testemos em outras práticas sociais com o intuito de corroborar - ou não - seu valor analítico. Esse, nosso objetivo a partir de agora. Por isso, vejamos como se dá a relação desse grupo com a leitura. Jornalismo é o curso que apresenta os menores valores para a categoria “livros técnicos”, apenas 36,7%, ao passo que, para “autoajuda”, os percentuais, mais uma vez, são os mais baixos - somente 20,4%. Dados que apontam para um universo que não se restringe à leitura de materiais e livros vinculados aos conteúdos ministrados em sala de aula, abrindo a possibilidade de que as práticas de leitura não se deixem colonizar pelo conhecimento técnico-escolar. A categoria “autoajuda”, especificamente, é extremamente rica do ponto de vista analítico, pois aponta para saídas alienantes da vida social, isto é, permite com que o agente social demonstre que, diante das estratégias de enfrentamento das estruturas sociais (e dos conflitos delas resultantes), escolha não a política, mas a via individual do *self*. Já antecipando: enfermagem apresenta 40,3%, taxa mais alta da amostra.

A hipótese que elaboramos aqui é a de que os estudantes de jornalismo se caracterizam por saídas políticas, ou seja, escolhas políticas como estratégias de transformação do mundo social, daí as baixas taxas de autoajuda e de práticas religiosas, o que se articula, por sua vez, à ruptura com o evangelismo. Agora, é necessário observarmos as demais categorias - “aventura”, “infantis” e “clássicos”. O curso apresenta, em contrapartida, os maiores índices da amostra para esses três tipos de literatura, com 51%, 10,2% e 34,7%, respectivamente. O que, ao contrário de exatas, aponta para forte abertura aos processos de intracepção, isto é, à capacidade criadora dos agentes sociais, em oposição aos constrangimentos ditados pela realidade objetiva e pela colonização dos processos de reificação sobre a dimensão subjetiva. Isso se refere tanto à categoria aventura quanto à infantil, que conferem a primazia de seus universos à fantasia e à possibilidade da construção imaginativa de outra ordem social. Enfim, à capacidade criadora do ser humano de pensar um pensamento impensável (para a sociedade do capital) e sentir um sentimento até então não sentido (pela sociedade do capital).

Ademais, discutindo agora os clássicos, este último tipo de literatura se caracteriza pela força crítica sobre as estruturas de poder de cada época e, na contemporaneidade, sobre as estratégias de reificação da ordem. Tanto a escuta musical quanto a leitura se corporificam em práticas que, a depender de seus estilos, contribuem para o exercício da crítica e à abertura à pluralidade – ou ao fechamento afetivo e cognitivo. Nunca lemos ou escutamos música impunemente.

Observar a relação cotidiana dos estudantes com as mídias tradicionais e online também nos oferece percepções instigantes no delineamento deste universo subjetivo. O percentual, no universo estudado, dos que “nunca” assistem à TV é o maior⁹⁸ de toda a amostra (32,7%) ao passo que, para a categoria “todos os dias”, fica em segundo com 42,9%. Como se podia esperar, quanto à leitura de jornais, na categoria “todos os dias”, jornalismo fica com 38,8%, percentual mais alto de nosso universo, o que se repete para a categoria de interação mais intensa de redes sociais, 85,7%. O que já podemos pontuar, até aqui, é a forte interação que estes estudantes mantêm com as mídias, o que já era esperado em virtude do próprio curso. O grupo apresenta a maior taxa para interação com conteúdo político e de esquerda e a menor para vídeos de direita e taxas médias para consumo de “variedades”. Ou seja, suas interações com as mídias são estruturadas, cotidianamente, por intensa exposição a perfis ou conteúdos de esquerda e/ou temas progressistas e afins (ver tabelas em apêndice).

O que gostaríamos de enfatizar, como base analítica, é o posicionamento do grupo na estrutura social, demarcado pela correlação negativa entre os capitais econômico e cultural. Portanto, estamos sob a égide do domínio do capital intelectual sobre o econômico, o que, como bem demonstra a tradição sociológica (Bourdieu, 2007, 2019) tem profundas influências sobre o *habitus* e as tomadas de posição dos agentes à esquerda. Configuração esta que se contrapõe ao domínio do econômico sobre o escolar (caso dos dois cursos de exatas). Nesta perspectiva, o que nos interessa é averiguar se, dentro de nosso universo, esse padrão se mantém ou não e, nos dois casos, quais suas especificidades. Para completar o desenho do presente curso, ele ainda apresenta composições raciais marcadas pela alta presença de pretos (sensivelmente mais progressistas). Trata-se, ao mesmo tempo, do único grupo cuja metade dos estudantes não compartilham crenças religiosas; ademais, tem baixos percentuais de protestantes e mesmo de católicos. Fato que nos parece surpreendente, pois, nossa expectativa era, sim, de baixo

⁹⁸ Direito aparece em segundo lugar (31,3%), enfermagem (30,9%), administração (27,6%), engenharia (26,9%) e odontologia (20,4%).

percentual de protestantes-evangélicos, mas jamais de ruptura com essa matriz específica, tão disseminada nos estratos sociais mais baixos da sociedade brasileira.

As práticas sociais, no geral, são determinadas por altas interações com gêneros musicais e literários legítimos, apresentando conteúdos caracterizados pelo aporte à fantasia, criatividade e crítica à ordem estabelecida. Como resultado desse relativamente alto capital escolar, ruptura com a matriz evangélica (de metade do grupo) e estética politizante, a pluralidade e a crítica tendem a substituir a aceitação tácita e pacífica de conteúdos conservadores, revelando-se, ao contrário, forte tendência a valores e posições progressistas. Assim, os dados comprovam a força dos diversos tipos de mediações, exercendo articulada e complexamente profunda influência sobre a subjetividade dos discentes de jornalismo. Vejamos, a seguir, o grupo que se destaca por ser o economicamente mais privilegiado. Seu capital escolar reflete linearmente o econômico? Que tipos específicos de mediações incidem sobre sua subjetividade?

4.4. ODONTOLOGIA

Odontologia se caracteriza, sobretudo, pelo alto rendimento familiar declarado, aliás, trata-se do curso com maior concentração econômica em toda nossa amostra. São 12,5% para a faixa de mais de 10 SM, ficando somente abaixo de administração, ao passo que, na soma dos dois estratos mais altos⁹⁹, se destaca por permanecer em primeiro, com 44,3%. Já no nível mais baixo¹⁰⁰ fica com apenas 22,7% (segundo mais baixo). Portanto, estamos partindo da realidade econômica mais privilegiada deste universo, o que induz a uma série de questões: qual o peso do capital econômico sobre esse grupo? Como ele influencia a construção da visão de mundo de seus integrantes? Qual sua contribuição para a tomada de posição à esquerda ou à direita de seus membros? Como ele se relaciona com o capital escolar?

Nesta perspectiva e se coadunando com a descrição acima, os estudantes de odontologia são os que menos dependem de financiamento estudantil – FIES, PROUNI, entre outros — isto é, são aqueles que apresentam as menores taxas de pedidos de auxílio para as políticas de

⁹⁹ De 4 a 10 SM e acima de 10 SM.

¹⁰⁰ Até 2 SM

inclusão do Estado¹⁰¹. Ao mesmo tempo são os que apresentam os menores percentuais de inserção no mercado¹⁰², que corresponde a alunos obrigados à dupla jornada de estudos e trabalho, dado que demonstra a menor suscetibilidade dos estudantes de odontologia aos constrangimentos estruturais.

Posto isto, analisemos a formação intelectual dos responsáveis masculinos com o intuito de delimitar seu volume, tipo de distribuição e, especialmente, as relações entre os dois capitais, princípio fundamental para o entendimento da constituição do *habitus* dos discentes. No nível de formação mais baixo, odontologia conta com o menor percentual nessa faixa, 34,1%, ao passo que, no estrato intermediário, o curso fica em segundo com 43,5%, o que demonstra que, praticamente, metade de seus responsáveis já apresenta formação média, o que, na presente amostra, os diferencia dos demais cursos (enquanto detentores de maior capital escolar). No entanto, algo inusitado acontece: quando observamos a faixa mais alta, odontologia, a despeito de sua forte concentração de capital econômico, permanece em segundo lugar, com 21,2%¹⁰³. Mesmo assim, seus responsáveis masculinos contam com boa formação, o que irá incidir, como veremos, nos seus tipos de lazer e gosto estético praticados. Os dados referentes à formação escolar das responsáveis femininas seguem, por sua vez, padrão¹⁰⁴ semelhante, com o segundo menor índice para o nível mais baixo de capital escolar, os maiores para o patamar médio e altas taxas para o estrato mais alto. O que demonstra que o curso se singulariza pelas altas concentrações de capital escolar nos níveis médio e alto.

Aqui, observamos o delineamento de algo sociologicamente instigante. De fato, os capitais escolares de odontologia são significativamente altos (em comparação com os demais cursos da amostra), mas se singularizam por serem superados por outros cursos, especialmente direito e jornalismo, que detêm, ambos, menor capital econômico¹⁰⁵. Ou seja, sociologicamente o volume de capital escolar de odontologia não replica, linearmente, o volume de capital econômico. Embora exista correlação positiva entre os dois tipos de capital, o escolar está sempre em menor quantidade que o econômico. Que efeitos tal fato, complexo e instigante ao

¹⁰¹ Apenas 33,3%, praticamente a metade dos percentuais de enfermagem (66,1%).

¹⁰² 69,7%. Administração corresponde às maiores taxas, com 93,2%, e engenharia a 85,5%.

¹⁰³ É direito o curso que fica em primeiro lugar, com 24,5%.

¹⁰⁴ EFT com 29,9%; EMT com 42,5% e o EST + PG com 26,4%. Convém enfatizar que jornalismo apresenta índice ainda mais baixo para o ensino fundamental (apenas 29,2%).

¹⁰⁵ Discutiremos direito no final desta seção.

mesmo tempo, terá sobre a visão de mundo dos integrantes deste grupo? Poderíamos encontrar progressismo moral e liberalismo econômico? Ou, conservadorismo moral e defesa do estatismo? Como ainda não dispomos de respostas, é necessário continuar construindo as bases de nossa apresentação.

Com relação à composição, odontologia apresenta predominância de mulheres sobre homens, com 62,2% das primeiras sobre 37,8% dos segundos, o que aponta para significativa predominância do gênero feminino sobre o masculino (diferença de 24,4%). Um dos desafios da presente tese consiste, justamente, em se compreender a influência dessa composição feminina sobre a visão política dos agentes. Dentro deste contexto, a tradição sociológica (Bourdieu, 2007) aponta não apenas para a tendência geral de que mulheres sejam mais à esquerda que homens. As pesquisas observam altos índices de não respostas característicos do gênero feminino, ou seja, mulheres são mais propensas a abdicarem de suas posições políticas¹⁰⁶. Estamos diante de um caso de “competência estatutária” (Bourdieu, 2007, p. 387), a capacidade que os agentes sociais têm de se sentirem competentes o suficiente para se posicionarem diante de um tema específico, como a dimensão política expressa nas pesquisas de opinião. Dentro dessa lógica, os agentes tendem a se considerar mais aptos a emitir seu julgamento sobre determinado assunto, tendo em vista a posição que ocupam no espaço social – refletida nos seus capitais social e cultural – e, ao mesmo tempo, pelo gênero, categoria que contribui para a divisão do trabalho social político.

Com isso apreendemos que homens tendem a responder questões de cunho político com muito mais intensidade (e confiança) do que mulheres que, devido aos constrangimentos sociais a que são submetidas, estão mais predispostas a abdicarem de se posicionamentos diante da política (em favor do gênero masculino). Em outras palavras, se homens se sentem, estatutariamente, competentes em emitir opiniões políticas; mulheres, em contrapartida, adquirem a propensão à “incompetência estatutária” (Bourdieu, 2007, p. 391), sentida, diga-se de passagem, tanto do ponto de vista social quanto técnico:

À palavra autorizada da competência estatutária, palavra poderosa que contribui para fazer o que ela diz, responde o silêncio da incompetência não menos estatutária que, vivenciada como incapacidade técnica condena a delegação, o desapossamento reconhecido e irreconhecido dos menos

¹⁰⁶ Por isso, um dos desafios do presente estudo consiste em verificar se as não respostas são, de fato, para nosso universo, maiores entre as mulheres. Como já observamos pelos dados preliminares na elaboração de nosso índice de autoritarismo, parece haver certa tendência de mulheres abdicarem de suas posições políticas.

competentes em favor dos mais competentes, das mulheres em favor dos homens, dos menos instruídos em favor dos mais instruídos, daqueles que ‘não sabem falar’ em favor ‘daqueles que sabem falar’. (Bourdieu, 2007, p. 387).

Como veremos, ao longo desse trabalho, a constituição social da “incompetência estatutária” (Bourdieu, 2007, p. 391), constitui um tipo específico de “violência simbólica” (Bourdieu, 1992). Para nossos objetivos, permanece o desafio: quais os efeitos da composição feminina predominante sobre a visão de mundo dessa fração específica de estudantes? Retornaremos, em breve, a esse ponto.

Outro dado instigante diz respeito à distribuição racial, que se caracteriza por apresentar o mais alto percentual de brancos, quase 70%; e o menor de pretos, abaixo de 8%, ao passo que a taxa de pardos é praticamente a mais exígua de toda a amostra, ou seja, o percentual de não brancos, entre os alunos de odontologia, é o menor de todo o universo estudado¹⁰⁷. Como discutimos anteriormente¹⁰⁸, brancos tendem a apresentar posições muito mais conservadoras e autoritárias que pardos e pretos, o que indica que a composição racial com a qual lidamos em odontologia tende a contribuir para a configuração (do *habitus*) de uma fração da juventude mais conservadora e autoritária. Por outro lado, os percentuais de católicos e protestantes-evangélicos¹⁰⁹ permanecem na média quanto à distribuição das duas matrizes religiosas entre os cursos. Porém, uma análise mais atenta nos permite perceber um elemento significativo quanto à distribuição das matrizes religiosas, pois o percentual de católicos é praticamente o dobro do de protestantes-evangélicos. Tendo em vista que protestantes em geral, apresentam percepções extremamente mais conservadoras e mesmo autoritárias em relação aos demais credos, nossa hipótese é a de que estudantes de odontologia não defendem posições, necessariamente, de extrema-direita quanto às questões morais e culturais.

Os dados apontam que a mediação católica, que tende a ser, grosso modo, menos conservadora, opera com mais força que a protestante para esse grupo, contribuindo para impedir a colonização total de seu universo. Por isso, uma das propriedades centrais dessa fração de estudantes é a de serem constituídos por brancos católicos, o que nos leva a levantar a seguinte hipótese provisória para o entendimento desse grupo: a tendência conservadora e autoritária mediada pela raça – no caso, a predominância de brancos – tende a ser “contida” pela

¹⁰⁷ O percentual de brancos é de 67,4%, o de pretos apenas 7,9% e o de pardos 22,5%.

¹⁰⁸ Na elaboração de nosso índice de autoritarismo, no início deste capítulo.

¹⁰⁹ Em odontologia, católicos correspondem a 50,6% ao passo que protestantes-evangélicos 24,7%.

mediação do catolicismo, que se caracteriza, entre outros fatores, por ser menos autoritário que o evangelismo, tanto do ponto de vista político quanto moral, cultural e identitário. Em contrapartida, essa tendência se manteria em termos econômicos? Já a análise sobre as práticas sociais nos oferece mais dados interessantes e que se articulam à matriz católica enquanto mediação que pode contribuir para a formação de tendências ao progressismo moral entre os discentes. No início de nossa apresentação, destacamos o fato de que o capital escolar do presente curso é alto, a despeito de não duplicar, linearmente, o volume do econômico.

Nesta perspectiva, percebemos intenso exercício de práticas socialmente legítimas e que tendem a expressar gostos e estilos que se distinguem, especialmente, dos cursos de exatas e de enfermagem (de menor nível socioeconômico). Odontologia é o segundo grupo que mais escuta MPB, com 52,2%, ao passo que seu consumo de sertanejo é apenas médio¹¹⁰. Ao mesmo tempo, se trata do curso que mais escuta música clássica, o que demonstra sua predisposição a estilos socialmente legítimos. Outro dado que nos parece significativo é a interação com o gospel - de apenas 26,7%, a segunda menor, apenas depois de jornalismo. Nesta perspectiva, a despeito de não as rejeitar abertamente, odontologia se afasta de práticas sociais como a escuta do sertanejo (e seu universo cristalizado em termos de clichês e papéis sociais fraccionados entre gêneros) e da adesão religiosa protestante, como é o caso do gospel. Dados que apontam para a relativamente fraca função que tais práticas exercem na constituição do *habitus* dos alunos - o que se alia, por outro lado, a crenças religiosas menos conservadoras.

Já a interação literária se singulariza pelo consumo de livros técnicos e de autoajuda, demonstrando sua dependência, por um lado, do conhecimento escolar aprendido em sala de aula e, de outro, das saídas individualizantes dos constrangimentos sociais. Se percebemos, pelos dados, certa disposição ao tecnicismo ou individualismo despolitizante, a baixíssima interação com gêneros literários como aventuras e “infantil” aponta para forte tendência à anti-intracção. Até aqui, grosso modo, conseguimos delinear a intensa concentração de mulheres brancas com conhecimento técnico e escolhas políticas vinculadas à dimensão interior do sujeito. Sobre sua relação com os *influencers* do Youtube, ela apresenta forte interação com conteúdo técnicos e variedades, ao passo que conta com fracos percentuais para temas políticos. Portanto, a dimensão tecnicista se destaca como padrão tanto no consumo de literatura quanto

¹¹⁰ Odontologia conta com 61,1%, ficando atrás de enfermagem (72,6%), administração (67,8%) e engenharia (62,3%). Direito e jornalismo são os que apresentam as menores taxas, 58,8% e 38,8%, respectivamente.

no conteúdo do Youtube, ao passo que o traço despolitizante surge, duplamente, na escolha da autoajuda literária e nos conteúdos de variedades (deslocados, por excelência, da dimensão política). Se, por um lado, é perceptível que os altos capitais econômico e escolar – sendo o primeiro maior que o segundo – se encarnam em práticas distintivas, a questão que nos intriga consiste em saber quais as posições que tais agentes tendem a tomar, quando indagados, objetivamente, sobre o mundo político, social, moral e econômico.

Como seu posicionamento econômico, que sobrepuja os demais tipos de capital, conforma suas visões de mundo? Como suas práticas mediadas por processos despolitizantes e individualistas influenciam a configuração de seus *habitus*? Para efeitos didáticos – e comparativos –, escolhemos, a seguir, apresentar os discentes do curso de enfermagem, que ocupam posição socioeconômica radicalmente diferenciada da de odontologia com outras configurações de capital e outras práticas sociais, conformadas por outras mediações

4.5. ENFERMAGEM

O curso de enfermagem se singulariza, sobretudo, por ocupar o estrato economicamente mais baixo da amostra – 42,6% de seus estudantes estão nessa faixa. Se somarmos os dois menores níveis¹¹¹, 93,4% estão concentrados nesse patamar. Apenas 3,3%, por outro lado, permanecem no estrato acima de 10 SM, o que nos coloca de forma urgente a seguinte questão: qual o impacto de tamanha desigualdade econômica no universo mental e na vida material desse grupo de estudantes? Como tal desapossamento econômico, que encarna de forma brutal grande parte do peso dos constrangimentos sociais sobre as frações mais baixas da população brasileira, determina, entre outras variáveis, as percepções políticas desse grupo? Ademais, trata-se do curso que mais faz uso de financiamento estudantil (66,1%), com altos percentuais de estudantes com dupla jornada (trabalho e estudo) - 83,9%. Podemos captar melhor, acreditamos, o perfil deste grupo, mediante a análise de seus capitais escolares, determinados por surpreendentes níveis de desapossamento intelectual. Um total de 52,6% dos responsáveis masculinos estão no nível EFT, maior da amostra (quanto maior o percentual, pior a formação escolar); o capital para EM é o segundo menor (31,6%), indicador de formação média; a soma

¹¹¹ São eles: de até 2 SM e de 2 a 4 SM. O que significa que quase 95%, de acordo com a declaração dos entrevistados, pertencem a famílias cujas rendas não excedem o teto de quatro salários-mínimos.

de EST e PG (que mede a melhor formação escolar) é a mais baixa de todo nosso universo (12,3%). Já os percentuais para as responsáveis femininas são similares, com baixíssimas concentrações para os níveis de melhor formação escolar e, ao contrário, altíssimas para os de baixa: 50,8% para EFT, 35,6% para EMT (permanecendo na média) e 11,9% para EST + PG, percentual mais baixo da amostra mais uma vez).

Tudo isso indica que estamos diante de um universo ímpar, macerado pela violência estrutural, que se encarna nas proporções dos dois tipos de capital referidos acima: ambos são irrisórios, especialmente quando observamos que 80,4% da formação escolar dos responsáveis masculinos e 76,6% das femininas têm como teto o ensino médio. Que efeitos essa erradicação do capital escolar exerce sobre o grupo? Enquanto não deciframos essa questão, nosso foco, por ora, concentra-se em delinear o perfil desse universo.

Qual a composição deste grupo social em termos de gênero? São 80,6% mulheres e apenas 19,4% de homens, invertendo quase que simetricamente os polos de engenharia. Ademais, é composto pelo maior percentual de pretas e o menor de brancas; permanecendo, quanto às pardas, na média geral. Trata-se, por isso, de curso predominantemente não-branco¹¹². O desenho que começa a emergir dos dados aponta, portanto, para uma maioria de mulheres não-brancas de baixíssimo capital econômico e escolar e que – dado fundamental – são majoritariamente protestantes-evangélicas; aliás, é o curso que apresenta os maiores níveis para essa matriz religiosa¹¹³ de toda a amostra. Em outras palavras, a mediação religiosa, devido à sua intensidade, tende a se fazer sentir aqui com mais força do que em qualquer dos outros cursos analisados.

No entanto, outro elemento sociológico entra em cena, o tipo específico de mediação já que, em enfermagem, as estruturas de recepção das mensagens religiosas são diferenciadas. Basta lembrar, por exemplo, que, em odontologia, os percentuais de protestantes são muito menores e, ao mesmo tempo, a religião tende a incidir sobre agentes cujos *habitus* se estruturam em altos capitais econômicos e escolares, contribuindo para gerar boa sofisticação intelectual. Ademais, apresentam, como os dados demonstram, reduzida interação com a música gospel,

¹¹² O percentual de pretas é de 19,4% ao passo que o de brancas é de 43,5%, sendo que o de pardas chega a 33,9%. Observando a composição racial, o curso é predominantemente não branco (53,3%), somando aqui, naturalmente, pretas e pardas.

¹¹³ São 35,5% protestantes-evangélicas e 51,6% católicas. Aqui destacamos que, a despeito dos níveis de católicas ser mediano, o de protestantes é significativamente superior ao dos demais cursos. O segundo e o terceiro colocados, como já dito, são administração, com 29,3%, e engenharia, 26,1%.

indicativo dos limites que a mediação religiosa encontra para colonizar a esfera do lazer das frações sociais mais elevadas (em nosso universo).

Por outro lado, em enfermagem, precisamos refletir sobre a força deste tipo de mediação, a religiosa, em articulação com uma série de constrangimentos sociais; pois a matriz protestante incide sobre grupo depauperado dos capitais econômico e escolar, o que pode desguarnecê-las, as estudantes, das defesas cognitivas e, sobretudo, morais e intelectuais, necessárias à crítica a determinadas crenças religiosas – no nosso caso específico, o evangelismo (encarnado nos mais altos índices). Para verificar até que ponto nossa hipótese – o desaparecimento cognitivo desse grupo - tem sentido, vejamos quais as práticas sociais mais comuns e sua contribuição para a formação de seu *habitus*.

O gosto musical é revelador. As estudantes de enfermagem são as que mais ouvem sertanejo e gospel e, simultaneamente, as que menos interagem com música clássica e MPB¹¹⁴. Nesta perspectiva, se sobressaem ainda pela leitura dos livros técnicos e de autoajuda e pela impressionante interação com a categoria “variedades” no Youtube; em contrapartida, apresentam “0%” para temas políticos tanto de direita quanto de esquerda – ou seja, não há posicionamentos diante da política aqui. Um dos efeitos do processo intelectual a que os agentes sociais são submetidos, determinado conjuntamente pela erradicação dos capitais escolar e econômico, é a vinculação ao *ethos* da vida prática, elaborando juízos de valor vinculados ao cotidiano, com percepções conservadoras sobre a vida social. Podemos, desta forma, observar, ademais, que a interação política das estudantes é, sobremaneira, baixa, o que pode ser outro fator a determinar - se estivermos certos - sua concepção excessivamente empírica cujo horizonte permanece vinculado às práticas cotidianas das estratégias de sobrevivência.

Tudo isso nos aponta para uma questão fundamental relacionada, especialmente, à composição dos cursos de odontologia e enfermagem - seus altos percentuais de mulheres, ao ponto de podermos dizer que se trata de cursos femininos, sendo o primeiro, majoritariamente, de brancas, e o segundo, constituído por pretas e pardas - formadoras da categoria não-branca. Essa configuração, de algum modo, contribui para determinar uma visão de mundo específica entre esses dois grupos? Ou, ao contrário, e mais complexamente, seria atravessada por outras categorias que, conjuntamente com o gênero, estariam contribuindo para a formação de um *habitus* específico? Tentaremos responder a essas indagações ao longo deste trabalho.

¹¹⁴ Sertanejo (72,6%), gospel (50%), música clássica (8,1%, o menor percentual) e MPB (33,9%, segunda menor).

Seja como for – insistimos –, as respostas para a apreensão do fenômeno do autoritarismo se vinculam ao desvendamento das condições materiais e sociais de existência vinculadas às estruturas sociais capitalistas, fato que aponta para a tríplice incompreensão dos institucionalistas, dos foucaultianos e de certa antropologia pós-moderna. Apesar de não sermos, até essa altura, capazes de responder às questões acima elaboradas, passemos ao delineamento do último curso.

4.6 DIREITO

O curso de direito, certamente é um dos mais fascinantes da amostra, e apresenta a mais impressionante das fraturas, dividindo-se, grosso modo, em metade progressista e outra conservadora. Ele parece adquirir tal propriedade em função da surpreendente relação que estabelece entre capital econômico e capital escolar, atravessada por práticas sociais singulares, como pretendemos demonstrar ao longo desta subseção. Para início de análise, observamos que direito se destaca pela posição mediana que ocupa na estrutura econômica, ou seja, da tríade de menor capital econômico - que engloba, também, jornalismo e enfermagem -, direito é o de maior renda familiar declarada. A título de comparação, se enfermagem apresenta 42,6% e administração cerca de 15,3% para o nível econômico mais baixo (configurando os polos com menor e maior renda); direito está com 23,5%, uma posição mediana. Na soma dos dois estratos superiores¹¹⁵, o curso, mais uma vez, permanece no patamar médio, ao passo que, no nível mais alto, apresenta apenas 5,9%, percentual mínimo, semelhante aos de jornalismo e enfermagem.

Pelos dados, podemos constatar, nitidamente, que, do ponto de vista econômico, direito é o mais alto entre os cursos de menor orçamento familiar. Jogando com palavras, é o mais “pobre” entre os mais “ricos” e o mais “rico” entre os mais “pobres”, assumindo uma posição intersticial entre dois universos. O que nos importa compreender é qual o impacto deste posicionamento “entre mundos” sobre o *habitus* de seus agentes; mas, para isso, é essencial perscrutarmos outros aspectos de seu capital total, em especial, o escolar para delinear a específica configuração de seus capitais e, em seguida, suas práticas.

¹¹⁵ De 4 a 10 SM e acima de 10 SM (sendo o último o nível mais alto da amostra). Os dados são os seguintes: odontologia (44,3%), administração (37,3%), engenharia civil (32,8%), direito (31,4%) – portanto em 4º lugar –, jornalismo (27,1%) e enfermagem com impressionantes 6,6%.

Quanto à formação intelectual, nosso objetivo é descobrir quais suas singularidades, ou seja, ele reduplica linearmente o econômico? Tende a ser menor, como é o caso de odontologia? Ou, ao contrário, apresenta-se com grande concentração de capital escolar nas responsáveis femininas, como é o caso jornalismo? O que se percebe é que o curso conta com significativa densidade de capital escolar para os níveis mais altos de formação no que tange aos responsáveis masculinos (chegando a quase 25%¹¹⁶). Quanto ao patamar de menor capital, ele apresenta baixa concentração, ao passo que, para formação mediana, cai para último lugar.

Esse padrão, especialmente o de forte concentração nos estratos mais altos de capital escolar, se repete para as responsáveis femininas? Vejamos: as mulheres (as responsáveis), pelos dados obtidos¹¹⁷, possuem menor formação intelectual do que os homens, de forma que o capital escolar do gênero permanece, na média geral, sem ser tão significativo quanto o dos responsáveis masculinos. Portanto, o que chama atenção é o monopólio que os pais e afins masculinos dos estudantes de direito detêm sobre os mais altos níveis de formação escolar. Ou seja, são os homens, que, segundo nossos dados, tendem a ser mais conservadores e/ou autoritários, que concentram esse tipo específico de capital. Fato cuja configuração é oposta à de jornalismo, no qual as responsáveis femininas se destacam pela densidade do capital escolar (seu monopólio) com uma segunda diferença: a formação intelectual média dos responsáveis dos dois gêneros é melhor distribuída em jornalismo. Retomando o fio da meada: que efeitos tal concentração terá sobre a visão política desses agentes, os alunos de direito?

Nosso argumento é que essa concentração deve ser analisada, levando em conta seu liame com o capital econômico e, ao mesmo tempo, pondo a singularidade dessa relação – capital econômico médio e denso capital escolar, monopolizado nas altas formações intelectuais pelos responsáveis masculinos – em relação às composições raciais, de gênero etc. e suas

¹¹⁶ Para ETF, administração (50,9%), engenharia civil (50,8%), enfermagem (52,6%), direito (44,9%), jornalismo (35,6%) e odontologia (34,1%). Quanto a EMT, jornalismo (46,7%), odontologia (43,5%), administração (33,3%), engenharia (32,3%), enfermagem (31,6%) e direito (26,5%). Já para o nível mais alto (EST e PG), direito atinge 24,5% e odontologia, 21,3%. Já os demais cursos ficaram abaixo dos 20%: engenharia (16,9%), administração (15,8%), jornalismo (15,6%) e enfermagem (12,3%). A formação dos responsáveis masculinos dos alunos de direito se singulariza pela alta concentração nos níveis superiores em relação aos demais cursos.

¹¹⁷ No que diz respeito a ETF, direito fica em primeiro lugar (53,1%), acima de enfermagem (50,8%) e administração (50%); nos níveis mais baixos temos, engenharia (47%), jornalismo (29,2%) e odontologia (29,9%). Já para o EMT, direito apresenta formação precária (30,6%); odontologia (42,5%), jornalismo (39,6%), enfermagem (35,6%), engenharia (30,3%) e administração (22,4%). Já no nível mais alto, as responsáveis femininas não se destacam (para direito): jornalismo (31,3%), odontologia (26,4%), administração (24,2%), engenharia (21,2%), direito (16,3%) e enfermagem (11,9%).

práticas sociais. Colocar as relações em relação. Começamos pela composição de gênero. A composição do curso é de 45,1% de homens para 54,9% de mulheres, ou seja, trata-se de curso com significativa maioria feminina (quase 10%). Ademais, em termos de distribuição racial, destaca-se pelo alto percentual de pretos¹¹⁸ na sua composição, sendo o segundo maior depois de jornalismo¹¹⁹.

Dentro desse universo, os dados acerca da religião também são significativos, pois demonstram o segundo percentual mais baixo para protestantes-evangélicos (23,5%) e, em contrapartida, o segundo mais alto para católicos (52,9%). Gostaríamos de chamar a atenção do(a) leitor(a) para o fato de que, quando levamos em consideração o percentual interno dos alunos que partilham crenças religiosas (englobando todas as matrizes), direito apresenta o nível mais alto do universo estudado - 94,1%¹²⁰, o que indica a maior aderência às crenças religiosas nessa fração da juventude. Trata-se, portanto, do curso mais “religioso” de toda amostra, fato que não pode ser descurado. Ademais, a mediação social do catolicismo é mais do que duas vezes superior à do protestantismo-evangélico, demonstrando a força potencial da esfera católica na conformação da visão de mundo do presente alunado.

Nossa hipótese é que, tendo em vista tal configuração, o curso pode apresentar percepções morais e culturais tendencialmente menos punitivistas, pois a concentração de matrizes conservadoras e/ou autoritárias, tão estruturante das versões protestantes de mundo em geral, é menos intensa aqui. Por outro lado, o catolicismo não significa que os respondentes sejam progressistas (não é possível equacionar uma e outra categoria); queremos, ao contrário, observar que os católicos, dentro dessa lógica descrita, tendem a ser menos conservadores e/ou autoritários que os protestantes-evangélicos. Mas é preciso sofisticar nosso argumento e propor alguns aspectos que, acreditamos, são responsáveis por diferenciar as matrizes religiosas.

O primeiro consiste no fato, já apresentado anteriormente, de que católicos apresentam senso punitivista menos intenso do que o dos protestantes. O segundo aspecto consiste em que – e isso nos parece fundamental – o senso punitivo dos protestantes evangélicos é muito mais

¹¹⁸ Direito fica em terceiro lugar quanto ao percentual de brancos (47,1%) e quarto para pardos (31,4%), permanecendo no nível médio em comparação com os demais cursos. No entanto, o índice de pretos é de 19,6%, o segundo maior da amostra, o que aponta, em princípio, para tendências progressistas no curso. Se serão ou não contrabalançadas por outras tendências, ainda não descobrimos.

¹¹⁹ Voltaremos a estes dois atravessamentos no final desta subseção: predominância de quase 10% de mulheres sobre homens e a segunda maior concentração de pretos em nossa amostra.

¹²⁰ Direito (94,1%), jornalismo (58,3%), engenharia civil (85,3%), administração (84,7%), enfermagem (91,8%) e odontologia (89,9%).

distribuído pelo tecido social. Com isso, queremos dizer que a variedade de grupos sociais e raciais (pretos, lésbicas etc.) atingidos pela intensidade – no limite, letal – desse grupo é sobremaneira maior que a dos católicos. Seu ódio cobre mais vítimas. A partir de nossos dados, defendemos que o sentimento conservador, em parte, adensado pela matriz evangélica – que se converte, no âmbito moral, em intolerância e, no social, em punitivismo – é mais intenso e extenso que o desencadeado pelo católico. Daí a sensação de impotência quando nos deparamos com essa dimensão específica (a do evangelismo): ela é mais intensa e difusamente “melhor” distribuída.

Outro ponto de divergência entre as duas matrizes: de acordo com nossos dados, católicos tendem ser mais estatistas que protestantes; estes últimos sim, apresentam forte defesa do mercado; ao mesmo tempo, as posições políticas de católicos apresentam maiores predisposições à esquerda que os segundos com voto concentrado mais em Haddad do que em JB (o inverso pode ser dito dos protestantes). Por fim, católicos ainda são mais progressistas em termos morais, pois, a título de exemplo, chegam a defender casamento de pessoas de mesmo sexo, algo impensável entre protestantes. Por tudo isso, precisamos ficar atentos ao impacto que a matriz católica pode, tendencialmente, exercer nesse grupo. Nossa hipótese é a de que a influência do catolicismo poderia contribuir – em articulação com outras mediações sociais - para estabelecer as bases de um *habitus* mais tolerante em termos sociais e mais progressista no âmbito moral.

Ao mesmo tempo – na medida em que todo fato social é multideterminado -, o curso, como já observamos, é composto, majoritariamente, por mulheres (que se caracterizam por apresentarem disposição mais progressistas), além de contar com o segundo maior percentual de pretos (também, tendencialmente, mais progressistas). Essa grelha intrincada de correlações adquire ainda mais complexidade com a mediação da religião católica que tende a oferecer maior resistência (que o protestantismo) a princípios marcadamente conservadores e/ou autoritários aos quais se alia forte influência do mercado. Portanto, todos esses fatores operam, conjuntamente, contribuindo para a estruturação de uma fração progressista no interior do curso de direito. Sendo assim, as frações economicamente mais baixas desse universo, compostas por mulheres pretas formariam a base desse conjunto de predisposições mais à esquerda. Mas, por outro lado, existiria uma fração mais à direita do grupo? Se, de fato, existir, como explicar essa dualidade estrutural tão complexa? A análise das práticas sociais (o lazer e o gosto), atuando como mediações, podem nos apresentar algumas pistas para o desenho de uma possível fração mais conservadora do presente alunado.

Gostaríamos de enfatizar nosso método: toda essa dinâmica social se localiza na dimensão, se assim podemos nos expressar, do pré-político e, por isso, possui a capacidade – defendemos nós – de explicar, geneticamente, as tomadas de posição políticas. Não se contentar com o esquematismo institucionalista que cancela o social (esquecendo que as instituições são povoadas de agentes sociais) ou com a resposta reducionista da “nova razão do mundo”, calcada no fenômeno da empresa – ao fim e ao cabo, um desdobramento de mecanismos mais profundos do capital – ou ainda não se contentar com a antropologia pós-moderna, solipsista, – consiste na nossa oposição metodológica e epistemológica fundamental. O fenômeno do autoritarismo tem seus pés mergulhados nas condições materiais e sociais de existência; sem elas, sem o barro da vida, ficamos confinados ao ruído dos fogos de artifício (quer sejam colunistas vociferantes ou identidades supostamente libertárias, mas fundamentalmente essencializadas). Sem os fundamentos sociais, sobram instituições, identidades e fenomenologias naturalizadas pelas categorias já reificadas do pesquisador.

Assim, as práticas sociais apontam para um grupo social que, a despeito de seu capital econômico médio, caracteriza-se por gostos sofisticados e, ao mesmo tempo, - o que nos parece essencial para o presente trabalho – forte interação política com viés mais à direita. Fato indicativo do viés conservador que se contrapõe ao progressista. Que outras mediações estariam contribuindo para uma posição, ao que tudo indica, “à direita”? Estaríamos, de fato, diante de um curso fracionado, isto é, cindido entre duas grandes porções, cada uma delas representando frações ideológicas opostas? Com a fração economicamente mais privilegiada, defendendo posições mais conservadoras e a menos privilegiada — composta por mulheres, pretos(as) e católicos(as) —, como já demonstramos, se posicionando mais à esquerda? Com efeito, direito é o curso sociologicamente mais complexo de nossa amostra.

Quando nos voltamos para o desenho de suas práticas sociais, percebemos que se trata do grupo que apresenta maiores taxas para leitura de jornais de toda a amostra (depois de jornalismo), com forte interação nas redes sociais e no Youtube (ver tabelas em apêndice). Nesse último caso, com tendência nitidamente à direita, ou seja, seguem conteúdos e temas vinculados ao espectro conservador do ponto de vista político e econômico. Simultaneamente, o curso apresenta os menores percentuais para a categoria “variedades” e altas taxas para conteúdos técnicos – o segundo maior de toda a amostra, demonstrando a força dos efeitos escolares da faculdade sobre sua interação midiática. Ademais, reforça a percepção de que, além do material técnico, os baixos índices de variedades devem ser analisados em comparação à alta frequência de leitura de temas vinculados ao universo de direita¹²¹. Esse espectro de

¹²¹ Portanto, é uma fração que não se contenta, ao contrário de odontologia, com leitura fúteis (variedades); têm forte interação com jornais e/ou redes sociais de conteúdo conservador.

interações aponta para o cerne da questão – o *habitus* desse grupo é determinado por forte interesse pela política, compondo, ao que tudo indica, a vertente de direita do curso em tela. Quanto a suas práticas musicais, elas se caracterizam pela intensa escuta de MPB, rejeição do sertanejo – e forte interação do gospel (o que aponta para a força do segmento protestante no grupo). Como podemos perceber, esse dado apresenta elementos importantes para a compreensão de dois *habitus* diferenciados que organizam (e fraturam) o curso de direito – de um lado, uma fração vinculada a práticas sociais de viés mais progressista, o que reverbera na escuta da MPB e, de outro, a força da matriz religiosa expressando-se na música gospel. Quanto ao hábito de ler, como era de se esperar, os estudantes apresentam altos percentuais de acesso à leitura. Nesse sentido, gostaríamos de apontar para um dado que nos parece sociologicamente instigante - é o segundo curso para menor taxa de leitura de livros de autoajuda.

Até o momento, havíamos distinguido entre dois modelos de cursos no que tange a essa categoria: estudantes com disposições à esquerda e que, por isso, tendiam a rejeitar um tipo de literatura vinculado a práticas sociais individualistas e despolitizantes, tendo seu padrão em jornalismo; por outro, alunos com disposições mais individualistas cuja soluções para os constrangimentos sociais passam pela autoajuda, como é o caso de enfermagem. A questão agora é que estamos diante de um curso que rejeita livros de autoajuda e, ao mesmo tempo, apresenta indícios – tendo em vista suas práticas sociais – de intenso consumo de informação, especialmente de conteúdos à direita. Pelo exposto, podemos perceber que direito se caracteriza por ser fraturado em duas grandes frações, grossíssimo modo, uma mais à esquerda, defendendo posições progressistas e outra à direita com grande interação política e sofisticação intelectual. Mas em que consiste essa sofisticação? Como a forte interação informacional e o preparo cognitivo reverberam nas posturas e predisposições políticas dos entrevistados? Que modelo de autoritarismo e/ou conservadorismo teríamos à nossa frente? Que singularidades – se é que apresentam alguma – o caracteriza?

Essa primeira apresentação, - esse desenho - precisa se desdobrar numa analítica mais arguta que consiga dar conta do que acreditamos ser as especificidades dessa porção conservadora e tão atuante do curso de direito. No entanto, até agora, contamos com o desenho geral, alimentado por informações provenientes das tabelas binárias. Nossa proposta de pesquisa consiste em avançar para entendê-los – não apenas direito, mas todos os cursos -

mediante uma nova abordagem, capaz de recuperá-los, expondo os intensos jogos de oposição e compressão sociológica, as forças sociais de atração e repulsão que organizam tais diferenças e semelhanças e, em consequência, contribuem para a organização desses universos. Há muito a ser feito. Nossa tarefa, no próximo capítulo, consiste em utilizar um novo método, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) que, esperamos, irá complementar e aprofundar não apenas o delineamento socioeconômico dos cursos, mas também suas visões de mundo e tomadas de posição.

5 - ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM)

Neste quarto capítulo, iremos empregar a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e, ao mesmo tempo, correlacioná-la às análises elaboradas anteriormente, cujos dados foram extraídos das tabelas binárias com o objetivo de enriquecer a reflexão mediante a articulação de duas abordagens diferentes que, usadas conjuntamente, podem complexificar a análise. Dentro dessa perspectiva, gostaríamos de observar ao/à leitor/a que, no que tange à analítica das tabelas, nosso intuito se concentrou no delineamento sociológico de cada curso, embora, tenhamos, algumas vezes, nos antecipado, demonstrando certas disposições prováveis quanto às tomadas de posição política dos agentes (tendo em vista as tendências apreendidas mediante a elaboração de nosso índice de autoritarismo). Se, portanto, no capítulo anterior, enfatizamos a genética social de nossos estudantes com vistas a configurá-los sociologicamente por meio de seus capitais econômico, escolar e suas práticas sociais e gostos – esse conjunto de mediações –, agora, nosso esforço metodológico e analítico consiste em apresentar as tomadas efetivas de posição – isto é, suas percepções políticas, econômicas, culturais e morais. Tendo em vista tal objetivo, estaremos constantemente correlacionando as duas faces dessa moeda, isto é, a dimensão sociológica dos agentes e suas percepções políticas, entendendo que somente por meio da relação entre o social e as visões de mundo mais amplas dos agentes é que conseguiremos, de fato, compreender o sentido sociológico pleno das percepções e das ações dos estudantes sob escrutínio.

Não poderíamos, mesmo sob o risco de nos tornarmos repetitivos, deixar de enfatizar que nossa hipótese consiste em apreender a emergência do autoritarismo partindo dos jogos entre as frações de classe e mergulhando na genética social que, acreditamos, consiste no fundamento da compreensão do fenômeno, quase sempre mutilada – ela, a compreensão – pela

tríade do institucionalismo, da antropologia pós-moderna e do foucaultismo. Para tanto, é fundamental apresentarmos as concepções epistemológicas que formam as bases do método Análise de Correspondência Múltipla (ACM).

A Análise de Correspondência Múltipla (ACM) consiste em método de elaboração de “zonas teóricas”, expressas em “nuvens de modalidade” e/ou “nuvens de indivíduos” (Benzécri, 1992; Greenacre, 2007; Le Roux E Rouanet, 2004, 2010) projetadas sobre eixos cartesianos que traduzem, quantitativamente, dados qualitativos referentes a agentes ou propriedades sociais (como capitais, práticas sociais e tomadas de posição). Consiste em um tipo de análise fatorial capaz de descrever relações com mais de duas variáveis categóricas a partir de noções geométricas; ou seja, trata-se de ferramenta analítica não paramétrica de análise categorial de dados “destinada a revelar e mapear os espaços interconectados de indivíduos e propriedades” (Wacquant, 2013, p. 93).

Dados referentes a tabelas binárias, estruturadas a partir da influência de variáveis independentes sobre dependentes, são transpostos em planos cartesianos nos quais as propriedades sociais dos agentes são representadas de forma estrutural, multidimensional e relacional (Klüger, 2018). Nesse sentido, a apresentação dos dados (representados por nuvens de indivíduos ou propriedades) se adequa à concepção relacional do social (Bertoncelo, 2016a), caracterizando-se, fundamentalmente, por ser procedimento descritivo sobre o sistema de relações constitutivas da realidade social. Ao contrário do método “orientado pela variável”, a ACM obedece ao “modo topológico de raciocínio que retém o indivíduo como unidade de análise para garantir um forte elo entre ontologia, metodologia e teoria social” (Wacquant, 2013, p.93). A criação de “nuvens de pontos”, representativas de agentes ou propriedades, situa-os em espaços objetivos cujas distâncias ou proximidades permitem a interpretação de padrões subjacentes à sua dinâmica de aglomeração e dispersão. Portanto, esse tipo de:

análise geométrica oferece elementos para a visualização dos fundamentos das polarizações e lutas travadas no espaço social e para detecção de padrões de correlação entre as posições sociais dos agentes e suas práticas e tomadas de posição nos mais variados domínios da vida social (Klüger, p. 69, 2018).

A proximidade entre os pontos (quer sejam agentes ou propriedades) não depende da relação entre eles, a exemplo de redes sociais; ao contrário, a dispersão ou aproximação ocorre em função da distribuição de seus capitais e atributos sociais. Portanto, dispersão e aglomeração

dependem da similaridade ou diferença dos *habitus* constitutivos dos agentes e de seus atributos sociais, determinando o tipo e a dinâmica da disposição dos agentes ou propriedades representados no espaço cartesiano. Como resultado, as relações entre modalidades ou indivíduos são vistas por meio das distâncias relativas no interior das “nuvens”, sempre dentro de lógica relacional que atua estabelecendo forte jogo de oposições. Quanto mais duas modalidades são escolhidas pelos indivíduos, maior sua proximidade; a semelhança nas respostas dos agentes determina maior aproximação entre os pontos que as representam (Bertoncelo, 2016a). Se há aglomeração entre as modalidades similares; ocorre dispersão em relação às diferentes, ejetadas para polos opostos no interior do espaço constituído pelos dois eixos estruturantes. “Essa lógica *relacional* implica que as práticas sociais não têm significado em si mesmas, mas apenas em contraste ou em relação com outras” (Bertoncelo, p. 2, 2016a grifo do autor).

Por meio da reconstrução indutiva desse jogo de oposições, é possível apreender as correlações mais profundas e estruturantes que determinam os processos de dispersão e aglomeração. “Os padrões subjacentes à distribuição das modalidades podem ser apreendidos pela observação das distâncias relativas ao longo dos *eixos* que as separam no espaço das correspondências”. (*Ibidem*, p. 6, itálico do autor). Ademais, a análise relacional e multidimensional, implicada na concepção técnico-sociológica da ACM, controla os riscos inerentes à leitura substancialista que tende a fixar determinada prática a determinada categoria social (Bertoncelo, 2019; Fernandes; Vieira, 2019). Essa abordagem “é mais adequada a uma leitura *relacional* (por meio das proximidades e distâncias relativas das modalidades no espaço das correspondências) do sentido e do valor, sempre mutáveis porque disputados, das propriedades e das práticas dos agentes (Bertoncelo, p. 5, 2019, grifo do autor). A ACM ainda se aproxima da matriz weberiana na medida em que permite a elaboração de tipologias, artefatos analíticos semelhantes aos tipos ideais¹²², encarnados nas lógicas de oposição e condensação de dados que levam à construção de categorias modais representantes de certos padrões ou indivíduos.

No sentido descrito acima, a interpretação dos dados deve ser ideal-típica, pois indivíduos e propriedades não estão dispostos em determinado polo do plano cartesiano de forma determinista, podendo apresentar características também de outros polos (Cardozo, 2019; Fernandes; Vieira, 2019). Ademais, o método ainda permite a apreensão de afinidades eletivas,

¹²² Ver capítulo 4, seção 4.1.1.

postulando que, “em lugar de uma influência unidirecional de variáveis independentes sobre dependentes” (Klüger, p. 81, 2018), há múltiplas direções possíveis para os nexos causais. “Nesse sentido, não se trata de uma relação de causalidade, mas de afinidades entre dois elementos que geram efeitos objetivos” (*Ibidem*). Em outras palavras, a ACM auxilia a apreensão de nexos explicativos ou mesmo preditivos nas análises multicausais, postulando que o espaço social é o resultado complexo das múltiplas interações entre variáveis. O que se deve reter é a complexidade das influências mútuas entre elas e não o suposto determinismo entre dependência e independência linear entre variáveis. A interpretação deve descobrir o que é similar entre os elementos de um lado do plano e depois do outro, expressando com concisão e precisão o jogo de contraste e oposição entre os dois extremos (Benzécri, 1992).

Dentro dessa lógica multideterminada, as modalidades consideradas ativas serão aquelas responsáveis pela configuração dos eixos, pois nem todo tipo de variável é capaz de influenciar o estabelecimento dos eixos axiais e a dispersão de seus pontos (quer sejam modalidades quer sejam indivíduos). Se as variáveis ativas participam da construção do plano; as suplementares, o segundo tipo, caracterizam-se por ter “massa zero”, ou seja, não interferem na composição cartesiana. Atuam, ao contrário, como instrumentos metodológicos de complementação das representações geradas pelas variáveis ativas, oferecendo informações adicionais, como dados socioeconômicos.

As variáveis *ativas* e suas modalidades são consideradas no cálculo das distâncias relativas e da orientação dos eixos para a construção do espaço de correspondência. As variáveis inseridas como *suplementares* servem como subsídio para a interpretação dos resultados” (Bertoncello, p. 75, 2016b).

E Klüger complementa:

As variáveis suplementares – também ditas adicionais ou ilustrativas – por sua vez, são entendidas com “partículas” com massa zero e simplesmente projetadas no ponto médio de sua incidência no espaço tal qual gerado pelas variáveis ativas, sem alterar a configuração geométrica (Klüger, p. 80, 2018).

Na interpretação do gráfico, deve-se sempre considerar as modalidades cujas contribuições ultrapassam o valor médio ao passo que a retenção dos eixos, tendo em vista seu

potencial explicativo, deve levar em consideração a variância total cujo valor deve permanecer acima de 80% (de acordo com a taxa modificada de Benzécri).

Ademais, a ACM pode ser complementada por meio do uso de Análise de Combinação Hierárquica (ACH), que implica a manipulação de *clusters*, agrupamentos que delimitam zonas nos mapas relacionais. A ACH permite, em especial, ultrapassar algumas desvantagens oriundas do uso exclusivo da ACM como a compressão e a deformação de dados (Bertoncelo, 2016a; Pereira, 2005). A decisão quanto o número de *clusters* a serem retidos depende do resultado do dendograma. Já a leitura dos valores permite comparar a distribuição de certa propriedade de uma modalidade para o *cluster*, apresentando percentuais supervalorizado e subvalorizados em relação ao restante da amostra, o que permite a melhor caracterização de cada grupo, representado pelo *cluster*.

5.1. CONSTRUÇÃO DO GRÁFICO E SEUS EIXOS: ESCOLHA DAS VARIÁVEIS ATIVAS E SUPLEMENTARES

A partir do exposto, apresentamos os elementos essenciais à construção e interpretação dos principais eixos resultantes da ACM. Nesse sentido, gostaríamos de enfatizar que a escolha das modalidades ativas depende estritamente do objetivo da pesquisa. No presente caso, como buscamos apreender a percepção político-identitária e moral do universo estudado, os discentes dos seis cursos da Estácio Juiz de Fora, optamos por escolher tais tipos de categorias - as político-identitárias e morais - como ativas. “É importante ressaltar que a escolha das variáveis como ativas ou suplementares depende diretamente do tipo de questão que o pesquisador deseja responder, não havendo, portanto, nenhuma regra metodológica fixa que o determina” (Cardozo, p. 59, 2019), com a recomendação de que não se classifiquem como ativas variáveis de diferentes espécies. Por meio dessa opção, portanto, pretendemos delinear os principais elementos constitutivos da percepção dos respondentes com ênfase nas dimensões política, identitária e moral, estruturadas a partir de polos – autoritário, conservador e progressista. Por outro lado, as variáveis categóricas escolhidas como suplementares são de cunho socioeconômico, visando a construir sociologicamente o perfil dos respondentes a partir de renda familiar, escolaridade, raça, religião (mais interação religiosa) e realização (ou não) de cursos extra. Além disso, ainda foram demarcadas (entre outras) as práticas sociais, como estilo musical e literário, consumo de TV, redes sociais e conteúdos acessados no Youtube, com o objetivo de melhor delinear o *habitus* dos agentes.

O processo de construção da ACM implicou uma série de procedimentos anteriores relacionados à construção das tabelas binárias, caracterizadas por apresentarem diferentes tipos de modalidades (respostas) capazes de captar gradações desde o nível autoritário, passando pelo conservador até atingir o progressista. Essa gradação dos sentidos políticos e identitários, com grande riqueza de matizes, pôde ser observada na descrição anteriormente feita sobre as tabelas e, especialmente, na construção sociológica de cada um dos cursos analisados com apresentação meticulosa dos diversos tipos de capital constituintes dos diferentes subgrupos de discentes.

Por outro lado, na medida em que a ACM se singulariza pela compressão dos dados, procedemos a uma recategorização das variáveis ativas, o que permite com que as modalidades possam ser visualizadas no plano cartesiano a partir do traço central do presente método: sua capacidade de apresentar nuvens de aglomeração e dispersão cuja dinâmica e função se caracterizam pelo profundo jogo de oposição e concentração entre seus componentes. Por isso, a construção dos eixos é fruto da recategorização das variáveis ativas, obtidas a partir das tabelas binárias. Se algo se perde pela forte compressão dos dados (Bertoncello, 2016a; Pereira, 2016), o ganho é indubitável tendo em vista o caráter multicausal e típico-ideal da ACM, ao permitir a apreensão de “afinidades eletivas” e de padrões subjacentes de constituição das oposições de agentes e/ou propriedades. Dentro dessa lógica, importa salientar que o uso das tabelas binárias, sua recategorização e a inserção de tais dados na ACM demonstram o traço caracterizador do presente trabalho, a articulação de diferentes métodos na busca do melhor delineamento da percepção político-identitária dos respondentes. Aos dois, ainda acrescentaremos a Análise de Correspondência Hierárquica (ACH), como veremos adiante.

Foram 29 variáveis ativas recategorizadas e usadas na ACM. A primeira, P32a (Em qual candidato você votou no primeiro turno?) apresentou as seguintes respostas recategorizadas: ‘esq’ — esquerda: Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL); centro — Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (REDE); ‘direit’ — direita: Jair Bolsonaro (PSL, à época), Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (PODEMOS), Henrique Meirelles (MDB), João Amoedo (NOVO), Cabo Daciolo (PATRIOTA); ‘absten’ — abstenção; ‘nsabe/nquisresp’ não sabe/não quis responder). P32b (Em qual candidato você votou no segundo turno?): ‘esquerd/Had’ (esquerda/Haddad); ‘direit/Bol’ (direita/Bolsonaro); ‘absten’ (abstenção); ‘nsabe/nquisresp’ (não sabe/não quis responder). P34a (você discute assuntos políticos — por exemplo, partidos, candidatos, corrupção, políticas sociais, eleições, entre outros —), com as seguintes respostas recategorizadas: ‘discutep+’ (discute sim política) e ‘discutep-’ (não discute política). P34b (Se sim [referindo à questão anterior], quando você mais discute assuntos políticos?) com as

seguintes respostas recategorizadas: ‘discutep+’ (discute política em casa, com meus pais, responsáveis; com meus amigos; na faculdade; nas redes sociais) e ‘discutep-’ (não discuto em nenhum dos lugares citados e pessoas acima referidas). P35 (Em sua opinião, o Brasil precisa de um presidente que:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘presautefic+’ (presidente que seja mais autoritário e/ou eficiente); ‘preassist+’ (presidente que atenda mais demandas de ricos e pobres e presidente que atenda primeiro demanda de pobres e marginalizados); ‘presnresp’ (não respondeu). P36 (Em sua opinião programas sociais como o Bolsa Família:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘programassociais+’ (a favor do Bolsa Família) ‘programassociais-’ (contra o Bolsa Família). P37 (Se soubesse que um filho seu é gay, ou que uma filha sua é lésbica, como você reagiria?) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘+aceitaçãofilhogay’ (aceitaria filho e/ou filha homossexuais) e ‘-aceitaçãofilhogay’ (não aceitaria filho e/ou filha homossexuais). P38 (Com a frase: ‘O casamento gay não deve ser legalizado, devemos é defender a família tradicional’’) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘uniãogay+’ (concorda com a união homossexual) e ‘uniãogay-’ (discorda da união homossexual).

Por conseguinte, temos as categorias sobre a polícia e segurança: a P40 (Sobre a Polícia Militar qual afirmação se aproxima mais do que você pensa:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘PMinst+’ (PM é instituição positiva [admirável e respeitável] e deve ser mantida), ‘PMinst-’ (PM é instituição cujo comportamento deve ser criticado e sua manutenção deve ser repensada) e ‘PMinst.nresp’ (não sabe/não quis responder). P41 (Em sua opinião, quando a polícia deve usar a violência contra manifestantes?) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘PM+’ (polícia deve no geral usar violência), ‘PM-’ (polícia não deve no geral usar violência’) e ‘nsabe/nquisresp’ (não sabe/não quis responder). P42 (Sobre as pessoas espancarem bandidos com suas próprias mãos (justiça popular), sem esperar pela polícia, qual a opção mais próxima de sua opinião?) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘JP+’ (a favor da justiça popular), ‘JP-’ (contra justiça popular) e ‘JP. nresp’ (não sabe/não quis responder). P43 (Com a frase “A cadeia para menores de 18 anos vai diminuir a criminalidade juvenil’’) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘cadeiaM+’ (concorda com a redução da maioria penal) e ‘cadeiaM-’ (discorda da redução da maioria penal). P44 (Sobre a pena de morte, você é:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘penamorte/perp+’ (a favor da pena de morte e/ou prisão perpétua) e ‘penamorte/perp-’ (contra a pena de morte e/ou prisão perpétua).

As categorias continuam com a P45 (Com a frase “Hoje em dia ninguém obedece mais a família, os mais velhos, os chefes, os professores nem a polícia, por isso os valores estão invertidos”, você:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘valorestrad+’ (os valores tradicionais estão sim invertidos) e ‘valorestrad-’ (os valores tradicionais não estão invertidos). P46 (Sobre a política de cotas para universidades, o que você pensa?) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘cotas+’ (concorda com as cotas), ‘cotas-’ (discorda das cotas) e ‘cotas. nresp’ (não sabe/não quis responder). P47 (Você considera que movimentos sociais, como o movimento preto, movimento gay, movimento feminista ou MST [Movimento dos Sem Terra] :) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘movsoc+’ (a favor de movimentos sociais), ‘movsoc-’ (contra movimentos sociais) e ‘movsoc. nresp’ (não sabe/não quis responder). P48 (Ainda segundo sua opinião pessoas que não tem sucesso profissional:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘insprof+’ (devem sim ser culpabilizadas por seu insucesso), ‘insprof-’ (não devem ser culpabilizadas por seu insucesso) e ‘insprof. nresp’ (não sabe/não quis responder)). P49 (Sobre a frase “A Lava-jato é a maior operação de combate à corrupção da história do país; se ocorreram abusos, devem ser perdoados, você” :) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘errosLJ+’ (os erros da Lava-jato devem sim ser perdoados), ‘errosLJ-’ (os erros da Lava-jato não devem ser perdoados) e ‘errosLJ.nresp’ (não sabe/não quis responder).

Então, temos a P50 (Sobre a Reforma da Previdência, qual das seguintes alternativas se aproxima mais da sua opinião:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘reforprev+’ (a favor da reforma da previdência), ‘reforprev-’ (contra a reforma da previdência) e ‘reforprev. Nresp’ (não sabe/não quis responder). P51 (Sobre o armamento da população, aponte a alternativa que mais se aproxima de seu ponto de vista) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘armpop+’ (a favor do armamento da população) e ‘armpop-’ (contra o armamento da população). P52 (No que diz respeito à seguinte sentença “Há leis trabalhistas demais que prejudicam o mercado e a geração de empregos”, você:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘leistrab-’ (contra leis trabalhistas) e ‘leistrab+’ (a favor de leis trabalhistas).

Seguimos com a P53 (Sobre o governo do presidente Jair Bolsonaro, qual a afirmação que mais se aproxima do que você pensa:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘JB+’ (avaliação positiva do governo Jair Bolsonaro), ‘JB-’ (avalição negativa do governo Jair Bolsonaro) e ‘JB=’ (avaliação regular do governo Jair Bolsonaro). P54 (Sobre o assassinato da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), em março de 2018, Marielle Franco, qual a sentença se aproxima mais do seu ponto de vista:) com as seguintes respostas

recategorizadas: ‘execMar+’ (posição favorável à execução de Marielle Franco), ‘execMar-’ (posição contrária à execução de Marielle Franco) e ‘execMar. Nresp’ (não sabe/não quis responder). P55 (Sobre a frase “O corte na educação é necessário por conta da crise econômica atual para ajustar as contas do país”, você:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘corteduc+’ (a favor do corte na educação), ‘corteduc-’ (contra o corte na educação) e ‘nãosabe/nquisresp’ (não sabe/não quis responder). P56 (Em relação às recentes publicações de conversas privadas entre os procuradores da Lava-jato e o ex-juiz e ex-ministro da justiça, Sérgio Moro, qual afirmação mais se aproxima de seu ponto de vista:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘publMoroProc+’ (a favor sim da publicação do conteúdo das conversas entre Moro e os procuradores) e ‘publMoroProc-’ (contra a publicação do conteúdo das conversas entre Moro e os procuradores). P57 (Qual a alternativa que mais se aproxima de sua opinião sobre a corrupção?) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘corruptei+’ (a favor de que a corrupção seja combatida dentro da lei) e ‘corruptei-’ (a favor de que a corrupção seja combatida dentro e fora da lei).

Na sequência temos a P58 (Sobre o sindicato, assinale a alternativa que mais se aproxima de sua opinião) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘sind+’ (a favor dos sindicatos e de sua manutenção), ‘sind-’ (contra os sindicatos e sua manutenção) e ‘sind. nresp’ (não sabe/não quis responder). P59 (Sobre a seguinte frase “A deposição da então presidente Dilma Rousseff foi um golpe para retirar o PT do governo”, você:) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘depDilGolpe+’ (concorda sim que foi golpe), ‘depDilgolpe-’ (discorda do conteúdo da sentença: não foi golpe) e ‘depDilgolpe.nresp’ (não sabe/não quis responder). P60 (Sobre a prisão de Lula, qual das alternativas mais se aproxima de seu ponto de vista) com as seguintes respostas recategorizadas: ‘priLula+’ (a favor da prisão de Lula), ‘priLula-’ (contra a prisão de Lula) e ‘priLula.nresp’ (não sabe/não quis responder).

É importante notar que foram utilizadas as seguintes variáveis (e modalidades) suplementares: P1(gênero) com duas modalidades (‘masculino’ e ‘feminino’). P2 (curso), com seis modalidades (‘jornalismo’, ‘direito’, ‘administração’, ‘engenharia civil’, ‘odontologia’ e ‘enfermagem’). P6 (Tempo de carteira assinada) com quatro modalidades (‘de 1 a 3 anos’, ‘de 3 a 5 anos’, ‘de 5 a 7 anos’ e ‘mais de 7 anos’). P7 (número de vínculos empregatícios) com quatro modalidades (‘de 1 a 3 empregos’, ‘de 3 a 5 empregos’, ‘de 5 a 7 empregos’ e ‘mais de 7 empregos’). P8 (horas trabalhadas na semana) com quatro modalidades: ‘até 10 horas/semana’, ‘de 10 a 20 horas/semana’, ‘de 20 a 30 horas/semana’ e ‘mais de quarenta horas/semana’). P9 (raça) com sete modalidades (‘branco’, ‘preto’, ‘pardo’, ‘amarelo’,

‘indígena’, ‘outros’, ‘não sabe/não quis responder’). P10a (profissão do responsável masculino) com cinco modalidades (‘manual não qualificado’, MNQ; ‘manual qualificado’, MQ; ‘Técnico e Graduação’ (TG); ‘superior econômico’ (SE) e ‘superior cultural’ (SC)). P10b (profissão da responsável feminina) com cinco modalidades (‘manual não qualificado’, MNQ; ‘manual qualificado’, MQ; ‘Técnico e Graduação’ (TG); ‘superior econômico’ (SE) e ‘superior cultural’ (SC)).

Seguimos com as variáveis sobre educação com a P11a (escolaridade do responsável masculino), composta por nove modalidades (‘não frequentou escola’; ‘ensino fundamental elementar’ (EFE)/ (1ª a 4ª série); ‘ensino fundamental avançado’ (EFA)/ (5ª a 8ª série); ‘ensino médio incompleto’ (EMI); ‘ensino médio completo’ (EMC); ‘ensino superior incompleto’ (ESI); ‘ensino superior completo’ (ESC); ‘pós-graduação’ (PG); ‘não sabe/não quis responder’). P11b (escolaridade da responsável feminina) com nove modalidades (‘não frequentou escola’; ‘ensino fundamental elementar’ (EFE)/ (1ª a 4ª série); ‘ensino fundamental avançado’ (EFA)/ (5ª a 8ª série); ‘ensino médio incompleto’ (EMI); ‘ensino médio completo’ (EMC); ‘ensino superior incompleto’ (ESI); ‘ensino superior completo’ (ESC); ‘pós-graduação’ (PG); ‘não sabe/não quis responder’). P13 (localização espacial) com duas modalidades (‘Juiz de Fora’; ‘outros municípios’). P16 (renda familiar) com quatro modalidades (‘até 2 salários mínimos’; ‘de 2 a 4 salários mínimos’; ‘de 4 a 10 salários mínimos’ e ‘acima de 10 salários mínimos’). P17 (quem custeia seus estudos?) com sete modalidades (‘você mesmo’; ‘seus pais + você’; ‘seus pais’; ‘seus avós’; ‘seus avós + seus pais’; ‘seus avós + seus pais + você’; ‘outros’). P18a (Financiamento Estudantil) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’). P19 a (curso extra) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’).

Sobre outras atividades, temos a P21a (assistir à televisão), com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’¹²³; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6 vezes/semana’ e ‘todos os dias’). P21b (escutar música) com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6 vezes/semana’ e ‘todos os dias’). P21c (ler jornais ou revistas (meios digitais ou impressos)) com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6 vezes/semana’ e ‘todos os dias’). P21d (ler livros não-didáticos) com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6

¹²³ Aqui, houve um equívoco de nossa parte, pois as categorias ‘nunca’ e ‘menos de uma vez por semana’ têm o mesmo valor: “zero”.

vezes/semana’ e ‘todos os dias’). P21e (assistir a filmes/séries em DVD/vídeo ou pela internet (Netflix)) com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6 vezes/semana’ e ‘todos os dias’).

Mas especificamente relacionadas à internet, temos as variáveis P21f (acessar redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube)) com seis modalidades (‘nunca’; ‘menos de 1 vez/semana’; ‘1 ou 2 vezes/semana’; ‘3 ou 4 vezes/semana’ ‘5 ou 6 vezes/semana’ e ‘todos os dias’). P23a (assiste a Youtube) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’). P23b (quais *youtubers* segue?) com sete modalidades (‘variedades’; política de esquerda/feminismo/antirracismo/LGBT+ [‘polE/Fem/anti-R/LGBT’]; política de direita e temas afins [‘polD + temas afins’]; empresas/economia/finanças/gestão/administração [‘empr/econ/finan/gest/adm’]; ‘técnico’; ‘religião’; ‘não sabe/não quis responder’). P26a (Segue alguma página sobre política, perfil ou canal de algum político no Facebook, Twitter, Instagram ou em outras redes sociais?) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’).

Há ainda a variável sobre leitura, a P27b (Quais jornais e revistas você lê?) com seis modalidades (‘progressista/esquerda’; ‘centro’; ‘conservador/direita’; ‘variedades’; ‘não sabe/não quis responder/não nomeou’; ‘variedades + conservador’). P28[1:autoajuda] (qual tipo de livro você mais gosta? (pode marcar mais de uma opção)) com duas modalidades para ‘autoajuda’, assim como as seguintes (‘sim’ e ‘não’). P28 [2:aventura] (‘sim’ e ‘não’). P28 [3:viagens] (‘sim’ e ‘não’). P28 4:[biográficos] (‘sim’ e ‘não’). P28[5:memória] (‘sim’ e ‘não’). P28 [6:infantis] (‘sim’ e ‘não’). P28 [7:clássicos] (‘sim’ e ‘não’). P28 [8:técnicos, da sua área] (‘sim’ e ‘não’).

Em relação à música, temos a P29 [:1 memória] (‘sim’ e ‘não’) (Que tipo de música você mais gosta de ouvir? (pode marcar mais de uma opção)) com duas modalidades, assim como as seguintes (‘sim’ e ‘não’). P29[2: Pop] (‘sim’ e ‘não’). P29[3:MPB] (‘sim’ e ‘não’). P29[4:Jazz] (‘sim’ e ‘não’). P29[5:Funk] (‘sim’ e ‘não’). P29 [6:Sertanejo] (‘sim’ e ‘não’). P29[7:Axé] (‘sim’ e ‘não’). P29 [8:samba] (‘sim’ e ‘não’). P29[9:pagode] (‘sim’ e ‘não’). P29[10:música eletrônica] (‘sim’ e ‘não’). P29[11:reggae] (‘sim’ e ‘não’). P29[12:hip-hop/rap] (‘sim’ e ‘não’). P29[13:gospel] (‘sim’ e ‘não’). P29[14:música clássica] (‘sim’ e ‘não’).

E, finalmente, as variáveis sobre religião, como a P30a (você tem religião?) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’). P30b (se tiver, qual é a sua religião?) com sete modalidades (‘católica’, ‘protest/Evang/cristão/T. Jeová/Method [protestante/evangélico/cristão/Testemunha de Jeová/Methodista]; ‘espírita’; ‘afro-brasileira’; ‘ateu/agnóstico’; ‘sem religião’; ‘não sabe/não

quis responder’). P31a (você frequenta templo, igreja, centro ou outro local de culto religioso?) com duas modalidades (‘sim’ e ‘não’). P31b (Se sim, com que frequência?) com quatro modalidades (‘mais de 1 vez na semana’; ‘entre uma vez na semana ou a cada 2 semanas’; ‘entre 1 vez ao mês ou a cada 2 e 3 meses’; ‘muito esporadicamente’).

5.2. ANÁLISE DA TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DAS MODALIDADES E DO EIXO 1

O percentual da taxa modificada de Benzécri – de acordo com a qual a soma das variâncias dos eixos deve ser superior a 80% - foi de 67,2% para o eixo 1 e 21,8% para o eixo 2, perfazendo 89% de variância total, o que dispensa o uso de outro eixo como chave explicativa para o presente estudo. Já a contribuição média das variáveis ativas foi de 1,32% (como já mencionamos, as variáveis suplementares, compostas de massa zero, não afetam a variância). A contribuição indica a importância de determinada variável ou modalidade para a definição da estrutura e da configuração das polarizações observadas ao longo dos eixos (Klüger, 2018; Cardozo, 2019).

No eixo 1, como se pode verificar pela tabela de variação das contribuições de cada modalidade¹²⁴, 14 delas apresentam percentuais superiores à 1,32%, ocupando o lado esquerdo na distribuição horizontal das categorias¹²⁵. Tendo em vista o grande número de modalidades ativas superiores a 1,32%, decidimos priorizar no gráfico (como se verá) as categorias de maior contribuição, eliminando (apenas na visualização do eixo) aquelas cuja contribuição foi igual ou inferior a 1,6% (que representam a terceira contribuição mais baixa). São elas: P54 (‘execMar+’) [1,6%]; P56 (‘publMoroProc-’) [1,4%]; P59 (‘depDilgolpe-’) [1,5%] e P52 (‘leistrab-’) [1,5%].

Quanto aos graus de contribuição das variáveis ativas do lado direito do eixo 1, elas também podem ser analisadas em três diferentes gradações com as categorias políticas

¹²⁴ As tabelas de variância constam do apêndice (referente ao capítulo 5).

¹²⁵ As quatro modalidades que se destacam pela alta taxa, significativamente acima da média de 1,32%, são: P32b (‘direita/Bol’), com 4,1%; P51r (‘armpop+’), com 3,7%; P32a (‘direita’), com 3,6% e P53 (‘JB+’), com 3,5%. No nível intermediário estão: P47r (‘movisoc-’) com 2,5%; P60r (‘priLula+’), com 2,4%; P38r (‘uniãogay-’), com 2,3%; P55r (‘corteduc+’) e P50r (‘reforprev+’), ambos com 2,2%. No nível mais baixo de contribuição, todas abaixo de 2%, estão as seguintes modalidades ativas: P43r (‘cadeiaM+’), com 1,7%; P54 (‘execMar+’), com 1,6%; P52 (‘leistrab-’) e P59 (‘depDilgolpe-’), ambas com 1,5% e, finalmente, P56r (‘publMoroProc-’), com 1,4%.

apresentando as maiores concentrações, uma espécie de oposição simétrica ¹²⁶ ao que ocorreu do esquerdo. Estabelecendo o mesmo parâmetro de corte para o lado direito, isto é, modalidades cuja contribuição for igual ou inferior a 1,6%, foram cortadas da visualização do eixo, as seguintes categorias: P42r ('JP-'), com 1,4%; P48r ('insuprof- ') e P41 ('PM-'), ambas com 1,6%. As demais, que aparecem em verde, também contribuíram para a construção do eixo, mas seu valor permaneceu abaixo da média e, por isso, deixaram de ser identificadas pelo sistema¹²⁷.

5.2.1. Análise do eixo 1: o aglomerado das posições autoritárias

Como podemos ver no gráfico abaixo, o eixo 1 (horizontal) se estrutura a partir da oposição entre duas matrizes de percepções político-identitárias, morais e econômicas, radicalmente, diferentes: do lado esquerdo (do plano), em azul, concentram-se as respostas politicamente autoritárias, moralmente conservadoras e liberais do ponto de vista econômico, representadas, entre outras, pelas modalidades vinculadas à defesa da redução da maioria penal, do armamento da população e da prisão de Luís Inácio Lula da Silva. Se, do ponto de vista do aparelho do Estado e da agenda de segurança pública, o grupo apresenta percepção punitivista, quanto aos valores identitários e morais, os respondentes são contrários à união de pessoas do mesmo sexo e, especialmente, críticos aos movimentos sociais (como pretos, MST e LGBT+). O lado esquerdo (do plano em azul) ainda expõe outro traço fundamental do grupo, sua posição de explícita defesa do espectro político de direita em três momentos chave: no 1º turno das eleições de 2018 com voto em JB; repetindo a escolha no segundo turno, e, durante o período de aplicação do questionário (agosto de 2019) mediante a avaliação positiva do ex-

¹²⁶ As quatro categorias com maior percentual são: P32b ('esquerd/Had'), com 4,2% (única a superar o percentual de 4% de contribuição); P60r ('priLula- '), com 3,7%; P53r ('JB-'), com 3,4% e P54r ('execMar- '), com 3,1%. O nível intermediário, por outro lado, se caracteriza por contribuições ao redor da faixa dos 2%, da seguinte forma: P43 ('cadeiaM-'), com 2,9%; P59r ('depDilgolpe+'), com 2,5%; P32a ('centro'), P44r ('penamorte-') e P51r ('armpop-'), todas as três categorias com 2,3%; P45r ('valorestrad-') e P47r ('movisoc+'), ambos com 2,2%; P35r ('preassist+') e P40r ('PMinst-'), ambos com 2,1%. Por fim, as categorias com menor contribuição para o eixo 1 são: P32arf ('esq[esquerda]) e P52r ('leistrab+'), ambas com 1,7%; P41r ('PM-') e P48r ('insuprof-'), ambas com 1,6% e, por fim, P42r ('JP- ') com 1,4%.

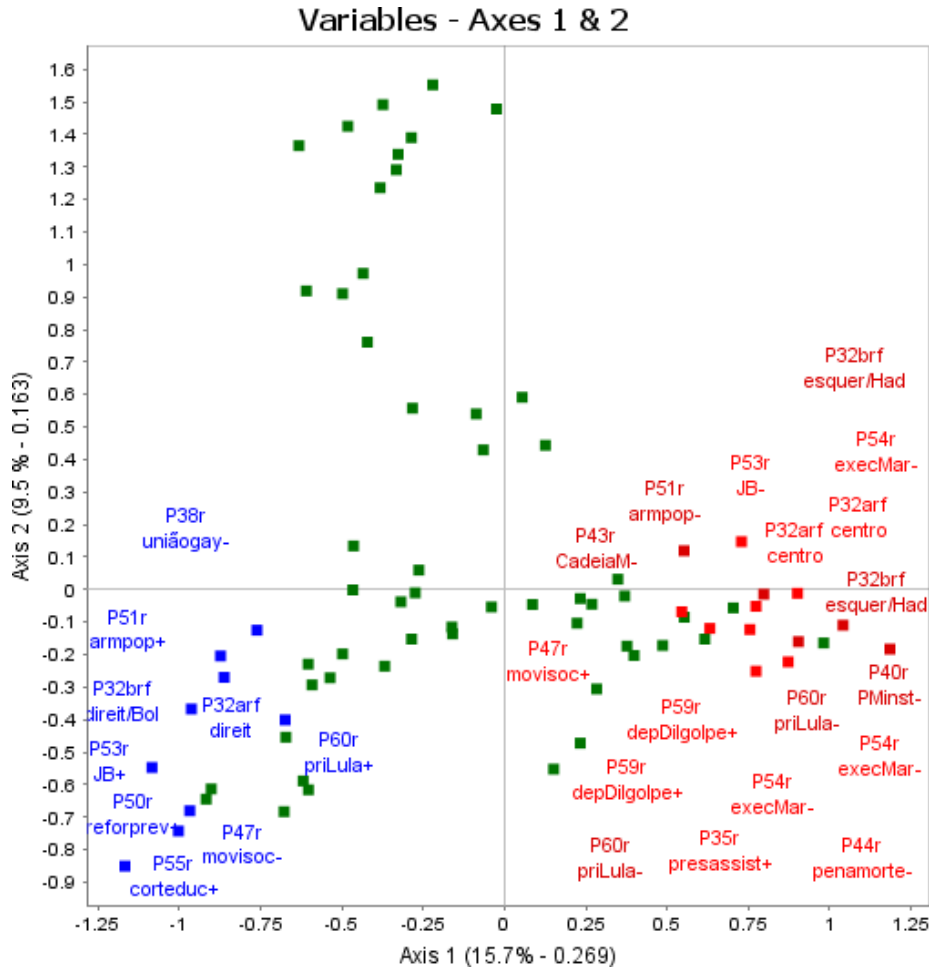
¹²⁷ No entanto, como se verá mais tarde, algumas dessas categorias – como as representativas dos cursos –, apesar de sua variância mais fraca, serão projetadas, posteriormente, para análise da localização de cada curso em relação às modalidades ativas e suplementares.

capitão. Além do mais, os respondentes se posicionaram a favor da deposição da então presidenta, Dilma Rousseff (2010-2016), defendendo o que denominam de “legalidade do processo”, sendo, ao mesmo tempo, contrários à divulgação das conversas entre o ex-juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-jato.

Como corolário desta visão de mundo, foram favoráveis às reformas do Estado, destacando-se, entre elas, o corte na educação, na previdência e o combate às leis trabalhistas (não devemos nos esquecer de que essa última modalidade não aparece na tabela ¹²⁸).

¹²⁸ Lembrando que ela foi cortada por apresentar variância inferior a 1,6%.

Gráfico ACM 1 – Projeção das variáveis ativas sobre o eixo 1



■ Active categories	■ P55r - corteduc+	■ P53r - JB+	■ P50r - reforprev+	■ P47r - movisoc-	■ P32brf - direitBol	■ P51r - armpop+	■ P32arf - direit	■ P38r - uniãogay-
■ P60r - priLula+	■ P47r - movisoc+	■ P51r - armpop-	■ P59r - depDilgolpe+	■ P53r - JB-	■ P54r - execMar-	■ P35r - presassist+	■ P45r - valorestrad-	■ P43r - CadeiaM-
■ P44r - penamorte-	■ P32arf - centro	■ P60r - priLula-	■ P32brf - esquer/Had	■ P40r - PMinst-				

FONTE: Elaborado pelo próprio autor.

A concentração das modalidades autoritárias do lado esquerdo do gráfico se dá em virtude da homologia das respostas que geram sua aproximação a partir de cinco lógicas subjacentes, a estruturar toda a configuração do eixo. São elas: segurança pública/percepção punitiva de Estado e/ou sociedade; dimensão eleitoral; questões morais, identitárias e movimentos sociais; reformas liberais do Estado x Estado forte e efeito Lava-jato. São elas a **Segurança pública/percepção punitiva de Estado e sociedade**: presente nas modalidades de defesa do armamento da população e redução da maioria penal; **Dimensão eleitoral**: presente nas modalidades que representam os votos na direita e na extrema direita (Bolsonaro) nos 1º e 2º turnos da eleição passada, além de avaliação positiva de JB; **Questões morais, identitárias e**

movimentos sociais: presentes nas modalidades que representam posições contrárias à união civil entre pessoas do mesmo sexo; críticas a movimentos sociais e ativistas políticos (como Marielle Franco); **Reformas liberais do Estado versus Estado forte:** presentes nas modalidades que representam defesa da reforma da previdência, cortes na educação e reformas das leis trabalhistas (portanto das modalidades que encarnam reformas liberalizantes); **Efeito Lava-jato:** presente nas modalidades que representam defesa da prisão de Lula da Silva e da deposição de Dilma Rousseff, além de crítica à divulgação das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-jato.

Nesse espaço de posições autoritárias por excelência, o polo caracterizado pela “Dimensão Eleitoral” apresenta, em conjunto, o maior percentual de contribuição para o eixo, atingindo 11,2%¹²⁹, ao passo que o segundo padrão com maior contribuição é composto por “Questões morais, identitárias e movimentos sociais”, com 6,4%¹³⁰. Já a terceira lógica de maior intensidade é a da “Reforma Liberal do Estado versus Estado forte”, com 5,9%¹³¹, sendo que o quarto grupo de modalidades é o referente à “Dimensão punitiva do Estado”, com 5,4%¹³². Por último, a lógica referente ao “Efeito Lava-jato”, com 5,3%¹³³.

Todavia, após categorizarmos nossas modalidades em cinco chaves lógicas, percebemos que elas podiam ser submetidas, outra vez, a uma nova recategorização, pois os efeitos do pleito eleitoral de 2018 e as consequências da operação Lava-jato ainda se faziam sentir com significativa força entre os respondentes. Não apenas em função de que a pesquisa se realizou em meados de 2019, período ainda próximo das eleições, mas, especialmente, em virtude de que o clima político do país se fracionara entre opositores e defensores do ex-capitão movido, especialmente, pela lógica “lavajatista”. Dentro desse contexto de paixões viscerais entre grupos que se digladiavam, o rescaldo das eleições ainda permanecia presente nas mentes e corações dos brasileiros e brasileiras. E nada encarnava melhor o cúmulo desse processo de

¹²⁹ Como resultado da soma da P32a [voto na direita/3,6%], P32b [voto em Bolsonaro/4,1%] e P53 [avaliação positiva de JB/3,5%].

¹³⁰ Soma da P38 [contra união homossexual/2,3%], P47 [contra movimentos sociais/2,5%] e P54 [a favor da execução de Marielle/1,6%].

¹³¹ Adição da P50 [a favor da reforma da previdência/2,2%], da P55 [a favor do corte na educação/2,2%] e da P52 [a favor das reformas nas leis trabalhistas/1,5%].

¹³² Resultado da soma da P51 [a favor do armamento da população/3,7%] e da P43 [a favor da redução da maioria penal/1,7%].

¹³³ Adição da P60 [a favor da prisão de Lula da Silva/2,4%], da P56 [contrários à publicação das conversas entre Moro e os procuradores/1,4%] e da P59 [a favor da deposição de Dilma/1,5%].

radicalização política e de emergência de ódios do que a campanha de 2018 e o papel do então juiz de Curitiba, Sérgio Moro, e dos procuradores. Por isso, aparentemente difusos, mas nada confusos, esses dois processos – eleições e Lava-jato – têm seus efeitos sintetizados nas duas categorias que, somadas, atingem impressionantes 16,5% de variância. O que demonstra a força dessas dinâmicas políticas e, naturalmente, do monopólio das corporações midiáticas na produção de um discurso sobre as lideranças de esquerda, em particular, e de seus temas, em geral¹³⁴. Grosso modo, o peso percentual dessa nova categoria pode ser resumido pela rubrica “efeito Lava-jato”.

É fascinante observar no gráfico 8 (acima) como as modalidades de voto na extrema direita, tanto no 1º quanto no 2º turno, assim como a avaliação positiva do governo Bolsonaro, estão próximas na região mais à esquerda de todo o gráfico – peças centrais na demarcação da força de concentração dessas percepções que, de fato, estruturam dinâmica e intensamente todo o campo. Elas ancoram todo o espaço de direita do plano cartesiano. Ou seja, as modalidades nos permitem o acesso sociológico às visões de mundo dos agentes mais conservadores e/ou autoritários, desvendando, simultaneamente, as várias dimensões nas quais essas percepções se estruturam com a consequente criação de campos semânticos entrelaçados. Portanto, são as modalidades mais intensas e estruturantes do plano, conformando, em conjunto, a formação do eixo 1.

Dentro desse esforço de objetivação, é possível perceber que os demais padrões indicam outras três dimensões centrais deste tipo específico de autoritarismo cuja substância histórica se cinde na esfera moral, punitiva e economicamente liberal. É um constructo multidimensional, como a tradição da sociologia genética já percebera (Pierucci, 1987; Alves, 2000; Messenberg,

¹³⁴ Não é objeto de estudo da presente tese discutir o papel da mídia corporativa na confecção da Lava-jato e do cenário político que, direta e/ou indiretamente, contribuiu para a vitória do candidato de extrema-direita em 2018. Mas não podemos deixar de mencionar os efeitos gerados pelo enquadramento (Goffman, 1974; Wolf, 1974; Scheufele, 1999; Gitlin, 1980) das corporações midiáticas na estigmatização da esquerda e na construção de ambientes informacionais cujos conteúdos contribuíram para a imposição de categorias de sentido político excludentes dos temas centrais à realidade brasileira, em especial, a desigualdade social e tópicos vinculados à economia política como forma de inclusão social de segmentos marginalizados da população. O fechamento discursivo, ao contribuir para a delimitação do campo possível do discurso político, já opera como sensor exímio dos temas tradicionais do discurso de esquerda; silêncio ao qual se sobrepôs o discurso estigmatizante antipetista. Ademais, além das corporações midiáticas, ainda participaram da construção desse bloco de poder em busca da conquista de hegemonia de direita: os militares, o capital financeiro, o judiciário (entre outros setores). Mais uma vez, embora o papel da mídia seja o mais altissonante, ele deve ser considerado apenas um sujeito, entre vários, na articulação do bloco de poder que leva ao golpe de 2016 e às eleições de 2018. O discurso midiático, portanto, deve ser compreendido no interior da construção desse bloco.

2018; Cardozo, 2019). O que nos chama a atenção, tendo em vista a dispersão das modalidades no eixo e a intensidade do padrão de sua contribuição, é a intensidade da dimensão moral, como, por exemplo, a rejeição ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Os dados oriundos das tabelas binárias já apontaram¹³⁵ relação entre religião, especialmente a evangélica, e conteúdo morais conservadores e mesmo ultraconservadores. Tendo em vista esse laço evangelismo/conservadorismo, optamos por discutir, teoricamente, os principais valores da matriz protestante-evangélica (que agrupa pentecostais e neopentecostais) e seu “projeto de poder”.

Mediante tal expediente, procuramos explorar, primeiramente, a dimensão conjuntural dessa luta por controle político, delineando as principais estratégias que, operando conjuntamente, contribuem, em nosso entendimento, para a produção de profunda mutação dos conteúdos de temas que, até então, tematizados no espaço público, não sofriam, diretamente, a influência da esfera privada, especialmente a dos valores familiares. A tentativa evangélica, ao que tudo indica, consiste, entre outros elementos, em proceder à colonização da esfera pública por meio de valores intrinsecamente privados (até então). Em seguida, discutimos, de forma mais ampla, as propriedades essenciais das religiões universais, a saber seu individualismo e sua lógica de conversão em massa. Essa pequena exposição, naturalmente, não se pretende exaustiva; procura, ao contrário, apontar elementos que, todavia, são essenciais a uma compreensão mais ampla (e profunda) da mediação operada pela matriz religiosa de cunho neopentecostal.

Para finalizar essa seção, acrescentamos que uma série de outros elementos religiosos – em especial, sua “positividade” – serão discutidos (especialmente no próximo capítulo) em relação às estratégias do projeto de poder evangélico que, agora, será objeto de nossa análise. Faremos, portanto, uma “digressão” nas duas seções seguintes com vistas a sofisticar nossa visão sobre o fenômeno religioso como mediação sociossimbólica para, então, retornarmos à análise da tabela.

5.2.2. Os valores evangélicos e seu projeto de poder

Para compreendermos o papel fundamental que o evangelismo (pentecostalismo e neopentecostalismo) desempenha na configuração de uma visão de mundo marcada, grosso

¹³⁵ Rever capítulo 4.

modo, por percepções morais conservadoras, precisamos esboçar alguns aspectos centrais caracterizadores dessa matriz religiosa e dos embates com seus principais oponentes, a religião católica e os setores seculares da sociedade. Ou melhor, é necessário entendermos o projeto de poder dos evangélicos, seus principais valores, suas estratégias de disseminação de temas/enquadramentos, sua decisão pela conquista de postos no Estado, especialmente no aparato jurídico-legislativo, e sua visão de mundo. Com isso, estaremos melhor equipados para, efetivamente, analisarmos a nuvem de propriedades conservadoras e/ou autoritárias apresentadas pelo gráfico e sua relação com os conteúdos da matriz evangélica¹³⁶.

Por trás das disputas entre os segmentos cristãos (protestantes versus católicos) e destes com os setores laicos da sociedade, esconde-se, em nosso entendimento, a disputa sobre o papel do Estado na contemporaneidade e do modo como ele – dentro da visão evangélica – deve ter como referência o modelo familiar tradicional que, por sua vez, tende a colonizar esferas da vida social que até então permaneciam fora do seu escopo. Trata-se, já nos adiantando, da disputa pela imposição da visão de mundo legítima – do ponto de vista político-religioso – sobre a realidade social com ganhos simbólicos e concretos sobre o próprio mundo social. Quando se deu o início do ativismo político dos evangélicos? Quais os fatores que os guiaram na

¹³⁶ Antes de mais nada, precisamos deslindar alguns termos. No interior do protestantismo, temos, grosso modo, duas grandes ramificações: os protestantes históricos e os evangélicos (também denominados de pentecostais). Os primeiros são formados, entre outros, pelas igrejas Luterana, Batista, Presbiteriana e Metodista. Eles consistem no desdobramento imediato da Reforma Protestante (século XVI) que desafiou a Igreja Católica e seus preceitos na Europa. De modo sintético, os protestantes históricos acreditam que a Bíblia foi elaborada ao longo de séculos através da mediação de diversos seres humanos e, portanto, não pode ser literalmente lida, mas interpretada a partir dessas mediações. Ademais eles, os históricos, também aceitam que os caminhos para a salvação podem ser trilhados por diferentes pessoas pertencentes a diferentes padrões culturais e/ou religiosos. Quanto ao batismo, defendem que os fiéis podem experimentar a dimensão espiritual, mesmo sem terem sido submetidos a esse rito. Por fim, acreditam que, para se ser fiel, o protestante não necessita aceitar a obrigação de converter outras pessoas (proselitismo). Já os evangélicos – pentecostais – defendem que a Bíblia é a palavra de Deus e que Jesus é o único salvador; para ser salvo, o fiel precisa ser batizado e ter a obrigação de levar a palavra sagrada a todos. Podemos ainda acrescentar que o pentecostalismo se caracteriza por ser uma religião de grande apelo popular, transmitida em linguagem simples e que busca a conversão do fiel. Sua compreensão do mundo é essencialmente binária (mundo versus igreja) e prioriza o aspecto sobrenatural da experiência religiosa, o que lhes respalda a luta contra o demônio (quase sempre encarnado nas figuras da religiosidade afro-brasileira), tendo, como corolário, cultos vibrantes. O neopentecostalismo, por sua vez, mantém os traços mencionados acima, acrescentando – e isso é fundamental – a denominada Teologia da Prosperidade, que incentiva o enriquecimento e sucesso profissional do fiel. Seus cultos tendem a ser ainda mais vibrantes e comovedores que os pentecostais. “Tendo se desenvolvido [o neopentecostalismo] a partir dos caminhos abertos pela referência moral e pelas práticas do pentecostalismo, esse movimento funda a ideia do culto exuberante, emocional e interativo com uma lógica meritocrática mais explícita e de busca do sucesso material” (Spyer, p. 62, 2020). A presente classificação toma como base a obra de Juliano Spyer, “Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam” (2020).

aproximação com o universo político? Ou seja, quando e porque deixaram de ser apolíticos? Onde está, se assim podemos dizer, o núcleo semântico de seu moralismo conservador? Qual a estratégia ou as estratégias de colonização religiosa da sociedade e do Estado? Podemos, de fato, afirmar que existe uma disputa sobre o conceito de laicidade do Estado que opõe setores evangélicos e seculares? E, finalmente, como usar tais discussões, elaboradas pela tradição de estudos sobre a religião (Pierucci, 2006; Almeida, R., 2017, 2019, 2020; Mariano, 1996, 2004, 2011; Camurça, 2019; Spyer, 2020; Schiavo, 2014), em nossa análise acerca das especificidades do gráfico anterior?

O primeiro passo consiste em contextualizar, geneticamente, o evangelismo (mesmo que em rápidos traços). A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada o momento histórico que demarcou mudança radical de atitude dos protestantes no que tange à política que, da tradicional abstenção, deram início à participação ativa no Congresso Nacional e na formação, na esfera civil, de um conjunto articulado e dinâmico de militantes evangélicos. Essa ruptura, grosso modo, está sintetizada nos dois refrãos que salientam as duas fases das (diferentes) percepções desse grupo confessional sobre as eleições: “crente não vota em política” para “evangélico vota em evangélico” ou, ainda, “irmão vota em irmão”. Temendo o aumento de poder do setor católico, secularmente hegemônico no país, durante o período de formulação da Carta Magna, os protestantes decidem abandonar seu notório afastamento da esfera política (Mariano, 2011) e partem para um projeto de poder que implica não apenas a conquista de cadeiras no Parlamento como a luta pela ocupação do espaço público mediante a disseminação de seus valores morais.

Dentro dessa lógica de colonização de temas centrais atinentes ao debate político, os evangélicos centraram suas críticas na descriminalização do aborto, consumo de drogas, união civil de pessoas de mesmo sexo, defesa da considerada família tradicional e bons costumes, controle do corpo feminino, liberdade de culto religioso, concessão de redes de TV e rádio e de recursos públicos (Mariano, 2011). Todo esse conjunto de tópicos configurou a plataforma de temas ao redor dos quais os evangélicos passaram a convergir seus esforços mediante a formulação de um plano dos costumes, inspirado e nucleado pela noção de família tradicional, afeito até então à esfera privada, que passa a ser propagado para toda a sociedade.

No lado oposto do espectro religioso, os católicos já haviam aceitado a liberdade religiosa, contribuindo para adensar, finalmente, o pluralismo confessional no país; ademais, especialmente durante o período ditatorial (1964-1985), a liderança católica optou pela defesa dos Direitos Humanos e Sociais em consonância com a emergência da Teologia da Libertação

(TDL), que se tornaria a referência teórica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) o que contribuiu para a formação de quadros políticos de esquerda. Entre outros traços, as CEBs se caracterizavam por reuniões nas quais os textos bíblicos eram lidos em relação à realidade cotidiana das comunidades, ou seja, a experiência concreta dos leigos nas paróquias e favelas em geral passou a compor as discussões e ações das Comunidades Eclesiais. Como resultado, elas se transformaram em espaços vitais de conscientização política dos cristãos diante da desigualdade social. (Schiavo, 2014). A TDL, sinteticamente, consistia no referencial teológico adotado por parte da Igreja Católica, após o Concílio Vaticano (1962 – 1965), promovido pelo papa João XXIII com vistas a modernizar a religião católica.

Sua duração organizacional desencadeou uma leva de eventos singulares, como as conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), os planos de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o surgimento da teologia da libertação (TdL) e a proliferação das CEBs (Schiavo, p. 95-96, 2014).

O diálogo com outras religiões foi intensificado e o olhar sobre a realidade social, estimulado, o que contribuiu para a formulação de uma perspectiva crítica acerca da realidade que uniu marxismo e religião. Ou seja, a religião católica, por um lado, aceitou o pluralismo religioso e, por outro, enfatizou o ativismo político, especialmente, nas regiões mais pobres do país. Como veremos, o protestantismo irá se beneficiar desse pluralismo e, ao mesmo tempo, dos limites da inserção (e ativismo) católica nas regiões periféricas.

No que se refere aos evangélicos, a partir da elaboração da CF/1988, sua luta consiste em introduzir, no espaço público-jurídico, noções substantivas da moralidade religiosa, gerando a expansão da esfera familiar (Almeida, R., 2020) cujos valores se tornam a referência para a formulação e implementação de políticas públicas (Almeida, R., 2020; Brown, 2019) a outras dimensões sociais (e políticas). A religião, que adquire, dentro desse processo, caráter público¹³⁷, passa a ter a

¹³⁷ A religião passa a atuar sobre aspectos, temas e a dimensão pública da sociedade, a exemplo de questões como reprodução, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo etc, com vistas a afetar as decisões do aparato legal, isto é, do próprio Estado e dos comportamentos coletivos etc, processo gerador de novas interferências entre as esferas religiosa e secular (Almeida, R., 2020; Camurça, 2019, Casanova, 1990). Portanto, ela, a religião, tende a se deslocar para o espaço público, interferindo na substância do próprio debate público e, dessa forma, contribuindo para conformar (no sentido técnico de “dar forma a”) os critérios de normatividade (cada vez mais conservadores, posto que têm como âmago a esfera privada familiar) atinentes à sociedade civil e/ou o Estado.

pretensão reguladora também do secular” (Almeida, R., p. 429, 2020). Como extensão, os protestantes começam a “defender seus interesses institucionais e valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, ‘macumbeiros’ e feministas na elaboração da carta magna” (Mariano, p. 251, 2011).

A plataforma de temas, portanto, responde à multiplicidade de adversários – seculares e/ou católicos – contra os quais a vertente mais conservadora dos evangélicos se volta. Essa dinâmica, ou seja, a “desprivatização do movimento religioso” (*Ibid.*, p. 251) contribuiu para um dos traços centrais da relação entre religião e política, sua “instrumentalização mútua” (*Ibidem*, p. 251), propulsionando o ativismo religioso dos evangélicos em contraposição a um movimento conservador¹³⁸ e menos ruidoso por parte dos católicos. Uma das consequências desse complexo processo de mútua instrumentalização entre as duas esferas, aponta o autor, é a resistência à laicização¹³⁹ do espaço público.

Grosso modo, o projeto de poder evangélico se encarna no esquema triádico: política, mídia e filantropia (Camurça, 2019) que expressa, com nitidez, a estrutura e a dinâmica por meio das quais um grupo confessional específico elabora estratégias eficazes de propagação de seus valores morais com repercussões no espaço público. Dentro dessa lógica de expansão de valores e crenças, a igreja evangélica atua na definição de seus candidatos ao parlamento mediante a realização de campanhas não somente junto ao púlpito local como também nos demais ambientes eclesiásticos. Uma vez eleitos, passam a atuar junto às Comissões de Comunicação do Parlamento, espaço estratégico para a obtenção de concessões de rádio e TV.

O terceiro elemento desse esquema diz respeito à utilização dos fundos partidários através dos quais os parlamentares religiosos criam entidades assistenciais que fornecem auxílio

¹³⁸ Mas cujo conservadorismo apresenta indícios de ser menos intenso que o evangélico.

¹³⁹ “A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto” (Mariano, p. 244, 2011). “O conceito de secularização, por sua vez, recobre processos de múltiplos níveis ou dimensões, referindo-se a distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas.” (Mariano, p. 244, 2011). O mentor do processo de diferenciação das esferas cultural, institucional e normativa que estão na base do conceito de secularização foi Max Weber que detectou a emergência do Estado Moderno (na sua forma racional) e a autonomização das esferas política e religiosa. (Pierucci, 2000; Mariano, 2011).

básico como cestas de alimentação, orientação legal, médica (como distribuição de contraceptivos) e educacional. Neste ponto, o ciclo se fecha, pois distribuição e assistência tendem a ser divulgadas pelos veículos de comunicação dos parlamentares religiosos e/ou aliados, legitimando as ações realizadas e os valores propostos pelos políticos evangélicos (Camurça, 2019). Dentro dessa lógica, temas e abordagens religiosas tendem a atingir o espaço público, gerando estratégias de cooptação de fiéis que transcendem os laços primários. Além do esquema tradicional (descrito acima), o autor ainda aponta outra estratégia que tende a gerar mais eficiência ao processo de captação, “a do circuito da música e da mídia gospel” (Camurça, p. 129, 2019), pois o mercado fonográfico gospel¹⁴⁰ pode ser considerado outra estratégia para conquista de cadeiras no Parlamento. Não podemos esquecer, em contrapartida, que a resposta da igreja católica a esse conjunto de estratégias foi o investimento em redes de televisão como a Rede Viva e Canção Nova, além da criação dos padres midiáticos como Marcelo Rossi e Fábio de Mello.

Entretanto, não se trata apenas de um conjunto de estratégias de líderes religiosos que anseiam por cargos políticos e cujas eleições contribuíram, nos últimos anos, para mudar a feição do Congresso Nacional – a exemplo da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)¹⁴¹ -, mas da abertura dos próprios partidos políticos ao processo de inclusão de pastores e/ou lideranças. Ou seja, ao longo das últimas décadas, observa Camurça (2019), consolidaram-se os pactos políticos entre partidos e instituições religiosas, especialmente as protestantes-evangélicas e/ou católicas. Se, na década de 90, foram PSDB e PMDB a definir os grandes acordos político-religiosos; na década de 2000, o bastão passa para o PT que, a partir de 2010, compartilha-o com o PSDB. De 2020 em diante, percebe-se, por outro lado, a emergência de pequenos partidos a pactuar com os líderes evangélicos, a exemplo do PSL, PRB, PSC, PSD, PP e DEM. Em síntese, “as cúpulas das igrejas evangélico-pentecostais se beneficiaram das alianças formadas com os mais representativos partidos do meio político” (Camurça, 2019, p. 134).

¹⁴⁰ Pelo menos, 10 cantores gospel disputaram eleições para o Congresso Nacional e as assembleias estaduais (<https://www.portalt5.com.br/noticias/diversao/gente-famosa/2022/08/206071-mais-de-10-cantores-gospel-famosos-vaio-disputar-eleicoes-em-2022/>). O gênero já representa 20% do mercado fonográfico brasileiro e cresceu 44%, em 2022, comparativamente a 2021. (<https://jmnoticia.com.br/cresce-mercado-de-musica-gospel-e-artistas-jovens-se-destacam/>).

¹⁴¹ De acordo com dados publicados pelo próprio Congresso Nacional, em 23 de maio de 2023, a Frente Evangélica era composta por 202 deputados e 26 senadores – perfazendo um total de 228 parlamentares -, o que significa que 40,2% dos representantes do povo brasileiro eram evangélicos à época (tendo como base 513 deputados e 27 senadores [total de 540]). (<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>). Embora bruto, o dado é um indicativo da força do evangelismo no Congresso Nacional.

Como resultado desses “ciclos”, como aponta o especialista, o *main stream* político “legitimou a presença quase naturalizada dos evangélicos em seu seio” (Camurça, 2019, p. 134).

Ora, se por um lado dessa disputa, temos um modelo secular ao estilo republicano – caráter laico da educação pública, separação entre igreja e Estado, restrição da religião no espaço público -, republicanismo esse defendido pelos setores laicos da sociedade civil e do Estado; por outro, o setor religioso, especialmente, o evangélico, conta com outra interpretação da laicidade – reposicionando “Deus acima de tudo” -, na medida em que visa a legitimar seu crescente processo de ocupação do debate político. Para implementar sua colonização do espaço público, entretanto, o setor evangélico faz referência contínua ao arranjo político-jurídico do aparelho estatal (Mariano, 2011). A estratégia parece consistir em que, a despeito de seus valores conservadores, o grupo tem sempre “uma ideia de laicidade e de política republicana como referência formal” (Camurça, p. 137, 2019), na medida em que, para conquistar espaço na dimensão política, se veem obrigados a ceder às regras institucionais da democracia liberal-representativa: concorrem a eleições, fazem parte de partidos (e de bancadas conservadoras), tentam, especialmente, ocupar postos-chave em comissões (como as Comissões Parlamentares de Inquérito) etc. “Tudo isso, para infundir, dentro do formato político-republicano que demarca sua conduta pública, seus valores religiosos conservadores, devidamente amoldados ao procedimento parlamentar e das instituições de Estado” (Camurça, p. 137, 2019).

Nessa perspectiva, tanto setores laicos quanto religiosos (católicos e/ou evangélicos) lutam por impor suas visões específicas sobre a laicidade do Estado e, com isso, influenciar diretamente o gerenciamento da estrutura jurídico-política do aparelho estatal, o que, em contrapartida, irá determinar, em larga medida, o sentido e a força dos valores religiosos em toda a sociedade. Sendo assim, é no terreno político que tais embates sobre o significado da religião e da laicidade (do Estado) adquirem sentido e consequência imediata para a manutenção e/ou expansão das fronteiras de cada matriz religiosa – ou secular. O que está em jogo, portanto, é o papel do Estado na própria configuração do campo religioso e no reconhecimento público das organizações religiosas, além da regulação da ocupação religiosa no espaço público (Mariano, 2011).

Esse conjunto de fatores contribui para fazer do Estado o campo de batalha por excelência para a imposição, no limite, do monopólio da visão religiosa legítima sobre a sociedade. “Assistimos então a concepções que irrompem de *locii* de valores e cosmovisões distintos, religiosos e laicos, sobre o que é o bem público/comum e que acionam sentidos divergentes sobre o caráter laico do Estado” (Camurça, p. 136, 2019). Além do mais, ampliando

nossa análise para uma dimensão conjuntural, a investida evangélica pode ser ainda percebida enquanto estratégia política de “contenção do liberalismo moral¹⁴² e a transformação de costumes e comportamentos” (Almeida, p. 434, 2020).

Expostos os principais valores e as estratégias do projeto de poder dos evangélicos, na próxima subseção analisaremos características intrínsecas – e de longa duração – atinentes a um dos tipos centrais das matrizes religiosas, as religiões universais.

5.2.3. A dimensão “solvente” das religiões universais

Até o presente momento, discutimos os valores morais do protestantismo evangélico e seu projeto de poder que incide sobre o Estado e a sociedade civil na tentativa de impor uma visão legítima de religião com vistas a definir o significado de “laicidade” e, a partir dele, lutar pelo monopólio da regulação estatal sobre temas centrais à contemporaneidade, tendo como núcleo semântico e referência valorativa o modelo tradicional de família que, dentro dessa lógica, passa a se expandir e colonizar diversas esferas da realidade social. Ou seja, nossa análise genética levou em consideração a dimensão sincrônica do processo que abarca a formulação da Constituição Federal (CF) de 1988 até o presente.

¹⁴² “Antes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política americana era o neoliberalismo progressista. Isso pode soar como um oxímoro, mas foi uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de alto nível “simbólico” e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve esse casal estranho junto foi uma combinação diferenciada de pontos de vista sobre distribuição e reconhecimento. O bloco progressista-neoliberal combinava um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento” (Fraser, p. 46, 2018). Portanto, a despeito dos mecanismos expropriadores do capital terem sido mantidos, havia (no período anterior a Trump [2017 – 2021]) uma perspectiva que, ao reconhecer a singularidade e autonomia das diversas identidades, acabaria por promover alguns avanços nas políticas de cunho identitário; essas pequenas conquistas teriam sido, com a emergência de governos de extrema-direita, objeto de profundos ataques por parte dos setores mais conservadores e/ou autoritários da sociedade americana. Grosso modo, essa equação pode ser pensada para o solo brasileiro, pois, a despeito de suas diferenças, os governos de FHC (1995-2002), Lula e Dilma (2003-2016) foram progressistas em âmbito moral, contribuindo para o reconhecimento (limitado, posto que identitário) de diversos grupos sociais até então invisibilizados pelas administrações anteriores. Processo que levou, entre outros fatores, à contrarreação de setores que professam valores, em geral, regressivos (a exemplo de parcelas de fiéis católicos e evangélicos). Em nosso entendimento, foi, justamente, contra essa onda de reconhecimento que tais segmentos se impuseram na tentativa não apenas de coibir seus avanços, mas, sobretudo, de solapar tais conquistas (o ativismo político de evangélicos é marcadamente propositivo ao contrário do católico que tende a ser mais conservador, vinculando-se ao *status quo*).

Agora, gostaríamos de deslocar a análise, apreendendo a dimensão diacrônica do protestantismo que, desde suas origens europeias de contraposição à hegemonia católica, já primava por seu caráter universal, ou seja, enfatizava os mecanismos de conversão em massa de possíveis fiéis, suplantando seus laços primários, como os do núcleo familiar, vinculados a outras religiões e/ou outros grupos sociais¹⁴³. Compreender o caráter expansionista e transformador dessa matriz religiosa nos parece crucial para o delineamento de seu projeto de poder no Brasil contemporâneo. Nosso intuito é, ao final da exposição, apontar semelhanças entre os caracteres de “solvente” (Pierucci, 2006) de certas religiões, entre elas, o protestantismo, e a natureza (e dinâmica) do capitalismo, especialmente seus processos de subjetivação individualizante dos agentes sociais. As duas dimensões apresentam semelhanças? Tais possíveis semelhanças tendem a operar na mesma direção? Como essa suposta operação conjunta afeta a disposição das modalidades no gráfico?

Antes de mais nada, é preciso distinguir religiões étnicas das universais. Grosso modo, as primeiras se caracterizam por encarnar (e preservar) certo patrimônio étnico-cultural (Procópio, 1973) ao passo que as universais se abrem a qualquer tipo de indivíduo (independente da identidade, nacionalidade, entre outros), na medida em que estão – e esse é um dado fundamental – abertas à conversão em massa como uma de suas metas essenciais (*Ibidem*). Para nossos objetivos na presente tese, é importante retermos o aspecto de que as religiões universais colocam em questão a figura do convertível, isto é, a pessoa aberta à conversão (Pierucci, 2006) e “que por mudar de religião se individualiza, se faz *ipso facto* mais indivíduo, um ser humano abstraído dos vínculos herdados (*Ibidem*, p. 115). Ou seja, a conversão religiosa implica a mudança de status da religião de origem para a escolhida, ceifando o fiel de todos os seus laços anteriores para imergi-lo em um novo sistema de relações. Trata-se, dentro dessa lógica (*Ibid.*), de matrizes religiosas que passam a ter como horizonte

¹⁴³ Max Weber já demonstrava a capacidade corrosiva deste tipo de religião desde o seu nascedouro, delineando sua capacidade de supressão de laços anteriores a começar pela parentela sob o argumento de que o fiel que “não possa ser hostil” à sua família não poderia ser discípulo do filho de Deus, conferindo destaque à concepção de que Jesus veio não trazer a paz, mas a espada (Mateus, X, 34). “A maioria preponderante de todas as religiões regulamentou, é claro, os laços de piedade do mundo interior. Não obstante, quanto mais amplos e interiorizados foram as metas da salvação, tanto mais ela aceitou sem críticas a suposição de que o fiel deve, em última análise, aproximar-se mais do salvador, do profeta, do sacerdote, do padre confessor, do irmão em fé, do que dos parentes naturais e da comunidade matrimonial. (Weber, p. 377, 1982). Ou seja, ao longo de toda sua história, as religiões “universais”, como veremos, se caracterizam pela diluição dos laços sociais anteriores dos fiéis para, então, imergi-los em um novo tipo de sociabilidade. Dado esse fundamental para nossa análise dos possíveis efeitos do evangelismo sobre a visão de mundo dos estudantes em questão e de como tal matriz religiosa tende a apresentar certas “afinidades eletivas” com o mercado.

social o recrutamento em massa de novos crentes, a formação de um novo e cada mais amplo exército de recrutas, cuja tarefa consiste em levar ao maior número possível de pessoas a mensagem da salvação e, pelos critérios da Teologia da Prosperidade, pela aquisição de bens materiais no “aqui e agora” como recompensa imediata da nova aderência social (tendo em vista, os critérios neopentecostais).

Como resultado, o ato de fazer proselitismo, ou seja, de converter o maior número possível de sujeitos, se torna tarefa central dentro do regime normativo dos novos fiéis. A contrapartida dessa premissa consiste em que qualquer compromisso com outras identidades e/ou segmentos sociais e/ou políticos ou mesmo o apego civil a determinado grupo social passam a ser concebidos como “empecilho[s]” (Pierucci, 2006, p. 120) para a construção do novo exército de fiéis. Por isso, explica Pierucci (2006), o traço monoteísta radical desse tipo de religião protestante se contrapõe ao modelo de grandes religiões como o islamismo e o judaísmo que, cada uma a seu modo, propugnam pela defesa e manutenção de seus respectivos patrimônios étnico-culturais. Dentro dessa lógica, as religiões universais apresentam duas propriedades centrais: a percepção individualista mediante a qual o agente social é cooptado/convertido e, ao mesmo tempo, a militância exacerbada, que confere dinâmica (e expansão) ao protestantismo, adensando seu traço competitivo em relação às demais matrizes religiosas¹⁴⁴.

Por isso, o protestantismo evangélico “é, por excelência, e radicalmente, uma religião de conversão individual” (Pierucci, 2006, p. 120), que atua, dentro dessa lógica, por meio da dissociação do indivíduo de todos os seus laços anteriores que, por sua vez, são, se não cindidos, pelos menos submetidos à nova rede de sociabilidade. Trata-se de uma forma de religião que, devido à sua capacidade (que atua como premissa) de extirpar todas as relações anteriores (religiosas, familiares, entre outros), opera – sempre – de forma “disruptiva, efetivamente, destrutiva. Disruptiva e predatória, extrativista” (Pierucci, p. 122, 2006). Com isso, em função da força de sua violência – que preda fiéis de outros círculos religiosos e sociais -, ela passa a criar outro grupo, baseado em critérios que redefinem seu posicionamento no mundo, “uma nova comunidade escolhida pelo ‘indivíduo-agora-individuado’” (Pierucci, p. 122, 2006). Dados esses caracteres, o sociólogo paulista, a define como “solvente”, pois dilui laços

¹⁴⁴ Como apontamos anteriormente (ver nota nº 136), mesmo o protestantismo histórico não conta com o proselitismo como uma de suas propriedades constitutivas. Ademais, a conversão em massa de fiéis, dado que se torna obrigatória, conta com a vantagem de acirrar a competição com as demais matrizes religiosas em favor ao protestantismo evangélico.

anteriores para criar redes no presente. Por isso, a capacidade “corrosiva” (Pierucci, p. 129, 2006) é a marca das religiões modernas universais.

Articulemos, pois: as propriedade de solvente – corrosão, predação, extração -, individualismo e competitividade¹⁴⁵ são elementos centrais que, no nosso entendimento, tendem a se entrelaçar aos processos requeridos pelo mercado, a saber individualismo e colonização das esferas sociais a partir de mediações simbólicas, processo que tende a ser adensado pelas promessas de ascensão socioeconômica individualizantes, propagadas pela ideologia da Teologia da Prosperidade a oferecer, no presente, as soluções para a vulnerabilidade social dos agentes, fornecendo, do ponto de vista econômico, equilíbrio e/ou ascensão financeira, e do ponto de vista social, status e reconhecimento entre seus pares – caracteres essenciais nos processos de subjetivação dos agentes sociais. Simultaneamente, o indivíduo, subjetivado dentro desse modelo de sociabilidade, passa a estar potencialmente apto a expandir a outras esferas sociais predisposições empreendedoras e/ou meritocráticas que contribuem para reprodução conservadora da ordem socioeconômica, duplicando, ideologicamente, as premissas neoliberais; na esfera social, admitindo juízos de valor que deslocam o fracasso para o indivíduo, descontando, com isso, os constrangimentos estruturais da sociedade do capital. Dessa forma e como extensão lógica, se o culpa é do indivíduo, é seu próprio *self* o elemento causal, responsável por sua falência.

Dentro dessa perspectiva, cada indivíduo tem a possibilidade da escolha; as consequências de escolhas mal feitas devem, por isso, recaírem sobre o sujeito que precisa pagar por seus atos (Spyer, 2020). Adolescentes infratores são, segue a lógica, “delinquentes” em virtude de defeitos inatos e, portanto, devem ser culpados e penalizados como adultos, o que estabelece as bases para o apoio à redução da maioria penal. Com isso, defendemos que a própria natureza e dinâmica do protestantismo evangélico trazem consigo elementos de predação, extração e individuação que tendem a operar conjuntamente – na clássica forma de “entidades eletivas” weberianas – com as forças do mercado, adensando princípios vinculados ao consumo (como símbolo de status e sucesso), empreendedorismo (conquista individual), meritocracia (habilidades inatas e esforço próprio), competitividade e, naturalmente, eficiência. Concluído o périplo no qual procuramos explorar o papel das mediações religiosas do protestantismo evangelista – tanto sincrônica quanto diacronicamente – e suas “afinidades

¹⁴⁵ Enfatizando: o proselitismo como norma intrínseca e também definidora da obrigatoriedade de conversão em massa de indivíduos.

eletivas” com as forças do mercado, voltemos à análise das modalidades conservadoras e/ou autoritárias do gráfico 1.

5.2.4. Modalidades conservadoras e/ou autoritárias

Para completar esse desenho inicial¹⁴⁶ do evangelismo, gostaríamos de enfatizar que o modelo familiar tradicional passa a ser o núcleo semântico a servir de referência a todas as esferas sociais e que, dentro dessa lógica expansionista, defendemos que o conservadorismo e/ou autoritarismo evangélico não se restringem apenas ao âmbito moral. Como procuramos demonstrar, ele reverbera em todas as dimensões aqui desenhadas – política, econômica, moral, punitiva, entre outras -, o que contribui, entre outros fatores, para gerar a atual disposição de nossa nuvem de modalidades que se concentra em função de suas “afinidades eletivas”. Dentro dessa lógica, percebemos que o voto no 2º turno em Jair Bolsonaro e seu apoio, após as eleições (de 2018), se articulam a uma série de percepções políticas: como a recusa à união civil entre pessoas de mesmo sexo, à posição crítica em relação aos movimentos sociais (em geral), à prisão de Lula, ao armamento da população e, estendendo-se fora do âmbito punitivista, à defesa do corte na educação e à implementação da reforma da previdência, características fundantes da visão neoliberal acerca da forma e/ou papel do Estado. O gráfico, portanto, aponta para o caráter multidimensional que vai, aos poucos, sendo esboçado, do fenômeno do autoritarismo.

Quando correlacionamos o presente gráfico às tabelas binárias, os percentuais mais altos apontam para a posição contrária de evangélicos à união civil de pessoas do mesmo sexo, perfazendo 64,9%, ao passo que, entre católicos, tal valor desce a 23% (quase três vezes menor). A modalidade, como podemos observar, aparece, por sua vez, no plano das posições conservadoras e/ou autoritárias e, defendemos, expressa o núcleo semântico das posições moralistas conservadoras dos discentes, mediadas – como tudo indica - pela matriz religiosa. Já na dimensão político-econômica, outras duas posições, também apresentadas pela ACM, consistem na defesa do corte da educação e na reforma previdenciária que, nas tabelas binárias, expressam críticas bem menos intensas entre os evangélicos (e sim, ao contrário, intenso apoio).

¹⁴⁶ No capítulo seguinte, teremos uma discussão mais pormenorizada da matriz protestante, especialmente, a evangélica neopentecostal, quando iremos apresentar os diversos campos semânticos constitutivos das várias dimensões do autoritarismo.

Quanto à reforma, somente 47,2% deles se posicionam contrariamente à medida, sendo que esse percentual chega a 66,5% para católicos; sobre o corte educacional, 84,7% dos últimos são contrários, ao passo que, entre os evangélicos, a crítica cai para apenas 67,5%. Em outras palavras, a força da dimensão neoliberal é tão intensa que aparece tanto nas tabelas binárias quanto nas modalidades ativas da Análise de Correspondência (cada método corrobora o outro). Já no que diz respeito ao segundo turno das eleições, 46,9% dos protestantes votaram no ex-capitão para 31,4% de católicos, dados que se refletem, ademais, na postura quanto ao armamento da população: 46,8% de apoio entre evangélicos e 38,4% para católicos.

Em síntese, os dados das tabelas binárias e a disposição das modalidades ativas do gráfico 1 da ACM indicam que o núcleo semântico mais forte no que tange aos evangélicos é, de fato, o modelo de família tradicional que contribui para intensa posição contrário à união civil entre pessoas de mesmo sexo. No entanto, observamos que, ao mesmo tempo, a visão de mundo mais conservadora dos evangélicos reflete entre os discentes aqui apresentados, contribuindo para percepções marcadamente liberais no que diz respeito ao formato e/ou papel do Estado (como podemos observar pelos resultados do corte na educação e da reforma previdenciária). Ademais -, e esse elemento já diz respeito à visão social-punitiva dessa matriz a se refletir nos estudantes -, a defesa do armamento da população é também intensa. Ou seja, se os valores conservadores estão nucleados na família, eles tendem a se expandir e colonizar outras dimensões sociais, o que está representado pela forma como as modalidades encontram espaços de maior concentração de acordo com suas afinidades eletivas. Gostaríamos, para finalizar essa subseção, de salientar que a matriz religiosa evangélica aqui está sendo considerada como um – entre vários elementos causais – que está contribuindo para a configuração e o adensamento da força das variáveis apresentadas. Tudo indica, de fato, que o projeto de poder dos evangélicos e seus valores morais (condensados na moralidade familiar) estão acarretando efeitos entre o alunado nas mais diversas esferas de sua vida.

Do ponto de vista da sociologia empírica, as dimensões (religiosa, punitiva e liberal) tendem a operar conjuntamente, o que confere mais força social a seus constrangimentos sobre agentes sociais cognitivamente pouco capacitados a criticar e/ou recepcionar, criticamente, os conteúdos religiosos, punitivista e economicamente liberais. O modelo cognitivo dicotômico – encontrado tanto nessa matriz religiosa quanto no senso comum punitivista e mesmo na matriz liberal mais rasa – tende a promover estratégias de autoproteção do “cidadão do bem” (Kalil, 2018), o que, contribui (entre outros fatores) para a defesa irrestrita da redução da maioria penal e, em muitos casos, para o apoio à pena de morte e/ou prisão perpétua. Além do mais, o

conceito de corrupção foi ampliado o suficiente para abarcar não apenas a esquerda, na forma genérica do antipetismo, mas também grupos sociais considerados desviantes e privilegiados, como as famílias beneficiadas pelo BF (Kalil, 2018; Tatagiba, 2018). Portanto, o aumento da noção de corrupção, especialmente no que tange ao privilégio – que toma o lugar do direito social – tende a embasar o argumento para a crítica acerca dos programas sociais de inclusão e, ao mesmo tempo, propõe como saída o esforço meritocrático. Mediante esse deslocamento de sentido, o conceito de corrupção, generalizado, tende a operar como artefato cognitivo dual: oferece tanto a crítica quanto a saída.

Quando correlacionamos as modalidades representativas da percepção político-econômica dos agentes, indicativas da redução do papel do Estado na sociedade, às categorias vinculadas ao aumento da punição, atingimos um grau de compreensão mais amplo sobre a presente configuração. Estamos diante de respondentes que desejam a reforma do Estado, ou melhor, a redução de suas políticas sociais (vinculadas aos direitos sociais) em favor da hipertrofia de seu aparato punitivo, o que demonstra que, sob essa lógica, nossos estudantes estão em sintonia com o neoliberalismo contemporâneo, que propugna menos Estado - para políticas de inclusão -, e mais Estado para políticas de encarceramento (Wacquant, 1999) e menos mecanismos de contenção para o mercado. Mais uma vez, enfatizamos que essa “nova razão” propõe a modelagem do Estado a partir da dinâmica capitalista da troca, ou seja, o mercado passa a ser o *locus* por excelência de um novo tipo de sociabilidade e subjetividade calcadas não apenas na concorrência empresarial, como apontam os foucaultianos, mas, sobretudo, nos processos mais complexos de colonização de todas as formas da vida social pela forma-mercadoria.

No entanto, observe leitor(a), que, a despeito de ser significativa, a dimensão liberal é uma das menores de todos os padrões delineados, tendo somente 5,9% de contribuição de variância para o eixo 1. Sociologicamente, o que tal dado significa? Em nosso entendimento, ele aponta para algo crucial que determina o próprio perfil do autoritarismo desses agentes. O fator que melhor o caracteriza não se restringe ao liberalismo econômico, embora ele desempenhe, sim, papel significativo na construção desse fenômeno, pois a força de suas modalidades é forte o suficiente para se expressar nos planos cartesianos. Apesar de sua intensidade, a modalidade liberal (na economia) é suplantada, como vimos, pelas lógicas moral (quase empatando com a punitiva); são elas os fatores que, efetivamente, singularizam esse fenômeno, ou seja, são seus conteúdos os que melhor caracterizam esse modelo de autoritarismo. A força sociológica da religião e do senso punitivista, que estavam explicitadas na plataforma e nos discursos políticos

do ex-capitão, reverberando na dimensão política e que, ao que tudo indica, são de ordem estrutural. Nessa perspectiva, a política é a resultante complexa desses processos sociais e não pode, sob pena de perdermos os efeitos de sua genética social, ser pensada como elemento externo ao social. Nessa perspectiva, metaforicamente falando, o equívoco institucionalista consiste – entre outros – em “jogar a criança fora da bacia”.

Alguns dos aspectos da religião já foram objetivados pela sociologia brasileira (Pierucci, 1987, 1990 2006; Alves, 2000), demonstrando a força dessa mediação e da percepção punitivista dos eleitores conservadores da São Paulo do final dos anos 80. Os dados da presente pesquisa demonstram que o forte senso moralista tende a reaparecer, décadas depois, nos estudantes da região da zona da mata, alicerçados por intensa percepção punitivista e votos na extrema-direita. Nossos resultados indicam a permanência de um modelo específico de autoritarismo que é não apenas atravessado, mas estruturado por essas matrizes – religiosa e punitiva, prioritariamente

- que, conjugadas, tendem a se expressar em conjunturas políticas que permitem a emergência de candidatos radicais (à direita). Aliás, permanência e transformação, pois os jovens em tela, ao contrário dos entrevistados pelo sociólogo paulista, apresentam traços de apoio a matrizes liberais (do ponto de vista econômico). Não se trata mais de forte moralismo e forte punitivismo, mas de apreender o modo como essa díade emerge, agora, atravessada por certo liberalismo econômico, o que, diga-se de passagem, acreditamos ser um dos desdobramentos da hegemonia liberal que impera na década de 90 e, ainda, permanece vitoriosa no cenário político brasileiro, estabelecendo a continuidade entre os modelos econômicos de FHC e do Lulismo (como pacto político conservador).

Dentro dessa lógica, o discurso político de ultradireita é indicativo dos conteúdos radicais operados pela religião e pela percepção punitivista e, em menor intensidade, pelo liberalismo econômico (no grupo considerado pelo eixo1). Estamos defendendo, aqui, portanto, que sem religião, punitivismo e (em menor grau) liberalismo, esse tipo específico de autoritarismo não se expressaria no espaço público com a mesma intensidade. Esses três elementos basais - a religião, o punitivismo e a neoliberalismo (em menor intensidade) tendem a operar, ao que tudo indica, como mecanismos sociais de manutenção ultraconservadora da ordem social, articulando em uma mesma moeda – um mesmo *habitus* – a força punitiva e concreta da violência física, a força simbólica do controle religioso (com implicações concretas na vida social e política) e a imposição de um modelo específico de primazia de mercado. Cabe à política traduzi-las, - traduzir essa tríade de elementos - tornando-as cognitiva e politicamente pensáveis – e passíveis de ação efetiva – no espaço político. Os dados corroboram, por sua vez,

as descobertas de pesquisas recentes, responsáveis por mapear as percepções conservadoras e/ou autoritárias no Brasil contemporâneo (Tatagiba, 2018; Kalil, 2018; Solano; 2017 2018; Fernandes; Vieira, 2019). Como detectado pelos trabalhos mencionados, nosso microuniverso também apresentou forte antipetismo, defesa da Operação Lava-jato, tendências morais conservadoras e remissão a um tipo de discurso que permanente entre os colunistas de direita mais clamorosos.

Agora que concluímos o desenho das modalidades autoritárias e/ou conservadoras, e, ao que os dados indicam, o papel desempenhado pelas mediações sociossimbólicas – como a religião - na sua configuração, passemos a analisar as modalidades progressistas.

5.2.5 Análise do eixo 1: o aglomerado das posições progressistas

Após refletirmos sobre o aglomerado à esquerda (em azul) do eixo horizontal, que representa os agentes sociais cujas percepções e tomadas de posição se caracterizam por serem marcadamente autoritárias, iremos analisar a posição contrária, ou seja, a disposição das modalidades representativas de visões de mundo progressistas. Estabelecendo forte jogo de oposição relacional, esse grupo de agentes se concentra na região à direita (do eixo), em vermelho. Essa densa matriz de percepções político-identitárias se define pela defesa de presidente assistencialista (e não autoritário e/ou técnico), com voto no centro e na esquerda no 1º turno e em Fernando Haddad, no 2º. O grupo também se caracteriza por ser crítico a Jair Bolsonaro, sustentando avaliação negativa da administração do ex-capitão¹⁴⁷.

A crítica também se estende aos representantes do aparato punitivo do Estado: especialmente à PM cuja existência, dentro dessa lógica, deve ser repensada, ao passo que a corporação, segundo os respondentes, não deveria usar de violência para contenção e controle de manifestações populares. O grupo ainda é contrário à redução da maioria penal e à prisão de Luís Inácio da Silva e/ou à deposição de Dilma Rousseff, considerada golpe. Também rejeitam o armamento da população e a pena de morte e/ou prisão perpétua; como corolário, se posicionam contra a execução de Marielle Franco. Por outro lado, são favoráveis a movimentos sociais (pretos, MST e LGBTQIA+) e não se deixam levar pelo argumento de que a causa do insucesso profissional deve ser colocada apenas sobre o indivíduo.

¹⁴⁷ Em agosto de 2019, quando da aplicação do questionário.

Portanto, o eixo 1 é estruturado, no lado esquerdo (em azul), por modalidades autoritárias e, em contraposição, no direito (em vermelho), por progressistas em política, moral e costumes – além de interventores quanto ao papel do Estado na economia. Os dois aglomerados opõem-se um ao outro em função das diferenças que estruturam suas percepções – autoritarismo *versus* progressismo – nas esferas política, econômica e moral. A força singular da oposição pode ser vista pelo modo como, nesse eixo – que responde por 67,2% da variância total – as mesmas cinco lógicas determinantes do aglomerado autoritário são, novamente, encontradas - mas quase que simetricamente invertidas. A saber: segurança pública/percepção (não) punitiva do Estado e/ou sociedade; dimensão eleitoral; questões morais, identitárias e movimentos sociais; reformas liberais do Estado x Estado forte e efeito Lava-jato¹⁴⁸.

O polo de maior contribuição é a da “Dimensão eleitoral”, com 11,6% ¹⁴⁹ ao passo que a segunda lógica de maior peso é representada pelas modalidades de crítica à “Dimensão punitiva do Estado”, com 11,2% ¹⁵⁰. Já o terceiro agrupamento se refere a “Questões morais, identitárias e movimentos sociais” com 10,5% ¹⁵¹, sendo que o quarto grupo, referente ao “Efeito Lava-jato”, apresenta 6,2% ¹⁵² de contribuição. Por fim, o último padrão diz respeito à

¹⁴⁸ **Segurança pública/percepção (não) punitiva de Estado e sociedade:** presente nas modalidades contrárias ao armamento da população, à percepção crítica da PM e à necessidade de seu papel ser repensado, além do não uso de violência pela corporação; acrescente-se a rejeição à redução da maioria penal e à pena de morte. 2) **Dimensão eleitoral:** presente nas modalidades que representam os votos no centro e na esquerda, no 1º turno e, em Fernando Haddad, no 2º, além da percepção crítica à JB. 3) **Questões morais, identitárias e movimentos sociais:** presente nas modalidades que representam posições favoráveis aos movimentos sociais e críticas à execução de Marielle Franco e à suposta inversão de valores tradicionais. Acrescente-se a crítica à visão individualista que desloca as raízes do insucesso profissional do sistema para o indivíduo. 4) **Reformas liberais do Estado versus Estado forte:** presente nas modalidades que representam posições críticas à reforma das leis trabalhistas e à defesa de presidente assistencialista (com ênfase em políticas públicas de inclusão). 5) **Efeito Lava-jato:** presente nas modalidades que representam posições críticas à deposição de Dilma Rousseff, considerada golpe, e à prisão de Lula da Silva.

¹⁴⁹ Resultado da soma da P32a [duas vezes: voto no centro/2,3% e voto na esquerda/1,7%], da P32b [voto em Haddad no segundo turno/4,2%] e da P42 [avaliação negativa de JB/3,4%].

¹⁵⁰ Soma da P51 [contra armamento da população/2,3%], da P41 [contra o uso de violência pela PM/1,6%], da P43 [contra a redução da maioria penal/2,9%], da P44 [contra a pena de morte/prisão perpétua/2,3%] e da P40 [crítica à PM/2,1%]

¹⁵¹ Adição da P47 [a favor de movimentos sociais/2,2%], da P54 [contra a execução de Marielle/3,1%], da P45 [valores tradicionais não estão invertidos/2,2%], P48 [insucesso profissional não pode ser explicado apenas pelo indivíduo/1,6%] e P42 [contra a justiça popular/1,4%].

¹⁵² Resultado da soma da P59 [contra a deposição de Dilma Rousseff/2,5%] e da P60 [contra a prisão de Lula da Silva/3,7%].

crítica às “Reformas liberais do Estado/Estado forte” com 3,8%¹⁵³. Portanto, do lado direito do eixo 1 (em vermelho), a lógica de maior concentração é também representada pela dimensão eleitoral, com intensa votação no centro e na esquerda, além da apreciação negativa à administração Bolsonaro.

Se somarmos essa dimensão que, como mencionamos anteriormente, à época, ainda expressava grande parte do calor político das eleições de 2018, com o padrão “Lava-jato”, um dos fatores conjunturais determinantes de fraturas políticas do país e do desfecho da penúltima eleição, teremos 17,8% de contribuição para o eixo. Ou seja, a recategorização desse fator indica que a força das percepções políticas é mais concentrada entre os respondentes de esquerda do que os de direita. Ao mesmo tempo, as modalidades de crítica ao senso punitivista e às posições morais conservadoras não apenas invertem as percepções autoritárias, como, sobretudo, as intensificam¹⁵⁴. Dentro desse padrão, podemos argumentar que o que define essa esquerda, expressa no eixo 1, é sobretudo a oposição a duas lógicas específicas – a punitivista e a moralizante e, em menor, intensidade a crítica às políticas econômicas neoliberais. No entanto, trata-se de uma oposição muito mais intensa do que a defesa conservadora do aglomerado autoritário.

A crítica ao Estado punitivo representa a lógica mais forte (depois do complexo eleitoral), marcada pela rejeição de todas as políticas de adensamento da violência (desde o armamento da população até a pena de morte), ao passo que a vertente dos movimentos sociais, questões identitárias e morais se singulariza pela defesa da sociedade civil e preceitos democráticos. Percebemos, nitidamente, que a influência religiosa de tendência conservadora é praticamente inexistente nesse aglomerado progressista, pois não se encontram expressas e sequer defendidas neste espaço social. Quais os fatores sociológicos e econômicos que são responsáveis por essa configuração tão especial: a de um conjunto de respondentes que se opõe intensamente aos métodos de violência aberta e que, ao mesmo tempo, não professa crenças regressivas nos mais diversos âmbitos da moral e, como corolário, se opõe ao liberalismo? Apesar de ainda não termos analisado os aspectos econômicos desse grupo – o que faremos

¹⁵³ Soma da P52 [contra a reforma das leis trabalhistas/1,7%] e da P35 [a favor de presidente assistencialista/2,1%].

¹⁵⁴ A modalidade contra o punitivismo aqui é de 11,2% em termos de contribuição para a variância do eixo 1 ao passo que a dimensão relativa às questões morais atinge 10,5%. Muito mais intensas que seus pares invertidos à direita: senso punitivista (5,4%) e moral (6,4%).

logo a seguir, mediante o estudo das modalidades suplementares -, arriscamos aqui algumas considerações preliminares.

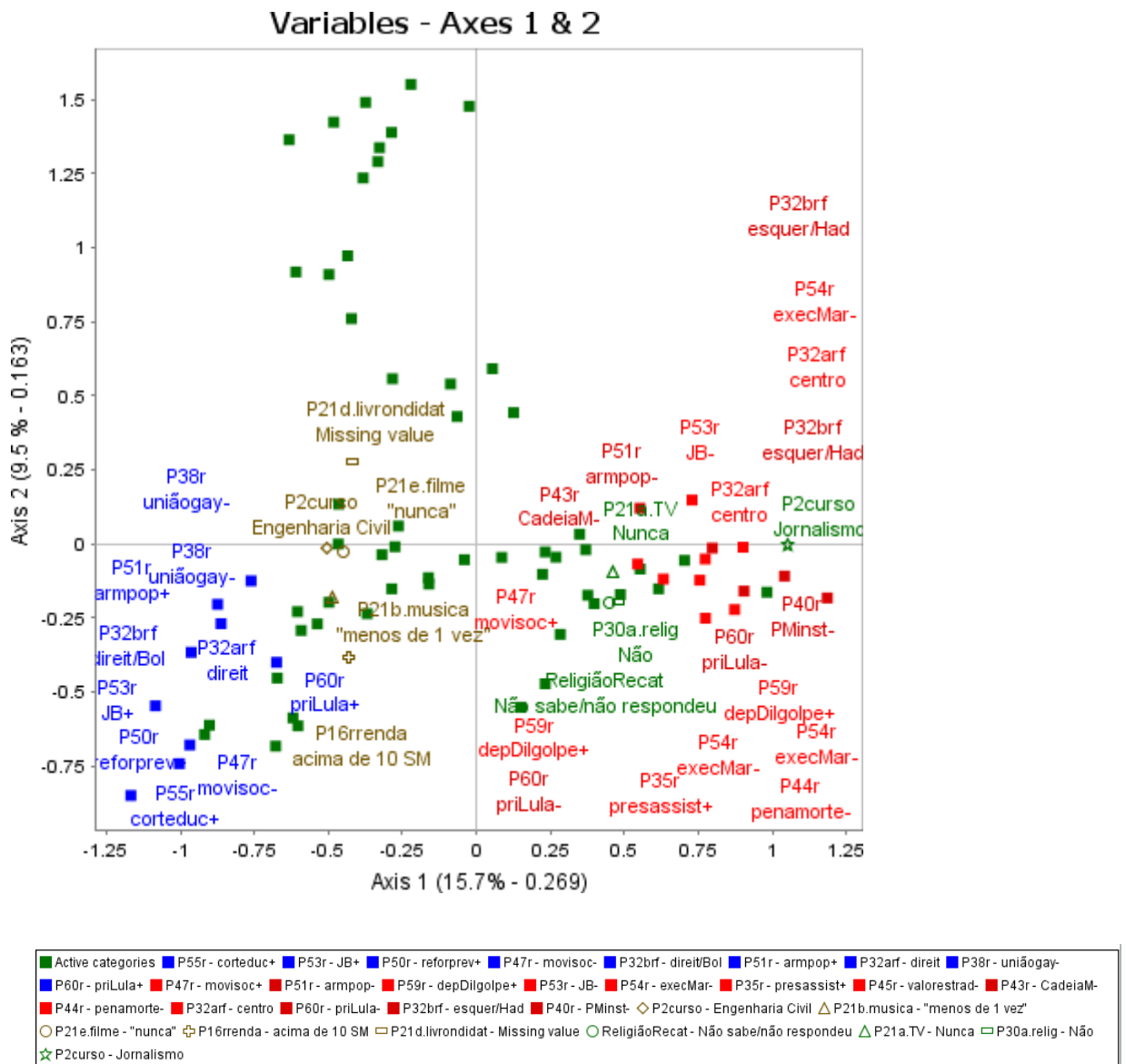
Quanto à matriz religiosa, percebemos não só o afastamento, especialmente, da fração protestante evangélica, mas uma verdadeira ruptura. Podemos afirmar que se trata do único curso cujos discentes apresentam cisão com as visões religiosas ao que se somam, pensando nos resultados das tabelas binárias, práticas sociais genuinamente progressistas (voltaremos em breve a esse ponto). Defendemos aqui que tais sociabilidades tendem a substituir o exercício da religião, contribuindo para a construção de uma perspectiva imanente sobre a realidade social. No que tange ao senso punitivista, como abordaremos em seguida, nossa explicação reside na própria percepção sistêmica que apresentam sobre a realidade, pois parecem perceber que a consequência do exercício do arbítrio do aparato policial poderia objetivá-los como vítimas. Além do mais, percebem que sua inserção na ordem social adquire sentido inclusivo mediante políticas públicas voltadas a estratos sociais mais baixos, como é o caso das cotas e das políticas de financiamento estudantil. Portanto, a superação da pobreza e a conquista de estabilidade profissional implicam, necessariamente, a forte presença do Estado. Sua posição de classe e seu alto capital escolar estariam na base desse conjunto de percepções mais abstratas e relacionais que conferem a esse grupo maior compreensão política sobre sua própria posição no mundo social.

Analisemos, a partir de agora, os dados socioeconômicos, apresentados pela ACM, que podemos, diga-se de passagem, correlacionar com os resultados obtidos pelas tabelas binárias. O que irá contribuir para pensarmos, de forma mais ampla e complexa, as relações, de um lado, entre as percepções, predisposições e tomadas de posição dos agentes e, de outro, suas posições na estrutura social.

5.2.6 As modalidades suplementares do eixo 1: autoritários

Abaixo, o(a) leitor(a) pode observar o gráfico que expõe os dados sociológicos dos alunos, isto é, as variáveis suplementares caracterizadas por não interferirem na distribuição das ativas e, ao mesmo tempo, contribuirão para o entendimento socioeconômico dos agentes. Começamos, mais uma vez, pelo lado autoritário, agora observando as representações da dimensão sociológica e econômica dos respondentes, além de suas práticas sociais.

Gráfico ACM 2 - Projeção das variáveis ativas e suplementares sobre o eixo 1



FONTE: Elaborado pelo próprio autor

Observamos que o curso sobre o qual discorreremos até o momento, epígono das visões de mundo autoritárias, é o de engenharia civil, o que corrobora, em larga medida, nosso desenho sociológico anterior. Ademais, a fração expressa no eixo é a de renda familiar declarada superior a 10 SM, ou seja, estamos diante do estrato de maior concentração econômica de nossa amostragem. Como apontamos, o curso em questão se notabiliza por pertencer a alto estrato econômico, sendo, ao mesmo tempo, como comprovam, agora, os dados, o grupo de mais intenso autoritarismo. Ou seja, os dados corroboram a hipótese de pesquisa de que, quanto mais alto o nível econômico da classe e/ou fração de classe, maior sua predisposição a assumir

posições e apresentar visões conservadoras e/ou autoritárias. O que aponta para a força do capital econômico como um tipo específico de capital que desempenha papel significativo na construção de visões que tendem a contribuir para a reprodução conservadora da própria ordem social. Como no âmbito da arte e das crenças religiosas, a sociologia nos ensina que não se pertence a determinado estrato social impunemente. Quando falamos, portanto, de fração tão elevada para nosso universo, o de rendimento declarado acima de 10 SM, estamos diante não apenas de um tipo específico (e privilegiado) de orçamento familiar, mas de um conjunto de privilégios instituintes de *habitus* próprio a frações altas da classe média brasileira. O que está em jogo, entre outros fatores, é o “medo”¹⁵⁵ (Cavalcante, 2015) da perda dos privilégios angariados (e mantidos) a partir das desigualdades sociais, historicamente produzidas e simbolicamente legitimadas. Observando os dados, quanto mais subimos na estrutura social, maior violência objetiva e simbólica tendemos a encontrar, ou seja, mais radicais se tornam as estratégias de manutenção conservadora da ordem social e mais predispostos os agentes sociais se apresentam para defenderem suas posições (de modo conservador ou autoritário).

Mas não se trata apenas do jogo da reprodução econômica e sim, sobretudo, da manutenção de privilégios oriundos das mais variadas dimensões sociais, um conjunto de mediações que se articulam à mediação econômica. Sabemos que o capital escolar desse grupo é significativamente baixo; aqui, embora ele não apareça explicitamente no nosso eixo, sua força se faz presente nas práticas sociais dos agentes, intermediadas por diferentes mecanismos sociais de formação do *habitus*. Ele, o baixo capital escolar, contribui para moldar e conformar, entre outras práticas sociais, a atividade de leitura, o hábito de assistir a filmes e mesmo a pequena disposição para certo estilo musical (como a MPB). Sabemos também, isso pelo desenho sociológico do capítulo anterior, que, na verdade, suas práticas sociais adquirem intensidade quando o quesito se relaciona a livros técnicos, tão característicos do universo de exatas, música sertaneja – e gospel. São práticas que indicam a força religiosa e, tendo em vista,

¹⁵⁵ Discutiremos esse medo da classe média diante de qualquer arremedo de modificação social no próximo capítulo. Mas já adiantamos que, especialmente, a questão das cotas sociais e raciais talvez seja o exemplo mais nítido desse tipo de fobia, ou seja, dessa disposição conservadora a manter a ordem social produtora de privilégios seculares (entre os quais se destaca, por exemplo, o monopólio das universidades públicas para os filhos da classe média). Mesmo sob o risco de nos anteciparmos à discussão, o Lulismo, certamente sem intenção, mesmo ocasionando o menor dos “tremores” nessa estrutura, não seria perdoado, tendo em vista a possibilidade ínfima da quebra deste monopólio. Na verdade, muito mais que a realidade objetiva, o que está em jogo é o conjunto de percepções da classe média sobre os “tremores” na estrutura social, desencadeados pelo Lulismo. Nos baseamos nos argumentos de Sávio Cavalcante (2015).

o previsível, mas intenso percentual de homens, também apontam para a intensidade do conservadorismo masculino.

Como o capital escolar, a força religiosa não é explícita, isto é, não nos deparamos no plano cartesiano com modalidades (suplementares) deste tipo; mas, da mesma forma que a formação escolar, a matriz religiosa se faz presente nas posturas conservadoras de ordem moral, identitária, cultural e punitiva, como discutimos anteriormente. O protestantismo evangélico se faz presente mesmo em atitudes genericamente contrárias a movimentos sociais ou, de modo complementar, se encarna em vetos específicos contra a união civil de pessoas de mesmo sexo. Os efeitos do pouco capital escolar e da força da mediação religiosa se fazem sentir, no mais das vezes, de forma indireta. Tendo em vista esses elementos, o que nos parece estar em jogo é o inegável e intenso predomínio do capital econômico sobre o escolar – essa configuração nos parece crucial para o entendimento das tomadas de posição dos agentes -, mediado pela influência religiosa. Por isso, é tão sintomática a presença de frações economicamente altas entre as suplementares, apresentando, ao mesmo tempo, a influência de práticas sociais ligadas ao senso conservador – música sertaneja - e à percepção religiosa – música gospel.

Concebemo-la, a primazia do econômico sobre o cultural/escolar, como a base analítica de nosso argumento à qual se somam a presença masculina (quase 80% de homens), predominantemente brancos e/ou pardos, ambos com forte disposição conservadora e um dos mais altos índices de protestantes evangélicos da amostra. Além do mais, o alto percentual masculino, por sua vez, se encarna no monopólio do conhecimento técnico e anti-humanista e/ou anti-intraceptivo. Nosso argumento é que essa grelha complexa de determinações sociológicas – que tem por base, e agora insistimos – o predomínio do capital econômico sobre o escolar opera – conjuntamente –, determinando não apenas a visão de mundo moral, identitária e cultural ultraconservadora dos agentes, mas também – e aí está o “pulo do gato” – o mais intenso senso punitivo (e autoritário) observado em toda a amostra. As determinações causais operam no mesmo sentido, o da formação de um *habitus* autoritário, marcado pela defesa da letalidade do Estado em situações específicas (a justiça com as próprias mãos) e sobre grupos específicos (o adolescente infrator).

Para finalizarmos essa parte, gostaríamos de aprofundar um aspecto – o que diz respeito à força das determinações de classe sobre o presente curso. Há pouco dissemos “grelha complexa de determinações sociológicas”, expressão que aponta para a força das “afinidades eletivas” entre os fatores socioeconômicos e culturais responsáveis pela construção do fenômeno autoritário. Todavia, gostaríamos de apreender os matizes dessa configuração, pois

acreditamos que um de seus elementos tende a operar com maior intensidade que os demais. Para começarmos a deslindar essa configuração, é preciso fazer mais perguntas: o que explica, afinal, a intensidade da força da matriz religiosa, do senso punitivo e da defesa do neoliberalismo nesse grupo? Se, à primeira vista, podemos nos contentar com os efeitos conjuntos como causas explicativas; nossa proposta de pesquisa consiste, ao contrário, em levar às últimas consequências o arsenal explicativo da sociologia genética, resgatando a força heurística do conceito de classe.

Nessa perspectiva, entendendo a realidade multidimensional abarcada pelo conceito, defendemos que o aspecto econômico não dá conta de apreender a complexidade do fenômeno “classe” que implica, ademais, a articulação do capital econômico com o cultural, social e simbólico. Ou seja, o sentido de “classe”, dentro dessa tradição, requer a apreensão das relações que se estabelecem entre os diversos tipos de capital e como a primazia de um certo tipo tende a afetar a percepção e as tomadas de posição dos agentes. As redes de sociabilidade são, por sua vez, conformadas pelo tipo de relação que se estabelece entre os capitais que reverberam em suas práticas, gostos e expectativas sociais, contribuindo para influenciar as próprias estratégias de distinção. Portanto, a formação intelectual dos agentes, sua capacidade cognitiva (ou falta dela), suas aptidões, todo esse complexo conjunto de disposições que condicionam suas práticas – o *habitus* – é determinado por seu pertencimento de classe. A despeito do econômico ser categoria central, ele não basta; necessitamos deslindar uma configuração.

Prosseguindo com nosso argumento, defendemos que a força dos mecanismos sociais opera com maior intensidade quanto maior seu grau de invisibilidade, em outras palavras, as determinações das estruturas sociais, submetidas a processos ideológicos, podem – e quase sempre são – “esquecidas” em função dos efeitos da própria ideologia. Nessa perspectiva, não podemos nos afastar do traço fundamental e constitutivo do pertencimento de classe – seus efeitos quase sempre não são objetos de análise, na medida em que o pertencimento de classe tende a coibir a autorreflexão do agente sobre sua posição na estrutura social (e os desdobramentos dessa localização). Quando discutimos anteriormente os dados das tabelas binárias, desvendamos que engenharia se caracteriza por apresentar predomínio do capital econômico sobre o escolar e, ao mesmo tempo, por executar práticas sociais afastadas da formação humanista e do desenvolvimento das capacidades cognitivas e críticas, representadas, por exemplo, por literatura clássica ou contemporânea, ambiente informacional plural, entre outras. Ou seja, o pertencimento a uma franja de classe contribuiu para a aquisição de conhecimento técnico por parte desse grupo sem a contrapartida de sua formação humanista. O

que gerou o conseqüente desapossamento cognitivo-intelectual desses agentes sociais, contribuindo para o enfraquecimento de suas capacidades críticas, primeiro, quanto às matrizes religiosas que incidem (também), diga-se de passagem, em seu lazer, como, em segundo, sobre o mundo social e a solução de seus conflitos.

Esse processo complexo – que tem o pertencimento de classe como configuração básica - contribui para a apreensão fenomênica do mundo social e a predisposição a percebê-lo dentro de um *ethos* cotidiano, moralizante e vinculado ao senso comum. Devido ao predomínio do capital econômico sobre o escolar, suas práticas sociais são depauperadas e intelectualmente consoantes ao senso comum e ao conhecimento tecnicista. Intelectual e cognitivamente desapetrechados, tais agentes não estão capacitados – no sentido de criticamente habilitados – a receberem criticamente os conteúdos das matrizes religiosas e a exercerem crítica e ativamente a crítica às constelações ideológicas da realidade social. Sem indagar sobre os fundamentos do real (os fundamentos da realidade objetiva), as predisposições autoritárias, acionadas na realidade cotidiana, nos corredores da faculdade, nas conversas de senso comum, se tornam mais propensas a atuar como quadros analíticos. Por isso, não podemos perder de vista a localização específica que os agentes ocupam na estrutura social e, tendo em vista que o pertencimento de classe implica a articulação entre o econômico, social e simbólico/cultural, precisamos deslindar a complexidade dessa configuração que, ela sim, opera na formação do *habitus*.

Portanto, não se trata apenas da força da matriz religiosa, do senso punitivo e da defesa do neoliberalismo sobre esses agrupamentos sociais, mas de um pressuposto invisibilizado - o desapossamento cognitivo determinado, entre outros fatores, pelo predomínio do capital econômico sobre o escolar, com intensas mutilações sobre o segundo – o que é um tipo específico de configuração determinada pela classe – e que deve ser levado em consideração sob pena de perdermos a articulação profunda que enlaça as diferentes visões de mundo. Agentes sociais cognitivamente mutilados estão mais propensos, posto que mais indefesos – no sentido de disporem de barreiras cognitivas mais frágeis – a aceitar o *ethos* da vida cotidiana – já que admitem, ao desconhecer, os conteúdos religiosos, o senso comum punitivista e o credo do mercado. São os agentes perfeitos a serem submetidos à violência simbólica (Bourdieu, 1992), a violência exercida pela admissão daqueles que, desconhecendo-a, a replicam pré-reflexivamente. Agentes propensos ao exercício da violência são eles, antes de mais nada, também violentamente violentados pela inconsciência de suas próprias mutilações.

5.2.7 As modalidades suplementares do eixo 1: progressistas

Agora podemos nos voltar à análise do desenho sociológico oposto com vistas a correlacionar as condições sociais e econômicas de possibilidade com as tomadas de posição desse grupo. O primeiro elemento que salta aos olhos é o curso em questão que, como supúnhamos, trata-se de jornalismo. Observando as modalidades suplementares, a única prática social que se apresenta é a ausência de interação com a TV, veículo que, dadas as condições de monopólio das corporações midiáticas no Brasil, conta com a tendência a transmitir conteúdos, em geral, conservadores. O que corrobora, diga-se de passagem, o desenho sociológico das tabelas binárias, no qual fica nítida a intensa relação dos respondentes com as novas mídias, em geral, como é o caso do Youtube, e conteúdos políticos à esquerda, em particular. Ou seja, se caracterizam pelo afastamento das mídias tradicionais e intenso uso das novas modalidades, sobretudo, seguindo *youtubers* progressistas.

Ainda com relação às modalidades suplementares, dois dados (“não professam religião”; “não sabem/não quiseram responder [acerca de religião]”) apontam para a ruptura com as matrizes religiosas e/ou afastamento dessas visões de mundo. Observadas em conjunto, ambas apresentam forte indiferença e/ou ruptura em relação às crenças religiosas, o que se manifesta, por sua vez, nas próprias modalidades ativas. Se o/a leitor/a rever o gráfico, irá constatar uma série de tomadas de posição, estruturadas por intensa crítica ao senso punitivista, cujo conteúdo, como apontamos logo acima, é um dos elementos centrais da matriz protestante evangélica. Oposição à redução da maioria penal, ao armamento da população, à própria instituição da PM, à justiça popular – é preciso levar em consideração que todo esse conjunto de posicionamento críticos reverberam – também – rupturas e/ou afastamentos com uma visão de mundo que contem em si todos os germes desse senso punitivista. Ademais, estamos diante do curso que menos escuta música gospel e sertaneja e, em consequência, apresenta maior resistência à influência da matriz religiosa – especialmente em sua dimensão afetiva – e do domínio masculino – tão caracterizador das letras do sertanejo.

Percebemos, portanto, que, nesse universo, os estudantes de jornalismo praticam, efetivamente, sua ruptura e/ou indiferença com a matriz religiosa, o que contribui para percepções morais mais progressistas. Embora, aqui, no gráfico, elas não apareçam, sabemos, todavia, pelos dados do capítulo anterior, que tais visões de mundo sobre moral, identidade e cultura tendem a ser liberais nesse grupo. Se, por um lado, são negadas tomadas de posição autoritárias; por outro, os movimentos sociais são percebidos positivamente e, por isso,

apoiados, ocasionando a abertura necessária, inscrita nessa percepção sobre o mundo social, para o exercício do civismo e da liberdade, atravessados, por sua vez, por visões progressistas quanto à moral, ao corpo, à identidade e às políticas públicas.

Posto isto, gostaríamos de dar prosseguimento em nossa análise – e correlacionar – os dados obtidos pelo desenho sociológico das tabelas às modalidades suplementares e ativas explicitadas pelo plano cartesiano. O que marca o curso de jornalismo é o contrário do que singulariza o curso de engenharia civil, no sentido de que, agora, estamos lidando com baixo capital econômico, que posiciona os estudantes de comunicação como o segundo curso com menor renda familiar declarada de nosso universo. Os dados indicam forte correlação entre baixo capital econômico e tendências à esquerda, como podemos facilmente observar pelas modalidades ativas e que também pode ser constatado na tradição sociológica (Bourdieu, 2007).

Contudo, o que nos importa, agora, é observarmos o tipo de relação que se estabelece entre o capital econômico e o escolar e, nesse ponto, sabemos que o curso de jornalismo se destaca pela – proporcionalmente – alta formação escolar, em especial no nível médio, e sobretudo pela impressionante formação intelectual entre as responsáveis femininas que chega, nessa formação, a superar a de cursos de (muito) maior concentração de capital econômico (como odontologia, engenharia e administração). O traço caracterizador, portanto, é o predomínio do capital escolar sobre o econômico, o que pode ser percebido no modo como tal configuração reverbera nas práticas sociais desse grupo, como é o caso da escuta de música (MPB, por exemplo) e a leitura de livros clássicos – e, no geral, o contato com obras que estimulam a intrapessão – a potencialidade da ação criativa e da produção da fantasia em oposição aos constrangimentos da realidade objetiva.

A isso – a essa instigante configuração sociológica determinada pelo predomínio do capital escolar sobre o econômico - se sobrepõe a força de sua composição interna, que se caracteriza pelo maior percentual de pretos – de longe, os mais progressistas do ponto de vista étnico de toda a amostra - e, como enfatizamos, pela ruptura com a matriz protestante. Mais uma vez chegamos à força operatória da classe social, aqui caracterizada pelo modo como a primazia da formação intelectual contribuiu para a construção de capacidade cognitiva crítica e ativa, contendo a predisposição – que jamais é inata – à seleção crítica dos conteúdos religiosos, do senso punitivista e da crença liberal. Além do mais, a determinação do pertencimento de classe contribui para engendrar outro elemento central caracterizador desses estudantes – a autorreflexão sobre sua própria identidade e sua posição econômica na estrutura social.

Com isso, argumentamos que as críticas contra as medidas autoritárias – medidas essas tão defendidas pelos estudantes de engenharia – são, parcialmente, provenientes da compreensão do próprio *self*, da percepção lúcida de que eles seriam as primeiras vítimas do arbítrio dessas medidas – “pobres” e pretos(as), oriundos(as) de bairros periféricos. Aqui, a primazia do capital escolar forneceu as ferramentas conceituais para perceberem a força estrutural do sistema, alçando-os acima do *ethos* da vida prática e cotidiana (o exato oposto do ocorrido em engenharia cuja formação intelectual é sobretudo técnica). *Ethos* que poderia “devorá-los”, caso não tivessem adquirido a crítica necessária sobre o mundo social, pois tenderiam, possivelmente, a reproduzi-lo sem que, conscientemente, percebessem a natureza conservadora de seus gestos e/ou percepções à reprodução da ordem. Isso na medida em que grande parte desse complexo processo sociológico tende a se desenvolver em nível pré-reflexivo (o esquecimento e, talvez ainda mais, a incompreensão sobre os processos de introjeção de estruturas sociais fazem parte dos mecanismos de reprodução conservadora da ordem social).

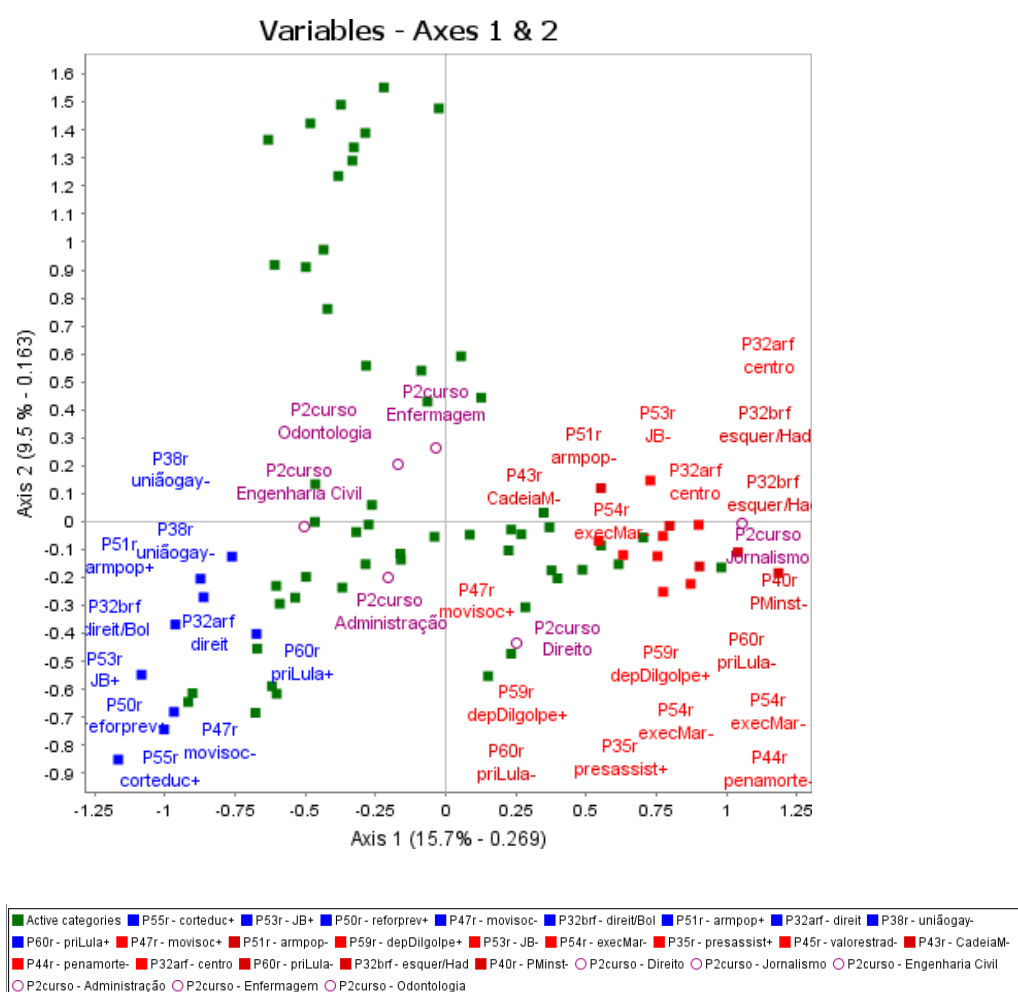
A partir da tensão permanente entre esses dois tipos de capital – o econômico e o escolar – e o domínio do escolar sobre o econômico, é construída a visão à esquerda dos respondentes, caracterizada pela capacidade da autorreflexão, de abstração e, com isso, da habilidade – socialmente adquirida pelo predomínio do escolar sobre o econômico – de apreensão sistêmica da vida social. Ademais, munidos da crítica e da autoconfiança gerada pela capacidade crítica, são capazes de se sentirem confiantes o suficiente para externalizarem sua posição a medidas que, perversa e autoritariamente, os vitimizariam. Sem ainda perceberem, começam a compreender, minimamente, a dialética perversa do mundo social e, ao mesmo tempo, adquirem a lucidez – que o drama da vida confere àqueles que não foram completamente usurpados pelo roubo dos instrumentos de pensamento – que a saída da pobreza requer o poder inclusivo de certo modelo de política social. Nessa perspectiva, defendem o Estado.

2.5.8 Projeção do curso de administração sobre o eixo 1

Quando observamos as variáveis suplementares, expressas acima e, tendo, ao mesmo tempo em mente os dados de nosso desenho sociológico do capítulo anterior, um dado, ou melhor, a ausência de um dado, nos chama a atenção. Como o/a leitor/a deve se lembrar, nossa primeira apresentação sociológica levou em consideração o fato de que os cursos de engenharia

civil e administração são tão semelhantes sociologicamente que decidimos analisá-los em conjunto como tipos-ideais. Ora, o método de ACM, por seu turno, nos apresentou somente engenharia civil representada na modalidade suplementar; por isso, pela ausência do curso de administração, decidimos projetá-lo – juntamente com todos os cursos da amostra sobre o eixo 1. Por enquanto, pedimos que nosso/a leitor/a preste atenção apenas em administração (além, é claro, dos outros dois cursos já explicitados: engenharia e jornalismo):

Gráfico ACM 3 - Projeção da categoria “cursos” sobre o plano cartesiano



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Como podemos ver, os dois cursos aparecem próximos um do outro, ambos ocupando posições à esquerda do plano cartesiano, com a ressalva de que engenharia se apresenta ainda mais distante do centro do plano e, por isso, se afasta claramente de sua nêtese, o curso de

jornalismo. A despeito da diferença de intensidades, engenharia e administração se apresentam como cursos politicamente à direita, corroborando nosso desenho anterior, com a ressalva de que, de fato, as posições, ou melhor, as tomadas de posição de engenharia são ainda mais intensamente à direita do que as de administração. Dada a posição ocupada por esse segundo curso (demarcada pela forte proximidade com modalidades conservadoras), administração se caracteriza por compor-se, em linhas gerais, de discentes autoritários na dimensão política, conservadores em termos morais e liberais quanto à função e papel do Estado na economia – replicando, em menor intensidade, o perfil de engenharia. Observando sua posição, há estreita proximidade com a defesa da redução da maioria penal, armamento da população e prisão de Luís Inácio Lula da Silva. Seus respondentes ainda são contrários ao casamento gay e se opõem aos movimentos sociais. Como os alunos de engenharia, também votaram na direita no 1º e 2º turno das penúltimas eleições, além de avaliarem positivamente, à época, o governo Bolsonaro; ainda defendem a deposição de Dilma Rousseff (2010-2016) sendo, ao mesmo tempo, contrários à divulgação das conversas entre o ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores da Lava-jato. Por fim, são favoráveis às reformas do Estado, destacando-se o apoio ao corte na educação e à reforma da previdência. Como supúnhamos, muito semelhante à engenharia.

Ora, tendo em vista esta configuração, expressa na projeção dos cursos sobre o eixo 1, a questão que precisamos responder é a seguinte: dado que os dois cursos são tão similares, quais correlações sociológicas explicam o motivo de engenharia ser mais autoritário que administração? Como explicar, dentro dessa lógica, a não explicitação do curso de administração no eixo 1? Sociologicamente, como compreender tal ausência¹⁵⁶? Quando apresentamos as principais características dos dois cursos, a partir dos dados obtidos pelas tabelas binárias, percebemos que eles se singularizam pelas similaridades no que tange à configuração entre os capitais econômico e escolar, pois ambos apresentam predomínio do primeiro sobre o segundo. Devido às suas semelhanças, fomos capazes, inclusive, de criar uma modalidade de tipo-ideal¹⁵⁷ que os representa. Nessa perspectiva, a questão passa a ser: qual o

¹⁵⁶ Aqui, é preciso enfatizar. A modalidade “curso de administração”, apesar de não ter aparecido entre as suplementares, contribui para a variância do eixo 1; no entanto, a força de sua contribuição não foi intensa o suficiente para que ela aparecesse como as demais – caso, diga-se de passagem, das modalidades de engenharia e jornalismo. O que fizemos, portanto, foi projetar tais modalidades “não explicitadas” pelo método ACM sobre o eixo em questão para entendermos melhor a configuração das modalidades suplementares representadas pelos cursos. Pedimos ao/a leitor/a que, por enquanto, não leve em consideração as modalidades dos demais cursos que serão analisadas em seguida.

¹⁵⁷ Ver conceito de tipo-ideal no capítulo 4. Para os dois cursos, construímos o tipo como sendo constituído, fundamentalmente, por intenso predomínio do gênero masculino sobre o feminino, predominantemente brancos, pertencentes a extratos socioeconômicos mais altos que os demais cursos

elemento (ou elementos) caracterizador/es do curso de administração que opera/m no sentido de afastá-lo do tipo-ideal

Como sabemos, são cursos que se posicionam na tríade de maior renda familiar declarada e ficam atrás apenas de odontologia; ambos, por sua vez, proporcionalmente, contam com baixo capital escolar para seus representantes. Quanto à matriz protestante evangélica, não apresentam grandes diferenças, o mesmo ocorrendo em relação à composição racial: as dissimilaridades não nos parecem significativas nesses dois aspectos. Para completar o quadro, as práticas sociais – como a forte interação com tipos musicais (sertanejo e gospel) – são significativamente altas para os dois grupos. Onde, portanto, encontrar a diferença definidora da maior intensidade de tomadas de posição à direita por parte de engenharia? Ora, ela consiste, especificamente, na impressionante diferença na composição de gênero entre os dois cursos: se administração conta com 61% de homens para 39% de mulheres, engenharia chega a praticamente 80% para a primeira categoria (76,8%) e apenas (23,2%) para a segunda – uma diferença surpreendente de quase 18% - 17,8%. Ou seja, é no predomínio de homens sobre mulheres que administração se afasta de nosso tipo-ideal, na medida em que seu percentual masculino é significativamente mais baixo que o de engenharia.

Como já dissemos, não se pertence ao gênero masculino impunemente - homens e especialmente homens brancos cuja renda familiar é alta tendem a ser muito mais conservadores e/ou autoritários do que mulheres. Portanto, o predomínio da categoria gênero masculino para o curso de engenharia civil – com seus quase 80% - contribui decisivamente para a força da intensidade da modalidade suplementar curso (engenharia) ser tão intensa ao ponto de não apenas suplantar administração como se tornar uma das modalidades suplementares - explícitas - no eixo 1. Nesse sentido, é a visão masculina branca pertencente a frações mais altas a responsável pela intensificação da visão autoritária dos futuros engenheiros em comparação aos futuros administradores.

Agora que conseguimos desvendar a causa determinante da explicitação e não explicitação dos cursos de engenharia e administração, respectivamente, no eixo 1, prosseguiremos nossa análise, enfrentando a complexidade (e singularidade) do segundo eixo, que apresenta desafios ainda mais surpreendentes que o primeiro.

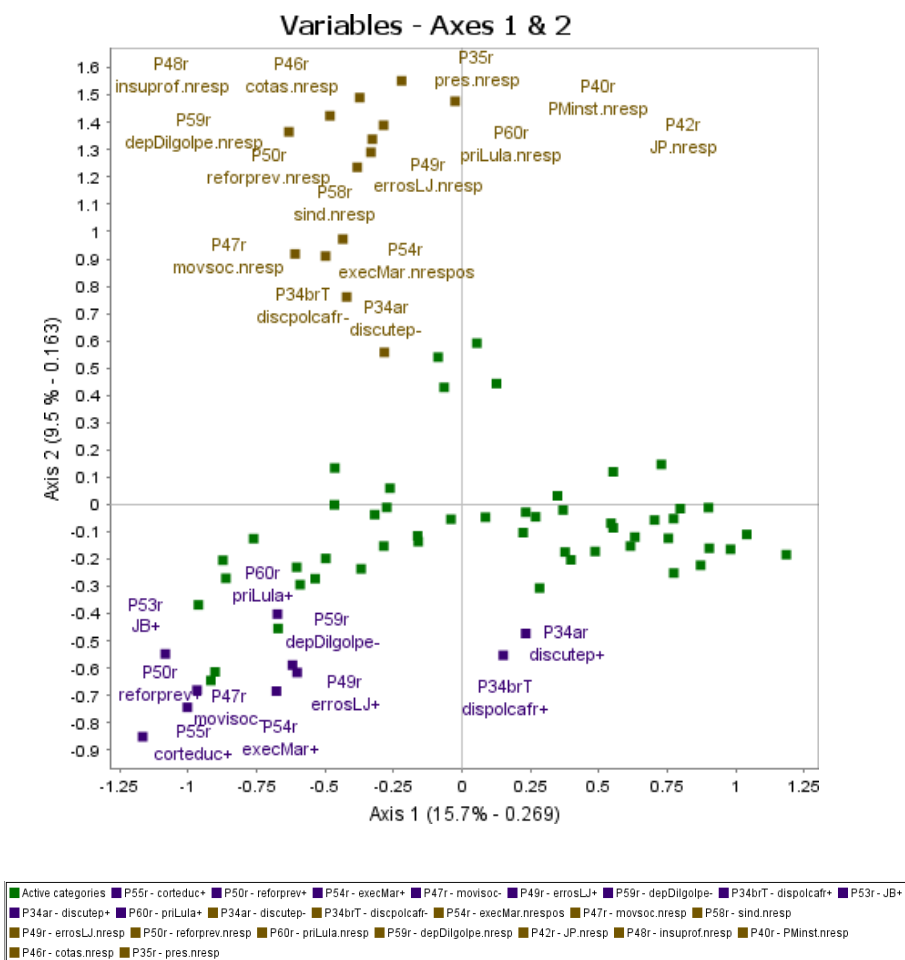
(à exceção de odontologia), com baixo capital escolar, alto consumo de música sertaneja e, especialmente, posições autoritárias, conhecimento técnico, anti-intracção e valorização de papéis sociais conservadores.

5.3. ANÁLISE DO EIXO 2: AGLOMERADO DAS POSIÇÕES CONSERVADORAS POLÍTICAS¹⁵⁸

Passamos, agora, à descrição analítica do eixo 2 (vertical) – cuja variância é de 21,8%: em roxo, na parte inferior do gráfico, apresentam-se as modalidades que representam críticas a movimentos sociais e tendencialmente favoráveis à execução de Marielle Franco, com defesa das reformas do Estado no âmbito econômico.

¹⁵⁸ Antes de se analisar a disposição das modalidades no plano cartesiano, descreveremos aqui as 10 modalidades da parte inferior do eixo 2 (vertical) com contribuição superior à média de 1,32% (ver tabela do eixo 2 no apêndice). São elas: P54r ('execMar+' / favoráveis à execução de Marielle Franco) com 2,7%, o maior percentual entre todas as categorias, e P34ar ('discutep+' / discute política) com 2,6%. Já as de concentração média são: P59r ('depDilgolpe-' / a deposição de Dilma Rousseff não foi golpe) com 2,3%, P34brT r ('dispolcafr') com 2,2%, P47 ('movsoc-') com 2,1% e P50r ('reforprev+') com 2%. Por sua vez, as categorias com menor contribuição são P49r ('errosLJ+') e P55r ('corteduc+'), ambas com 1,9%, P53r ('JB+') com 1,5% e P60 ('priLula+') com 1,4%. Nesse caso, seguindo o corte estabelecido anteriormente (modalidades com contribuição menor ou igual a 1,6% serão retiradas do eixo 2 para melhor visualização), as duas últimas categorias mencionadas (P53r [1,5%] e P60 [1,4%]) não aparecem no gráfico. Por outro lado, as modalidades da parte superior do eixo 2 se caracterizam pela grande contribuição, como se pode ver a seguir: P59r ('depDilgolpe.nresp' / sem resposta quanto à deposição de Dilma Rousseff) com 6,9%, P60r ('priLula.nresp' / sem resposta para prisão de Lula) com 6,6%, P50r ('reforprev. nresp' / sem resposta para reforma da previdência) com 6,4%, P49r ('errosLJ.nresp' / sem resposta para erros da Lava-jato) com 6,1%, compondo as categorias com contribuição mais alta. No nível médio estão: P58r ('sind. nresp' / sem resposta sobre avaliação de sindicatos) com 5%, P54r ('execMar. nresp' / sem resposta sobre execução de Marielle Franco) e P42r ('JP. nresp' / sem resposta para justiça popular), ambas com 4,6%, P35r ('presnresp' / sem resposta para tipo de presidente) com 4,3%, P48r ('insuprof. nresp' / sem resposta para insucesso profissional) e P40r ('PMinst.nresp' / sem resposta sobre avaliação da PM), ambas com 3,9%, P46r ('cotas. nresp' / sem resposta sobre cotas) com 3,6% e P47r ('movsoc. nresp' / sem resposta sobre avaliação de movimentos sociais) com 3,3%. Já as modalidades com menor contribuição são: P34ar ('discutep-') com 2,9% e P34brT ('dispolcafr-') com 2,7%. Na medida em que nenhuma das categorias acima mencionadas conta com contribuição igual ou menor que 1,6% e, portanto, não atingiram a média de corte, todas foram mantidas.

Gráfico ACM 4 – Projeção das variáveis ativas sobre o eixo 2



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Elas representam, especialmente, percepção positiva sobre a Lava-jato, cujos erros deveriam ser perdoados, ao passo que a deposição de Dilma Rousseff é considerada legítima pelos respondentes – e, dentro dessa lógica, defendem a prisão de Lula da Silva. Outras duas categorias-chaves apontam para o tipo de interação política entre os agentes: não apenas discutem assuntos políticos como os discutem em casa, com amigos, na faculdade e nas redes sociais. Esse conjunto de modalidades aparece concentrado na parte inferior do eixo 2, seguindo a lógica de similaridade nas respostas dos entrevistados, o que gera condensações, “nuvens de modalidades”, representativas da percepção política do presente grupo.

Um aspecto essencial e que expõe muito da singularidade desses respondentes é que apenas quatro¹⁵⁹ das cinco lógicas determinantes do eixo 1 - tanto para o aglomerado autoritário quanto para o progressista - aparecem na sua totalidade, na região inferior do eixo 2. A questão central, portanto, passa a ser: que lógica não se faz presente neste eixo? Esse padrão passa a ser substituído por outro? A lógica que, sintomaticamente, desaparece é a da “dimensão punitiva”, que passa a ser permutada pela “interação política¹⁶⁰”. Gostaríamos de apontar que o padrão mais intenso é representado pelo Efeito Lava-jato, com 5,6%¹⁶¹, ao passo que o segundo é composto por “Movimentos Sociais¹⁶²” e a nova lógica que substituiu a “Dimensão Punitiva” – a “Interação Política”¹⁶³ dos respondentes, ambas com 4,8%. A quarta com maior contribuição é “Reforma Liberal do Estado versus Estado Forte¹⁶⁴” com 3,9% ao passo que a última, a “Dimensão Eleitoral”, conta com 1,5% - P53r (‘JB+’/1,5%)¹⁶⁵.

A lógica de maior peso que se apresenta, a Lava-jato, pode ser somada à dimensão eleitoral que aponta para a apreciação positiva, à época, da administração Bolsonaro, na medida em que ambas constituem – direta ou indiretamente – posições geradas a partir da visão política acerca do mundo social¹⁶⁶, marcadas pela atuação em conjunto dos segmentos de direita. Fato que aponta para novo padrão de variância de 7,1%, o maior de todo o eixo em questão. Mas para compreendermos a força desse dado – que expõe, ao mesmo tempo, o peso da categoria política e da Lava-jato nesse grupo -, precisamos, em contrapartida, observar a ausência das medidas punitivas em contraposição ao que acontece com os cursos de exatas.

¹⁵⁹ As que continuam presentes são: 1) Dimensão eleitoral: presente apenas na modalidade de apreciação positiva de JB; 2) Questões morais, identitárias e movimentos sociais: presente nas modalidades de defesa da execução de Marielle Franco e oposição a movimentos sociais. O fator mais significativo da presente lógica, por sua vez, diz respeito a que não se apresentam modalidades vinculadas a posição moral conservadora; 3) Reforma liberal do Estado versus Estado forte: presente nas modalidades que representam defesa das reformas da previdência e da educação, singularizando a defesa das posições de reforma do Estado dentro da matriz liberal e 4) Efeito Lava-jato: presente nas modalidades que representam a defesa da Lava-jato, da deposição de Dilma Rousseff e da prisão de Lula da Silva.

¹⁶⁰ Analisaremos esses dados surpreendentes a seguir.

¹⁶¹ Como resultado da soma da P49r [‘errosLJ+’/1,9%], P59r [‘depDilgolpe+’/2,3%] e P60r [‘priLula+’/1,4%

¹⁶² Adição da P54r [‘execMar+’/2,7%] e movimentos sociais [‘movsoc-’/2,1%].

¹⁶³ Soma de P34brT (‘discutepolcafr+’/2,2%) e P34ar (‘discutep+’/2,6%).

¹⁶⁴ Resulta da adição da P55r [‘corteduc+’/1,9%] e P50r [‘reforprev+’/2%]

¹⁶⁵ Apenas a P53r (‘JB+’/1,5%)

¹⁶⁶ Fizemos recategorização semelhante, usando o mesmo padrão de síntese das percepções políticas em uma única categoria, no eixo 1.

O primeiro aspecto que salta aos olhos é que, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o punitivismo desse grupo de respondentes não apresenta as mesmas características do anterior, dos alunos de engenharia e administração. Observando com acuidade, o(a) leitor(a) irá perceber que todas as modalidades intensamente autoritárias – pensamos aqui na defesa da pena de morte, da justiça popular, no armamento da população etc. – estão completamente ausentes. Temos, sintomaticamente, apenas modalidades de crítica aos movimentos sociais e, sim, a defesa (direta ou indireta) do assassinato de Marielle Franco, mas, apesar dessa última categoria ser, de fato, extremamente autoritária (e chocante), chamamos a atenção para o aspecto que nos parece central: a ausência do “pacote” de medidas e/ou posições ultra-autoritárias. Essa grelha de tomadas de posições estruturantes, diga-se de passagem, do *habitus* do grupo de respondentes de exatas, não foi forte o suficiente para ser explicitada no plano cartesiano – ou seja, não apresenta aqui a mesma intensidade determinante da explicitação e configuração das modalidades no eixo em questão. O que aconteceu?

No nosso entendimento, a ausência não significa, sociologicamente, que o senso punitivo desse novo grupo – que, aliás, ainda não sabemos de quem se trata – tenha se evaporado; muito ao contrário, defendemos que, aqui, estamos diante de um outro tipo de punitivismo. Senso punitivo este que se desloca, em grande medida, da dimensão arquirreacionária dos respondentes anteriores e, mais sofisticado (em relação ao que vimos), se concentra nas figuras de proa da esquerda nacional daquele contexto. Trata-se, portanto, de senso punitivo específico que passa a operar em outro nível e sobre um menor número de atores sociais e/ou grupos sociais. Questão sociológica: que outro nível é esse? Ora, a frente de batalha criada pela operação Lava-jato, que, operacionalmente (tanto tática quanto politicamente) se especializou na culpabilização das lideranças de esquerda.

Deflagrada em 2014, a chamada “Operação Lava-jato” investigou esquema maciço de lavagem e desvio de dinheiro cujas origens remontam a figuras como o doleiro Alberto Yusef, além de vários empresários e deputados (ainda em 2009). Com o desenrolar das investigações, descobriu-se que o esquema de corrupção envolvia a Petrobrás, maior empresa brasileira, e políticos dos mais diversos partidos (PP, PT e PMDB), grandes empreiteiras nacionais (como Odebrecht, entre outras) e empresas de vários setores (além de políticos). Por fim, a cúpula petista, como o então presidente Lula da Silva e Antônio Palocci (ex-ministro da economia do primeiro governo petista), e Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados à época) foram atingidos e, inclusive, presos. O então juiz federal da 13ª Vara de Curitiba, Sérgio Moro, comandou a operação e as investigações da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público, o

conjunto de procuradores que atuou na operação. O juiz se notabilizou, entre outros aspectos, pelo uso indevido da delação premiada, medida jurídica por meio da qual o acusado recebe benefícios se delatar o esquema de corrupção investigado.

O momento mais clamoroso da operação se deu com a prisão de ex-presidente Lula da Silva em 2018 tendo sido condenado por Moro com pena revista pelo tribunal de segunda instância. Investigações jornalísticas posteriores tiveram o mérito de desvendar os esquemas entre o então juiz e os procuradores da operação, desmascarando a intenção, por parte dos dois lados, juiz e procuradores, de condenar Lula sob a fachada de combate à corrupção. Em seu voto a favor da suspensão do, agora, ex-juiz (e ex-ministro de Bolsonaro), Sérgio Moro, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, argumentou que a operação foi responsável por retirar R\$ 142,6 bilhões da economia brasileira, baseando-se nos trabalhos de dois especialistas, Rosa Maria Marques (PUC/SP) e William Nozaki, do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).

Seu objetivo [da Lava-jato] nunca foi combater desvios, mas sim retirar o Partido dos Trabalhadores do poder pelos meios que fossem necessários, interrompendo suas tímidas políticas sociais compensatórias (Miguel, 2019, n.p).

Para o autor, se a Lava-jato não conseguiu eleger Aécio Neves, em 2014, contribuiu para a instauração do golpe de 2016, criminalizou o PT e a esquerda e colocou Lula na prisão (sem contar, acrescentamos nós, com seu extraordinário potencial político). Seu saldo, contudo, teria sido o recuo das instituições democráticas e do império da lei, além da obsolescência da Constituição de 1988, perda de direitos e uma maior vulnerabilidade social (Miguel, 2019). Dentro dessa lógica, vale ressaltar que a operação, ao contribuir para enfraquecer o mercado interno, na figura de suas grandes empreiteiras, gerou desemprego maciço em várias áreas da economia nacional, não só a energética. Como resultado, o mercado, enfraquecido, permanece mais fragilizado ao sabor da dinâmica e força do mercado externo, gerando, entre outros estragos incalculáveis, a desnacionalização do mercado interno. Ademais, o enfraquecimento do Estado e seu poder de controle sobre área fundamental para a soberania do país, aumenta sobremaneira a vulnerabilidade nacional diante da força das corporações internacionais. Sob

essa perspectiva econômica, a Lava-jato consistiu em um mecanismo liberalizante devastador da economia brasileira para as potências internacionais.¹⁶⁷

É exatamente esse senso punitivo que aflora na nossa pesquisa e que levanta, naturalmente, a indagação: de que grupo estamos falando? Na medida em que, ainda, não conseguimos respondê-la, precisamos nos voltar para outro aspecto do presente aglomerado. Observando a região mais inferior do gráfico, nos deparamos com modalidades, extremamente próximas umas das outras, e que formam (essas modalidades), se assim podemos nos expressar, uma pequena e compacta nebulosa, composta, toda, por percepções liberais em termos econômicos. Ou seja, estamos, de fato, diante de universo diferente dos anteriores que apresenta outros matizes, novos desdobramentos e inusitados meandros. Com efeito, o social não pode (e não deve) ser reduzido ao institucional. Por isso, antes de abordarmos esse traço – fundamental –, o liberalismo econômico, precisamos auscultar outro elemento: a interação política para, depois, retornar a ele.

Os respondentes desse aglomerado se destacam não apenas pela alta interação política, mas por exercê-la nos mais variados espaços sociais, desde a família, passando pela faculdade, amigos e culminando nas redes sociais. Queremos, com isso, não apenas descrever a modalidade específica de interação que, além de forte, é multidimensional, no sentido de que se exerce em várias dimensões, ou melhor, em vários espaços sociais das vidas dos agentes. O político é parte intrínseca do cotidiano desses jovens. Forma a própria substância das suas rotinas, permeia suas disputas e dissabores, estabelece e consolida amizades, opera afastamentos. Queremos, além disso, apontar para outro fato crucial – os agentes desse novo aglomerado se singularizam (ainda não sabemos nada acerca do aglomerado superior) em relação ao grupo dos estudantes tanto de engenharia quanto administração, pois ambos não se destacam pela força de suas interações políticas. Basta que nos lembremos, a título de exemplo, de como seguiam poucos *youtubers* de política nas redes sociais, um espaço por excelência de interação entre jovens. Portanto, até agora descobrimos que o presente grupo se destaca pelo senso punitivista, semelhante ao da Lava-jato: suas vítimas prediletas são as figuras de proa da esquerda, acusadas pela operação. O escopo de sua crítica é intenso, profundo e específico.

¹⁶⁷ Ver: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lewandowski-rebate-barroso-e-cita-desmantelamento-da-economia-pela-Lava-jato-pecados-mortais/>;
<https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/10/conspiracao-Lava-jato/>

Agora que discutimos o tipo de interação política caracterizador desses respondentes, podemos retornar ao senso liberal – a nossa pequena “nebulosa liberal”, explicitada na região mais abaixo do segundo eixo. O que nos parece digno de nota é que, articuladamente à sociabilidade política por excelência, nossos agentes sociais são liberais em termos econômicos, defendendo a redução do Estado (entre outras medidas) e, em consequência, a primazia do mercado em todas as esferas sociais. Ou seja, existe nova configuração que precisamos delinear: são respondentes que, por um lado, atacam figuras de esquerda que estão no comando do Estado e, por outro, definem como solução dos problemas brasileiros o mercado não apenas enquanto modalidade econômica, mas como modelo de sociabilidade e de imputação de sentido sobre a vida. Dentro dessa lógica mais ampla, tudo indica que não estamos mais lidando com agentes sociais com pouco capital cultural; ao contrário, trata-se de respondentes com sofisticada capacidade intelectual e que, devido a seu intenso exercício político cotidiano, são capazes de tomadas de posição liberais do ponto de vista econômico. Nossa hipótese é a de que são agentes com alto capital escolar, o que lhes possibilita jogar o jogo político com a sofisticação que, de fato, está ausente entre os estudantes de engenharia e administração (em geral). Mas, por enquanto, como ainda não dispomos dos dados acerca das modalidades suplementares, não podemos ir além, isto é, desvendar o mistério sociológico da identidade e da posição socioeconômica desses agentes. A angústia faz parte da construção sociológica.

Para concluir a presente análise sobre o aglomerado inferior (do eixo 2), perguntamos ao(à) leitor(a): percebeu alguma outra ausência? A resposta é sim, existe de fato outra lacuna e ela diz respeito ao pacote de modalidades conservadoras e/ou reacionárias - do ponto de vista moral. Ou seja, ao contrário dos respondentes de exatas, os entrevistados desse novo aglomerado não compartilham de crítica e/ou afastamento de temas como união civil entre pessoas de mesmo sexo, filho/a gay, suposta inversão de valores etc. Todo esse conjunto de temas que permanece, obsessivamente, presente na mentalidade e nas tomadas de posição dos respondentes autoritários do eixo 1, complexamente, está ausente desse grupo. Temos, portanto, um pacote sociologicamente instigante que se caracteriza, entre outros fatos, por duas ausências estruturantes desse tipo de *habitus*: punitivismo social exacerbado/abrangente e valores morais conservadores. Não esquecendo, todavia, que quando nos referimos a esse senso punitivista, lembramos que ele se “metamorfoseia” e se “concentra”, politicamente, no ódio às figuras de esquerda da política nacional. Outra questão que ainda precisamos responder diz respeito ao jogo de oposição entre esse aglomerado da região inferior do plano cartesiano e o aglomerado superior. De que forma se opõem? Qual a natureza dessa oposição?

5.3.1. Análise do eixo 2: aglomerado dos não posicionamentos

Já na parte superior do eixo 2, em amarelo escuro¹⁶⁸, apresentam-se as modalidades caracterizadas pelas não respostas, constituindo aglomerado cujo traço central é o não posicionamento acerca das seguintes questões: execução de Marielle Franco, movimentos sociais, sindicatos, erros da Lava-jato, reforma da previdência, prisão de Lula da Silva, deposição de Dilma Rousseff, justiça popular, insucesso profissional, polícia militar, cotas e, por fim, tipo de presidente. Significativamente, as duas únicas categorias caracterizadas por posicionamento – ou seja, nas quais não se assinalou a resposta ‘não sabe/não quis responder’ – se definem pela baixa interação política: o grupo de respondentes não apenas não aprecia discutir política como não discute assuntos da área em casa, com amigos, na faculdade ou nas redes sociais.

Pelo exposto, percebemos, portanto, que o eixo 2 se caracteriza pela forte oposição entre os não respondentes, na parte superior, que não se posicionaram sobre os principais temas políticos, identitários e morais da pesquisa e, de outro, na região inferior do eixo, pelos que se posicionaram (com intensidade e sofisticação). Ou seja, o parâmetro de fratura e oposição que estrutura o eixo 2 - ao contrário do anterior, caracterizado pelas contraposições entre progressismo e autoritarismo – consiste na oposição posicionamento/não posicionamento político-identitário e moral entre os respondentes. Ademais, os não posicionamentos se relacionam ao baixo nível de predisposição política, ao passo que os posicionamentos, caracterizados aqui pela defesa de pontos de vista liberais quanto à economia, apresentam impressionantes níveis de interação política e, diga-se de passagem, nos mais diversos espaços sociais. Portanto, podemos inclusive considerar que a fratura mais profunda que dilacera este novo jogo de oposição é a presença/ausência de capital escolar, que reverbera no plano cartesiano, expondo a força de sua mediação - o primeiro nas posições de cunho liberal-econômico e o segundo na ausência completa de tomadas de posição política. Essa, defendemos, a lógica estruturante do segundo eixo.

Como resultado da presença e da disposição das modalidades na parte superior do eixo 2, surgem, a princípio, duas lógicas básicas: baixa interação política, de um lado, e não respostas, de outro. A primeira conta com 5,6%¹⁶⁹ ao passo que o padrão de não respostas, o

¹⁶⁸ Ver novamente o gráfico do eixo 2.

¹⁶⁹ Resultado da soma da P34ar [‘discutep-’/2,9%] e P34brT [‘dispolcafr-’/2,7%].

não posicionamento, apresenta percentual de 59,2%¹⁷⁰, resultado da soma de todas as modalidades representativas dessa tomada de posição. Ou seja, a lógica determinante é surpreendentemente forte, o que nos impõe a seguinte questão: que/quais fator/es é/são responsável(is) por essa configuração?

Como o(a) leitor(a) pode ver, a concentração de não respostas também se articula ao redor de quatro¹⁷¹ (das cinco lógicas) estruturantes do eixo 1. A única lógica ausente é a “dimensão eleitoral”, ao passo que todas as outras quatro permanecem como padrões de concentração das modalidades. O padrão com maior percentual de variância é o do efeito “Lava-jato”, significativamente superior a todos os demais, apontando para o intenso grau de desmobilização política entre as respondentes, tendo em vista que a operação se caracterizou não apenas por fraccionar, grosso modo, o tecido social, como também se notabilizou pelas fortes tomadas de posição entre defensores e críticos, e mais: contribuiu decisivamente para o desfecho das eleições de 2018. Portanto, sociologicamente, não podemos nos furtar à análise das não respostas, especialmente, dado o contexto político daquele período. O fato sociológico a ser levado em consideração é que, apesar do peso único que a operação desempenhou no cenário político nos últimos anos, as respondentes – mesmo assim - não se posicionaram, politicamente, quando instadas a se posicionarem.

O segundo padrão com maior intensidade é o das questões morais que, no presente caso, se deslocou para a dimensão do social (os não posicionamentos abarcam grupos sociais, instituições, ativistas ou propostas que exigem – diante de sua própria existência – posicionamento político [sindicatos, cotas, execução de Marielle Franco e movimentos sociais]). Ou seja, não há posicionamentos sobre questões-chave acerca dos modos de vida, do domínio sobre o próprio corpo e sobre o exercício de liberdade no espaço público – um conjunto variado de temas que permitem com que o entrevistado se posicione sobre o “melhor viver” em sociedade. Mas do que isso: são mulheres que deixam de se posicionar sobre questões atinentes ao corpo e comportamentos femininos. Há apenas silêncios, evasivas, fortes recuos - não

¹⁷⁰ “Segurança Pública/percepção punitiva de Estado e sociedade”: presente nas modalidades sobre justiça popular (4,6%) e avaliação da PM como instituição (3,9%), totalizando 8,5%; “Questões morais, identitárias e movimentos sociais”: presente nas modalidades de oposição a sindicatos (5%), cotas (3,6%), execução de Marielle Franco (4,6%) e movimentos sociais (3,3%), totalizando 16,5%; “Reformas liberais do Estado versus Estado forte”: presente nas modalidades sobre reforma da previdência (6,4%), tipo de presidente (4,3%), insucesso profissional (3,9%), totalizando 14,6% e “Efeito Lava-jato”: presente nas modalidades sobre deposição de Dilma Rousseff (6,9%), prisão de Lula da Silva (6,6%), erros da operação Lava-jato (6,1%), totalizando 19,6% (lógica com maior variância).

¹⁷¹ Rever nota de rodapé anterior.

respostas. Mesmo em questões que, grosso modo, são menos “polêmicas” que as perguntas referentes ao universo político, nos deparamos com um verdadeiro muro de silêncio que tende a gerar um padrão. Estamos diante de uma lógica de não-respostas.

Sociologicamente, nos indagamos: até que ponto esse muro de resignação muda não foi resultado de construções sociológicas anteriores? Como entender silêncios, resignações e recuos? E mais: que mecanismos sociais estão na base desse mecanismo do calar-se? A angústia analítica emerge diante de lógica de respostas tão mutiladas – pois a não resposta é um tipo de resposta -, tão humanamente dilaceradas que esse silêncio se torna, paradoxalmente, mais inquietante que o clamor seguro, senhor de si, muitas vezes pedante e, sobretudo, autossuficiente do grupo de respondentes na região inferior do eixo. Como uma mesma sociedade adquire tamanha complexidade para criar *habitus* tão, visceralmente, diferentes? Os dados parecem apontar, agora pela oposição não posicionamento/posicionamento para a força da divisão de classes.

Voltando ao fio de Ariadne: o terceiro padrão de maior intensidade é o que agrega questões político-econômicas, mais uma vez não respondidas, sintomaticamente questões que exigem, ao mesmo tempo, conhecimento do mundo político e da realidade econômica (tradicionalmente monopolizados pelo gênero masculino). Por fim, a agenda de segurança – que também exige posições explícitas sobre as formas de se ver, perceber e propor intervenções à violência social – apresentou altas concentrações de não respostas. Estamos diante de um universo, majoritariamente, feminino? Ainda não sabemos, mas a hipótese é pertinente. O que nos choca quando nos deparamos com essas duas novas categorias é que as não respostas cobrem várias dimensões da vida das respondentes que não se posicionam diante de questões que afetam, violentamente, a qualidade (ou a falta de qualidade) de sua labuta cotidiana. De uma coisa, até o momento, temos certeza: o respondente ou a respondente em questão renunciou (mas o que gerou essa renúncia?) ao pensamento pensante sobre o mundo social e à tomada de qualquer posição perante a realidade política. Mas a advertência da sociologia aqui é inquietante: não tomar posição talvez seja a forma mais violenta de tomar posição - à direita.

Antes de nos voltarmos à análise das variáveis suplementares, gostaríamos de refletir sobre os limites das pesquisas de opinião, formuladas e utilizadas, sobretudo, pela visão liberal, cujos efeitos tendem a limitar a percepção dos pesquisadores sobre as condições de possibilidade que estão na base da formulação de algo, aparentemente, simples – a opinião pública -, reflexão que pode ser estendida aos padrões de respostas encontrados na presente pesquisa, que expõem a força dos determinantes estruturais sobre a organização cognitiva dos

agentes, questionando a suposição liberal-demagógica de que todos os indivíduos têm direito a ter opiniões, sendo, por isso, capazes – uniformemente – de formulá-la. Com isso, pretendemos romper com a noção de pesquisa que concebe a opinião pública “como pura adição de oposições individuais” (Bourdieu, 1987, p. 140) sobre determinado fato e/ou conjuntura, desconhecendo os jogos desiguais de força que estão na base da formulação da visão de mundo dos respondentes (Bourdieu, 1987, 1992, 2007, 2019), ignorando os mecanismos sociais de produção da desigualdade e sua força de construção das competências dos agentes para pensar o mundo social. A ruptura com essa visão – que está na base do fazer e do pensar as pesquisas de opinião – pode auxiliar-nos a compreender o mecanismo operador das não-respostas que estruturam – pois se trata de um padrão – as tomadas de posição do plano cartesiano na parte superior e, ao mesmo tempo, as lógicas que configuram, em contraposição, sua região inferior.

A interpretação liberal não percebe que as respostas a uma pesquisa consistem, sobretudo, no resultado complexo da execução de uma série de condições que as tornam possíveis aos agentes sociais, ou seja, os agentes têm de se sentir socialmente competentes e possuírem, ao mesmo tempo, a competência técnica necessária para produzirem uma opinião acerca do mundo social. Para tanto, precisam ser capazes de “constituir uma questão como política” (Bourdieu, 1987, p.143) e, com isso, de aplicar, sobre a política categorias propriamente políticas, o que exige que estejam socialmente habilitados para analisar politicamente o conjunto de questões políticas diante das quais se deparam nas entrevistas. Na base desse processo está, justamente, o “*ethos* de classe” (*Ibidem*), esse “sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizam desde a infância e a partir do qual engendram respostas para problemas extremamente diferentes” (*Ibid.*).

A partir da perspectiva apresentada acima, podemos perceber, com Bourdieu (1987, 2007, 1992, 2019), que a posição que o agente ocupa na estrutura social contribui para determinar as condições de possibilidade que os agentes sociais têm – ou deixam de ter – para tomarem uma posição, de forma que, em uma sociedade desigualmente estruturada, estão sempre desigualmente preparados para formular e emitir uma opinião – e é, justamente, essa desigualdade estruturante que não é captada pela interpretação liberal sobre os resultados dos questionários. Dentro dessa lógica da produção da desigualdade cognitiva – que nunca, portanto, é intrínseca aos agentes sociais, mas socialmente construída -, quanto mais baixa a classe social, maior a tendência do agente a perceber o mundo através de critérios morais, configurados pelo *ethos* de seu pertencimento social; tal probabilidade, ademais, tende a ser adensada quando o agente é do gênero feminino.

Ora, os percentuais de não-respostas tendem, dentro desse padrão, a serem muito mais intensos entre mulheres que homens quando as questões colocadas são políticas, o que pode explicar o alto número de silêncios na região superior de nosso plano cartesiano. Ou seja, para tanto, nossa hipótese é a de que a alta configuração de não-respostas está concentrada em respondentes femininas e de baixa extração social. Portanto, as altas taxas de não-respostas apresentadas tendem a demonstrar o que tais questões – sobre política, economia-política, moralidade e/ou comportamentos, entre outras – tendem a significar para um segmento social específico (Bourdieu, 1987, 2007), na medida em que não existem problemas que se apresentam igualmente para todos (Bourdieu, 1987, 2007).

Segue-se que determinada problemática – pensemos aqui, por exemplo, na reforma da previdência e no corte da educação, que apontam para o núcleo caracterizador da percepção liberal sobre o Estado – não é dominada igualmente pelos diferentes tipos de agentes sociais, desigualmente preparados para a luta da opinião pública a tal ponto que os segmentos mais baixos sequer estão conscientes dos mecanismos de transmissão do capital cultural (Bourdieu, 1987, 1992, 2007, 2019), essenciais para a formação de seu ponto de vista sobre o papel que o Estado deve desempenhar na sociedade (e sobre o mundo social em geral). Ora, tendo em vista a desigualdade estrutural determinante das posições e das visões dos agentes, contrariamente à interpretação corrente dos liberais, as opiniões não se equivalem (Bourdieu, 1987), pois são constituídas por acúmulos diferentes de capitais, que induzem a intensificação (ou não) dos interesses por determinados temas – homens preferindo mais economia política e/ou política do que mulheres que, por sua vez, tendem a serem mobilizadas por interesses moralizantes. Além do mais, o forte interesse pode contribuir para a formação de grupos de opinião, mobilizando contingentes populacionais que podem silenciar outros segmentos, em uma espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 2017).

As respostas dos entrevistados, portanto, não são homogeneamente produzidas; a localização do agente, a relação de seus capitais, seu gênero, raça e matriz religiosa são fatores seminais na construção dos sentimentos que os agentes sociais têm sobre si mesmos(as); na formação de suas competências técnicas; na intensificação de seus interesses ou indiferença por determinados temas; na força potencial de mobilização do grupo social a que pertencem. Não se trata de um jogo isonômico de opiniões equivalentes entre indivíduos iguais como pressupõe a inconsciência da demagogia liberal; ao contrário, a opinião – no caso, as respostas de nossos entrevistados – são os resultados, postos cognitivamente, de uma luta brutal travada, anteriormente, às percepções de mundo. Nessa perspectiva, qual a especificidade das

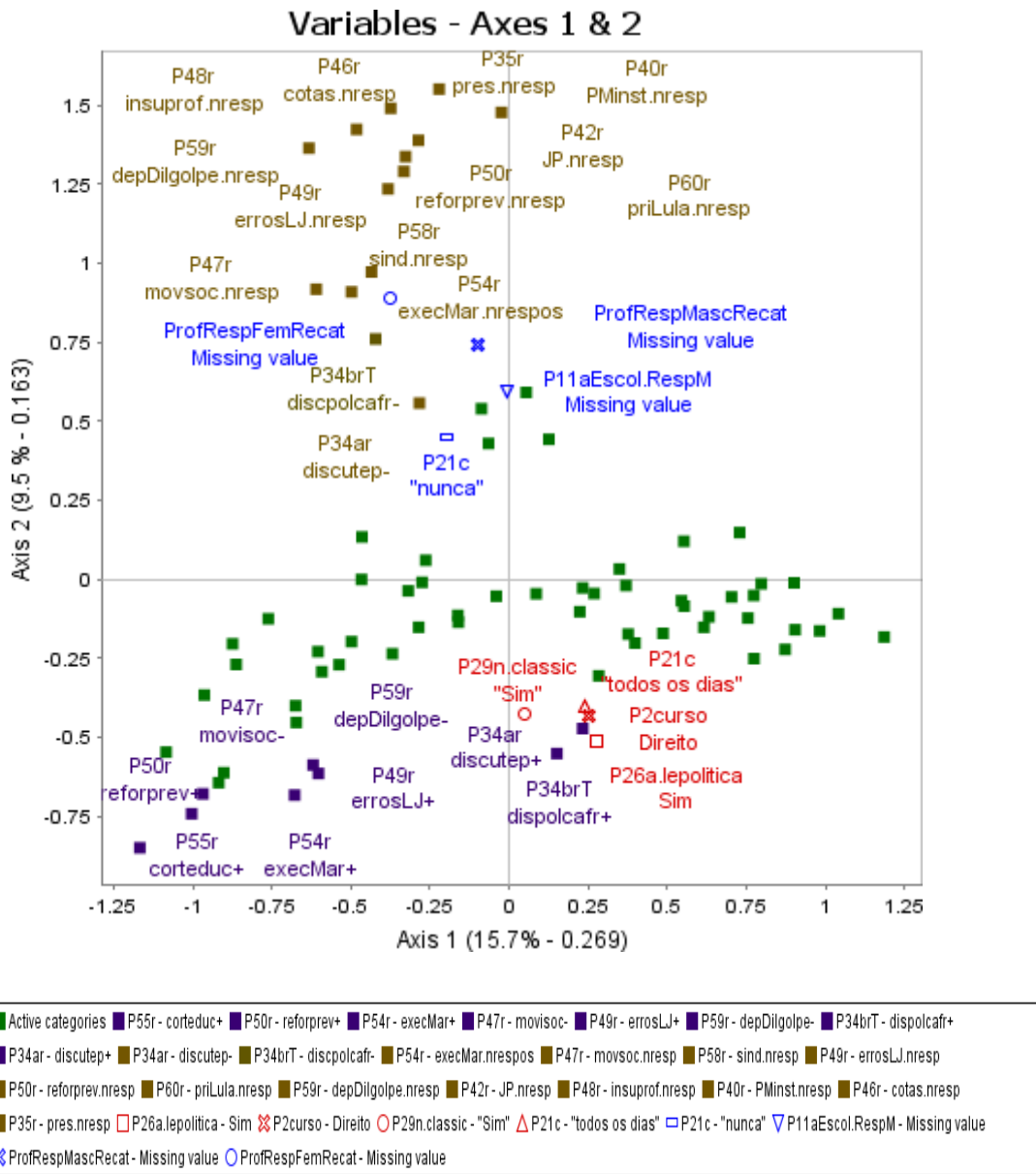
localizações de classe, gênero e o papel das mediações sociais nas duas regiões de nosso plano cartesiano? Precisamos, para responder a essa questão, analisar as modalidades socioeconômicas, as suplementares.

5.3.2. Eixo 2: as variáveis suplementares

Quando observamos, finalmente, as modalidades suplementares da região inferior do eixo 2, descobrimos o que já imaginávamos: o aglomerado com percepções similares à “Operação Lava-jato” é composto pela fração à direita do curso de direito. A partir do que dissemos anteriormente¹⁷², acreditamos ter encontrado - em “estado nascente”, ainda na faculdade - aglomerado de agentes sociais cujo *habitus* contém traços que se assemelham ao punitivismo e liberalismo econômico lavajatista. Ambos defendem, a todo custo – “dentro e fora da lei” – a punição de figuras de esquerda nacional.

¹⁷² Rever a conclusão sobre a dimensão liberalizante da operação (seção 5.3.).

Gráfico ACM 5 - Projeção das variáveis ativas e suplementares sobre o eixo 2



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ademais, ainda em consonância com a operação citada, são defensores da imposição do liberalismo econômico como forma social e modelo de Estado, para eles, democrático. Nesse ponto, quando mencionamos liberalismo econômico, nos referimos à sua forma caracterizada pela abertura irrestrita do mercado nacional à voracidade do capitalismo estadunidense. Fato que implica – e esse, certamente, é um dos resultados mais deletérios da operação – a desconstrução de setores nevrálgicos do parque industrial brasileiro, com ênfase nas grandes empreiteiras nacionais que já estavam operando no mercado internacional do setor, passando a incomodar os maiores *players* da área.

A desconstrução brutal das empreiteiras nacionais demonstra que, do ponto de vista da economia política, não podemos desprezar a dimensão da concorrência – ainda incipiente, é certo – que as empresas nacionais passaram a exercer no plano internacional. O que anexa outro sentido à operação Lava-jato, o de estratégia político-econômica de desconstrução da economia nacional, com o subsequente enfraquecimento da soberania e aumento da dependência do capitalismo americano. Por isso, defendemos que é esse modelo específico do liberalismo defendido, especificamente, por esse grupo. Esse o papel central que o “Estado democrático de direito” (no linguajar institucionalista) exerceu: o de instrumento de reconfiguração do domínio hegemônico de setores internacionais – como o capital financeiro –, com primazia americana, sobre a economia brasileira.

O corolário desse processo, como evidenciamos, consiste na sofisticação intelectual e, naturalmente, na formação escolar de nosso grupo de respondentes, o que os habilita a defender, com esmero, suas tomadas de posição. Como se explica essa sofisticação? Ora, como apontamos antes, o curso de direito se notabiliza pelo predomínio do capital escolar sobre o econômico, com a singularidade de que, aqui, são seus responsáveis masculinos aqueles que concentram maior capital, especialmente nos níveis mais altos, como pós-graduação. Não podemos nos esquecer de que, no caso de jornalismo, a concentração é feminina e o capital escolar se distribui, especialmente, nos níveis médios. Ao mesmo tempo, o capital econômico de direito é o maior entre os menores, ou seja, é o “menos pobre entre os pobres” – entre jornalismo, enfermagem e ele, a tríade dos mais desprovidos de capital econômico.

O que nos parece significativo é que, quanto mais ascendemos nas frações econômicas – quanto maior o acúmulo de capital econômico -, mais os grupos de respondentes tendem a apresentar disposições conservadoras e/ou autoritárias. Dentro dessa lógica, a partir do curso de direito, todos os demais – engenharia, administração e odontologia¹⁷³ – tendem a ser menos progressistas que jornalismo (o caso de enfermagem é mais complexo e será analisado à parte, como veremos). O que indica a operação de uma verdadeira lógica, a de correlação positiva entre o aumento do volume do capital econômico e o aumento das tendências conservadoras e/ou autoritárias. Nosso argumento é que o pequeno capital econômico de jornalismo e seu alto capital escolar – essa correlação intensamente negativa determina configuração que contribui

¹⁷³ O curso de odontologia ainda será analisado ao passo que enfermagem (citado no final da frase) será discutido logo a seguir.

para as predisposições à esquerda dos respondentes de jornalismo à qual se soma a impressionante ruptura religiosa.

Ao contrário de jornalismo, em direito, detectamos a presença de grande percentual de respondentes católicos – o dobro do de protestantes – e, ao mesmo tempo, a mais alta taxa de prática religiosa de toda a amostra. Ademais, suas práticas sociais são sofisticadas e quase sempre apresentam indícios de consumo de bens simbólicos conservadores – como é o caso da relação com as redes sociais, leitura de jornais e de livros didáticos. Essa configuração contribui para algo sociologicamente fascinante, a constituição de um grupo social fracionado. O curso é, praticamente, cindido em uma fração que conta com os atributos explicitados no eixo 2 e que são intensos o suficiente para se oporem às modalidades acima, mas, ao mesmo tempo, apresenta fração mais à esquerda, vinculada aos níveis econômicos mais baixos do próprio curso.

Pedimos ao(a) leitor(a) que analise novamente o gráfico de projeção de todos os cursos no plano cartesiano¹⁷⁴. Como podemos ver, direito ocupa a posição à centro-esquerda, o que o demarca em termos políticos; ele se apresenta mais próximo das modalidades ativas que estão para posições políticas, identitárias e econômicas progressistas. Tanto é que, de todos os cursos expostos, direito está muito mais próximo ao curso de jornalismo, o grupo que se notabiliza por ser o mais progressista de toda a amostra. Portanto, é essa configuração de direito – capital escolar regular (com alta concentração para responsável masculino nas formações escolares mais altas) e capital econômico médio; forte presença de católicos; intensa relação política à direita nas redes (por parte de seus discentes mais privilegiados) - que contribui para o fracionamento do curso. Defendemos aqui que, nos estratos econômicos mais baixos, a força do capital escolar se sobrepõe ao econômico e, mediado pelos valores católicos e presença média de mulheres e pretos, contribui para a construção da fração à esquerda. Em contrapartida, as frações mais altas do curso, que também contam com bom capital escolar (para os responsáveis masculinos), tendem a se posicionar mais à direita, apresentando intensa atividade política. A tensão permanente entre os dois tipos de capital parece contribuir para a divisão do curso em duas frações politicamente opostas.

No que tange ao gráfico apresentado, ele capta a fração de mais intensa atividade intelectual e maior preparo cognitivo, representado por alunos progressistas em termos morais,

¹⁷⁴ O plano cartesiano pode ser visto na seção 5.2.5. “Projeção do curso de administração sobre o eixo 1” do presente capítulo. Apesar de dizer respeito à análise sobre o curso mencionado, o gráfico apresenta a disposição de todos no plano cartesiano.

politicamente conservadores e liberais do ponto de vista econômico. Quando dizemos conservadores, queremos enfatizar um dos traços fundamentais na caracterização do aglomerado em tela: são discentes que não são propriamente autoritários, pois não defendem a pena de morte, a redução da maioria penal e temas afins - o que está em jogo é a manutenção da ordem social e a defesa da resolução dos conflitos sociais sem a quebra do paradigma legal. O “pacote” de medidas autoritárias, pensando aqui no perfil de exatas como contraponto, não encontra a mesma intensidade - tais modalidades estão ausentes do eixo.

Quanto aos costumes, não há posições conservadoras; ao contrário, são progressistas, o que corrobora, em nosso universo, as descobertas das pesquisas mais recentes (Rocha, 2019; Rident, 2018). Mas há outro traço ainda mais importante: o conservadorismo do grupo se explicita com toda nitidez quando observamos sua defesa das medidas liberais. Esse o centro nevrálgico desta visão política de mundo - a defesa da matriz neoliberal que funda, estrutura e conforma a ordem existente e, como aprendemos com dois autores muito diferentes (Mannheim, 1986; Huntington, 1957), a defesa da ordem existente é o traço central do conservador.¹⁷⁵ Aqui, essa característica se presentifica na tendência a apoiar o aparato institucional vigente - são institucionalistas, diga-se de passagem - e, sobretudo, na postura veemente a preservar o sistema econômico neoliberal. Nessa perspectiva, defendem a “nova razão do mundo”, fazendo dela um jogo de força permanente e imperativo (Dardot; Lavalk, 2016).

Ora, com estes dados, constatamos que, no nosso microcosmo, delineamos aglomerado social singularmente semelhante ao que fora encontrado pela tradição sociológica do início dos anos 90 (Alves, 2000). A pesquisadora percebeu com acuidade a emergência de um padrão de percepção política que começara a se estruturar, ao que tudo indica, – e aqui a ilação é nossa – a partir da introdução do discurso neoliberal nas plagas tupiniquins e, posteriormente, pela

¹⁷⁵ Naturalmente, a concepção do professor Mannheim (1982) apresenta níveis de complexidade singularmente mais profundos, na medida em que percebe o conservadorismo como um complexo sociopsíquico que articula conjunto intrincado e articulado de dimensões sociais e psicológicas – uma “estrutura compreensiva do mundo (Mannheim, p. 107, 1982) - que se sobrepõem, ao longo da vida do sujeito, constituindo o sistema perceptivo a partir do qual ele, ou melhor, a geração a que ele/a pertence experiencia os fatos sócio-históricos, tomando diferentes posições enquanto unidades geracionais. Ele constrói, nessa perspectiva, uma concepção estrutural de conservadorismo que aponta para diversas esferas, articulações, sobreposições, hierarquias e formas históricas de articulação entre tais esferas. Ademais, o sociólogo alemão elabora o conceito de “estratificação de experiência” (Mannheim, p. 79, 1982) que designa o modo como as primeiras experiências, sedimentadas na consciência do sujeito, se estruturaram e se transformam em doadores de sentido, isto é, parâmetros cognitivos a partir dos quais ele/a passa a conceber, classificar e experienciar os fatos sociais, recortando-os a partir de uma percepção conservadora da realidade.

abertura desenfreada da economia nacional sob a égide de FHC. Nossa descoberta, também, vai ao encontro de trabalhos mais recentes (Rocha, 2019) que perceberam não somente a grande aptidão e capacidade cognitiva dessa “nova” direita na apropriação das redes sociais, como também detectaram algo surpreendente – seu progressismo moral. Quanto a esse aspecto, é fundamental observamos outra ausência – a de críticas ao comportamento feminino, ao casamento de pessoas de mesmo sexo ou apoio a “valores tradicionais”, o que aponta para traço central desse aglomerado: são liberais do ponto de vista dos valores civis, de maneira que o pacote moral regressivo – instituinte do grupo autoritário do eixo 1 – não faz parte de sua visão de mundo. A ausência das modalidades, moralmente, autoritárias e de controle do corpo feminino (e das modalidades de reprodução e família) demonstra que estamos diante de um tipo específico de articulação que enlaça, de um lado, o liberalismo econômico, e, de outro, o liberalismo na moral e nos costumes.

Trata-se de um aglomerado cujo exercício e interação política (Ridenti, 2018), além de liberdade civil e moral, se exercem em várias frentes e locais de sociabilidade. A direita conquistou as ruas e, ainda mais, as redes sociais. O espaço público foi retomado para contestação e enfrentamento com a esquerda e suas pautas. O que nos parece mais sintomático no momento é que essa direita, escolada no liberalismo dos anos 1990, habilitada a lidar com as redes sociais e pertencente a estratos economicamente mais altos e escolarizados (Ridenti, 2018; Rocha, 2019) adquiriu novos elementos intelectuais que, em nossa pesquisa, se encarnam na Lava-jato e, com isso, conquistou mais força. Com isso queremos dizer que a operação citada foi fundamental para catalisar e catequizar a juventude de direita, direcionar suas energias nas redes sociais e nas ruas, sintetizar seus temas em torno da corrupção e da inviabilidade dos projetos de esquerda e, simultaneamente, gerar espaço para a defesa de pautas progressistas, especialmente no âmbito identitário. O lavajatismo, especialmente para os discentes de direita (de direito), ofereceu a plataforma política ideal e o exercício permanente da aprendizagem de técnicas jurídicas endereçadas à “lawfare” - estratégia mediante a qual a lei é utilizada para a obtenção de objetivos operacionais e/ou políticos; no nosso caso, a retirada da centro-esquerda do poder (embora não contassem com seu retorno).

Analisando o uso do “*lawfare*” na América Latina, Vollenweider e Romano (2017) conceituam-no da seguinte maneira:

Es el uso indebido de instrumentos jurídicos para fines de persecución política, destrucción de imagen pública e inhabilitación de un adversario

político. Combina acciones aparentemente legales con una amplia cobertura de prensa para presionar al acusado y su entorno (incluidos familiares cercanos), de forma tal que éste sea más vulnerable a las acusaciones sin prueba. El objetivo: lograr que pierda apoyo popular para que no disponga de capacidad de reacción.” (Vollenweider; Romano, p. 1, 2017).

Fernandes (2022) acrescenta a articulação entre *lawfare* e neoliberalismo, como defendemos nesse trabalho:

a prática do *lawfare*, em nenhuma hipótese, está à margem neoliberalismo. Em verdade, na forma apontada por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo “vê as leis e as normas simplesmente como instrumentos cujo valor relativo depende exclusivamente da realização dos objetivos (Fernandes, 2022, p. 30–31).

Assim, o *lawfare* representa exatamente essa concepção de que as leis podem ser utilizadas estrategicamente para alcançar os objetivos pretendidos, sobretudo aqueles que aproveitam a agenda neoliberal, como a destituição de governos de esquerda para permitir o avanço de uma política econômica que diverge das políticas de bem-estar social (*Ibidem*). Posto sob forma jurídica, o *lawfare*, essa estratégia política, tem no horizonte, dentro da conjuntura política brasileira recente, a erradicação de governos de esquerda e a intensificação dos mecanismos neoliberais de abertura da economia e fortalecimento da dependência do mercado internacional e dos fluxos de capital financeiro, reconfigurando o papel do Estado e erradicando sua capacidade de inclusão social.

Em outras palavras, a Lava-jato ofereceu a gramática discursiva e acional para essa juventude; produziu técnicas, gerou padrões e, sobretudo, criou uma “pedagogia de direita” mais permissiva e eficiente. Permissiva e eficiente no sentido de que, se ancorando na dicotomia moral corrupção/cidadão do bem (Tatagiba, 2018; Kalil, 2018), a Lava-jato instrumentalizou técnicas jurídicas com efeitos práticos de coação, constrangimento e detenção - efeitos práticos e simbólicos, melhor dizendo - contra a esquerda. De fato, a direita neoliberal aqui desenhada mantém traços da direita dos anos 90, mas adensados, sofisticados e articulados a novas habilidades - como o domínio ímpar da tecnologia -, a novas estratégias - como a conquista das

ruas - a novas operações - como a Lava-jato¹⁷⁶ - a novas alianças - várias frações de direita se unindo ao sabor da conjuntura política do período que antecedeu às eleições de 2018.

Para completar, acreditamos que o perfil sociológico dos discentes de direito (à direita) fornece as predisposições necessárias para a percepção e a ação lavajatista - defesa intransigente do mercado, certo progressismo na área moral, ódio a temas e figuras de esquerda, fortíssima interação política, consumo permanente de conteúdos de direita. O perfil sociológico, aqui esboçado, oferece as condições de possibilidade para o encaixe - exemplo da força da “mágica social” - entre, de um lado, a juventude de direita (do curso de direito) e, de outro, da Lava-Jato. O *habitus* construído fornece a coalescência político-identitária e moral entre agente e processo político.

5.3.3. Modalidades suplementares: região superior do gráfico, os não-posicionamentos

Sobre as modalidades suplementares projetadas na parte superior do eixo 2¹⁷⁷, isto é, sobre o aglomerado de não posicionamentos, constatamos significativa concentração de *missings*: profissão do responsável masculino e feminino, além de escolaridade do responsável masculino. A única modalidade suplementar divergente das mencionadas – que se não resume a *missings* ou não-respostas – é a P21c (cujo conteúdo versa sobre a leitura de jornais e revistas); no caso, a resposta é ‘nunca’, o que posiciona o presente aglomerado em forte oposição ao grupo dos estudantes de direito, caracterizados por significativa interação política a partir dos mais variados suportes midiáticos. Ou seja, a fratura entre os grupos se estrutura mediante a força das interações políticas que, por sua vez, reverberam os diferentes tipos e níveis de capital escolar/cultural.

¹⁷⁶ Não poderíamos deixar de mencionar aqui o “Mensalão”, operação desencadeada em 2005 a partir das denúncias do então deputado federal, Roberto Jefferson, sobre compra de deputados através de mesadas para votar a favor de projetos do governo petista. A operação, amplificada e enquadrada pela mídia corporativa, no nosso entendimento, ofereceu o padrão de denúncia, seletividade, amplificação, em suma, de enquadramento midiático e jurídico que iria, posteriormente, ser aplicado nas décadas seguintes até atingir os efeitos pretendidos de enfraquecimento, estigmatização e retirada da centro-esquerda do poder. Defendemos, portanto, que pode ser traçada uma genealogia entre as operações, observando que a primeira pode ser considerada, grosso modo, um teste cujas consequências e efetividade se encarnaram, posteriormente, na Lava-jato. A ser mais pesquisado.

¹⁷⁷ Pedimos ao(à) leitor(a) que reveja o eixo 2, com atenção às variáveis suplementares (seção 5.3.2.).

Ora, que grupo conta com tão pouco capital escolar a ponto de gerar volume tão impressionante de não-respostas? Por sua vez, sabemos que, geralmente, o baixo volume de capital escolar é reflexo de uma série de mediações, entre elas, a da ausência de capital econômico¹⁷⁸. Ademais, como discutimos anteriormente, nossa hipótese é a de que tais respondentes sejam, em sua grande maioria, mulheres, devido à tendência de gênero de altos percentuais de indecisão feminina, como apontado por Bourdieu (2007). Temos, em síntese, a seguinte configuração: mulheres de baixo capital econômico e escolar cujo traço fundamental consiste na indecisão, ou melhor, na tendência à delegação da análise política do mundo social a outros agentes.

O curso que apresenta maiores taxas com tais características é o de enfermagem, o que é corroborado pelos dados extraídos das tabelas binárias, onde descobrimos impressionantes percentuais de não-respostas para tais estudantes¹⁷⁹. Em suma, o curso de enfermagem se apresenta com os mais baixos capitais econômico e cultural, englobando aqui tanto o capital escolar quanto as práticas de lazer, além de se notabilizar pela intensa adesão religiosa, altos percentuais de protestantes e as mais altas taxas femininas na sua composição, caracterizadas – pelo que vimos – por intensos níveis de não posicionamento. Ademais, apresentam o mais alto consumo de variedades (maquiagem, entretenimento, fofocas, entre outras) e rejeitam conteúdos vinculados à política.

Carentes de capital cultural e empobrecidas pelos baixos índices de capital econômico, premidas pela necessidade de trabalhar e estudar, essas estudantes não se sentem competentes o suficiente para responderem politicamente a questões políticas por excelência ou, por outro lado, tendem a respondê-las contaminando suas respostas com a percepção moralizante da

¹⁷⁸ O papel das mediações é uma das abordagens sociológicas por excelência de nosso trabalho. Como vimos em engenharia e administração, a título de exemplo, o capital econômico está mais articulado à formação escolar técnica, anti-humanista e a práticas sociais que tendem a replicar o conhecimento matematizante, se assim podemos nos expressar, dos discentes. Ademais, o lazer é perpassado pela interação com músicas gospel e sertaneja, o que tende a gerar predisposições mais conservadoras, na medida em que tais estilos musicais replicam, por sua vez, concepções conservadoras sobre os papéis de gênero e, ao mesmo tempo, sobre a visão de mundo mais ampla (encarnada na música Gospel). Por isso, a necessidade da pesquisa empírica para deslindar a especificidade de cada agrupamento e a força das mediações socio simbólicas na formação do *habitus* dos agentes, rompendo com a visão mecanicista e linear de que o econômico é capaz de responder pelo conjunto de percepções dos agentes sociais em um tipo de relação direta. Procuramos, ao contrário, delinear as mediações e apreender seu papel no sistema cognitivo e político dos agentes, destacando a força das “afinidades eletivas” no processo de subjetivação.

¹⁷⁹ O curso de odontologia também apresenta altas taxas; aliás, trata-se do segundo com maior índice de não respostas e, sintomaticamente, o segundo com o maior percentual de mulheres.

realidade social, como vimos discutindo até agora. Nem todos os agentes sociais têm condições e competência política para responderem politicamente a questões políticas devido ao fato de que ocupam posições totalmente diferentes no espaço social que, por sua vez, são determinantes de seus repertórios e de suas diferentes composições e estruturas de capital. Ou seja, o volume e estrutura do capital constituem a base da maior ou menor competência “para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal” (Bourdieu, 2007, p. 373), o que é inseparável da capacidade socialmente construída por se sentir estatutariamente competente para responder à determinada questão, enfrentar determinado tema ou, ao contrário, delegar a outrem a capacidade (e a suposta habilidade) de responder determinadas questões ou resolver determinados dilemas. Por tudo isso, a competência propriamente técnica de se defrontar com determinado tema e ser, tecnicamente, capaz de respondê-lo, não se separa da capacidade socialmente construída de reconhecer-se como capaz de pensá-lo, enfrentá-lo e, no limite, resolvê-lo – a força da competência estatutária.

A consequência desse processo e que se apresenta nos dados obtidos em relação à enfermagem, ou melhor, às respondentes femininas de baixíssimo capital econômico e cultural do referido curso, mediadas por práticas culturais socialmente deslegitimadas, é a delegação (a outrem) das tomadas de posição política, resultado da incompetência estatutária, socialmente construída pelo doloroso processo de erradicação da autoconfiança das agentes submetidas ao roubo objetivo, cultural e simbólico de sua capacidade de perceber politicamente a dimensão política do próprio mundo social. Como resultado desse processo social de usurpação, que se adensa nos estratos mais baixos da estrutura social, as despossuídas tendem a duas situações clássicas determinadas pelas operações sociais sobre sua subjetividade: ou se sentem estatutariamente incompetentes para responder, no presente caso, questões políticas, identitárias e morais – como vimos, os índices de não-respostas tendem a aumentar diante de temas complexos vinculados à configuração e ao papel do Estado na economia ou a questões críticas e polêmicas. Ou, então, tendem a perceber as questões a partir da percepção ética sobre a realidade social, isto é, suas tomadas de posição se estruturam mediante as experiências cotidianas de vida, determinadas pela brutalidade de sua inserção no mundo social, que, ao mesmo tempo em que lhes erradica a possibilidade de pensar politicamente a realidade, impõe-lhes, de outra parte, a necessidade de responder aos dilemas da mesma realidade a partir de esquemas fragmentados de sua experiência cotidiana desagregadora e, no limite, violentamente alienada (posto que alienante).

No jogo brutal e brutalizante dessa experiência social, não há lugar algum para visões sistêmicas, conexões, correlações; na verdade, esse desapossamento tem como consequência o cancelamento, arbitrário, do pensamento relacional, a base do pensamento pensante. A construção é demolida na base. Tal lógica é responsável pela redução de problemas políticos ao plano da experiência comum, aplicando os esquemas inconscientes do *ethos*, angariados ao longo da vida cotidiana, sobre outra realidade, a política, que exige, antes de mais nada, a ruptura com o senso comum para o desvendamento de sua natureza e dinâmica. O ato aparentemente simples de se ser capaz - no sentido de dominar as habilidades sociais necessárias - de compreender uma esfera social exige, impiedosa e friamente, o acúmulo dos bens materiais e simbólicos, os bens de apossamento cruciais para a realização da leitura da própria vida. Há um violento jogo de barbárie na base do desapossamento e da execução dos mecanismos de desapossamento dessas agentes - gostaríamos de enfatizar.

Objetivamente, como demonstram os dados, as respondentes não podem apreender a dimensão política “a não ser como uma questão de experiência ‘prática’ que faz apelo a uma resposta prática, ou seja, ética (Bourdieu, 2017, p. 404). A construção da competência estatutária, por tudo isso, é consequência complexa de todo esse processo, na medida em que diversas variáveis entram em ação, estabelecendo a correspondência positiva entre capital escolar e capacidade de se sentir apto e competente a responder às indagações políticas, realizando nas diferentes disposições entre os agentes sociais a articulação entre competência técnica e social - esse sentir, aparentemente espontâneo e natural, que nada mais é do que o afeto, socialmente construído, de se sentir estatutariamente legitimado a responder politicamente à questão política. Por isso, não basta apenas o capital escolar - capital esse do qual as respondentes do curso de enfermagem estão praticamente despossuídas, mas o sentimento social de se sentir autorizado(a) e, mesmo, incentivado(a) - pelos mais variados tipos de privilégio e incentivo social - a tomar uma posição diante do mundo social em geral e de sua dimensão política em particular.

Dentro dessa lógica, se a competência técnica está com a competência estatutária no caso de homens de alto capital cultural e econômico - determinadas frações do curso de direito, por exemplo; por outro, ela não se encontra presente no caso de mulheres de baixos capitais (econômico, cultural e escolar), replicando na dimensão dos determinantes socioeconômicos e culturais a divisão do trabalho sexual que estabelece as dinâmicas e hierarquias de dominação de homens sobre mulheres. O resultado desse processo de desapossamento é que, especialmente entre as mulheres, a incompetência técnica é vivida como incompetência estatutária (Bourdieu,

2007), gerando a ‘escolha’ de delegar ao outro “os assuntos políticos”. Em outras palavras, a probabilidade de produzir uma resposta política para uma questão política varia à medida em que a pessoa sobe na hierarquia social e, em consequência, se detém maior volume de capital (*Ibidem*, 2007) e vice-versa.

Uma das implicações desse processo é que o uso da ética cotidiana como forma de apreensão, compreensão e resposta aos dilemas do mundo social gera a construção de respostas conservadoras quanto à ordem social na medida em que suas estruturas e dinâmicas mais profundas fogem à compreensão fragmentária do agente social:

É assim que os mais desprovidos de competência política específica têm todas as possibilidades de se situar no campo dos defensores da ordem moral e da ordem social e, até mesmo, de se mostrar mais conservadores, neste domínio, que os conservadores conscientes da ordem social, sempre que são levados a apreender, segundo as capacidades do *ethos* de classe, determinados problemas já constituídos politicamente no nível do campo da produção ideológica (*Ibidem*, p. 404-405)

Na base de todo esse complexo processo está o *habitus*, esse conjunto de esquemas de disposição e apreciação sobre o mundo social, constituído e incorporado pela experiência do agente mediante as condições materiais de existência determinantes de sua posição de classe (Bourdieu, 1992, 1999, 2000, 2007, 2019). Por intermédio do *habitus*, as opiniões políticas dos agentes (de esquerda ou direita, pouco importa) replicam sua inserção no mundo social, ou seja, a posição que ocupam em determinada classe ou fração de classe (determinadas, grosso modo, pelo volume de capital e por sua distribuição). Esse desapossamento, constitutivo especialmente das respondentes femininas do curso de enfermagem – determinado pela correspondência positiva entre baixo capital econômico, baixo capital cultural e práticas culturais despolutizantes -, tende a conformar *habitus* marcados pela incompetência estatutária desse grupo, tanto do ponto de vista técnico (os mais baixos níveis de capital escolar e cultural) quanto social (ausência do sentimento de autoconfiança). Portanto, é o *habitus* de classe baixa que está na base dos altos índices de não posicionamentos do presente grupo (como apontamos no capítulo 4, 93,4% dos/as estudantes de enfermagem têm renda familiar declarada de até 4 SM).

Com isso, fechamos a análise dos dois eixos e das respectivas modalidades ativas e suplementares. Estas últimas, por sua vez, puderam ser relacionadas aos dados extraídos das tabelas binárias. Percebemos que, de fato, a ACM se estrutura a partir de intenso jogo de oposições que, em nosso caso, apresentaram, no eixo 1, dois cursos em contraposição:

engenharia civil e jornalismo. O primeiro autoritário e com baixo capital escolar e cultural dominado pelo, proporcionalmente, alto capital econômico, com agentes masculinos protestantes evangélicos, ao passo que o segundo se notabilizou por percepções inversas, singularizadas pelo progressismo, em larga medida, oriundo da tensão e predomínio do capital escolar sobre o econômico, ruptura com crenças religiosas, grande percentual de não brancos, especialmente de pretos e equivalência entre gêneros.

Por outro lado, detectamos a falta do curso de administração que, a despeito de suas instigantes semelhanças com engenharia, não se apresentou no plano cartesiano. Devido a isso, a essa ausência, decidimos elaborar outro gráfico, apenas com as modalidades suplementares “cursos”, estratégia que, embora seja arriscada para a presente metodologia, pois lança mão de modalidades não explícitas, nos possibilitou detectar a posição do curso, bem próxima à engenharia. Tal disposição, que colocou administração em estreita relação com as modalidades ativas conservadoras e/ou autoritárias, corroborou nossa análise prévia oriunda dos dados das tabelas binárias. Lembramos, ademais, que a menor taxa de homens nos permitiu apreender o nexos causal responsável pela menor intensidade das percepções autoritárias em administração (quando comparado a engenharia), na medida em que havíamos utilizado a categoria tipo-ideal com vistas a enfatizar o que ambos (os dois cursos de exatas) possuíam em comum.

Em seguida, enfrentamos o eixo 2, cuja complexidade nos colocou diversos desafios sociológicos, entre eles, o entendimento de, ao que tudo indica, a existência de outra modalidade de conservadorismo e/ou autoritarismo. O aglomerado da região inferior apresentou uma série de características imprevistas, como a forte interação política dos respondentes, seu apreço pelas posições liberais em termos de política econômica e a ausência surpreendente de modalidades radicalmente autoritárias, tão caracterizadora do aglomerado de engenharia e/ou administração. Descobrimos, com as modalidades suplementares, que tais agentes pertencem ao curso de direito e que apresentam traços de defesa da operação Lava-jato, replicando, em uma geração mais nova, isto é, de estudantes, o discurso punitivista contra as figuras nacionais da esquerda petista. Encontramos em “estado nascente” o jovem lavajatista ainda se preparando intelectualmente para sua odisseia jurídica contra a “corrupção” de esquerda.

Sociologicamente, percebemos a importância do catolicismo nesse meio, a tensão entre o capital econômico e o escolar, sem esquecer que, a partir dessa fração, a força da renda familiar declarada se faz sentir com mais força, ou seja, tende a contribuir para a constituição de *habitus* mais conservador que reverbera na percepção econômica e não punitiva e/ou moral.

Por outro lado, descobrimos que o aglomerado superior, notabilizado pelo percentual extraordinário de não-respostas, pertence ao curso de enfermagem. Curso este caracterizado pelos mais baixos índices de capital econômico, escolar e cultural, o que determinou, especialmente entre as mulheres, que chegam a quase 80% na composição do curso, a ausência do sentimento de competência estatutária, necessário às tomadas de posição política sobre a política. Nesse caso, também, a modalidade suplementar “curso de enfermagem”, como o(a) leitor(a) pode ver, não se apresentou novamente no eixo, o que nos fez remeter, mais uma vez, ao gráfico elaborado apenas com as modalidades “cursos”.

Enfim, encontramos a posição de enfermagem que, no geral, se apresenta, inclusive, como curso de centro, quando observamos sua posição no plano cartesiano - literalmente, entre as modalidades ativas autoritárias que se ligam intensamente aos cursos de exatas e as progressistas, vinculadas a jornalismo. Todavia, o(a) leitor(a) já deve ter notado a ausência de outro curso.

5.4. A ÚLTIMA AUSÊNCIA NOS EIXOS

Diante de tudo isso, ainda falta um curso em especial, odontologia. Para resolver esse impasse, projetamos, novamente, as modalidades “cursos” sobre o plano cartesiano, e descobrimos que odontologia é, por excelência, um curso politicamente de centro-direita. O que fica evidente quando comparamos os dois gráficos - a imagem da projeção do curso e a das modalidades ativas e suplementares -, pois o que salta aos olhos é que o curso em questão ocupa a centro-direita do plano, se aproximando, em especial, dos cursos de engenharia, administração e enfermagem¹⁸⁰. Ou seja, apesar de não defender com a mesma intensidade a posição dos dois outros cursos (de exatas), odontologia apresenta posições tendencialmente conservadoras e/ou autoritárias. Vale acrescentar que o curso ainda se destaca por suas posições liberais em termos econômicos, o que demonstra, mais uma vez, que a partir de direito existe maior peso da dimensão econômica sobre as visões de mundo e as tomadas de posição dos agentes.

Observando odontologia à luz das tabelas binárias e articulando tais dados ao que apreendemos na ACM, é nítida a posição autoritária do curso, porém, trata-se de um tipo de autoritarismo menos intenso que a dupla de exatas, pois se apresenta como menos punitivo em

¹⁸⁰ Mais uma vez: a gráfico com a projeção da modalidade suplementar “cursos” se encontra no presente capítulo, na seção 5.2.5. “Projeção do curso de administração sobre o eixo 1”.

modalidades como a avaliação da PM e a defesa do armamento da população – percepções extremamente significativas e, diríamos, fundantes das visões de engenharia e administração. Para termos uma ideia mais exata sobre seu autoritarismo mediano, basta lembrarmos que ocupa o 4º lugar em termos de apoio ao então governo Bolsonaro¹⁸¹; ao mesmo tempo, ocupa a mesma posição para a justiça popular e pena de morte e/ou prisão perpétua.

Os dados apontam que o punitivismo não pode ser considerado aspecto caracterizador de odontologia; ao contrário, percebemos que a dimensão o singularizá-lo é o alto grau de defesa do liberalismo, como é o caso da reforma da previdência, que fica em 3º lugar na amostra, e do corte na educação, que perde apenas para administração. A exemplo da fração de direito apresentada no eixo 2, odontologia se apresenta como curso prioritariamente liberal em termos econômicos. O que demonstra a força da correlação positiva entre alto capital econômico e percepções liberais dos agentes. Em contrapartida, é possível perceber que o curso apresenta traços de progressismo moral, pois se posiciona, por exemplo, a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, estamos diante de um curso de centro-direita que se singulariza por posições mais conservadoras que autoritárias, cujo conteúdo e tomadas de posição se cristalizam, especialmente, em torno do liberalismo econômico e de certa abertura a questões morais e forte individualismo, o que pode ser observado, por exemplo, nas leituras de livros de autoajuda.

No entanto, há outro elemento que nos surpreende: se o/a leitor/a observar os gráficos sobre a modalidade “cursos” e “nível econômico”, irá notar que, a despeito de ser o curso economicamente mais privilegiado de nossa amostragem, ele apresenta - ainda - 55,7% de seus respondentes pertencendo à faixa de até 4 SM (22,7% até 2 SM e 33% de 2 a 4 SM). Ou seja, apesar de ser o grupo de maior capital econômico, não podemos esquecer que mais de 50% de seus discentes são oriundos de estratos relativamente baixos. A isso, acrescentamos que 62,2%

¹⁸¹ As tabelas sobre cursos versus 14 modalidades de respostas (tipo de presidente, voto no 2º turno, entre outras) que revelam as tendências autoritárias, conservadoras e progressistas, o(a) leitor(a) pode consultá-las no apêndice do capítulo 6. Vale enfatizar que tais tabelas não se referem mais à questão identitária (gênero, raça, religião, entre outras), por exemplo, gênero versus tipo de presidente, raça versus avaliação do governo Bolsonaro, religião versus prisão perpétua e/ou pena de morte. Ao contrário, na medida em que tais cruzamentos já foram analisados com vistas à construção de nosso índice de autoritarismo, assim como as tabelas que dizem respeito a práticas sociais ou lazer, por exemplo (cursos versus redes sociais, interação com literatura, estilos musicais, entre outras), as novas tabelas informam como cada curso (odontologia, administração, enfermagem, entre outros) se posiciona diante de tais temas (políticos, morais, sociais e econômicos), ou seja, são a resultante última do que vimos discutindo desde o capítulo 4 e, ao longo do presente capítulo, estamos constantemente relacionando-as aos dados apresentados pela ACM e da Análise de Correspondência Hierárquica (ACH), no próximo.

são constituídos por mulheres; em suma, estamos diante de um curso cuja metade das respondentes são quase tão destituídas quanto as discentes de enfermagem, o que aponta para o fato de que essa fração tende, também, a apresentar, em menor intensidade, alto percentual de não-respostas – na verdade, o segundo maior.

Defendemos que é justamente essa somatória entre as duas frações femininas dos dois cursos – caracterizadas pelo baixo capital econômico, cultural e escolar – que está na base da explicitação de um percentual tão intenso de não-respostas. O que expõe a relação entre gênero e baixo capital econômico e escolar/cultural como fatores determinantes desse fato social, expondo-as, com menor intensidade, é certo, aos constrangimentos a que são expostas as alunas de enfermagem cujos efeitos tendem a gerar a incompetência estatutária, já analisada, que contribui para o desapetrechamento cognitivo das respondentes, especialmente, em questões de caráter mais político, ao qual se soma, entre outros fatores, a ausência de autoconfiança desse grupo. Repete-se, portanto, aqui, com menor intensidade, a violência simbólica (Bourdieu, 1992) exercida sobre as alunas de enfermagem.

Agora, iremos elaborar e analisar os dados obtidos pelo uso da Análise de Correspondência Hierárquica (ACH) para complementar o material oferecido pelo recurso à ACM, na medida em que os dois métodos apresentam resultados que podem ser correlacionados. E, portanto, adensam as possibilidades analíticas vinculadas ao entendimento do sistema de percepção e apreciação dos grupos sociais em estudo.

6. ANÁLISE DE CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA (ACH) E CAMPOS SEMÂNTICOS

A ACM pode ser complementada por meio do uso de Análise de Classificação Hierárquica (ACH), que apresenta uma série de vantagens. A ACH permite, em especial, ultrapassar alguns dos limites do uso exclusivo da ACM como a compressão e a deformação de dados (Bertoncelo, 2016b; Pereira, 2016). Os *clusters* se caracterizam por reduzir, de um lado, a variância intraclasse e, de outro, aumentar a variância interclasse, construindo grupos de indivíduos mais homogêneos entre si em relação aos indivíduos de outros grupos (Cardozo, 2019; Vieira, 2012), “tratando-se de um instrumento útil para a construção de tipologias à moda weberiana” (Klüger, 2018, p. 91). Portanto, consegue-se maior homogeneidade interna entre tais grupos, adensando suas diferenças em relação ao restante da amostra. “De todo modo, com

a aplicação da Análise de Cluster, é possível circunscrever também esses agentes em polos que condensem com maior significância sociológica suas propriedades sociais” (Vieira, 2021, p. 38). As elipses resultantes desse processo representam os caracteres constitutivos dos *clusters*, sendo mais concentradas quanto maior a proximidade entre os agentes (Klüger, 2018). Saliente-se que a decisão sobre o número deles deve levar em conta a análise do dendograma com o objetivo “de garantir a maior homogeneidade interna a cada cluster e maior heterogeneidade entre eles” (Bertoncello, 2016a, p. 17). Observe-se a seguir a tabela referente ao 1º *cluster* (variáveis ativas):

Tabela ACH 1 – 1º cluster variáveis ativas sobrerrepresentadas e sub-representadas

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 1/3 (Count = 162 Percentage = 42.408)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of mode in	Count of the	Count of the
P53r	JB-	99.99	87.65	50	74.35	0.0000	22.273	142	191
P54r	execMar-	99.99	78.40	42.67	77.91	0.0000	16.364	127	163
P60r	priLula-	99.99	69.75	35.60	83.09	0.0000	10.455	113	136
P32brf	esquer/Had	11.88	62.35	30.37	87.07	0.0000	6.818	101	116
P51r	armpop-	11.58	91.98	59.69	65.35	0.0000	35.909	149	228
P47r	movisoc-	11.57	91.98	59.69	66.22	0.0000	34.091	147	222
P59r	depDilgolpe+	10.87	80.25	48.43	70.27	0.0000	25	130	185
P50r	reforprev+	9.66	88.27	60.99	61.37	0.0000	40.909	143	233
P45r	valorestrad-	9.23	53.70	28.80	79.09	0.0000	10.455	87	110
P43r	CadeiaM-	9.15	62.35	36.13	73.19	0.0000	16.818	101	138
P38r	uniogay+	8.88	91.36	67.54	57.36	0.0000	50	148	258
P55r	corteduc-	8.63	96.91	76.70	53.58	0.0000	61.818	157	293
P32arf	centro	8.62	43.21	21.99	83.33	0.0000	6.364	70	94
P52r	lestrab+	8.50	69.14	43.98	66.67	0.0000	25.455	112	168
P35r	presassist+	7.81	48.77	27.75	74.53	0.0000	12.273	79	106
P56r	publMoreProc+	7.66	80.25	57.85	58.82	0.0000	41.364	130	221
P58r	sind-	7.27	83.95	63.35	56.20	0.0000	48.182	136	242
P49r	errosL-	7.08	77.16	56.28	58.14	0.0000	40.909	125	215
P44r	penamorte-	6.94	41.36	23.56	74.44	0.0000	10.455	67	90
P48r	insprof-	6.75	52.47	33.25	66.93	0.0000	19.091	85	127
P46r	cotas+	6.44	87.04	69.63	53.01	0.0000	56.818	141	266
P42r	JP-	6.34	64.81	45.81	60	0.0000	31.818	105	175
P32arf	esq	6.13	25.93	13.35	82.35	0.0000	4.091	42	51
P34ar	discutep+	5.82	71.80	54.19	56.04	0.0000	41.364	116	207
P36r	+programassociais	5.68	81.48	65.45	52.80	0.0000	53.636	132	250
P41r	PM-	5.56	39.51	24.87	67.37	0.0000	14.091	64	95
P40r	PMinst-	5.53	22.22	11.52	81.82	0.0000	3.636	36	44
P37r	+aceitaçofilhogay	4.60	92.59	82.20	47.77	0.0000	74.545	150	314
P34brT	dispolcafr+	3.01	42.59	33.77	53.49	0.0013	27.273	69	129
P57r	Missing	2.85	17.28	11.52	63.64	0.0022	7.273	28	44
P32brf	absten	2.14	25.31	19.90	53.95	0.0163	15.909	41	76

P32brf	nsabe/nquisresp	-2.37	6.79	11.52	25	0.0089	15	11	44
P40r	PMinst+	-2.40	69.75	76.18	38.83	0.0082	80.909	113	291
P41r	Missing	-2.42	12.96	18.85	28.17	0.0077	23.182	21	72
P37r	Missing	-2.50	7.41	12.57	25	0.0061	16.364	12	48
P35r	pres.nresp	-2.74	3.70	8.38	18.75	0.0031	11.818	6	32
P52r	Missing	-2.76	8.64	14.66	25	0.0029	19.091	14	56
P58r	sind-	-2.90	3.09	7.85	16.67	0.0019	11.364	5	30
P50r	Missing	-2.95	0.62	4.19	6.25	0.0016	6.818	1	16
P48r	insprof+	-3.09	44.44	53.93	34.95	0.0010	60.909	72	206
P46r	cotas.nresp	-3.21	2.47	7.59	13.79	0.0007	11.364	4	29
P45r	Missing	-3.42	1.85	7.07	11.11	0.0003	10.909	3	27
P36r	-programassociais	-3.50	8.64	16.49	22.22	0.0002	22.273	14	63
P36r	Missing	-3.52	9.88	18.06	23.19	0.0002	24.091	16	69
P49r	errosL+	-3.72	13.58	23.04	25	0.0001	30	22	88
P56r	Missing	-3.91	8.64	17.54	20.90	0.0000	24.091	14	67
P34brT	dispolcafr-	-4.04	11.73	21.73	22.89	0.0000	29.091	19	83
P42r	JP+	-4.07	22.84	34.55	28.03	0.0000	43.182	37	132
P35r	presautefic+	-4.21	33.33	46.07	30.68	0.0000	55.455	54	176
P37r	-aceitaçofilhogay	-4.24	0	5.24	0	0.0000	9.091	0	20
P49r	errosL.nresp	-4.39	8.64	18.85	19.44	0.0000	26.364	14	72
P46r	cotas-	-4.86	8.64	20.16	18.18	0.0000	28.636	14	77
P59r	depDilgolpe-	-4.86	17.90	31.41	24.17	0.0000	41.364	29	120
P48r	insprof.nresp	-4.87	1.23	9.16	5.71	0.0000	15	2	35
P50r	reforprev.nresp	-5.00	6.79	18.06	15.94	0.0000	26.364	11	69
P41r	nsabe/nquisresp	-5.11	0	7.07	0	0.0000	12.273	0	27
P55r	nsabe/nquisresp	-5.16	0.62	8.64	3.03	0.0000	14.545	1	33
P34ar	discutep-	-5.30	28.40	44.24	27.22	0.0000	55.909	46	169
P56r	publMoreProc-	-5.31	11.11	24.61	19.15	0.0000	34.545	18	94
P44r	penamorte/perp+	-5.35	54.94	69.90	33.33	0.0000	80.909	89	267
P53r	JB+	-5.57	9.88	23.82	17.58	0.0000	34.091	16	91
P58r	sind.nresp	-5.66	10.49	24.87	17.89	0.0000	35.455	17	95
P60r	priLula.nresp	-5.66	4.94	17.28	12.12	0.0000	26.364	8	86
P50r	reforprev+	-5.81	4.32	16.75	10.94	0.0000	25.909	7	64
P55r	corteduc+	-6.11	1.23	12.30	4.26	0.0000	20.455	2	47
P47r	movisoc.nresp	-6.45	4.32	18.59	9.86	0.0000	29.091	7	71
P52r	lestrab-	-6.53	22.22	41.36	22.78	0.0000	55.455	36	158
P54r	execMar+	-6.61	10.49	27.75	16.04	0.0000	40.455	17	106
P54r	execMar.nresp	-6.71	9.26	26.44	14.85	0.0000	39.091	15	101
P45r	valorestrad+	-6.80	44.44	64.14	28.39	0.0000	78.636	72	245
P47r	movisoc-	-7.55	3.70	20.94	7.50	0.0000	33.636	6	80
P60r	priLula+	-7.78	18.52	41.10	19.11	0.0000	57.727	30	157
P59r	depDilgolpe.nresp	-8.29	0.62	17.54	1.49	0.0000	30	1	67
P38r	uniogay-	-8.49	8.02	30.37	11.21	0.0000	46.818	13	116
P43r	CadeiaM+	-8.74	36.42	61.78	25	0.0000	80.455	59	236
P53r	JB+	-9.61	1.23	23.04	2.27	0.0000	39.091	2	88
P32arf	direit	-10.93	8.02	38.22	8.90	0.0000	60.455	13	146
P51r	armpop+	-11.28	6.79	37.70	7.64	0.0000	60.455	11	144
P32brf	direit/Bol	-99.99	3.09	34.55	3.79	0.0000	57.727	5	132

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O 1º cluster das variáveis ativas representa 162 respondentes, o que corresponde a 42,4% de toda a amostra. As barras azuis respondem pelas categorias sobrerrepresentadas, aquelas que contam com maior incidência no interior desse grupo em relação ao restante da amostra, o que lhe proporciona algo essencial: maior homogeneidade sociológica. Percebemos, aqui, grande concentração, especialmente, nas três primeiras modalidades que se caracterizam

pela avaliação negativa de Jair Bolsonaro e pela posição contrária tanto à execução de Marielle Franco quanto à prisão de Lula da Silva. O cluster ainda se caracteriza por modalidades representativas do voto à esquerda/Haddad no 2º turno das penúltimas eleições, e em candidatos de centro-esquerda, no 1º turno. São críticos do armamento da população e favoráveis a movimentos sociais em geral; defendem que a destituição de Dilma Rousseff, considerada golpe, objetivava retirar a centro-esquerda do poder. O grupo ainda é contrário às reformas liberais do Estado, em especial, as da previdência, educação e trabalhista, não aceitando a suposta inversão de valores tradicionais; ainda se posiciona contrariamente à redução da maioria penal, sendo, por outro lado, favorável à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Ademais, defende tanto presidente assistencialista quanto sindicatos, opondo-se à pena de morte e à prisão perpétua. Críticos à Lava-jato, tais respondentes são favoráveis a que os erros cometidos pela operação não sejam perdoados sob o argumento do combate à corrupção; ao contrário, defendem a divulgação do conteúdo das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-jato. As modalidades ainda são representativas da defesa das cotas e críticas à percepção de que o insucesso profissional deve ser explicado apenas pelo suposto fracasso do indivíduo. O cluster ainda apresenta modalidades representativas da crítica ao justicamento popular, ao uso de violência por parte da PM ao mesmo tempo em que se critica a polícia militar, questionando, no limite, sua própria existência. Defendem programas sociais, em geral; além de aceitarem filhos/as homossexuais. Além do mais, destacam-se por discutir política tanto em casa, com amigos, na faculdade e nas redes sociais. Por fim, alguns se abstiveram de informar seu voto no 2º turno, ao passo que o tema da corrupção, nesse cluster, foi praticamente desconsiderado, aparecendo como *missings*.

Já as barras em laranjas respondem pelas modalidades sub-representadas, aquelas que aparecem muito menos no presente cluster do que no restante da amostra, contribuindo para lhe conferir – a exemplo das sobrerrepresentadas, mas ao inverso – homogeneidade sociológica. Dentro desse padrão, apenas uma pequena parte dos discentes, no presente grupo, tem apreciação positiva pela PM, é contrária a sindicatos, movimentos sociais e às cotas. São raros os que culpam o indivíduo pelo insucesso profissional e defendem que os erros da Lava-jato devem ser perdoados sob o argumento de que se trata da maior operação de combate à corrupção do país. Poucos são aqueles favoráveis ao justicamento popular e que defendem presidente autoritário e/ou técnico; ainda são raros o que não aceitam filho/a homossexual, apoiam a deposição de Dilma Rousseff, sendo contrários à divulgação das conversas do então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-jato. São ainda sub-representados, ou seja, muito poucos, os

respondentes a favor da pena de morte e/ou prisão perpétua, que avaliam o governo de Jair Bolsonaro como regular ou positivo, defendem reforma da previdência, educação e trabalhista, são favoráveis à execução de Marielle Franco, defendem que os valores tradicionais estão invertidos, sendo contrários a movimentos sociais em geral, favoráveis à prisão de Lula da Silva, contra a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a favor da redução da maioria penal e do armamento da população. São muito poucos aqueles que votaram na direita e na extrema-direita, no 1º e 2º turnos; por fim, têm mínima representação no presente cluster aqueles que não gostam de discutir política e não a discutem em casa, com amigos, na faculdade e nas redes sociais.

Ainda dentro do universo das modalidades ativas sub-representadas, são raros aqueles que não responderam sobre justificação popular, voto no 2º turno, tipo de presidente, cotas, erros da Lava-jato, insucesso profissional, reforma da previdência, uso de violência pela PM, cortes na educação, sindicatos, movimentos sociais em geral, execução de Marielle Franco e deposição de Dilma Rousseff. Em outras palavras, são percentualmente mínimos os que não se posicionaram politicamente diante de questões que requerem posicionamentos e apreciações políticas. Para finalizar, são ainda raras as modalidades representativas de *missing* para uso da violência pela PM, aceitação ou não de filho(a) homossexual, leis trabalhistas, reforma da previdência, valores tradicionais, programas sociais e conversas entre Sérgio Moro e procuradores da Lava-jato.

O que percebemos, nitidamente, é a constituição de um cluster, um grupo social, que se caracteriza por tomadas de posição à esquerda; mas, no caso, ainda mais concentradas do que a composição expressa pela ACM. Aliás, não podemos nos esquecer que a ACH se define por adensar as relações de identidade entre posições que, política, moral e culturalmente se apresentam como semelhantes. É justamente essa lógica de forte condensação que permite com que o método expresse tamanha homogeneidade no *habitus* dos agentes sociais, atravessados por visões de mundo similares. O outro lado da moeda consiste, por sua vez, em que são pouquíssimos os agentes sociais que se singularizam por tomadas de posição à direita, como demonstramos pela exposição das modalidades denominadas sub-representadas. Por tudo isso, a ACH permite com que coloquemos uma espécie de lente de aumento sobre as similaridades de *habitus* constitutivas do grupo social, o cluster em questão, adensando sua caracterização política, moral e cultural. Agora, é necessário analisarmos as modalidades suplementares:

Tabela ACH 2 - 1º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-representadas

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 1/3 (Count = 162 Percentage = 42,408)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of model in	Count of the	Count of the
P2curso	Jornalismo	5.86	24.69	12.83	81.63	0.0000	4.091	40	49
P29m	"Não"	3.88	79.01	68.06	49.23	0.0001	60	128	260
P21f.redes	"todos os dias"	3.72	83.95	74.08	48.06	0.0001	66.818	136	283
PRECATjornais	conservador/direita	3.69	54.94	43.72	53.29	0.0001	35.455	89	167
P26a.lepolitica	Sim	3.67	44.44	33.77	55.81	0.0001	25.909	72	129
P21b.musica	"todos os dias"	3.39	58.02	47.64	51.65	0.0004	40	94	182
P29c	"Sim"	3.06	53.09	43.72	51.50	0.0011	36.818	86	167
P28d	"Sim"	2.86	23.46	16.75	59.38	0.0021	11.818	38	64
P21a.TV	Nunca	2.70	16.05	10.73	63.41	0.0035	6.818	26	41
P29b	"Sim"	2.66	48.15	40.05	50.98	0.0039	34.091	78	153
ReligiãoRecat	Não sabe/não respondeu	2.56	20.99	15.18	58.62	0.0053	10.909	34	58
P23brRECATYOUT	polE/Fem/anti-R/LGBT	2.55	4.94	2.36	88.89	0.0054	0.455	8	9
P30a.relig	Não	2.55	20.37	14.66	58.93	0.0054	10.455	33	56
P29e	"Sim"	2.54	47.53	39.79	50.66	0.0055	34.091	77	152
P29k	"Sim"	2.43	34.57	27.75	52.83	0.0075	22.727	56	106
P18a	Sim	2.36	47.53	40.31	50	0.0091	35	77	154
P31a	Não	2.21	37.04	30.63	51.28	0.0134	25.909	60	117
P28g	"Sim"	2.17	26.54	20.94	53.75	0.0149	16.818	43	80
P21c	"3 ou 4 vezes"	2.15	20.99	15.97	55.74	0.0159	12.273	34	61
P9	Parda	2.14	35.19	29.06	51.35	0.0160	24.545	57	111
P23a	Sim	2.09	56.79	50.26	47.92	0.0184	45.455	92	192
P23brRECATYOUT	variedades	2.07	40.74	34.55	50	0.0193	30	66	132
P31b	Entre 1 vez por mês ou a c...	2.06	16.67	12.30	57.45	0.0197	9.091	27	47
P28b	"Sim"	2.02	34.57	28.80	50.91	0.0218	24.545	56	110
P7	1 a 3 empregos	1.96	68.52	62.57	46.44	0.0249	58.182	111	239
P11b	Missing	-2.15	1.23	3.93	13.33	0.0159	5.909	2	15
P6	Mais de 7 anos	-2.15	13.58	18.85	30.56	0.0158	22.727	22	72
P18a	Não	-2.18	52.47	59.16	37.61	0.0147	64.091	85	226
P29k	"Não"	-2.22	65.43	71.73	38.69	0.0131	76.364	106	274
P23brRECATYOUT	Missing	-2.23	47.53	54.45	37.02	0.0130	59.545	77	208
P16renda	Missing	-2.27	0	2.09	0	0.0115	3.636	0	8
P30a.relig	Sim	-2.29	78.40	83.77	39.69	0.0109	87.727	127	320
P29e	"Não"	-2.36	52.47	59.69	37.28	0.0091	65	85	228
P21d.livrondiat	Missing	-2.37	2.47	6.02	17.39	0.0089	8.636	4	23
P9	Branca	-2.44	43.21	50.79	36.08	0.0073	56.364	70	194
P21f.redes	"5 ou 6 vezes"	-2.47	3.70	7.85	20	0.0068	10.909	6	30
P29b	"Não"	-2.48	51.85	59.42	37.00	0.0066	65	84	227
P21a.TV	Missing	-2.49	1.23	4.45	11.76	0.0064	6.818	2	17
P28d	"Não"	-2.59	76.54	82.72	39.24	0.0048	87.273	124	316
P29c	"Não"	-2.88	46.91	55.76	35.68	0.0020	62.273	76	213
ProfRespFemRecat	Missing	-3.16	3.09	8.38	15.62	0.0008	12.273	5	32
ReligiãoRecat	Protest/Evang/cristão/T.Je...	-3.38	16.67	25.65	27.55	0.0004	32.273	27	98
P26a.lepolitica	Não	-3.63	53.70	64.40	35.37	0.0001	72.273	87	246
P29m	"Sim"	-3.70	20.99	31.41	28.33	0.0001	39.091	34	120
P2curso	Engenharia Civil	-4.40	8.02	18.06	18.84	0.0000	25.455	13	69
PRECATjornais	Missing	-4.41	31.48	44.76	29.82	0.0000	54.545	51	171

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quanto às suplementares, caracterizadas por apresentarem dados socioeconômicos sobre os respondentes¹⁸², a segunda tabela apresenta, nas barras azuis, as modalidades sobrerrepresentadas, aquelas cuja incidência é muito mais intensa no interior do presente grupo do que no restante da amostra (estamos diante da mesma lógica anterior). As categorias mais sobrerrepresentadas são as que se referem ao curso de jornalismo, contando com financiamento estudantil; à raça dos respondentes, pardos; ao número de empregos (oscilando

¹⁸² Aqui, naturalmente, elas permitem instigantes comparações com as apresentações elaboradas anteriormente (tabelas binárias e ACM), corroborando o desenho sociológico elaborado, fato que nos permite, mais uma vez, correlacionarmos as tomadas de posição política, moral e cultural dos agentes com a sua dimensão propriamente socioeconômica e seus caracteres identitários. Na prática sociológica isso representa a utilização de três métodos cujos resultados podem (e devem) corroborar uns aos outros. Ademais, contribuem para a aplicação do pensamento relacional e reflexivo (Bourdieu, 1980; Carlotto, 2018), lançando mão tanto das tipologias, que expressam a constante batalha pelas classificações e pela autorreflexividade sobre os instrumentos de pensamento usados, cuja definição implica na própria construção do objeto; quanto na topologia, que nos auxilia, e isso é fundamental, no desenho, apreensão e análise das disputas sociais entre os diferentes grupos.

na faixa de 1 a 3); à religiosidade, pois oscilam entre a não-resposta e a ausência de religião¹⁸³, permeada – quando existe –, por média interação religiosa. Aqueles que seguem variedades e conteúdos políticos de esquerda, temas feministas, contrários ao racismo e LGBTQIA+ no Youtube são também sobrerrepresentados; ademais, ainda fazem parte dessa categoria os que não assistem à TV e apresentam intensa leitura de jornais (de 3 a 4 vezes por semana), sobretudo conservadores e de direita¹⁸⁴, e acessam as redes sociais todos os dias com intensa leitura, em geral, de temas políticos. Quanto às práticas sociais e de lazer, o presente cluster se caracteriza por forte interação musical (escutam música todos os dias), oscilando entre estilos musicais “legítimos” (MPB, clássica e Pop) e estilos mais populares (reggae e funk), com uma exclusão significativa – não escutam Gospel¹⁸⁵. Acrescente-se a isso a intensa leitura de livros biográficos e de aventuras.

No que diz respeito às suplementares com sub-representação, encarnadas nas barras laranjas; aparecem poucas vezes, em relação ao restante da amostra, aqueles que têm carteira assinada há sete anos, que não contam com financiamento estudantil, que professam algum tipo de religião ou que são protestantes evangélicos, que se caracterizam por serem brancos ou que pertencem ao curso de engenharia civil. São raros ainda aqueles que acessam as redes de 5 a 6 vezes (como se viu entre as modalidades sobrerrepresentadas, o acesso às redes é diário) ou que não leem conteúdos de política. Quanto ao estilo musical, poucos são os que não escutam

¹⁸³ Como já discutido, os estudantes do curso de jornalismo se caracterizam por serem aqueles que menos professam credo religioso entre toda a amostragem, ou seja, trata-se do grupo social que apresenta mais predisposição (e ação) para ruptura com matrizes religiosas e/ou significativo afastamento.

¹⁸⁴ Aqui, não há como fugir: como destacamos, a alta concentração monopolística das empresas jornalísticas praticamente erradicou o pluralismo midiático de forma que, mesmo estudantes à esquerda, acabam interagindo com jornais conservadores (quando observamos o processo do ponto de vista do tipo de mídia - tradicionais ou novas. Por outro lado, também como já indicamos, essa tendência quase sempre é rompida quando os respondentes interagem com novas modalidades midiáticas que permitem maior grau de pluralismo como é o caso das redes sociais. Para finalizar, não aceitamos o termo “consumo” (ex.: os jovens tendem a consumir mais jornais conservadores), pois o termo “consumir”, no nosso entendimento, não dá conta dos complexos mecanismos inerentes ao ato da recepção que, grosso modo, permitem variadas formas de leitura desde a, tendencialmente, acrítica – que pode aceitar o conteúdo da mensagem –, passando pela crítica, que negocia sentidos, até a radical, que nega qualquer tipo de credibilidade à mensagem (Hall, 2006).

¹⁸⁵ Discutimos tal dado anteriormente: o lazer desse grupo tende a oferecer barreiras à sua colonização pela esfera religiosa, fato que, ao contrário, não acontece no caso de enfermagem, administração e engenharia. Em cursos como esses, lazer e religião tendem a se fundir, pois a esfera religiosa atinge, mediante a prática concreta do gosto, a esfera do lazer, o que os torna muito mais infensos à força da matriz religiosa. Em outras palavras, a intensidade da mediação religiosa é extremamente significativa por atuar em diferentes e conexas esferas sociais.

reggae, pop ou MPB – ou, ao contrário, raros são os que escutam pagode e ainda mais raros aqueles que consomem Gospel.

Com relação ao tipo de literatura, poucos são os discentes que não leem biografias. Dentro desse grupo das sub-representações, algumas modalidades se caracterizaram pelos *missings*, especialmente, de tipos de conteúdo consumido no Youtube, grau de escolaridade e ocupação da representante feminina, renda, livro não-didático, TV e tipo de jornais lidos. Portanto, expressam a dimensão material mais rarefeita no cluster e as práticas sociais praticamente não praticadas. Vale aqui o que refletimos anteriormente acerca da lógica de condensação da ACH: os caracteres sociológicos semelhantes tendem a se concentrar em certas modalidades, expondo, ainda com maior nitidez, a força das condições materiais de existência na base do grupo em questão, caracteres que corroboram – e esse ponto nos parece essencial – os dados obtidos tanto na análise das tabelas binárias quanto nas modalidades suplementares da ACM, de forma que os métodos corroboram uns ao outros. Tendo em vista os dados expressos na ACH, até agora, delineamos cluster que, de forma mais condensada (que a ACM), é constituído por discentes de jornalismo, sobretudo não-brancos, com pouca experiência no mercado e que fazem uso de financiamento público. Ademais, apresentam percepções à esquerda, defesa do papel inclusivo de políticas públicas e são contra a resolução de conflitos sociais mediante a aplicação de métodos violentos. Quais os outros grupos sociais detectados? Que caracteres são os mais adensados pela ACH?

Abaixo, o segundo *cluster*:

Tabela ACH 3 – 2º cluster variáveis ativas sobrerrepresentadas e sub-representadas

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 2/3 (Count = 88 Percentage = 23.037)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of mod in	Count of the	Count of the
P60r	priLula.nresp	10.50	57.95	17.28	77.27	0.0000	5.102	51	66
P59r	depDilgolpe.nresp	10.38	57.95	17.54	76.12	0.0000	5.442	51	67
P54r	execMar.nrespos	9.28	67.05	26.44	58.42	0.0000	14.286	59	101
P50r	reforprev.nresp	8.68	52.27	18.06	66.67	0.0000	7.823	46	69
P58r	sind.nresp	8.45	61.36	24.87	56.84	0.0000	13.946	54	95
P49r	errosLJ.nresp	8.08	51.14	18.85	62.50	0.0000	9.184	45	72
P41r	nsabe/nquisresp	7.90	28.41	7.07	92.59	0.0000	0.68	25	27
P34ar	discutep-	7.33	78.41	44.24	40.83	0.0000	34.014	69	169
P55r	nsabe/nquisresp	7.01	29.55	8.64	78.79	0.0000	2.381	26	33
P52r	Missing	6.85	39.77	14.66	62.50	0.0000	7.143	35	56
P48r	insuprof.nresp	6.66	29.55	9.16	74.29	0.0000	3.061	26	35
P45r	Missing	6.54	25	7.07	81.48	0.0000	1.701	22	27
P47r	movsoc.nresp	6.48	44.32	18.59	54.93	0.0000	10.884	39	71
P35r	pres.nresp	6.40	27.27	8.38	75	0.0000	2.721	24	32
P56r	Missing	6.29	42.05	17.54	55.22	0.0000	10.204	37	67
P42r	JP.nresp	6.19	31.82	11.26	65.12	0.0000	5.102	28	43
P34brT	dispolcafr-	5.70	45.45	21.73	48.19	0.0000	14.626	40	83
P46r	cotas.nresp	4.94	21.59	7.59	65.52	0.0000	3.401	19	29
P40r	PMinst.nresp	4.86	22.73	8.38	62.50	0.0000	4.082	20	32
P32brf	nsabe/nquisresp	4.71	27.27	11.52	54.55	0.0000	6.803	24	44
P36r	Missing	4.38	35.23	18.06	44.93	0.0000	12.925	31	69
P44r	Missing	4.36	18.18	6.54	64	0.0000	3.061	16	25
P37r	Missing	3.94	26.14	12.57	47.92	0.0000	8.503	23	48
P32arf	nsabe/nquisresp	3.69	22.73	10.73	48.78	0.0001	7.143	20	41
P53r	Missing	3.61	10.23	3.14	75	0.0002	1.02	9	12
P38r	Missing	3.56	7.95	2.09	87.50	0.0002	0.34	7	8
P50r	Missing	3.23	11.36	4.19	62.50	0.0006	2.041	10	16
P47r	Missing	3.21	7.95	2.36	77.78	0.0007	0.68	7	9
P51r	Missing	2.91	7.95	2.62	70	0.0018	1.02	7	10
P43r	Missing	2.82	6.82	2.09	75	0.0024	0.68	6	8
P53r	JB=	2.65	35.23	23.82	34.07	0.0040	20.408	31	91
P32arf	absten	2.33	21.59	13.35	37.25	0.0100	10.884	19	51
P59r	Missing	2.26	6.82	2.62	60	0.0120	1.361	6	10
P32brf	Missing	2.00	7.95	3.66	50	0.0228	2.381	7	14
P32brf	Missing	2.00	7.95	3.66	50	0.0228	2.381	7	14
P52r	leistrab-	-1.96	31.82	41.36	17.72	0.0248	44.218	28	158
P35r	presautefic+	-1.97	36.36	46.07	18.18	0.0245	48.98	32	176
P36r	-programassociais	-2.04	9.09	16.49	12.70	0.0205	18.707	8	63
P32brf	direit/Bol	-2.05	25	34.55	16.67	0.0203	37.415	22	132
P36r	+programassociais	-2.05	55.68	65.45	19.60	0.0202	68.367	49	250
P32arf	centro	-2.39	12.50	21.99	13.10	0.0085	24.83	11	84
P41r	PM-	-2.43	14.77	24.87	13.68	0.0075	27.891	13	95
P55r	corteduc+	-2.51	4.55	12.30	8.51	0.0061	14.626	4	47
P53r	JB+	-2.63	12.50	23.04	12.50	0.0042	26.19	11	88
P43r	CadeiaM-	-2.65	23.86	36.13	15.22	0.0040	39.796	21	138
P42r	JP-	-2.91	31.82	45.81	16	0.0018	50	28	175
P40r	PMinst+	-2.92	63.64	76.18	19.24	0.0017	79.932	56	291
P46r	cotas+	-3.05	55.68	69.63	18.42	0.0011	73.81	49	266
P35r	presassist+	-3.08	14.77	27.75	12.26	0.0010	31.633	13	106
P52r	leistrab+	-3.28	28.41	43.98	14.88	0.0005	48.639	25	168
P37r	+aceitaçãofilhogay	-3.30	69.32	82.20	19.43	0.0005	86.054	61	314
P47r	movisoc+	-3.34	42.05	58.12	16.67	0.0004	62.925	37	222
P60r	priLula+	-3.44	25	41.10	14.01	0.0003	45.918	22	157
P56r	publMoroProc+	-3.53	40.91	57.85	16.29	0.0002	62.925	36	221
P49r	errosLJ+	-3.62	9.09	23.04	9.09	0.0001	27.211	8	88
P32brf	esquer/Had	-3.65	14.77	30.37	11.21	0.0001	35.034	13	116
P48r	insprof-	-3.68	17.05	33.25	11.81	0.0001	38.095	15	127
P55r	corteduc-	-3.88	60.23	76.70	18.09	0.0001	81.633	53	293
P44r	penamorte-	-4.08	7.95	23.56	7.78	0.0000	28.231	7	90
P50r	reforprev+	-4.09	3.41	16.75	4.69	0.0000	20.748	3	64
P47r	movisoc-	-4.23	5.68	20.94	6.25	0.0000	25.51	5	60
P49r	errosLJ-	-4.91	32.95	56.28	13.49	0.0000	63.265	29	215
P59r	depDilgolpe+	-4.98	25	48.43	11.89	0.0000	55.442	22	185
P59r	depDilgolpe-	-5.09	10.23	31.41	7.50	0.0000	37.755	9	120
P54r	execMar-	-5.09	19.32	42.67	10.43	0.0000	49.66	17	163
P54r	execMar+	-5.32	6.82	27.75	5.66	0.0000	34.014	6	106
P60r	priLula-	-5.94	10.23	35.60	6.62	0.0000	43.197	9	136
P50r	reforprev-	-5.97	32.95	60.99	12.45	0.0000	69.388	29	233
P34brT	dispolcafr+	-6.20	7.95	33.77	5.43	0.0000	41.497	7	129
P45r	valorestrad-	-6.25	4.55	28.80	3.64	0.0000	36.054	4	110
P58r	sind+	-7.80	27.27	63.35	9.92	0.0000	74.15	24	242
P34ar	discutep+	-8.59	14.77	54.19	6.28	0.0000	65.986	13	207

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quanto ao 2º cluster das modalidades ativas, ele representa 88 respondentes, o que corresponde a significativos 23% de todo o universo estudado. Como mencionado, as barras azuis representam as modalidades sobrerrepresentadas no interior do presente grupo, ou seja, são mais incidentes nesse cluster do que no restante de todos os demais grupos. Observamos a presença de modalidades representativas de não posicionamentos acerca dos seguintes temas

cruciais: prisão de Lula da Silva, deposição de Dilma Rousseff, execução de Marielle Franco, reforma da previdência, sindicatos, erros da Lava-jato, legitimidade (ou não) do uso da violência pela PM (além da avaliação dessa instituição), corte na educação, insucesso profissional, movimentos sociais, tipo de presidente, justiça popular, cotas, voto no 1º e 2º turnos. O segundo cluster ainda se caracteriza pelo grande número de *missings* acerca das seguintes questões: avaliação sobre as leis trabalhistas, valores tradicionais, publicação das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro, e os procurados da Lava-jato, Bolsa Família (BF), pena de morte, aceitação ou não de filho(a) homossexual, avaliação sobre o governo de Jair Bolsonaro, união civil entre pessoas de mesmo sexo, reforma da previdência, movimentos sociais, armamento da população, redução da maioria penal, deposição de Dilma Rousseff e voto no 2º turno. O grupo em tela apresenta uma modalidade representativa de abstenção para voto no 1º turno.

Por outro lado, significativamente destacam-se apenas três modalidades que fogem à lógica do não posicionamento ou dos *missings*: o grupo se caracteriza por não discutir política e não gostar de debater assuntos políticos em casa, com amigos, faculdade ou redes sociais. Além da inclinação ao afastamento dos debates políticos, observa-se a avaliação sobre o governo de Jair Bolsonaro – regular ('JB='). Ou seja, a despeito da enorme gama de não posicionamentos articulada à forte tendência ao não envolvimento político, destaca-se a avaliação regular sobre o governo Bolsonaro, apontando para – atrás de todas as não respostas – inclinação à direita. Esse dado nos parece crucial, pois corrobora a argumentação (Bourdieu, 2007) de que um dos efeitos mais visíveis desse complexo processo de desapossamento é a tendência dessas agentes sociais de, a partir de seu *ethos* cotidiano e não sistêmico, tomar decisões à direita.

Nessa perspectiva, a ACH não apenas corrobora a ACM como também complementa, pois introduz esse dado fundamental sobre o grupo, adensando os achados sociológicos da pesquisa. Ou seja, esclarece, finalmente, o elemento de percepção política que se escondia sob o muro de não-respostas que constitui a lógica mais evidente dessa fração discente e que, por isso, por ser tão evidente, poderia contribuir para velar o dado essencial que, em nosso entendimento, encarna a inscrição mais profunda desse *habitus* – a predisposição à direita das respondentes devido, especialmente, à força da violência simbólica por meio da qual agentes sociais dominados/as – solapados/as pela violência dos constrangimentos sociais - tendem a aceitar, tacitamente, visão de mundo – representada por uma plataforma e/ou candidato – que

legisla em detrimento de seus próprios interesses vinculados à posição ocupada na estrutura social.

Além do mais, salientamos que existem certas modalidades - especialmente as vinculadas ao voto e a de avaliação do governo - que operam como verdadeiras sínteses das visões de mundo do grupo. Dentro dessa lógica, acreditamos que a avaliação do governo Bolsonaro opera desta forma, pois sintetiza a avaliação geral do agente sobre a totalidade da administração, o que engloba temas econômicos, políticos e identitários. Por isso, avaliar um governo, antes de ser algo trivial, consiste em expor, de forma sintética, é certo, sua concepção de mundo como parâmetro avaliativo das ações que determinado governo realizou (ou deixou de realizar). Nessa perspectiva, portanto, as discentes se posicionam, definitivamente, à direita quando avaliam como “regular” a gestão do ex-capitão.

As demais modalidades, caracterizadas pela presença de pequenos percentuais, ou seja, pela sub-representação, são: voto no centro, contrários ao uso de violência pela PM, à redução da maioria penal e ao justicamento popular; avaliação positiva do governo de Jair Bolsonaro e da PM como instituição; defesa de cotas e da publicação das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-jato; aceitação de filho/a homossexual; crítica à percepção de que as causas do insucesso profissional devem ser colocadas apenas no indivíduo e apoio à pena de morte e/ou prisão perpétua. Outras modalidades sub-representadas são: discutir política ou debater política em casa, com amigos, na faculdade e nas redes sociais; não aceitar que os valores tradicionais estariam invertidos e avaliar positivamente os sindicatos. Ou seja, tais modalidades são raras no presente cluster em relação aos resultados da amostra. Em síntese, dois pontos chamam a atenção nesse complexo grupo: os não posicionamentos e a avaliação regular do governo JB, apontando para a tendência de que, atrás das não-respostas – nunca esquecendo que não tomar uma posição, quase sempre, é tomá-la à direita – detectamos predisposição das respondentes a avaliar positivamente a gestão anterior. Dentro desses dados surpreendentes, é mais do que necessário analisarmos a tabela das variedades suplementares para entendermos o chão sociológico do qual partem. Ao contrário dos institucionalistas, dos foucaultianos e dos pós-modernos, procuramos demonstrar que, sem as condições materiais de existência, o fenômeno do autoritarismo não será apreendido na sua natureza constitutiva e processual.

Tabela ACH 4 - 2º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-representadas

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 2/3 (Count = 88 Percentage = 23.037)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of mod in	Count of the	Count of the
P26a.lepolitica	Não	7.23	94.32	64.40	33.74	0.0000	55.442	83	246
ProfRespFemRecat	Missing	4.86	22.73	8.38	62.50	0.0000	4.082	20	32
PRECATjornais	Missing	3.94	63.64	44.76	32.75	0.0000	39.116	56	171
P1frenda	Missing	3.56	7.95	2.09	87.50	0.0002	0.34	7	8
ProfRespMascRecat	Missing	3.46	21.59	10.47	47.50	0.0003	7.143	19	40
P11b	Missing	3.44	11.36	3.93	66.67	0.0003	1.701	10	15
P28h	"Não"	3.28	64.77	48.95	30.48	0.0005	44.218	57	187
P21a.TV	Missing	3.03	11.36	4.45	58.82	0.0012	2.381	10	17
P29k	"Não"	2.61	82.95	71.73	26.64	0.0046	68.367	73	274
P21c	"nunca"	2.55	28.41	18.32	35.71	0.0054	15.306	25	70
P21d.livrondidat	Missing	2.50	12.50	6.02	47.83	0.0062	4.082	11	23
P21e.filme	Missing	2.36	9.09	3.93	53.33	0.0091	2.381	8	15
P21f.redes	Missing	2.36	9.09	3.93	53.33	0.0091	2.381	8	15
P23a	Missing	2.28	20.45	12.57	37.50	0.0114	10.204	18	48
P21b.musica	Missing	2.05	11.36	6.02	43.48	0.0204	4.422	10	23
P21c	Missing	2.05	11.36	6.02	43.48	0.0204	4.422	10	23
P29a	Sim	-2.00	28.41	37.96	17.24	0.0228	40.816	25	145
P21b.musica	"todos os dias"	-2.06	37.50	47.64	18.13	0.0198	50.68	33	182
P11aEscol.RespM	Ensino Superior incompleto	-2.09	0	3.93	0	0.0181	5.102	0	15
P21f.redes	"todos os dias"	-2.10	64.77	74.08	20.14	0.0179	76.871	57	283
P29m	"Não"	-2.16	57.95	68.06	19.62	0.0153	71.088	51	260
P1	Masculino	-2.17	37.50	48.17	17.93	0.0150	51.361	33	184
P29n.classic	"Sim"	-2.37	5.68	13.35	9.80	0.0090	15.646	5	51
P23a	Sim	-2.37	38.64	50.26	17.71	0.0089	53.741	34	192
P21c	"todos os dias"	-2.55	10.23	19.90	11.84	0.0054	22.789	9	76
ProfRespFemRecat	técnico e/ou graduação	-2.82	3.41	11.78	6.67	0.0024	14.286	3	45
P29k	"Sim"	-3.08	14.77	27.75	12.26	0.0010	31.633	13	106
P2curso	Direito	-3.25	3.41	13.35	5.88	0.0006	16.327	3	51
PRECATjornais	conservador/direita	-3.48	27.27	43.72	14.37	0.0003	48.639	24	167
P28h	"Sim"	-3.66	32.95	50.52	15.03	0.0001	55.782	29	193
P26a.lepolitica	Sim	-7.59	3.41	33.77	2.33	0.0000	42.857	3	129

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Sobre as modalidades suplementares do 2º cluster que são sobrerrepresentadas, isto é, tendem a aparecer mais no interior desse grupo do que no restante, e que estão em azul, podemos observar alta concentração de variáveis do tipo *missing* ao passo que as demais se caracterizam pela sua negatividade. O primeiro caso - os *missings* - é representado pelas seguintes modalidades: ocupação dos responsáveis masculino e feminina, tipo de jornais lidos, renda familiar, escolaridade da representante feminina, consumo de TV, filmes, leitura de livros não didáticos, acesso a redes sociais, consumo de conteúdo do Youtube, interação com estilos musicais e leitura de jornais e revistas. As modalidades restantes, que expressam relação negativa, são as seguintes: não leem conteúdos de política e livros técnicos; ‘nunca’ leem jornais e revistas ao passo que não escutam reggae. Em suma, todas as categorias mencionadas acima se caracterizam pela alta incidência no interior do presente cluster.

Com relação às suplementares sub-representadas – que aparecem menos no presente cluster do que no restante da amostra -, em laranja, as mais significativas são: pouca presença de modalidades cuja escolaridade do responsável masculino seja ensino superior incompleto (ESI) e ocupação das responsáveis femininas vinculada ao nível técnico e graduação (TG). Ainda são raros aqueles que não escutam estilo musical religioso – o Gospel; no geral, poucos são os que escutam música todos os dias, em especial, os ouvintes de Rock e de música clássica. O grupo é caracterizado pela pouca presença de homens, isto é, majoritariamente feminino, e

pela escassez de discentes do curso de direito. Aqueles que leem jornais, livros técnicos e acessam conteúdos no Youtube também contam com baixos percentuais de representatividade. Ou seja, o que percebemos é a impressionante ausência de interação política em qualquer que seja o espaço social, desde o familiar, passando pela faculdade até as redes sociais. Além do mais, as interações com conteúdo informacionais tradicionais – qualquer que seja seu matiz político – são pífias, o que aponta para a construção de um público que se singulariza pelo baixíssimo capital escolar e pouca interação política, adensado por práticas sociais estruturadas pela escuta de música gospel, indicando a fusão da esfera religiosa e do lazer.

Mulheres, pobres, religiosas, inativas politicamente – uma fração social que descobrimos por meio da ACM, anteriormente – e que apresentam impressionantes níveis de não posicionamento. Todavia, a ACH, ao apresentar o dado acerca da avaliação do governo do ex-capitão (regular), revela (e corrobora) nossa hipótese - as respondentes, por detrás dos seus silêncios e evasivas, apresentam disposições autoritárias em função da força dos constrangimentos sociais que contribuem para o exercício da violência simbólica sobre esse universo, violência essa operada com o conluio das próprias vítimas, inconscientes de seu próprio exercício.

Tabela ACH 5 - 3º cluster variáveis ativas sobre-representadas e sub-representadas

Characterization by the categories of categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 3/3 (Count = 132 Percentage = 34.555)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of mod in	Count of the	Count of the
P32arf	direit	99.99	79.55	38.22	71.92	0.0000	16.4	105	146
P32brf	direit/Bol	99.99	79.55	34.55	79.55	0.0000	10.8	105	132
P53r	JB+	11.24	56.82	23.04	85.23	0.0000	5.2	75	88
P60r	prLula+	11.19	79.55	41.10	66.88	0.0000	20.8	105	157
P51r	armpop+	11.16	75.76	37.70	69.44	0.0000	17.6	100	144
P54r	execMar+	10.99	62.88	27.75	78.30	0.0000	9.2	83	106
P47r	movisoc-	10.77	52.27	20.94	86.25	0.0000	4.4	69	80
P59r	depDilgolpe-	9.22	62.12	31.41	68.33	0.0000	15.2	82	120
P50r	reforprev+	8.94	40.91	16.75	84.38	0.0000	4	54	64
P52r	leistrab-	8.56	71.21	41.36	59.49	0.0000	25.6	94	158
P38r	uniãogay-	8.21	57.58	30.37	65.52	0.0000	16	76	116
P43r	CadeiaM+	7.90	87.88	61.78	49.15	0.0000	48	116	236
P55r	corteduc+	7.87	31.06	12.30	87.23	0.0000	2.4	41	47
P56r	publMonProc-	6.88	46.21	24.61	64.89	0.0000	13.2	61	94
P49r	errosLJ+	6.79	43.94	23.04	65.91	0.0000	12	58	88
P25r	presautefic+	6.23	68.18	46.07	51.14	0.0000	34.4	90	176
P45r	valorestrad+	6.01	84.09	64.14	45.31	0.0000	53.6	111	245
P42r	JP+	5.81	54.55	34.55	54.55	0.0000	24	72	132
P40r	PMinst+	5.64	92.42	76.18	41.92	0.0000	67.6	122	291
P46r	cotas-	5.48	36.36	20.16	62.34	0.0000	11.6	48	77
P36r	-programassociais	5.30	31.06	16.49	65.08	0.0000	8.8	41	63
P44r	penamorte/perp+	4.92	85.61	69.90	42.32	0.0000	61.6	113	267
P48r	insuprof+	4.43	69.70	53.93	44.66	0.0000	45.6	92	206
P58r	sind-	4.33	16.67	7.85	73.33	0.0000	3.2	22	30
P37r	-aceitaçãofilhogay	4.05	12.12	5.24	80	0.0000	1.6	16	20
P41r	Missing	3.68	29.55	18.85	54.17	0.0001	13.2	39	72
P53r	JB=	3.01	33.33	23.82	48.35	0.0013	18.8	44	91
P32brf	nsabe/nquisresp	-1.97	6.82	11.52	20.45	0.0243	14	9	44
P47r	Missing	-2.03	0	2.36	0	0.0209	3.6	0	9
P58r	sind.nresp	-2.10	18.18	24.87	25.26	0.0179	28.4	24	95
P59r	depDilgolpe.nresp	-2.21	11.36	17.54	22.39	0.0135	20.8	15	67
P44r	Missing	-2.37	2.27	6.54	12	0.0090	8.8	3	25
P32arf	absten	-2.67	6.82	13.35	17.65	0.0038	16.8	9	51

P32brf	nsabe/nquisresp	-1.97	6.82	11.52	20.45	0.0343	14	9	44
P47r	Missing	-2.03	0	2.36	0	0.0209	3,6	0	9
P58r	sind.nresp	-2.10	18.18	24.87	25.26	0.0179	28,4	24	95
P59r	depDilgolpe.nresp	-2.21	11.36	17.54	22.39	0.0135	20,8	15	67
P44r	Missing	-2.37	2.27	6.54	12	0.0090	8,8	3	25
P32arf	absten	-2.67	6.82	13.35	17.65	0.0038	16,8	9	51
P49r	errosLJ-	-2.77	46.21	56.28	28.37	0.0028	61,6	61	215
P41r	nsabe/nquisresp	-3.13	1.52	7.07	7.41	0.0009	10	2	27
P45r	Missing	-3.13	1.52	7.07	7.41	0.0009	10	2	27
P49r	errosLJ.nresp	-3.25	9.85	18.85	18.06	0.0006	23,6	13	72
P50r	reforprev.nresp	-3.30	9.09	18.06	17.39	0.0005	22,8	12	69
P46r	cotas+	-3.57	57.58	69.63	28.57	0.0002	76	76	266
P32brf	absten	-3.58	9.85	19.90	17.11	0.0002	25,2	13	76
P35r	pres.nresp	-3.67	1.52	8.38	6.25	0.0001	12	2	32
P40r	PMinst.nresp	-3.67	1.52	8.38	6.25	0.0001	12	2	32
P41r	PM-	-3.68	13.64	24.87	18.95	0.0001	30,8	18	95
P36r	+ programassociais	-3.79	52.27	65.45	27.60	0.0001	72,4	69	250
P42r	JP.nresp	-3.82	3.03	11.26	9.30	0.0001	15,6	4	43
P48r	insprof-	-3.82	20.45	33.25	21.26	0.0001	40	27	127
P52r	Missing	-3.83	5.30	14.66	12.50	0.0001	19,6	7	56
P44r	penamorte-	-3.84	12.12	23.56	17.78	0.0001	29,6	16	90
P42r	JP-	-3.91	31.82	45.81	24	0.0000	53,2	42	175
P57r	Missing	-3.91	3.03	11.52	9.09	0.0000	16	4	44
P50r	reforprev-	-4.18	46.21	60.99	26.18	0.0000	68,8	61	233
P40r	PMinst-	-4.35	2.27	11.52	6.82	0.0000	16,4	3	44
P55r	corteduc-	-4.44	62.88	76.70	28.33	0.0000	84	83	293
P56r	publiMoroProc+	-4.54	41.67	57.85	24.89	0.0000	66,4	55	221
P45r	valorestrad-	-4.55	14.39	28.30	17.27	0.0000	36,4	19	110
P60r	priLula.nresp	-4.68	5.30	17.28	10.61	0.0000	23,6	7	66
P32arf	esq	-4.96	2.27	13.35	5.88	0.0000	19,2	3	51
P35r	precassist+	-5.59	10.61	27.75	13.21	0.0000	36,8	14	106
P52r	leistrab+	-5.87	23.48	43.98	18.45	0.0000	54,8	31	168
P59r	depDilgolpe+	-6.66	25	48.43	17.84	0.0000	60,8	33	185
P43r	CadeiaM-	-7.34	12.12	36.13	11.59	0.0000	48,8	16	138
P38r	uniãogay+	-7.44	42.42	67.54	21.71	0.0000	80,8	56	258
P32arf	centro	-7.46	2.27	21.99	3.57	0.0000	32,4	3	84
P60r	priLula-	-7.72	10.61	35.60	10.29	0.0000	48,8	14	136
P54r	execMar-	-8.29	14.39	42.67	11.66	0.0000	57,6	19	163
P47r	movisoc-	-8.39	28.79	58.12	17.12	0.0000	73,6	38	222
P32brf	esquer/Had	-9.98	1.52	30.37	1.72	0.0000	45,6	2	116
P51r	armpop-	-10.51	23.48	59.69	13.60	0.0000	78,8	31	228
P53r	JB-	-99.99	9.09	50	6.28	0.0000	71,6	12	191

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Com relação ao 3º cluster – modalidades ativas -, ele possui 132 respondentes e representa 34,5% de toda a pesquisa: percebemos significativa concentração de votos na direita e extrema-direita (Jair Bolsonaro) nos 1º e 2º turnos, caracterizadas por serem as duas categorias de maior representação neste cluster (que expressa as modalidades ativas nas barras azuis). Em seguida, estão as categorias representativas de avaliação positiva (e regular) sobre o governo de JB, defesa da prisão de Lula da Silva, do armamento da população, da execução de Marielle Franco e da destituição de Dilma Rousseff (concebida como deposição e não golpe). São ainda sobrerrepresentadas as modalidades de crítica a movimentos sociais em geral, de defesa das reformas do Estado, em especial, da previdência, trabalhista e educacional, de redução da maioria penal, de oposição à união civil entre pessoas do mesmo sexo, de não publicação do conteúdo das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro e os procuradores da Lava-jato, cujos erros deveriam, por sua vez, ser perdoados já que se trata, dentro dessa lógica, da maior operação de combate à corrupção do país.

Os respondentes ainda desejam presidente autoritário e/ou técnico, acreditam que os valores tradicionais estão invertidos, avaliam positivamente a PM como instituição, e defendem o justicamento popular. São contrários às cotas e a programas sociais em geral, além de defenderem a pena de morte e/ou a prisão perpétua; avaliam que o insucesso profissional se

deve ao próprio indivíduo, sendo contrários aos sindicatos. Por fim, não aceitam o(a) filho(a) homossexual. Em outras palavras, todas as modalidades mencionadas acima são sobrerrepresentadas, isto é, aparecem com maior intensidade no interior desse grupo do que no restante da amostragem. O único *missing* das ativas sobrerrepresentadas aqui diz respeito ao uso da violência pela PM.

Em relação às modalidades ativas sub-representadas, encarnadas nas barras laranjas, observa-se a construção de três padrões específicos: as não-respostas, indicando não posicionamentos; *missings* e modalidades representativas de posturas progressistas com baixíssimo percentual (daí o coeficiente de sub-representação). Com relação aos não-posicionamentos sub-representados, seguem-se as seguintes variáveis: votos no 2º turno, sindicatos, deposição de Dilma Rousseff, uso da violência pela PM, erros da Lava-jato, reforma da previdência, tipo de presidente, avaliação da PM como instituição, justiça popular e prisão de Lula da Silva. Em outras palavras, poucos foram os respondentes que não se posicionaram diante dessas questões, demonstrando que se trata de perfil ideológico com alto grau de politização (à direita) e, inclusive, assertividade. O que desvenda outro dado sociológico essencial: essa direita, de fato, não está “dentro do armário”, ao contrário, é assertiva nas suas posições tanto quanto o cluster representando as posições de esquerda. Houve ainda raras abstenções para voto no 1º turno.

Com relação ao segundo padrão, os *missings*, as variáveis foram: avaliação sobre movimentos sociais, posição diante da pena de morte, percepção se os valores tradicionais estão ou não invertidos, posição quanto às leis trabalhistas e à corrupção (houve, ainda, pequeno percentual de abstenção para voto no segundo turno). Por fim, o terceiro padrão de modalidades progressistas com raros respondentes se constitui pelas seguintes posições: erros da Lava-jato não devem ser perdoados, favoráveis às cotas e críticos ao uso da violência pela PM, defesa de programas sociais, avaliação de que o insucesso profissional não depende apenas do indivíduo, crítica à pena de morte e à justiça popular. Outras poucas modalidades ainda representam a crítica à reforma da previdência, à PM como instituição, ao corte na educação; além da defesa de que o conteúdo das conversas entre o então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores da Lava-Jato deveriam ser publicadas, percepção de que os valores tradicionais não estariam invertidos, escolha de presidente assistencialista, defesa de leis trabalhistas, avaliação de que a destituição de Dilma Rousseff foi golpe para retirar a centro-esquerda do poder.

São ainda contrárias à redução da maioria penal e a favor da união civil de pessoas do mesmo sexo, com votos no centro e na esquerda, no 1º turno, e em Fernando Haddad, no 2º,

permanecendo contrários à prisão de Lula da Silva e à execução de Marielle Franco. São favoráveis a movimentos sociais em geral. Por fim, são contrários ao armamento da população e avaliam negativamente o governo de Jair Bolsonaro. Importa ressaltar que tais posições progressistas são raríssimas no presente cluster, daí seu caráter de sub-representação. A seguir, estão as modalidades suplementares, suas condições materiais de existência:

Tabela ACH 6 – 3º cluster variáveis suplementares sobrerrepresentadas e sub-representadas

Characterization by the categories of supplementary categorical variables
Of the partition - Partition in 3 clusters - Cluster 3/3 (Count = 132 Percentage = 34.555)

Variable label	Characteristic category	Test-value	% of category in group	% of category in set	% of group in category	Probability	% of mod in	Count of the	Count of the
P28h	"Sim"	4.07	65.15	50.52	44.56	0.0000	42.8	86	193
P1	Masculino	3.65	61.36	48.17	44.02	0.0001	41.2	81	184
P2curso	Engenharia Civil	3.20	27.27	18.06	52.17	0.0007	13.2	36	69
P28b	"Não"	2.93	80.30	70.68	39.26	0.0017	65.6	106	270
P6	Mais de 7 anos	2.61	26.52	18.85	48.61	0.0045	14.8	35	72
P8	Mais de 40 horas por sema...	2.47	53.79	44.76	41.52	0.0068	40	71	171
P28g	"Não"	2.36	85.61	78.53	37.67	0.0092	74.8	113	300
P21b.musica	"menos de 1 vez"	2.30	11.36	6.81	57.69	0.0106	4.4	15	26
P18a	Não	2.29	67.42	59.16	39.38	0.0110	54.8	89	226
P18renda	acima de 10 SM	2.29	13.64	8.64	54.55	0.0111	6	18	33
P28c	"Não"	2.22	92.42	86.91	36.75	0.0131	84	122	332
ReligiãoRecat	Protest/Evang/cristão/TJe...	2.11	32.58	25.65	43.88	0.0174	22	43	98
P2curso	Administração	2.09	21.21	15.45	47.46	0.0183	12.4	28	59
P29m	"Sim"	2.08	38.64	31.41	42.50	0.0187	27.6	51	120
P9	Branca	2.04	58.33	50.79	39.69	0.0207	46.8	77	194
P26a.lepolitica	Sim	2.02	40.91	33.77	41.86	0.0216	30	54	129
P21a.TV	"3 ou 4 vezes"	2.02	17.42	12.30	48.94	0.0217	9.6	23	47
P7	5 a 7 empregos	1.96	9.09	5.50	57.14	0.0249	3.6	12	21
P21c	"3 ou 4 vezes"	-1.97	10.61	15.97	22.95	0.0245	18.8	14	61
P28c	"Sim"	-2.03	7.58	12.57	20.83	0.0214	15.2	10	48
P23brRECAYOUT	polE/Fem/anti-R/LGBT	-2.03	0	2.36	0	0.0209	3.6	0	9
P18a	Sim	-2.14	32.58	40.31	27.92	0.0161	44.4	43	154
P28g	"Sim"	-2.19	14.39	20.94	23.75	0.0142	24.4	19	80
ProfRespMascRecat	Missing	-2.30	5.30	10.47	17.50	0.0106	13.2	7	40
P7	1 a 3 empregos	-2.45	53.79	62.57	29.71	0.0071	67.2	71	239
P28b	"Sim"	-2.78	19.70	28.80	23.64	0.0027	33.6	26	110
P18renda	até 2 SM	-2.97	18.18	27.75	22.64	0.0015	32.8	24	106
P1	Feminino	-3.50	38.64	51.31	26.02	0.0002	58	51	196
P28h	"Não"	-3.92	34.85	48.95	24.60	0.0000	56.4	46	187
P2curso	Jornalismo	-5.73	0.76	12.83	2.04	0.0000	19.2	1	49

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quanto às modalidades suplementares e sobrerrepresentadas do 3º cluster, expressas pelas barras azuis, observamos que a grande maioria dos respondentes pertence aos cursos de engenharia e administração (respectivamente, 27,27% do primeiro e 21,21% do segundo no grupo¹⁸⁶). Ora, no método ACH, portanto, encontramos, explicitada - ao contrário da ACM - a modalidade "administração". Sociologicamente, se caracterizam por serem homens, brancos e majoritariamente protestantes e evangélicos, contam mais de sete anos de carteira assinada, trabalham acima de 40 horas por semana e já tiveram ao longo de sua vida entre 5 a 7 empregos

¹⁸⁶ O que corrobora nossos dados da ACM e das tabelas binárias, além de nossa dedução da presença do curso de administração na região autoritária do eixo1. Lembrando, mais uma vez, que administração se afasta mais de nosso tipo-ideal autoritário que engenharia civil em função de possuir menor percentual de homens, gênero que se caracteriza, de acordo com nossos dados, como tendencialmente mais conservador/autoritário que o feminino.

– têm extensa (e intensa) relação com o mercado de trabalho. A renda familiar declarada do presente cluster é acima de 10 salários mínimos e, em sua maioria, seus respondentes não dependem de financiamento estudantil. Quanto ao estilo musical, se caracterizam pela elevada interação com o Gospel – música de cunho religioso -; mas, no geral, escutam música esporadicamente (apenas uma vez por semana). Já em relação à literatura, leem muitos livros técnicos cujo conteúdo se refere aos próprios cursos; em contrapartida, não consomem clássicos, aventuras ou viagens, obras marcadas pela propulsão à imaginação. Por fim, interagem com temas políticos e assistem TV regularmente.

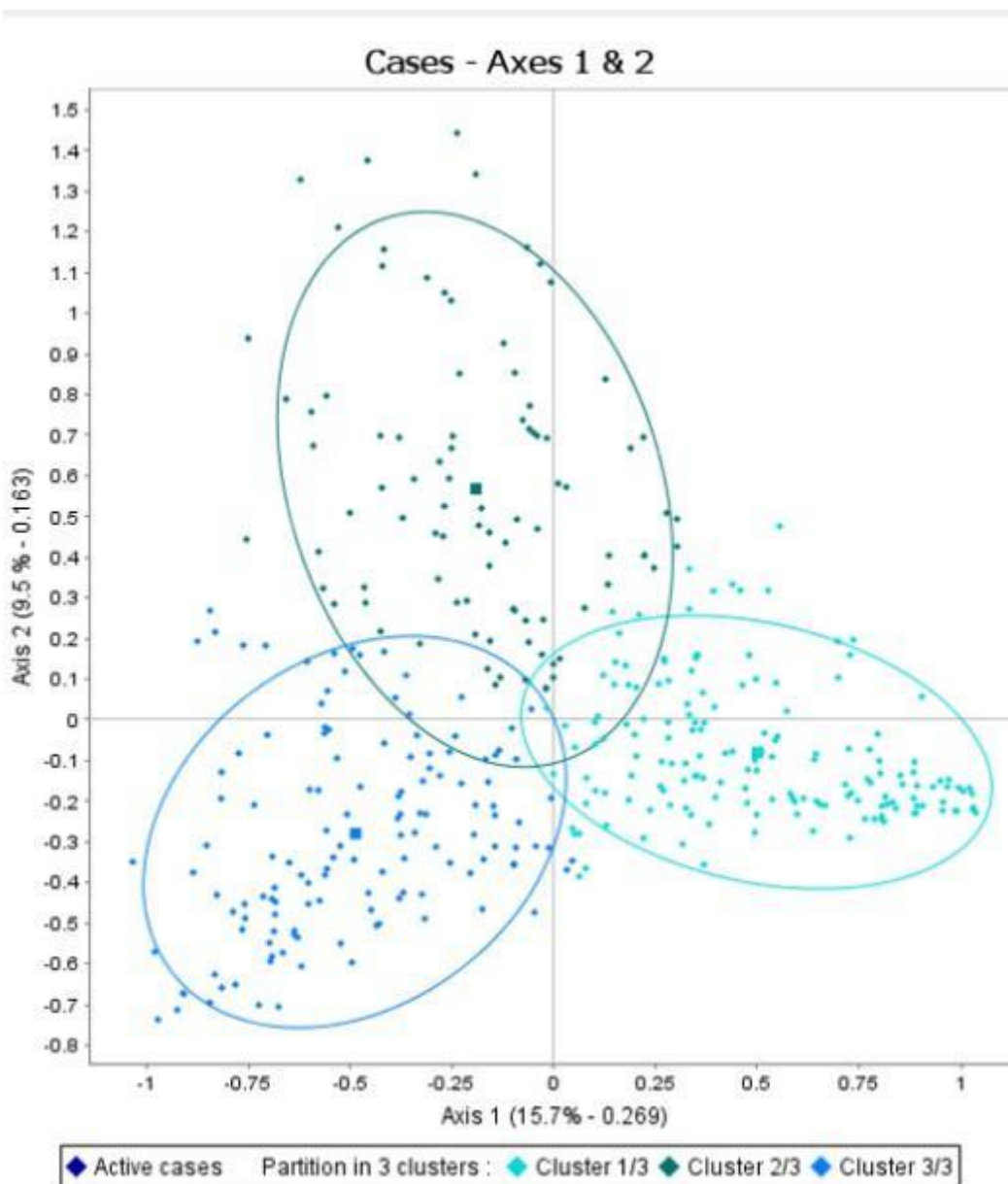
Já as modalidades sub-representadas, aquelas que têm pouca incidência no interior do cluster, são as que representam leitura regular de jornais ou revistas (de três a quatro vezes por semana), leitura de livros de viagens ou de aventuras. Raros são aqueles entre os respondentes que não leem livros técnicos ou que acessam conteúdo do Youtube relacionado à política de esquerda, feminismo, antirracismo e LGBTQIA+. Também se caracteriza pela raridade o curso de jornalismo que, no presente cluster, se opõe aos de engenharia civil e administração; são poucos os que dependem de financiamento estudantil ou que tiveram de um a três empregos. A renda familiar mais sub-representada é de até dois salários-mínimos, ao passo que a presença de mulheres é rara. A ocupação do responsável masculino, por fim, constitui o único *missing* do grupo. Ou seja, são dados concentrados que corroboram as informações referentes aos cursos de engenharia e administração, expostas na apresentação sociológica dos capítulos 4 e 5.

A força da ACH, enfatizamos aqui, consiste em expressar com densidade o cluster de estudantes masculinos de engenharia e administração com alto capital econômico declarado, intensa prática religiosa (protestante evangélica) e rejeição de práticas sociais vinculados à intracepção. Mais do que isso, os dados apontam para inserção no mercado de trabalho, o que demonstra que, apesar de jovens, já são marcados pelos *ethos* da dinâmica do capital, monopolizando, ao mesmo tempo, conhecimentos técnicos, advindo de sua formação em exatas. Não podemos nos esquecer que administração consiste, sociologicamente, na formação (e formatação) técnica dos agentes sociais no gerenciamento das formas de gestão do capital, especialmente no seu modelo de capitalismo financeiro. Ou seja, no repasse institucional de conhecimentos necessários às técnicas de gestão empresarial. Isso não significa que toda a produção e/ou repasse de conhecimentos em administração se resuma à produção de conceitos reificados e direcionados à gestão do mercado, mas sim que existe uma tendência predominante, pela própria posição que o curso ocupa no mercado e na estrutura do capitalismo, de produção e/ou repasse hegemônico de categorias reificadas e reificantes das formas do capital.

Assim, essa gestão se densifica na consolidação do modelo de capitalismo financeiro que passa a exigir novas matrizes de conhecimento adequadas e vinculadas aos fluxos de capital, da bolsa de valores e da gestão empresarial do tempo. Neste caso, especificamente, a crítica acerca da “nova razão do mundo” tem pertinência, pois aponta para a realização moderna dessa forma empresarial financeira, gerada na valorização do próprio valor¹⁸⁷. No entanto, apesar da legitimidade de suas críticas, os foucaultianos não conseguem perceber – como tanto insistimos no capítulo 2 – que a forma empresa é um desdobramento de dinâmicas mais complexas da forma mercadoria e das estruturas do capital. Seja como for, a ACH tem a primazia de apontar de forma genuinamente densa este *habitus* do homem branco técnico moderno que se especializa na gestão de empresas, tão adequada às conformações de seu universo mental. Ademais, estão no mercado há muito tempo, já tiveram vários empregos e não fazem uso de financiamento estudantil, além de contarem com altos rendimentos familiares. Como já demonstrado, temos um tipo-ideal que se apresenta, é certo, com maior intensidade em engenharia do que em administração. Esse é o solo a partir do qual nascem, geneticamente, as percepções desse grupo sobre o mundo social.

Os três *clusters*, descritos ao longo das últimas páginas, estão, por sua vez, representados pelas nuvens de indivíduos que expressam sua dispersão pelo gráfico a partir dos três aglomerados - autoritários, progressistas e não respondentes:

¹⁸⁷ Portanto, apesar de nossa abordagem crítica, não queremos aqui negar a importância e o valor do trabalho desenvolvido pelos foucaultianos.

Gráfico ACM 6 - Projeção dos três *clusters* no plano cartesiano

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Se, à primeira vista, parece que o cluster progressista representa a maior parte de nosso microuniverso - 162 discentes (42,4%); quando somamos os demais agrupamentos, o primeiro com 88 respondentes (23% de nosso universo) e o segundo com 132 (34,5%), obtemos o total de 57,5%, percentual esse que engloba diferentes tipos de autoritarismo e aponta para matizes próprios que devem ser observados a partir de suas singularidades, mas que, a despeito de suas diferenças, constituem o padrão dominante de toda a amostra. Ou seja, a maior parte dos

discente estudados apresenta posicionamento à direita sobre o mundo social e sua organização. O primeiro grupo desses quase 60% apresenta percepções aparentemente apolíticas, mas quando observado à luz da análise da ACH e da tradição sociológica (Bourdieu, 2007), detectamos perfil conservador; já o segundo, organizado ao redor de engenharia e administração, é nitidamente autoritário em todas suas dimensões, configurando o agrupamento mais radical de nosso universo. No primeiro caso, formado basicamente por mulheres de enfermagem, a explicação se deve, em nosso entendimento, à força da violência simbólica, violência que se exerce em virtude do desapossamento, entre as agentes sociais, do capital escolar/cultural e de suas práticas sociais vinculadas ao *ethos* da vida cotidiana; processo de erradicação que contribui para a construção do desconhecimento que está na base de sua aceitação – inconsciente e pré-reflexiva – sobre os processos de violência social derivados dos constrangimentos da estrutura social e replicados pela ação das agentes. Pelo exposto, detectamos, grosso modo, três grandes clustres: o primeiro, caracterizado por configurar aglomerado à esquerda; o segundo constituído pelo padrão de não-respostas que operam no acobertamento de sua avaliação regular ao governo JB, apresentando disposições (mais leves) à direita e o terceiro se posicionando à extrema-direita. Respectivamente, uma elipse de esquerda (1/3, de cor mais clara no gráfico); outra de centro (2/3, mais escura) e, finalmente, a última, de direita (3/3, de cor de média intensidade).

Como entender a disposição das elipses no plano cartesiano? Quanto ao aglomerado de direita, como já apontamos ao longo da presente tese, precisamos levar em conta a predominância do capital econômico sobre o escolar, o que contribuiu para baixo capital intelectual entre os discentes da área. A isso se soma um conjunto de intrincadas mediações: a força da influência da matriz religiosa, a predominância do gênero masculino e da raça (branca), ou seja, a hegemonia de homens brancos, com forte presença de protestantes evangélicos, longa atuação no mercado e práticas sociais atravessadas por conjuntos semânticos conservadores, como é o caso do música gospel e do sertanejo, além de leitura técnica, interação com informações de direita, acesso a conteúdo escolares técnicos e quase que completa ausência de intracepção.

Em contrapartida, na elipse oposta, os discentes de jornalismo apresentam o inverso sociológico (em alguns pontos): apresentam predomínio do capital escolar/cultural sobre o econômico, especialmente entre as responsáveis femininas, com alta concentração de pretos e equilíbrio entre gêneros; os dados ainda indicam ruptura com matrizes religiosas e/ou afastamento do protestantismo evangélico; suas práticas sociais são sobretudo mediadas por

interação com conteúdo midiático à esquerda, leitura de clássicos e/ou literatura e filmes que incentivam a intracepção, além de contato com músicas de conteúdo político e reflexivo. Podemos dizer, com isso, que temos três elipses de indivíduos:¹⁸⁸ alunos de exatas na porção autoritária; de jornalismo, na progressista e de enfermagem na caracterizada por não-respostas. Ora, onde estão os discentes dos cursos de odontologia e de direito? Como compreender a sua localização, a partir do presente método (ACH), de tal forma que sua posição corrobore, lógica e sociologicamente, nossas descobertas da ACM?

Como já discutimos ao longo do presente trabalho, o curso de odontologia é caracterizado pela intensidade de suas posições liberais, especialmente, na força por meio da qual defendem as reformas do Estado – a educacional, previdenciária e trabalhista. Seu capital econômico é o maior de toda a amostra e, a despeito de seu capital escolar/cultural ser alto, ele não consegue se equipar à dimensão econômica (não a replica linearmente). Suas práticas sociais são sofisticadas no que diz respeito a música e cinema; a força do protestantismo em seu universo é significativamente menor que o dos grupos de exatas e, ao mesmo tempo, temos grande predomínio de brancos e de mulheres. Suas leituras apontam para interação apolítica com grandes percentuais de livros de autoajuda. Sua liberdade consiste, em larga medida em, mantendo o liberalismo econômico, ou seja, a dimensão estrutural da ordem social, defender certas causas identitárias. São majoritariamente conservadores, mas não autoritários, localizando-se, portanto, na região inferior da elipse que ocupa o plano superior de nosso gráfico (junto com enfermagem), dividindo-se em duas sub-regiões, como pode ser visto: a parte mais progressista (menor) – aberta a causas identitárias - ocupa a região à direita do gráfico, mais próxima a jornalismo, ao passo que a fração mais conservadora, inclusive em costumes, - que é a maior - abarca a parte do gráfico à esquerda, perto de administração e engenharia. Com isso, explicamos a posição da elipse superior atravessada pelo eixo central – configurando a elipse “entre dois mundos”, com mais força à direita.

¹⁸⁸ Portanto, os diversos pontos que se distribuem em cada elipse não são modalidades, por exemplo, signos representativos da defesa da reforma da previdência ou de crítica ao governo Bolsonaro; ao contrário, estamos diante de indivíduos que compõem nuvens e que se aproximam uns dos outros, compondo elipses, em virtude da semelhança de seus pontos de vistas (as modalidades apresentadas na ACM) e se afastam devido às suas dessemelhanças políticas, identitárias, culturais e comportamentais. Assim, por exemplo, quando mais à esquerda (do gráfico) um indivíduo está, mais autoritário ele é ao passo que, quanto mais à direita, mais progressista. Os primeiros estão na zona de influência dos cursos autoritários; os segundo, na dos mais progressistas (lembrando a disposição dos cursos na ACM). O mesmo pode ser dito sobre os cursos com altos percentuais de não-respostas: quanto mais os indivíduos estão situados na região superior, maior o percentual de não-respostas foi por eles formulado.

Como já conseguimos explicar a elipse “de direita” logo acima; passemos, agora, a ponderar sobre a de esquerda e sua relação com o curso de direito. Como já sabemos, trata-se de um curso fracionado, grosso modo, em subgrupo conservador e progressista. Direito se caracteriza por apresentar capital econômico mediano, sendo “o mais pobre entre os mais ricos e o mais rico entre os mais pobres”, o que pode ser caracterizado pela posição “entre” dois mundos. Seu capital escolar/cultural, por outro lado, não apenas é alto, em comparação ao econômico; ele se caracteriza pelo adensamento entre os responsáveis masculinos. O percentual de discentes católicos é praticamente o dobro do de evangélicos, apontando para predisposições menos punitivas às quais se somam a predominância de mulheres e altos percentuais de pretos. Ou seja, detectamos grupo de mulheres pretas católicas com fortes traços progressistas; em contraposição, a observação das práticas sociais – e a relação com a Lava-jato - nos forneceu a pista para o delineamento de outra porção de estudantes caracterizada por intensa atividade política em vários espaços de sociabilidade, entre elas a casa, a faculdade, redes sociais e amigos em geral.

Essa fração se singulariza, ademais, por ser ativa na dimensão online, com forte interação de conteúdos de direita e livros técnicos na área – além de se notabilizar por um *habitus* que reflete as práticas e percepções da Operação Lava-jato, sendo intensamente liberais do ponto de vista econômico; progressistas na dimensão moral e de costumes; e de caráter seletivamente punitivo endereçado às figuras de centro-esquerda do espectro político. Essas duas subfrações de indivíduos de direito compõem – juntamente com jornalismo – nossa última elipse (a da direita do gráfico) da seguinte forma: os indivíduos mais à esquerda (de direito) se aproximam dos estudantes de comunicação social, concentrados na região à extrema direita, ao passo que os indivíduos que estão mais próximos ao eixo que corta a elipse se caracterizam por serem liberais em termos de costumes, seletivamente punitivistas e intensamente liberais economicamente a tal ponto que passam a ocupar parte do quadrante dos autoritários (liberais sem sofisticação) - essa a reconfiguração criada pelas três elipses de indivíduos.

Postas as complexas relações que se estabelecem entre a origem socioeconômica e cultural dos discentes que compõem os cursos e suas tomadas de posição política, não seria necessário, a partir de agora, pensarmos a possível conexão entre, de um lado, o espaço social de oposição e complementaridade entre eles e as estruturas sociais mais amplas? E, em segundo lugar, qual a função que tais cursos – inscritos no interior dos conglomerados educacionais de educação superior privada – estariam exercendo, quando observados sob uma perspectiva sociológica mais ampla? Que desenho sociológico pode ser feito a partir dessas considerações?

6.1. HOMOLOGIA ESTRUTURAL E REPRODUÇÃO

Tendo em vista os dados apresentados e as análises elaboradas, temos acesso ao campo que estrutura as relações entre os diferentes cursos estudados e, especialmente, as oposições e complementaridades que se estabelecem entre eles e que tendem a refletir, na sua própria dinâmica e estrutura interna, as relações estruturais que estão na base da própria sociedade brasileira e que operam estabelecendo cisões entre, de um lado, os cursos de maior legitimidade social (dominantes) e que tendem a produzir visões de mundo tendencialmente conservadoras e, de outra, cursos de menor legitimidade (dominados) cujos mecanismos operantes tendem a elaborar visões tendencialmente mais críticas acerca do mundo social¹⁸⁹. Nessa perspectiva mais ampla, que demonstra o modo como as estruturas da formação social brasileira se refletem no cenário das corporações educacionais – no nosso caso, a Estácio Juiz de Fora –, é fundamental observarmos a operação do princípio, isto é, dos eixos que ordenam o presente espaço de posições constituídas pela relação de oposição entre o capital econômico e o cultural, como polos que estruturam o campo composto pelas três áreas de conhecimento – Exatas, Humanas e Biológicas – e, ao mesmo tempo, expressam como a força estruturante do pertencimento de classe supera as divisões entre tais áreas.

Como observado por pesquisas sociológicas anteriores (Bourdieu, 2019 [1984]; Carlotto, 2014), o campo universitário tende a reproduzir em sua estrutura interna o campo do poder no interior do qual ele se estrutura, o que coloca em cheque as concepções de senso comum, ainda arraigadas em grande parte do mundo acadêmico, da suposta liberdade entre os professores universitários e da educação superior que, enquanto universo privilegiado do saber,

¹⁸⁹ Na obra “O Homo Academicus” (2019 [1984]), Pierre Bourdieu analisa o campo acadêmico, demonstrando as tensões e constrangimentos da estrutura social da sociedade francesa da época sobre o universo em questão, o que lhe permitiu detectar o jogo de homologias estruturais entre as faculdades e as relações de classe, observando a força da imposição do arbitrário cultural dominante sobre as classes (e frações de classe) dominantes e dominadas, no complexo processo de reprodução da ordem social mediante a imposição da violência simbólica. Na análise encetada, o autor delinea a oposição entre as faculdades de maior legitimidade social, como medicina e direito, de um lado, dotadas de posição tendencialmente mais conservadora, e os cursos, de extração social mais baixa, como o de letras, caracterizados por menor prestígio e posições mais progressistas. Quando observamos nosso objeto, entretanto, a partir dos eixos que conjugam capital econômico e cultural, percebemos a configuração não de dois polos, mas de três que reverberam, no nosso entendimento, a força dos constrangimentos estruturais da desigualdade brasileira sobre os discentes (e os cursos) estudados e, ao mesmo tempo, as leves modificações introduzidas pelas políticas de inclusão social das duas últimas décadas, inclusão que, por sua vez, não se desliga da formação do oligopólio das corporações privadas de ensino superior.

se caracterizaria pela ausência de constrangimentos estruturais sobre suas próprias estruturas e, em consequência, sobre docentes e discentes. Ao contrário dessa discursividade, a disposição e oposição entre os cursos – explicitada, especialmente, pelos métodos da ACM e da ACH, tendo como base as tabelas binárias – demonstra a instituição de um campo que corresponde, do ponto de vista estrutural, às relações de oposição entre as diferentes frações da classe média brasileira, especialmente às frações mais baixas, levando em consideração o dado fundamental de que cerca de 70% dos discentes de nosso universo pertencem a famílias cujas rendas totais declaradas vão até 4 SM¹⁹⁰. Em síntese, existe uma homologia estrutural entre os referidos cursos e os estratos socioeconômicos mais baixos que forneceram a essas corporações o alunado indispensável à sua expansão e reprodução.

O espaço social ocupado pelos diferentes cursos reflete as diferentes frações de classe média (e baixa) – C e D - e suas diferentes percepções acerca do mundo social. Usando os capitais econômico e social, ou melhor, as diferentes relações que eles estabelecem entre si, podemos observar que odontologia se destaca por possuir o maior capital econômico e capital escolar médio, relação essa perpassada por práticas sociais individualistas, identitárias e, sobretudo, liberais, gerando percepção conservadora de mundo, incrustada na fração (economicamente) mais alta de nosso universo. Já engenharia e administração, apesar de contarem com níveis relativamente altos de capital econômico, se singularizam pelos baixos índices de capital intelectual, configuração altamente conformada por mediações sociais e simbólicas geradoras de tendências punitivas, autoritárias e moralizantes. Portanto, temos um núcleo autoritário/conservador caracterizado pela predominância de capital econômico sobre o escolar que se cristaliza nas frações mais altas (economicamente), estudadas até o momento.

Em contrapartida, temos o curso de jornalismo que se caracteriza pela oposição estrutural ao núcleo delineado acima com predominância do capital escolar sobre o econômico e, ao mesmo tempo, pelo exercício de práticas sociais progressistas e ruptura com mediações sociais tendencialmente conservadoras e/ou autoritárias como é o caso da matriz religiosa protestante. A relação estruturalmente dominada do curso em tela é um dos fatores explicativos, portanto, para a produção de visões de mundo tendencialmente progressistas e,

¹⁹⁰ Os de maior capital econômico e que suplantam a renda familiar de até 4 SM, como é o caso de odontologia, engenharia civil e administração – se posicionando nas frações superiores da classe C, ao passo que os de menor renda familiar declarada, como é o caso de jornalismo, inserindo-se nos estratos médio e baixo da mesma classe. Digno de nota é que enfermagem apresenta praticamente metade de seus discentes como pertencente à fração de até 2 SM, podendo ser classificada como o curso cuja maior porção se encontra na classe D. Discutiremos direito no próprio corpo do texto.

fundamentalmente, opostas às visões de mundo dos cursos dominantes que operam no sentido de manter o processo de reprodução conservadora da ordem social. Já o curso de direito, por outro lado, apresenta maior complexidade, pois, como vimos, sua propriedade central é a fratura político-ideológica: temos alunos conservadores do ponto de vista político e liberais em termos econômicos com percepções punitivas seletivas (com foco nas figuras de proa da centro-esquerda nacional) e moralmente progressistas; por outro lado, foi possível perceber a existência de alunos progressistas cujos valores – como pode ser visto pela projeção do eixo 1 no plano cartesiano¹⁹¹ — são semelhantes (mas menos intensos) aos dos alunos de jornalismo, como defesa da sociedade civil e de políticas de inclusão social por parte do Estado. Tendo em vista essa fratura, defendemos que a fração de direito com mais alto capital econômico e escolar (os responsáveis masculinos do presente curso apresentam concentração na formação escolar mais alta, como já notamos) tende a se posicionar no núcleo conservador/autoritário (odontologia, engenharia e administração), ao passo que o de capital econômico mais baixo se articula ao núcleo progressista. Essa dinâmica social complexa aponta, ademais, para o fato de que o curso em tela é composto por diferentes frações de classe média com diferentes percepções de mundo que tendem a gerar a fratura central que estrutura o presente grupo. Desta feita, temos (até agora) dois universos (em nossa amostra) que, grosso modo, se opõem a partir das diferentes relações estabelecidas por seus capitais, atravessada por diferentes mediações e práticas sociais.

Ora, mas ao contrário de outras descobertas (Bourdieu, 2019), não temos aqui apenas dois polos (predominância de capital econômico sobre o escolar/predominância do capital escolar sobre o econômico), na medida em que o curso de enfermagem apresenta propriedades sociológicas que expressam, sem veleidades, a força dos constrangimentos da sociedade brasileira, especialmente de sua desigualdade social, posicionando-o, na base da estrutura social. Antes de mais nada, não podemos nos esquecer de que 42,6% das discentes de enfermagem têm renda familiar de até 2 SM, ou seja, praticamente metade do curso se insere na classe D. Tal pertencimento afetou, como vimos ao longo dos capítulos 4 e 5, a formação de seu capital escolar/cultural e contribui para a fragilidade de seu potencial cognitivo, operando (em geral) a construção de agentes sociais desapetrechados intelectual e cognitivamente. Por isso, tendencialmente mais suscetíveis à força de mediações sociossimbólicas conservadoras e/ou autoritárias. Como resultado, temos outro núcleo que se posiciona “fora” da oposição estruturante descrita anteriormente e que reflete, em nosso universo, a localização não mais de

¹⁹¹ Ver capítulo 5.

fração de classe C, mas os constrangimentos gerados pelo pertencimento a outro estrato, a classe D. Ou seja, temos aqui não apenas cursos “dominantes” e “dominados”, mas “duplamente dominados”, posto que revelam, sem máscaras, a violência dos constrangimentos estruturais da ordem social brasileira - a intensa usurpação objetiva e simbólica daquelas/es agentes posicionados da base social, que lhes confere uma forma peculiar de ver, perceber e agir sobre o mundo social.

De fato, o campo relacional dos cursos aponta para “estilos de vida” (Bourdieu, 2019 [1984], p.78), que são “diferenciados em seus fundamentos econômicos e culturais, mas também na ordem ética, religiosa e política” (*Ibid.*). Nessa perspectiva, esses estilos de vida se vinculam às frações de classe às quais pertencem os discentes cujos polo conservador e/ou autoritário, composto pelos cursos de odontologia, engenharia, administração e parte de direito apresentam indícios não apenas de integração social, mas, especialmente, de “*integração à ordem social*, enfim, numa medida do que poderia se chamar de gosto pela ordem” (Bourdieu, 2019 [1984], p. 80, grifo do autor). Como apontamos, trata-se, exatamente, dos cursos cujos alunados provêm de estratos sociais superiores em relação aos demais (portanto, dominantes). O que procuramos demonstrar, ao longo da pesquisa, mediante a reconstituição desses traços, ou melhor, das características constitutivas de cada grupo social, que formam uma espécie de “coerência em estado prático” (*Ibidem*) é que esse modo de vida das diferentes frações – e que pode ser observado não somente pela força do capital econômico, mas pela operação das diferentes mediações sociais e da agência na vida cotidiana, como a interação com conteúdo informacionais à direita nas redes sociais – se reflete no campo acadêmico, constituído pelos estudantes, e, como tal, é retraduzido nas suas visões de mundo.

Opondo-se a esse polo tão concentrado, temos os aglomerados provenientes das frações mais baixas, especialmente jornalismo (e parte de direito), que reflete na sua posição dentro do campo dos cursos as diferenças estruturais regidas pela relação entre as frações de classe – com a singularidade de que, no caso de jornalismo, seu capital escolar/cultural e suas práticas de sociabilidade contribuíram para gerar *habitus* tendencialmente crítico em relação à ordem social, o que ocorreu de forma menos intensa entre a fração de direito. Duplamente dominada (sendo inclusive dominada entre dominados), enfermagem se restringe a práticas sociais que reverberam o processo de usurpação objetiva, simbólica e cognitiva que a estrutura e que se reflete nas intensas práticas religiosas evangélicas, música gospel e sertaneja, além de saídas individualistas e conservadores como resolução de conflitos.

O que nos leva ao segundo ponto de nossa argumentação – a reprodução da ordem social, promovida pelas empresas privadas de educação com fins lucrativos. Como procuramos demonstrar¹⁹², tais organizações não são entidades republicanas incumbidas da produção de conhecimentos humanistas e transmissão, supostamente neutra, de conceitos e/ou técnicas destinados à formação cidadã do estudante¹⁹³; ao contrário, seus mecanismos de operação e suas “produção ideológicas” são determinadas pelo local que ocupam no campo específico das faculdades, centros e universidades privadas, que, a partir dos anos 2000, constituíram o espaço de competição entre empresas privadas de educação (com fins lucrativos) cuja estrutura foi determinada, entre outros fatores, pelo processo de oligopolização desses centros, com vistas à captação de alunos, investimento na Bolsa de Valores (BV), valorização de suas ações, dentro de um novo modelo acionário que rompe com o padrão tradicional de empresa familiar e que se beneficiou dos repasses do fundo público, apropriado privadamente por tais corporações, denominado de “financiamento estudantil”, especialmente, do período de governos de centro-esquerda (2003-2016).

Nesse complexo processo, tais empresas operam profunda reengenharia, como foi o caso da Estácio de Sá, implantando modelos de gestão (em todas as dimensões, desde a administrativa até a educacional e, naturalmente, a financeira) e, ao mesmo tempo, disseminando seus valores, atrelados às noções de empreendedorismo, meritocracia, competição e individualismo. Enfim, toda a gama de significados que traz em seu cerne o *ethos* do mercado como fonte de organização socioeconômica e imputação de sentido à própria vida. Observando a imposição dessas concepções da empresa cujo objetivo consiste em produzir, simbólica e tacitamente, aderência aos requisitos do mercado, fica evidente a configuração de um núcleo de práticas que configuram a base da visão de mundo neoliberal e que, entre outras funções, tende a operar em favor de (algumas) frações de classe mais altas da sociedade e, em contrapartida, em detrimento dos segmentos opostos – justamente, grande parte das frações sobre as quais nos debruçamos ao longo da presente tese.

Dentro dessa perspectiva, detectamos a construção de um discurso de saber-poder que se articula a partir da tríade: gestão, meritocracia e empreendedorismo cuja operação consiste

¹⁹² Ver capítulo 2

¹⁹³ Embora isso possa acontecer, tendo em vista o esforço e empenho dos trabalhadores das empresas privadas de educação com fins lucrativos que encetam, diariamente, sua luta pela qualidade educacional e, dessa forma, pela formação cidadã e humanista de seus alunos, que suplanta a dimensão (e o treinamento) técnicos. Embora cientes dessa característica central, que tivemos a oportunidade de acompanhar e testemunhar em muitos colegas, aqui nos referimos às tendências gerais de operação dos grandes conglomerados educacionais que formam um padrão empresarial-pedagógico

em naturalizar as percepções dos agentes mediante a construção (e reprodução) de um conjunto de práticas, comportamentos e expectativas de vida que – como afinidades eletivas – operam a consolidação do *ethos* neoliberal na estrutura das corporações, de um lado, e nas suas técnicas e conteúdo de ensino, de outro. Estratégias que podem ser observadas pela presença permanente de cursos – tanto na graduação quanto na pós-graduação – acerca de gestão e empreendedorismo, designadores discursivos e práticos de adensamento e reprodução da ordem social.

Ora, o resultado desse processo é uma pedagogia da violência simbólica, na medida em que tais organizações e aqui nos referimos, naturalmente, à Estácio Juiz de Fora, operam por inculcação de um arbitrário cultural dominante, portanto, pertencente à classe e/ou fração de classes dominantes, sobre frações dominadas da estrutura social que, ao não reconhecerem a força da violência simbólica que passa a ser exercida em seu desfavor, aceitam o conjunto de valores, ideias e disposições atinentes à cultura dominante, expressão colonizada dos valores neoliberais. Portanto, organizações como a Estácio JF tendem a operar mediante a inculcação do arbitrário cultural dominante – já que existem diferentes arbitrários culturais constantemente em luta no interior de uma mesma formação social – sobre frações de classe dominadas e, com isso, operam – e aqui estamos diante da operação prática e simbólica desse processo – na reprodução das estruturas sociais, primeiro, da própria empresa e, em segundo e mais complexamente, das estruturas sociais da sociedade no interior da qual ela se funda (e reproduz). Detectamos, pois, a operação da reprodução conservadora da ordem social à qual a grande maioria dos cursos aqui estudados – à exceção de jornalismo e parte de direito – adere.

Nessa perspectiva, toda “ação pedagógica¹⁹⁴ (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário de um arbitrário cultural” (Bourdieu, 1992 [1970], p. 20). Ressaltamos, antes de mais nada, que a noção de “ação pedagógica” não se restringe apenas à educação formal, podendo ser exercida, a título de exemplo, no ambiente de trabalho. O que nos interessa observar e que vai ao encontro dos dados encontrados no presente trabalho é a tendência da ação pedagógica de contribuir para reprodução do arbitrário cultural dominante e, assim o fazendo, contribui para a reprodução das relações de força que estruturam uma dada formação social, onde o ensino dominante fica sob o monopólio das

¹⁹⁴ “AP é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação).” (Bourdieu, 1992, p. 21).

classes dominantes. Ora, em nosso caso, encontramos – a partir da primazia do objeto – algo diferenciado, pois estamos diante, isto sim, de frações de classes dominadas – nunca será suficiente enfatizar que 70% de nosso universo é constituído por filhos e filhas de famílias cuja renda (total) vai até 4 SM. São frações de classe dominada que reproduzem as práticas e concepções de frações da classe dominante.

O ponto crucial, em nosso entendimento, consiste em observarmos a congruência que se estabelece entre a emergência de um campo de corporações de ensino superior privado (com fins lucrativos), de um lado, e segmentos da juventude (beneficiados direta ou indiretamente pela inclusão de cerca de 29 milhões de pessoas na “classe C”), de outro, que contribui para o surgimento de uma nova modalidade de educação – e esse nos parece o ponto chave: um modelo educacional destinado, prioritariamente, aos segmentos mais baixos da população brasileira, com a singularidade de que a “venda da educação” assume características massificadas, impensáveis sem as políticas de financiamento estudantil. Daí, a expansão de, pelo menos, três modelos de “pacotes” - cursos de graduação, cursos técnicos e, especialmente com a pandemia de COVID-19, a intensificação de cursos de Ensino à Distância (EaD), que hoje se tornaram uma das estratégias mais lucrativas¹⁹⁵.

O que queremos dizer com isso? Ora, os mecanismos de inculcação de arbitrário cultural dominante — em nosso caso, ele implica a imposição das noções de gestão, empreendedorismo, meritocracia, sucesso, entre outras —, construídas para operarem como noções da cultura dominante, são aqui destinadas a frações de classe dominadas e que, ao admitirem tais noções (especialmente a partir das expectativas de vida que elas produzem afetiva e cognitivamente) passam a jogar o jogo social a partir das concepções daqueles que melhor dominam as regras do próprio jogo. Por isso, devido ao contato prolongado com as premissas pré-reflexivas do jogo — a formação do *habitus* de classe —, têm maiores chances de dominá-lo. Consequentemente, as ações pedagógicas desencadeadas pelas organizações estudantis de ensino superior privado, “tendem a reproduzir o sistema dos arbitrários culturais característicos dessa formação social, isto é, o domínio do arbitrário cultural dominante: contribuindo, por esse meio à reprodução das relações de força que colocam esse 'arbitrário cultural em posição

¹⁹⁵ Podemos acrescentar, ainda, o nascimento de uma nova estratégia, os cursos destinados, exclusivamente, à elite, como o curso de medicina. Seriam, portanto, quatro estratégias com vista a atingir diferentes nichos de mercado entre a juventude.

dominante” (Bourdieu, 1992 [1970], p. 25). Na base desse processo, estão as divisões objetivas de classe que fornecem os diferentes tipos de capital para a construção do arbitrário cultural dominante sobre os demais arbitrários, de modo que tal imposição – a violência simbólica – contribui para dissimular as estratégias de reprodução da ordem social operada pelos dominantes.

Dando prosseguimento, na próxima seção (e nas seguintes), procuramos delinear os campos semânticos e as ideias chave que estão na base das visões de mundo operadas pelos diferentes agentes sociais e que permitem diferentes tipos de articulação política. Quais as dimensões semânticas, isto é, de produção de significados sobre o mundo social que operam mediante a imputação de sentido sobre as várias esferas da vida social? Como compreender sua articulação na formação de visões mais amplas que estão na base – defendemos – da produção de *habitus* tendencialmente autoritários e/ou conservador entre a juventude do ensino superior privado? Em que consiste, enfim, a multidimensionalidade das percepções autoritárias e/ou conservadoras e progressistas dessas “unidades geracionais” (Mannheim, 1982)?

6.2. COSMOVISÃO E IDEIAS FORÇAS: O ANTIPETISMO

Agora que conseguimos delinear os modelos de autoritarismo, conservadorismo e progressismo, observando a dispersão das modalidades no plano cartesiano da ACM e sua correlação com as categorias socioeconômicas; depois, a formação de três grandes *clusters*, que nos permitiram observar o adensamento dos principais caracteres de cada agrupamento com a respectiva análise de suas relações com a dimensão estrutural por meio da ACH; e, finalmente, após delinear a configuração de três elipses de indivíduos, capazes de concentrar ainda mais os traços determinantes dos alunos entrevistados e de discutir a construção do campo das faculdades e dos mecanismos de reprodução social, gostaríamos de dar continuidade à nossa pesquisa, levando às últimas consequências a concepção de “nebulosa”, de Pierucci (1987, 1989, 1990). Significa que objetivamos lapidar nossa descoberta apresentando, em profundidade, algumas das dimensões constitutivas, especialmente, do fenômeno autoritário, explorando sua multidimensionalidade e seus diferentes padrões de construção de sentido. Isso implica, como o(a) leitor(a) já deve ter percebido, uma radical crítica à concepção de direita/esquerda como unidades polares que se posicionam na forma de “linha” – o contínuo de pontos, um diante do outro, mediados pelo centro.

Descobrimos, entre outros elementos ao longo de nosso trabalho, que uma das propriedades centrais do autoritarismo (e aqui o estudamos enquanto fenômeno de direita) consiste nas suas variadas dimensões que, dependendo da conjuntura histórica, se afastam, rompem e, especialmente, como visto no pleito de 2018 (e de 2022), articulam-se e, o que é necessário indicar, há probabilidade de que se articulem (novamente) no futuro. O fenômeno em tela não é apenas pluridimensional; é fundamentalmente dinâmico, conformado pela pujança de fatos histórico-sociais (estruturais) e pela agência dos indivíduos. Por isso, nosso esforço contínuo em desvendar sua gênese – pertencimento de classe, redes de sociabilidade, lazer, interação informacional nas redes, entre outros – a partir do contexto social de seu nascimento para, do outro lado dessa relação, deslindar suas percepções político-identitárias e suas tomadas de posição. Nessa perspectiva, procuramos guiar nossa análise pela relação estrutura e agência, apreendendo a dimensão mais profunda da ordem social e, ao mesmo tempo, a ação dos agentes e, como essa ação é, simultaneamente, constituída e constituinte da estrutura.

Portanto, procuramos fazer exatamente o contrário do que nossos oponentes fizeram (na verdade, eles não o fizeram), quer sejam institucionalistas, pós-modernos declarados (ou não) e foucaultianos – tocar na materialidade constitutiva da realidade social, estruturada por divisão de classes cujo mecanismo operatório tende a perpassar identidades, conformar e gestar instituições que, em contrapartida, reverberam a influência da ação dos agentes sociais. Uma das positivities dos oponentes, o que não deixa de ser irônico, consiste em revelar o que não se deve fazer. Voltando ao cerne da questão: nosso objetivo consiste em delinear as dimensões do autoritarismo. Para isso, temos que observar a relação entre os agentes sociais e as convicções simbólicas, que operam como fontes de produção de visões de mundo e, naturalmente, de imputação de sentido sobre o mundo social e natural.

Quais as convicções simbólico-discursivas que orientaram cognitivamente e normativamente os atores sociais nas suas tomadas de posições ao longo das lutas políticas e sociais dos últimos anos (Messenberg, 2017)? Para a autora (Messenberg, 2017) faz-se necessário delinear a cosmovisão que nutre as percepções e atividades desses grupos sociais – isto é, o conjunto de “valores ou princípios culturais que embasam as concepções do universo e da filosofia de vida de uma sociedade ou grupo” (Messenberg, 2017, p. 622). Dentro dessa lógica, a tarefa consiste em sistematizar os campos semânticos cuja emergência se estrutura a partir de certas ideias força que se apresentam com regularidade na justificação que esses atores elaboram sobre suas

próprias visões de mundo e ações em contraposição a outras visões de mundo competitivas (Messenberg, 2017).

O primeiro campo semântico que articula a tradição de pesquisas (Messenberg, 2017; Solano, 2017, 2018; Tatagiba, 2018) e que também se detecta nesse trabalho é representado pelo antipetismo. Ele se concentra nos dois padrões relativos à conjuntura política – “dimensão eleitoral” e “efeito Lava-jato”, na medida em que o antipetismo foi uma das alavancas políticas centrais da plataforma do ex-capitão, responsável por arregimentar votos de diversas frações da direita e extrema-direita, ao passo que a lógica da operação Lava-jato se concentrou, seletivamente, em denúncias de líderes nacionais petistas. Em outras palavras, ambas as lógicas se caracterizam por apresentarem a força e coesão do antipetismo, o que pode ser percebido pelos resultados da ACM. No eixo 1, a força total da variância chega a 16,5% - 11,2% da primeira categoria (efeito eleitoral) e 5,3% da segunda (Lava-jato), expressando-se, entre outras, nas modalidades de voto na direita (em ambos os turnos) e na defesa irrestrita da prisão de Lula da Silva, do *impeachment* de Dilma Rousseff e no perdão dos erros da Lava-jato.

Por sua vez, no eixo 2, se a força da lógica “dimensão política” se revela menor – 1,5% de variância –, o “efeito Lava-jato” chega a 5,6%, totalizando 7,1% de variância (dos dois padrões). Nesse segundo eixo, as modalidades mais fortes representam a defesa do perdão dos erros da operação citada, do *impeachment* de Dilma e da prisão de Lula da Silva, além da avaliação positiva do governo Jair Bolsonaro. A força da variância dessas duas lógicas – consubstanciadas nas ideias força de cada modalidade – demonstra o processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT), em particular, e da esquerda, em geral, como responsáveis pelas mazelas do país, em especial da crise econômica e da corrupção, erigida como o maior mal da nação (Tatagiba, 2018). Não se pode esquecer que, além da intensa defesa da detenção e de deposição das duas figuras centrais do PT, percentuais significativos dos respondentes se posicionam a favor do combate a todo custo contra a corrupção (dentro e fora da lei), representada pela questão nº 57. Os índices das tabelas binárias, como complementação para a ACM, demonstram que apenas jornalismo apresenta baixa defesa para o combate à corrupção a todo o custo (14,3%). Quanto aos demais, 22,2% dos alunos de direito são favoráveis a essa medida autoritária; 23,3% de engenharia civil; 28,1% de enfermagem e 23,5% de odontologia. Administração se isola com impressionantes 42,9%.

Uma das tabelas mais significativas sobre o antipetismo é a nº 60 que versa sobre a prisão de Lula: os dados se mostram, nitidamente, reveladores da cristalização desses valores

por parte da direita, em geral. Como esperado, engenharia e administração apresentam percentuais surpreendentemente altos para a defesa da prisão do líder petista: 55,6% e 54,4%, respectivamente, o que corrobora, diga-se de passagem, os resultados da ACM que apresenta os dois cursos como os de maior concentração para modalidades autoritárias e punitivas.

O nível intermediário é composto também por altas taxas: 49,4% de odontologia, 46,8% de direito e 32,8% de enfermagem. Odontologia se apresenta, portanto, favorável à prisão, o que aponta para posição de centro-direita com viés punitivista. Direito, em contrapartida, se notabiliza pela impressionante fratura (46,8% a favor e 46,8% contra), determinada pelo fato de que seus alunos provêm de frações de classes diferentes e são submetidos a diferentes mediações sociais. Enfermagem, por sua vez, apresenta posição menos autoritária que os demais, se deslocando, nessa questão, para a centro-esquerda, ao passo que jornalismo, isolado, conta com apenas 14,9% de respondentes favoráveis à detenção.

Na medida em que a corrupção passa a ser concebida como prática intrínseca e usual do Partido dos Trabalhadores, em particular, forma-se a “simbiose discursiva construída entre o PT e as noções de corrupção e crise” (Messenberg, 2017, p. 634). Dentro da elaboração dessa complexa lógica de estigmatização, mais do que a corrupção em si, o tema do antipetismo foi erigido como agenda política de união entre as várias frações de direita durante o penúltimo pleito eleitoral. Como resultado da construção dessa crise, os males que passam a assolar o país são atribuídos, especialmente, ao PT: para 91% dos manifestantes, o PT fez mal ao país; 82% deram nota zero ao partido, sendo que 81% consideraram o ex-presidente Lula da Silva como um dos maiores bandidos do cenário político (Telles, 2016), ao passo que 82% concebiam a ex-presidente, Dilma Rousseff, como malfeitora (Telles, 2016). Os dados fazem parte de pesquisa da autora (Telles, 2016) sobre manifestação em Belo Horizonte (12/04/2015).

Assim fica claro que o tema da corrupção, a legitimidade da prisão e detenção dos ex-presidentes, a defesa do perdão da Lava-jato em virtude da necessidade de “limpeza” do país, conjuntamente, formam algumas das ideias força que não apenas estiveram na base do antipetismo, como foram responsáveis pela construção desse campo semântico. A lógica intrínseca a esse processo se encarna no “mito do complô” que assume o poder cognitivo e político de chave explicativa da realidade sociopolítica. Ou seja, ao invés da determinação dos nexos causais estruturantes e significativos para a explicação da realidade social, procede-se à redução da complexidade dos acontecimentos a uma única causalidade. A estratégia, ao reduzir a complexidade do mundo social, torna-o inteligível.

Acrescente-se que, ao lado de delinear o culpado pelas mazelas sociais, esse tipo específico de inteligibilidade “opera o deslocamento para o plano moral daquilo que é o produto da ação humana, e não da ordem do mal” (Tatagiba, 2018, p. 106). “A associação entre *antipetismo e luta contra a corrupção* ofereceu uma poderosa chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas” (Tatabiga, 2018). Observa-se a elaboração de uma série de paralelos, em especial a partir dos discursos do então candidato Jair Bolsonaro (PSL à época), entre o PT e a “ameaça comunista”, “com o imaginário da ameaça estrangeira e a associação do comunismo à imoralidade e criminalidade” (Maitino, 2018, p. 128). Se, na década de 80, apontava-se – dentro dessa lógica – para a degradação moral dos comunistas, responsáveis pela destruição da família e deturpação dos princípios da moral e decência (Pato, 2000), na presente quadra os ataques se deslocam, em especial, às políticas de proteção a minorias (ou majorias silenciadas), concebidas como “privilégios”. A exemplo da tradição militar anticomunista, que se reatualiza nas cruzadas morais da conjuntura atual, a solução estaria na defesa permanente da ordem e da disciplina. Portanto, o antipetismo opera no sentido de enquadrar as políticas de inclusão social do PT em chaves conceituais usadas na época do regime militar (Maitino, 2018). “Ao atualizar o imaginário anticomunista por meio do antipetismo, Bolsonaro articula fortemente dois campos semânticos centrais para os novos movimentos de direita no país: o antipetismo e o conservadorismo moral” (Maitino, p. 129, 2018).

No entanto, além do fato inescapável do antipetismo e da corrupção encarnarem fatores centrais para a análise da conjuntura atual, especialmente por sua força aglutinadora, que se transforma em plataforma de ataque político, defendemos a existência de outras variáveis, especialmente do ponto de vista social e simbólico, que estariam na base formativa do fenômeno de reação às políticas de inclusão petistas. Ou seja, é necessário compreendermos como determinados estratos da classe média perceberam os efeitos desses pequenos rearranjos políticos na estrutura social desigual da realidade brasileira. Partimos, nessa perspectiva, de que as políticas de inclusão social (especialmente o Bolsa Família (BF), a política de cotas e os programas de financiamento estudantil [FIES, PROUNI etc]), com suas (pequenas) mudanças econômicas objetivas, impactaram a percepção social dos estratos mais altos da classe média. Esse segmento que se caracteriza, entre outros traços, por incorporar uma série de ideologias provenientes dos estratos dominantes de valorização do trabalho e de mobilidade social em função da posição ocupada na hierarquia social e do exercício do trabalho intelectual.

Em outras palavras, a classe média, entre outros caracteres, define-se por critérios meritocráticos que a afastam das tarefas manuais exercidas pelas camadas populares, percebendo a ordem social como uma hierarquia cujos traços de superioridade (especialmente intelectual) seriam intrínsecos a seu universo. “A contradição entre capital e trabalho é *parcialmente apagada e substituída* por um sentimento de superioridade do trabalho não-manual conquistado por mérito individual, especialmente nas funções técnico-científicas” (Cavalcante, 2015, p. 180).

Do ponto de vista conjuntural, os resultados das políticas de inclusão social do Lulismo como a queda do desemprego, o aumento de renda média do trabalhador e a pequena redução da desigualdade impactam, entre outros fatores, o poder de barganha da relação entre o estrato popular e as frações mais altas da classe média, configurando uma nova relação entre patrões e empregados (o que pode ser percebido pelo aumento médio do percentual da área de serviços à época – 50%). As relações que, até então eram determinadas pela venda da força de trabalho no nível mínimo de reprodução (o que caracteriza o subproletariado), sofrem sutis transformações na sua assimetria de poder. Grosso modo, como Cavalcante (2015) aponta, percebe-se redução da oferta dessa mão de obra barata para a prestação de serviços à classe média, o que impacta – ainda que de forma suave – o nível objetivo e subjetivo de vida desses estratos mais altos, atravessados pela ideologia do mérito e da especialização em serviços intelectuais, garantidos pelo tempo livre gerado, entre outras variáveis, pelas funções manuais desempenhadas pelos trabalhadores não-qualificados (especialmente, o de empregadas domésticas).

Acrescentamos a isso o impacto da ascensão da juventude popular, majoritariamente não-branca, às instituições de ensino superior privado que, a despeito de sua qualidade dúbia, credencia estratos até então não-qualificados para ascenderem a posições baixas e medianas no mercado, acionando certa concorrência. O universo de privilégios objetivos e subjetivos das frações mais altas da classe média passa a ser posto em risco:

a reação conservadora da classe média se efetiva em meio a mudanças materiais e objetivas importantes, mas o teor e a intensidade da revolta explicam-se em maior medida em razão de uma afronta a ideologias que fornecem a justificação de mundo da classe média (Cavalcante, 2015, p. 190-191).

Dentro dessa lógica (Cavalcante, 2015), a introdução das cotas étnico-raciais é emblemática das mudanças na relação de força entre os estratos sociais, na medida em que quebram o monopólio de reserva de mercado destinado aos filhos da classe média, questionando “a validade prática e normativa de mecanismos meritocráticos” (*Ibidem*, p. 191), fundacionais da visão de mundo desse segmento. Em outras palavras, a perturbação da “normalidade meritocrática” (*Ibidem*, p. 191), dos próprios fundamentos da sociabilidade da classe média, cujas raízes se estendem ao período colonial, e que se notabiliza pela normatização de privilégios e supostos atributos intelectuais, é que estaria na base da revolta contra a esquerda. Muito mais do que as ocasionais mudanças determinadas pelo “reformismo fraco” (Singer, 2012) do Lulismo, o estopim das reações do antipetismo provém do leve deslocamento (provavelmente, inintencional) nos mecanismos de justificativa da vida dos estratos médios. É no interior desse processo mais amplo que incide sobre as estratégias ideológicas desse segmento que também se encontra a aversão histórica da classe média à inclusão das frações populares à ordem social capitalista.

Se, por um lado, as classes médias, afetadas em suas justificativas ideológicas, passam a temer a perda do monopólio de seus espaços sociais para setores emergentes, “incluindo não brancos, migrantes internos e minorias” (Ridenti, 2018, p. 60); por outro, essa mesma “sensação de ameaça” se articula ao combate irrestrito à corrupção. Dentro desse padrão (Ridenti, 2018), a justificativa meritocrática (posta em perigo) tende a ser substituída pela cruzada contra atos de corrupção governamental, “o que dá um motivo moral e conscientemente aceitável para o protesto contra a ampliação de direitos sociais, quando não ocorre a adesão aberta a posições racistas, homofóbicas e antidemocráticas” (Ridenti, 2018, p. 60). A disputa política, deslocada para o campo da moralidade, se apropria da corrupção como centro semântico privilegiado, e se irradia por outras temas centrais da esfera pública. O resultado é a geração de propostas e soluções morais para os campos do comportamento, sexualidade, reprodução, família e mesmo para a segurança pública “e pelo uso de métodos enérgicos no combate ao crime” (Maitino, 2018M, p. 127).

6.3. COSMOVISÃO E IDEIAS-FORÇA: A DIMENSÃO MORAL

Quanto à religião – que produz fortes efeitos na determinação da dimensão moral -, antes de mais nada, convém observarmos que, no capítulo anterior, discutimos alguns aspectos centrais do protestantismo evangélico, enfatizando seu núcleo semântico, constituído a partir da família, cujos valores tendem a ser, por sua vez, transportados a outras esferas sociais através da execução de um projeto de poder específico, objetivando impor uma visão de mundo legítima sobre a religião no Estado e na sociedade. Por meio dessa luta pelo monopólio do conceito legítimo de religião (e sua implementação), pudemos desvendar, tendo como base as principais contribuições da tradição de estudos religiosos (Pierucci, 2006; Almeida, R. 2017, 2019, 2020; Mariano, 1996, 2004, 2011; Camurça, 2019; Schiavo, 2014) os caracteres centrais de um conflito acerca da melhor forma de regulação do Estado, não apenas mantendo, mas adensando as estratégias de interferência da religião sobre o espaço público.

Nessa perspectiva, apontamos que a religião passa a se exercer com o intuito de regulação de políticas públicas, contribuindo para processos de regressão moral e social no Brasil, na medida em que implica, entre outros elementos, na apropriação do modelo de família tradicional como base para a elaboração e execução de políticas públicas, contribuindo para a colonização da dimensão política pela moral. O “esquema” desse projeto de poder implica por sua vez a relação entre “política, mídia e filantropia” (Camurça, 2019). Como corolário de nossa análise, refletimos sobre a dimensão de “solvente” de um tipo específico de religião, a universal, que se singulariza pela sua missão de proselitismo, isto é, de conversão em massa do maior número possível de fiéis; porém, observamos que, para tanto, religiões universais – como o protestantismo evangélico – solapam as relações sociais anteriores dos agentes sociais, repondo-as em uma nova rede de sociabilidade.

Dentro desse processo, ainda enfatizamos que a conversão dos novos fiéis sempre ocorre mediante a cooptação do sujeito como indivíduo que, cooptado, é reinserido em novo universo social. Esses traços, além do mais, apresentam semelhanças com as formas do mercado, operando como dinâmicas sociais determinadas por “afinidades eletivas”. Com isso, destacamos, sobretudo, as relações de “afinidade” entre protestantismo e mercado e como tal articulação opera na base do projeto de poder evangélico para, à luz das contribuições mais recentes da tradição de estudos da religião, analisar a dispersão e concentração das modalidades, especialmente, as conservadoras e/ou autoritárias do eixo 1 de nosso gráfico. Tendo em vista o exposto, nosso intuito, nessa subseção, consiste em ampliarmos a perspectiva analítica, captando outras características dos evangélicos que, grosso modo, podem ser concebidas como

“positivas” para, em seguida, abordarmos, criticamente, a posição de nosso(a) interlocutor(a) permanente (Spyer, 2020).

Uma das propriedades mais marcantes do evangelismo (tanto pentecostal quanto neopentecostal) consiste no fato de que ele apresenta um conjunto de características que conseguem responder às demandas imediatas de grande parte dos estratos sociais mais baixos, em situação de vulnerabilidade social (Spyer, 2020). Para compreendermos essa complexa situação, basta observarmos que, a princípio, o protestantismo se volta às camadas mais pobres da população, ou seja, se caracteriza por ser popular e, em consonância, apresentar-se em linguagem simples, avaliando o mundo como cindido entre o bem e o mal. Nessa perspectiva, à avaliação binária da realidade se articula outro elemento resgatado do catolicismo popular, a crença no sobrenatural que se encarna, sobretudo, nas figuras e/ou símbolos provenientes da religiosidade afro-brasileira. Ademais, como corolário, ela ainda faz uso de forte remissão a aspectos emocionais de seus fiéis, estruturando-se por meio de cultos vibrantes, partilhados com intensidade por todos. Será a vertente neopentecostal, observa Spyer (2020), que irá adensar ainda mais o aspecto performático dos cultos, a exemplo do que ocorre na Igreja Universal do Reino de Deus. São justamente as demandas, argumenta Spyer (2020), oriundas da estrutura desigual da realidade brasileira que tendem a ser respondidas, cotidianamente, pelo evangelismo; a igreja, muitas vezes, assume o papel do Estado que, tradicionalmente (exceto pelo aparato punitivo), não está presente nas periferias.

Dentro dessa perspectiva, emprego, alcoolismo, violência doméstica, proteção de filhos contra o tráfico/drogas – todo esse conjunto de fatores que tende a assolar as frações mais baixas e depauperadas da população – não apenas encontram escuta, como ajuda por parte dos integrantes do evangelismo e, no limite, solução efetiva. Mesmo a Teologia da Libertação (TDL), que se volta para os conflitos e desigualdades da periferia, acaba apresentando, segundo o autor, um discurso excessivamente intelectualizado para esses contingentes populacionais (Spyer, 2020). Dentro desse processo de respostas e apoio às demandas imediatas, os migrantes nordestinos que desceram para o sudeste, na segunda metade do século passado e que ocuparam as periferias encontraram, em geral, a ajuda protestante nos espaços comunitários onde o catolicismo não chegara.

O antropólogo Juliano Spyer (2020) demonstra o ciclo virtuoso que a conversão pode gerar na vida do fiel: a igreja passa a funcionar como rede de sociabilidade alternativa, concorrendo com outros ambientes, tais como bares e/ou tráfico de drogas. O espaço

alternativo, por sua vez, atua no disciplinamento dos convertidos não apenas mediante os cultos, mas também através de cursos, escutas, formação técnica, auxílio jurídico e assistencial, o que contribui para deslocamento significativo na vida do convertido: seu encaixe no trabalho formal (Spyer, 2020). Mediante o novo emprego, o fiel tende a adquirir a proteção do Estado e a ter maior equilíbrio financeiro, fatores que contribuem para sua estabilidade familiar. Ou seja, essa nova rede de sociabilidade opera em várias frentes através do disciplinamento para o trabalho e, com isso, reinsere, formalmente, o agora fiel no mercado com a consequente superação (sempre parcial e provisória) de sua vulnerabilidade social, o que ainda pode fortalecer os vínculos familiares, educação para os filhos (sem falar na proteção contra as drogas, mantendo-os em atividades ligadas, durante horas, à igreja) e ainda a incorporação da mulher no mercado (Spyer, 2020). Para o especialista, “[a igreja] cumpre a função de estado de bem-estar social informal” (*Ibidem*, p. 114).

Nessa perspectiva, a educação passa a fazer “parte dos processos de disciplinamento dos jovens” (Spyer, p. 119, 2020), ou seja, transforma-se em parte integrante da regulação da conduta dos filhos com resultados efetivos para a melhora da condição socioeconômica da família convertida, um instrumento prático de aumento de remuneração e aquisição de *status*. Outra mudança interna à estrutura familiar diz respeito ao papel da mulher que tende a levar a cabo a conversão dos leigos, sendo, quase sempre, o vetor de conversão do próprio marido, que, uma vez convertido, tende a se vincular mais ao ambiente religioso e familiar, o que afeta não apenas suas relações domésticas – reduzindo possíveis formas de violência – como também sua interação com outros ambientes sociais concorrenciais (como bares e, no limite, o tráfico).

A reconfiguração dos papéis masculino e feminino em casa tende a disciplinar o comportamento do homem e imprimir mais poder – dentro de limites estabelecidos pela percepção conservadora de papéis sociais – à esposa. “Não é por acaso que uma consequência comum da entrada da família para a igreja seja o arrefecimento da violência doméstica – que é um aspecto presente e comum nas relações de casa nas camadas populares” (Spyer, 2020, p. 124). Como resultado dessa lógica, a mulher não apenas desempenha suas funções na família como passa a ter a possibilidade de conquistar trabalho no mercado formal, passando a atuar no espaço público e, especialmente, fazendo a mediação entre o ambiente doméstico e o religioso.

A própria iniciação civil – como aulas de gestão financeira – começa na igreja, mediada pela comunidade religiosa, a exemplo, inclusive, de cursos de esteticista para as mulheres, atendimento a denúncias de violência, apoio psicológico e jurídico. Como resultado, o casal tende a se reencaixar dentro de um padrão de sociabilidade de família tradicional com papéis

demarcados que permitem, como apontamos, certas formas de empoderamento feminino. No entanto, o próprio autor (Spyer, 2020) admite, a violência de gênero é percebida e, em consequência, tratada como parte do processo de reconstrução da família tradicional e não como elemento integrante da autonomia da identidade feminina.

Talvez o aspecto que exprima com melhor nitidez o apoio dado pelo protestantismo evangélico ao convertido esteja no cuidado e na busca de reintegração social dos presos. O evangelismo busca resgatar o indivíduo do crime, recuperando a noção “de que toda pessoa é merecedora de dignidade” (*Ibid.*, p. 157). Ou seja, suas práticas contribuem para o detento, explica o antropólogo, incorporar um novo tipo de identidade e de reconhecimento público positivo, um novo *status* social. Trata-se, em síntese, de um conjunto de ações – abdicação do consumo de bebidas, retorno à família, apoio de redes sociais, agora, encarnadas na comunidade religiosa que, por sua vez, ajuda na busca de trabalho formal e atividades de reintegração social – que estão “acopladas a visões e práticas de solidariedade e ajuda mútua” (Spyer, 2020, p. 174). Essas estratégias entrelaçadas de solidariedade e de valorização da vida tendem a explicar, como discutimos no capítulo 4, o alto percentual de recusa, entre os evangélicos, da prisão perpétua e/ou da pena de morte, pois toda a vida é digna e a redenção, dentro desta perspectiva, é sempre possível.

Por fim, a Teologia da Prosperidade – e, portanto, estamos nos referindo apenas à fração neopentecostalista dos evangélicos – consegue inverter a lógica católica de modo que a premiação divina se desloca do futuro (do além) para o presente (o agora). Nessa perspectiva, o fracasso seria percebido como resultado dos atos do próprio indivíduo e de suas escolhas erradas, influenciado por entidades demoníacas, anulando, com isso, a análise sobre os constrangimentos gerados pela estrutura social. Nessa matriz, a própria relação do fiel com a divindade é, por excelência, individualizada, pois ocorre sem a mediação do padre católico, por exemplo. O crente se relaciona diretamente com a divindade, tornando-se responsável pela própria salvação, que se manifesta em sua ascensão socioeconômica e, via de regra, na intensificação da competitividade, introjeção das noções de empreendedorismo, meritocracia e eficiência.

Spyer (2020) pondera que o cristianismo evangélico tem impacto positivo, em nível local, ao apoiar as famílias econômica e socialmente, suprimindo, parcialmente, a ausência do Estado; no entanto, em âmbito nacional, atuaria como uma “empresa” com efeitos negativos sobre os fiéis. Alguns pontos resumem as críticas do antropólogo aos protestantes, entre elas sua tendência a impor uma única visão religiosa de mundo sobre a sociedade, enfraquecendo o

pluralismo religioso e aproximando, por sua vez, igreja e Estado, com a consequente instrumentalização da fé, como se vê pela “Bancada Evangélica”, caracterizada pela profissionalização do setor religioso, uso de meios de comunicação de massa e, como consequência, a disseminação de valores conservadores em todo o tecido social.

As análises antropológicas de Spyer (2020) abordam conjunto de aspectos que demonstram a função que o evangelismo passa a assumir ao responder às demandas imediatas das frações mais desfavorecidas da população, atuando nos espaços criados pela ausência do Estado, de um lado, e pelo discurso demasiado intelectualizado do catolicismo, de outro. Essa matriz atua, cotidianamente, propondo alternativas e soluções aos dilemas de parcela significativa da população brasileira marcada pela vulnerabilidade social – aspecto que não pode, sob pena de perdermos a positividade do fenômeno, ser “esquecido” pela análise e que tem na obra de Spyer (2020) singular contribuição. O protestantismo estimula a inserção no mercado formal, atualiza e ressignifica o papel da mulher, fornece alternativas às drogas e/ou bebidas e/ou tráfico de drogas para o chefe da família e filhos, contribui para o controle e diminuição da violência doméstica, oferece ajuda a presos e/ou ex-detentos nos complexos e delicados processos de reintegração social, demonstrando uma face do evangelismo, via de regra, não observada nas análises da religião.

Se o antropólogo foi capaz de apreender processos sociais que nos auxiliam a ter visão mais complexa sobre a religião; sua percepção crítica não consegue atingir, por outro lado, os aspectos estruturais atinentes ao fenômeno religioso em tela e que, em nosso entendimento, contribuem para a reintegração conservadora (ou mesmo reacionária) dos fiéis à ordem social. Grosso modo, ele considera as estratégias de reinserção social dos crentes, sem levar plenamente em conta a força hegemônica dos papéis sociais pré-estabelecidos pela tradição e as demandas do próprio mercado, além de ignorar as estratégias de colonização da forma mercadoria sobre outras esferas da realidade social. Defendemos que grande parte dos processos de reintegração, descritos por Spyer (2020) tendem a operar a partir de percepções instrumentais, inscrevendo tanto a visão de mundo dos fiéis quanto suas ações dentro de uma ética, predominantemente, utilitarista baseada na eficácia de seus resultados, o que fornece as bases para a Teologia da Prosperidade que, acreditamos, deve ser percebida não como um fenômeno à parte ao evangelismo, mas sobretudo como estratégia de solução prática de vida baseada no caráter instrumental, individualizante e racional, intrínseco aos valores semânticos centrais do evangelismo e que cobrem várias dimensões da vida dos crentes, a começar pela educação – como o próprio autor chega a perceber.

Se o incentivo ao estudo é fundamental nas sociedades modernas (e libertador); dentro da visão protestante, a percepção acerca da formação estudantil integra-se ao processo mais amplo e complexo de disciplinamento da força de trabalho, iniciado na própria igreja. A educação, que passa a exercer o papel de signo de prosperidade, pois o indivíduo não é mais “ignorante”, tende a operar, nas próprias palavras do antropólogo, como “um item de consumo” (Spyer, 2020, p. 119), ou seja, um elemento de distinção (Bourdieu, 2007), signo de diferenciação entre os fiéis, ao demonstrar a trajetória de ascensão da família que, ademais, concebe o processo educacional como aquisição de sucesso - replicando, diga-se de passagem, no seu próprio estrato popular, as concepções instrumentais já arraigadas na classe média.

As estratégias de ressignificação do papel da mulher, de fato, dinamizam e ampliam as possibilidades de inserção no mercado e o empoderamento feminino - mas dentro das possibilidades inscritas por uma visão conservadora não apenas da mulher, mas sobretudo de controle do corpo feminino, de sua reprodução e da hegemonia de uma forma específica de família tradicional, determinada pela heteronormatividade. Ou seja, a reatualização da identidade feminina se dá dentro de limites específicos e possíveis, determinados pela tradição social de hegemonia masculina.

Quanto à incorporação dos pais ao mercado de trabalho – fundamental para a sobrevivência dessa fração social –, ela tende a solapar o exercício da crítica aos fundamentos e constrangimentos do sistema sobre a própria vida da família. Sem perder de vista a dura luta pela reinserção social, a reintegração no sistema – via evangelismo - ocorre de forma a prescrever as aspirações sociais dentro dos parâmetros determinantes e determinados pelas estruturas da sociedade capitalista cujos valores tendem a ser duplicados no conteúdo das mensagens religiosas na forma – não apenas das aspirações – mas no sistema de percepções que opera norteando as visões e ações dos agentes sociais orientadas pelo noção de ascensão social (enriquecimento pessoal e/ou familiar). Os fiéis não são apenas integrados socialmente, mas – e isso nos parece o fundamento deste processo –, principalmente, submetidos ao processo de “*integração à ordem social*” (Bourdieu, 2019, p. 80, *itálicos do autor*), isto é, de aderência ao sistema de expectativas, valores, noções, predisposições e ações de manutenção conservadora da ordem social, como vítimas das estratégias de violência simbólica.

Na nossa perspectiva, os limites de certas análises antropológicas são os limites inscritos na própria tradição durkheimiana incapaz de perceber que a reintegração do agente social na estrutura que o circunda e determina (e que é por ele determinada) pode implicar – e quase sempre o implica – o reencaixe conservador do agente ao admitir como horizonte de vida,

expectativa social e modelo acional os determinantes estabelecidos pela ordem. Nessa perspectiva, a reintegração implica, portanto, uma estratégia altamente conservadora de reprodução da ordem social não apenas dentro da dinâmica e das características do mercado como também dentro das prescrições estabelecidas pelos papéis sociais, formuladas pelas matrizes mais reacionárias da tradição social.

Conduzido pela análise durkheimiana, que opera como premissa – esse conjunto fundamental de ideias não ditas e, por isso, determinantes da força e dos limites da análise – Spyer (2020) não percebe que um dos traços centrais da reintegração do indivíduo na sociedade através da mediação religiosa – e, no caso em foco, do protestantismo – é a incorporação, por parte do agente social, de um conjunto de predisposições e noções essencialmente individualistas a operar em conjunto com os mecanismos de mercado, oferecendo a legitimação última da ordem social e transcrevendo no jogo de percepções e ações do agente a matriz doxológica sobre o mundo social. O protestantismo contribui, entre outras mediações, para a introjeção do *habitus* individualista, instrumental e capitalista nos agentes sociais na ordem social e, ao fazê-lo, fornece os instrumentos de pensamento e ação para que a reintegração seja, fundamentalmente, conservadora, em geral, e reacionária, em vários aspectos.

A escolha, quase que exclusiva, pela matriz que enfatiza a percepção integradora da sociedade, ao dispensar os instrumentos de análise dos processos sociais que contribuem como determinações múltiplas e causais dos conflitos, perde a possibilidade efetiva da apreensão dos constrangimentos das estruturas sobre os agentes (e vice-versa), tornando-se incapaz – por suas próprias escolhas teóricas e instrumentos de análise - de desvendar as estratégias de incorporação e cooptação dos agentes e que, no presente caso, contribuem para a reprodução conservadora e/ou reacionária da ordem. Na medida em que os conflitos sociais são constitutivos e determinantes das sociedades capitalistas divididas em classes e atravessadas (também) por tradições conservadoras; a ausência de remissão a tais mecanismos causais contribui para que a análise pague o preço da aceitação dos limites da ordem que se refletem nos limites de seus instrumentos de pensamento, reduplicando o senso comum dos mecanismos de alienação que incidem, sistematicamente, sobre os agentes sociais. Não podemos perder o papel da mediação religiosa que – em conjunto com outras determinações causais – opera na formação do *habitus* instrumental e racional dos fiéis, de um lado, e moralmente conservador, de outro, demonstrando as operações mais profundas de legitimação da ordem, a despeito dos avanços conquistados mediante a adesão à própria ordem.

Ademais, a opção pela matriz durkheimiana impede o antropólogo de perceber (e dimensionar) a violência constitutiva e operatória das religiões “universais”, que implica, antes de mais nada, a ruptura com todos os laços de sociabilidade primária (família) e demais grupos sociais que, porventura, venham a competir com os laços estabelecidos através do protestantismo evangélico. Seu caractere fundante, o de “solvente” (Pierucci, 2006, p. 123), que consiste em ter a força para romper com o antigo e, por meio dessa violenta ruptura, formar novo tipo de laço social que ressignifica a identidade do convertido e, no caso do evangelismo, impõe como tarefa fundamental (entre outras) o proselitismo, a conversão em massa do maior número possível de fiéis, estabelece, como premissa, uma relação individualista entre o crente e a divindade – noção que se articula, perfeitamente, com a concepção neoliberal que preconiza a primazia do indivíduo sobre o coletivo, enfatizando sua possibilidade de ascensão social mediante os critérios, também atinentes ao neoliberalismo, de meritocracia, empreendedorismo e gestão da própria vida.

A conversão ao evangelismo, nessa perspectiva, aponta para a construção de uma normatividade instrumental, contribuindo para a realização de uma noção de indivíduo consoante aos preceitos sistêmicos e às probabilidades (individualistas) que lhe são oferecidas. Perder a percepção de violência, inscrita no âmago das religiões “universais”, significa, sobretudo, perder os efeitos políticos sobre o *habitus* de indivíduos que, dada sua inserção no mundo social, tendem a oferecer menor potencial de apreensão crítica das mensagens religiosas. Para desenvolver ainda mais nosso argumento, pensemos a noção de contrato e como, por meio dela, é possível delinear o enlace entre mercado e evangelismo.

6.3.1. O deslocamento da noção de contrato: a força de uma mediação

Coroando todo o processo objetivo que está na base das estratégias de conversão em massa¹⁹⁶ do neopentecostalismo, configurado na tríade “Política, Mídia e Filantropia” (Camurça, 2019) está a concepção de que o cristão deve ser próspero, individualmente esforçado e, como resultado, vitorioso em seus empreendimentos terrenos (Mariano, 2004). Os cultos, ao enfatizarem o individualismo, o mérito e o esforço pessoal, tendem a ofertar serviços religiosos a soluções imediatas a crentes que almejam sobretudo a ascensão individual na estrutura social. Se mérito e esforço são valorizados, religiosamente, pelas matrizes de cunho

¹⁹⁶ Discutimos a presente tríade à qual pode ainda ser anexada a música gospel (Camurça, 2019), no capítulo anterior (seção 5.2.2).

protestante, a ascensão social passa a ser concebida como fruto da disposição empreendedora dos convertidos que desejam se tornar patrões nas relações de trabalho. Ademais, a disposição empreendedora é alimentada, sobretudo, pela própria dinâmica interna aos ritos religiosos, especialmente o dízimo, gerador de expectativas de prosperidade material e benesses espirituais. “De modo que tais crenças sobre dízimos e ofertas, invariavelmente, encerram cálculos utilitários tanto da parte de quem paga quanto da de quem recebe e administra recursos (Mariano, p. 129, 2004)”.

Na medida em que o dízimo é a contrapartida financeira do crente para o atendimento de suas demandas, ele se torna, dentro da estrutura contratual estabelecida com a divindade, apto a cobrar de Deus a realização do contrato. O divino, em consequência, se torna passível a ser coagido e manipulado para atender aos fins terrenos; dentro dessa lógica de instrumentalização do sagrado, quanto maior o risco do fiel, maior a coação sobre a divindade, pois o desafio – em especial, no neopentecostalismo – antecede o recebimento da benção. Na relação contratual, portanto, o crente se coloca na posição de credor para com Deus (Mariano, 1996), o que implica o deslocamento da noção de contrato da esfera do mercado para o sagrado, redefinindo os limites entre as duas dimensões e, ao mesmo tempo, redesenhando as relações entre indivíduo e divindade que já haviam se tornado diretas. Isto significa que, sem qualquer mediação, agora passam a conferir – mediante o contrato – a capacidade de coação do indivíduo sobre o divino, tendo em vista a reconfiguração de forças reguladas pela noção de contrato, o qual controla a relação entre as partes, tendo como parâmetro a noção de dívida/pagamento que deve ser dirimida pelo devedor, no caso, a divindade em favor do credor. O *ethos* do mercado encontra outro *lócus*. Defendemos que esse deslocamento contribui para que os discursos do empreendedorismo e da meritocracia, essa díade de saber-poder, passem a ser introjetados – através da mediação religiosa – nas frações cognitivamente mais desfavorecidas de nosso universo, ou seja, entre os discentes com menor capital escolar/cultural, como demonstrado pelos eixos analisados no capítulo precedente.

Ponderamos que, de acordo com os dados encontrados no presente trabalho, eles apontam para quatro linhas de forças sociais que atravessam a presente conjuntura brasileira, explicitando as relações que a matriz religiosa protestante evangélica estabelece com o conservadorismo, corroborando pesquisas recentes sobre a multidimensionalidade do fenômeno religioso em tela (Almeida, 2017). São elas: a defesa da economia de mercado (linha econômica); a dimensão da moralidade e dos costumes (linha moralizante); o aumento da defesa da violência do Estado contra populações, geralmente, desassistidas (linha securitária) e a

qualidade e intensidade das interações sociais (linha societal) (Almeida, 2017). Todas elas mediadas pela força da visão conservadora e/ou autoritária da religião.

Dentro da lógica neoliberal, tudo aquilo que se afasta do esforço individual, como a intervenção do Estado na sociedade por meio de políticas públicas, passa a ser percebido como “clientelismo”, “acomodação”, “falta de esforço”, contribuindo para definir visão de mundo que, a despeito de arraigada em estratos mais baixos (mas não apenas), conta com efeitos produtivos para a agenda liberal, como defesa da retração do Estado, a primazia do esforço individual e do mérito pessoal, cujo corolário é a percepção de que a corrupção deve ser combatida fora do sistema político, moralmente, e não através de medidas públicas. “A ideia de esforço individual e a iniciativa privada são valorizados em contraposição às políticas compensatórias e identitárias” (Almeida, 2019, p. 207), pois o esforço do indivíduo tem afinidades de sentido com a Teologia da Prosperidade cujo cerne, como mencionado, incentiva as posturas empreendedoras, acúmulo material e estratégias de ascensão social. Valorizados pela religião, o discurso da prosperidade material, dos sacrifícios rituais - em especial os monetários - e a atividade individual empreendedora e meritocrática produzem ganhos objetivos e subjetivos para a visão liberal de mundo¹⁹⁷.

Quanto à dimensão moral e dos costumes, as conquistas do processo de redemocratização, consubstanciadas, em larga medida, na Constituição Federal de 1988, responsável pela expansão de direitos em várias esferas, tais conquistas passaram a sofrer nos últimos anos fortes revezes e críticas da parte de setores mais conservadores, em geral, com significativa participação de segmento protestante evangélico. Grosso modo, os atuais embates apontam para a disputa da moralidade pública, que se expressa na percepção e luta das religiões cristãs sobre corpo, comportamento, reprodução e família (Almeida, 2017, 2019, 2020), contrapondo-se ao “liberalismo progressista” (Fraser, 2018) cujas políticas de inclusão foram

¹⁹⁷ Já discutimos os dados no capítulo anterior, mas vale a pena revê-los: o percentual de apoio a presidente assistencialista, entre católicos, é 34,4%, ao passo que tais números caem a 27,5% entre evangélicos; quanto a presidente autoritário e/ou eficiente (categoria que aponta para a eficiência e enxugamento do Estado, portanto de matriz liberal [além de autoritária]), 62,5% dos evangélicos escolheram esse perfil para 54,3% de católicos. Ou seja, os evangélicos se destacam pela escolha de perfil eficiente em detrimento de gestores de matriz socialdemocrata (interventores), o que, entre católicos, é invertido: os últimos são mais intervencionistas que os primeiros. Quanto à reforma da previdência, apenas 11,9% dos católicos são favoráveis à proposta, percentual que sobe para quase o triplo entre evangélicos (29,2%); sobre o corte na educação, a mesma lógica liberal se mantém: 84,7% dos católicos e apenas 67,4% dos evangélicos são contrários, dados que, no seu conjunto, demonstram a coalescência, isto é, as afinidades eletivas entre a matriz liberal e a visão de mundo protestante-evangélica.

positivas (dentro de certos limites) tanto nos EUA quanto no Brasil¹⁹⁸. Dentro dessa lógica, a família heteronormativa passa a representar o modelo estruturante do campo moral, determinando comportamentos e laços primários adstritos à heteronormatividade (conservadora), que opera como mediadora de valores e posições conservadoras sobre temas centrais da atualidade – aborto, sexualidade, gênero e modelos de casamentos.

A dinâmica que caracteriza esse campo de valores, porém, não se limita aos protestantes evangélicos, na medida em que busca alcançar e abarcar a sociedade como um todo, expondo a nervura do conflito: a disputa acirrada e violenta de conteúdos de moralidade pública. Salientamos que, a partir dos acordos entre o Partido Social Cristão (PSC) e o governo Dilma Rousseff (2011-2016), os evangélicos passaram a ter presença mais forte na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC), da Câmara dos Deputados, com o intuito de regular, controlar e, no limite, restringir a moralidade liberal e laica (Almeida, 2017). Exemplos desses posicionamentos são o Estatuto da Família (cujo modelo se calca na família ‘tradicional’) e a ‘cura gay’, cuja estratégia consistia em suprimir do estatuto do Conselho Federal de Psicologia, entre outros trechos, a parte proibitiva da ‘terapia’ de reversão.

Dentro dessa lógica, é possível observar dois movimentos, pois a ação desses grupos (e de seus representantes do Legislativo) não se restringe à defesa de sua moralidade, “mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país (*Ibidem*, p. 18).

A religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurou-se e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes (Almeida, p. 208, 2019)

Esses movimentos religiosos estão lutando para impor sua visão religiosa sobre o Estado, a sociedade e seus costumes. Nesse caso, é bom relembramos a diferença significativa entre protestantes e católicos sobre a união entre pessoas do mesmo sexo que representa, nitidamente, as diferentes percepções dos dois grupos: se apenas 23% entre os católicos são contrários à medida, esse percentual praticamente triplica entre os protestantes-evangélicos, saltando para 64,9%.

¹⁹⁸ Ver nota de rodapé nº 142.

No que tange ao aumento da violência do Estado sobre populações desassistidas, o conjunto de ações, propostas e medidas que versam, entre outras coisas, sobre a redução da maioria penal, armamento da população, lei antiterrorismo e encarceramento em massa criam as condições de possibilidade efetivas para a legitimação do arbítrio do aparelho estatal contra segmentos sociais estigmatizados e economicamente desfavorecidos. Nessa perspectiva, salientamos que todas essas propostas são defendidas pelo núcleo mais autoritário do grupo de respondentes do eixo 1. Cerca de $2/3$ – 66,3% - dos deputados evangélicos votaram a favor da redução da maioria penal, ao passo que 67,8% dos católicos defendem a mesma medida.

O primeiro ponto a observar consiste no fato de que ambas as matrizes religiosas apresentam forte nível de punitivismo. Em segundo lugar, a dimensão “positiva” do evangelismo, neste quesito, como já destacamos, parece operar no sentido da reintegração social (e à ordem social) do adolescente infrator, recuperando-o como força produtiva (explorada) para o mercado de trabalho. Do ponto de vista mais geral sobre a percepção punitiva (inscrita nas duas matrizes), a demanda por segurança implica, além da hipertrofia do aparelho policial do Estado, a procura por serviços de segurança privada, de um lado, e a retirada do Estado quanto a políticas públicas de inclusão social, por outro.

Vejam, agora, o último aspecto no qual a mediação da matriz religiosa incide: a qualidade e intensidade das relações sociais, atravessadas por afetos social e psiquicamente intolerantes, especialmente em situações sociais caracterizadas, como na atual conjuntura, por fortes antagonismos políticos. Grosso modo, são ações e percepções que expressam afetos mais amplos e pouco abertos à diferença cujo resultado objetivo consiste na recusa e agressão (simbólica e/ou concreta) a outros grupos sociais. Dentro dessa lógica, “os termos guerra e intolerância têm sido a tônica de algumas relações inter-religiosas e de confronto de posições políticas no Brasil contemporâneo” (Almeida, 2017, p. 25). Ou seja, as intolerâncias políticas tendem a descer para o nível das relações sociais, acentuando-se (e dividindo-se) em três afetos com forte efeitos sociais para grupos estigmatizados (Almeida, 2017; 2019): o primeiro é a vingança contra determinados tipos sociais, a exemplo do adolescente infrator. Nesse caso, os dados da pesquisa apontam os altos percentuais de defesa da redução da maioria penal: 67,8% e 66,3% para católicos e evangélicos¹⁹⁹; o segundo, a fobia, geradora de “pânico moral”,

¹⁹⁹ O que coloca a questão de que a presente variável oferece a oportunidade de análise tanto sob o ponto de vista do crescente aumento da letalidade estatal quanto da intolerância que permeia as relações sociais (ademais, a intolerância é alta entre os professantes das duas matrizes religiosas), com maior intensidade entre católicos. O espírito de solidariedade, criado entre os fiéis do evangelismo, parece atuar nesse quesito, atenuante a violência da percepção punitiva.

especialmente diante de grupos sociais cujas identidades não são socialmente legitimadas; a exemplo da já mencionada união civil entre pessoas do mesmo sexo (64,9% dos evangélicos e apenas 23% dos católicos são contrários) ou mesmo diante da figura do adolescente infrator; o terceiro afeto é o ódio, como a estigmatização de políticos de esquerda e de grupos sociais progressistas, ilustrada, na pesquisa, pelas baixas taxas contrárias à prisão de Lula (apenas 26,1% para evangélicos e 35,3% para católicos).

Para finalizar essa discussão quanto ao papel das religiões na constituição de percepções autoritárias, punitivistas, moralmente conservadoras e economicamente liberais, esses afetos são, em geral, mobilizados dentro da estrita lógica do inimigo. “Tais afetos sociais são pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si mesmos como medida para a vida pública e, por vezes, simbólica e fisicamente agressivos com o que renegam” (Almeida, 2019, p. 210). São essas as dimensões nas quais a religião tende a se encarnar (*Ibidem*) e que foram aqui corroboradas, demonstrando, como procuramos delinear ao longo da presente pesquisa, a intensidade das mediações cristãs nos processos de constituição do *habitus* dos agentes sociais.

6.4. COSMOVISÃO E IDEIAS-FORÇA: A DIMENSÃO NEOLIBERAL

Historicamente, o neoliberalismo, em sua gênese, consistiu em uma reação radical às políticas de cunho keynesiano que embasavam as intervenções do Estado de bem-estar social na metade do século passado. Ou seja, em grande medida encarnou a luta de teóricos de extrema-direita, em especial Friedrich Hayek (1899-1992), contra qualquer mecanismo de controle estatal sobre o mercado. Dentro dessa lógica, o Estado passa a encarnar todo o mal, responsável por destruir não apenas a liberdade dos indivíduos como, especialmente, a vitalidade da concorrência, concebida como a base da prosperidade capitalista. Nessa perspectiva, o mercado é visto, grosso modo, como a única instância social capaz de respeitar e incentivar a primazia do indivíduo entendido como “particularidade inserida num contexto social cuja totalidade lhe escapa” (Paulani, 1999, p. 120). Qualquer intromissão do Estado no mercado era vista como pernicioso e irracional, o que se desdobrava, naturalmente, na defesa do *laissez-faire* como atributo fundamental.

De acordo com a autora (Paulani, 1999), esse conjunto de percepções colocava em questão uma das principais diferenças entre essa doutrina e o liberalismo clássico, formulado no século XVII, por John Locke (1632-1704). Ao contrário da teoria fundante, que se constituiu

em um *corpus* teórico que conjugava filosofia, ciências sociais e economia, o neoliberalismo se apresentava “como uma receita de política econômica (abertura de mercado, estado mínimo, desregulamentação etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem” (*Ibidem*, p. 121). No entanto, com a crise dos países capitalistas no início da década de 70, esse conjunto esquemático e economicista de ideias que, até então, se mantivera como doutrina em um círculo restrito de economistas, adquire as condições históricas de possibilidade para expandir-se. Como prescrição permanente estava a certeza de que todos os males poderiam ser sanados mediante a abertura da economia, a retração do Estado e a contração de seus gastos (*Ibid.*).

A meta primordial consistia em manter um Estado forte o suficiente para romper com os sindicatos – aqui, um dos traços centrais do *Thatcherismo*²⁰⁰ – e controlar seus gastos, especialmente na esfera social. O desdobramento dessa lógica levaria à estabilidade monetária e à disciplina orçamentária com a consequente restauração da “taxa natural de desemprego” (Anderson, 1995, p. 2). O modelo se completava com as reformas fiscais e redução de impostos sobre os grandes rendimentos, gerando nova desigualdade que contribuiria para revitalizar as sociedades capitalistas, mergulhadas em profunda crise devido, acreditava-se, às políticas intervencionistas e ao papel desempenhado, em especial, pelos sindicatos, responsáveis pela deformação do curso natural da acumulação dentro da dinâmica do livre-mercado. Com a contenção do Estado (e dos sindicatos), rezava o credo, o crescimento voltaria e, por consequência, a estabilidade monetária. O impasse se deu diante do fato de que o aumento dos lucros, em grande medida, obtido pelo achatamento salarial e pela criação do exército de reserva (aliás, um ponto crucial no neoliberalismo), não gerou o aumento de investimentos. “Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento

²⁰⁰ A primeira ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher (1979-1990) defendia posições ultraliberais na economia, especialmente livre mercado, privatização de empresas e indústrias em geral e desregulamentação, com ênfase na redução do papel do Estado nos processos econômicos. Thatcher se notabilizou por posições autoritárias e nacionalistas, com especial rigor contra movimentos sociais, em geral, e sindicatos, em particular, como ocorreu com sua recusa a discutir com os mineiros ingleses, durante a greve de 1984. Aproximou-se do então presidente dos Estados Unidos (EUA), Ronald Reagan (1981-1988) que defendia e implementava medidas neoliberais semelhantes e de Augusto Pinochet (1973-1990), ditador chileno que sobe ao poder ao derrubar o então presidente eleito (e progressista), Salvador Allende (1908-1973). Defendeu o regime do Apartheid (1948-1994), na África do Sul, baseado na segregação racial. Também ficou conhecida por implementar o corte de leite a crianças com mais de sete anos nas escolas inglesas. Sua queda de popularidade foi recuperada com a Guerra das Malvinas, conflito pela posse das ilhas em 1982, vencido pela Inglaterra. Para nossos objetivos, sua política articulava intenso autoritarismo e neoliberalismo (além de conservadorismo moral: era antifeminista).

tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (Anderson, 1995, p. 7).

Além de se reduzir a um conjunto prescritivo de medidas econômicas, o neoliberalismo, já na sua gênese, expressa um conjunto de caracteres que são centrais para o presente trabalho e dialogam, de fato, com as posições da tradição foucaultiana (Dardot; Lavalk, 2016). Nessa perspectiva, - e essa é sua segunda diferença em relação ao liberalismo -, ele exige “uma profissão de fé” quanto às virtudes do capitalismo e da livre-economia por uma “questão de respeito às coisas tais como elas são” (Paulani, 1999, p. 121). Em outras palavras, o neoliberalismo nasce com “essa ideia de inexorabilidade da sociedade de mercado” (*Ibidem*, p. 122), qualquer outro sistema de valores e de políticas que se oponha (e opõe) a esse modelo foi/é submetido à crítica (violenta e virulenta) permanente.

O que percebemos agora é o tom característico do sermão religioso, do discurso dogmático que exige rendição incondicional. Muito mais incisivo, por isso, do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso (Paulani, 1999, p. 121).

Portanto, já em seu nascimento, o neoliberalismo apresenta as características aludidas por Dardot e Laval (2015), que destacam seus fundamentos autoritários como estratégias de imposição de um novo consenso sobre a ordem social, concebida – essa saída - como a única possível. Além do mais, sua legitimidade, em grande medida, se assenta na “primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade” (Ianni, 1998, p. 28), fazendo do mercado a dimensão social responsável por produzir e imputar sentido sobre as demais esferas sociais.

Desregulamentação, privatização e, como apontamos em nosso segundo capítulo, reorganização de toda a estrutura empresarial mediante a implementação do discurso gerencial, meritocrático e empreendedor determinam o padrão de operação de mercado dominante de forma que os novos conglomerados – a exemplo dos educacionais – são conformados pelo *ethos* do mercado em sua própria gênese e desenvolvimento. O gerenciamento organizacional das empresas é ditado por meio de contratação de especialistas em finanças, marketing, tecnologia

e reengenharia. Todo este pacote de medidas oferecido em cursos de aperfeiçoamento e capacitação permanentes.

Pelo exposto, podemos considerar o neoliberalismo, com Harvey (2008), como um conjunto de práticas cujo cerne consiste em promover o que se considera o bem-estar humano mediante a liberação das capacidades empreendedoras do indivíduo em contexto estruturado pela tríade da propriedade privada, liberdade de comércio e liberdade de mercado. Ora, o papel do Estado se reduz à criação e manutenção desse contexto, ou seja, das instituições responsáveis por oferecer as condições de possibilidade para o desenvolvimento dessas práticas. Nessa perspectiva, um dos fundamentos da proibição – que adquire força de tabu – das intervenções estatais no mercado se assenta sobre a justificativa de que o Estado não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais emitidos pelo mercado – os seus preços. Ademais, grupos poderosos podem influenciar a intromissão do Estado, contribuindo para perverter a liberdade, que deve ser irrestrita, do próprio mercado (Harvey, 2008).

A consequência mais nefasta desse processo, grosso modo, pode ser observada na naturalização do discurso e das práticas neoliberais que, de acordo com os dados de nossa pesquisa, se tornaram percepções hegemônicas entre grandes frações da juventude que ascende ao ensino superior privado. Dentro dessa lógica, ele se incorporou às práticas permanentes e, enquanto tal, contribuiu (e continua contribuindo) para conformar a maneira como as pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo (Harvey, 2008). Acreditamos que talvez seu cerne resida na ênfase posta sobre a troca de mercado cujo elemento ético operaria como guia a toda a ação humana que, de forma absolutamente religiosa, substituiria todas as éticas anteriores (Treanor, 2005). Por isso, na medida em que a troca é valorizada como elemento nevrálgico do mercado, sua dinâmica depende da liberdade intrínseca a essa esfera, estruturada sobre a liberdade individual. O papel do Estado se faz consoante a preservar a esfera de liberdade do indivíduo e, em consequência, da troca.

Para os objetivos do presente trabalho, dadas as questões elaboradas no questionário, interessa observar as modalidades expressas nos eixos 1 e 2 da ACM, vinculadas à redução do papel do Estado e à posição dos respondentes acerca da meritocracia/sucesso profissional (questão nº 48), além da avaliação e voto no governo Jair Bolsonaro (cujo ministro da economia, Paulo Guedes, é conhecido por suas posições ultraliberais) e, finalmente, a questão nº 58, que versa sobre a avaliação dos sindicatos, a qual indica o grau de apoio (ou rejeição) à classe trabalhadora (uma das semânticas conformadoras do neoliberalismo).

As respostas não-expressas no método mais complexo, a ACM, serão complementadas pelos dados das tabelas binárias. O eixo 1 apresenta significativa concentração de modalidades representativas de posturas liberais, especialmente, no que tange à reforma do Estado (previdência, educação e, inclusive, leis trabalhistas), indicando a intensa defesa da retirada do aparelho estatal de políticas públicas – e o próprio arcabouço trabalhista – destinadas à inclusão e proteção social dos estratos mais baixos da população. O que, ademais, nos chamou a atenção é a alta incidência das modalidades vinculadas ao governo Bolsonaro, pois manifesta-se impressionante consistência do voto no ex-capitão nos dois turnos do penúltimo pleito aliada à avaliação positiva de sua administração. O eixo 2 também apresenta variáveis liberais, que representam as posições do aglomerado de alunos de direito, caracterizados por intensa politização à direita. São elas a defesa do corte na educação e a reforma da previdência (a defesa da reforma trabalhista não aparece nessa região). É nesse grupo, em especial, que o neoliberalismo adquire todo o seu potencial ao se vincular à defesa da operação Lava-jato com suas consequências para a economia nacional (especialmente, abertura irrestrita e desnacionalização).

Nos dois eixos, não há modalidades vinculadas à posição dos grupos acerca dos sindicatos e do sucesso profissional/meritocracia, o que indica que, apesar dessas questões terem influenciado a construção do plano cartesiano, seu grau de variância não foi suficientemente forte para que elas, caso estivessem acima da média, aparecessem no gráfico. Optamos, como complemento, por apresentar as respostas dos cursos quanto a esses dois aspectos centrais indicativos da intensidade da defesa (ou crítica) de posturas neoliberais, que constam das tabelas binárias. Como podemos perceber²⁰¹, os cursos que mais culpam o próprio indivíduo pelo seu insucesso profissional são engenharia civil (71,9%), administração e odontologia – ambos empatados com 62,1%. O nível intermediário de culpabilização do próprio sujeito é formado por enfermagem (58,3%) e direito (46%) ao passo que o percentual mais baixo está com jornalismo (apenas, 24,5%). A avaliação de que outras causas devem ser levadas em consideração diante do insucesso profissional do indivíduo segue a seguinte disposição (da mais alta para a mais baixa): jornalismo (71,4%) e direito (46%), formando o polo menos

²⁰¹ Na tabela binária recodificada (ver apêndice), “insprof-” está para “não, o indivíduo não deve ser culpabilizado por seu insucesso profissional”, implicando que outras razões, especialmente, de ordem estrutural devem ser levadas em consideração na análise do quesito; já “insprof+” indica “sim, o indivíduo deve ser culpabilizado por seu insucesso”, o que, entre outros elementos, retira a força dos constrangimentos estruturais que incidem sobre a trajetória do indivíduo da análise.

meritocrático. Mais uma vez – consolidando padrão já mencionado -, o curso de direito se divide, exatamente, em duas frações opostas e simétricas (46% para ambos os lados).

Em seguida, no nível intermediário, estão enfermagem (30%), administração (29,3%) e odontologia (26,4%) ao passo que engenharia se isola com o percentual mais baixo – 17,2%. As não respostas seguem padrão também já detectado com odontologia e enfermagem apresentando as maiores taxas (11,5% e 11,7%, respectivamente); em seguida, engenharia (10,9%) e administração (8,6%). Direito conta com 8% e, por fim, jornalismo (4,1%). O que importa observar, aqui, é que os três cursos que apresentam as maiores taxas de culpabilização do indivíduo por seu fracasso são os mais liberais – engenharia civil, administração e odontologia – sendo, ao mesmo tempo, aqueles que apresentam os maiores capitais econômicos e, sintomaticamente, capitais escolares proporcionalmente mais baixos em relação ao econômico. Acrescentamos, ainda, que se trata dos cursos que expressam a maior defesa de posições individualistas e marcadas pela ausência de compaixão (e compreensão sistêmica) das trajetórias dos demais agentes sociais.

Podemos afirmar que os dados expressam altos graus de indiferença social para com a alteridade, traço marcante da noção de individualismo, que notabiliza sobremaneira a percepção neoliberal de mundo e que, ao mesmo tempo, se inscreve em mediações sociais como a matriz religiosa evangélica mediante a Teologia da Prosperidade. Dois dos cursos – engenharia e administração – como sabemos, são atravessados intensamente pelo evangelismo.

O curso de enfermagem se isola na “centro-direita”: tudo indica que as taxas de não-culpabilização do indivíduo se devem à percepção moralizante do mundo social, muito mais do que a apreensão complexa da realidade social e sua incidência sobre o agente. Portanto, muito mais do que suposto progressismo, trata-se, em nosso entendimento, de moralismo conservador, adequado à manutenção da ordem social. O curso de direito tende à centro-esquerda – com capital econômico médio e capital escolar (do responsável masculino) altamente concentrado nos níveis mais altos -, apresentando taxas fracionadas entre a visão liberal e a percepção estatizante, elemento caracterizador por excelência do grupo. Jornalismo, determinado por altas taxas de capital escolar e cultural em oposição a seu baixo capital econômico, se singulariza pela alta rejeição da visão liberal, demarcando sua posição radicalmente progressista (em relação às demais posições da amostra).

Já quanto à avaliação dos sindicatos (ver apêndice), o padrão apresentado na questão anterior se repete – são baixos os percentuais positivos, em especial entre os cursos notadamente mais liberais: apenas 66%,1% dos alunos de administração, 57,8% dos de engenharia e 55,7% entre odontologia são favoráveis a essas organizações, ao passo que a taxa sobe em enfermagem, que ocupa posição central (à direita) no espectro ideológico, ficando em 63,3%, sendo que os outros dois cursos se singularizam pelos altos índices (jornalismo/80,9% e direito/83,7%), grupos que ocupam o espaço à esquerda. Os padrões de não-resposta também seguem a lógica já sabida: odontologia e enfermagem com os maiores percentuais (35,2% e 35%, respectivamente). Em síntese, as maiores taxas representativas da visão liberal sobre a realidade social estão concentradas nos cursos pertencentes às frações mais altas de capital econômico e são eles os grupos que mais se opõem à expressão máxima das lutas trabalhistas, a existência dos sindicatos. Digna de nota é a posição de odontologia, o menor apoio de todo o espectro, justamente o curso de maior capital econômico.

Como enfatizamos, há correlação positiva, para os dados encontrados, entre alto capital econômico e defesa do neoliberalismo, indiferença social e oposição às instituições trabalhistas (entre elas, por excelência, o sindicato). Além do mais, notamos que enfermagem, apesar de ser o curso que, objetivamente, mais necessita de proteção sindical, dado seu capital econômico o mais baixo, apresenta relativamente baixa (em relação à amostra) defesa da instituição, o que pode ser atribuído ao processo de violência simbólica a incidir sobre o grupo. A força da violência simbólica, aqui, pode ser observada duplamente: primeiro, nas taxas médias do curso no que tange ao apoio ao sindicato; segundo, nos altos índices de abstenção que tendem a demonstrar não apenas a falta de engajamento da estudante de enfermagem, mas sobretudo o caráter despolitizante de sua percepção sobre o mundo e, no caso, as instituições centrais de defesa do trabalhador/a.

Para finalizar, concluímos a presente subseção, observando a reconfiguração mais ampla operada no campo de produção e reprodução de conhecimento, que opera adensando os mecanismos de propagação da ideologia neoliberal em contraposição a visões de mundo progressistas constitutivas de parte expressiva das produções e pesquisas das instituições federais de ensino superior (IFES). Nessa perspectiva, a reconfiguração do campo de produção de conhecimentos – a luta pelo monopólio e imposição do monopólio de uma visão específica (neoliberal) acerca do mundo social – tende a apontar para novos mecanismos de legitimação do *ethos* de mercado. Grosso modo, trata-se da formulação e difusão de “consensos” (Carlotto, 2018, p. 67).

Se, por um lado, tivemos, nas últimas décadas, explosão do número de matrículas no ensino superior²⁰², tanto público quanto privado; por outro, esse intenso processo de democratização acarretou diversas estratégias de “contrarreforma” que, a despeito de serem diferentes e contarem com caracteres singulares, trazem consigo novo padrão de produção e/ou reprodução de conhecimento: os chamados *Think Tanks* – organizações responsáveis pela produção de uma modalidade específica de conhecimento que se adequa à construção de percepções, visões e habilidades práticas que reverberam, em forma e conteúdo, a emergência dessa “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016) e que tendem a se articular, enquanto produções ideológicas, às organizações empresariais de conhecimento.

O neoliberalismo, como qualquer outro sistema político-econômico, não se restringe apenas à dimensão econômica; ao contrário, ele requer (exige mesmo) a constituição de uma série de mediações, que se especializam na construção cognitiva de consensos cujas ideias tendem a reverberar não apenas nas empresas educacionais como também na constituição de outros tipos de organização – como os *Think Tanks* – que afetam a constituição do campo de produção de conhecimento em favor de práticas, “economicamente liberais, e/ou politicamente conservadoras” (Carlotto, 2018, p. 72), capazes de disputar o debate público. Além do mais:

facilitaram a internacionalização de uma agenda política liberal no plano econômico e, mais recentemente, conservadora no plano cultural bem como facilitaram o compartilhamento de repertórios que ajudaram a explicar o caráter sincrônico da ascensão da direita internacionalmente (Carlotto, 2018, p. 73).

Nessa ótica, é interessante observar que, simultaneamente ao processo de surgimento dos grandes conglomerados educacionais, - especialmente a partir dos anos 2000 - com aposta na Bolsa de Valores (BV), pulverização acionária, valorização das ações, predomínio do capital financeiro, internacionalização da educação privada, diversificação das corporações para outros setores educacionais, implantação dos processos de gestão empresarial, surgem os *Think Tanks*. Ou seja, ambas as organizações emergem no mesmo período, contribuindo para reconfigurar o

²⁰² Ver capítulo 2 da presente tese.

campo da produção de conhecimento no país, até então dominado pelas IFES, em favor das concepções mercadológicas, a despeito de suas diferenças.

As empresas de educação superior privada são, ainda, monitoradas pelo Estado e, portanto, se tornam obrigadas – do ponto de vista formal – a manterem a qualidade mínima do processo de transmissão de conhecimento acadêmico legítimo (cujo monopólio ainda permanece com o Estado). Se estão, de fato, cumprindo os requisitos, somente a pesquisa empírica é capaz de respondê-lo, na medida em que o próprio Estado tende a ser colonizado por perspectivas conflitantes, mas – tendencialmente – vinculadas aos desígnios das classes dominantes. Não podemos esquecer, dentro dessa lógica, que a tríade central para a qualidade do conhecimento produzido pelas Federais – pesquisa, ensino e extensão – já foi quebrada pelas organizações privadas de educação, desvinculando os pressupostos educacionais e, com isso, contribuindo para a baixa na qualidade educação. Seja como for, o monitoramento do Estado exerce pressão mínima em favor da qualidade acadêmica de tais organizações. Já os *Think Tanks* enquanto organizações que articulam lógicas diferentes – acadêmica, política, midiática e econômica (Medvets, 2021) tendem a privilegiar, sobretudo, sua aderência ao mercado; antes de mais nada, trata-se de organizações privadas que buscam articulações em rede, tanto do ponto de vista institucional quanto internacional, na medida em que a internalização constitui uma das novas estratégias de seus processos de legitimação (Carlotto, 2018).

Essas organizações “emergem como fenômeno social relevante” (Idem, 2018, p. 76), no período acima mencionado, atuando como novo agente social e, defendemos nós, operando, no campo da educação, em conjunto com as organizações empresariais privadas de nível superior formulando visão de mundo em consonância, primariamente, aos valores do mercado. Dentro dessa perspectiva, a autora (Carlotto, 2018) observa a coalescência entre as empresas privadas de educação, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que reivindica ser um *Think Tank*, e tais organizações.

Uma das singularidades dos *Think Tanks* na produção de uma visão neoliberal sobre o mundo consiste em sua capacidade de propulsionar novos processos de internacionalização do conhecimento, como o financiamento de toda a graduação no exterior, subvertendo as estratégias de mérito que até então eram definidas pelas universidades federais (como financiamento público do doutorado no exterior²⁰³). Ou seja, os alunos pertencentes a estratos

²⁰³ Carlotto (2018) observa que a atual diretora do Instituto Millenium, Priscila Pereira Pinto, fez graduação na *Fordham University* e mestrado na *George Washington University*; o presidente do

sociais mais altos passam a, mais uma vez, encontrar (novas) estratégias de monopólio de méritos acadêmicos, padrão que tende a se desenvolver em universidades ligadas aos *Think Tanks*, que contribuem para novas formas de reconhecimento na produção de um tipo específico de conhecimento que opera a colonização de novas esferas sociais mediante processos de subjetivação que reverberam a “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016).

Portanto, o neoliberalismo foi capaz de contribuir para reconfigurar parte do campo educacional, não apenas através da emergência (e expansão) de novas corporações – como discutimos no capítulo 2 – mas também pela constituição de um novo ator social – os *Think Tanks*. Esse último opera – conjuntamente – na disseminação de uma visão (específica) sobre o mundo social. Sociologicamente, apesar de não terem, muitas vezes, vínculos efetivos e institucionais, tais organizações - corporações e *Think Tanks* - operam em consonância aos mecanismos de mercado (e para o mercado). Como novas mediações sociais na formulação e manutenção das visões de mundo neoliberais, atuam em duas frentes específicas no processo de divisão do trabalho social (para a reprodução conservadora da ordem social): as corporações educacionais captam as frações mais baixas (e médias) da classe média, frações submetidas a processos de violência simbólica, ao passo que os *Think Tanks* produzem novas formas de distinção social mediante processos de internacionalização orgânica do conhecimento, atendendo às frações mais altas da estrutura social.

6.5. COSMOVISÃO E IDEIAS-FORÇA: A DIMENSÃO PUNITIVA

Defendemos, na presente pesquisa, que as dimensões neoliberal e punitiva estão estritamente articuladas na medida em que o neoliberalismo, entre outros traços, se caracteriza

Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Rodrigo Tellechea Silva, especializou-se em “Liderança e Negócios” na *McDonough School of Business* da *George Town University*. Um dos membros do Conselho Acadêmico do Instituto Liberdade (RS), Leonidas Zelmanovitz, tem doutorado em economia austríaca pela Universidade Rey Juan Carlos (Espanha). A pesquisadora (Carlotto, 2018) ainda aponta que ele é *fellow* do instituto *Liberty Fund Inc.* (EUA). O que demonstra, como analisa Carlotto (2018), que as principais lideranças de *Think Tanks* brasileiros seguem o modelo de graduação/pós-graduação com financiamento privado, monopolizando um novo tipo de capital simbólico, vinculado a novas formas de reconhecimento acadêmico, e que se articulam às concepções neoliberais sobre o mundo que passam a serem replicadas a partir de organizações de produção e difusão de conhecimento, os próprios *Think Tanks*, que não apenas reconfiguram o campo educacional, como lutam pela conquista da hegemonia neoliberal nesse universo.

pela hipertrofia das funções punitivas do Estado, ao mesmo tempo em que mutila as funções de assistência e inclusão social, redefinido a posição do aparelho estatal na sociedade e o próprio conceito de gasto público de acordo com os parâmetros do mercado. Dentro dessa lógica, os mecanismos de “vigilância e punição” não se destacam das políticas sociais; ao contrário, tornam-se parte integrante a elas que, por sua vez, passam a expressar (e implementar) as percepções do Estado e da própria sociedade na defesa e aplicação de políticas seletivas, em especial, quanto à situação de classe e raça. Nessa perspectiva e retomando os resultados apresentados pela ACM, observamos que eles representam a percepção social dos respondentes mais autoritários, especialmente no eixo 1.

Como sabemos, o sistema de percepção e apreciação desses discentes – seus *habitus* – é atravessado por intensa predisposição punitiva, complementada pela defesa da ruptura de instituições democráticas, conservadorismo moral que, muitas vezes, adensa-se em forte reacionarismo, liberalismo econômico (pouco sofisticado), enfim, conjunto de predisposições que contribui para a configuração de *habitus* de extrema-direita. Por outro lado, à direita do eixo 1, encontramos, grosso modo, a lógica simétrica, caracterizada pela defesa dos Direitos Humanos, intervenção do Estado na economia, com forte predomínio de políticas de inclusão social – desde as cotas raciais e/ou sociais até apoio a movimentos e sindicatos – e, sobretudo, do ponto de vista moral, intensa defesa das liberdades coletivas e/ou individuais. O respeito aos direitos substitui a plataforma punitiva.

Quanto à região inferior do eixo 2, ela se singulariza por concentrar-se nas figuras de proa da esquerda nacional, modificando, substantivamente, várias das modalidades punitivas caracterizadoras dos autoritários do 1º eixo. Como já observado²⁰⁴, a dimensão punitiva se singulariza por expressar as modalidades que representam punição às grandes lideranças petistas; digno de nota é o fato de que as posições mais radicais à direita estão, sintomaticamente, ausentes. Articulando-se ao punitivismo seletivo estão a defesa, sofisticada, do neoliberalismo, com a consequente defesa da reconfiguração do Estado mediante a implementação das reformas previdenciária, educacional e trabalhista, e o apoio – em termos comportamentais – ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Em síntese, o eixo 2 se caracteriza, na sua região inferior, pela menor intensidade da dimensão punitiva ao passo que a área superior se caracteriza pelos altos percentuais de não-respostas que representam,

²⁰⁴ Ver capítulo 5.

sobretudo, as respondentes dos cursos de enfermagem e parte (a pertencente aos estratos mais baixos) de odontologia.

Ora, essa rápida exposição demonstra que, em termos de punibilidade, a área que concentra, em larga medida, os alunos dos cursos de exatas (engenharia e administração) se caracteriza pelos mais intensos percentuais, o que nos leva à indagação acerca das fontes sociais que alimentam o sentido radical (à extrema-direita) dos respondentes em tela. Tendo em vista esse objetivo, remetemos, agora, a um conjunto de estudos sociológicos e criminológicos que têm o mérito de expor a constituição de um discurso de senso comum, um dispositivo de saber-poder, que, irrigado socialmente, especialmente através dos meios de comunicação de massa oligopolizados, conquista a hegemonia discursiva – tanto no Estado quanto na sociedade – e, portanto, opera como fonte cognitiva do senso comum cotidiano. O que gostaríamos de salientar, a princípio, é que, na contemporaneidade, esse punitivismo emerge – em articulação – com os mecanismos neoliberais, operando na configuração de um conjunto de mediações que, na sua nova plástica, criam uma nova configuração de Estado (Wacquant, 1999; Pastana, 2013).

Esse fenômeno, relativamente recente, consiste na emergência e consolidação do controle penal sob o capitalismo neoliberal (Pastana, 2013) que, sobretudo, se volta à repressão das desordens sociais ocasionadas pela desregulamentação da economia, dessocialização do trabalho assalariado e pauperização dos estratos mais baixos da sociedade. A esse conjunto de constrangimentos estruturais de ordem socioeconômica alia-se a intensidade das determinações religiosas e, no caso dos dois cursos em tela, do protestantismo evangélico, mediação que se caracteriza, entre outros aspectos, por “carrear” para o religioso um conjunto de percepções específicas, como os critérios individualistas e a percepção punitivista. Essa grelha de mediações – que discutimos ao longo dos capítulos 4 e 5 – contribui para a constituição de um tipo específico de *habitus* caracterizado pela aderência ao *ethos* da vida cotidiana; sistema de disposições que tende a deslocar a análise acerca da origem da violência dos mecanismos estruturais de constrangimento, alienação e estigmatização dos agentes para as ações da violência que, naturalizadas, funcionam como princípio autoexplicativo.

Como resultado desse deslocamento, que veta a apreensão dos nexos causais constitutivos da violência, Batista (2020) observa a construção de um déficit de cidadania, compensado pelo excesso de criminalização dos denominados (pelo senso comum) párias sociais, construindo o “sujeito matável” (Batista, 2020, p. 232), submetido a complexos mecanismos de estigmatização por parte da sociedade e replicados no Estado. A desestruturação

familiar, a incapacidade de adaptação social e, sobretudo, a demonização de suas estratégias de sobrevivência – enfim, o dispositivo de saber-poder, que se desdobra em conjunto de técnicas de análise do Estado e percepções cuja eficácia consiste em naturalizar o adolescente infrator, fornece a base à visão de mundo que passa a aceitar a resolução penal de conflitos sociais como única – e eficiente – solução, gerando a “adesão subjetiva à barbárie” (Batista, 2020). Essa adesão à barbárie como base psicossocial de extermínio do “sujeito matável” (Batista, 2020, p. 232) se expressa nas posições dos respondentes mais autoritários da presente pesquisa.

Usando as tabelas binárias como complemento, 84,8% dos alunos de engenharia civil defendem a redução da maioria penal, curso que se isola como o mais autoritário no presente espectro, seguido por administração, com 71,2% (ambos configurando o polo autoritário do eixo 1 da ACM). Odontologia, por sua vez, apresenta 70,8%, demonstrando que sua visão liberal (já discutida) se coaduna, perfeitamente, à sua percepção punitiva que tende a se adensar quando propriedade privada (e segurança) são postas em jogo, na medida em que a figura do adolescente infrator é o elemento central desta questão (redução da maioria penal). Enfermagem apresenta 65,6%, permanecendo no nível intermediário, ao passo que direito e jornalismo se posicionam no polo menos autoritário – o primeiro curso com 44% de apoio à medida, e o segundo, com apenas 26,5%. Portanto, percebemos aqui relação positiva entre o pertencimento a altos estratos sociais, de um lado, e a intensidade do punitivismo, de outro.

Ademais, dos três cursos mais punitivos, a mediação religiosa – protestantismo evangélico – é extremamente intensa em dois deles (as faculdades de exatas), sendo que, em contrapartida, nos dois cursos menos punitivos para essa modalidade, um deles é predominantemente católico e outro majoritariamente ateu/católico. Os dois mais punitivos têm – relativamente - baixo capital escolar/cultural; os dois mais progressistas, alto capital. Odontologia se singulariza pela relação alta condição socioeconômica e alta percepção punitiva; enfermagem, por sua vez, tende a articular baixo orçamento familiar e (também baixo) capital escolar/cultural.

Quanto ao justicamento popular, que conta com a vantagem de pôr em questão o “sujeito matável” (diante do social, na medida em que a questão induz o respondente a se pensar na situação concreta de justicamento), os dados são significativos: 55,7% de engenharia defendem a proposta, seguidos por administração com 0,3% a menos (55,4%), perfazendo o polo mais autoritário. Enfermagem e odontologia contam com 33,9% e 33,3%, respectivamente, no estrato médio, enquanto jornalismo e direito se deslocam para o nível menos autoritário (20,8%

e 22,9%, respectivamente). Embora os níveis de apoio ao justicamento sejam menores que os da redução da maioria penal, eles são altos para o eixo de exatas e mesmo para o de biomédicas, pois as respostas implicam flagrante ruptura das mediações democráticas – no caso, do devido processo legal ao acusado (significando, no limite, “fazer justiça com as próprias mãos”).

Gostaríamos de observar que, na presente modalidade, o padrão de punibilidade permanecer o mesmo: cursos de exatas com intensos percentuais, com biomédicas na intermediária e humanas na base, corroborando – no geral - a lógica de análise anterior. Precisamos, por outro lado, observar com cautela os dados referentes aos cursos de enfermagem e odontologia (33,9% e 33,3%), praticamente empatados. Se o capital econômico e escolar/cultural do primeiro é significativamente baixo, permeado por mediações culturais que contribuem para sua (intensa) despolitização diante da realidade social; por outro, odontologia se posiciona no oposto simétrico (altos capitais econômico e escolar/cultura). Ora, interpretamos o fenômeno constituído por dois processos sociais diferentes que se apresentam sob dados semelhantes: se a posição de enfermagem se vincula à força alienante do *ethos* cotidiano; em odontologia, a defesa do justicamento, em contrapartida, implica a defesa – última e extremada – da propriedade privada e do conjunto de privilégios resultantes de sua posição social.

Quanto à pena de morte, a questão expõe de forma flagrante o nível de naturalização – e aceitação – da pena capital para o “sujeito matável” (Batista, 2020, p. 232), demonstrando a força “da adesão subjetiva à barbárie”²⁰⁵. Dos estudantes de engenharia civil, 92,1% defendem a pena de morte e/ou prisão perpétua, seguidos por enfermagem (84,5%), administração (81,5%) e odontologia (78,2%) ao passo que, do lado oposto, com pouca aceitação estão jornalismo (51,1%) e direito (50%). Interessa observar que, a despeito dos percentuais dos dois cursos com tendência mais progressistas serem bem menores que os dos demais; mesmo assim, eles continuam significativamente altos. O “sujeito matável” (Batista, 2020, p. 232) por excelência, o adolescente infrator, se converte no emblema do “alto risco”, “esse contingente populacional não é percebido por si, mas sim como um grande espectro marginal que não pode ser integrado economicamente e, por isso, deve ser controlado e neutralizado” (Carmo, 2021, p. 183). Mais uma vez, temos o fracionamento de nosso universo com os cursos de maior capital econômico/baixo capital escolar/cultural sendo mais punitivos e, por isso, contrapondo-se aos

205 Essa modalidade engloba a defesa da pena de morte e da prisão perpétua.

de menor capital econômico/maior capital escolar/cultural, instaurando padrão. Não poderíamos deixar de observar a intensidade da defesa da pena de morte e/ou perpétua por parte dos cursos de exatas e biológicas, encabeçados por engenharia civil (com 92,1%), dado que, em nosso entendimento, encarna a adesão subjetiva à barbárie.

Enfocando, agora, a defesa das medidas neoliberais (reforma da previdência, corte na educação e flexibilização das leis trabalhistas), percebemos que a atrofia planejada do estado social e a hipertrofia do estado penal – e a sua defesa, como expusemos acima - são dois movimentos complementares (Wacquant, 1999), a encontrar respaldo nos segmentos mais autoritários do presente trabalho. A articulação entre esse *habitus* punitivo e o *habitus* neoliberal, que estabelece um circuito de retroalimentação entre os dois sistemas de predisposição, legitima, por seu turno, as estratégias de implementação de condenações e leis mais severas, hiperencarceramento e estigmatização penal *pari passu* à redução das políticas de inclusão social.

Com profundas raízes na formação colonial brasileira, esse processo se adensou com a subida da extrema-direita ao poder e sem alterar os ritos democráticos (formais), o controle de estratos mais baixos continua sua expansão autoritária e a questão social se consolida como sendo caso de polícia (Pastana, 2013).

Nesse modelo, o desmonte dos aparelhos estatais responsáveis pelas funções sociais escamoteou os conflitos sociais, que passaram a não ser mais compreendidos como sintomas de uma sociedade em crise estrutural, mas como motores de insegurança social” (Carmo, 2021, p. 178).

Ou seja, foi sendo construído, ao longo das últimas décadas, enquadramento específico sobre a violência que, gradativamente, foi sendo essencializada na figura do adolescente infrator que passa a encarnar o cerne da violência social, especialmente a partir do período de redemocratização (formal). O que pode, por sua vez, ser detectado pelos altos percentuais de apoio ao armamento da população, outra das medidas defendidas pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro.

Apesar de não alcançarem as impressionantes taxas das outras questões, os dados ainda são reveladores de como a construção da insegurança coletiva se manifesta nos respondentes:

54,5% dos respondentes de engenharia são favoráveis à medida, único curso cujos percentuais de apoio são superiores a 50%. Administração está em segundo lugar (46,6%), seguida por direito (43,8%) e odontologia (42,7%). À exceção de engenharia, os demais cursos citados apresentam certa homogeneidade na defesa do armamento, ao passo que enfermagem (32,3%) ocupa o nível intermediário, e jornalismo conta com somente 4,1%, isolando-se no parco apoio à medida e se colocando – mais uma vez – como nêmesse do curso de engenharia.

Acrescentamos a essa apropriação da fobia social a lógica do espetáculo e da eficiência por meio das quais medidas cada vez mais enérgicas contra o crime são elencadas como estratégias de resolução de conflitos, estabelecendo as bases para o “populismo punitivo”, baseado na aquisição de equipamentos, sistemas de segurança integrados a novas tecnologias, treinamentos operacionais e contratação de pessoal. O desdobramento dessa lógica empresarial se encarna (e hipertrofia) na proliferação dos mecanismos de vigilância e punição, alimentando o crescimento do setor da segurança privada. “As estratégias de congelamento dos gastos públicos em educação e saúde se contrapõem à concentração de investimentos nas batalhas da segurança pública” (Batista, 2020, p. 236) e na iniciativa privada.

Articulando a relação entre punitivismo e classe social, Wacquant (2014), aponta que o conjunto de estratégias de “contenção punitiva” (*Ibidem*, p. 148) se corporifica em técnicas de controle de frações marginalizadas das sociedades submetidas ao neoliberalismo a partir de dois dispositivos - o “*workfare* disciplinar” e a “*prisonfare*” (*Ibidem*, p. 143). O primeiro se aplica às frações mais altas da estrutura social determinadas pela concentração dos vários tipos de capital, especialmente o econômico e cultural, disciplinando tais sujeitos dentro dos processos de subjetivação do neoliberalismo. O segundo, invasivo e violento, se inscreve sobre as frações mais baixas da estrutura social “quando se trata de reduzir as turbulências sociais geradas pela normalização da insegurança social e pelo aprofundamento das desigualdades” (*Ibidem*, p. 155). Esse “Estado centauro” (*Ibid.*) se caracteriza, de acordo com o autor, por ser radicalmente diferente nas suas extremidades que implicam, por sua vez, tratamentos e abordagens, especialmente do aparato punitivo estatal, completamente diferentes (o que naturalmente fere o princípio democrático da isonomia). Por isso, muito mais do que o encarceramento em massa, tratar-se-ia do “hiperencarceramento” (Wacquant, 2014, p. 156), termo que salienta a seletividade das medidas de penalização de acordo com classe, etnicidade e local de residência. Pelo exposto, a punição funciona como “operador de uma *sociodiceia negativa*” (*Ibidem*, grifo do autor) ao oferecer a legitimação social para a resolução dos conflitos sociais atinentes às frações mais baixas da estrutura social.

Para os efeitos de nosso trabalho, procuramos delinear os padrões perceptivos que estão na base da visão de mundo dos estudantes de nosso universo, demonstrando que eles constituem – a exemplo das demais cosmovisões – uma plataforma articulada de ideias chave que desenham, conjuntamente, padrões, majoritariamente, autoritários e conservadores sobre o mundo social. Nosso intuito consiste em apresentar as cosmovisões – a política, a moral, a neoliberal e a punitiva – como constitutivas das percepções dos agentes, operando na configuração do seu sistema de predisposições e apreciação – seu *habitus* –, elemento determinante das suas tomadas de posição nas disputas acerca do mundo social e que são o resultado, altamente complexo, das suas trajetórias sociais, do seu pertencimento de classe, raça, entre outras. Pertencimento este especialmente notado em relação aos processos de conformação dessas subjetividades pelas mediações sociais, como, por exemplo, o discurso de saber-poder arraigado nos meios de comunicação de massa, no tecido social em geral e no próprio Estado acerca do adolescente infrator, que é concebido, intrinsecamente, como violento, denegando, desta feita, a força dos constrangimentos sociais sobre grande parcela da adolescência e juventudes brasileiras. E no jogo violento das essencializações, o resultado é invertido. Nessa inversão, passa ao lugar da causa, devendo ser combatido. Processo produtor das bases de senso comum – profundamente autoritárias – dessa última cosmovisão. Sob essa perspectiva, buscamos demonstrar o modo como as cosmovisões se articulam umas às outras; enfatizamos o caráter multidimensional do fenômeno autoritário e/ou conservador e progressista, com foco nas escolhas dos agentes, ou seja, a força da agência na configuração dos campos de visão dos sujeitos e a força das estruturas sociais sobre tais agentes, tentando compreender suas tomadas de posição. Tendo em vista o exposto, nos encaminhamos, agora, às considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar nosso trabalho, gostaríamos, depois da análise dos dados cotejados nas tabelas binárias, da ACM e da ACH, repensar, especialmente, os conceitos de autoritarismo e conservadorismo, entendendo que eles devem ser (re)construídos em relação ao objeto que, gradativamente, foi apreendido pelas abordagens metodológicas e o delineamento dos processos, em especial, as mediações sociais, que estão na base da configuração desses dois fenômenos e, também, do progressismo. Como vimos, há uma longa e fértil tradição sobre o

conceito de conservadorismo (Burke, 1982 [1790]; Mannheim (1986 [1927]; Huntington (1957)).

Em nosso entendimento, ele, o conservadorismo, consiste, essencialmente, em uma “estrutura compreensiva de mundo” (Mannheim, 1986, p. 108) que, sistemicamente, se opõe, em cada contexto histórico específico (Huntington, 1957), ao conjunto de ideias progressistas que busca a transformação da ordem social (Mannheim, 1986). Sendo assim, o conservadorismo não possui conjunto substantivo e intrínseco de valores; ao contrário, sua semântica depende da emergência dos valores progressistas em determinado contexto histórico. Seu conjunto sistemático de ideias expressa não propriamente a defesa da ordem estabelecida – como instituições sociais e políticas – mas, sobretudo, a dupla - conservação e correção (Burke, 1982 [1790]): conservação do que, segundo essa perspectiva, deve ser mantido; correção do que, se mantido, pode contribuir para engendrar a superação da ordem vigente.

Conceitualmente, ele articula a defesa dos valores tradicionais, atravessados pelo preconceito como forma de orientação da vida cotidiana e naturalização da ordem política e moral que passam a ter como parâmetro a natureza, a transcendência divina e o desenvolvimento de formas orgânicas e tradicionais de vida. Como corolário, ele se opõe ao pensamento abstrato e racional, defendendo a empiria – a realidade concreta – como forma analítica suficiente de compreensão do mundo natural e/ou social e as relações sociais. Como dissemos, ele se opõe – na especificidade de cada conjuntura histórica – aos valores progressistas de transformação da ordem social e defesa de políticas de inclusão que tem como objetivo a diminuição das desigualdades sociais entre sujeitos, considerados de antemão como iguais e percebidos a partir de um telos histórico que inscreve a utopia de uma sociedade igualitária no horizonte abstrato de seu ideal futuro – esse o progressismo.

Já o autoritarismo, em contrapartida, pode ser concebido como “uma proposta de sociabilidade” (Pierucci, 1990) que articula percepções, práticas, discursos e ações inscritos em diversas esferas da vida social e cultural, cobrindo desde a dimensão moral até a política; essa visão de mundo se torna, por sua vez, intrínseca às instituições e sociabilidades da ordem burguesa (Fernandes, 1979) que cumprem o papel central de reificarem a visão de mundo dos agentes sociais de acordo com os processos de colonização da forma mercadoria em todas as esferas, tendo como mote central a reificação objetiva e subjetiva do mundo burguês (Lukács, 2003 [1923]). Característica que se articula ao legado da colonização brasileira, baseada em concepções hierárquicas e desiguais acerca de indivíduo e sociedade, impedindo a introjeção efetiva das premissas liberais de igualdade (mesmo que formais) e, com isso, operando para

manter os fundamentos morais, sociais e políticos de nossa formação social, fundada no escravismo e latifúndio (Bosi, 1992).

A partir dos dados analisados, defendemos que o autoritarismo se diferencia do conservadorismo em três frentes específicas: o punitivismo, ou seja, a “ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte” (Lövy, 2015, p. 662), o que ficou nítido nas respostas dos discentes, especialmente, de engenharia civil e de administração (como os percentuais referentes à prisão perpétua e/ou pena de morte, admiração pela autoridade policial, defesa da justiça pelas próprias mãos, entre outras). Como segundo caractere constitutivo do fenômeno em tela, descobrimos a “intolerância” (*Ibidem*, p. 663); mas, ao contrário de Lövy (2015), os dados não apontam apenas “para minorias sexuais, em particular, os homossexuais” (*Ibid.*, p. 663).

Os resultados refletem o deslocamento dinâmico dos objetos de ódio e/ou intolerância, cobrindo imensa variedade de identidades, desde homossexuais (daí, a posição contrária à união civil de pessoas do mesmo sexo), passando por pretos, sindicalistas (as críticas aos sindicatos são significativas) e mulheres, determinando, inclusive, estratégias de controle do corpo feminino e defesa de reprodução tradicional. Por fim, encontramos outros dados que nos parecem essenciais para a compreensão sociológica do fenômeno do autoritarismo no Brasil – a defesa da ruptura das instituições democráticas, fato consubstanciado no apoio à erradicação da corrupção (dentro e fora da lei) e ao perdão aos equívocos cometidos pela Lava-jato. Em outras palavras, tendo em vista o objeto de análise, nosso conceito de autoritarismo aponta para a configuração de uma verdadeira tríade de disposições e apreciações que, dependendo das circunstâncias, como foi o caso das duas últimas eleições, podem se articular – o punitivismo, a intolerância às minorias e a ruptura da ordem democrática, todas elas apresentando altas taxas de intensidade, que ultrapassam, significativamente, as conservadoras.

Nessa perspectiva, o autoritarismo assenta-se no punitivismo exacerbado, que encontra no adolescente infrator sua vítima ideal; na intolerância ao modo de vida das minorias (homossexuais) e/ou maiorias silenciadas (mulheres, pretos/as) e ruptura da ordem democrática (apoio irrestrito à Lava-jato e justicamento com as próprias mãos, entre outros). Essa lógica triádica tende a ser acionada em circunstâncias específicas que colocam em primeiro plano a crítica às estruturas e valores da ordem burguesa, mesmo que apenas em termos perceptivos, como acontece com as visões de mundo da classe média brasileira que perdeu – muito mais simbólica do que objetivamente o monopólio do ensino superior, na medida em que as frações mais baixas dessa classe foram absorvidas, no geral, por corporações privadas de ensino

superior com fins lucrativos. Não houve mudanças fundamentais, sequer rupturas, mas o “tremor” foi concebido como terremoto.

Qualquer alteração, por mínima que seja, na ordem estabelecida – como, de fato, o Lulismo parece ter feito, sem intenção alguma, na esfera da educação superior – parece acionar gatilhos de “contrarreforma” que trazem consigo percepções e tomadas de posição autoritárias como mecanismos de preservação da ordem social – o que implica, certamente, a incorporação de certos traços conservadores de manutenção do *status quo*. Por isso, defendemos que a análise dos mecanismos de preservação da ordem social (especialmente, o autoritarismo) sempre seja realizada na sua relação às mudanças – perceptivas e/ou reais – da mesma ordem. Nessa perspectiva, o autoritarismo pode ser concebido como estratégia (radical, violenta, intolerante e punitiva) contrária a qualquer ação – percebida ou objetivamente – disruptiva da ordem social. Por isso, deve ser estudado como uma das estratégias de manutenção dos processos de reprodução conservadora das estruturas sociais.

Posto isto, gostaríamos de observar que a presente pesquisa foi construída a partir do embate com três matrizes teóricas que se propõem a explicar o autoritarismo – o foucaultismo, a pós-moderna e o institucionalismo -, e procurou objetivar suas principais regressões, especialmente, no que se refere à erradicação do papel desempenhado pelas classes sociais como organizadores fundamentais do sistema perceptivo, cognitivo e das predisposições dos agentes sociais. Como vimos, se as classes não explicam tudo, qualquer analítica que as desconsidere perde grande parte de seu poder explicativo sobre os fenômenos sociais. Se percebemos e julgamos o mundo a partir de nossa cognição e se ela, por sua vez, é constituída, em larga medida, por nosso pertencimento de classe, desconsiderar o papel primordial da divisão de classes na ordem social contribui para legitimar a ordem que, ela sim, deve ser objetivada analiticamente.

Ademais, quando nos propomos, como questão central, verificar a existência – ou não – de *habitus* de classe gerador de padrões de autoritarismo, entre os discentes da Estácio Juiz de Fora, estamos nos opondo, especialmente, ao discurso pós-moderno (Machado; Scalco, 2018) que, quase sempre, desconsidera a importância analítica do delineamento das lógicas sociais, apreensíveis a partir da correlação entre suas percepções de mundo e a posição que os agentes ocupam nesse mesmo universo. Qual o sentido de uma ciência social desvinculada do compromisso com a apreensão e delineamento de padrões perceptivos e comportamentais? O preço da erradicação das classes e dos padrões sociais, pensando em Marx e Weber, de um lado, e essa figura fundante, Émile Durkheim, de outro, é alto demais.

Sendo assim, descobrimos em nossa pesquisa que, de fato, não se trata de ações difusas, desconectadas e sem sentido sociológico; ao contrário, o desvendamento da genética social dos discentes e a relação com suas visões de mundo demonstrou a existência de padrão de cunho autoritário que tende a operar a partir do pertencimento de classe dos agentes – pertencimento esse que não apenas contribui para sua existência, como conforma suas predisposições mais profundas e irrefletidas. Mas aqui precisamos, antes de mais nada, ponderar que “classe”, para o presente trabalho, não se reduz, somente, à dimensão socioeconômica dos agentes sociais, o que nos aprisionaria numa visão economicista de mundo. Defendemos um conceito multidimensional que leve em consideração os diversos tipos de capital e a maneira como eles se relacionam uns com os outros, permitindo nossa apreensão das mediações sociais e da complexa relação entre estrutura e agência.

Procuramos compreender que tipo de capital tem primazia sobre os demais, contribuindo para conformar, em larga medida, suas predisposições e tomadas de posições. Sobre essa dinâmica que articula diferentes tipos de capital, analisamos as redes de sociabilidade e, o que é sobremaneira importante: buscamos entender a composição identitária dos grupos (especialmente, gênero e raça) e seu pertencimento religioso para, tendo em vista essa articulação, compreendermos as linhas mestras definidoras das tomadas de posições dos agentes estudados. Por isso, nos detivemos, ao longo do presente trabalho, nas operações de mediação que incidem sobre a subjetividade dos agentes quer sejam as organizações educacionais ou as matrizes religiosas.

Como o(a) leitor(a) pôde observar pelos dados expostos nos capítulos anteriores, os grupos mais autoritários de nosso universo são constituídos por estudantes dos cursos de engenharia civil e administração que, desde o início, consideramos como tipos-ideais de uma lógica específica. Ela se caracteriza, sobretudo, pelo predomínio do capital econômico sobre o escolar; os dois cursos, em especial, administração, apresentam altas concentrações nos níveis mais baixos de escolaridade para os responsáveis de ambos os sexos. Ou seja, é um universo social determinado pela hegemonia do capital econômico sobre as outras formas de capital e pelo alto percentual de homens que, nos dois cursos, tendem a monopolizar conhecimento basicamente técnico.

A composição de gênero, por seu lado, consiste no dado social que explica, em parte, a maior intensidade de perspectiva autoritária de engenharia civil em relação à administração – engenharia se caracterizando por apresentar quase 80% de homens, sobremaneira mais autoritários que mulheres. Em outras palavras, o predomínio de capital econômico aliado aos

altos percentuais do gênero masculino são dois elementos-chave na construção do *habitus* autoritário, especialmente dos engenheiros.

No entanto, nossa análise também nos permitiu delinear o papel central desempenhado pela religião – essa mediação fundamental - nesse primeiro universo, constituído, em grande medida, por discentes protestantes evangélicos. Como vimos na exposição sobre a força da matriz religiosa, protestantes têm alta tendência a apresentarem predisposições mais autoritárias, estruturadas por conservadorismo moral, senso punitivo e forte defesa de posições neoliberais. No nosso entendimento, os baixos índices de capital escolar apontam para caractere central desse grupo – a fragilidade de sua capacidade cognitiva e crítica no que diz respeito ao processo de recepção das matrizes religiosas. Dentro dessa lógica, os agentes sociais tendem a se tornar mais suscetíveis ao conteúdo religioso, já que estão desguarnecidos de potencial reflexivo sobre o mundo social, em geral, e a religião, em particular.

Desprovidos, ou melhor, com baixo capital intelectual, se tornam mais suscetíveis, ademais, a aceitar o *ethos* do mundo social como ele, fenomenicamente, se apresenta. Como desdobramento, julgam – e, portanto, tomam decisões – a partir do senso comum que estrutura sua sociabilidade cotidiana, perpassada pelo sertanejo universitário, música gospel e por visões dicotômicas e simplistas acerca do mundo social e político. Se o sertanejo se singulariza por expressar percepções conservadoras e machistas sobre o mundo social, o gospel, essa mediação complexa, tende a deslocar para o universo do lazer percepções autoritárias e religiosas. Não podemos esquecer, ademais, a impressionante cisão desses estudantes com obras que têm o potencial de estimular a capacidade intraceptiva (a faculdade imaginativa).

Esse conjunto complexo de fatores contribui para a construção de uma percepção de mundo – expressa no eixo da ACM – marcada pelo intenso senso comum punitivo como a defesa da redução da maioria penal, da pena capital e posições afins, tudo aquilo que caracteriza “a adesão subjetiva à barbárie” (Batista, 2020, p. 232). Acrescentamos que ainda apresentam percepções neoliberais quanto à reconfiguração do Estado. Dentro dessa lógica, espelham algumas características semelhantes às delineadas por Pierucci na São Paulo da década de 80 - posições morais conservadoras, senso punitivo, baixa formação cultural e relativamente alta renda familiar (o econômico aqui sobrepujando o cultural).

Não encontramos, portanto, em nossa pesquisa apenas um padrão de autoritarismo, mas um padrão (que apresenta certas características) já apreendido pela sociologia uspiana. Mas, tendo em vista a própria dinâmica histórica, observamos que esse padrão de autoritarismo também se transformou, determinado pela própria conjuntura política de ascensão e hegemonia do PSDB na década de 90 (no Brasil), o que contribuiu, entre outros fatores, para a disseminação

– via corporações midiáticas, entre outras instâncias – do discurso neoliberal, que tende a colonizar, entre outras dimensões, o modo como a população passa a perceber o papel do Estado. Como fenômeno histórico-social, o autoritarismo também mudou, adensado por essa nova mediação, a discursividade neoliberal. Esse, portanto, um dado empírico novo descoberto pela pesquisa.

Gostaríamos aqui de acrescentar outro elemento sobre o papel (multidimensional) que a classe parece operar nesses dois grupos (engenharia e administração): sua contribuição -, e é preciso deixar bem nítido nosso argumento – não atua apenas diretamente. Ao contribuir para desapetrechar os agentes sociais, enfraquecendo sua capacidade cognitiva e seu potencial de abstração, o pertencimento de classe contribui, indiretamente, para que a matriz religiosa incida com mais força (e violência) sobre a subjetividade do grupo em questão, carreando com maior intensidade as percepções imanentes à forma-mercadoria, que também é parte constitutiva do protestantismo evangelista.

Meritocracia, individualismo, contrato com a divindade lastrado no pagamento do dízimo, senso punitivo direcionado a parcelas sociais consideradas improdutivas, controle do corpo feminino (especialmente a reprodução), redução do papel do Estado; enfim, a primazia do neoliberalismo e do conservadorismo moral. Todos esses elementos são “carreados” para a subjetividade do grupo, na medida em que não encontram resistência cognitiva suficiente para objetivá-los enquanto estruturas objetivas – tornadas subjetivas – pela introjeção acrítica da ordem social. Toda religião é muita mais que a palavra de Deus. Portanto, estamos diante de uma multideterminação de fatores sociais – classe, gênero, religião - que, como afinidades eletivas, se articulam na construção da genética social, responsável pela formação de um *habitus* específico de classe, *habitus* esse gerador de um padrão específico de autoritarismo.

Mas há mais. Os dados, como vimos, apontam para outro padrão, agora conservador (do ponto de vista político), que diz respeito à região inferior do eixo dois da ACM. Nele, apresenta-se algo sobremaneira mais complexo do que o modelo anteriormente descrito. Estamos diante da fração economicamente mais privilegiada do curso de direito que, embora não se compare a odontologia ou exatas, ainda se destaca dos dois universos de menor orçamento familiar (jornalismo e enfermagem). Se, por um lado, esse grupo apresenta capital econômico médio, por outro, seu capital escolar se notabiliza por apresentar intensas concentrações no nível de pós-graduação para os responsáveis masculinos. O que chama a atenção não se relaciona apenas ao predomínio da formação intelectual em geral sobre o capital econômico, mas a forte interação do grupo com a política nos mais variados âmbitos – desde as redes sociais até a família.

Os dados da ACM apontam, por sua vez, que não se trata apenas de alta politização, mas de um tipo específico de jovem politizado e de formação em direito – o estudante receptivo ao discurso lavajatista. Como pudemos discutir anteriormente, as lógicas vinculadas à operação em questão são as mais fortes a organizar todo o plano cartesiano, o que demonstra – de maneira surpreendente – a força da Lava-jato entre estes alunos. Articulando-se às modalidades representativas da operação (como a defesa da prisão de Lula etc.) estão as defesas veementes de posições neoliberais, como as reformas do Estado. Quanto ao neoliberalismo, não podemos nos esquecer de que um dos efeitos mais salientes da citada operação consiste na desconstrução de parte do parque industrial nacional com abertura permanente para o capital estrangeiro, tolhendo a força do Estado como ente regulador.

O grupo em questão apresenta em grande intensidade os caracteres apreendidos por Rocha (2018) ao estudar a emergência de um público de direita altamente qualificado, com domínio de redes sociais e defesa veemente do neoliberalismo. Esse modelo de autoritarismo fora, diga-se de passagem, delineado, pioneiramente, por Alves (2000), que encontra os traços centrais de percepções neoliberais já no início da década de 90. Nesse quesito, o que detectamos em nosso trabalho demonstra, entre outros elementos, a intensificação das posturas em favor do mercado por meio da defesa irrestrita da Operação Lava-jato, fato aliado à forte interação política nos mais variados espaços.

Ademais, há outro elemento-chave, o qual está relacionado a dois públicos: o primeiro estudado por Rocha (2018), e o segundo, nessa tese, que se singulariza por se tratar de progressistas do ponto de vista moral. Ao contrário do grupo anterior, estamos aqui diante de um curso fracionado entre gêneros e, ao mesmo tempo, com forte presença da matriz católica que, a despeito de ser, enquanto crença religiosa, conservadora, é, sobretudo, menos punitiva, e, sim, significativamente menos conservadora que o protestantismo evangelista. O elemento católico parece operar no sentido de permitir com que as percepções progressistas não sejam erradicadas da visão de mundo desses estudantes, contribuindo para sua expressividade no espaço público e, naturalmente, de tomadas de posição liberais (do ponto de vista moral). Nessa perspectiva, os dados da ACM são surpreendentes: o pacote de medidas autoritárias não se faz presente nesse universo, se concentrando, ao contrário, na defesa da punição de figuras de proa da esquerda nacional. O efeito Lava-jato é o eixo determinante de suas posturas.

A partir da concentração econômica de direito, todos os demais cursos passam a apresentar altos graus de conservadorismo e/ou mesmo autoritarismo na defesa do neoliberalismo. Ou seja, a força do capital econômico se faz aqui cada vez mais presente e se coaduna com a intensa formação escolar dos pais – homens, como vimos, tendem a ser mais

conservadores que mulheres. Os dados indicam que se trata desse capital masculino que tende a ser repassado para os filhos. Além disso, as expectativas de ascensão social no interior da própria ordem estabelecida parecem operar no sentido da conservação política, pois a grande maioria do conjunto destacado pela ACM apresenta posições de apoio irrestrito do neoliberalismo mediante a percepção altamente positiva da Lava-jato. A ordem deve ser preservada a todo custo para que a ascensão ocorra de forma ordeira, previsível e sem a leve modificação gerada – inintencionalmente, é preciso enfatizar – pelo PT. Capital econômico médio, transmissão de capital intelectual pela via paterna e expectativa de ascensão social, intenso uso de redes sociais, alto consumo de conteúdos de direita, fortíssima interação política à direita e catolicismo – todos esses elementos contribuem para a construção de um *habitus* marcado pela defesa conservadora do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, pela abertura a posições progressistas do ponto de vista moral.

A ACM também demonstrou, no segundo eixo, a formação de terceiro padrão, também conservador, percepção que, no entanto, resulta de outros processos sociais. Caracterizada pela baixíssima interação política, essa lógica apresenta o aglomerado dos não-posicionamentos acerca dos mais variados temas – desde a dimensão propriamente política, passando por moral, economia etc. Nossa explicação para esse verdadeiro muro de silêncios se assenta na clivagem de gênero e de classe: se as mulheres, por um lado, são mais progressistas que os homens, percebemos que também se caracterizam pela ausência de explicitação de suas posições, quase sempre delegadas a outros agentes sociais.

Na verdade, argumentamos que a não-tomada de posição (Bourdieu, 2007) é uma forma de se tomar posição “à direita”. Os não posicionamentos tendem a se concentrar nos níveis de maior desapossamento das agentes sociais: quanto mais baixo o estrato social, maior o índice de não respostas femininas, estabelecendo correlação negativa entre as variáveis. Descobrimos que esse padrão – portanto, ao contrário dos pós-modernos, já encontramos três lógicas constitutivas das visões de mundo dos agentes – se concentra nas respondentes de enfermagem e, em parte, - a fração mais baixa – das estudantes de odontologia.

O ponto central e sobre o qual gostaríamos de refletir diz respeito ao fato de que – observando os resultados da ACH, que complementa a ACM -, parte significativa desse aglomerado avaliou o então governo Bolsonaro como “regular”. Nosso argumento é que o desapossamento econômico, especialmente das frações de enfermagem, opera no sentido de erradicar das estudantes a capacidade cognitiva de submeter o mundo social a interpretações capazes de apreendê-lo sistemicamente. Ou seja, nosso aglomerado é, com efeito, o grupo que mais intensamente sente os constrangimentos objetivos, subjetivos e simbólicos da estrutura

social que lhes usurpou triplamente – como mulheres, como não brancas (há um grande contingente de pretas e pardas nesse grupo) e como pertencentes a estrato social o mais baixo de todo nosso universo. Submetidas a esse triplo constrangimento social – forma violentíssima de usurpação – tais mulheres tendem a perceber a realidade a partir – como Bourdieu (2007) nos ensinou – das categorias cognitivas do senso comum (o *ethos* cotidiano), o que tende a levá-las a percepções consoantes à vida “como ela aparece” – ou seja, à direita. Portanto, esse padrão tende a apontar um conjunto altamente complexo de percepções e predisposições conservadoras, um *habitus* com tendências conservadoras acerca da ordem social, em geral, e sobre o mundo político, em especial.

Pelo exposto, portanto, fica nítido que as respondentes são agentes sociais submetidas à violência simbólica, um tipo específico de violência que se exerce com a conivência dos agentes sociais que, ao desconhecê-la, isto é, ao desconhecer os processos sociais que as constroem — processos esses ligados às relações de força de uma formação social específica — passam a reconhecê-las como legítimas e, portanto, como naturais. Assim contribuem, por meio de sua própria inconsciência, para a manutenção da ordem social que se mantém e, sobretudo, se reproduz em detrimento dos seus interesses (Bourdieu, 1992). Por isso, é a força da violência simbólica que opera a duplicar pela força do sentido as relações de força objetiva entre as classes e as frações de classe que contribuem para, no presente caso, a construção de agentes sociais (mulheres) desguarnecidas, especialmente, de capital escolar e cultural. Como resultado, suas escolhas – o voto na direita, por exemplo – se exercem, contrariamente, a seus interesses, sem que elas percebam a força – e as estratégias de velamento – do arbitrário cultural que arbitrariamente lhes é imposto.

Para finalizar, o conservadorismo de direito é caracterizado, entre outros fatores, pela intensidade de suas interações políticas e por sua sofisticação no que diz respeito ao capital escolar e cultural e suas práticas sociais. Por outro lado, o conservadorismo desse novo grupo (enfermagem e parte de odontologia) se singulariza pela baixa interação política, baixos capitais e, sobretudo, pela força da violência simbólica a se exercer sobre mulheres desguarnecidas das defesas cognitivas para pensarem o mundo social e político. E também para contarem com a autoconfiança necessária na tomada efetiva de posição – nunca esquecendo que o sentimento de confiança, de estar preparado(a) para emitir uma posição acerca de um tema é socialmente construído. Portanto, a despeito do conservadorismo se apresentar, fenomenicamente, como a mesma visão de mundo, ele consiste na realização complexa de processos sociais diferentes, que remetem a diferentes relações entre os capitais, diferentes posições na estrutura social,

diferentes práticas sociais e diferentes mediações. Mais uma vez, o esforço sociológico consiste em vencer as aparências e/ou não aceitar o formalismo.

Dando prosseguimento: o que ocorre com o curso de jornalismo? Aparece no primeiro eixo, em forte oposição aos cursos de engenharia civil e administração. Nesse caso, temos novo tipo de padrão que, de acordo com a ACM (mas também com as tabelas e a própria ACH), se caracteriza por defender a intervenção do Estado, ter posições morais progressistas e a se contrapor às medidas atravessadas por senso punitivista – como a redução da maioria penal – ou às ações da Lava-jato. Grosso modo, percebemos que as posições desse aglomerado configuram o oposto do defendido pelos cursos de exatas. Ora, isso pode ser explicado pelo delineamento da relação entre seus diferentes tipos de capital: a primazia do escolar sobre o econômico. Trata-se de um grupo que, entre outras peculiaridades, se caracteriza pela distribuição do capital escolar no nível médio e, ao mesmo tempo, pela concentração de boa formação nas responsáveis femininas. Primazia do escolar sobre o econômico, impressionante ruptura com matrizes religiosas, alta presença de pretos e pardos – como apresentamos, pretos tendem a ser mais progressistas que pardos que, por sua vez, tendem a ser mais progressistas que brancos. Ademais, aqui detectamos o maior percentual de pretos em toda a amostra.

A multideterminação no presente curso articula primazia da dimensão cultural, ateísmo, altos percentuais de não-brancos, sociabilidade singularizada pelo contato com práticas sociais progressistas, forte interação com conteúdo à esquerda nas redes sociais e contato com obras que, potencialmente, estimulam a intracepção. Essa grelha de fatores sociais, isto é, o papel operado pelo conjunto das mediações sociais configura jogo de afinidades eletivas surpreendente, contribuindo para conferir a esses agentes sociais alta capacidade cognitiva, grande potencial criativo e forte disposição crítica em relação às mediações religiosas (isso, nos casos em que não há ruptura). Portanto, a organização cognitiva desse aglomerado tende a contribuir para que a crítica se exerça – sem que saibam explicitamente – sobre a ordem social como um todo. Intelectual e criticamente, a força do capital escolar contribui para aparelhá-los à crítica – ao contrário do que ocorre com os estudantes de exatas e, em maior intensidade (e de outra forma), às estudantes de biológicas.

Ora, como percebemos ao longo desse trabalho, o curso de odontologia não aparece na ACM (como o de administração), o que nos levou a analisá-lo mediante duas estratégias: a projeção da modalidade “cursos” no plano cartesiano e o estudo dos dados provenientes das tabelas binárias. Com isso, concluímos que se caracteriza por alto capital econômico e relativamente alto capital escolar, sendo que o primeiro se sobrepõe ao segundo. Ainda estamos diante de um aglomerado que tem alta concentração de mulheres brancas e – dado significativo

– o percentual de católicos é praticamente o dobro do de protestantes. Suas práticas sociais são atravessadas pela interação de músicas como MPB e (pouca) escuta de Gospel, intensa leitura de livros técnicos e obras sem estímulo potencial à inibição e de auto-ajuda.

Defendemos que esse conjunto de mediações, entrelaçado ao domínio do capital econômico, influência católica e primazia de brancos(as), contribui para a construção de um *habitus* de classe de centro-direita – ou seja, conservador com traços autoritários. Defendem, em geral, as mesmas posições do aglomerado de exatas, nos temas mais polêmicos – como pena de morte/prisão perpétua, justiça com as próprias mãos e mesmo na avaliação da instituição PM -, mas com menor intensidade (embora tais posturas ainda sejam salientes, o que lhes confere, em nossa compreensão, o caráter autoritário). Ademais, há outros dois traços que contribuem para singularizar odontologia – suas posições liberais e seu progressismo moral, atravessado por identitarismo.

Quanto às posições liberais, os dados apontam que há correlação positiva entre pertencimento a estratos mais altos e posições marcadamente liberais. Nessa perspectiva, suas percepções neoliberais têm mais relação com seu posicionamento de classe do que com suposta politização (como aconteceu com direito). São caracterizados por intenso individualismo e saídas políticas alienantes, como se pode ver pela relação com livros de autoajuda, por exemplo, e com temas de entretenimento, o que indica um dado central atinente a suas posições conservadoras em economia-política: têm muito mais predisposição a manter seus privilégios do que expressar posições político-argumentativas sobre as estratégias de manutenção da ordem social.

O que sobra em densidade política no alunado de direita (de direito) falta nesse universo autocentrado, atravessado por individualismo, narcisismo e (falta de) consciência política efetiva. Seu progressismo moral é muito mais o reflexo de percepções identitárias por meio das quais cada identidade, isolada em sua mônada, defende seus próprios interesses em detrimento das demais identidades, impedindo a construção de saídas coletivas – e, sobretudo, politizantes – diante dos constrangimentos sociais.

Portanto, encontramos cinco diferentes padrões de percepção que representam cinco diferentes “unidades geracionais” – ou seja, estamos discutindo como uma mesma geração, exposta a conjunturas semelhantes – em especial, às políticas públicas oriundas do Lulismo – promoveram escolhas políticas diferentes devido a um conjunto de afinidades eletivas que operam diferentemente em cada uma delas. Em nosso entendimento, o Lulismo encarna o divisor de águas dessa geração (e não apenas dela): amando-o ou odiando-o, elas se posicionaram – quase sempre radicalmente - diante de suas mínimas modificações na estrutura

da ordem social vigente. Expostas à mesma conjuntura, essas unidades geracionais se singularizam por suas opções no interior do tempo histórico e da ordem social – com o acréscimo de que articulamos ao conceito de unidade geracional, fundamentalmente, ao pertencimento de classe e ao papel das identidades.

Quanto aos padrões: o primeiro, inquietantemente, **autoritário** (com defesa da pena máxima, redução da maioria penal, forte simpatia pela justiça com as próprias mãos) em todos os âmbitos apresentados e composto pelos estudantes de exatas; o segundo, mais sofisticado, apresentando forte conservadorismo na dimensão econômico-política, defensores do neoliberalismo – sendo, por outro lado, progressistas no âmbito moral e atravessado por senso punitivo endereçado a figuras políticas nacionais. Aqui, encontramos “em estado nascente” – em pureza e intensidade - o universo lavajatista entre a juventude que ascende ao ensino superior privado. Portanto, em geral, **conservador e altamente politizado**.

A terceira lógica se caracteriza por aglomerado com altos percentuais de não posicionamentos que, quando observados com acuidade, apresentam predisposições **conservadoras que aderem ao mundo social mediante o *ethos* da vida cotidiana** (mulheres com predisposições conservadoras despolitizantes) e a força da violência simbólica que implica o reconhecimento no desconhecimento. O quarto modelo apresenta forte tendência à conservação do sistema econômico da ordem social, o neoliberalismo, predisposições autoritárias (sem a intensidade dos componentes do primeiro modelo) e posições liberais e identitárias em termos morais. Temos em odontologia o aglomerado **conservador com traços autoritários**, especialmente, determinado por sua posição econômica.

Por fim, nosso quinto padrão se singulariza pelas posições **progressistas politizadas** em todos os âmbitos mencionados (como uma espécie de espelho reverso dos cursos de exatas), determinado pelo domínio do capital cultural e por mediações sociais que contribuem para a elaboração de percepções liberais (do ponto de vista moral). Gostaríamos de observar que – à exceção do modelo de enfermagem – todos os demais (englobando o autoritário de exatas e os dois conservadores de direito e odontologia) – se caracterizaram por pertencerem a estratos economicamente mais altos (para nossa amostragem), o que corrobora, parcialmente, a hipótese de que a predisposição autoritária e/ou conservadora se intensifica com o aumento do capital econômico.

Nessa perspectiva, defendemos que o que está em jogo é a reprodução conservadora da ordem social, que deve ser mantida a todo custo por meio de estratégias radicais (autoritarismo) ou por meio de estratégias de contenção da mesma ordem (conservadorismo). Somente enfermagem apresenta correlação negativa entre aumento do conservadorismo e descenso na

escala econômica, o que pode ser explicado pela erradicação quase que completa de seu capital escolar, à qual se articulam práticas sociais determinadas por baixo nível cultural e atravessadas pela força do protestantismo evangelista, contribuindo para **o exercício da violência simbólica**.

Acrescentamos que, no que diz respeito aos quatro padrões autoritários e/ou conservadores, eles não se restringem à dupla senso punitivo e antipetismo, como pensávamos:

são, ao contrário, modelos de percepção de mundo marcados por várias dimensões que permitem com que, ao sabor das conjunturas históricas, eles se articulem, afastem e estabeleçam pactos provisórios. Por isso, a metáfora da “nebulosa”, elaborada por Pierucci (1987), permite

com que percebamos a diversidade desses padrões, muito mais complexos que sua possível redução ao antipetismo e ao senso punitivo. O que demonstra que a direita pode e, de fato, tende a colonizar diversas esferas sociais. Os modelos de autoritarismo e conservadorismo revelados, como tudo aquilo que nasce na história, são dinâmicos e somente podem ser apreendidos na genética social dos fenômenos.

Nosso esforço também tornou possível, dando sequência ao que dissemos acima, a apreensão das diversas esferas que compõem o autoritarismo e o conservadorismo, seus campos semânticos, que se encarnam em ideias-força. O autoritarismo e o conservadorismo não são fenômenos unidimensionais. Desde Pierucci (1987), já começávamos a delinear suas complexas multidimensionalidades, as esferas constitutivas dessas nebulosas. Aqui, delineamos as dimensões do antipetismo, do neoliberalismo, da moral (atravessada, sobretudo, pela matriz protestante evangélica) e a do senso punitivista. Essas quatro esferas se apresentam em maior ou menor grau em cada um dos modelos de autoritarismo e/ou conservadorismo apresentados, caracterizando suas tendências mais específicas. Desse modo, encontramos quase que em sua plenitude todas as quatro dimensões (apenas a neoliberal carecia de maiores fundamentos em função dos próprios limites cognitivos do primeiro grupo). Na segunda esfera, os neoliberais (de direito) não apresentam todo o pacote punitivo, por exemplo, mas são progressistas moralmente, intensamente politizados e atuantes, professando em sua maioria o catolicismo.

Quanto às estudantes de enfermagem, defendemos que suas não respostas apontam para certo antipetismo e conservadorismo moral, sendo esta – em função da própria força dos processos de violência simbólica – a esfera que tende a operar com maior intensidade na conformação de suas visões de mundo. Já no modelo de odontologia temos forte identitarismo individualista, defesa intensa do neoliberalismo (sem a força do papel desempenhado pela Lava-jato) e certos traços de autoritarismo. Cada modelo consiste, portanto, em uma ênfase singular sobre algumas das esferas (ou todas).

Só a pesquisa empírica aponta os caminhos para o deslindar de cada um desses modelos que, à primeira vista, especialmente para os institucionalistas, aparecem como o “autoritarismo” – um fenômeno único ao qual fazemos remissão sem perceber que cada modelo é a resultante complexa de diferentes processos sociais. Se estamos falando de genéticas diferentes, que geram processos diferentes, com relações de capitais diferentes, com composições (de raça gênero etc.) diferentes, estaremos diante – como a pesquisa demonstrou – de modelos diferenciados de autoritarismo e conservadorismo. Padrões são construídos a partir do esforço de discernir, diferenciar e apontar a importância do resgate da genética social para a compreensão dos fenômenos em tela.

Não temos “um” autoritarismo; são diversos – e eles se mesclam ao sabor das circunstâncias históricas. Os acontecimentos de 2018 são um grande exemplo, e de 2022, outro. Nesse sentido, o mérito do Bolsonarismo consiste no fato de ter conseguido articulá-los ou, pelo menos, aproximar, provisoriamente, diferentes formas de autoritarismo e/ou conservadorismo já existentes ou historicamente em vias de formação e/ou transformação – a exemplo do discurso neoliberal que toma força a partir da hegemonia do PSDB no Brasil.

Opondo-se a tudo isso, está o modelo de jornalismo cuja configuração é determinada pela força do capital escolar sobre o econômico e, acreditamos, forte transmissão de conhecimento mediante as responsáveis femininas. A ruptura religiosa e os altos percentuais de pretos e/ou pardos parecem ter exercido forte influência na constituição de seu *habitus* de classe, gerador de uma lógica cognitiva robusta o suficiente para abarcar, mesmo que pré-reflexivamente algumas vezes, a realidade social como sistema – havia, neles, sempre o esforço por uma compreensão maior da vida e da violência dos constrangimentos estruturais que incidiam sobre o mundo. Beneficiados por políticas de inclusão, especialmente financiamento estudantil, foram capazes de perceber a força inclusiva dessas políticas e, também, seus limites, pois permaneceram sempre críticos às fragilidades do Lulismo. Poderíamos, aqui, ainda discutir o autoritarismo de esquerda, mas, em tempos de Bolsonarismo (ele ainda é uma força política), a conjuntura atual foi forte o suficiente para conformar nosso foco (primeiro) de atenção na direita. Mas, sim, o autoritarismo de esquerda precisa (e deve) ser estudado.

Ainda precisamos responder o porquê da defesa de políticas neoliberais por alunos que, objetivamente, foram – direta ou indiretamente – beneficiados por políticas de inclusão social. Os dados – tanto das tabelas quanto da ACM e da ACH – apontam defesa das posições neoliberais: claramente entre os grupos de exatas; de forma significativa e intensa entre os estudantes de direito – tanto explicitamente quanto por meio da Lava-jato; de forma intensa em odontologia e com menor intensidade (mas ainda presente) em enfermagem, cujas alunas

avaliaram como “regular” o governo Bolsonaro. A oposição ao neoliberalismo e à implementação de suas políticas só se fez presente entre os estudantes de jornalismo. Na nossa perspectiva, a resposta a essa questão implica com que remetamos, primeiramente, ao contexto histórico que, de forma sucinta, abordamos no início da pesquisa e, em seguida, a certos traços da classe média no que diz respeito à suas posições quanto a trabalho, mérito e corrupção.

Tanto corporações midiáticas quanto educacionais ou *Think Tanks* são expressões concretas do neoliberalismo. E, enquanto fenômenos contemporâneos da hegemonia de mercado, desempenham papel fundamental na manutenção da ordem – entre outros fatores, mediante a naturalização do discurso neoliberal, especialmente através dos mecanismos de saber-poder do discurso gerencial, da meritocracia e do empreendedorismo, altamente concentrados nas corporações educacionais. Grosso modo, são responsáveis pela delimitação do discurso do possível, ou seja, pela demarcação dos limites políticos no interior dos quais os embates acerca do mundo social devem ser travados e também das categorias (de análise) que devem ser usadas.

Sua operação, portanto, consiste em silenciar alternativas discursivas e práticas ao neoliberalismo, especialmente aceitando a propaganda tácita da “democracia representativa” como forma mais avançada de democracia; quando, na verdade, opera para naturalizar os limites do capital, aceitando sua forma institucional mais sofisticada. Por isso, a necessidade de observar as corporações educacionais como sujeitos ativos na disseminação de valores neoliberais, gerenciais, meritocráticos e empreendedores e não como palco supostamente neutro de transmissão técnica de conhecimento.

Os valores do mercado tendem a encontrar espaço privilegiado de naturalização, transmissão e incorporação nos ambientes destinados à emissão em massa de diplomas para o mesmo mercado, concebido como o horizonte de imputação de sentidos a todas as esferas da ordem social. Pensamos aqui no conceito de transmissão total de conhecimento – desenvolvida por Marcel Mauss – segundo a qual, nesses processos, não são repassados apenas conhecimento, mas um conjunto mais amplo e complexo de visões de mundo, afetos e expectativas. Nesse sentido, tais corporações educacionais tendem a exercer o papel de “pedagogias de mercado” para alunos que anseiam o mercado como estratégia de sobrevivência e de ascensão social.

Em articulação a isso, a classe média é, por excelência, o estrato social mais suscetível ao discurso do trabalho e da meritocracia, apresentando forte oposição a tudo aquilo (que considera) corrupção e improdutividade. O mercado, dentro de sua lógica, consiste no espaço do trabalho, da ascensão social e da conquista da meritocracia, ao passo que o Estado é

percebido como o local da corrupção e dos pactos políticos. Essa dualidade tende a demarcar o modo como a classe média percebe essas duas instâncias sociais, colocando-as em polos opostos e, ao mesmo tempo, concebendo-as como modelos contrapostos de diferentes éticas. Ou seja, é pelo mérito – e aqui a noção de meritocracia erradica as diferenças entre direito e privilégio – que o indivíduo – desvinculado de laços sociais – conquista suas vitórias.

Os constrangimentos da estrutura social e a desigualdade social objetiva e determinante dos “fracassos” sociais são erradicados do processo reflexivo do agente, de forma que o indivíduo passa a ser o responsável por seu próprio sucesso (ou insucesso). Mais do que qualquer sistema, o neoliberalismo é uma ideologia do indivíduo que pode ganhar, acessar e se realizar no mercado. Como resultado, a defesa do credo neoliberal organiza – a partir da ideologia meritocrática e mercadológica da classe média – os sentidos sobre o mundo social, ideologia essa que se adensa nos espaços privilegiados das organizações privadas de ensino superior.

Tudo que está para o mercado passa a ser revestido dos sentidos que corroboram o mundo social; quando a isso se somam os discursos corporativos das empresas em geral, das instituições educacionais, em particular, temos os componentes constitutivos para a potencial geração de predisposições neoliberais que contribuem para construir os *habitus* da juventude de classe média baixa que ascende ao ensino superior privado. Cooptados, por um lado, por políticas públicas de inclusão social; por outro, tiveram – sempre – como horizonte o próprio mercado, ou seja, sua inserção não foi pela via da cidadania, o que contribuiu para determinar os limites de suas discussões, expectativas e anseios de vida. Desta forma, muito mais do que inseridos socialmente – foram, isto sim, **inseridos à ordem social**, ou seja, integrados à estrutura social cuja pedagogia educacional se limita à limitação de suas aspirações, afetos e ideais à ordem do mercado.

Todas as mediações sociais constituídas e/ou adensados pelo Lulismo e a maior parte de suas escolhas políticas – as corporações educacionais privadas; os discursos de gestão; meritocracia; empreendedorismo; a substituição do conflito de classes pela oposição “ricos” e “pobres”; a recusa ao enfrentamento dos problemas estruturais da realidade brasileira; a falta de projeto educacional para o ensino superior privado para além das exigências das corporações; além dos inscritos nas mediações religiosas, especialmente, a evangélica, tendem a se exercer sobre a subjetividade desse alunado. Com exceção de configurações muito singulares como a de jornalismo, encontramos um terreno cognitivo desapetrechado o suficiente para introjetar tais práticas, discursos, afetos e anseios – sem as defesas cognitivas (e afetivas) críticas o suficiente para operarem como barreiras de recepção e reflexão crítica. Nessa perspectiva, autoritarismo e/ou conservadorismo – como nos ensina a Teoria Crítica – devem

ser estudados como processos imanentes à sociedade do capital (e sua versão institucionalizada, “a democracia liberal”).

Quanto ao desapetrechamento intelectual desse alunado, é preciso acrescentar uma última reflexão com vista a compreendermos, com mais profundidade e articuladamente, a introjeção do discurso neoliberal por agentes sociais que tendem a ser por ele ou superexplorados ou mantidos à margem da estrutura social. Articulando-se a essa questão estrutural (discutida nos parágrafos anteriores), não podemos nos esquecer que lidamos, ao longo de toda a tese, sobretudo, com as frações médias e baixas da classe média brasileira, com praticamente 70% de nossos discentes com renda familiar declarada de até 4 SM, sendo que quase 30% permanecem ao estrato de até 2 SM. Do ponto de vista do capital escolar, são, em larga medida, – à exceção dos alunos de jornalismo e da fração à direita dos estudantes de direito – caracterizados pelo baixo capital escolar (cerca de 80% dos responsáveis masculinos têm EF ou EM; parâmetro que cai pouco quando observamos as responsáveis femininas: 76,6% delas têm a mesma formação para o conjunto dos dois níveis escolares).

O perfil sociológico desse alunado, portanto, se caracteriza pela baixa capacidade cognitiva e o baixo potencial abstrato e crítico, traços adensados pelas mais diversas mediações e práticas sociais – desde a matriz religiosa até interação com livros de autoajuda e conteúdo de entretenimento nas redes sociais -, o que os torna mais acessíveis à aceitação de arbitrários culturais pertencentes a grupos sociais dominantes, arbitrários esses inculcados nos ambientes escolares aos quais essas frações têm acesso. Ou seja, passam a aceitar valores, conceitos e mais do que isso, tornam-se predispostos – em função da geração de seus próprios *habitus* – a reconhecerem a força do discurso neoliberal, desconhecendo que, em larga medida, ele, esse discurso de saber-poder, tende a operar em detrimento dos interesses dessas frações em particular. Nessa perspectiva, a força da violência simbólica consiste em um dos fatores centrais na introjeção por essas frações do *habitus* predominantemente neoliberal que tende a reproduzir conservadoramente a ordem social vigente que os inclui (excluindo).

Decorre disso, a necessidade de, em trabalhos futuros, alargar os horizontes da pesquisa e buscar apreender os diferentes discursos de saber-poder inscritos nas diferentes corporações de educação superior privada. Como se dão as estratégias discursivas e práticas do neoliberalismo, por exemplo, da Kroton? Como se deu o processo de reconfiguração gerencial dessa corporação? Qual a força dos capitais internacionais na formação dos acionistas e quais os tipos de pressão que esse controle – pulverizado – passa a exercer sobre a educação-mercadoria e a mercadoria-educação? Como tais empresas educacionais definem, agora, suas estratégias de captação das frações mais altas da classe média? Apenas via cursos privados de

medicina? Quais os modelos de autoritarismo, conservadorismo e progressismo nas maiores empresas do setor? Eles são mais intensos – pensando nas categorias de autoritarismo e progressismo – quando comparados às empresas localizadas nas regiões mais marginais do campo? Quais as articulações institucionais entre *Think Tanks* e corporações educacionais na formulação do discurso neoliberal? Mudando o foco de análise: como avançar no entendimento de como o discurso evangélico atua no carreamento dos valores familiares para o espaço público? Quais são as estratégias da Bancada Evangélica para a aprovação e implementação de projetos autoritários e/ou conservadores? Quais as estratégias de conquista de posições chave nas comissões da câmara? Quais os objetivos centrais na reconfiguração dos papéis sociais defendidos pelos neopentecostais? Como avançar no entendimento das altas taxas de aprovação da pena capital entre católicos? Como avançar na compreensão da adesão subjetiva à barbárie que tende a afetar grandes frações dos fieis neopentecostais?

Seja qual for o caminho a ser seguido, esse trabalho propõe, além de algumas respostas, a advertência de que, sociologicamente, o autoritarismo, conservadorismo e progressismo são melhor compreendidos a partir da análise da gênese social dos processos de construção da barbárie – 92,1% dos alunos de engenharia, como vimos, defendem a pena capital.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.W., FRENKEL-BRUNSWICK, E. LEVINSON, D.J., Sanford, R.N. (1950). **The Authoritarian Personality**. New York: Harper 7 Brother

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu: Dossiê Conservadorismo, direitos, moralidades e violência**, nº 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718/16883>. Acesso em: fev. 2021.

_____. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo: vol. 38, nº 8, pp. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em out. 2023.

_____. Evangélicos à direita. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/QMLCv3b6fv6kGDfb86CgJ3J/abstract/?lang=pt>. Acesso em abr. 2022.

ALMEIDA, W. M. Recursos FIE(I): Estado e financiamento do ensino superior lucrativo brasileiro. In.: 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – Grupo de Trabalho (GT) 06: **Ciências Sociais e Educação**, 2020.

ALVES, M. T. G. Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no município de São Paulo: análise de surveys, **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VI, nº2, 2000, pp.187-225. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/FDp4knXfNn5TRs7xBCsNm8r/#>. Acesso em: jan. 2021

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In.: SADER, E.; GENTILI, P. (ORG) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

ANDRADE, S.I. As companhias do mercado da educação superior no Brasil e suas decisões estratégicas do período 2007-2021. **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), vol. 44, e273744, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RD9bmmQV9sgJKpK3DYKr8Rf/>. Acesso em 13 set. 2022.

BATISTA, V.M. Crime e Guerra no Brasil contemporâneo. In.: **Política Criminal e Estado de exceção: o direito penal do inimigo no capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Editora Revan (ORG) FABRES, T.; BATISTA, V. M., 2020.

BERTONCELLO, E. **O uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos**. Encontro Anual da ANPOC, vol. 40, pp. 1-25, 2016a. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/3627?guid=1711993922739&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1711993922739%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d3627%233627&i=2>. Acesso em jun. 2021.

_____. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 2, 2016b. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/rwYLM4XtR6BwgKRCDxmWPFy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em jun. 2021

_____. Classe social e alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)** Vol. 34 n° 100 /2019.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/d9TdKMjbTRvhqXwwRbdL8pF/abstract/?lang=pt#>. Acesso em fev. 2021.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, Editora: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOITO, A. O Lulismo é um tipo de Bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**. Campinas, v. 37, pp.171-182, 2013. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario51comentario51.pdf. Acesso em ago. 2021.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O Homo Academicus**. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 2019

_____; PASSERON, J.C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

_____. A opinião pública não existe. In.: **Crítica Metodológica, Investigação Social**. (ORG.) THIOLENT, M. J. M. Teoria e História 6. São Paulo: Editora Pólis, 1987

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1983.

BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In.: **As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?** (ORG). SINGER, A.; LOUREIRO, I., 2016

BRASIL, Agência. **Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca**.

21/05/2020. Acesso em 15 de abr. de 2023. Disponível

em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>. Acesso em nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos deputados. frentes parlamentares: **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>. Acesso em 21 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 2.208/97 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o par. 2 do Art. 36 e os Art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 2.306/97 de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos Art. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 3.860/2001 de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 4.914/2003 de 11 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre os centros universitários de que trata o Art. 11 do Decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001 e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.622/2005 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamento o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). **Reconfiguração estrutural da educação superior no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino**. Texto para discussão 2256. CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L.C.; MEIRA, A. P. B., Rio de Janeiro, novembro de 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7336>. Acesso em jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.202/2010 de 14 de janeiro de 2010**. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de junho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.827/99**²⁰⁶ **de 27 de maio de 1999**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 213/2004**²⁰⁷ **de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

BRASIL. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico]**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em 20 nov. 2023.

²⁰⁶ Posteriormente, Leis nº 10.260/2001 e nº 12.202/2010

²⁰⁷ Convertida, posteriormente, na Lei nº 11.096/2005.

BURKE; E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1982 [1790].

CAMURÇA, M. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, 2019, Vol. 2 n. 25 125. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243765>. Acesso jan. 2022.

CARDOZO, M. B. **Autoritarismo, classes e juventude: sociologia política de alunos de ensino médio de Juiz de Fora** – MG. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais – UFJF). Juiz de Fora, 2019.

CARAM, B. Guedes diz que classe média exagera no prato e que sobras poderiam alimentar pobres. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/guedes-diz-que-classe-media-exagera-no-prato-e-que-sobras-poderiam-alimentar-pobres.shtml>. Acesso em jan. 2022.

CARLOTTO, M.C. **Universitas semper reformanda: A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social**, São Paulo, USP, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19032015-171049/pt-br.php>. Acesso em jan. 2022.

_____. Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita para além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.63-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149014>. Acesso em fev. 2024.

CARMO, E. Política Criminal em Tempos Sombrios: o impacto da pandemia de COVID-19 no sistema socioeducativo nacional no marco dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. In.: **Política Criminal em Tempos Sombrios** (ORG.) PEDRINHA, R.D.; DORNELLES, J.R.W.; SOBRINHO, S.F.C.G. Editora Lumen Juris, 2021.

CARVALHO, C.H.A. **Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) –Instituto de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

_____. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBym83HNxK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de jan. 2021

CAVALCANTE, S. Classe média e conservadorismo liberal. In.: **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Fundação Perseu Abramo/Partido dos Trabalhadores. (ORG.) VELASCO, S.; KAYSEL, A. e CODAS, G., 2015. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/direita-volver/> Acesso em: 21 de jan. 2021

CHALOUB, J.; PERLATTO, P. **Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política**. 39º Encontro Anual da ANPOCS GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia, 2015.

CHALOUB, J., PERLATTO, F.; LIMA, P. Direitas no Brasil Contemporâneo. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2. Dezembro. 2018

CHAUÍ, Marilena. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999.

Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 4 mar. 2024.

CHAVES, V.L.J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxftTPRVBR78m/#>. Acesso em 10 jun. 2021.

CHAVES, V.L.J.; AMARAL, N.C. Política de expansão da educação superior no Brasil: o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.32, n.04, p.49-72, Outubro-Dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jZMkgMgTyb7rmjtqTVczXBj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 17 fev. 2023.

COSTA, R. Cresce mercado de música gospel e artistas jovens se destacam. **JM Notícia**. Disponível em: <https://jmnoticia.com.br/cresce-mercado-de-musica-gospel-e-artistas-jovens-se-destacam/>. Acesso em jun. 2023.

COUTINHO, C.N. “A hegemonia da pequena política”. In.: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010 [2007].

CRUZ, A.G.; PAULA, M.F.C. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação**: Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 848-868, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/JGvSXBv43Fjj7jk4pzmwVWw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 14 abr. 2022.

DARDOT; LAVAL. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2016.

Divulgação resultados 2T/1S23 – YDUQS. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=rlpb/SFHqkZmRessRLYH4Q==>. Acesso em jan. 2024.

FERNANDES, D.; MESSENERG, D. Um espectro ronda o Brasil (à direita). **Plural**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.1-12.

_____; VIEIRA, A.M. A direita mora do mesmo lado da cidade: especialistas, polemistas e jornalistas. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo: v. 38, nº 1, p. 157-182, jan.-abr., 2019

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’**. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, L.R.S.R. **Lawfare: contexto, conceito, características e aplicações, um paralelo com as condenações de Lula na operação Lava-jato**. Dissertação de mestrado em Ciências Criminais. Programa de pós-graduação em Ciências Criminais: escola de direito. Porto Alegre (RS), 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10644>. Acesso em jan. 2023.

FILHO, J.R.S. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará (UFPA): Instituto de Ciências da Educação. (Programa de Pós-graduação em Educação). Belém (PA), 2016.

FORACHI, M.M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**, 2ª edição, Companhia das Letras, São Paulo, 1977

_____. **A juventude na sociedade brasileira**. São Paulo, Pioneira [Editora da Universidade de São Paulo, 1972]

FONSECA, F. O pacto lulista de “todos com todos” se esgotou. **Vi o mundo: Diário da Resistência**, 2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/francisco-fonseca-o-pacto-lulista-de-todos-com-todos-se-esgotou.html>. Acesso em: 20 jan.2023.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder** (ORG) MACHADO, R., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. Curso dado no College de France (1977-1978)

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FORQUIN, J.-C. **Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações**. Congresso Internacional Co-Educação de Gerações SESC São Paulo | outubro 2003

FRASER, N. Redistribuição e Reconhecimento: classe e status na sociedade contemporânea. Intersecções – **Revista de Estudos Interdisciplinares**. UERJ, RJ, ano 4, n] 1, p.7-32, jan.-jun, 2002.

_____. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além! **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 40 - Set./Dez. de 2018

FUSÕES e aquisições caem 58%, diz KPMG. **Canal Executivo**. 6/03/2024. Disponível em: <https://canalexecutivoblog.wordpress.com/2024/03/06/fusoes-e-aquisicoes-em-educacao-caem-58-diz-kpmg/>. Acesso em: 10 de fev. 2024

GARCIA, G.M. As concepções de pessoa e sociedade das distintas correntes do liberalismo. **Revista Agenda Política**, v. 10, n. 3, p. 48-66, set.-dez. 2022

GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.92-110. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>. Acesso em set. 2020.

GUEDES diz que Fies bancou até filho de porteiro que zerou no vestibular. **Revista Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/guedes-diz-que-fies-bancou-ate-filho-de-porteiro-que-zerou-no-vestibular/>. Acesso em jan. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações**. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

HONNETT, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34, São Paulo, 1ª edição, 2003.

HUNTINGTON, S. Conservantismo as an ideology. **The American Political Science Review**, Vol. 51, No. 2 (Jun., 1957), pp. 454-473. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1952202> . Acesso em: jun. 2021

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, vol.12, n.2, p.27-32, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=res>. Acesso em mar. 2019.

JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, nº 12, pp. 16-26, jun. 85. 1985. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-12/#gsc.tab=0>. Acesso em set. 2023.

KALIL, I. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, outubro, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FES%20PSP.pdf>. Acesso em dez. 2019.

KLÜGER, E. (2018). Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**,

(86), 68–97. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/452>. Acesso em: 14 mai. 2021.

KPMG. Fusões e Aquisições 2023/2º trimestre. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2023/11/fusoes-aquisicoes-brasil-ti-sobressai-segundo-trimestre.html>. Acesso em 10 jul. 2023.

KURZ, R. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2023
 LYNCH, C.E.C. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo: 100: 313-362, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4MhnBqZKjLwgRK3yPrHNmrh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: agosto 2021.

LORAM, T. Guedes: “Preço do arroz subiu porque condição dos pobres melhorou”. **Metrópolis**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/guedes-preco-do-arroz-subiu-porque-condicao-de-vida-dos-pobres-melhorou>. Acesso em jan. 2022.

LÖVY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdxwKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 jan. 2024.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, R.P.; SCALCO, L.M. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza, do Lulismo ao Bolsonarismo. **Caderno IHU ideias**, ano 16, nº 278, vol. 16, 2018.

_____. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MAITINO, M.E. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, Revista de Ciências Sociais, vol 25, nº 1, 2018, jan.-jun., pp.111-134. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149018>. Acesso em fev. 2020

MANNHEIM, K. “O problema sociológico das gerações”. In.: Marialice Foracchi (org.). **Grandes cientistas sociais: Mannheim**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

_____. O pensamento conservador. In.: **Introdução crítica à sociologia rural** (ORG). José de Souza Martins. Editora Hucitec, 2ª edição, Paulo, Campinas, 1986.

MANCIBO, D.; VALE, A.A. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. **Educação e Sociedade**: Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, jan.-mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xkgr6p8nv58RRxhF5nv9Dhr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, vol.11, nº 2, p. 238-258, maio-ago.2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>. Acesso em mar. 2021.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H6DCFyvKr6Yrxw7W6pWJcBz/>. Acesso em ago. 2022.

_____. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. **Novos Estudos**, nº 44, 1996. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-44/#gsc.tab=0>. Acesso em fev. 2023.

MARIN, I.L. Psicanálise e emancipação na Teoria Crítica. In.: **Curso livre de Teoria Crítica**. (ORG) NOBRE, M. São Paulo: Papyrus Editora, 2008.

MARX, K. **O capital, livro 1. Crítica da Economia Política**. Editora Boitempo, São Paulo, 2023 [1867].

MESSEMBER, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2028

MIAZO, L. Lewandowski rebate Barroso e cita ‘desmantelamento da economia’ pela Lava-jato: ‘Pecados mortais’. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lewandowski-rebate-barroso-e-cita-desmantelamento-da-economia-pela-Lava-jato-pecados-mortais/>. Acesso em jan. 2023.

MIGUEL, L.F. **Democracia na periferia capitalista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. _____ . Conspiração Lava-jato. **Blog Boitempo**, 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/10/conspiracao-Lava-jato/>. Acesso em jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº1.134, de 10 de outubro de 2016**.

Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-n-1134#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20fluxo%20dos,superiores%2C%20bem%20como%20seus%20aditamentos>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018**.

Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2669/portaria-mec-n-1.428>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº2.117, de 6 de dezembro de 2019**.

<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2968/portaria-mec-n-2.117>

MIRANDA, P.R.; AZEVEDO, M.L.N. Fies e Prouni na expansão da educação brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?

Educação & Formação (Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, v.5, n.3, e1421, set./dez. 2020.

Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421/3245>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MUSSE, R. A revolução burguesa no Brasil. Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO). **Blog Boitempo**. Disponível em: <https://lastro.ufsc.br/2014/07/15/resenha/>. Acesso em: 21set. 2022.

OLIVEIRA, F. “Hegemonia às avessas”. In: Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010 [2007].

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, M.M.S. Marcuse e Jameson: da cultura afirmativa ao pós-modernismo. **Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: vol. 11, nº 1, p. 245-279, 2011. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000100012.

Acesso em dez. 2023.

PASTANA, D.R. Estado punitivo brasileiro, a indeterminação entre democracia e autoritarismo. **Civitas** Porto Alegre v. 13 n. 1 p. 27-47 jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/ds98LVKV5FLnsbp75TyBqNG/abstract/?lang=pt>. Acesso em mar. 2019.

PAULANI, L. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, nº 13: 115-127, dez. 1999.

PEREIRA, V. B. Classes sociais e simbolização na cidade do Porto: Elementos teóricos e resultados de pesquisa empírica. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 2, 2016.

PIERUCCI, A.F. As bases da nova direita. **Novos Estudos**, CEBRAP, nº 19, dez. 1987, p. 26-45

_____, A F O. Direita mora do outro lado da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. jun 1989, p. 44-64, 1989 Tradução. . . .
<https://repositorio.usp.br/item/000796197> Acesso em: 26 fev. 2024

_____. Religião como solvente. **Novos Estudos**. Nº75, julho de 2006, p. 111-127

_____. As ciladas da diferença. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84798/87507> Acesso em jan. 2022.

PUZONE, W. Por uma Teoria Crítica do Autoritarismo: democracia formal e relações de dominação burguesas. **Constelaciones**, Revista de Teoria Crítica. Liberalismo, capitalismo y autoritarismo: actualidad de una constelación. Núm. 13 (2021). Disponível em <https://constelaciones-rtc.net/article/view/4310>. Acesso em jan. 2022.

REICH, W. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

Relatório Integral de Autoavaliação Institucional da Estácio Juiz de Fora/2020 (2º ciclo/3º relatório) – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora, IES nº 1986 (MG), março de 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2019/10/ex-estacio-compra-mantenedora-do-ibmec-por-r-192-bilhao/>. Acesso em jan. 2023

RIDENTI, M. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, Sao Paulo, v.25.1, 2018, p.45-62. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649769992004/649769992004.pdf> Acesso em jan. 2023

ROCHA, C. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. 2019. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol 62 (3), 2019. <https://www.scielo.br/j/dados/a/xmSkTyVvY4SRn3tpkNZhZR/abstract/?lang=pt>

ROCHA, C. Mais de dez cantores gospel famosos vão disputar as eleições em 2022. **Portal T5.com.br**. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/diversao/gente-famosa/2022/08/206071-mais-de-10-cantores-gospel-famosos-va-disputar-eleicoes-em-2022/>. Acesso em 10 fev. 2024.

ROUANET, S.P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1983.

SCHULZ, T. Investimento em capital humano. In.: **Marcos Históricos da Reforma da Educação** (ORG.) BROOKE, N. Editora Fino Trato (FN), Belo Horizonte, 2012.

SCHIAVO, R.A. Comunidades eclesiais de base e ditadura militar no Brasil: reflexões sobre uma memória cinquentenária. **Ciências da Religião: história e sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 91-116, dez. 2014. Disponível em:

<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>. Acesso em jan. 2024

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, nº 105, p. 991-1022, set/dez. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqi/abstract/?lang=pt> Acesso em: 13 agos. 2021.

_____. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvhVVs7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, E.D. A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista. **Revista Sociologias Plurais**, v. 9, n. 1, p. 33-62, jan. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/89589>. Acesso em 13 jan. 2024.

SILVA, G.F.; JÚNIOR, S. S. M. A construção do sujeito em Michel Foucault. **Entreletras**, Araguaína/TO, v. 7, n. 1, jan/jun. 2014

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras. 2012.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In.: **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos**. (ORG.) SINGER, A.; LOUREIRO, I São Paulo: Boitempo, 2016.

SOBRINHO, D.F.A; NASCIMENTO, E.L.; SOUZA, A.S.Q. As desregulações no período Temer/Bolsonaro na modalidade EaD e bacharelado em Direito. **REPOD - Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 12, n. 2, p. 795-814, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/69408>.

Acesso em 15 jan. 2024.

SOLANO, E., ORTELLADO, P. e RIBEIRO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava-jato e contra a reforma de previdência. **Em Debate** (Belo Horizonte), v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017

Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

_____. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. Análise nº 42, 2018. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES).

SOUZA, J.M.A. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/#>. Acesso em: ago. 2021.

SPYER, J. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In.: **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. (ORG.) ALMEIDA, R.; TONIOL, R. Editora Unicamp, São Paulo, 2018.

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. Em PAUTA, Rio de Janeiro 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36687>. Acesso em 18 fev. 2024.

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**: PUC/São Paulo, nº 19, 1º semestre de 2016, pp. 97-125. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29895/20746>. Acesso em jan.2024.

TREANOR, P. **Neoliberalism: origins, theory, definition**, 2005. Disponível em: <http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>. Acesso em: fev. 2022.

TRIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtgrs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em mar. 2021.

VALE, A. A. do. Expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá. In: Vera Lucia Jacob chaves; João dos Reis Silva Jr.; Afrânio Mendes Catani. (Org.). **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais**. 1 ed.São Paulo: Xamã, 2013, v., p. 113-130.

VIANNA, L.W. O Estado Novo do PT. **Gramsci e o Brasil**, 2007. Disponível em: <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=755>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VIEIRA, A.M. **Opiniões à venda: oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, departamento de sociologia: São Paulo, 2021.

VOLLENWEIDER; C.; ROMANO, S. *Lawfare*. La judicialización de la política en América Latina. **América latina em movimento**, 2017. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/183977?language=es>. Acesso em set. 2021.

WACQUANT, L. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**. Ano 10, nº 16, 63-71, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewArticle/126>. Acesso em jul. 2022

_____. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos** nº 96, julho, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/YpYqRsNwYVYFvfQQcK7pZqw/>. Acesso em 20 jan. 2023.

_____. **As prisões da miséria**. Coletivo Sabotagem, 1999.

_____. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 2, p. 139–164, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/97975>. Acesso em: 11 jan. 2023.

WEBER, M. **Economia e sociedade** v.1, Universidade de Brasil, Editora UnB, 2009.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In.: **Coleção Grandes Cientistas Sociais** (ORG.) COHN, G. Editora Ática, São Paulo:, 2003.

_____. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In.: **Ensaio de Sociologia** . (ORG). GERTH, H.H.; WRIGHT MILLS, C. JC Editora, 1982.

WELLER, V.; BASSALO, L.M.B. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados** 34 (99), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pqX37cMZHx564PgXzYFSfRr/>. Acesso em ago. 2022.

_____. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2, Maio / Agosto 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv/?format=pdf>. Acesso em agos. 2022.

YDUQS – Nossa História. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=2A9MtfzS4uRqXhzucRSqdw==>. Acesso em out. 2023.

TABELAS RELACIONADAS À INTRODUÇÃO E AO CAPÍTULO 1

APÊNDICE A – SE TRABALHA VERSUS CURSO

Se Trabalha * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
Se Trabalha	Sim	Contagem	36	37	59	55	52	62	301
		% dentro de Se Trabalha	12,0%	12,3%	19,6%	18,3%	17,3%	20,6%	100,0%
		% dentro de Curso	70,6%	75,5%	85,5%	93,2%	83,9%	69,7%	79,4%
	Não	Contagem	15	12	10	4	10	27	78
		% dentro de Se Trabalha	19,2%	15,4%	12,8%	5,1%	12,8%	34,6%	100,0%
		% dentro de Curso	29,4%	24,5%	14,5%	6,8%	16,1%	30,3%	20,6%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	89	379	
	% dentro de Se Trabalha	13,5%	12,9%	18,2%	15,6%	16,4%	23,5%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	17,266 ^a	5	,004
Razão de probabilidade	18,602	5	,002
Associação Linear por Linear	,012	1	,914
N de Casos Válidos	379		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 10,08.

APÊNDICE B - HORAS TRABALHADAS POR SEMANA VERSUS CURSO

Horas trabalhadas por semana * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
Horas trabalhadas por semana	Até 10 horas por semana	Contagem	6	7	6	3	6	6	34
		% dentro de Horas trabalhadas por semana	17,6%	20,6%	17,6%	8,8%	17,6%	17,6%	100,0%
		% dentro de Curso	16,2%	18,9%	10,2%	5,7%	11,3%	10,0%	11,4%
	10 a 20 horas por semana	Contagem	4	7	2	5	5	5	28
		% dentro de Horas trabalhadas por semana	14,3%	25,0%	7,1%	17,9%	17,9%	17,9%	100,0%
		% dentro de Curso	10,8%	18,9%	3,4%	9,4%	9,4%	8,3%	9,4%
	20 a 30 horas por semana	Contagem	6	13	8	14	8	17	66
		% dentro de Horas trabalhadas por semana	9,1%	19,7%	12,1%	21,2%	12,1%	25,8%	100,0%
		% dentro de Curso	16,2%	35,1%	13,6%	26,4%	15,1%	28,3%	22,1%
	Mais de 40 horas por semana	Contagem	21	10	43	31	34	32	171
		% dentro de Horas trabalhadas por semana	12,3%	5,8%	25,1%	18,1%	19,9%	18,7%	100,0%
		% dentro de Curso	56,8%	27,0%	72,9%	58,5%	64,2%	53,3%	57,2%
Total			37	37	59	53	53	60	299
% dentro de Horas trabalhadas por semana			12,4%	12,4%	19,7%	17,7%	17,7%	20,1%	100,0%
% dentro de Curso			100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	27,427 ^a	15	,025
Razão de probabilidade	28,472	15	,019
Associação Linear por Linear	2,116	1	,146
N de Casos Válidos	299		

a. 6 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,46.

APÊNDICE C – POSSUI PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL VERSUS CURSO

Tabulação cruzada Possui programa de financiamento estudantil * Curso

		Curso							
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	Total
Possui programa de financiamento estudantil	Sim	Contagem	18	17	28	20	41	30	154
		% em Possui programa de financiamento estudantil	11,7%	11,0%	18,2%	13,0%	26,6%	19,5%	100,0%
		% em Curso	35,3%	34,7%	40,6%	33,9%	66,1%	33,3%	40,5%
	Não	Contagem	33	32	41	39	21	60	226
		% em Possui programa de financiamento estudantil	14,6%	14,2%	18,1%	17,3%	9,3%	26,5%	100,0%
		% em Curso	64,7%	65,3%	59,4%	66,1%	33,9%	66,7%	59,5%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% em Possui programa de financiamento estudantil	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% em Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	21,140 ^a	5	<,001
Razão de verossimilhança	20,875	5	<,001
Associação Linear por Linear	1,010	1	,315
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 19,86.

APÊNDICE D – RENDIMENTO FAMILIAR VERSUS CURSO

P16Rrenda * Curso Tabulação cruzada									
			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P16Rrenda	até 2 SM	Contagem	12	19	20	9	26	20	106
		% dentro de P16Rrenda	11,3%	17,9%	18,9%	8,5%	24,5%	18,9%	100,0%
		% dentro de Curso	23,5%	39,6%	29,9%	15,3%	42,6%	22,7%	28,3%
	2 a 4 SM	Contagem	23	16	25	28	31	29	152
		% dentro de P16Rrenda	15,1%	10,5%	16,4%	18,4%	20,4%	19,1%	100,0%
		% dentro de Curso	45,1%	33,3%	37,3%	47,5%	50,8%	33,0%	40,6%
	4 a 10 SM	Contagem	13	12	14	14	2	28	83
		% dentro de P16Rrenda	15,7%	14,5%	16,9%	16,9%	2,4%	33,7%	100,0%
		% dentro de Curso	25,5%	25,0%	20,9%	23,7%	3,3%	31,8%	22,2%
	acima de 10 SM	Contagem	3	1	8	8	2	11	33
		% dentro de P16Rrenda	9,1%	3,0%	24,2%	24,2%	6,1%	33,3%	100,0%
		% dentro de Curso	5,9%	2,1%	11,9%	13,6%	3,3%	12,5%	8,8%
Total	Contagem	51	48	67	59	61	88	374	
	% dentro de P16Rrenda	13,6%	12,8%	17,9%	15,8%	16,3%	23,5%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	38,839 ^a	15	,001
Razão de probabilidade	45,359	15	,000
Associação Linear por Linear	,835	1	,361
N de Casos Válidos	374		

a. 2 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,24.

APÊNDICE E - NÚMERO E PERCENTUAL DE ESTUDANTES ENTREVISTADOS

		Curso			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Direito	51	13,4	13,4	13,4
	Jornalismo	49	12,8	12,9	26,3
	Engenharia Civil	69	18,1	18,2	44,5
	Administração	59	15,4	15,5	60,0
	Enfermagem	62	16,2	16,3	76,3
	Odontologia	90	23,6	23,7	100,0
	Total	380	99,5	100,0	
Omisso	Sistema	2	,5		
Total		382	100,0		

APÊNDICE F – NÚMERO E PERCENTUAL DE GÊNERO

		Sexo			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	184	48,2	48,4	48,4
	Feminino	196	51,3	51,6	100,0
	Total	380	99,5	100,0	
Omisso	Sistema	2	,5		
Total		382	100,0		

APÊNDICE G – NÚMERO E PERCENTUAL DE RAÇA

		Cor			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Branca	194	50,8	51,3	51,3
	Preta	63	16,5	16,7	68,0
	Parda	111	29,1	29,4	97,4
	Amarela	8	2,1	2,1	99,5
	Não sabe/não quer responder	2	,5	,5	100,0
	Total	378	99,0	100,0	
Omisso	Sistema	4	1,0		
Total		382	100,0		

TABELAS RELACIONADAS AO CAPÍTULO 3

APÊNDICE H – GÊNERO VERSUS VOTO NO 2º TURNO

voto2turno ^ Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
voto2turno	esquer/Had	Contagem	47	69	116
		% dentro de voto2turno	40,5%	59,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	26,4%	36,3%	31,5%
	direit/Bol	Contagem	74	58	132
		% dentro de voto2turno	56,1%	43,9%	100,0%
		% dentro de Sexo	41,6%	30,5%	35,9%
	nvotou	Contagem	5	7	12
		% dentro de voto2turno	41,7%	58,3%	100,0%
		% dentro de Sexo	2,8%	3,7%	3,3%
	anulou	Contagem	19	21	40
		% dentro de voto2turno	47,5%	52,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	10,7%	11,1%	10,9%
	justif	Contagem	10	7	17
		% dentro de voto2turno	58,8%	41,2%	100,0%
		% dentro de Sexo	5,6%	3,7%	4,6%
	nsabe/nquisresp	Contagem	18	26	44
		% dentro de voto2turno	40,9%	59,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	10,1%	13,7%	12,0%
	branco	Contagem	5	2	7
		% dentro de voto2turno	71,4%	28,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	2,8%	1,1%	1,9%
Total		Contagem	178	190	368
		% dentro de voto2turno	48,4%	51,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,434 ^a	6	,151
Razão de probabilidade	9,509	6	,147
Associação Linear por Linear	,213	1	,645
N de Casos Válidos	368		

a. 2 células (14,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,39.

APÊNDICE I – GÊNERO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P35recat	presautefic+	Contagem	101	75	176
		% dentro de P35recat	57,4%	42,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	67,8%	45,5%	56,1%
	presassist+	Contagem	35	71	106
		% dentro de P35recat	33,0%	67,0%	100,0%
		% dentro de Sexo	23,5%	43,0%	33,8%
	pres.nresp	Contagem	13	19	32
		% dentro de P35recat	40,6%	59,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	8,7%	11,5%	10,2%
Total	Contagem	149	165	314	
	% dentro de P35recat	47,5%	52,5%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	16,420 ^a	2	,000
Razão de probabilidade	16,644	2	,000
Associação Linear por Linear	10,894	1	,001
N de Casos Válidos	314		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,18.

APÊNDICE J - GÊNERO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat ^ Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P40recat	PMinst+	Contagem	145	146	291
		% dentro de P40recat	49,8%	50,2%	100,0%
		% dentro de Sexo	81,5%	77,2%	79,3%
	PMinst-	Contagem	20	24	44
		% dentro de P40recat	45,5%	54,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	11,2%	12,7%	12,0%
	PMinst.nresp	Contagem	13	19	32
		% dentro de P40recat	40,6%	59,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	7,3%	10,1%	8,7%
Total	Contagem	178	189	367	
	% dentro de P40recat	48,5%	51,5%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	1,163 ^a	2	,559
Razão de probabilidade	1,170	2	,557
Associação Linear por Linear	1,160	1	,282
N de Casos Válidos	367		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,52.

APÊNDICE K - GÊNERO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA)

P41recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P41recat	PM-	Contagem	39	56	95
		% dentro de P41recat	41,1%	58,9%	100,0%
		% dentro de Sexo	26,9%	33,9%	30,6%
	PM+	Contagem	94	94	188
		% dentro de P41recat	50,0%	50,0%	100,0%
		% dentro de Sexo	64,8%	57,0%	60,6%
	nsabe/nquisresp	Contagem	12	15	27
		% dentro de P41recat	44,4%	55,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	8,3%	9,1%	8,7%
Total	Contagem	145	165	310	
	% dentro de P41recat	46,8%	53,2%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,094 ^a	2	,351
Razão de probabilidade	2,101	2	,350
Associação Linear por Linear	,864	1	,353
N de Casos Válidos	310		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 12,63.

APÊNDICE L - GÊNERO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P51recat	armpop+	Contagem	92	52	144
		% dentro de P51recat	63,9%	36,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	51,1%	27,1%	38,7%
	armpop-	Contagem	88	140	228
		% dentro de P51recat	38,6%	61,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	48,9%	72,9%	61,3%
Total	Contagem		180	192	372
	% dentro de P51recat		48,4%	51,6%	100,0%
	% dentro de Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	22,607 ^a	1	,000		
Correção de continuidade					
Razão de probabilidade Fisher's Exact Test	22,836	1	,000	,000	,000
Associação Linear por Linear	22,546	1	,000		
N de Casos Válidos	372				

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 69,68.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

APÊNDICE M – GÊNERO VERSUS AVALIAÇÃO GOVERNO JAIR BOLSONARO

P53recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P53recat	JB+	Contagem	56	32	88
		% dentro de P53recat	63,6%	36,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	31,3%	16,8%	23,8%
	JB=	Contagem	47	44	91
		% dentro de P53recat	51,6%	48,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	26,3%	23,0%	24,6%
	JB-	Contagem	76	115	191
		% dentro de P53recat	39,8%	60,2%	100,0%
		% dentro de Sexo	42,5%	60,2%	51,6%
Total		Contagem	179	191	370
		% dentro de P53recat	48,4%	51,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	14,233 ^a	2	,001
Razão de probabilidade	14,358	2	,001
Associação Linear por Linear	14,195	1	,000
N de Casos Válidos	370		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 42,57.

APÊNDICE N – GÊNERO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Cadeia para menor diminui crimes * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Cadeia para menor diminui crimes	"Concorda plenamente"	Contagem	55	47	102
		% dentro de Cadeia para menor diminui crimes	53,9%	46,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	30,2%	24,5%	27,3%
	"Concorda parcialmente"	Contagem	71	63	134
		% dentro de Cadeia para menor diminui crimes	53,0%	47,0%	100,0%
		% dentro de Sexo	39,0%	32,8%	35,8%
	"Discorda parcialmente"	Contagem	23	24	47
		% dentro de Cadeia para menor diminui crimes	48,9%	51,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	12,6%	12,5%	12,6%
	"Discorda totalmente"	Contagem	33	58	91
		% dentro de Cadeia para menor diminui crimes	36,3%	63,7%	100,0%
		% dentro de Sexo	18,1%	30,2%	24,3%
Total		Contagem	182	192	374
		% dentro de Cadeia para menor diminui crimes	48,7%	51,3%	100,0%
		% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	7,733 ^a	3	,052
Razão de probabilidade	7,817	3	,050
Associação Linear por Linear	6,567	1	,010
N de Casos Válidos	374		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 22,87.

APÊNDICE O – GÊNERO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P60recat	priLula+	Contagem	85	72	157
		% dentro de P60recat	54,1%	45,9%	100,0%
		% dentro de Sexo	48,9%	38,9%	43,7%
	priLula-	Contagem	59	77	136
		% dentro de P60recat	43,4%	56,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	33,9%	41,6%	37,9%
	priLula.nresp	Contagem	30	36	66
		% dentro de P60recat	45,5%	54,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	17,2%	19,5%	18,4%
Total	Contagem	174	185	359	
	% dentro de P60recat	48,5%	51,5%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,671 ^a	2	,160
Razão de probabilidade	3,676	2	,159
Associação Linear por Linear	2,370	1	,124
N de Casos Válidos	359		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 31,99.

APÊNDICE P – GÊNERO VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P42recat	JP-	Contagem	73	102	175
		% dentro de P42recat	41,7%	58,3%	100,0%
		% dentro de Sexo	43,5%	56,0%	50,0%
	JP+	Contagem	78	54	132
		% dentro de P42recat	59,1%	40,9%	100,0%
		% dentro de Sexo	46,4%	29,7%	37,7%
	JP.nresp	Contagem	17	26	43
		% dentro de P42recat	39,5%	60,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	10,1%	14,3%	12,3%
Total	Contagem	168	182	350	
	% dentro de P42recat	48,0%	52,0%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	10,510 ^a	2	,005
Razão de probabilidade	10,554	2	,005
Associação Linear por Linear	1,286	1	,257
N de Casos Válidos	350		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 20,64.

APÊNDICE Q – GÊNERO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P57recat	corruptei+	Contagem	48	41	89
		% dentro de P57recat	53,9%	46,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	29,8%	23,2%	26,3%
	corruptei+	Contagem	113	136	249
		% dentro de P57recat	45,4%	54,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	70,2%	76,8%	73,7%
Total		Contagem	161	177	338
		% dentro de P57recat	47,6%	52,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	1,163 ^a	2	,559
Razão de probabilidade	1,170	2	,557
Associação Linear por Linear	1,160	1	,282
N de Casos Válidos	367		

a. O células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,52.

APÊNDICE R - GÊNERO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P44recat	penamorte-	Contagem	39	51	90
		% dentro de P44recat	43,3%	56,7%	100,0%
		% dentro de Sexo	22,8%	27,4%	25,2%
	penamorte/perp+	Contagem	132	135	267
		% dentro de P44recat	49,4%	50,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	77,2%	72,6%	74,8%
Total		Contagem	171	186	357
		% dentro de P44recat	47,9%	52,1%	100,0%
		% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	1,005 ^a	1	,316		
Correção de continuidade ^b	,775	1	,379		
Razão de probabilidade	1,008	1	,315		
Fisher's Exact Test				,331	,189
Associação Linear por Linear	1,002	1	,317		
N de Casos Válidos	357				

a. O células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 43,11.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

APÊNDICE S – GÊNERO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P50recat	reforprev-	Contagem	111	122	233
		% dentro de P50recat	47,6%	52,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	62,4%	64,9%	63,7%
	reforprev+	Contagem	41	23	64
		% dentro de P50recat	64,1%	35,9%	100,0%
		% dentro de Sexo	23,0%	12,2%	17,5%
	reforprev.nresp	Contagem	26	43	69
		% dentro de P50recat	37,7%	62,3%	100,0%
		% dentro de Sexo	14,6%	22,9%	18,9%
Total	Contagem	178	188	366	
	% dentro de P50recat	48,6%	51,4%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,504 ^a	2	,009
Razão de probabilidade	9,610	2	,008
Associação Linear por Linear	,480	1	,489
N de Casos Válidos	366		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 31,13.

APÊNDICE T – GÊNERO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55recat ^ Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P55recat	corteduc+	Contagem	36	11	47
		% dentro de P55recat	76,6%	23,4%	100,0%
		% dentro de Sexo	20,0%	5,7%	12,6%
	corteduc-	Contagem	130	163	293
		% dentro de P55recat	44,4%	55,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	72,2%	84,5%	78,6%
	nsabe/inquisresp	Contagem	14	19	33
		% dentro de P55recat	42,4%	57,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	7,8%	9,8%	8,8%
Total	Contagem	180	193	373	
	% dentro de P55recat	48,3%	51,7%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	17,340 ^a	2	,000
Razão de probabilidade	18,041	2	,000
Associação Linear por Linear	11,679	1	,001
N de Casos Válidos	373		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,92.

APÊNDICE U - GÊNERO VERSUS UNIÃO ENRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * Sexo Tabulação cruzada

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
P38recat	uniãogay-	Contagem	69	47	116
		% dentro de P38recat	59,5%	40,5%	100,0%
		% dentro de Sexo	38,1%	24,4%	31,0%
	uniãogay+	Contagem	112	146	258
		% dentro de P38recat	43,4%	56,6%	100,0%
		% dentro de Sexo	61,9%	75,6%	69,0%
Total	Contagem	181	193	374	
	% dentro de P38recat	48,4%	51,6%	100,0%	
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. exata (2 lados)	Sig. exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	8,277 ^a	1	,004		
Correção de continuidade ^b	7,645	1	,006		
Razão de probabilidade	8,306	1	,004		
Fisher's Exact Test				,005	,003
Associação Linear por Linear	8,254	1	,004		
N de Casos Válidos	374				

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 56,14.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

APÊNDICE V – RELIGIÃO VERSUS VOTO NO 2º TURNO

P32brecatf * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P32brecatf	esquer/Had	Contagem	51	19	10	6	2	27	115
		% dentro de P32brecatf	44,3%	16,5%	8,7%	5,2%	1,7%	23,5%	100,0%
		% dentro de Religião	29,7%	19,8%	37,0%	85,7%	33,3%	47,4%	31,5%
	direit/Bol	Contagem	54	45	12	1	1	18	131
		% dentro de P32brecatf	41,2%	34,4%	9,2%	0,8%	0,8%	13,7%	100,0%
		% dentro de Religião	31,4%	46,9%	44,4%	14,3%	16,7%	31,6%	35,9%
	absten	Contagem	42	20	2	0	2	9	75
		% dentro de P32brecatf	56,0%	26,7%	2,7%	0,0%	2,7%	12,0%	100,0%
		% dentro de Religião	24,4%	20,8%	7,4%	0,0%	33,3%	15,8%	20,5%
	nsabe/nquisresp	Contagem	25	12	3	0	1	3	44
		% dentro de P32brecatf	56,8%	27,3%	6,8%	0,0%	2,3%	6,8%	100,0%
		% dentro de Religião	14,5%	12,5%	11,1%	0,0%	16,7%	5,3%	12,1%
Total	Contagem	172	96	27	7	6	57	365	
	% dentro de P32brecatf	47,1%	26,3%	7,4%	1,9%	1,6%	15,6%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	32,403 ^a	15	,006
Razão de probabilidade	33,927	15	,003
Associação Linear por Linear	10,360	1	,001
N de Casos Válidos	365		

a. 9 células (37,5%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,72.

APÊNDICE W – RELIGIÃO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P35recat	presautefic+	Contagem	82	50	16	2	1	23	174
		% dentro de P35recat	47,1%	28,7%	9,2%	1,1%	0,6%	13,2%	100,0%
		% dentro de Religião	54,3%	62,5%	64,0%	33,3%	25,0%	51,1%	55,9%
	presassist+	Contagem	52	22	6	4	3	18	105
		% dentro de P35recat	49,5%	21,0%	5,7%	3,8%	2,9%	17,1%	100,0%
		% dentro de Religião	34,4%	27,5%	24,0%	66,7%	75,0%	40,0%	33,8%
	pres.nresp	Contagem	17	8	3	0	0	4	32
		% dentro de P35recat	53,1%	25,0%	9,4%	0,0%	0,0%	12,5%	100,0%
		% dentro de Religião	11,3%	10,0%	12,0%	0,0%	0,0%	8,9%	10,3%
Total		Contagem	151	80	25	6	4	45	311
		% dentro de P35recat	48,6%	25,7%	8,0%	1,9%	1,3%	14,5%	100,0%
		% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,841 ^a	10	,455
Razão de probabilidade	10,270	10	,417
Associação Linear por Linear	,080	1	,777
N de Casos Válidos	311		

a. 8 células (44,4%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,41.

APÊNDICE X - RELIGIÃO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P40recat	PMinst+	Contagem	139	83	22	3	5	37	289
		% dentro de P40recat	48,1%	28,7%	7,6%	1,0%	1,7%	12,8%	100,0%
		% dentro de Religião	79,9%	87,4%	81,5%	42,9%	83,3%	67,3%	79,4%
	PMinst-	Contagem	17	6	3	4	1	12	43
		% dentro de P40recat	39,5%	14,0%	7,0%	9,3%	2,3%	27,9%	100,0%
		% dentro de Religião	9,8%	6,3%	11,1%	57,1%	16,7%	21,8%	11,8%
	PMinst.nresp	Contagem	18	6	2	0	0	6	32
		% dentro de P40recat	56,3%	18,8%	6,3%	0,0%	0,0%	18,8%	100,0%
		% dentro de Religião	10,3%	6,3%	7,4%	0,0%	0,0%	10,9%	8,8%
Total	Contagem	174	95	27	7	6	55	364	
	% dentro de P40recat	47,8%	26,1%	7,4%	1,9%	1,6%	15,1%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	25,622 ^a	10	,004
Razão de probabilidade	20,739	10	,023
Associação Linear por Linear	2,217	1	,137
N de Casos Válidos	364		

a. 8 células (44,4%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,53.

APÊNDICE Y – RELIGIÃO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P41recat	PM-	Contagem	42	15	8	3	0	26	94
		% dentro de P41recat	44,7%	16,0%	8,5%	3,2%	0,0%	27,7%	100,0%
		% dentro de Religião	28,0%	19,7%	34,8%	75,0%	0,0%	52,0%	30,5%
	PM+	Contagem	95	54	12	1	5	20	187
		% dentro de P41recat	50,8%	28,9%	6,4%	0,5%	2,7%	10,7%	100,0%
		% dentro de Religião	63,3%	71,1%	52,2%	25,0%	100,0%	40,0%	60,7%
	nsabe/nquisresp	Contagem	13	7	3	0	0	4	27
		% dentro de P41recat	48,1%	25,9%	11,1%	0,0%	0,0%	14,8%	100,0%
		% dentro de Religião	8,7%	9,2%	13,0%	0,0%	0,0%	8,0%	8,8%
Total	Contagem	150	76	23	4	5	50	308	
	% dentro de P41recat	48,7%	24,7%	7,5%	1,3%	1,6%	16,2%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	23,773 ^a	10	,008
Razão de probabilidade	24,822	10	,006
Associação Linear por Linear	6,985	1	,008
N de Casos Válidos	308		

a. 8 células (44,4%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,35.

APÊNDICE Z – RELIGIÃO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P51recat	armpop+	Contagem	68	44	12	1	1	16	142
		% dentro de P51recat	47,9%	31,0%	8,5%	0,7%	0,7%	11,3%	100,0%
		% dentro de Religião	38,4%	46,8%	44,4%	14,3%	16,7%	27,6%	38,5%
	armpop-	Contagem	109	50	15	6	5	42	227
		% dentro de P51recat	48,0%	22,0%	6,6%	2,6%	2,2%	18,5%	100,0%
		% dentro de Religião	61,6%	53,2%	55,6%	85,7%	83,3%	72,4%	61,5%
Total	Contagem	177	94	27	7	6	58	369	
	% dentro de P51recat	48,0%	25,5%	7,3%	1,9%	1,6%	15,7%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,005 ^a	5	,109
Razão de probabilidade	9,499	5	,091
Associação Linear por Linear	3,690	1	,055
N de Casos Válidos	369		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,31.

APÊNDICE AA – RELIGIÃO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

P53recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P53recat	JB+	Contagem	36	30	7	1	0	13	87
		% dentro de P53recat	41,4%	34,5%	8,0%	1,1%	0,0%	14,9%	100,0%
		% dentro de Religião	20,6%	31,9%	25,9%	14,3%	0,0%	22,4%	23,7%
	JB=	Contagem	51	27	5	0	1	6	90
		% dentro de P53recat	56,7%	30,0%	5,6%	0,0%	1,1%	6,7%	100,0%
		% dentro de Religião	29,1%	28,7%	18,5%	0,0%	16,7%	10,3%	24,5%
	JB-	Contagem	88	37	15	6	5	39	190
		% dentro de P53recat	46,3%	19,5%	7,9%	3,2%	2,6%	20,5%	100,0%
		% dentro de Religião	50,3%	39,4%	55,6%	85,7%	83,3%	67,2%	51,8%
Total		Contagem	175	94	27	7	6	58	367
		% dentro de P53recat	47,7%	25,6%	7,4%	1,9%	1,6%	15,8%	100,0%
		% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	22,736 ^a	10	,012
Razão de probabilidade	26,535	10	,003
Associação Linear por Linear	3,748	1	,053
N de Casos Válidos	367		

a. 6 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,42.

APÊNDICE AB – RELIGIÃO VERSUS REDUCAÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P43recat	CadeiaM+	Contagem	120	63	17	1	3	30	234
		% dentro de P43recat	51,3%	26,9%	7,3%	0,4%	1,3%	12,8%	100,0%
		% dentro de Religião	67,8%	66,3%	60,7%	14,3%	50,0%	51,7%	63,1%
	CadeiaM-	Contagem	57	32	11	6	3	28	137
		% dentro de P43recat	41,6%	23,4%	8,0%	4,4%	2,2%	20,4%	100,0%
		% dentro de Religião	32,2%	33,7%	39,3%	85,7%	50,0%	48,3%	36,9%
Total		Contagem	177	95	28	7	6	58	371
		% dentro de P43recat	47,7%	25,6%	7,5%	1,9%	1,6%	15,6%	100,0%
		% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	12,993 ^a	5	,023
Razão de probabilidade	12,895	5	,024
Associação Linear por Linear	6,814	1	,009
N de Casos Válidos	371		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,22.

APÊNDICE AC – RELIGIÃO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião						Total
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião	Não sabe/não respondeu	
P60recat	priLula+	Contagem	78	43	11	1	3	19	155
		% dentro de P60recat	50,3%	27,7%	7,1%	0,6%	1,9%	12,3%	100,0%
		% dentro de Religião	45,9%	46,7%	42,3%	14,3%	50,0%	34,5%	43,5%
	priLula-	Contagem	60	24	11	6	3	31	135
		% dentro de P60recat	44,4%	17,8%	8,1%	4,4%	2,2%	23,0%	100,0%
		% dentro de Religião	35,3%	26,1%	42,3%	85,7%	50,0%	56,4%	37,9%
	priLula.nresp	Contagem	32	25	4	0	0	5	66
		% dentro de P60recat	48,5%	37,9%	6,1%	0,0%	0,0%	7,6%	100,0%
		% dentro de Religião	18,8%	27,2%	15,4%	0,0%	0,0%	9,1%	18,5%
Total	Contagem	170	92	26	7	6	55	356	
	% dentro de P60recat	47,8%	25,8%	7,3%	2,0%	1,7%	15,4%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	25,020 ^a	10	,005
Razão de probabilidade	26,779	10	,003
Associação Linear por Linear	,008	1	,927
N de Casos Válidos	356		

a. 7 células (38,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,11.

APÊNDICE AD – RELIGIÃO VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião						Total
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião	Não sabe/não respondeu	
P42recat	JP-	Contagem	76	44	13	5	4	32	174
		% dentro de P42recat	43,7%	25,3%	7,5%	2,9%	2,3%	18,4%	100,0%
		% dentro de Religião	45,0%	50,6%	54,2%	71,4%	66,7%	59,3%	50,1%
	JP+	Contagem	72	30	9	2	1	17	131
		% dentro de P42recat	55,0%	22,9%	6,9%	1,5%	0,8%	13,0%	100,0%
		% dentro de Religião	42,6%	34,5%	37,5%	28,6%	16,7%	31,5%	37,8%
	JP.nresp	Contagem	21	13	2	0	1	5	42
		% dentro de P42recat	50,0%	31,0%	4,8%	0,0%	2,4%	11,9%	100,0%
		% dentro de Religião	12,4%	14,9%	8,3%	0,0%	16,7%	9,3%	12,1%
Total	Contagem	169	87	24	7	6	54	347	
	% dentro de P42recat	48,7%	25,1%	6,9%	2,0%	1,7%	15,6%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	7,749 ^a	10	,653
Razão de probabilidade	8,690	10	,562
Associação Linear por Linear	3,412	1	,065
N de Casos Válidos	347		

a. 7 células (38,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,73.

APÊNDICE AE - RELIGIÃO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * Religião Tabulação cruzada

	Religião							Total
	Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião	Não sabe/não respondeu		
P57recat corrupei+	Contagem	44	25	7	0	2	10	88
	% dentro de P57recat	50,0%	28,4%	8,0%	0,0%	2,3%	11,4%	100,0%
	% dentro de Religião	26,8%	28,1%	28,0%	0,0%	33,3%	21,7%	26,2%
corrupei+	Contagem	120	64	18	6	4	36	248
	% dentro de P57recat	48,4%	25,8%	7,3%	2,4%	1,6%	14,5%	100,0%
	% dentro de Religião	73,2%	71,9%	72,0%	100,0%	66,7%	78,3%	73,8%
Total	Contagem	164	89	25	6	6	46	336
	% dentro de P57recat	48,8%	26,5%	7,4%	1,8%	1,8%	13,7%	100,0%
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,002 ^a	5	,700
Razão de probabilidade	4,525	5	,477
Associação Linear por Linear	,550	1	,458
N de Casos Válidos	336		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,57.

APÊNDICE AF- RELIGIÃO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * Religião Tabulação cruzada

	Religião						Total	
	Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião	Não sabe/não respondeu		
P44recat penamorte-	Contagem	34	23	7	3	2	20	89
	% dentro de P44recat	38,2%	25,8%	7,9%	3,4%	2,2%	22,5%	100,0%
	% dentro de Religião	20,0%	25,8%	25,9%	42,9%	33,3%	36,4%	25,1%
penamorte/perp+	Contagem	136	66	20	4	4	35	265
	% dentro de P44recat	51,3%	24,9%	7,5%	1,5%	1,5%	13,2%	100,0%
	% dentro de Religião	80,0%	74,2%	74,1%	57,1%	66,7%	63,6%	74,9%
Total	Contagem	170	89	27	7	6	55	354
	% dentro de P44recat	48,0%	25,1%	7,6%	2,0%	1,7%	15,5%	100,0%
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	7,481 ^a	5	,187
Razão de probabilidade	7,176	5	,208
Associação Linear por Linear	6,429	1	,011
N de Casos Válidos	354		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,51.

APÊNDICE AG – RELIGIÃO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Method.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P50recat	reforprev-	Contagem	117	42	17	6	5	44	231
		% dentro de P50recat	50,6%	18,2%	7,4%	2,6%	2,2%	19,0%	100,0%
		% dentro de Religião	66,5%	47,2%	60,7%	85,7%	83,3%	77,2%	63,6%
	reforprev+	Contagem	21	26	6	1	1	8	63
		% dentro de P50recat	33,3%	41,3%	9,5%	1,6%	1,6%	12,7%	100,0%
		% dentro de Religião	11,9%	29,2%	21,4%	14,3%	16,7%	14,0%	17,4%
	reforprev.nresp	Contagem	38	21	5	0	0	5	69
		% dentro de P50recat	55,1%	30,4%	7,2%	0,0%	0,0%	7,2%	100,0%
		% dentro de Religião	21,6%	23,6%	17,9%	0,0%	0,0%	8,8%	19,0%
Total		Contagem	176	89	28	7	6	57	363
		% dentro de P50recat	48,5%	24,5%	7,7%	1,9%	1,7%	15,7%	100,0%
		% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	24,690 ^a	10	,006
Razão de probabilidade	27,180	10	,002
Associação Linear por Linear	6,391	1	,011
N de Casos Válidos	363		

a. 7 células (38,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,04.

APÊNDICE AH – RELIGIÃO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Method.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P55recat	corteduc+	Contagem	11	18	6	1	2	8	46
		% dentro de P55recat	23,9%	39,1%	13,0%	2,2%	4,3%	17,4%	100,0%
		% dentro de Religião	6,2%	18,9%	22,2%	14,3%	33,3%	13,8%	12,4%
corteduc-	Contagem	150	64	18	6	4	49	291	
	% dentro de P55recat	51,5%	22,0%	6,2%	2,1%	1,4%	16,8%	100,0%	
	% dentro de Religião	84,7%	67,4%	66,7%	85,7%	66,7%	84,5%	78,6%	
nsabe/nquisresp	Contagem	16	13	3	0	0	1	33	
	% dentro de P55recat	48,5%	39,4%	9,1%	0,0%	0,0%	3,0%	100,0%	
	% dentro de Religião	9,0%	13,7%	11,1%	0,0%	0,0%	1,7%	8,9%	
Total	Contagem	177	95	27	7	6	58	370	
	% dentro de P55recat	47,8%	25,7%	7,3%	1,9%	1,6%	15,7%	100,0%	
	% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	23,407 ^a	10	,009
Razão de probabilidade	25,715	10	,004
Associação Linear por Linear	6,066	1	,014
N de Casos Válidos	370		

a. 7 células (38,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,54.

APÊNDICE AI – RELIGIÃO VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * Religião Tabulação cruzada

			Religião					Total	
			Católica	Protest/Evang /cristão/T. Jeová/Metod.	Espírita	Afrobrasileira	Sem religião		Não sabe/não respondeu
P38recat	união gay-	Contagem	41	61	7	0	0	7	116
		% dentro de P38recat	35,3%	52,6%	6,0%	0,0%	0,0%	6,0%	100,0%
		% dentro de Religião	23,0%	64,9%	25,0%	0,0%	0,0%	12,1%	31,3%
	união gay+	Contagem	137	33	21	7	6	51	255
		% dentro de P38recat	53,7%	12,9%	8,2%	2,7%	2,4%	20,0%	100,0%
		% dentro de Religião	77,0%	35,1%	75,0%	100,0%	100,0%	87,9%	68,7%
Total		Contagem	178	94	28	7	6	58	371
		% dentro de P38recat	48,0%	25,3%	7,5%	1,9%	1,6%	15,6%	100,0%
		% dentro de Religião	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	71,446 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	72,761	5	,000
Associação Linear por Linear	8,180	1	,004
N de Casos Válidos	371		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,88.

APÊNDICE AJ – RAÇA VERSUS VOTO NO 2º TURNO

P32brecaif * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P32brecaif	esquer/Had	Contagem	46	25	42	1	1	115
		% dentro de P32brecaif	40,0%	21,7%	36,5%	0,9%	0,9%	100,0%
		% dentro de Cor	24,6%	41,7%	38,5%	12,5%	50,0%	31,4%
	direit/Bol	Contagem	73	17	37	4	1	132
		% dentro de P32brecaif	55,3%	12,9%	28,0%	3,0%	0,8%	100,0%
		% dentro de Cor	39,0%	28,3%	33,9%	50,0%	50,0%	36,1%
	absten	Contagem	43	12	18	3	0	76
		% dentro de P32brecaif	56,6%	15,8%	23,7%	3,9%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	23,0%	20,0%	16,5%	37,5%	0,0%	20,8%
	nsabe/nquisresp	Contagem	25	6	12	0	0	43
		% dentro de P32brecaif	58,1%	14,0%	27,9%	0,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	13,4%	10,0%	11,0%	0,0%	0,0%	11,7%
Total	Contagem	187	60	109	8	2	366	
	% dentro de P32brecaif	51,1%	16,4%	29,8%	2,2%	0,5%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	14,494 ^a	12	,270
Razão de probabilidade	16,092	12	,187
Associação Linear por Linear	4,711	1	,030
N de Casos Válidos	366		

a. 8 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,23.

APÊNDICE AK - RAÇA VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P35recat	presautefic+	Contagem	96	27	47	6	0	176
		% dentro de P35recat	54,5%	15,3%	26,7%	3,4%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	59,3%	52,9%	52,2%	75,0%	0,0%	56,4%
	presassist+	Contagem	49	20	34	1	0	104
		% dentro de P35recat	47,1%	19,2%	32,7%	1,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	30,2%	39,2%	37,8%	12,5%	0,0%	33,3%
	pres.nresp	Contagem	17	4	9	1	1	32
		% dentro de P35recat	53,1%	12,5%	28,1%	3,1%	3,1%	100,0%
		% dentro de Cor	10,5%	7,8%	10,0%	12,5%	100,0%	10,3%
Total		Contagem	162	51	90	8	1	312
		% dentro de P35recat	51,9%	16,3%	28,8%	2,6%	0,3%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	12,773 ^a	8	,120
Razão de probabilidade	8,854	8	,355
Associação Linear por Linear	1,135	1	,287
N de Casos Válidos	312		

a. 6 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,10.

APÊNDICE AL – RAÇA VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P40recat	PMinst+	Contagem	152	46	83	7	1	289
		% dentro de P40recat	52,6%	15,9%	28,7%	2,4%	0,3%	100,0%
		% dentro de Cor	82,2%	75,4%	76,1%	87,5%	50,0%	79,2%
	PMinst-	Contagem	19	9	14	1	1	44
		% dentro de P40recat	43,2%	20,5%	31,8%	2,3%	2,3%	100,0%
		% dentro de Cor	10,3%	14,8%	12,8%	12,5%	50,0%	12,1%
	PMinst.nresp	Contagem	14	6	12	0	0	32
		% dentro de P40recat	43,8%	18,8%	37,5%	0,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	7,6%	9,8%	11,0%	0,0%	0,0%	8,8%
Total		Contagem	185	61	109	8	2	365
		% dentro de P40recat	50,7%	16,7%	29,9%	2,2%	0,5%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,918 ^a	8	,656
Razão de probabilidade	5,729	8	,678
Associação Linear por Linear	1,153	1	,283
N de Casos Válidos	365		

a. 5 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,18.

APÊNDICE AM – RAÇA VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor				Não sabe/não quer responder	Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela		
P41recat	PM-	Contagem	47	22	25	0	0	94
		% dentro de P41recat	50,0%	23,4%	26,6%	0,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	29,6%	41,5%	27,8%	0,0%	0,0%	30,4%
	PM+	Contagem	99	24	58	6	1	188
		% dentro de P41recat	52,7%	12,8%	30,9%	3,2%	0,5%	100,0%
		% dentro de Cor	62,3%	45,3%	64,4%	100,0%	100,0%	60,8%
	nsabe/nãoresp	Contagem	13	7	7	0	0	27
		% dentro de P41recat	48,1%	25,9%	25,9%	0,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	8,2%	13,2%	7,8%	0,0%	0,0%	8,7%
Total		Contagem	159	53	90	6	1	309
		% dentro de P41recat	51,5%	17,2%	29,1%	1,9%	0,3%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	10,611 ^a	8	,225
Razão de probabilidade	12,889	8	,116
Associação Linear por Linear	,223	1	,637
N de Casos Válidos	309		

a. 7 células (46,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,09.

APÊNDICE AN – RAÇA VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor				Não sabe/não quer responder	Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela		
P51recat	armpop+	Contagem	81	18	38	5	1	143
		% dentro de P51recat	56,6%	12,6%	26,6%	3,5%	0,7%	100,0%
		% dentro de Cor	42,4%	29,5%	35,2%	62,5%	50,0%	38,6%
	armpop-	Contagem	110	43	70	3	1	227
		% dentro de P51recat	48,5%	18,9%	30,8%	1,3%	0,4%	100,0%
		% dentro de Cor	57,6%	70,5%	64,8%	37,5%	50,0%	61,4%
Total		Contagem	191	61	108	8	2	370
		% dentro de P51recat	51,6%	16,5%	29,2%	2,2%	0,5%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,862 ^a	4	,210
Razão de probabilidade	5,867	4	,209
Associação Linear por Linear	,403	1	,526
N de Casos Válidos	370		

a. 4 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,77.

APÊNDICE AO – RAÇA VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

P53recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P53recat	JB+	Contagem	47	7	30	3	0	87
		% dentro de P53recat	54,0%	8,0%	34,5%	3,4%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	24,6%	11,7%	28,0%	37,5%	0,0%	23,6%
	JB=	Contagem	52	15	21	2	1	91
		% dentro de P53recat	57,1%	16,5%	23,1%	2,2%	1,1%	100,0%
		% dentro de Cor	27,2%	25,0%	19,6%	25,0%	50,0%	24,7%
	JB-	Contagem	92	38	56	3	1	190
		% dentro de P53recat	48,4%	20,0%	29,5%	1,6%	0,5%	100,0%
		% dentro de Cor	48,2%	63,3%	52,3%	37,5%	50,0%	51,6%
Total	Contagem	191	60	107	8	2	368	
	% dentro de P53recat	51,9%	16,3%	29,1%	2,2%	0,5%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	10,194 ^a	8	,252
Razão de probabilidade	11,247	8	,188
Associação Linear por Linear	,020	1	,888
N de Casos Válidos	368		

a. 6 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,47.

APÊNDICE AP – RAÇA VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P43recat	CadeiaM+	Contagem	125	31	71	7	1	235
		% dentro de P43recat	53,2%	13,2%	30,2%	3,0%	0,4%	100,0%
		% dentro de Cor	64,8%	51,7%	65,1%	87,5%	50,0%	63,2%
	CadeiaM-	Contagem	68	29	38	1	1	137
		% dentro de P43recat	49,6%	21,2%	27,7%	0,7%	0,7%	100,0%
		% dentro de Cor	35,2%	48,3%	34,9%	12,5%	50,0%	36,8%
Total	Contagem	193	60	109	8	2	372	
	% dentro de P43recat	51,9%	16,1%	29,3%	2,2%	0,5%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,990 ^a	4	,200
Razão de probabilidade	6,241	4	,182
Associação Linear por Linear	,031	1	,861
N de Casos Válidos	372		

a. 3 células (30,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,74.

APÊNDICE AQ – RAÇA VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P60recat	priLula+	Contagem	85	17	50	5	0	157
		% dentro de P60recat	54,1%	10,8%	31,8%	3,2%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	45,9%	28,3%	48,5%	62,5%	0,0%	44,0%
	priLula-	Contagem	65	28	40	1	1	135
		% dentro de P60recat	48,1%	20,7%	29,6%	0,7%	0,7%	100,0%
		% dentro de Cor	35,1%	46,7%	38,8%	12,5%	100,0%	37,8%
	priLula.nresp	Contagem	35	15	13	2	0	65
		% dentro de P60recat	53,8%	23,1%	20,0%	3,1%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	18,9%	25,0%	12,6%	25,0%	0,0%	18,2%
Total	Contagem	185	60	103	8	1	357	
	% dentro de P60recat	51,8%	16,8%	28,9%	2,2%	0,3%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	12,777 ^a	8	,120
Razão de probabilidade	13,907	8	,084
Associação Linear por Linear	,408	1	,523
N de Casos Válidos	357		

a. 6 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,18.

APÊNDICE AR – RAÇA VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P42recat	JP-	Contagem	93	29	46	4	1	173
		% dentro de P42recat	53,8%	16,8%	26,6%	2,3%	0,6%	100,0%
		% dentro de Cor	52,0%	50,9%	45,1%	50,0%	50,0%	49,7%
	JP+	Contagem	70	21	37	3	1	132
		% dentro de P42recat	53,0%	15,9%	28,0%	2,3%	0,8%	100,0%
		% dentro de Cor	39,1%	36,8%	36,3%	37,5%	50,0%	37,9%
	JP.nresp	Contagem	16	7	19	1	0	43
		% dentro de P42recat	37,2%	16,3%	44,2%	2,3%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	8,9%	12,3%	18,6%	12,5%	0,0%	12,4%
Total	Contagem	179	57	102	8	2	348	
	% dentro de P42recat	51,4%	16,4%	29,3%	2,3%	0,6%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	6,054 ^a	8	,641
Razão de probabilidade	6,046	8	,642
Associação Linear por Linear	2,320	1	,128
N de Casos Válidos	348		

a. 6 células (40,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,25.

APÊNDICE AS – RAÇA VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor				Não sabe/não quer responder	Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela		
P57recat	corruptei+	Contagem	39	13	32	4	1	89
		% dentro de P57recat	43,8%	14,6%	36,0%	4,5%	1,1%	100,0%
		% dentro de Cor	22,2%	24,5%	33,0%	50,0%	26,5%	
	corruptei-	Contagem	137	40	65	4	1	247
		% dentro de P57recat	55,5%	16,2%	26,3%	1,6%	0,4%	100,0%
		% dentro de Cor	77,8%	75,5%	67,0%	50,0%	73,5%	
Total		Contagem	176	53	97	8	2	336
		% dentro de P57recat	52,4%	15,8%	28,9%	2,4%	0,6%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	6,743 ^a	4	,150
Razão de probabilidade	6,374	4	,173
Associação Linear por Linear	5,931	1	,015
N de Casos Válidos	336		

a. 3 células (30,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,53.

APÊNDICE AT – RAÇA VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor				Não sabe/não quer responder	Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela		
P44recat	penamorte-	Contagem	47	20	19	2	2	90
		% dentro de P44recat	52,2%	22,2%	21,1%	2,2%	2,2%	100,0%
		% dentro de Cor	25,0%	37,0%	18,4%	25,0%	100,0%	
	penamorte/perp+	Contagem	141	34	84	6	0	265
		% dentro de P44recat	53,2%	12,8%	31,7%	2,3%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	75,0%	63,0%	81,6%	75,0%	0,0%	
Total		Contagem	188	54	103	8	2	355
		% dentro de P44recat	53,0%	15,2%	29,0%	2,3%	0,6%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	12,393 ^a	4	,015
Razão de probabilidade	11,869	4	,018
Associação Linear por Linear	,013	1	,908
N de Casos Válidos	355		

a. 3 células (30,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,51.

APÊNDICE AU – RAÇA VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P50recat	reforprev-	Contagem	116	40	71	3	2	232
		% dentro de P50recat	50,0%	17,2%	30,6%	1,3%	0,9%	100,0%
		% dentro de Cor	62,0%	67,8%	65,7%	37,5%	100,0%	63,7%
	reforprev+	Contagem	36	8	18	2	0	64
		% dentro de P50recat	56,2%	12,5%	28,1%	3,1%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	19,3%	13,6%	16,7%	25,0%	0,0%	17,6%
	reforprev.nresp	Contagem	35	11	19	3	0	68
		% dentro de P50recat	51,5%	16,2%	27,9%	4,4%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	18,7%	18,6%	17,6%	37,5%	0,0%	18,7%
Total	Contagem	187	59	108	8	2	364	
	% dentro de P50recat	51,4%	16,2%	29,7%	2,2%	0,5%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,034 ^a	8	,754
Razão de probabilidade	5,511	8	,702
Associação Linear por Linear	,103	1	,748
N de Casos Válidos	364		

a. 5 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,35.

APÊNDICE AV – RAÇA VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P55recat	corteduc+	Contagem	29	4	13	0	1	47
		% dentro de P55recat	61,7%	8,5%	27,7%	0,0%	2,1%	100,0%
		% dentro de Cor	15,0%	6,6%	12,1%	0,0%	50,0%	12,7%
	corteduc-	Contagem	151	51	83	6	1	292
		% dentro de P55recat	51,7%	17,5%	28,4%	2,1%	0,3%	100,0%
		% dentro de Cor	78,2%	83,6%	77,6%	75,0%	50,0%	78,7%
	nsabe/nquisresp	Contagem	13	6	11	2	0	32
		% dentro de P55recat	40,6%	18,8%	34,4%	6,2%	0,0%	100,0%
		% dentro de Cor	6,7%	9,8%	10,3%	25,0%	0,0%	8,6%
Total	Contagem	193	61	107	8	2	371	
	% dentro de P55recat	52,0%	16,4%	28,8%	2,2%	0,5%	100,0%	
	% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	10,215 ^a	8	,250
Razão de probabilidade	10,014	8	,264
Associação Linear por Linear	1,417	1	,234
N de Casos Válidos	371		

a. 5 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,17.

APÊNDICE AW – RAÇA VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * Cor Tabulação cruzada

			Cor					Total
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Não sabe/não quer responder	
P38recat	uniãoogay-	Contagem	55	23	32	4	1	115
		% dentro de P38recat	47,8%	20,0%	27,8%	3,5%	0,9%	100,0%
		% dentro de Cor	28,8%	37,1%	29,4%	50,0%	50,0%	30,9%
uniãoogay+		Contagem	136	39	77	4	1	257
		% dentro de P38recat	52,9%	15,2%	30,0%	1,6%	0,4%	100,0%
		% dentro de Cor	71,2%	62,9%	70,6%	50,0%	50,0%	69,1%
Total		Contagem	191	62	109	8	2	372
		% dentro de P38recat	51,3%	16,7%	29,3%	2,2%	0,5%	100,0%
		% dentro de Cor	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,340 ^a	4	,503
Razão de probabilidade	3,180	4	,528
Associação Linear por Linear	,668	1	,414
N de Casos Válidos	372		

a. 3 células (30,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,62.

APÊNDICE AX – RENDA FAMILIAR VERSUS VOTO NO 2º TURNO

P32brecatf * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P32brecatf	esquer/Had	Contagem	40	47	24	4	115
		% dentro de P32brecatf	34,8%	40,9%	20,9%	3,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	39,2%	31,5%	30,0%	12,5%	31,7%
	direit/Bol	Contagem	22	57	32	19	130
		% dentro de P32brecatf	16,9%	43,8%	24,6%	14,6%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	21,6%	38,3%	40,0%	59,4%	35,8%
	absten	Contagem	20	31	17	8	76
		% dentro de P32brecatf	26,3%	40,8%	22,4%	10,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	19,6%	20,8%	21,2%	25,0%	20,9%
	nsabe/nquisresp	Contagem	20	14	7	1	42
		% dentro de P32brecatf	47,6%	33,3%	16,7%	2,4%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	19,6%	9,4%	8,8%	3,1%	11,6%
Total		Contagem	102	149	80	32	363
		% dentro de P32brecatf	28,1%	41,0%	22,0%	8,8%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	26,166 ^a	9	,002
Razão de probabilidade	27,179	9	,001
Associação Linear por Linear	,129	1	,719
N de Casos Válidos	363		

a. 1 células (6,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,70.

APÊNDICE AY - RENDA FAMILIAR VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P35recat	presautefic+	Contagem	51	63	40	20	174
		% dentro de P35recat	29,3%	36,2%	23,0%	11,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	59,3%	49,6%	55,6%	83,3%	56,3%
	presassist+	Contagem	26	50	25	3	104
		% dentro de P35recat	25,0%	48,1%	24,0%	2,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	30,2%	39,4%	34,7%	12,5%	33,7%
	pres.nresp	Contagem	9	14	7	1	31
		% dentro de P35recat	29,0%	45,2%	22,6%	3,2%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	10,5%	11,0%	9,7%	4,2%	10,0%
Total	Contagem	86	127	72	24	309	
	% dentro de P35recat	27,8%	41,1%	23,3%	7,8%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,988 ^a	6	,125
Razão de probabilidade	10,821	6	,094
Associação Linear por Linear	1,560	1	,212
N de Casos Válidos	309		

a. 1 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,41.

APÊNDICE AZ – RENDA FAMILIAR VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P40recat	PMinst+	Contagem	83	113	64	28	288
		% dentro de P40recat	28,8%	39,2%	22,2%	9,7%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	79,0%	78,5%	80,0%	87,5%	79,8%
	PMinst-	Contagem	10	19	13	2	44
		% dentro de P40recat	22,7%	43,2%	29,5%	4,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	9,5%	13,2%	16,2%	6,2%	12,2%
	PMinst.nresp	Contagem	12	12	3	2	29
		% dentro de P40recat	41,4%	41,4%	10,3%	6,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	11,4%	8,3%	3,8%	6,2%	8,0%
Total	Contagem	105	144	80	32	361	
	% dentro de P40recat	29,1%	39,9%	22,2%	8,9%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	6,494 ^a	6	,370
Razão de probabilidade	6,923	6	,328
Associação Linear por Linear	1,747	1	,186
N de Casos Válidos	361		

a. 2 células (16,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,57.

APÊNDICE BA - RENDA FAMILIAR VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P41recat	PM-	Contagem	29	37	22	6	94
		% dentro de P41recat	30,9%	39,4%	23,4%	6,4%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	30,5%	30,3%	33,3%	27,3%	30,8%
	PM+	Contagem	55	76	40	15	186
		% dentro de P41recat	29,6%	40,9%	21,5%	8,1%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	57,9%	62,3%	60,6%	68,2%	61,0%
	nsabe/nquisresp	Contagem	11	9	4	1	25
		% dentro de P41recat	44,0%	36,0%	16,0%	4,0%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	11,6%	7,4%	6,1%	4,5%	8,2%
Total	Contagem	95	122	66	22	305	
	% dentro de P41recat	31,1%	40,0%	21,6%	7,2%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,760 ^a	6	,838
Razão de probabilidade	2,713	6	,844
Associação Linear por Linear	,517	1	,472
N de Casos Válidos	305		

a. 1 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,80.

APÊNDICE BB – RENDA FAMILIAR VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * P16Renda Tabulação cruzada

			P16Renda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P51recat	armpop+	Contagem	30	59	35	17	141
		% dentro de P51recat	21,3%	41,8%	24,8%	12,1%	100,0%
		% dentro de P16Renda	28,8%	39,6%	43,8%	51,5%	38,5%
	armpop-	Contagem	74	90	45	16	225
		% dentro de P51recat	32,9%	40,0%	20,0%	7,1%	100,0%
		% dentro de P16Renda	71,2%	60,4%	56,2%	48,5%	61,5%
Total	Contagem	104	149	80	33	366	
	% dentro de P51recat	28,4%	40,7%	21,9%	9,0%	100,0%	
	% dentro de P16Renda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	7,460 ^a	3	,059
Razão de probabilidade	7,544	3	,056
Associação Linear por Linear	7,047	1	,008
N de Casos Válidos	366		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 12,71.

APÊNDICE BC - RENDA FAMILIAR VERSUS AVALIAÇÃO GOVERNO JAIR BOLSONARO

Tabulação cruzada P53recat * P16Rrenda

		P16Rrenda				Total	
		até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM		
P53recat	JB+	Contagem	14	34	26	13	87
		% em P53recat	16,1%	39,1%	29,9%	14,9%	100,0%
		% em P16Rrenda	13,6%	23,0%	32,1%	39,4%	23,8%
	JB=	Contagem	29	34	16	10	89
		% em P53recat	32,6%	38,2%	18,0%	11,2%	100,0%
		% em P16Rrenda	28,2%	23,0%	19,8%	30,3%	24,4%
	JB-	Contagem	60	80	39	10	189
		% em P53recat	31,7%	42,3%	20,6%	5,3%	100,0%
		% em P16Rrenda	58,3%	54,1%	48,1%	30,3%	51,8%
Total	Contagem	103	148	81	33	365	
	% em P53recat	28,2%	40,5%	22,2%	9,0%	100,0%	
	% em P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	16,287 ^a	6	,012
Razão de verossimilhança	16,821	6	,010
Associação Linear por Linear	12,456	1	<,001
N de Casos Válidos	365		

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7,87.

APÊNDICE BD - RENDA FAMILIAR VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P43recat	CadeiaM+	Contagem	59	96	54	21	230
		% dentro de P43recat	25,7%	41,7%	23,5%	9,1%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	56,7%	64,4%	65,9%	63,6%	62,5%
	CadeiaM-	Contagem	45	53	28	12	138
		% dentro de P43recat	32,6%	38,4%	20,3%	8,7%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	43,3%	35,6%	34,1%	36,4%	37,5%
Total	Contagem	104	149	82	33	368	
	% dentro de P43recat	28,3%	40,5%	22,3%	9,0%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,125 ^a	3	,547
Razão de probabilidade	2,106	3	,551
Associação Linear por Linear	1,228	1	,268
N de Casos Válidos	368		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 12,38.

APÊNDICE BE - RENDA FAMILIAR VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P60recat	priLula+	Contagem	35	63	37	20	155
		% dentro de P60recat	22,6%	40,6%	23,9%	12,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	35,0%	43,8%	47,4%	64,5%	43,9%
	priLula-	Contagem	43	55	30	7	135
		% dentro de P60recat	31,9%	40,7%	22,2%	5,2%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	43,0%	38,2%	38,5%	22,6%	38,2%
	priLula.nresp	Contagem	22	26	11	4	63
		% dentro de P60recat	34,9%	41,3%	17,5%	6,3%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	22,0%	18,1%	14,1%	12,9%	17,8%
Total	Contagem	100	144	78	31	353	
	% dentro de P60recat	28,3%	40,8%	22,1%	8,8%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,616 ^a	6	,142
Razão de probabilidade	9,713	6	,137
Associação Linear por Linear	7,291	1	,007
N de Casos Válidos	353		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 5,53.

APÊNDICE BF - RENDA FAMILIAR VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P42recat	JP-	Contagem	49	64	49	12	174
		% dentro de P42recat	28,2%	36,8%	28,2%	6,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	50,5%	45,1%	63,6%	42,9%	50,6%
	JP+	Contagem	34	59	22	14	129
		% dentro de P42recat	26,4%	45,7%	17,1%	10,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	35,1%	41,5%	28,6%	50,0%	37,5%
	JP.nresp	Contagem	14	19	6	2	41
		% dentro de P42recat	34,1%	46,3%	14,6%	4,9%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	14,4%	13,4%	7,8%	7,1%	11,9%
Total		Contagem	97	142	77	28	344
		% dentro de P42recat	28,2%	41,3%	22,4%	8,1%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,762 ^a	6	,135
Razão de probabilidade	9,836	6	,132
Associação Linear por Linear	1,473	1	,225
N de Casos Válidos	344		

a. 1 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,34.

APÊNDICE BG - RENDA FAMILIAR VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P57recat	corruptei+	Contagem	32	33	14	10	89
		% dentro de P57recat	36,0%	37,1%	15,7%	11,2%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	33,0%	24,1%	20,6%	32,3%	26,7%
	corruptei+	Contagem	65	104	54	21	244
		% dentro de P57recat	26,6%	42,6%	22,1%	8,6%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	67,0%	75,9%	79,4%	67,7%	73,3%
Total		Contagem	97	137	68	31	333
		% dentro de P57recat	29,1%	41,1%	20,4%	9,3%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,223 ^a	3	,238
Razão de probabilidade	4,204	3	,240
Associação Linear por Linear	,829	1	,363
N de Casos Válidos	333		

a. 0 células (0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 8,29.

APÊNDICE BH - RENDA FAMILIAR VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P38recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P38recat	uniãogay-	Contagem	31	48	24	12	115
		% dentro de P38recat	27,0%	41,7%	20,9%	10,4%	100,0%
	% dentro de P16Rrenda		29,5%	32,7%	28,9%	36,4%	31,2%
	uniãogay+	Contagem	74	99	59	21	253
% dentro de P38recat		29,2%	39,1%	23,3%	8,3%	100,0%	
% dentro de P16Rrenda		70,5%	67,3%	71,1%	63,6%	68,8%	
Total	Contagem		105	147	83	33	368
	% dentro de P38recat		28,5%	39,9%	22,6%	9,0%	100,0%
	% dentro de P16Rrenda		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	,892 ^a	3	,827
Razão de probabilidade	,885	3	,829
Associação Linear por Linear	,156	1	,693
N de Casos Válidos	368		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 10,31.

APÊNDICE BI - RENDA FAMILIAR VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P50recat	reforprev-	Contagem	71	100	45	15	231
		% dentro de P50recat	30,7%	43,3%	19,5%	6,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	68,9%	68,0%	57,0%	46,9%	64,0%
	reforprev+	Contagem	7	25	19	12	63
		% dentro de P50recat	11,1%	39,7%	30,2%	19,0%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	6,8%	17,0%	24,1%	37,5%	17,5%
	reforprev.nresp	Contagem	25	22	15	5	67
		% dentro de P50recat	37,3%	32,8%	22,4%	7,5%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	24,3%	15,0%	19,0%	15,6%	18,6%
Total	Contagem	103	147	79	32	361	
	% dentro de P50recat	28,5%	40,7%	21,9%	8,9%	100,0%	
	% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	21,891 ^a	6	,001
Razão de probabilidade	21,962	6	,001
Associação Linear por Linear	1,059	1	,304
N de Casos Válidos	361		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 5,58.

APÊNDICE BJ - RENDA FAMILIAR VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

Tabulação cruzada P55recat * P16Rrenda

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P55recat	corteduc+	Contagem	6	13	15	12	46
		% em P55recat	13,0%	28,3%	32,6%	26,1%	100,0%
		% em P16Rrenda	5,8%	8,7%	18,8%	36,4%	12,5%
	corteduc-	Contagem	88	124	59	19	290
		% em P55recat	30,3%	42,8%	20,3%	6,6%	100,0%
		% em P16Rrenda	84,6%	82,7%	73,8%	57,6%	79,0%
	nsabe/nquisresp	Contagem	10	13	6	2	31
		% em P55recat	32,3%	41,9%	19,4%	6,5%	100,0%
		% em P16Rrenda	9,6%	8,7%	7,5%	6,1%	8,4%
Total	Contagem	104	150	80	33	367	
	% em P55recat	28,3%	40,9%	21,8%	9,0%	100,0%	
	% em P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	26,354 ^a	6	<,001
Razão de verossimilhança	22,307	6	,001
Associação Linear por Linear	15,068	1	<,001
N de Casos Válidos	367		

a. 2 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5.
A contagem mínima esperada é 2,79.

APÊNDICE BK - RENDA FAMILIAR VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * P16Rrenda Tabulação cruzada

			P16Rrenda				Total
			até 2 SM	2 a 4 SM	4 a 10 SM	acima de 10 SM	
P38recat	uniãoogay-	Contagem	31	48	24	12	115
		% dentro de P38recat	27,0%	41,7%	20,9%	10,4%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	29,5%	32,7%	28,9%	36,4%	31,2%
uniãoogay+		Contagem	74	99	59	21	253
		% dentro de P38recat	29,2%	39,1%	23,3%	8,3%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	70,5%	67,3%	71,1%	63,6%	68,8%
Total		Contagem	105	147	83	33	368
		% dentro de P38recat	28,5%	39,9%	22,6%	9,0%	100,0%
		% dentro de P16Rrenda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	,892 ^a	3	,827
Razão de probabilidade	,885	3	,829
Associação Linear por Linear	,156	1	,693
N de Casos Válidos	368		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 10,31.

APÊNDICE BL - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS VOTO NO 2º TURNO

Tabulação cruzada voto2turno * PRECATESCM

voto2turno			PRECATESCM			nresp	Total
			EF	EM	ES		
esquer/Had	Contagem		49	39	18	2	108
	% em voto2turno		45,4%	36,1%	16,7%	1,9%	100,0%
	% em PRECATESCM		31,8%	31,7%	28,1%	40,0%	31,2%
direit/Bol	Contagem		52	50	25	2	129
	% em voto2turno		40,3%	38,8%	19,4%	1,6%	100,0%
	% em PRECATESCM		33,8%	40,7%	39,1%	40,0%	37,3%
nvotou	Contagem		4	4	2	1	11
	% em voto2turno		36,4%	36,4%	18,2%	9,1%	100,0%
	% em PRECATESCM		2,6%	3,3%	3,1%	20,0%	3,2%
anulou	Contagem		18	10	10	0	38
	% em voto2turno		47,4%	26,3%	26,3%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCM		11,7%	8,1%	15,6%	0,0%	11,0%
justif	Contagem		7	5	4	0	16
	% em voto2turno		43,8%	31,3%	25,0%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCM		4,5%	4,1%	6,3%	0,0%	4,6%
nsabe/nquisresp	Contagem		21	14	4	0	39
	% em voto2turno		53,8%	35,9%	10,3%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCM		13,6%	11,4%	6,3%	0,0%	11,3%
branco	Contagem		3	1	1	0	5
	% em voto2turno		60,0%	20,0%	20,0%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCM		1,9%	0,8%	1,6%	0,0%	1,4%
Total	Contagem		154	123	64	5	346
	% em voto2turno		44,5%	35,5%	18,5%	1,4%	100,0%
	% em PRECATESCM		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	12,830 ^a	18	,802
Razão de verossimilhança	11,982	18	,848
Associação Linear por Linear	1,178	1	,278
N de Casos Válidos	346		

a. 14 células (50,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,07.

APÊNDICE BM - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P35recat	presautefic+	Contagem	74	66	29	2	171
		% dentro de P35recat	43,3%	38,6%	17,0%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	56,9%	62,9%	53,7%	50,0%	58,4%
	presassist+	Contagem	44	32	17	0	93
		% dentro de P35recat	47,3%	34,4%	18,3%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	33,8%	30,5%	31,5%	0,0%	31,7%
	pres.nresp	Contagem	12	7	8	2	29
		% dentro de P35recat	41,4%	24,1%	27,6%	6,9%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	9,2%	6,7%	14,8%	50,0%	9,9%
Total	Contagem	130	105	54	4	293	
	% dentro de P35recat	44,4%	35,8%	18,4%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	11,148 ^a	6	,084
Razão de probabilidade	9,155	6	,165
Associação Linear por Linear	,782	1	,377
N de Casos Válidos	293		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,40.

APÊNDICE BN: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P40recat	PMinst+	Contagem	122	101	48	4	275
		% dentro de P40recat	44,4%	36,7%	17,5%	1,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	79,7%	81,5%	76,2%	80,0%	79,7%
	PMinst-	Contagem	20	13	9	0	42
		% dentro de P40recat	47,6%	31,0%	21,4%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	13,1%	10,5%	14,3%	0,0%	12,2%
	PMinst.nresp	Contagem	11	10	6	1	28
		% dentro de P40recat	39,3%	35,7%	21,4%	3,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	7,2%	8,1%	9,5%	20,0%	8,1%
Total		Contagem	153	124	63	5	345
		% dentro de P40recat	44,3%	35,9%	18,3%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,563 ^a	6	,861
Razão de probabilidade	2,916	6	,819
Associação Linear por Linear	,411	1	,521
N de Casos Válidos	345		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,41.

APÊNDICE BO: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P41recat	PM-	Contagem	44	31	12	2	89
		% dentro de P41recat	49,4%	34,8%	13,5%	2,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	32,8%	29,5%	25,0%	50,0%	30,6%
	PM+	Contagem	79	64	34	0	177
		% dentro de P41recat	44,6%	36,2%	19,2%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	59,0%	61,0%	70,8%	0,0%	60,8%
	nsabe/inquisresp	Contagem	11	10	2	2	25
		% dentro de P41recat	44,0%	40,0%	8,0%	8,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	8,2%	9,5%	4,2%	50,0%	8,6%
Total	Contagem	134	105	48	4	291	
	% dentro de P41recat	46,0%	36,1%	16,5%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	13,750 ^a	6	,033
Razão de probabilidade	12,097	6	,060
Associação Linear por Linear	,560	1	,454
N de Casos Válidos	291		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,34.

APÊNDICE BP: ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P51recat	armpop+	Contagem	52	52	28	3	135
		% dentro de P51recat	38,5%	38,5%	20,7%	2,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	33,8%	40,3%	45,2%	60,0%	38,6%
	armpop-	Contagem	102	77	34	2	215
		% dentro de P51recat	47,4%	35,8%	15,8%	0,9%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	66,2%	59,7%	54,8%	40,0%	61,4%
Total		Contagem	154	129	62	5	350
		% dentro de P51recat	44,0%	36,9%	17,7%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,771 ^a	3	,287
Razão de probabilidade	3,742	3	,291
Associação Linear por Linear	3,606	1	,058
N de Casos Válidos	350		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,93.

APÊNDICE BQ - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO

P53recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P53recat	JB+	Contagem	34	31	16	1	82
		% dentro de P53recat	41,5%	37,8%	19,5%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	22,1%	24,4%	25,8%	20,0%	23,6%
	JB=	Contagem	36	37	14	1	88
		% dentro de P53recat	40,9%	42,0%	15,9%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	23,4%	29,1%	22,6%	20,0%	25,3%
	JB-	Contagem	84	59	32	3	178
		% dentro de P53recat	47,2%	33,1%	18,0%	1,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	54,5%	46,5%	51,6%	60,0%	51,1%
Total		Contagem	154	127	62	5	348
		% dentro de P53recat	44,3%	36,5%	17,8%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,516 ^a	6	,867
Razão de probabilidade	2,504	6	,868
Associação Linear por Linear	,373	1	,541
N de Casos Válidos	348		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,18.

APÊNDICE BR - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P43recat	CadeiaM+	Contagem	98	82	36	3	219
		% dentro de P43recat	44,7%	37,4%	16,4%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	62,8%	64,1%	57,1%	60,0%	62,2%
	CadeiaM-	Contagem	58	46	27	2	133
		% dentro de P43recat	43,6%	34,6%	20,3%	1,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	37,2%	35,9%	42,9%	40,0%	37,8%
Total		Contagem	156	128	63	5	352
		% dentro de P43recat	44,3%	36,4%	17,9%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	,910 ^a	3	,823
Razão de probabilidade	,901	3	,825
Associação Linear por Linear	,368	1	,544
N de Casos Válidos	352		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,89.

APÊNDICE BS - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * PRECATESCM Tabela Cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P60recat	priLula+	Contagem	63	57	28	1	149
		% dentro de P60recat	42,3%	38,3%	18,8%	0,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	42,3%	45,6%	48,3%	16,7%	44,1%
	priLula-	Contagem	64	43	22	3	132
		% dentro de P60recat	48,5%	32,6%	16,7%	2,3%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	43,0%	34,4%	37,9%	50,0%	39,1%
	priLula.nresp	Contagem	22	25	8	2	57
		% dentro de P60recat	38,6%	43,9%	14,0%	3,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	14,8%	20,0%	13,8%	33,3%	16,9%
Total		Contagem	149	125	58	6	338
		% dentro de P60recat	44,1%	37,0%	17,2%	1,8%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	5,313 ^a	6	,504
Razão de probabilidade	5,406	6	,493
Associação Linear por Linear	,020	1	,889
N de Casos Válidos	338		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,01.

APÊNDICE BT - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P42recat	JP-	Contagem	78	54	31	0	163
		% dentro de P42recat	47,9%	33,1%	19,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	53,8%	45,4%	51,7%	0,0%	49,7%
	JP+	Contagem	49	51	23	2	125
		% dentro de P42recat	39,2%	40,8%	18,4%	1,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	33,8%	42,9%	38,3%	50,0%	38,1%
	JP.nresp	Contagem	18	14	6	2	40
		% dentro de P42recat	45,0%	35,0%	15,0%	5,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	12,4%	11,8%	10,0%	50,0%	12,2%
Total		Contagem	145	119	60	4	328
		% dentro de P42recat	44,2%	36,3%	18,3%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,482 ^a	6	,148
Razão de probabilidade	9,404	6	,152
Associação Linear por Linear	1,053	1	,305
N de Casos Válidos	328		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,49.

APÊNDICE BU - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P57recat	corruptei+	Contagem	36	30	18	1	85
		% dentro de P57recat	42,4%	35,3%	21,2%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	25,9%	25,2%	33,3%	16,7%	26,7%
	corruptei+	Contagem	103	89	36	5	233
		% dentro de P57recat	44,2%	38,2%	15,5%	2,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	74,1%	74,8%	66,7%	83,3%	73,3%
Total		Contagem	139	119	54	6	318
		% dentro de P57recat	43,7%	37,4%	17,0%	1,9%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	1,702 ^a	3	,637
Razão de probabilidade	1,681	3	,641
Associação Linear por Linear	,314	1	,575
N de Casos Válidos	318		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,60.

APÊNDICE BV - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P44recat	penamorte-	Contagem	42	27	15	0	84
		% dentro de P44recat	50,0%	32,1%	17,9%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	28,8%	21,8%	24,2%	0,0%	25,0%
	penamorte/perp+	Contagem	104	97	47	4	252
		% dentro de P44recat	41,3%	38,5%	18,7%	1,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	71,2%	78,2%	75,8%	100,0%	75,0%
Total		Contagem	146	124	62	4	336
		% dentro de P44recat	43,5%	36,9%	18,5%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,148 ^a	3	,369
Razão de probabilidade	4,104	3	,250
Associação Linear por Linear	1,646	1	,200
N de Casos Válidos	336		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,00.

APÊNDICE BW - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P50recat	reforprev-	Contagem	112	67	41	1	221
		% dentro de P50recat	50,7%	30,3%	18,6%	0,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	73,2%	53,6%	65,1%	20,0%	63,9%
	reforprev+	Contagem	22	22	17	1	62
		% dentro de P50recat	35,5%	35,5%	27,4%	1,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	14,4%	17,6%	27,0%	20,0%	17,9%
	reforprev.nresp	Contagem	19	36	5	3	63
		% dentro de P50recat	30,2%	57,1%	7,9%	4,8%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	12,4%	28,8%	7,9%	60,0%	18,2%
Total	Contagem	153	125	63	5	346	
	% dentro de P50recat	44,2%	36,1%	18,2%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	28,615 ^a	6	,000
Razão de probabilidade	27,241	6	,000
Associação Linear por Linear	4,483	1	,034
N de Casos Válidos	346		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,90.

APÊNDICE BX - RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55reecat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P55reecat	corteduc+	Contagem	15	13	16	1	45
		% dentro de P55reecat	33,3%	28,9%	35,6%	2,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	9,7%	10,1%	25,4%	20,0%	12,8%
	corteduc-	Contagem	129	104	43	3	279
		% dentro de P55reecat	46,2%	37,3%	15,4%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	83,8%	80,6%	68,3%	60,0%	79,5%
	nsabe/nquisresp	Contagem	10	12	4	1	27
		% dentro de P55reecat	37,0%	44,4%	14,8%	3,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	6,5%	9,3%	6,3%	20,0%	7,7%
Total		Contagem	154	129	63	5	351
		% dentro de P55reecat	43,9%	36,8%	17,9%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	13,339 ^a	6	,038
Razão de probabilidade	11,491	6	,074
Associação Linear por Linear	2,806	1	,094
N de Casos Válidos	351		

a. 4 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,38.

**APÊNDICE BY - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL MASCULINO VERSUS UNIÃO
ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO**

P38recat * PRECATESCM Tabulação cruzada

			PRECATESCM				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P38recat	uniãoogay-	Contagem	51	41	16	1	109
		% dentro de P38recat	46,8%	37,6%	14,7%	0,9%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	32,5%	31,8%	26,2%	20,0%	31,0%
	uniãoogay+	Contagem	106	88	45	4	243
		% dentro de P38recat	43,6%	36,2%	18,5%	1,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	67,5%	68,2%	73,8%	80,0%	69,0%
Total		Contagem	157	129	61	5	352
		% dentro de P38recat	44,6%	36,6%	17,3%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCM	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	1,131 ^a	3	,770
Razão de probabilidade	1,173	3	,759
Associação Linear por Linear	,872	1	,350
N de Casos Válidos	352		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,55.

APÊNDICE BZ - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS VOTO NO 2º TURNO

Tabulação cruzada voto2turno * PRECATESCF

voto2turno			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
esquer/Had	Contagem		45	43	25	1	114
	% em voto2turno		39,5%	37,7%	21,9%	0,9%	100,0%
	% em PRECATESCF		29,8%	35,8%	30,9%	20,0%	31,9%
direit/Bol	Contagem		58	43	28	1	130
	% em voto2turno		44,6%	33,1%	21,5%	0,8%	100,0%
	% em PRECATESCF		38,4%	35,8%	34,6%	20,0%	36,4%
nvotou	Contagem		5	3	3	1	12
	% em voto2turno		41,7%	25,0%	25,0%	8,3%	100,0%
	% em PRECATESCF		3,3%	2,5%	3,7%	20,0%	3,4%
anulou	Contagem		18	11	9	2	40
	% em voto2turno		45,0%	27,5%	22,5%	5,0%	100,0%
	% em PRECATESCF		11,9%	9,2%	11,1%	40,0%	11,2%
justif	Contagem		4	7	6	0	17
	% em voto2turno		23,5%	41,2%	35,3%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCF		2,6%	5,8%	7,4%	0,0%	4,8%
nsabe/nquisresp	Contagem		18	12	9	0	39
	% em voto2turno		46,2%	30,8%	23,1%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCF		11,9%	10,0%	11,1%	0,0%	10,9%
branco	Contagem		3	1	1	0	5
	% em voto2turno		60,0%	20,0%	20,0%	0,0%	100,0%
	% em PRECATESCF		2,0%	0,8%	1,2%	0,0%	1,4%
Total	Contagem		151	120	81	5	357
	% em voto2turno		42,3%	33,6%	22,7%	1,4%	100,0%
	% em PRECATESCF		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes qui-quadrado

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	14,933 ^a	18	,667
Razão de verossimilhança	12,309	18	,831
Associação Linear por Linear	,015	1	,903
N de Casos Válidos	357		

a. 13 células (46,4%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é ,07.

APÊNDICE CA - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P35recat	presautefic+	Contagem	75	62	34	1	172
		% dentro de P35recat	43,6%	36,0%	19,8%	0,6%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	57,3%	63,3%	48,6%	33,3%	57,0%
	presassist+	Contagem	42	30	28	0	100
		% dentro de P35recat	42,0%	30,0%	28,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	32,1%	30,6%	40,0%	0,0%	33,1%
	pres.nresp	Contagem	14	6	8	2	30
		% dentro de P35recat	46,7%	20,0%	26,7%	6,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	10,7%	6,1%	11,4%	66,7%	9,9%
Total	Contagem	131	98	70	3	302	
	% dentro de P35recat	43,4%	32,5%	23,2%	1,0%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	15,455 ^a	6	,017
Razão de probabilidade	11,176	6	,083
Associação Linear por Linear	1,361	1	,243
N de Casos Válidos	302		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,30.

APÊNDICE CB - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P40recat	PMinst+	Contagem	118	102	60	3	283
		% dentro de P40recat	41,7%	36,0%	21,2%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	79,2%	83,6%	76,9%	60,0%	79,9%
	PMinst-	Contagem	17	12	14	0	43
		% dentro de P40recat	39,5%	27,9%	32,6%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	11,4%	9,8%	17,9%	0,0%	12,1%
PMinst.nresp	Contagem	14	8	4	2	28	
	% dentro de P40recat	50,0%	28,6%	14,3%	7,1%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	9,4%	6,6%	5,1%	40,0%	7,9%	
Total	Contagem		149	122	78	5	354
	% dentro de P40recat		42,1%	34,5%	22,0%	1,4%	100,0%
	% dentro de PRECATESCF		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	11,896 ^a	6	,064
Razão de probabilidade	9,152	6	,165
Associação Linear por Linear	,050	1	,824
N de Casos Válidos	354		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,40.

APÊNDICE CC - RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P41recat	PM-	Contagem	36	34	21	0	91
		% dentro de P41recat	39,6%	37,4%	23,1%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	28,3%	33,3%	32,8%	0,0%	30,5%
	PM+	Contagem	80	61	40	2	183
		% dentro de P41recat	43,7%	33,3%	21,9%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	63,0%	59,8%	62,5%	40,0%	61,4%
	nsabe/nquisresp	Contagem	11	7	3	3	24
		% dentro de P41recat	45,8%	29,2%	12,5%	12,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	8,7%	6,9%	4,7%	60,0%	8,1%
Total	Contagem	127	102	64	5	298	
	% dentro de P41recat	42,6%	34,2%	21,5%	1,7%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	20,467 ^a	6	,002
Razão de probabilidade	12,313	6	,055
Associação Linear por Linear	,017	1	,895
N de Casos Válidos	298		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,40.

APÊNDICE CD - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P51recat	armpop+	Contagem	58	42	33	4	137
		% dentro de P51recat	42,3%	30,7%	24,1%	2,9%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	37,9%	34,7%	41,2%	80,0%	38,2%
	armpop-	Contagem	95	79	47	1	222
		% dentro de P51recat	42,8%	35,6%	21,2%	0,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	62,1%	65,3%	58,8%	20,0%	61,8%
Total		Contagem	153	121	80	5	359
		% dentro de P51recat	42,6%	33,7%	22,3%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,647 ^a	3	,200
Razão de probabilidade	4,607	3	,203
Associação Linear por Linear	,866	1	,352
N de Casos Válidos	359		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,91.

APÊNDICE CE - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS X AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO

P53recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P53recat	JB+	Contagem	37	27	19	1	84
		% dentro de P53recat	44,0%	32,1%	22,6%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	24,3%	22,3%	23,8%	20,0%	23,5%
	JB=	Contagem	41	26	20	2	89
		% dentro de P53recat	46,1%	29,2%	22,5%	2,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	27,0%	21,5%	25,0%	40,0%	24,9%
	JB-	Contagem	74	68	41	2	185
		% dentro de P53recat	40,0%	36,8%	22,2%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	48,7%	56,2%	51,2%	40,0%	51,7%
Total		Contagem	152	121	80	5	358
		% dentro de P53recat	42,5%	33,8%	22,3%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	2,312 ^a	6	,889
Razão de probabilidade	2,264	6	,894
Associação Linear por Linear	,124	1	,725
N de Casos Válidos	358		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,17.

APÊNDICE CF - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P43recat	CadeiaM+	Contagem	97	76	48	4	225
		% dentro de P43recat	43,1%	33,8%	21,3%	1,8%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	63,8%	61,3%	60,0%	80,0%	62,3%
	CadeiaM-	Contagem	55	48	32	1	136
		% dentro de P43recat	40,4%	35,3%	23,5%	0,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	36,2%	38,7%	40,0%	20,0%	37,7%
Total	Contagem	152	124	80	5	361	
	% dentro de P43recat	42,1%	34,3%	22,2%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	1,050 ^a	3	,789
Razão de probabilidade	1,115	3	,774
Associação Linear por Linear	,098	1	,755
N de Casos Válidos	361		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,88.

APÊNDICE C - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P60recat	priLula+	Contagem	67	46	37	2	152
		% dentro de P60recat	44,1%	30,3%	24,3%	1,3%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	44,7%	40,7%	47,4%	40,0%	43,9%
	priLula-	Contagem	56	45	32	1	134
		% dentro de P60recat	41,8%	33,6%	23,9%	0,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	37,3%	39,8%	41,0%	20,0%	38,7%
	priLula.nresp	Contagem	27	22	9	2	60
		% dentro de P60recat	45,0%	36,7%	15,0%	3,3%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	18,0%	19,5%	11,5%	40,0%	17,3%
Total	Contagem	150	113	78	5	346	
	% dentro de P60recat	43,4%	32,7%	22,5%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,518 ^a	6	,607
Razão de probabilidade	4,406	6	,622
Associação Linear por Linear	,156	1	,693
N de Casos Válidos	346		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,87.

APÊNDICE CH - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P42recat	JP-	Contagem	72	58	41	0	171
		% dentro de P42recat	42,1%	33,9%	24,0%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	50,7%	51,8%	51,9%	0,0%	50,7%
	JP+	Contagem	53	41	31	1	126
		% dentro de P42recat	42,1%	32,5%	24,6%	0,8%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	37,3%	36,6%	39,2%	25,0%	37,4%
	JP.nresp	Contagem	17	13	7	3	40
		% dentro de P42recat	42,5%	32,5%	17,5%	7,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	12,0%	11,6%	8,9%	75,0%	11,9%
Total		Contagem	142	112	79	4	337
		% dentro de P42recat	42,1%	33,2%	23,4%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	16,371 ^a	6	,012
Razão de probabilidade	11,059	6	,087
Associação Linear por Linear	,291	1	,590
N de Casos Válidos	337		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,47.

APÊNDICE CI - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P57recat	corruptei+	Contagem	39	29	18	1	87
		% dentro de P57recat	44,8%	33,3%	20,7%	1,1%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	27,7%	26,4%	25,4%	20,0%	26,6%
	corruptei+	Contagem	102	81	53	4	240
		% dentro de P57recat	42,5%	33,8%	22,1%	1,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	72,3%	73,6%	74,6%	80,0%	73,4%
Total		Contagem	141	110	71	5	327
		% dentro de P57recat	43,1%	33,6%	21,7%	1,5%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	,252 ^a	3	,969
Razão de probabilidade	,259	3	,968
Associação Linear por Linear	,213	1	,644
N de Casos Válidos	327		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,33.

APÊNDICE CJ - ESCOLARIDADE FEMININA VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P44recat	penamorte-	Contagem	35	36	17	0	88
		% dentro de P44recat	39,8%	40,9%	19,3%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	24,5%	30,5%	21,0%	0,0%	25,5%
	penamorte/perp+	Contagem	108	82	64	3	257
		% dentro de P44recat	42,0%	31,9%	24,9%	1,2%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	75,5%	69,5%	79,0%	100,0%	74,5%
Total	Contagem	143	118	81	3	345	
	% dentro de P44recat	41,4%	34,2%	23,5%	0,9%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	3,531 ^a	3	,317
Razão de probabilidade	4,250	3	,236
Associação Linear por Linear	,319	1	,572
N de Casos Válidos	345		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,77.

APÊNDICE CK - ESCOLARIDADE FEMININA VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P50recat	reforprev-	Contagem	105	71	51	1	228
		% dentro de P50recat	46,1%	31,1%	22,4%	0,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	70,0%	59,2%	63,8%	20,0%	64,2%
	reforprev+	Contagem	27	17	20	0	64
		% dentro de P50recat	42,2%	26,6%	31,2%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	18,0%	14,2%	25,0%	0,0%	18,0%
	reforprev.nresp	Contagem	18	32	9	4	63
		% dentro de P50recat	28,6%	50,8%	14,3%	6,3%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	12,0%	26,7%	11,2%	80,0%	17,7%
Total	Contagem	150	120	80	5	355	
	% dentro de P50recat	42,3%	33,8%	22,5%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	27,827 ^a	6	,000
Razão de probabilidade	23,956	6	,001
Associação Linear por Linear	3,679	1	,055
N de Casos Válidos	355		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,89.

APÊNDICE CL - ESCOLARIDADE RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P55recat	corteduc+	Contagem	21	9	16	0	46
		% dentro de P55recat	45,7%	19,6%	34,8%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	13,8%	7,4%	19,8%	0,0%	12,8%
	corteduc-	Contagem	121	104	58	4	287
		% dentro de P55recat	42,2%	36,2%	20,2%	1,4%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	79,6%	85,2%	71,6%	80,0%	79,7%
	nsabe/nquisresp	Contagem	10	9	7	1	27
		% dentro de P55recat	37,0%	33,3%	25,9%	3,7%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	6,6%	7,4%	8,6%	20,0%	7,5%
Total	Contagem	152	122	81	5	360	
	% dentro de P55recat	42,2%	33,9%	22,5%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	9,130 ^a	6	,166
Razão de probabilidade	9,510	6	,147
Associação Linear por Linear	,013	1	,911
N de Casos Válidos	360		

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,38.

APÊNDICE CM - RESPONSÁVEL FEMININA VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * PRECATESCF Tabulação cruzada

			PRECATESCF				Total
			EF	EM	ES	nresp	
P38recat	uniãoogay-	Contagem	53	37	20	0	110
		% dentro de P38recat	48,2%	33,6%	18,2%	0,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	34,9%	29,8%	25,0%	0,0%	30,5%
	uniãoogay+	Contagem	99	87	60	5	251
		% dentro de P38recat	39,4%	34,7%	23,9%	2,0%	100,0%
		% dentro de PRECATESCF	65,1%	70,2%	75,0%	100,0%	69,5%
Total	Contagem	152	124	80	5	361	
	% dentro de P38recat	42,1%	34,3%	22,2%	1,4%	100,0%	
	% dentro de PRECATESCF	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,732 ^a	3	,192
Razão de probabilidade	6,184	3	,103
Associação Linear por Linear	3,882	1	,049
N de Casos Válidos	361		

a. 2 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,52.

APÊNDICE CN - CURSO VERSUS MÚSICA CLÁSSICA

Tipo de música - Clássica * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de música - Clássica	"Sim"	Contagem	8	8	7	7	5	16	51
		% dentro de Tipo de música - Clássica	15,7%	15,7%	13,7%	13,7%	9,8%	31,4%	100,0%
		% dentro de Curso	15,7%	16,3%	10,1%	11,9%	8,1%	17,8%	13,4%
	"Não"	Contagem	43	41	62	52	57	74	329
		% dentro de Tipo de música - Clássica	13,1%	12,5%	18,8%	15,8%	17,3%	22,5%	100,0%
		% dentro de Curso	84,3%	83,7%	89,9%	88,1%	91,9%	82,2%	86,6%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de música - Clássica	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,343 ^a	5	,501
Razão de probabilidade	4,471	5	,484
Associação Linear por Linear	,002	1	,967
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 6,58.

APÊNDICE CO - CURSO VERSUS MÚSICA GOSPEL

Tipo de música - Gospel * Curso Tabulação cruzada

	Curso						Total		
	Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia			
Tipo de música - Gospel	"Sim"	Contagem	19	8	19	19	31	24	120
		% dentro de Tipo de música - Gospel	15,8%	6,7%	15,8%	15,8%	25,8%	20,0%	100,0%
		% dentro de Curso	37,3%	16,3%	27,5%	32,2%	50,0%	26,7%	31,6%
	"Não"	Contagem	32	41	50	40	31	66	260
		% dentro de Tipo de música - Gospel	12,3%	15,8%	19,2%	15,4%	11,9%	25,4%	100,0%
		% dentro de Curso	62,7%	83,7%	72,5%	67,8%	50,0%	73,3%	68,4%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de música - Gospel	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	17,311 ^a	5	,004
Razão de probabilidade	17,312	5	,004
Associação Linear por Linear	,553	1	,457
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,47.

APÊNDICE CP - CURSO VERSUS MPB

Tipo de música - MPB * Curso Tabulação cruzada

	Curso						Total		
	Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia			
Tipo de música - MPB	"Sim"	Contagem	23	28	22	26	21	47	167
		% dentro de Tipo de música - MPB	13,8%	16,8%	13,2%	15,6%	12,6%	28,1%	100,0%
		% dentro de Curso	45,1%	57,1%	31,9%	44,1%	33,9%	52,2%	43,9%
	"Não"	Contagem	28	21	47	33	41	43	213
		% dentro de Tipo de música - MPB	13,1%	9,9%	22,1%	15,5%	19,2%	20,2%	100,0%
		% dentro de Curso	54,9%	42,9%	68,1%	55,9%	66,1%	47,8%	56,1%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de música - MPB	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	12,625 ^a	5	,027
Razão de probabilidade	12,758	5	,026
Associação Linear por Linear	,019	1	,891
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 21,53.

APÊNDICE CQ - CURSO VERSUS SERTANEJO

Tipo de música - Sertanejo * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de música - Sertanejo	"Sim"	Contagem	30	19	43	40	45	55	232
		% dentro de Tipo de música - Sertanejo	12,9%	8,2%	18,5%	17,2%	19,4%	23,7%	100,0%
		% dentro de Curso	58,8%	38,8%	62,3%	67,8%	72,6%	61,1%	61,1%
	"Não"	Contagem	21	30	26	19	17	35	148
		% dentro de Tipo de música - Sertanejo	14,2%	20,3%	17,6%	12,8%	11,5%	23,6%	100,0%
		% dentro de Curso	41,2%	61,2%	37,7%	32,2%	27,4%	38,9%	38,9%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de música - Sertanejo	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	14,973 ^a	5	,010
Razão de probabilidade	14,834	5	,011
Associação Linear por Linear	3,712	1	,054
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 19,08.

APÊNDICE CR - CURSO VERSUS LITERATURA DE AUTO-AJUDA

Tipo de livro - Autoajuda * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de livro - Autoajuda	"Sim"	Contagem	12	10	19	20	25	28	114
		% dentro de Tipo de livro - Autoajuda	10,5%	8,8%	16,7%	17,5%	21,9%	24,6%	100,0%
		% dentro de Curso	23,5%	20,4%	27,5%	33,9%	40,3%	31,1%	30,0%
	"Não"	Contagem	39	39	50	39	37	62	266
		% dentro de Tipo de livro - Autoajuda	14,7%	14,7%	18,8%	14,7%	13,9%	23,3%	100,0%
		% dentro de Curso	76,5%	79,6%	72,5%	66,1%	59,7%	68,9%	70,0%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de livro - Autoajuda	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	6,989 ^a	5	,221
Razão de probabilidade	7,029	5	,219
Associação Linear por Linear	3,633	1	,057
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 14,70.

APÊNDICE CS - CURSO VERSUS AVENTURA

Tipo de livro - Aventura * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de livro - Aventura	"Sim"	Contagem	15	25	19	17	14	20	110
		% dentro de Tipo de livro - Aventura	13,6%	22,7%	17,3%	15,5%	12,7%	18,2%	100,0%
		% dentro de Curso	29,4%	51,0%	27,5%	28,8%	22,6%	22,2%	28,9%
	"Não"	Contagem	36	24	50	42	48	70	270
		% dentro de Tipo de livro - Aventura	13,3%	8,9%	18,5%	15,6%	17,8%	25,9%	100,0%
		% dentro de Curso	70,6%	49,0%	72,5%	71,2%	77,4%	77,8%	71,1%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de livro - Aventura	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	14,881 ^a	5	,011
Razão de probabilidade	13,923	5	,016
Associação Linear por Linear	6,009	1	,014
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 14,18.

APÊNDICE CT - CURSO VERSUS LITERATURA CLÁSSICA

Tipo de livro - Clássicos * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de livro - Clássicos	"Sim"	Contagem	12	17	8	9	15	19	80
		% dentro de Tipo de livro - Clássicos	15,0%	21,2%	10,0%	11,2%	18,8%	23,8%	100,0%
		% dentro de Curso	23,5%	34,7%	11,6%	15,3%	24,2%	21,1%	21,1%
	"Não"	Contagem	39	32	61	50	47	71	300
		% dentro de Tipo de livro - Clássicos	13,0%	10,7%	20,3%	16,7%	15,7%	23,7%	100,0%
		% dentro de Curso	76,5%	65,3%	88,4%	84,7%	75,8%	78,9%	78,9%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de livro - Clássicos	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	10,950 ^a	5	,052
Razão de probabilidade	10,932	5	,053
Associação Linear por Linear	,391	1	,532
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 10,32.

APÊNDICE CU - CURSO VERSUS LITERATURA INFANTIL

Tipo de livro - Infantil * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de livro - Infantil	"Sim"	Contagem	3	5	1	4	4	6	23
		% dentro de Tipo de livro - Infantil	13,0%	21,7%	4,3%	17,4%	17,4%	26,1%	100,0%
		% dentro de Curso	5,9%	10,2%	1,4%	6,8%	6,5%	6,7%	6,1%
	"Não"	Contagem	48	44	68	55	58	84	357
		% dentro de Tipo de livro - Infantil	13,4%	12,3%	19,0%	15,4%	16,2%	23,5%	100,0%
		% dentro de Curso	94,1%	89,8%	98,6%	93,2%	93,5%	93,3%	93,9%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de livro - Infantil	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	4,191 ^a	5	,522
Razão de probabilidade	5,023	5	,413
Associação Linear por Linear	,008	1	,928
N de Casos Válidos	380		

a. 5 células (41,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,97.

APÊNDICE CV - CURSO VERSUS LITERATURA TÉCNICA

Tipo de livro - Técnico * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Tipo de livro - Técnico	"Sim"	Contagem	34	18	29	23	36	53	193
		% dentro de Tipo de livro - Técnico	17,6%	9,3%	15,0%	11,9%	18,7%	27,5%	100,0%
		% dentro de Curso	66,7%	36,7%	42,0%	39,0%	58,1%	58,9%	50,8%
	"Não"	Contagem	17	31	40	36	26	37	187
		% dentro de Tipo de livro - Técnico	9,1%	16,6%	21,4%	19,3%	13,9%	19,8%	100,0%
		% dentro de Curso	33,3%	63,3%	58,0%	61,0%	41,9%	41,1%	49,2%
Total	Contagem	51	49	69	59	62	90	380	
	% dentro de Tipo de livro - Técnico	13,4%	12,9%	18,2%	15,5%	16,3%	23,7%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	18,101 ^a	5	,003
Razão de probabilidade	18,301	5	,003
Associação Linear por Linear	,754	1	,385
N de Casos Válidos	380		

a. 0 células (0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 24,11.

APÊNDICE CY - CURSO VERSUS YOUTUBERS

			Curso					Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	
Recatoyotubers variedades	Contagem	12	25	23	26	16	30	132
	% dentro de Recatoyotubers	9,1%	18,9%	17,4%	19,7%	12,1%	22,7%	100,0%
	% dentro de Curso	57,1%	78,1%	79,3%	83,9%	84,2%	71,4%	75,9%
polE/Fem/anti-R/LGBT	Contagem	2	5	0	0	0	2	9
	% dentro de Recatoyotubers	22,2%	55,6%	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	100,0%
	% dentro de Curso	9,5%	15,6%	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%	5,2%
poID + temas afins	Contagem	3	0	0	1	0	1	5
	% dentro de Recatoyotubers	60,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	20,0%	100,0%
	% dentro de Curso	14,3%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	2,4%	2,9%
empr/econ/finan/gest/adm	Contagem	0	1	3	2	0	0	6
	% dentro de Recatoyotubers	0,0%	16,7%	50,0%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
	% dentro de Curso	0,0%	3,1%	10,3%	6,5%	0,0%	0,0%	3,4%
técnico	Contagem	4	1	3	1	3	9	21
	% dentro de Recatoyotubers	19,0%	4,8%	14,3%	4,8%	14,3%	42,9%	100,0%
	% dentro de Curso	19,0%	3,1%	10,3%	3,2%	15,8%	21,4%	12,1%
religião	Contagem	0	0	0	1	0	0	1
	% dentro de Recatoyotubers	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% dentro de Curso	0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	0,6%
Total	Contagem	21	32	29	31	19	42	174
	% dentro de Recatoyotubers	12,1%	18,4%	16,7%	17,8%	10,9%	24,1%	100,0%
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

APÊNDICE CZ - CURSO VERSUS SE POSSUI RELIGIÃO

Possui religião? * Curso Tabulação cruzada

		Curso					Total	
		Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
Possui religião? Sim	Contagem	48	28	58	50	56	80	320
	% dentro de Possui religião?	15,0%	8,8%	18,1%	15,6%	17,5%	25,0%	100,0%
	% dentro de Curso	94,1%	58,3%	85,3%	84,7%	91,8%	89,9%	85,1%
Não	Contagem	3	20	10	9	5	9	56
	% dentro de Possui religião?	5,4%	35,7%	17,9%	16,1%	8,9%	16,1%	100,0%
	% dentro de Curso	5,9%	41,7%	14,7%	15,3%	8,2%	10,1%	14,9%
Total	Contagem	51	48	68	59	61	89	376
	% dentro de Possui religião?	13,6%	12,8%	18,1%	15,7%	16,2%	23,7%	100,0%
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	34,183 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	28,382	5	,000
Associação Linear por Linear	4,177	1	,041
N de Casos Válidos	376		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 7,15.

APÊNDICE DA- CURSO VERSUS REDES SOCIAIS

Redes Sociais * Curso Tabela cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
Redes Sociais	"nunca"	Contagem	2	0	2	1	0	2	7
		% dentro de Redes Sociais	28,6%	0,0%	28,6%	14,3%	0,0%	28,6%	100,0%
		% dentro de Curso	4,2%	0,0%	2,9%	1,7%	0,0%	2,2%	1,9%
	"menos de 1 vez"	Contagem	1	1	6	1	2	4	15
		% dentro de Redes Sociais	6,7%	6,7%	40,0%	6,7%	13,3%	26,7%	100,0%
		% dentro de Curso	2,1%	2,0%	8,8%	1,7%	3,6%	4,5%	4,1%
	"1 ou 2 vezes"	Contagem	0	1	2	1	2	2	8
		% dentro de Redes Sociais	0,0%	12,5%	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	100,0%
		% dentro de Curso	0,0%	2,0%	2,9%	1,7%	3,6%	2,2%	2,2%
	"3 ou 4 vezes"	Contagem	4	1	4	4	5	6	24
		% dentro de Redes Sociais	16,7%	4,2%	16,7%	16,7%	20,8%	25,0%	100,0%
		% dentro de Curso	8,3%	2,0%	5,9%	6,9%	9,1%	6,7%	6,5%
	"5 ou 6 vezes"	Contagem	3	4	10	2	4	7	30
		% dentro de Redes Sociais	10,0%	13,3%	33,3%	6,7%	13,3%	23,3%	100,0%
		% dentro de Curso	6,3%	8,2%	14,7%	3,4%	7,3%	7,9%	8,2%
	"todos os dias"	Contagem	38	42	44	49	42	68	283
		% dentro de Redes Sociais	13,4%	14,8%	15,5%	17,3%	14,8%	24,0%	100,0%
		% dentro de Curso	79,2%	85,7%	64,7%	84,5%	76,4%	76,4%	77,1%
	Total	Contagem	48	49	68	58	55	89	367
		% dentro de Redes Sociais	13,1%	13,4%	18,5%	15,8%	15,0%	24,3%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	21,149 ^a	25	,684
Razão de probabilidade	23,508	25	,548
Associação Linear por Linear	,101	1	,751
N de Casos Válidos	367		

a. 27 células (75,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,92.

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO 6

APÊNDICE DB - CURSO VERSUS VOTO NO 2º TURNO

P32brecaif * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P32brecaif	esquer/Had	Contagem	18	33	11	16	20	18	116
		% dentro de P32brecaif	15,5%	28,4%	9,5%	13,8%	17,2%	15,5%	100,0%
		% dentro de Curso	37,5%	70,2%	16,2%	28,6%	32,8%	20,5%	31,5%
	direit/Bol	Contagem	20	1	30	28	19	34	132
		% dentro de P32brecaif	15,2%	0,8%	22,7%	21,2%	14,4%	25,8%	100,0%
		% dentro de Curso	41,7%	2,1%	44,1%	50,0%	31,1%	38,6%	35,9%
	absten	Contagem	8	10	13	10	12	23	76
		% dentro de P32brecaif	10,5%	13,2%	17,1%	13,2%	15,8%	30,3%	100,0%
		% dentro de Curso	16,7%	21,3%	19,1%	17,9%	19,7%	26,1%	20,7%
	nsabe/nquisresp	Contagem	2	3	14	2	10	13	44
		% dentro de P32brecaif	4,5%	6,8%	31,8%	4,5%	22,7%	29,5%	100,0%
		% dentro de Curso	4,2%	6,4%	20,6%	3,6%	16,4%	14,8%	12,0%
Total	Contagem	48	47	68	56	61	88	368	
	% dentro de P32brecaif	13,0%	12,8%	18,5%	15,2%	16,6%	23,9%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	66,645 ^a	15	,000
Razão de probabilidade	74,469	15	,000
Associação Linear por Linear	10,280	1	,001
N de Casos Válidos	368		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 5,62.

APÊNDICE DC - CURSO VERSUS TIPO DE PRESIDENTE

P35recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P35recat	presautefic+	Contagem	26	13	35	28	28	46	176
		% dentro de P35recat	14,8%	7,4%	19,9%	15,9%	15,9%	26,1%	100,0%
		% dentro de Curso	60,5%	29,5%	68,6%	60,9%	53,8%	59,0%	56,1%
	presassist+	Contagem	16	28	12	14	18	18	106
		% dentro de P35recat	15,1%	26,4%	11,3%	13,2%	17,0%	17,0%	100,0%
		% dentro de Curso	37,2%	63,6%	23,5%	30,4%	34,6%	23,1%	33,8%
	pres.nresp	Contagem	1	3	4	4	6	14	32
		% dentro de P35recat	3,1%	9,4%	12,5%	12,5%	18,8%	43,8%	100,0%
		% dentro de Curso	2,3%	6,8%	7,8%	8,7%	11,5%	17,9%	10,2%
Total	Contagem	43	44	51	46	52	78	314	
	% dentro de P35recat	13,7%	14,0%	16,2%	14,6%	16,6%	24,8%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	31,801 ^a	10	,000
Razão de probabilidade	31,381	10	,001
Associação Linear por Linear	,356	1	,551
N de Casos Válidos	314		

a. 3 células (16,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,38.

APÊNDICE DD - CURSO VERSUS AVALIAÇÃO DA PM

P40recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
P40recat	PMinst+	Contagem	42	29	58	47	47	68	291
		% dentro de P40recat	14,4%	10,0%	19,9%	16,2%	16,2%	23,4%	100,0%
		% dentro de Curso	84,0%	60,4%	90,6%	82,5%	75,8%	79,1%	79,3%
	PMinst-	Contagem	7	14	3	5	5	10	44
		% dentro de P40recat	15,9%	31,8%	6,8%	11,4%	11,4%	22,7%	100,0%
		% dentro de Curso	14,0%	29,2%	4,7%	8,8%	8,1%	11,6%	12,0%
	PMinst.nresp	Contagem	1	5	3	5	10	8	32
		% dentro de P40recat	3,1%	15,6%	9,4%	15,6%	31,2%	25,0%	100,0%
		% dentro de Curso	2,0%	10,4%	4,7%	8,8%	16,1%	9,3%	8,7%
Total		Contagem	50	48	64	57	62	86	367
		% dentro de P40recat	13,6%	13,1%	17,4%	15,5%	16,9%	23,4%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	27,505 ^a	10	,002
Razão de probabilidade Associação Linear por Linear	,562	1	,453
N de Casos Válidos	367		

a. 3 células (16,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,19.

APÊNDICE DE - CURSO VERSUS USO DA VIOLÊNCIA PELA PM

P41recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
P41recat	PM-	Contagem	13	24	11	15	14	18	95
		% dentro de P41recat	13,7%	25,3%	11,6%	15,8%	14,7%	18,9%	100,0%
		% dentro de Curso	32,5%	51,1%	21,6%	33,3%	26,9%	24,0%	30,6%
	PM+	Contagem	27	21	36	26	30	48	188
		% dentro de P41recat	14,4%	11,2%	19,1%	13,8%	16,0%	25,5%	100,0%
		% dentro de Curso	67,5%	44,7%	70,6%	57,8%	57,7%	64,0%	60,6%
	nsabe/inquisresp	Contagem	0	2	4	4	8	9	27
		% dentro de P41recat	0,0%	7,4%	14,8%	14,8%	29,6%	33,3%	100,0%
		% dentro de Curso	0,0%	4,3%	7,8%	8,9%	15,4%	12,0%	8,7%
Total		Contagem	40	47	51	45	52	75	310
		% dentro de P41recat	12,9%	15,2%	16,5%	14,5%	16,8%	24,2%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	20,816 ^a	10	,022
Razão de probabilidade Associação Linear por Linear	8,375	1	,004
N de Casos Válidos	310		

a. 5 células (27,8%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,48.

APÊNDICE DF - CURSO VERSUS ARMAMENTO DA POPULAÇÃO

P51recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P51recat	armpop+	Contagem	21	2	36	27	20	38	144
		% dentro de P51recat	14,6%	1,4%	25,0%	18,8%	13,9%	26,4%	100,0%
		% dentro de Curso	43,8%	4,1%	54,5%	46,6%	32,3%	42,7%	38,7%
	armpop-	Contagem	27	47	30	31	42	51	228
		% dentro de P51recat	11,8%	20,6%	13,2%	13,6%	18,4%	22,4%	100,0%
		% dentro de Curso	56,2%	95,9%	45,5%	53,4%	67,7%	57,3%	61,3%
Total	Contagem	48	49	66	58	62	89	372	
	% dentro de P51recat	12,9%	13,2%	17,7%	15,6%	16,7%	23,9%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	35,443 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	43,543	5	,000
Associação Linear por Linear	1,427	1	,232
N de Casos Válidos	372		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 18,58.

APÊNDICE DG - CURSO VERSUS AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO

P53recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P53recat	JB+	Contagem	12	0	23	19	15	19	88
		% dentro de P53recat	13,6%	0,0%	26,1%	21,6%	17,0%	21,6%	100,0%
		% dentro de Curso	25,0%	0,0%	35,4%	32,2%	24,2%	21,6%	23,8%
	JB=	Contagem	13	4	20	14	14	26	91
		% dentro de P53recat	14,3%	4,4%	22,0%	15,4%	15,4%	28,6%	100,0%
		% dentro de Curso	27,1%	8,3%	30,8%	23,7%	22,6%	29,5%	24,6%
	JB-	Contagem	23	44	22	26	33	43	191
		% dentro de P53recat	12,0%	23,0%	11,5%	13,6%	17,3%	22,5%	100,0%
		% dentro de Curso	47,9%	91,7%	33,8%	44,1%	53,2%	48,9%	51,6%
Total	Contagem	48	48	65	59	62	88	370	
	% dentro de P53recat	13,0%	13,0%	17,6%	15,9%	16,8%	23,8%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	44,181 ^a	10	,000
Razão de probabilidade	54,377	10	,000
Associação Linear por Linear	1,688	1	,194
N de Casos Válidos	370		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 11,42.

APÊNDICE DH - CURSO VERSUS REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

P43recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P43recat	CadeiaM+	Contagem	22	13	56	42	40	63	236
		% dentro de P43recat	9,3%	5,5%	23,7%	17,8%	16,9%	26,7%	100,0%
		% dentro de Curso	44,0%	26,5%	84,8%	71,2%	65,6%	70,8%	63,1%
	CadeiaM-	Contagem	28	36	10	17	21	26	138
		% dentro de P43recat	20,3%	26,1%	7,2%	12,3%	15,2%	18,8%	100,0%
		% dentro de Curso	56,0%	73,5%	15,2%	28,8%	34,4%	29,2%	36,9%
Total		Contagem	50	49	66	59	61	89	374
		% dentro de P43recat	13,4%	13,1%	17,6%	15,8%	16,3%	23,8%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	53,461 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	54,137	5	,000
Associação Linear por Linear	16,409	1	,000
N de Casos Válidos	374		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 18,08.

APÊNDICE DI - CURSO VERSUS PRISÃO DE LULA DA SILVA

P60recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P60recat	priLula+	Contagem	22	7	35	31	19	43	157
		% dentro de P60recat	14,0%	4,5%	22,3%	19,7%	12,1%	27,4%	100,0%
		% dentro de Curso	46,8%	14,9%	55,6%	54,4%	32,8%	49,4%	43,7%
	priLula-	Contagem	22	33	14	18	22	27	136
		% dentro de P60recat	16,2%	24,3%	10,3%	13,2%	16,2%	19,9%	100,0%
		% dentro de Curso	46,8%	70,2%	22,2%	31,6%	37,9%	31,0%	37,9%
	priLula.nresp	Contagem	3	7	14	8	17	17	66
		% dentro de P60recat	4,5%	10,6%	21,2%	12,1%	25,8%	25,8%	100,0%
		% dentro de Curso	6,4%	14,9%	22,2%	14,0%	29,3%	19,5%	18,4%
Total		Contagem	47	47	63	57	58	87	359
		% dentro de P60recat	13,1%	13,1%	17,5%	15,9%	16,2%	24,2%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	43,399 ^a	10	<,001
Razão de probabilidade	45,181	10	<,001
Associação Linear por Linear	,089	1	,766
N de Casos Válidos	359		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 8,64.

APÊNDICE DJ - CURSO VERSUS JUSTIÇA POPULAR

P42recat ' Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P42recat	JP-	Contagem	35	34	21	18	26	41	175
		% dentro de P42recat	20,0%	19,4%	12,0%	10,3%	14,9%	23,4%	100,0%
		% dentro de Curso	72,9%	70,8%	34,4%	32,1%	46,4%	50,6%	50,0%
	JP+	Contagem	11	10	34	31	19	27	132
		% dentro de P42recat	8,3%	7,6%	25,8%	23,5%	14,4%	20,5%	100,0%
		% dentro de Curso	22,9%	20,8%	55,7%	55,4%	33,9%	33,3%	37,7%
	JP.nresp	Contagem	2	4	6	7	11	13	43
		% dentro de P42recat	4,7%	9,3%	14,0%	16,3%	25,6%	30,2%	100,0%
		% dentro de Curso	4,2%	8,3%	9,8%	12,5%	19,6%	16,0%	12,3%
Total		Contagem	48	48	61	56	56	81	350
		% dentro de P42recat	13,7%	13,7%	17,4%	16,0%	16,0%	23,1%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	39,689 ^a	10	,000
Razão de probabilidade	39,921	10	,000
Associação Linear por Linear	10,203	1	,001
N de Casos Válidos	350		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 5,90.

APÊNDICE DK - CURSO VERSUS COMBATE À CORRUPÇÃO

P57recat ' Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P57recat	corruptei+	Contagem	10	5	14	24	16	20	89
		% dentro de P57recat	11,2%	5,6%	15,7%	27,0%	18,0%	22,5%	100,0%
		% dentro de Curso	22,2%	14,3%	23,3%	42,9%	28,1%	23,5%	26,3%
	corruptei+	Contagem	35	30	46	32	41	65	249
		% dentro de P57recat	14,1%	12,0%	18,5%	12,9%	16,5%	26,1%	100,0%
		% dentro de Curso	77,8%	85,7%	76,7%	57,1%	71,9%	76,5%	73,7%
Total		Contagem	45	35	60	56	57	85	338
		% dentro de P57recat	13,3%	10,4%	17,8%	16,6%	16,9%	25,1%	100,0%
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	11,605 ^a	5	,041
Razão de probabilidade	11,227	5	,047
Associação Linear por Linear	,743	1	,389
N de Casos Válidos	338		

a. 0 células (.0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 9,22.

APÊNDICE DL - CURSO VERSUS PENA DE MORTE E/OU PRISÃO PERPÉTUA

P44recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia
P44recat	penamorte-	Contagem	24	23	5	10	9	19	90
		% dentro de P44recat	26,7%	25,6%	5,6%	11,1%	10,0%	21,1%	100,0%
		% dentro de Curso	50,0%	48,9%	7,9%	18,5%	15,5%	21,8%	25,2%
	penamorte/perp+	Contagem	24	24	58	44	49	68	267
		% dentro de P44recat	9,0%	9,0%	21,7%	16,5%	18,4%	25,5%	100,0%
		% dentro de Curso	50,0%	51,1%	92,1%	81,5%	84,5%	78,2%	74,8%
Total	Contagem	48	47	63	54	58	87	357	
	% dentro de P44recat	13,4%	13,2%	17,6%	15,1%	16,2%	24,4%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	44,344 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	43,402	5	,000
Associação Linear por Linear	16,887	1	,000
N de Casos Válidos	357		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 11,85.

APÊNDICE DM - CURSO VERSUS REFORMA DA PREVIDÊNCIA

P50recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso					Total		
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem		Odontologia	
P50recat	reformprev-	Contagem	38	40	37	30	39	49	233	
		% dentro de P50recat	16,3%	17,2%	15,9%	12,9%	16,7%	21,0%	100,0%	
		% dentro de Curso	76,0%	81,6%	58,7%	53,6%	63,9%	56,3%	63,7%	
		reformprev+	Contagem	7	2	15	17	9	14	64
			% dentro de P50recat	10,9%	3,1%	23,4%	26,6%	14,1%	21,9%	100,0%
			% dentro de Curso	14,0%	4,1%	23,8%	30,4%	14,8%	16,1%	17,5%
	reformprev.nresp	Contagem	5	7	11	9	13	24	69	
		% dentro de P50recat	7,2%	10,1%	15,9%	13,0%	18,8%	34,8%	100,0%	
		% dentro de Curso	10,0%	14,3%	17,5%	16,1%	21,3%	27,6%	18,9%	
	Total	Contagem	50	49	63	56	61	87	366	
		% dentro de P50recat	13,7%	13,4%	17,2%	15,3%	16,7%	23,8%	100,0%	
		% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	24,671 ^a	10	,006
Razão de probabilidade	25,739	10	,004
Associação Linear por Linear	9,495	1	,002
N de Casos Válidos	366		

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 8,57.

APÊNDICE DN - CURSO VERSUS CORTE NA EDUCAÇÃO

P55recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia		
P55recat	corteduc+	Contagem	7	2	10	12	4	12	47	
		% dentro de P55recat	14,9%	4,3%	21,3%	25,5%	8,5%	25,5%	100,0%	
			% dentro de Curso	14,6%	4,1%	15,2%	20,3%	6,5%	13,5%	12,6%
	corteduc-	Contagem	40	46	51	43	47	66	293	
		% dentro de P55recat	13,7%	15,7%	17,4%	14,7%	16,0%	22,5%	100,0%	
				% dentro de Curso	83,3%	93,9%	77,3%	72,9%	75,8%	74,2%
nsabe/nquisresp	Contagem	1	1	5	4	11	11	33		
	% dentro de P55recat	3,0%	3,0%	15,2%	12,1%	33,3%	33,3%	100,0%		
			% dentro de Curso	2,1%	2,0%	7,6%	6,8%	17,7%	12,4%	8,8%
Total	Contagem		48	49	66	59	62	89	373	
	% dentro de P55recat		12,9%	13,1%	17,7%	15,8%	16,6%	23,9%	100,0%	
	% dentro de Curso		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	22,409 ^a	10	,013
Razão de probabilidade	24,202	10	,007
Associação Linear por Linear	3,207	1	,073
N de Casos Válidos	373		

a. 2 células (11,1%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,25.

APÊNDICE DO - CURSO VERSUS UNIÃO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

P38recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total	
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia		
P38recat	uniógogay-	Contagem	7	3	33	22	26	25	116	
		% dentro de P38recat	6,0%	2,6%	28,4%	19,0%	22,4%	21,6%	100,0%	
			% dentro de Curso	14,0%	6,1%	49,3%	37,3%	42,6%	28,4%	31,0%
	uniógogay+	Contagem	43	46	34	37	35	63	258	
		% dentro de P38recat	16,7%	17,8%	13,2%	14,3%	13,6%	24,4%	100,0%	
				% dentro de Curso	86,0%	93,9%	50,7%	62,7%	57,4%	71,6%
Total	Contagem		50	49	67	59	61	88	374	
	% dentro de P38recat		13,4%	13,1%	17,9%	15,8%	16,3%	23,5%	100,0%	
	% dentro de Curso		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	36,579 ^a	5	,000
Razão de probabilidade	41,049	5	,000
Associação Linear por Linear	6,785	1	,009
N de Casos Válidos	374		

a. 0 células (0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 15,20.

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO 6

APÊNDICE DP - CURSO VERSUS SUCESSO/INSUCESSO PROFISSIONAL

P48recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P48recat	insprof-	Contagem	23	35	11	17	18	23	127
		% dentro de P48recat	18,1%	27,6%	8,7%	13,4%	14,2%	18,1%	100,0%
		% dentro de Curso	46,0%	71,4%	17,2%	29,3%	30,0%	26,4%	34,5%
	insuprof+	Contagem	23	12	46	36	35	54	206
		% dentro de P48recat	11,2%	5,8%	22,3%	17,5%	17,0%	26,2%	100,0%
		% dentro de Curso	46,0%	24,5%	71,9%	62,1%	58,3%	62,1%	56,0%
	insuprof.nresp	Contagem	4	2	7	5	7	10	35
		% dentro de P48recat	11,4%	5,7%	20,0%	14,3%	20,0%	28,6%	100,0%
		% dentro de Curso	8,0%	4,1%	10,9%	8,6%	11,7%	11,5%	9,5%
Total	Contagem	50	49	64	58	60	87	368	
	% dentro de P48recat	13,6%	13,3%	17,4%	15,8%	16,3%	23,6%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	45,236 ^a	10	<,001
Razão de probabilidade	44,402	10	<,001
Associação Linear por Linear	11,914	1	<,001
N de Casos Válidos	368		

a. 2 células (11,1%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,66.

APÊNDICE DQ -CURSO VERSUS AVALIAÇÃO SOBRE SINDICATO

P58recat * Curso Tabulação cruzada

			Curso						Total
			Direito	Jornalismo	Engenharia Civil	Administração	Enfermagem	Odontologia	
P58recat	sind-	Contagem	3	2	8	8	1	8	30
		% dentro de P58recat	10,0%	6,7%	26,7%	26,7%	3,3%	26,7%	100,0%
		% dentro de Curso	6,1%	4,3%	12,5%	13,6%	1,7%	9,1%	8,2%
	sind+	Contagem	41	38	37	39	38	49	242
		% dentro de P58recat	16,9%	15,7%	15,3%	16,1%	15,7%	20,2%	100,0%
		% dentro de Curso	83,7%	80,9%	57,8%	66,1%	63,3%	55,7%	65,9%
	sind.nresp	Contagem	5	7	19	12	21	31	95
		% dentro de P58recat	5,3%	7,4%	20,0%	12,6%	22,1%	32,6%	100,0%
		% dentro de Curso	10,2%	14,9%	29,7%	20,3%	35,0%	35,2%	25,9%
Total	Contagem	49	47	64	59	60	88	367	
	% dentro de P58recat	13,4%	12,8%	17,4%	16,1%	16,3%	24,0%	100,0%	
	% dentro de Curso	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Chi-quadrado de Pearson	26,721 ^a	10	,003
Razão de probabilidade	29,058	10	,001
Associação Linear por Linear	7,748	1	,005
N de Casos Válidos	367		

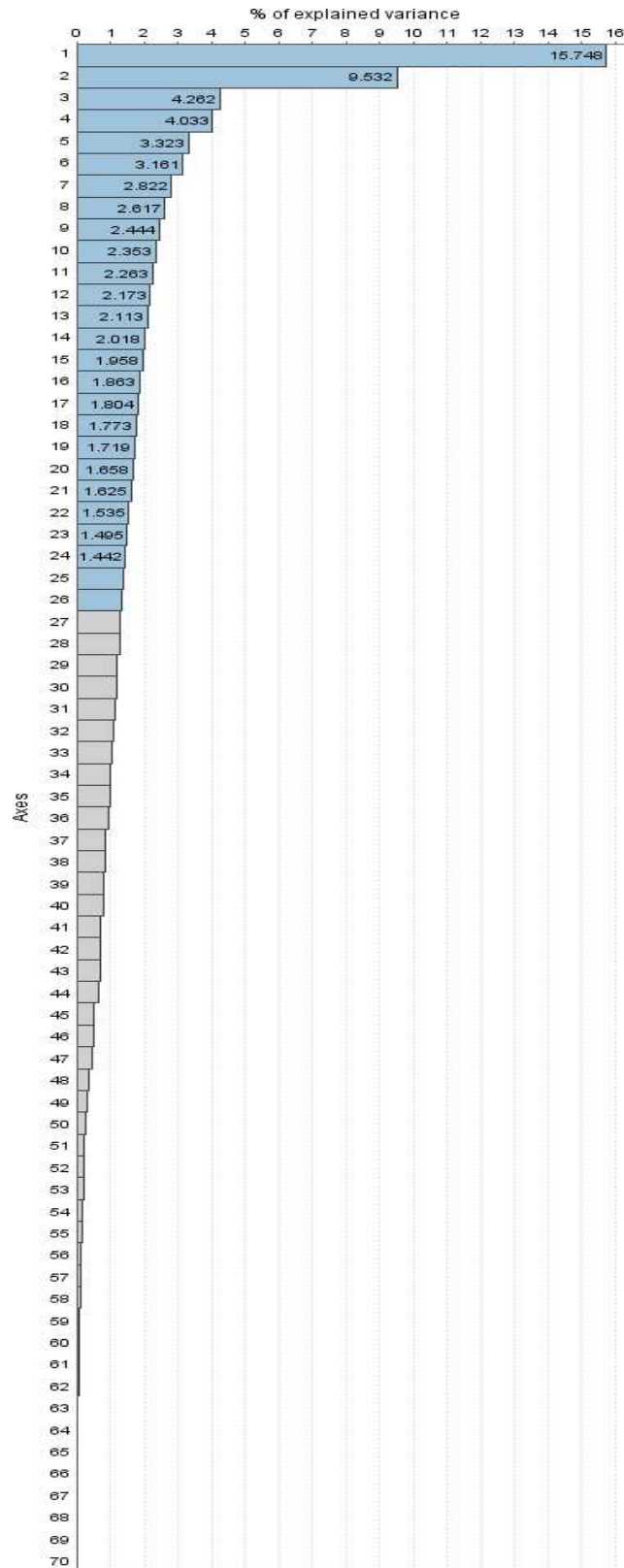
a. 4 células (22,2%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,84.

**APÊNDICE ACM-A: VARIAÇÃO DOS EIXOS DE ACORDO COM A TAXA
MODIFICADA DE BENZÉCRI**

Axis	Variance of the axis (eigenvalue)	% of explained variance	Cumulated % of explained variance	Benzécri's modified rates (%)	Retained according to Kaiser's criterion
1	0,269	15,7	15,7	67,2	X
2	0,163	9,5	25,3	21,8	X
3	0,073	4,3	29,5	2,8	X
4	0,069	4,0	33,6	2,4	X
5	0,057	3,3	36,9	1,3	X
6	0,054	3,2	40,1	1,1	X
7	0,048	2,8	42,9	0,7	X
8	0,045	2,6	45,5	0,5	X
9	0,042	2,4	47,9	0,4	X
10	0,040	2,4	50,3	0,3	X
11	0,039	2,3	52,6	0,3	X
12	0,037	2,2	54,7	0,2	X
13	0,036	2,1	56,8	0,2	X
14	0,034	2,0	58,9	0,2	X
15	0,033	2,0	60,8	0,1	X
16	0,032	1,9	62,7	0,1	X
17	0,031	1,8	64,5	0,1	X
18	0,030	1,8	66,3	0,1	X
19	0,029	1,7	68,0	0,1	X
20	0,028	1,7	69,6	0,0	X
21	0,028	1,6	71,3	0,0	X
22	0,026	1,5	72,8	0,0	X
23	0,026	1,5	74,3	0,0	X
24	0,025	1,4	75,7	0,0	X
25	0,023	1,4	77,1	0,0	X
26	0,023	1,3	78,5	0,0	X
27	0,022	1,3	79,7	0,0	
28	0,022	1,3	81,0	0,0	
29	0,021	1,2	82,2	0,0	
30	0,020	1,2	83,4	0,0	
31	0,019	1,1	84,5	0,0	
32	0,019	1,1	85,6	0,0	
33	0,018	1,1	86,7	0,0	
34	0,017	1,0	87,7	0,0	
35	0,017	1,0	88,7	0,0	
36	0,016	0,9	89,6	0,0	

37	0,015	0,9	90,5	0,0	
38	0,014	0,8	91,4	0,0	
39	0,014	0,8	92,2	0,0	
40	0,013	0,8	92,9	0,0	
41	0,012	0,7	93,7	0,0	
42	0,012	0,7	94,4	0,0	
43	0,012	0,7	95,0	0,0	
44	0,011	0,6	95,7	0,0	
45	0,009	0,5	96,2	0,0	
46	0,008	0,5	96,7	0,0	
47	0,008	0,5	97,2	0,0	
48	0,006	0,4	97,5	0,0	
49	0,005	0,3	97,8	0,0	
50	0,005	0,3	98,1	0,0	
51	0,004	0,2	98,4	0,0	
52	0,004	0,2	98,6	0,0	
53	0,003	0,2	98,8	0,0	
54	0,003	0,2	98,9	0,0	
55	0,003	0,2	99,1	0,0	
56	0,002	0,1	99,2	0,0	
57	0,002	0,1	99,4	0,0	
58	0,002	0,1	99,5	0,0	
59	0,002	0,1	99,5	0,0	
60	0,001	0,1	99,6	0,0	
61	0,001	0,1	99,7	0,0	
62	0,001	0,1	99,7	0,0	
63	0,001	0,0	99,8	0,0	
64	0,001	0,0	99,8	0,0	
65	0,001	0,0	99,9	0,0	
66	0,001	0,0	99,9	0,0	
67	0,000	0,0	99,9	0,0	
68	0,000	0,0	99,9	0,0	
69	0,000	0,0	100,0	0,0	
70	0,000	0,0	100,0	0,0	
71	0,000	0,0	100,0	0,0	
72	0,000	0,0	100,0	0,0	
73	0,000	0,0	100,0	0,0	
74	0,000	0,0	100,0	0,0	
75	0,000	0,0	100,0	0,0	
76	0,000	0,0	100,0	0,0	
Total	1,706	100,0	100,0	100,0	

APÊNDICE ACM-B: DEMONSTRATIVO DA VARIÂNCIA EXPLICADA PELOS EIXOS 1 E 2 PELA TAXA MODIFICADA DE BENZÉCRI (GRÁFICOS 1 E 2)



APÊNDICE ACM-C: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS PARA O EIXO 1

Label of the variable	Contribution (%)
P36r	1,2
P37r	0,6
P34ar	0,8
P34brT	0,6
P35r	3,0
P38r	3,3
P41r	1,7
P42r	2,6
P43r	4,7
P44r	3,0
P45r	3,1
P46r	1,5
P47r	5,6
P48r	2,5
P49r	2,5
P50r	3,7
P51r	6,0
P52r	3,3
P53r	7,5
P54r	5,6
P55r	2,9
P56r	2,4
P57r	0,2
P58r	2,1
P59r	4,9
P60r	6,4
P40r	2,3
P32arf	7,6
P32brf	8,4

APÊNDICE ACM-D: VARIÁVEIS ATIVAS COM CONTRIBUIÇÃO ACIMA DA MÉDIA (1,32%), EIXO 1

Label of the variable	Label of the category	Weight	Coordinate	Contribution
P55r	corteduc+	47,000	-1,167	2,2
P53r	JB+	88,000	-1,084	3,5
P50r	reforprev+	64,000	-1,003	2,2
P47r	movisoc-	80,000	-0,968	2,5
P32brf	direit/Bol	132,000	-0,963	4,1
P51r	armpop+	144,000	-0,874	3,7
P32arf	direit	146,000	-0,862	3,6
P38r	uniãogay-	116,000	-0,761	2,3
P54r	execMar+	106,000	-0,678	1,6
P60r	priLula+	157,000	-0,675	2,4
P56r	publMoroProc-	94,000	-0,672	1,4
P59r	depDilgolpe-	120,000	-0,620	1,5
P52r	leistrab-	158,000	-0,537	1,5
P43r	CadeiaM+	236,000	-0,466	1,7
CENTRAL ZONE				
P42r	JP-	175,000	0,487	1,4
P47r	movisoc+	222,000	0,545	2,2
P51r	armpop-	228,000	0,552	2,3
P52r	leistrab+	168,000	0,553	1,7
P48r	insprof-	127,000	0,616	1,6
P59r	depDilgolpe+	185,000	0,632	2,5
P41r	PM-	95,000	0,703	1,6
P53r	JB-	191,000	0,728	3,4
P54r	execMar-	163,000	0,754	3,1
P35r	presassist+	106,000	0,773	2,1
P45r	valorestrad-	110,000	0,774	2,2
P43r	CadeiaM-	138,000	0,797	2,9
P44r	penamorte-	90,000	0,872	2,3
P32arf	centro	84,000	0,901	2,3
P60r	priLula-	136,000	0,904	3,7
P32arf	esq	51,000	0,981	1,7
P32brf	esquer/Had	116,000	1,041	4,2
P40r	PMinst-	44,000	1,185	2,1
TOTAL				77,7

APÊNDICE ACM- E: VARIÁVEIS SUPLEMENTARES IMPORTANTES PARA O EIXO 1

By supplementary categories						
Label of the variable	Label of the category	Weight	Coordinate	Calibrated deviation	Test-value	Probability
P2curso	Engenharia Civil	69,000	-0,502	-0,502	-4,603	0,000
P16renda	acima de 10 SM	33,000	-0,433	-0,433	-2,597	0,005
CENTRAL ZONE						
ReligiãoRecat	Não sabe/não resp	58,000	0,447	0,447	3,691	0,000
P30a.relig	Não	56,000	0,481	0,481	3,892	0,000
P2curso	Jornalismo	49,000	1,054	1,054	7,895	0,000

APÊNDICE ACM-F: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS DO EIXO 2

Label of the variable	Contribution (%)
P36r	0,3
P37r	0,5
P34ar	5,5
P34brT	4,8
P35r	4,8
P38r	0,1
P41r	0,2
P42r	5,2
P43r	0,0
P44r	0,2
P45r	0,4
P46r	4,0
P47r	5,4
P48r	4,4
P49r	8,3
P50r	8,9
P51r	0,5
P52r	0,7
P53r	1,8
P54r	7,5
P55r	1,9
P56r	1,1
P57r	0,1
P58r	6,9
P59r	9,4
P60r	8,2
P40r	4,3
P32arf	2,1
P32brf	2,6

**APÊNDICE ACM-G: CONTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATIVAS ACIMA DA
MÉDIA (1,32%), EIXO 2**

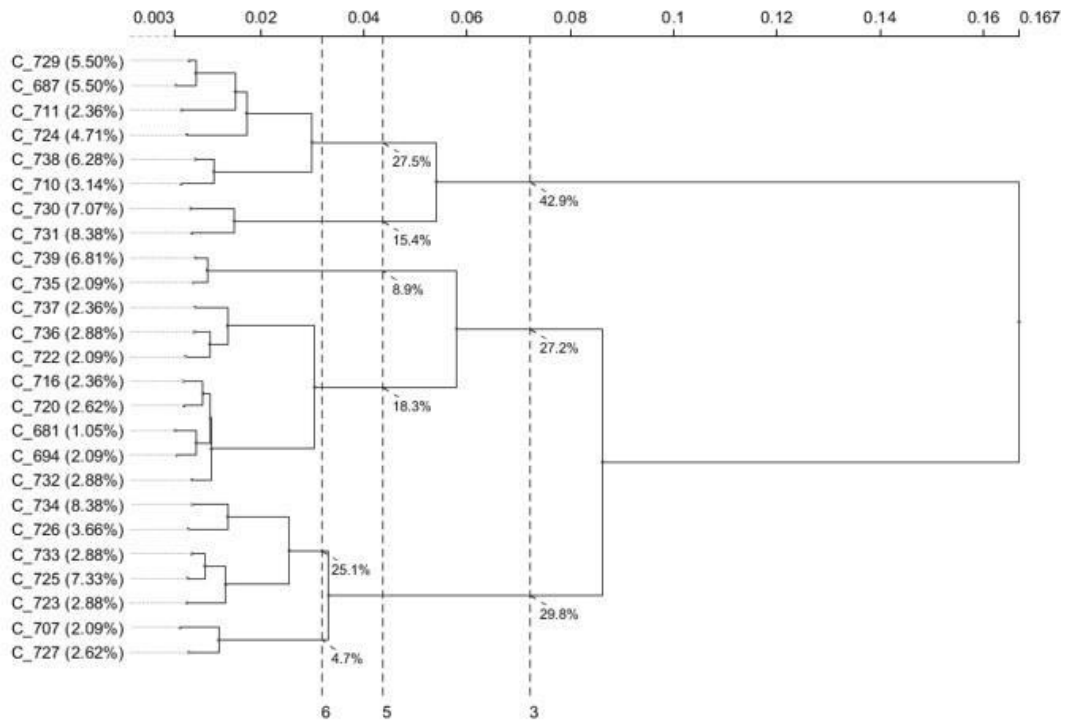
**By active categories - Mean contribution
1.32%**

Label of the variable	Label of the category	Weight	Coordinate	Contribution
P55r	corteduc+	47,000	-0,850	1,9
P50r	reforprev+	64,000	-0,743	2,0
P54r	execMar+	106,000	-0,683	2,7
P47r	movisoc-	80,000	-0,680	2,1
P49r	errosLJ+	88,000	-0,615	1,9
P59r	depDilgolpe-	120,000	-0,588	2,3
P34brT	dispolcafr+	129,000	-0,552	2,2
P53r	JB+	88,000	-0,547	1,5
P34ar	discutep+	207,000	-0,473	2,6
P60r	priLula+	157,000	-0,401	1,4
CENTRAL ZONE				
P34ar	discutep-	169,000	0,558	2,9
P34brT	dispolcafr-	83,000	0,761	2,7
P54r	execMar.nrespos	101,000	0,910	4,6
P47r	movsoc.nresp	71,000	0,918	3,3
P58r	sind.nresp	95,000	0,973	5,0
P49r	errosLJ.nresp	72,000	1,236	6,1
P50r	reforprev.nresp	69,000	1,291	6,4
P60r	priLula.nresp	66,000	1,338	6,6
P59r	depDilgolpe.nresp	67,000	1,365	6,9
P42r	JP.nresp	43,000	1,390	4,6
P48r	insuprof.nresp	35,000	1,424	3,9
P40r	PMinst.nresp	32,000	1,478	3,9
P46r	cotas.nresp	29,000	1,491	3,6
P35r	pres.nresp	32,000	1,552	4,3
TOTAL				85,2

APÊNDICE ACM-H: VARIÁVEIS SUPLEMENTARES IMPORTANTES PARA O EIXO 2

By supplementary categories						
Label of the variable	Label of the category	Weight	Coordinate	Calibrated deviation	Test-value	Probability
P2curso	Direito	51,000	-0,435	-0,435	-3,336	0,000
CENTRAL ZONE						
P11aEscol.RespM	*Missing value*	24,000	0,592	0,592	2,991	0,001
ProfRespMascRecat	*Missing value*	40,000	0,745	0,745	4,972	0,000
ProfRespFemRecat	*Missing value*	32,000	0,889	0,889	5,245	0,000

APÊNDICE ACM-I: DENDOGRAMA



APÊNDICE EA – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE ORA
 Instituto de Ciências Humanas Departamento de Ciências Sociais
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

***Nome: Silvio Augusto de Carvalho – Doutorando em Ciências Sociais/UFJF. N° da entrevista:

***Nome do projeto: Indústria Cultural e Percepção Política entre Jovens na Estácio Juiz de Fora”

APRESENTAÇÃO: Olá, estamos fazendo uma pesquisa de Doutorado na UFJF (Ciências Sociais). Estamos interessados em conhecer seus gostos e opiniões a respeito de variados temas. Você poderia responder algumas questões? Os resultados são apenas para uso científico e as suas respostas não serão identificadas. Garantimos o total anonimato de suas opiniões. Caso queira entrar em contato comigo ou com o professor que me orienta, para saber mais sobre a pesquisa, o e-mail é silvioac2004@yahoo.com.br. Também queria avisar que alguns entrevistados serão sorteados futuramente e possivelmente convidados para uma entrevista mais detalhada. Claro que ninguém precisará aceitar o convite. É para um possível contato futuro que estamos pedindo seu primeiro nome e e-mail.

Nome do entrevistado: _____

Email: _____

Bloco Eixo sócio econômico e trabalho
--

P1. Sexo:

- 1 Masculino
- 2 Feminino

P2. Você é aluno (a) de qual curso? _____

P2.a. Em qual período você estuda? _____

P3. Qual sua data de nascimento ____/____/_____

P4. Você trabalha? Sim () Não ()

P4. a. Se sim, há quanto tempo trabalha? _____

P5. Se não trabalha, porque?

- 1 – Dedicar-se apenas aos estudos.
- 2 – Está procurando emprego há um ano e não conseguiu nada.
- 3 – Está procurando emprego entre um e dois anos e não conseguiu nada.
- 4 – Desistiu de procurar emprego.
- 5 – Outros: _____

P6 – Se trabalha, há quanto tempo tem carteira assinada? (Se não, pule!)

- () de 1 a 3 anos
- () de 3 a 5 anos
- () de 5 a 7 anos
- () mais de 7 anos

P7 – Quantos empregos já teve em sua vida?

- () de 1 a 3 empregos
- () de 3 a 5 empregos
- () de 5 a 7 empregos
- () mais de 7 empregos

P8 – Quantas horas você trabalha por semana?

- () até 10 horas por semana
- () de 10 a 20 horas por semana
- () de 20 a 30 horas por semana
- () mais de 40 horas por semana

P9 - Considerando o critério do IBGE, você se classificaria como sendo de que cor ou etnia?

- 1 Branca
- 2 Preta
- 3 Parda
- 4 Amarela
- 5 Indígena
- 6 Outra (*anote*): _____
- 7 Não sabe/não quis responder

P10 - Qual é ou era a principal profissão de seus pais? (considerar os “pais de criação” ou responsáveis)

- a. Profissão RESPONSÁVEL 1 (especificar o grau de parentesco)
- b. Profissão RESPONSÁVEL 2 (especificar o grau de parentesco)

P11. Qual é ou era o grau de escolaridade de seus pais? (considerar os “pais de criação” ou responsáveis)

a. Escolaridade RESPONSÁVEL 1:

- 1 Não frequentou escola
- 2 De 1ª a 4ª do Ensino Fundamental
- 3 De 5ª a 8ª do Ensino Fundamental
- 4 Ensino Médio incompleto
- 5 Ensino Médio completo
- 6 Ensino Superior incompleto
- 7 Ensino Superior completo
- 8 Pós-Graduação
- 9 Não sabe / Não quer responder

b. Escolaridade RESPONSÁVEL 2:

- 1 Não frequentou escola
- 2 De 1ª a 4ª do Ensino Fundamental
- 3 De 5ª a 8ª do Ensino Fundamental
- 4 Ensino Médio incompleto
- 5 Ensino Médio completo
- 6 Ensino Superior incompleto
- 7 Ensino Superior completo
- 8 Pós-Graduação
- 9 Não sabe / Não quer responder

P12. Você tem filho(s) ou filha(s)? Sim () Não ()

P12.a. Se sim, quantos? _____

P13. Em qual município você reside atualmente?

- 1 – Juiz de Fora. Qual bairro? _____
 2 – Outro município. Anote _____ Bairro: _____ Estado _____

P.14 Com quem você mora?

- 1 Com meus pais + irmãos
 2 Com meus pais sem irmãos
 3 Só com minha mãe ou só com meu pai + irmão
 4 Só com minha mãe ou só com meu pai sem irmãos
 5 Com meus avós, pais ou outro responsável + irmãos
 6 Com meus avós, pais ou outro responsável sem irmãos
 7 Sozinho
 8 Outra resposta. Anotar: _____

P15. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? _____**P16. Qual a renda da sua família, aproximadamente (considerado todos que contribuem para a renda da sua casa)?**

- 1 Não mais que 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
 2 De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 998,00 a R\$ 1.996,00)
 3 De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.996,00 a R\$ 3.992,00)
 4 De 4 a 10 salários mínimos (R\$ 3.992 a R\$ 9.980,00)
 5 De 10 a 20 salários mínimos (R\$ 9.980,00 a R\$ 19.960,00)
 6 Acima de 20 salários mínimos (mais de R\$ 19.960,00)

P. 17. – Que membro de sua família custeia seus estudos:

- 1- você mesmo (a).
 2– Seus pais + você.
 3 – seus pais
 4 – seus avós
 5 – seus avós + seus pais
 6 – seu avós + seus pais + você
 7 – outros
 Explique: _____

P.18– Você está incluído (a) em algum tipo de programa de financiamento estudantil (FIES, Prouni etc)?

Qual? _____

P19. Você faz algum curso além da faculdade (ex: algum idioma, empreendedorismo, etc.)?

- 1 Sim (P14a. Se sim, qual(is)? _____)
 2 Não

P20. Apresentarei uma lista de atividades e gostaria que você dissesse quais delas você pratica com certa frequência: coloque número estimado de vezes em 3 meses. Por exemplo, se você foi duas vezes ao cinema em últimos 3 meses, coloque “2”.

EVENTOS		EVENTOS	
a. Ir ao cinema		h. Ir a museu ou galeria de arte fora das atividades escolares	
b. Assistir a uma peça de teatro		i. Ir a bares	
c. Viajar a passeio		j. Ir a um jogo de futebol	
d. Ir a um show		k. Assistir a filmes em casa	
e. Assistir a programas de televisão		L. Ir a festa da turma	
f. Ir a restaurantes (para almoçar ou jantar fora)		m. Navegar na internet	
g. Ler livros de literatura fora das atividades escolares		n. Redes Sociais	

P. 21– Quando você está em casa, quais das seguintes atividades você costuma praticar, e com que frequência:

ATIVIDADES	Nunca	Menos de 1 vez/sem.	1 ou 2 vezes/ sem.	3 ou 4 vezes/ sem.	5 ou 6 vezes/ sem.	Todos os dias
a. Assistir à televisão	1	2	3	4	5	6
b. Escutar música	1	2	3	4	5	6
c. Ler jornais ou revistas (meios digitais ou impressos)	1	2	3	4	5	6
d. Ler livros não-didáticos	1	2	3	4	5	6
e. Assistir a filmes/séries em DVD/vídeo ou pela internet (netflix)	1	2	3	4	5	6
f. Acessar rede sociais (Facebook, Instagram, Youtube)	1	2	3	4	5	6

P22. Se você respondeu acima que assiste TV, que programas você mais assiste? (anotar três programas que lembrar)

P23. Você assiste algum canal no Youtube? Se sim, quais youtubers você segue?

P24. Se você respondeu que acessa a internet, qual site, blog ou portal costuma acessar mais? (anotar os três principais)

P25. Você tem perfil no Facebook, Instagram ou em outras redes sociais?

() sim () não

P26. Você segue alguma página sobre política, o perfil ou o canal de algum político no Facebook, Twitter, Instagram ou em outras redes sociais?

- 1 Sim. Qual(is)? _____
 2 Não.

P27. Você lê jornais e revistas impressos ou online?

() sim () não

P27a. Se sim, quais jornais e revistas?

P28. Qual tipo de livro você mais gosta (pode marcar mais de uma opção)?

- 1 Autoajuda
 2 Aventura
 3 Viagens
 4 Biográficos
 5 Memória
 6 Infantis
 7 Clássicos
 8 Técnicos (da sua área de estudos)
 9 Outros (anotar) _____

P29. Que tipo de música você mais gosta de ouvir (pode marcar mais de uma opção):

- 1 Rock
 2 Pop
 3 MPB
 4 Jazz
 5 Funk
 6 Sertanejo
 7 Axé
 8 Samba
 9 Pagode
 10 Música eletrônica
 11 Reggae
 12 Hip Hop / Rap
 13 Gospel
 14 Música Clássica
 15 Outras. Anotar: _____

P30- Você tem religião? Sim () Não ()

P30a. Se tiver, qual é a sua religião? _____

P31. Você frequenta algum templo, igreja, centro ou outro local de culto religioso?

() sim () não

P31a. Se Sim, com que frequência?

- 1 Mais de uma vez por semana
 2 Entre uma vez por semana / a cada duas semanas
 3 Entre uma vez por mês / a cada dois ou três meses
 4 Muito esporadicamente

Bloco Identidade e Política

P. 32 Tendo em vista que suas opiniões permanecerão em sigilo, em qual candidato você votou no primeiro e segundo turnos?

Anotar: 1º turno _____ 2º turno _____

P33. Você tem preferência por algum partido político e/ou grupo?

- 1 Sim (anotar qual/quais):
- 2 Não
- 3 Não sabe/não quis responder

P34. Você discute assuntos políticos (por exemplo, partidos, candidatos, corrupção, políticas sociais, eleições, etc.)?

- 1- Sim ()
- 2- Não ()

P34 a. Se sim, quando você mais discute assuntos políticos?

- 1 Em casa, com meus pais ou responsáveis.
- 2 Com meus amigos.
- 3 Na faculdade, apenas.
- 4 Nas redes sociais
- 5 Não discuto.
- 6 Outra resposta. Anotar _____

P35. Em sua opinião, o Brasil precisa mais de um Presidente que:

- 1 Seja um líder com mão forte, que saiba conduzir a nação.
- 2 Tenha um perfil mais técnico, que torne o Estado mais eficiente.
- 3 Seja alguém que atenda as demandas tanto dos ricos quanto dos pobres.
- 4 Seja alguém que atenda primeiro as demandas dos pobres e marginalizados.
- 6 Outra resposta (anotar qual) _____
- 7 Não sabe / Não quer responder.

P36. Em sua opinião, programas sociais como o Bolsa Família:

- 1 Ajudam pessoas necessitadas que não tiveram oportunidades
- 2 Podem até ajudar, mas devem ser temporários
- 3 Tornam as pessoas acomodadas
- 4 Sustentam quem não gosta de trabalhar
- 6 Outra resposta (anote):
- 7 Não sabe/não quer responder.

P37. Se você soubesse que um filho seu é gay, ou que uma filha sua é lésbica, como você reagiria?

- 1 Não se importaria, pois acha isso indiferente
- 2 Aceitaria com preocupação
- 3 Não gostaria, mas procuraria aceitar
- 4 Não aceitaria, mas continuaria convivendo
- 5 Não aceitaria e expulsaria ele ou ela de casa
- 6 Outra resposta (anote):
- 7 Não sabe/não quer responder.

P38. Com a frase “O casamento gay não deve ser legalizado, devemos é defender a família tradicional cristã”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente

P39. Em sua opinião, mulheres que usam roupas curtas:

- 1 Devem saber que incentivam o estupro ou outros atos de abuso.
- 2 Devem saber que incentivam cantadas e, por isso, não devem se sentir ofendidas.
- 3 Estão no direito delas, mas não devem estar desacompanhadas e nem estar em lugares tidos como perigosos.
- 4 Estão no direito delas e devem ser respeitadas independentemente da roupa que estão usando e do lugar onde estão.
- 5 Outra resposta (*anote*):
- 1 Não sabe/não quer responder

P40. Sobre a Polícia Militar, qual afirmação mais se aproxima do que você pensa:

- 1 É uma instituição respeitável e deve ser admirada
- 2 Há pessoas boas e más na polícia, como em qualquer instituição
- 3 No geral, tem mais aspectos positivos do que negativos
- 4 No geral, tem mais aspectos negativos do que positivos
- 5 Deveria ser desmilitarizada
- 6 Sua própria existência deve ser repensada (não deveria existir)
- 7 Não sabe / Não quer responder.

P41. Em sua opinião, quando a polícia deve usar a violência contra manifestantes?

- 1 Nunca, pois a manifestação é um direito democrático
- 2 Apenas quando houver depredação do patrimônio público
- 3 Quando houver depredação do patrimônio privado ou público
- 4 Se houver ameaça a vida de um civil ou militar
- 5 Se os manifestantes estiverem bloqueando vias públicas
- 6 Sempre, pois toda manifestação é uma baderna
- 7 Outra resposta (*anote*):
- 8 Não sabe/não quer responder.

P42. Sobre as pessoas espancarem bandidos com suas próprias mãos (justiça popular), sem esperar pela polícia, qual a opção mais próxima de sua opinião?

- 1 Sou completamente contra, pois apenas a polícia e o Judiciário podem aplicar punições, após um processo.
- 2 Sou completamente contra, pois é um ato desumano.
- 3 Considero que alguns bandidos, a depender do crime, merecem ser castigados pela população
- 4 É um ato de legítima defesa dos cidadãos de bem
- 5 Outra resposta (*anote*):
- 6 Não sabe/não quis responder

P43. Com a frase “A cadeia para menores de 18 anos vai diminuir a criminalidade juvenil”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente

P44. Sobre a pena de morte, você é:

- 1 Inteiramente contra
- 2 Contra, mas favorável à prisão perpétua
- 3 Favorável apenas para crimes “bárbaros” (muito graves)
- 4 Favorável para todos os tipos de crimes
- 5 Não sabe/não quer responder.

P45. Com a frase: “Hoje em dia ninguém obedece mais a família, os mais velhos, os chefes, os professores nem a polícia, por isso os valores estão invertidos” você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não sabe/não quis responder

P46. Sobre a política de cotas para universidades, o que você pensa?

- 1 Sou a favor, porque ajuda a diminuir a desigualdade
- 2 Sou a favor apenas de cota para pobres, não de cota racial
- 3 Sou contra, porque o esforço pessoal deve ser valorizado
- 4 Sou contra, porque com as cotas a qualidade do ensino superior diminui
- 5 Sou contra, porque a solução é investir no ensino básico.
- 6 Não sabe/não quer responder.

P47. Você considera que movimentos sociais, como o movimento negro, movimento gay, movimento feminista ou MST (Movimento dos Sem Terra):

- 1 São necessários para a defesa dos direitos de minorias
- 2 São desnecessários, pois essas minorias já têm os seus direitos garantidos
- 3 São desnecessários, pois instituem privilégios para as minorias
- 4 Não deveriam existir, pois muitos se servem desses movimentos apenas para criar baderna ou aparecer
- 5 Deveriam ser proibidos, pois apoiam a implantação de uma nova ditadura (gay, feminista, negra) no Brasil
- 6 Não sabe / Não quer responder.

P48. Ainda segundo sua opinião, pessoas que não têm sucesso profissional:

- 1 Geralmente tiveram menos oportunidades do que outros
- 2 Tiveram menos oportunidades, mas geralmente não se esforçaram muito
- 3 São sempre aqueles que não se esforçaram o suficiente
- 4 São os que, naturalmente, não têm competência
- 5 Não sabe/não quer responder.

P49. Sobre a frase “A Lava Jato é a maior operação de combate à corrupção da história do país; se ocorreram abusos, devem ser perdoados”, você:

- 1 Concorda plenamente
- 2 Concorda parcialmente
- 3 Discorda parcialmente
- 4 Discorda totalmente
- 5 Não soube/não quis responder

P50. Sobre a Reforma da Previdência, qual das seguintes alternativas se aproxima mais da sua opinião:

1. Aumenta a desproteção social em grupos vulneráveis na sociedade brasileira.
2. Importante para equilíbrio do país, mas pode prejudicar grupos vulneráveis.

3. Necessária para gerar equilíbrio fiscal no Estado brasileiro.
4. Fundamental para o desenvolvimento do país.
5. Não sabe/não quis responder

P51 – Sobre o armamento da população, aponte a alternativa que mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1 – Concorda plenamente
- 2 – Concorda parcialmente
- 3- Discorda parcialmente
- 4 – Discorda totalmente

P52. No que diz respeito à seguinte sentença “Há leis trabalhistas demais que prejudicam o mercado e a geração de empregos”, você:

1. Concorda plenamente
2. Concorda parcialmente
3. Discorda parcialmente
4. Discorda totalmente
5. Não soube/não quis responder

P53. Sobre o governo do presidente Jair Bolsonaro, qual a afirmação que mais se aproxima do que você pensa:

1. Ótimo
2. Bom
3. Regular
4. Ruim
5. Péssimo

P54. Sobre o assassinato da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), em março de 2018, Marielle Franco, qual sentença se aproxima mais do seu ponto de vista:

1. Marielle mereceu.
2. Marielle sabia que podia acontecer.
3. Apesar de sua posição política errada, a morte de Marielle deve ser investigada e penalizada de acordo com a lei.
4. Marielle foi executada por ser de esquerda, negra, lésbica e ativista; seu assassinato deve ser investigado.
5. Não soube/não quis responder

P55. Sobre a frase “O corte na educação é necessário por conta da crise econômica atual para ajustar as contas do país”, você:

1. Concorda plenamente
2. Concorda parcialmente
3. Discorda parcialmente
4. Discorda totalmente
5. Não sabe/não quis responder

P56. Em relação às recentes publicações de conversas privadas entre os procuradores da Lava-Jato e o ex-juiz, hoje ministro da Justiça, Sérgio Moro, qual afirmação mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1- São produto de crime e não devem ser levadas em consideração.
- 2- É mais do mesmo e não revela nada de importante.
- 3- Apesar de ser ilegal, deve-se investigar o que aconteceu entre Moro e Dallagnol
- 4- Jornalismo legítimo e responsáveis devem ser punidos

P. 57 – Qual a alternativa que mais se aproxima de sua opinião sobre a corrupção:

- 1 – É o maior mal do Brasil e deve combatido dentro ou fora da lei.
- 2- É um dos maiores males do país e deve ser combatido dentro da lei.
- 3- É um problema como outro mal qualquer como a desigualdade
- 4 – Foi utilizada seletivamente para punir políticos mais à esquerda

58 - Sobre o sindicato, assinale a alternativa que mais se aproxima de sua opinião:

- 1 – São organizações que deveriam ser banidas da realidade brasileira.
- 2- São organizações radicais, mas sua existência deve ser preservada.
- 3 – São organizações que têm papel importante na relação entre patrões/empregados.
- 4- São organizações fundamentais para a preservação de direitos nas democracias.
- 5 – Não soube/não quis responder

62 – Sobre a seguinte frase “A deposição da então presidente Dilma Rousseff foi um golpe para retirar o PT do governo”, você:

1. Concorda plenamente
2. Concorda parcialmente
3. Discorda parcialmente
4. Discorda totalmente
5. Não sabe/não quis responder

63 – Sobre a prisão de Lula, qual das alternativas mais se aproxima de seu ponto de vista:

- 1- Conseguiu colocar na cadeia um dos maiores corruptos do país
- 2- Ocorreu dentro da lei seguindo todos os procedimentos da justiça
- 3- Não seguiu todos os procedimentos da justiça para fazer a prisão
- 4- Foi usada como estratégia política contra esquerda
- 5- Não sabe/não quis opinar

Muito obrigado por sua colaboração! Você contribuiu demais para com a pesquisa!


Silvio Augusto de Carvalho – Frankfurt Am Main

APÊNDICE EB – AUTORIZAÇÃO DO REITOR



Estácio

Eu, Douglas Machado Silva, Reitor do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora, venho por meio desta, autorizar a realização de pesquisa de tese de doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de autoria de Silvío Augusto de Carvalho, intitulada "Indústria Cultural e Percepção Política entre Jovens na Estácio de Juiz de Fora" a ser aplicada nesse Centro Universitário.


Douglas Machado Silva
REITOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTÁCIO JUIZ DE FORA

12, 03 / 2020

Douglas Machado Silva, Reitor Estácio JF

APÊNDICE EC – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP ESTÁCIO DE SÁ

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE
SÁ/ UNESA/RJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Indústria Cultural e Percepção Política entre Jovens na Estácio de Juiz de Fora

Pesquisador: Silvío de Carvalho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20530819.8.3001.5284

Instituição Proponente: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Parcial

Detalhe:

Justificativa: Caros membros do Comitê de Ética da UNESA, enviamos em anexo o Relatório Parcial

Data do Envio: 25/08/2021

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.986.684

Apresentação da Notificação:

Projeto de pesquisa apresentado ao Núcleo de Pesquisa "Autoritarismo, Preconceito e Ideologia do Programa de Doutorado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sob a orientação do Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes. Intitulado: "Indústria Cultural e Percepção Política entre jovens na Estácio de Juiz de Fora".

Objetivo da Notificação:

Segundo o autor: "O objetivo primário do presente trabalho consiste em estudar os mecanismos estruturantes de possíveis traços autoritários, conservadores e progressistas entre os (as) discentes estudados (as)". Tendo como objetivo secundário: "Analisar a distribuição dos perfis políticos entre os alunos da Estácio Juiz de Fora a partir da dupla clivagem cursos e grandes áreas de conhecimento (Humanas, Exatas e Biológicas). Estudar a contribuição da Indústria Cultural, em especial, as redes sociais, para a constituição de possíveis traços

Continuação do Parecer: 4.986.684

autoritários, conservadores ou progressistas. Investigar se, de fato, existe correlação entre perfil progressista e acesso a bens de civilização, em especial, educação superior".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a declaração do autor de RISCOS MÍNIMOS.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

O pesquisador enviou o Relatório Parcial do 1º Semestre de 2021. Apenas indica que encontra-se no processo de produção do 1º capítulo da tese, parte teórica. Não menciona nada a respeito da aplicação do questionário, a pandemia afetou o desenvolvimento dessa parte da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentado corretamente no parecer anterior.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências. Agradecemos ao pesquisador o envio deste relatório.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP agradece o envio do relatório e o considera aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Parcial	RELATORIO_PARCIAL_COMITE_DE_ETICA_UNESA.docx	25/08/2021 15:30:21	Silvio de Carvalho	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 20 de Setembro de 2021

Assinado por:

**Luciana de Paula Lima e Schmidt de Andrade
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 642, 22o andar

Bairro: Centro

CEP: 20.071-001

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2206-9726

E-mail: cep.unesa@estacio.br

APÊNDICE ED – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Indústria Cultural e Percepção Política entre Jovens na Estácio de Juiz de Fora

Pesquisador: Silvio de Carvalho

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 20530819.8.0000.5147

Instituição Proponente: Pós-Graduação em Ciências Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.085.558

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"O presente estudo pretende analisar a percepção política da juventude que ascendeu ao ensino superior privado a partir de políticas públicas de inclusão social, tendo como objeto de estudo o Centro Universitário Estácio de Sá. Sendo assim, seu foco se restringe, especificamente, ao estudo da percepção política dos discentes do Centro Universitário Estácio Juiz de Fora (subsidiária da Estácio de Sá). Para tanto, será aplicado, de forma amostral, questionário entre discentes de seis cursos da referida instituição, além de entrevistas qualitativas sorteadas."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário: O objetivo primário do presente trabalho consiste em estudar os mecanismos estruturantes de possíveis traços autoritários, conservadores e progressistas entre os (as) discentes estudados (as)."

"Objetivo Secundário: Analisar a distribuição dos perfis políticos entre os alunos da Estácio Juiz de Fora a partir da dupla clivagem cursos e grandes áreas de conhecimento (Humanas, Exatas e Biológicas). Estudar a contribuição da Indústria Cultural, em especial, as redes sociais, para a constituição de possíveis traços autoritários, conservadores ou progressistas. Investigar se, de fato, existe correlação entre perfil progressista e acesso a bens de civilização, em especial, educação superior."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Os riscos são mínimos, de exposição da identidade dos participantes serão contrapostos pelo dever do pesquisador de preservar todas as suas fontes tanto no que diz respeito aos dados quantitativos quanto aos qualitativos. Sob hipótese alguma serão expostos os respondentes do questionário ou entrevista na medida em que a garantia de sigilo irá nortear todo o processo. Acrescente-se a isso o fato de que não se trata, portanto, de juízos de valor a serem elaborados sobre as respostas; ao contrário, enquanto pesquisa científica o ponto central consiste na apreensão dos nexos causais que levaram a determinado tipo de visão de mundo. Tendo em vista que se trata de área de Humanas, marcada, entre outras coisas, pela propriedade de que seus resultados não são imediatos, os benefícios tendem a se dar a médio e mesmo longo prazo. Isso se deve ao fato de as reflexões e indicações elaboradas na presente pesquisa serão publicadas e, portanto, farão parte de discussões públicas mais amplas sobre a constituição subjetiva da juventude brasileira e suas modalidades de percepção política. Tais contribuições podem, nesse sentido, ajudar não apenas a se ter uma radiografia mais sofisticada das visões de mundo da juventude como também, espera-se, irão auxiliar docentes a traçarem formas mais efetivas de diálogo e de transformação social em busca da construção de modalidades democráticas de ensino e de sociedade.".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, apresenta o tipo de estudo, número de participantes, critério de inclusão e exclusão, forma de recrutamento. As referências bibliográficas são atuais, sustentam os objetivos do estudo e seguem uma normatização. O cronograma mostra as diversas etapas da pesquisa, além de mostra que a coleta de dados ocorrerá após aprovação do projeto pelo CEP. O orçamento lista a relação detalhada dos custos da pesquisa que serão financiados com recursos próprios conforme consta no campo apoio financeiro. A pesquisa proposta está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens IV.6, II.11 e XI.2; com a Norma Operacional CNS 001 de 2013. Itens: 3.4.1-6, 8, 9, 10 e 11; 3.3 - f; com o Manual Operacional para CEPS Item: VI - c.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada. Em acolhimento às medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde (MS) e a fim de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, (medida considerada a mais eficiente para frear a propagação do coronavírus e a disseminação da pandemia de Covid19), apresenta FOLHA DE ROSTO juntamente com a declaração de próprio punho comprometendo-se a encaminhar ao CEP, por NOTIFICAÇÃO,

o(s) documento(s) com as devidas assinaturas assim que a presente situação voltar à normalidade; conforme autoriza a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em caráter excepcional, a dispensa de assinaturas nos documentos necessários à submissão de protocolos de pesquisa junto a Plataforma Brasil durante esse período. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a,b,d,e,f,g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: março de 2022.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional N°001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1428802.pdf	09/06/2020 09:56:27		Aceito
Folha de Rosto	FR1.pdf	09/06/2020 09:52:13	Silvio de Carvalho	Aceito
Outros	projetedepropriopunhoplataformabrasil.pdf	03/06/2020 11:24:57	Silvio de Carvalho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPARAREFAZER.docx	01/06/2020 06:14:59	Silvio de Carvalho	Aceito
Declaração de concordância	pautorizacaodouglas.pdf	18/03/2020 14:42:15	Silvio de Carvalho	Aceito
Brochura Pesquisa	pquestionariocomitedeetica.docx	06/03/2020 11:57:12	Silvio de Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ptermodeconsentimentodoaluno.doc	06/03/2020 11:54:55	Silvio de Carvalho	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	entrevista.docx	25/10/2019 15:15:39	Silvio de Carvalho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

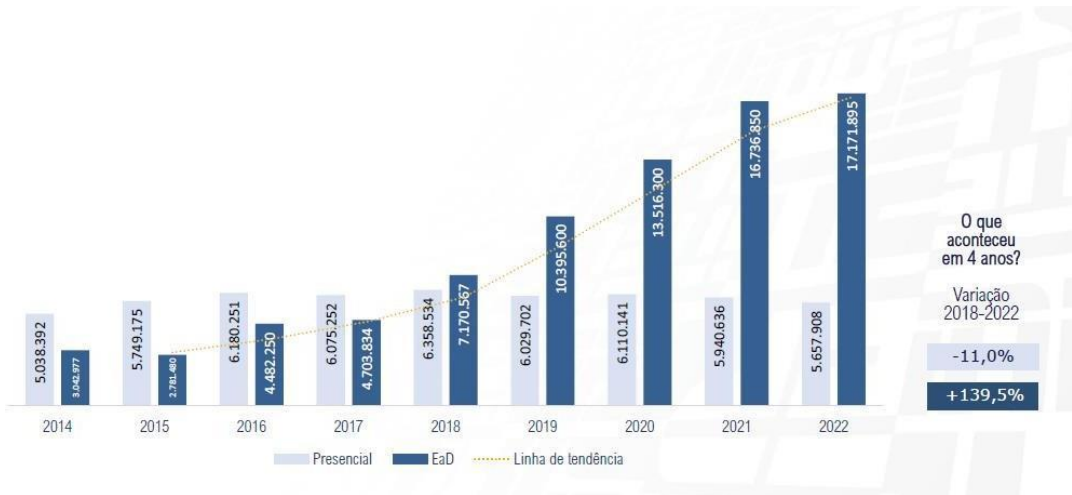
Não

JUIZ DE FORA, 12 de Junho de 2020

**Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))**

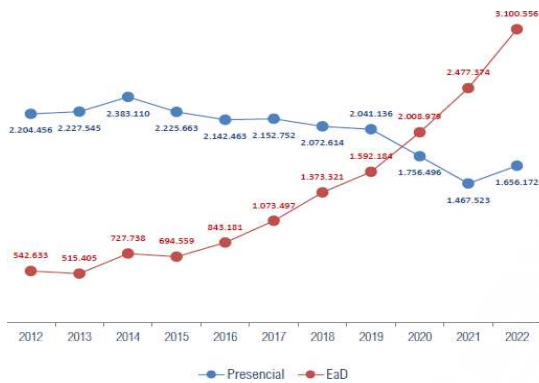
ANEXOS

ANEXO A - Gráfico do número de vaga oferecidas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – (Brasil, 2014-2022)



Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

ANEXO B - Gráfico do número de ingressantes em cursos de graduação Brasil (2012-2022)



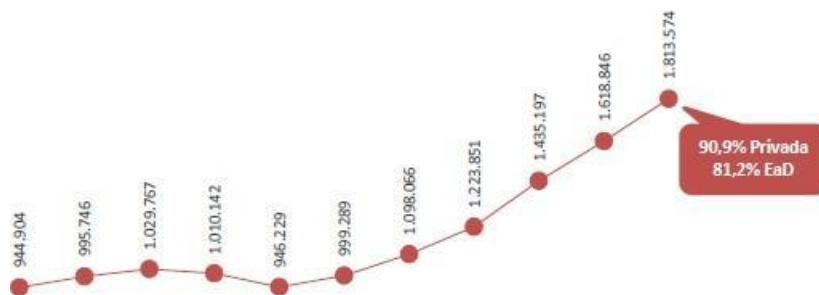
Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

ANEXO C - Gráfico dos percentuais das modalidades presencial e EaD nas redes pública e privada (2022)



Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

ANEXO D - Gráfico do número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos – Brasil (2022)



Fonte: Censo da Educação Superior/2022 (INEP)

ANEXO E - Ranking do setor de transações 2023/2º trimestre/acumulado dos dois primeiros trimestres

2023 – 1º semestre / 1º trimestre

Ranking setorial de transações – Acumulado
Transactions ranking by sector – Accrued

#	setor / sector	d	cb1	cb2	cb3	cb4	cb5	cb	total (d+cb)
1º	Tecnologia da Informação (TI) / Information Technology (IT)	118	47	2	0	1	1	51	169
2º	Empresas de Internet / Internet companies	86	61	1	3	6	0	71	157
3º	Instituições financeiras / Financial institutions	37	2	2	1	25	0	30	67
4º	Hospitais e Labs. de Análises Clínicas / Hospitals and Clinical Analysis Labs.	30	4	0	0	0	0	4	34
5º	Serviços para empresas/ Company services	25	7	0	0	1	0	8	33
	Telecomunicações e mídia / Telecommunications and media	18	14	0	0	1	0	15	33
7º	Seguros / Insurance	14	11	0	0	0	0	11	25
8º	Companhias energéticas / Energy companies	17	2	0	0	0	0	2	19
9º	Alimentos, bebidas e fumo / Food, beverages and tobacco	12	3	0	0	0	0	3	15
10º	Transportes / Transports	9	5	0	0	0	0	5	14
11º	Petrolífero / Oil & Gas	8	1	2	0	0	0	3	11
12º	Mineração / Mining	2	8	0	0	0	0	8	10
	Produtos químicos e farmacêuticos / Chemical and pharmaceutical products	6	3	1	0	0	0	4	10
	Produtos químicos e petroquímicos / Chemical and petrochemical products	7	3	0	0	0	0	3	10
15º	Educação / Education	7	2	0	0	0	0	2	9
	Produtos de engenharia / Engineering products	4	4	0	1	0	0	5	9
	Publicidade e editoras / Advertising and publishing houses	8	1	0	0	0	0	1	9
	Supermercados / Supermarkets	9	0	0	0	0	0	0	9
19º	Embalagens / Packaging	2	6	0	0	0	0	6	8
	Revenda de veículos / Vehicle resale	7	1	0	0	0	0	1	8
	Shopping centers	8	0	0	0	0	0	0	8
22º	Eletrônico / Electrical and electronic equipment	5	2	0	0	0	0	2	7

(cont.)

Fonte: KPMG/Pesquisa fusões e aquisições 2023/2º trimestre